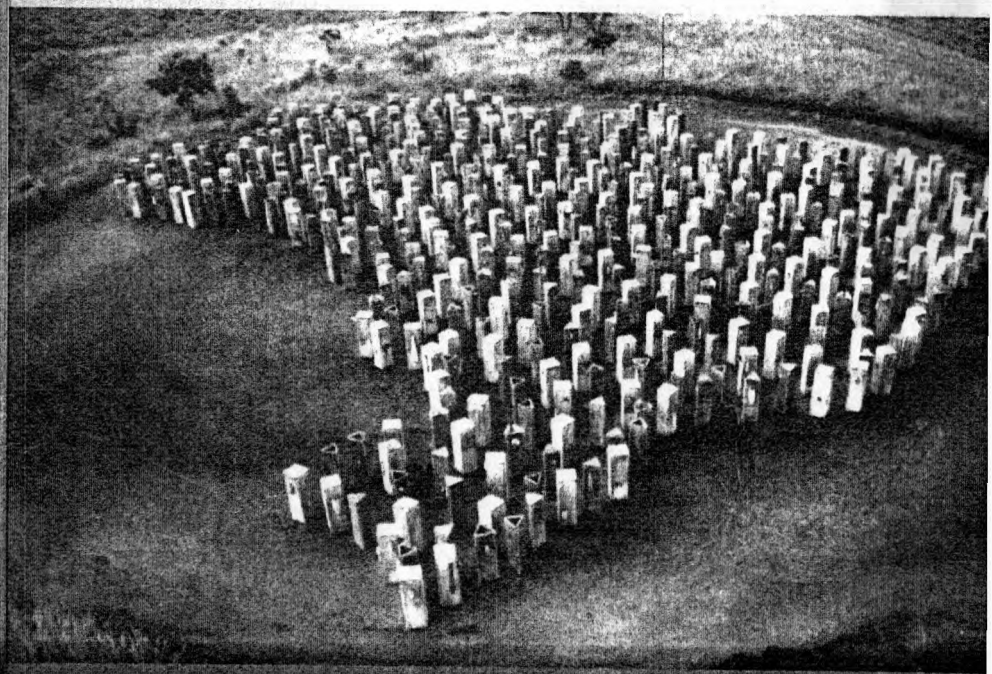
Trata-se de um estudo singular no âmbito da geografia brasileira, que busca explicar os primórdios da colonização portuguesa no Novo Mundo, abordando o processo de instalação e consolidação do domínio lusitano na América do Sul. Ciente de que as formas espaciais são explicáveis pelos processos sociais que lhes deram origem, o autor encaminha sua análise da avaliação mais geral das motivações da expansão européia, passando pelas particularidades da história de Portugal, até chegar à singularidade da formação brasileira. Um exercício comparativo com a instalação das colônias hispano-americanas permite esclarecer algumas generalidades de uma via colonial de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, na qual o recurso ao trabalho compulsório emerge como um traço característico comum.

No que diz respeito à história brasileira, a leitura geográfica empreendida permitiu destacar aspectos não enfatizados por boa parte da historiografia mais recente, pouco atenta à dimensão territorial. Tal enfoque resultou numa proposta de periodização da época colonial de formação do Brasil, estabelecida com base na geografia política. As práticas de relacionamento dos colonizadores com o espaço, notadamente as formas de domínio territorial e os tipos de assentamento realizados nos séculos XVI e XVII, constituem o objeto final desse estudo que a editora Annablume tem a satisfação de reeditar na comemoração dos 20 anos de sua redação.

ISBN 978-85-391-0216-7

O território colonial brasileiro no "longo" século XVI

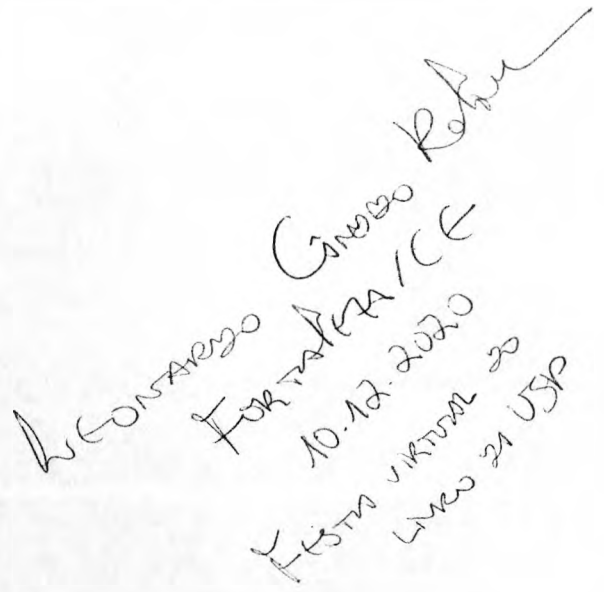
2ª edição



ANNABLUME

GEOGRAFIAS E ADJACÊNCIAS

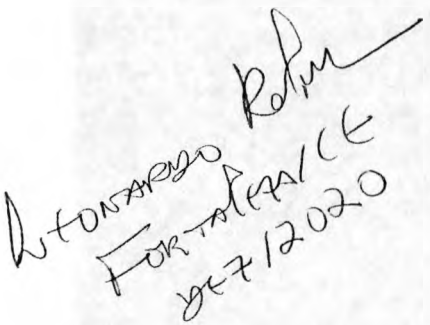
Coordernação:
Antonio Carlos Robert Moraes



ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

O território colonial brasileiro no "longo" século XVI



ANNABLUME

Infothes Informação e Tesauro

A813 Moraes, Antonio Carlos Robert;
Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. 2ª. Edição. / Antonio Carlos Robert Moraes. – São Paulo: Annablume, 2011. (Geografias e Adjacências)
432 p.; 14 x 21 cm.

ISBN 978-85-391-0216-7

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia Política. 4. Território. 5. História do Brasil. 6. História da Geografia Brasileira. I. Título. II. Série. III. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI

CDU 911.2
CDD 910

Catalogação elaborada por Wanda Lucia Schmidt – CRB-8-1922

BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL
O TERRITÓRIO COLONIAL BRASILEIRO NO "LONGO" SÉCULO XVI

Coordenação de produção: Ivan Antunes
Capa: Carlos Clémen
Imagem da capa: Memorial Indígena de Goiás, de Siron Franco. Foto de Werner Rudhart, 1999. (Arquivo Revista Icaro).
Finalização: Vinícius Viana

Conselho Editorial
Eduardo Peñuela Cañizal
Norval Baitello Junior
Maria Odila Leite da Silva Dias
Celia Maria Marinho de Azevedo
Gustavo Bernardo Krause
Maria de Lourdes Sekeff (*in memoriam*)
Cecilia de Almeida Salles
Pedro Roberto Jacobi
Lucrécia D'Alessio Ferrara

1ª edição: 2000
2ª edição: 2011

© Antonio Carlos Robert Moraes

ANNABLUME editora . comunicação
Rua M.M.D.C., 217 . Butantã
05510-021. São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (011) 3812-6764 – Televendas 3031-1754
www.annablume.com.br

Sumário

NOTA À 2ª EDIÇÃO I

APRESENTAÇÃO 11

INTRODUÇÃO 15

PRIMEIRA PARTE
A EXPANSÃO EUROPÉIA E A FORMAÇÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Capítulo 1
A EUROPA NO "LONGO" SÉCULO XVI (1460-1640) 31
Capítulo 2
GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA 50
Capítulo 3
A EXPANSÃO ULTRAMARINA
E A ECONOMIA EUROPÉIA 72
Capítulo 4
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO IBERO-AMERICANO 91

SEGUNDA PARTE
A EXPANSÃO DE PORTUGAL E A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO COLONIAL LUSITANO

Capítulo 5
A TERRITORIALIDADE NA FORMAÇÃO
DO ESTADO PORTUGUÊS 121

Capítulo 6
O CARÁTER DA EXPANSÃO LUSITANA E DO IMPÉRIO COLONIAL 151

TERCEIRA PARTE
A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COLONIAIS IBERO-AMERICANOS

Capítulo 7
GEOGRAFIA DA INSTALAÇÃO IBÉRICA NA AMÉRICA 185
Capítulo 8
TRABALHO COMPULSÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS COLÔNIAS 236
Capítulo 9
A DIMENSÃO TERRITORIAL NAS FORMAÇÕES LATINO-AMERICANAS 264

QUARTA PARTE
BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Capítulo 10
GEOGRAFIA DA INSTALAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL 289
Capítulo 11
O BRASIL "HISPÂNICO" (1580-1640) 330
Capítulo 12
A CONSOLIDAÇÃO DA SOBERANIA PORTUGUESA 367

UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA 409

BIBLIOGRAFIA CITADA 417

NOTA À 2ª EDIÇÃO

Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI foi apresentado como tese de doutoramento de Antonio Carlos Robert Moraes no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1991. Essa pesquisa foi orientada por Armando Correa da Silva e a banca de defesa contou com a participação dos professores Carlos Guilherme Mota, Fernando Novais, João Manoel Cardoso de Mello e Milton Santos que atribuíram a nota máxima com distinção para o trabalho. Uma primeira edição em livro da tese foi publicada em 2000 pela editora Hucitec, na coleção Estudos Históricos.

Trata-se de um estudo singular no âmbito da geografia brasileira, que busca explicar os primórdios da colonização portuguesa no Novo Mundo, abordando o processo de instalação e consolidação do domínio lusitano na América do Sul. Ciente de que as formas espaciais são explicáveis pelos processos sociais que lhes deram origem, o autor encaminha sua análise da avaliação mais geral das motivações da expansão européia, passando pelas particularidades da história de Portugal, até chegar à singularidade da formação brasileira. Um exercício comparativo com a instalação das colônias hispano-americanas permite esclarecer algumas generalidades de uma via colonial de de-

senvolvimento do capitalismo na América Latina, na qual o recurso ao trabalho compulsório emerge como um traço característico comum.

No que diz respeito à história brasileira, a leitura geográfica empreendida permitiu destacar aspectos não enfatizados por boa parte da historiografia mais recente, pouco atenta à dimensão territorial. Tal enfoque resultou numa proposta de periodização da época colonial de formação do Brasil, estabelecida com base na geografia política. As práticas de relacionamento dos colonizadores com o espaço, notadamente as formas de domínio territorial e os tipos de assentamento realizados nos séculos XVI e XVII, constituem o objeto final desse estudo que a editora Annablume tem a satisfação de reeditar na comemoração dos 20 anos de sua redação.

Antonio Carlos Robert Moraes
fevereiro de 2011.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho — originariamente tese de doutorado defendida em 1991 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo[1] — não é obra de um historiador de ofício. Minha formação acadêmica percorreu os campos da geografia e das ciências sociais, em ambos enfatizando o estudo da metodologia. Na verdade, o que busco no ensaio apresentado é, mediante a revisão de *uma* bibliografia do campo da história, esclarecer algumas questões teóricas oriundas de discussões metodológicas praticadas na investigação geográfica. O objetivo maior perseguido é fortalecer e sedimentar uma perspectiva histórico-dialética nesse campo de pesquisa, que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial.

Tal proposição associa-se ao desejo de gerar uma efetiva contribuição geográfica ao conhecimento da formação social brasileira. Portan-

[1] Aproveito para agradecer a profunda avaliação efetuada pela banca examinadora da tese, constituída pelos professores Carlos Guilherme Mota, Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello, Milton Santos e Armando Corrêa da Silva. Na presente versão, tento incorporar alguns dos ensinamentos propostos pelos examinadores.

to, acima da meta de aprimorar as ferramentas teóricas da geografia, o que pretendo é utilizá-las em tentativas de interpretação do Brasil. Assumo, de início, uma motivação básica de corte "nacional", razoavelmente solitária na área nessa época de certo fascínio pela globalização. Entender geograficamente o país, em sua formação e nos processos atuais, é o horizonte que alimenta a proposta em tela, num contexto teórico no qual o recurso à história emerge como imposição do método adotado, pois trabalho fundamentado nas orientações genéricas oriundas da teoria social de Marx.

A própria atitude de explicitação da metodologia empregada também se configura, para muitos, no presente, como uma postura "antiga" num período marcado pela indeterminação e vaguidade dos enfoques "pós-modernos". Contudo, acredito que a coerência de qualquer investigação científica repousa na explícita adesão a paradigmas definidos no plano dos métodos. Claramente, no caso do estudo aqui introduzido, é a referência metodológica que constituiu o critério básico de seleção da bibliografia revisada. A afinidade de pressupostos teóricos aparece, nesse sentido, como elemento delimitador do alcance do universo bibliográfico considerado na pesquisa efetuada. Mesmo assim, lacunas dessa ordem serão sempre inevitáveis em trabalhos que tratem temáticas amplas como a analisada.

E a ilusão de um controle bibliográfico "exaustivo", fundamentalmente, explica a demora na publicação do trabalho. Na sua apresentação como tese, em 1991, eu o afirmava como ainda "incompleto", dadas as lacunas já ali identificadas. Na época, salientava a análise do universo da cultura como a grande ausente da pesquisa, e propunha a redação futura, para completar o trabalho, de um capítulo sobre tal temática em cada uma das quatro partes do texto, a saber: na primeira, "O Renascimento e a Abertura do Mundo"; na segunda, "Particularidades da Renascença Portuguesa"; na terceira, "A América no Imaginário Renascentista"; e, na última, "A Construção Teórica do Brasil". Por razões variadas, o projeto não foi efetivado, e o texto vem agora a público sem tais acréscimos que, sem dúvida, enriqueceriam muito a argumentação desenvolvida.

Quanto à ilusão da exaustividade bibliográfica, algumas obras apontadas naquela apresentação foram incorporadas na presente versão, como as referentes ao "Debate Brenner" e à temática da "proto-industrialização". A literatura utilizada sobre o início da colonização da América hispânica foi também enriquecida. Finalmente, a parte sobre o Brasil foi a que sofreu maiores adições e modificações, em relação ao exposto no texto original da tese. Contudo, mesmo assim, tenho hoje consciência de que vou publicar um trabalho, com certeza, ainda mais defasado do que aquele, em função mesmo da ampla produção editada na última década a respeito do tema enfocado, estimulada em parte pelo quinto centenário dos vários eventos que qualificam a expansão ultramarina européia, e que são objeto de análise do presente estudo, e, em parte, por um enfoque revisionista recente que tem problematizado certas interpretações da matéria tratada, até há pouco tidas como "inquestionáveis".[2]

Enfim, o texto agora entregue para publicação é, com poucas modificações, ainda o mesmo da versão original defendida no início da década. Trata-se, portanto, de mais uma dessas teses que, depois de "descansarem" alguns anos à espera de "aprimoramentos", acabam sendo editadas quase com a forma primitiva em que foram redigidas. Todavia, cabe salientar que as "poucas modificações" introduzidas envolveram um esforço maior do que dão a perceber, implicando levantamentos e reflexões trabalhosas.[3] No geral, a releitura contemporânea do texto não acarretou grandes discordâncias com os juízos e argumentos básicos apresentados quando da defesa.

Um agradecimento, ao final, vai para a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que financiou minha estada em Portugal, e ao Centro de Estudos Geográficos do Instituto Nacional de Investigação Científica que me acolheu nesse país.

São Paulo, outubro de 1999.

---

[2] Pode-se exemplificar tal tendência com a interpretação da história inglesa desenvolvida por Alan MacFarlane, que aponta a inexistência de uma sociedade camponesa típica nesse país já na Idade Média, problematizando portanto a caracterização vigente do feudalismo, e, com maior ênfase, toda a discussão sobre a "transição" revisada no presente trabalho (ver: *Família, propriedade e transição social: a origem do individualismo inglês* e *A cultura do capitalismo*).

[3] Mesmo assim persistiram lacunas significativas no que importa à revisão da bibliografia brasileira publicada nos últimos anos, e gostaria de assinalar os trabalhos mais recentes de Evaldo Cabral de Mello e o minucioso estudo de Luiz Felipe de Alencastro sobre Angola.

INTRODUÇÃO

> Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. As palavras *cultura, culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo... Colo* significou, na língua de Roma, *eu moro, eu ocupo a terra... Colo* é a matriz de *colonia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar.
>
> ALFREDO BOSI, *Dialética da Colonização*

Geografia e História

Parte-se do entendimento da Geografia Humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, que se manifesta na realidade com determinações específicas, atuando como um elemento particularizador dos fenômenos e situações, em si uma mediação na análise dos movimentos históricos. Sendo esse processo resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a da *valorização do espaço*.[1]

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo *universal*.

---

[1] A fundamentação teórica que sustenta essa proposição encontra-se em Antonio Carlos Robert Moraes & Wanderley Messias da Costa. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. Uma síntese da formulação central desenvolvida pode ser obtida em Idem. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: Milton Santos (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*.

Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente, a qual também regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo *social*, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades. Tais formas — que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo — substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas, tornando-se qualidades dos lugares.[2] Assim, de um modo angular, concebe-se a história como uma progressiva e reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre.

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço também se transforma historicamente. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas pelas determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si mesmo, denso de particularizações temporais e espaciais. Vale salientar que a lógica geral do modo de produção não aplasta, contudo, a diversidade e a singularidade irredutível dos lugares. Isto é, a dominância de certas relações sociais de produção específicas (historicamente dadas) não explica — em si mesma — os processos concretos de valorização do espaço. A singularidade absoluta das diferentes porções da superfície terrestre impõe-se como um imperativo no deslindamento desse processo. Isso fornece um conteúdo próprio à perspectiva assumida de análise geográfica (da totalidade).

O imperativo espacial impõe-se, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta. A diversidade local é inicialmente natural. A este substrato natural diversificado sobrepõem-se heranças espaciais também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície da Terra. O trabalho morto fixa-se ao solo seletivamente, exponencializando as singularidades locais. A valorização do espaço articula estes dois fatores, e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares — por intermédio das pessoas — se relacionam. Desse modo, espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo

[2] Ver Milton Santos. *Por uma geografia nova* e *Pensando o espaço do homem*.

de produção tonalidades locais específicas em cada lugar. Por isso que a formação econômico-social é vista, nesse sentido, sempre como uma realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

Em face desse equacionamento, a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com *seu* espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais, obras humanas que subvertem as características naturais originais. As construções e destruições realizadas passam a fazer parte daquele espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade — um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história.

Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como o horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como um objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. Do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território. E neste, ou melhor, em sua produção, às determinações mais especificamente econômicas se associam as injunções do universo da política. Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço.[3] Os usos do solo, os estabelecimentos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam também os resultados de lutas, hegemonias, violências, enfim, atos políticos. A produção do espaço sendo vista como processo teleológico, sustentado em projetos e guiado por concepções. Portanto, a construção dos territórios envolve representações, discursos, consciências.

Enfim, a constituição do território pode ser um rico caminho para

[3] Ver Antonio Carlos Robert Moraes. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*.

a análise da formação histórica de um país, pois a qualidade de sua inércia — o "prático-inerte" como conceituou Milton Santos — torna-o depositário não apenas de valores econômicos mas também de projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco. O fato de uma certa diretriz se inscrever no espaço é também um prova maior de sua hegemonia, na objetivação das formas pode-se captar a vitória dos desígnios e concepções que a idealizaram. A formação territorial é, portanto, um dos elementos definidores da particularidade, pensada na escala das "peculiaridades nacionais". Enfim, o desenvolvimento histórico faz-se sobre e com o espaço terrestre, e, nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa.[4]

Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, as determinações genéricas, fornecendo os macroindicadores que delimitam grandes períodos e iluminando suas lógicas estruturais de funcionamento. De outro, a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e atitudes individualizadas, interesses específicos, enfim, movimentos singulares. Tem-se, assim, dois planos de análise e reflexão, em cuja união se desenha o projeto de uma Geografia interpretativa, social e histórica.

O território: conceito e objeto

Como visto, o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexiste como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.

Assim, o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Tal característica diferencia esse conceito na comparação com outros comumente utilizados pela geografia (como região ou paisagem), que podem manifestar-se adjetivados por fenômenos naturais. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais.

Contudo, tal conceito — em seu uso contemporâneo — remonta

[4] Milton Santos. Sociedade e espaço. A categoria formação econômico-social como teoria e como método. In: *Espaço e sociedade.*

às ciências naturais "modernas". Apesar de uma origem ancestral como figura administrativa-militar romana (o *territorium*), sua retomada pela geografia no final do século XIX dá-se mediante o conteúdo estabelecido no processo de sistematização dos estudos da natureza segundo o modelo "científico" consagrado nesse século. Trata-se, basicamente, de um conceito empregado amiúde pela botânica e pela zoologia oitocentistas,[5] para designar a "área de domínio" de uma espécie vegetal ou animal. Nesse sentido que se fala de um "território das araucárias" no Brasil meridional, ou da "territorialidade dos lobos" que demarcam o espaço sob controle de cada alcatéia.

É este conteúdo que foi assimilado por Friedrich Ratzel, que o incorpora ao escopo conceitual da sua antropogeografia, reconceituando-o. Na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial.[6] Segundo ele, no mundo moderno constituem áreas de dominação "estatal" e, mais recentemente, "estatal nacional".[7] Pode-se dizer, portanto, que o exercício de uma soberania impõe uma territorialidade a certas parcelas delimitadas da superfície terrestre. Esse processo, de "formação dos territórios", é afirmado por Ratzel como parte substancial da "tríplice repartição" do objeto antropogeográfico.[8] O território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que o localiza também num lugar importante no universo de preocupações da geografia política e da geopolítica.[9]

Com a despolitização da reflexão geográfica, subjacente à hegemonia da geografia regional francesa,[10] o conceito de território foi pra-

[5] Para uma visão de síntese da evolução desses campos no período, consultar Pascal Acot. *História da ecologia.*

[6] Ver F. Ratzel. O solo, a sociedade e o Estado.

[7] Sobre a forma "estatal nacional" de dominação política, ver J. R. Recalde. *La construcción de las naciones.*

[8] Segundo esse autor, tal disciplina estudaria a "influência das condições naturais sobre os grupos humanos", as "migrações dos povos", e a "formação dos territórios", vista como coroamento dos dois processos anteriores. Ver Antonio C. R. Moraes. A antropogeografia de Ratzel: indicações.

[9] Sobre o tema, e reforçando a distinção entre os campos mencionados, ver Wanderley M. Costa. *Geografia política e geopolítica.*

[10] Sobre esse processo, consultar Antonio C. R. Moraes. *Geografia. Pequena história crítica.* Sobre as vinculações e interesses políticos da "escola alemã", ver do mesmo autor *A gênese da geografia moderna.*

ticamente banido desse campo de investigação, pois sua densidade política explícita conduzia as análises para temas "perigosos" e inoportunos em face da perspectiva "não ideológica" da escola possibilista. Em decorrência dessa atitude, tal conceito é deixado, durante boa parte do século XX, como ferramenta quase exclusiva das teorias geopolíticas e jurídico-administrativas. Em tais campos, o território é trabalhado como um "suposto", uma base empírico-factual com a qual se inicia a teorização proposta. Para a geopolítica e o direito, o território "nacional" é visto como uma unidade política, econômica e jurisdicional.[11]

O regate desse conceito pela Geografia ocorre no âmbito da repolitização do temário da disciplina subjacente ao movimento de renovação do pensamento geográfico a partir dos anos 60.[12] Nesse momento, uma orientação metodológica marxista vai hegemonizar-se, propondo uma reflexão essencialmente econômica e política que reabilita a centralidade do conceito de território na análise do espaço terrestre.[13] Nessa orientação prevalece uma concepção que qualifica o território pelo seu uso social, como fica bem ilustrado na seguinte passagem de Marx: "o que faz com que uma *região* da Terra seja um *território* de caça, é o fato das tribos caçarem nela".[14] Vale assinalar que, nessa visão, o uso pressupõe a apropriação e o domínio, o que (apesar das evidentes diferenças de método) não a contrapõe estruturalmente à concepção ratzeliana, anteriormente mencionada.

Cabe também lembrar outro resgate do conceito em tela, ocorrido em tempos mais recentes, tendo por centro a reflexão antropológica. Tal leitura assimila o território a um espaço de referência cultural, que se qualifica portanto por um significado a ele atribuído por um dado

[11] A própria instituição dos regimes constitucionais reforça esse entendimento, e todas constituições nacionais normatizam sobre a matéria, identificando e qualificando o território sobre o qual deverão ser aplicadas as suas orientações legais. Para uma análise, no caso do Brasil, ver Michel Temer. O território nas constituições brasileiras.

[12] A obra paradigmática desse processo é a de Yves Lacoste. *A Geografia Serve, Antes de Tudo, para Fazer a Guerra* — onde o autor propõe o abandono do conceito mais empregado até então nesse campo disciplinar, qual seja, o de "região", por ele avaliado como um "conceito-obstáculo".

[13] Ver, como exemplificação, o texto de F. Indovina & D. Calabi. Sobre o uso capitalista do território.

[14] K. Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, p. 87.

grupo ou segmento social.[15] Nessa ótica o território inscreve-se no campo dos processos de identidade societária, como referente de formas de consciência do espaço e, mesmo, de autoconsciência grupal (nos grupos que se identificam pela relação com um dado espaço). Para essa concepção antropológica, diversas territorialidades exercitam-se sobrepondo-se num mesmo espaço, rompendo com a idéia de "exclusividade" presente nas visões anteriores.[16]

Enfim, pode-se considerar que hoje convivem, nos debates das ciências humanas, os vários entendimentos do conceito apresentados. Nesse quadro, a conceituação aqui assumida parte, como visto, da visão do espaço como dimensão da realidade, vendo o território como uma sua manifestação como objeto empírico. Nesse sentido, o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada "formação econômica e social".[17]

Em outras palavras, todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da *formação territorial* como objeto de pesquisa. Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomam-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *post festum*.

O esmiuçamento dos processos de formação territorial indica que seus resultados são construções bélicas, jurídicas e ideológicas. O componente militar impõe-se na medida em que o domínio espacial deva ser concretizado e mantido continuamente, e o exercício da soberania implica um poder efetivo sobre os espaços de sua jurisdição. Contudo, os territórios não se mantêm apenas pelo recurso à força e à

[15] Ver, por exemplo: Alecsandro J. P. Ratts. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*.

[16] Como exemplificação, pode-se consultar: Paul Little. *Cosmografias superpostas, territórios fractais*.

[17] No sentido afirmado por David Harvey de ver "as formas espaciais enquanto processos sociais, do mesmo modo que processos sociais são espaciais" (*A justiça social e a cidade*, p. 11).

violência, envolvendo também instâncias de legitimação do domínio e do poder praticados, o que redunda em formas jurídicas de reconhecimento dos direitos de soberania (interna e/ou externamente aos espaços em questão). Nesse sentido o território é também uma construção política, que deve ser reiterada por meio de pactos e disputas sociais.[18] Até por isso, a formação territorial apresenta ainda uma faceta de estrita elaboração ideológica, resultando em constructos discursivos que comandam tanto a consciência dos lugares quanto sua produção material.[19]

Na história moderna, os territórios estatais (e estatais nacionais) aparecem como unidades políticas, econômicas e culturais básicas das formas de organização social vigentes. As próprias relações internacionais contemporâneas e a chamada "globalização" pressupõem a existência de Estados e de países, e estes têm por pressuposto a delimitação de espaços, em cujos contornos vivem seus habitantes, num ideário no qual a vontade geral deveria instituir e legitimar os governos.[20] Estes atuam em quadros legislativos definidos internamente aos países, manipulando uma economia também estruturada em termos ainda basicamente "nacionais", e expressando-se e relacionando-se através de instituições em sua maioria originárias e/ou circunscritas a cada território estabelecido.

Esta repartição do mundo em territórios estatais estrutura-se no próprio processo de difusão das relações capitalistas de produção, que cria uma economia-mundo hoje efetivamente global. Em todos os quadrantes da Terra, este processo instala uma lógica territorial, primeiro por impérios e posteriormente pela multiplicação de Estados, num contexto no qual a distinção entre o centro e a periferia fica sempre bem demarcada. A formação do "Antigo Sistema Colonial" apa-

[18] A questão federativa, o regionalismo, e a municipalização, por exemplo, ilustram bem o conteúdo de tais contratos sociais de ordenamento político do poder no espaço, que expressam pactos territoriais. Uma discussão desse tema, no âmbito de um setor específico do Estado brasileiro, pode ser encontrada em: Antonio C. R. Moraes. *Federalismo, políticas públicas e planejamento da educação no Brasil.*

[19] Ver Antonio C. R. Moraes. Historicidade, consciência e construção do espaço. Sobre o tema, ver ainda Paul Allies. *L'invention du territoire.*

[20] Michel Foucault afirma que a noção de "população" tem por antecedente a demarcação do território, pois ela se constitui dos habitantes daquele âmbito espacial demarcado (ver Antonio C. R. Moraes. Foucault e a geografia). A própria noção de "cidadania", oriunda da Revolução Francesa, se exerce no âmbito de espaços políticos delimitados.

rece como a organização dos espaços periféricos num período inicial desse movimento de mundialização. Essa "europeização do mundo", conforme definição de Fernando Novais, avança nesse período na América, por meio da criação de territórios *coloniais*.

Pode-se considerar que os processos de formação territorial envolvem sempre, em algum nível e em algum momento, uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política (com a conquista de "novas" terras). Contudo, a expansão da Europa no "longo" século XVI, em seu rebatimento no espaço americano, apresenta peculiaridades históricas que serão discutidas no decorrer do presente estudo. Na colonização da América conformam-se processos de ocupação que expandem o espaço econômico europeu por meio de instalações produtivas historicamente singulares, isto é, que geram formações sociais específicas do ponto de vista da história comparada. Esses territórios coloniais, anexos espaciais dos Estados metropolitanas, representam formas particulares de valorização do espaço, constituindo assim um tipo específico de padrão geográfico periférico (variado e único, ao mesmo tempo).

A colonização americana inicia-se com a instalação de *enclaves*, que atuam como bases de difusão do processo. Estes evoluem para *regiões*, quando passam a abarcar espaços mais dilatados, que abrigam assentamentos e fluxos permanentes e consolidados. Tais conjuntos regionais, em suas articulações e complexizações, acabam por conformar efetivos *territórios* na América colonial, que apresentam uma divisão interna do trabalho com zonas de produção especializadas. Tais organizações espaciais, dotadas de instalações e assentamentos (e de fundos territoriais), com sua lógica de disposição das atividades e equipamentos no espaço, emerge como um dos elementos significativos da "herança colonial" das formações periféricas.

Enfim, os territórios coloniais atuaram como as bases da construção dos territórios nacionais na América Latina. Por isso, entender a dinâmica que presidiu suas formações, e conhecer os arranjos sociais gerados em cada caso, aparecem como pressuposto para a explicação da história das sociedades latino-americanas.

O território brasileiro e sua história

A formação brasileira é exemplar no sentido mencionado no tópico anterior. País de dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos

no mundo atual a não ter seu território ainda plenamente construído, sua área de soberania excedendo seu efetivo espaço econômico, o que faz com que o país conheça — até na atualidade — dinâmicas fronteiras de povoamento e situações de apropriação de meios naturais "originais". Assim, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial (ainda em curso), cuja gênese remonta ao expansionismo lusitano. Desse modo, o país tem por antecedente o signo da conquista de espaços, situação que marca profundamente o seu desenvolvimento.

O imperativo da apropriação constante e extensiva do solo pode mesmo ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira. Desde os primórdios, o próprio "sentido da colonização" aqui estabelecido repousou em certas aptidões do território apropriado: afinal, de início, são condições ambientais distintas da metrópole que permitem a realização de explorações complementares. E a colonização do Brasil implicou a integral montagem dessas estruturas de produção, num movimento que sincronizou o povoamento, a apropriação do solo e a exploração produtiva propriamente dita. Em outros termos, tratou-se de um processo simultâneo de construção de uma sociedade e de um território, de uma sociedade que tinha na construção do território forte elemento de identidade. Em função disso, deve-se considerar também o papel desempenhado pela formação territorial na armação da vida política do país, com o realce das ideologias geográficas nos momentos de ruptura ou crise institucional. A prática das transformações *pelo alto* — tão recorrentes na história do Brasil — não raro buscou legitimação sustentando-se no argumento da necessidade de manutenção da *integridade territorial*.

Vale salientar que o país tem sido comumente concebido por suas elites como um espaço, cuja apropriação — erigida como projeto nacional básico — sempre legitimou a ação do Estado. Este, antes de tudo, teria por tarefa fundante a defesa da soberania sobre os fundos territoriais e por meta sua ocupação. É recorrente na história do Brasil a prática da tutela do povo em nome da defesa da integridade do espaço, assim como é comum a existência de discursos em que lugares são tomados como atores sociais. Nesse quadro, a questão da construção do território adquire relevo ímpar, pois incide no cerne das argumentações legitimadoras da formação nacional.

É em face de tais perspectivas que se torna extremamente interessante problematizar as visões acerca da formação territorial do Brasil. O recuo do meridiano de Tordesilhas é comumente apresentado como um feito estimulador do orgulho nacional, logo como um alimento rico para a doutrinação patriótica. Toda a mitologização do bandeirante e do bandeirismo bem atestam esse fato. Exalta-se a hierarquia e a impetuosidade e sublima-se a violência e as motivações menos nobres desses movimentos. Nos discursos historiográficos e geográficos, a consquista territorial foi expressa basicamente mediante esse personagem paradigmático, que tinha na própria mobilidade espacial expansiva o seu elemento caracterizador.

Assim, o processo de apropriação do espaço exprime-se num tipo social específico — o bandeirante — ao qual corresponderia um tipo de organização social também peculiar: a bandeira, síntese da motivação expansionista fundante do Brasil. Nessa transposição, do processo ao tipo, a dominação espacial (elemento de causação) torna-se implícita no argumento, passando a ser vista como resultado (mais do que motivação) da ação bandeirante. Ao conceber a conquista como um atributo do tipo social fundante da nacionalidade, tira-se a questão territorial do centro da argumentação que vai construir a historiografia nacional. E a história "brasileira" não vai ser contada numa ótica geopolítica, a ocupação territorial sendo tematizada fundamentalmente por motivações especificamente econômicas.[21] A visão dos "ciclos econômicos" no processo de formação do país introduz, ainda, um recorte regional que deixa descoberta a avaliação do país como um todo.

Assim, apesar da centralidade apontada, a questão territorial emerge episódica nas grandes obras da historiografia brasileira. Geralmente envolta numa concepção jurisdicista, que — tomando-a como história diplomática — só apreende o plano de legitimação formal na definição das fronteiras. De eixo motivador da colonização, a conquista de espaços torna-se questão menor, definida em grande parte na arena das relações intereuropéias. Daí serem estabelecidas como as grandes datas da história territorial brasileira, as da assinatura dos tratados de Madri e Santo Ildefonso. Reduz-se a conformação do território à confirmação legal de seus limites, tornando a história territorial um estudo do estabelecimento das fronteiras.

---

[21] Aqui, o paralelo com a historiografia argentina é interessante, pois a história oficial desse país é contada em moldes essencialmente geopolíticos. Sobre este ponto, ver Silvina Palacios Quintero. *Geografía y educación pública en los orígenes del territorio y la nación (Argentina, 1863-1980).*

Enfim, tem-se que a dimensão territorial recorta uma determinação fundamental da história brasileira, porém, apesar dessa evidência, os estudos dedicados a tal temática (histórico-geográfica, por excelência) são bastante raros e escasseiam de forma absoluta quando se avança para o presente. Assim, cabe resgatar este objeto de investigação, não só para avaliá-lo em seu devido nível de importância, mas para fornecer um equacionamento alternativo ao encontrado no tratamento dado à matéria.

Retomando a ótica da particularização que preside ao trabalho, cabe destacar as duas mediações que se quer esclarecer e interagir: *formação territorial* e *situação colonial*. Para tanto, há que se tomar a colônia como um território em construção, objeto de formas específicas de valorização. Nessa abordagem, de imediato, revela-se problemático o tratamento do período colonial brasileiro como um conjunto homogêneo, que obedece ao mesmo ritmo e expressa a mesma dinâmica, o que lhe conferiria uma condição tipológica. Na verdade, o colonial não é um tipo, mas um movimento dotado em si de periodização própria, a qual revela características específicas a cada conjuntura em face dos variados estímulos que lhe vêm de fora. Características que ficam evidentes quando se examinam as formas de valorização do espaço realizadas em terras brasileiras ao longo do período colonial.

Enfim, as características observadas nesse processo no século XVI não são as mesmas nos séculos XVII e XVIII (e estas também diferem entre si), e sua análise fornece um critério de periodização. Do ponto de vista geográfico, há que se diferenciar os condicionantes da *instalação* portuguesa na América do Sul, dos presentes no período de *consolidação* do domínio sobre tais terras, e também dos que se manifestam quando do funcionamento pleno da *exploração* colonial e os da crise deste sistema. São conjunturas distintas, cada uma com seus determinantes e resultados próprios, que se unificam na continuidade cumulativa da apropriação/transformação/construção do espaço: o *território colonial*.

Vale salientar que a constituição do território *nacional* brasileiro se fez calcada nessa herança espacial colonial. É sobre o território da colônia — conjunto de formas pelas quais se estruturou um sistema produtivo e uma vida social dos portugueses em terras americanas — que começa a edificação do espaço nacional, após a emancipação política que cria o novo país. A primeira tarefa da nação recém-independente foi exatamente garantir a soberania sobre as diferentes regiões da antiga colônia. A unidade política nacional teve de ser estabelecida sobre as instituições, equipamentos e circuitos preexistentes. A *herança colonial*, no que importa à dimensão espacial, teve sua influência integral na definição da nova situação. As construções, os assentamentos de população, os usos do solo, apresentavam-se intatos — na forma desenhada pelos interesses coloniais — em face do novo Estado. O território colonial foi, assim, o suporte sobre o qual se iniciava a formação territorial do país emergente.

Para entender este resultado de três séculos de ocupação — o território colonial brasileiro — é necessário captar a lógica da valorização colonial do espaço. Isto é, apreender as determinações básicas que comandaram este processo de produção do espaço no Brasil, o que remete à discussão do próprio caráter da situação colonial. É necessário também conhecer os desígnios próprios da geopolítica da Coroa portuguesa e dos diferentes atores que atuaram no processo colonizador, assim como os estímulos e limites postos pelas conjunturas internacionais.

No presente estudo, começa-se esta empreitada, buscando avaliar os períodos iniciais, os que recobrem o processo da instalação dos portugueses no Brasil, sua irradiação pioneira, e o da consolidação desse domínio. Para tanto, necessita-se indagar não apenas acerca do intuito do Estado colonizador (seus objetivos e determinações), mas também a respeito do novo cenário onde se projeta sua ação (com sua variedade e singularidade, as quais devem ser demarcados por meio da análise comparativa com outros estabelecimentos coloniais americanos). Sobrepondo-se a tudo isso, há um *tempo* (no sentido braudeliano) que dá as chaves para o entendimento da dinâmica de todo este movimento.

E é na tentativa de se captar as determinações desse tempo europeu que se inicia o trabalho.

Primeira Parte

A EXPANSÃO EUROPÉIA E A FORMAÇÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Capítulo 1

A EUROPA NO "LONGO" SÉCULO XVI (1460-1640)

As sociedades da civilização cristã-européia vivem uma época de profundas transformações. Um período que a prudência teórica aconselha a designar como de *transição*, tal a multiplicidade de forças e processos atuantes.

A Europa, durante o *longo século XVI*,[1] realiza as potencialidades geradas na crise da ordem feudal e estabelece as premissas de uma nova ordem. No fluir histórico de continuidades e rupturas gesta-se uma mudança de sentido na vida das sociedades européias. Rompem-se as amarras do medievalismo, nasce a época moderna. Por isso, mesmo tendo a história como uma contínua transição e a variedade como uma de suas qualidades, a adjetivação empregada não perde sua eficácia (nos limites de qualquer caracterização periodizadora).

A mudança, a convivência de distintos padrões e estruturas, a opacidade dos processos, a indefinição das dominâncias, são a essência mesma da época. Daí a precisão do termo — *transição*. Uma era de contornos pouco nítidos, de diversidade de formas. Passagem do mundo medieval para a modernidade.

Do ponto de vista econômico, a Europa em seu conjunto conhece um período de expansão, após a longa crise dos séculos XIV e XV.[2]

---

[1] Ver Fernand Braudel. Qu'est-ce que c'est le XVIème siècle?.

[2] Os séculos XIV e XV recobrem, precisamente, o período de *crise do feudalismo*.

No tocante aos ciclos de *longa duração*, trata-se claramente de uma fase de florescimento da economia.[3]

Este desenvolvimento econômico escora-se numa conjuminância de elementos. Grande crescimento demográfico, alimentado pelo diferencial positivo entre preços e salários na fase de estagnação. Recuperação agrícola com retomada da área cultivada e difusão de aprimoramentos nas técnicas de cultivo. Expansão e incremento da atividade industrial com o desenvolvimento de novos setores (metalurgia, construção naval etc.). Avanço da mineração e aumento dos estoques de metais preciosos. Difusão das técnicas financeiras e generalização do crédito. Multiplicação das trocas e melhoria das relações terrestres e marítimas. Enfim, uma ampla trama de fatores que articula o nascimento das economias nacionais, e que faz do século XVI a "época de ativamento geral de todas as *circulações*".[4]

A clarificação do período, com o deslindamento dessa trama, ali-

Este modo de produção conhece seu apogeu entre os séculos XI e XIII, decaindo a partir daí. Tal crise manifesta os limites de reprodução do sistema, o "bloqueio das forças produtivas feudais" (na expressão de Charles Parain. A evolução do sistema feudal europeu). O não-aprimoramento agrícola, fruto do baixo nível de reinvestimento, levou a uma progressiva queda de produtividade. Sendo este o setor básico da economia a crise extravasou por toda a estrutura social, o que se espelha na profunda contração demográfica do século XIV. A queda do lucro senhorial acompanha um processo de erosão do poder feudal a partir deste século. As respostas à crise estariam na base da "derrubada das relações feudais de produção" (ver Ruggiero Romano & Alberto Tenenti. *Los fundamentos del mundo moderno. Edad Media Tardía, Reforma, Renacimiento*, p. 20). Estes autores lembram que a contrapartida da crise e da estagnação era a *efervescência*, e a superação inicia-se por volta de 1480. Para um quadro da Idade Média, pode-se tomar a síntese de Hilário Franco Jr. *Idade Média. O nascimento do Ocidente.*

[3] De acordo com Pierre Chaunu, teríamos a seguinte seqüencia: de 1200 a 1350 uma *fase A* (de expansão econômica); de 1350 a 1500 uma *fase B* (de crise); no decorrer do século XVI nova expansão; e em meados do XVII nova crise. O autor ressalta a precoce recuperação portuguesa no século XV como uma exceção no contexto europeu. Ver *Expansão européia do século XIII ao XV*, p. 45 a 50. Robert Brenner diz claramente: "A partir de meados do século XV na maior parte da Europa Ocidental foram desaparecendo as condições que haviam originado a crise, iniciando-se um novo período de expansão econômica" (Las raíces agrarias del capitalismo europeo, p. 324).

[4] Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*, p. 210. Romano & Tenenti afirmam que "a Europa mercantil entre 1480 e 1560 está sob o signo da expansão", criando no período "as premissas de uma circulação de tipo moderno" (op. cit., p. 288 e 285).

menta um dos mais ricos debates do pensamento histórico contemporâneo.[5] Apesar de toda a polêmica, há um ponto que merece a concordância dos estudiosos: o século XVI vive a entrada em cena das relações capitalistas de produção.[6] Antes, alguns ensaios haviam-se manifestado em Flandres, nas cidades do norte da Itália e alhures. Agora, contudo, trata-se de um movimento mais denso, do instalar-se de um novo modo de produção: processo lento, cuja plenitude só ocorrerá dois séculos depois com a revolução industrial.

Esta emergência das relações capitalistas faz-se, todavia, em meio a uma institucionalidade ainda dominada pelas formas de poder feudais. A passagem de um modo de produção a outro desdobra-se com a convivência — muitas vezes associada — de relações próprias da ordem que se finda e da que emerge, além de outras formas específi-

[5] Pode-se apontar inicialmente a polêmica estimulada pela publicação da obra de Maurice Dobb, *A evolução do capitalismo*, em 1946. Este autor defende a tese central de que a gênese do capitalismo se deu pela diferenciação interna dos produtores autônomos, que ao expandirem suas atividades animam o assalariamento. A contraposição principal a esta interpretação aparece nas afirmações de Paul Sweezy que, partindo da interpretação clássica de Henry Pirenne, enfatiza o papel do comércio e do capital mercantil. Este debate permanece ativo, em suas linhas mestras, até hoje, e várias argumentações podem ser encontradas nas coletâneas *Capitalismo. Transição* e *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Estímulos recentes a essa discussão podem ser identificados no debate sobre a "proto-industrialização" (ver P. Kriedte et alli. *Industrialización antes de la industrialización*) e no propiciado pelas críticas à interpretação desenvolvida por Robert Brenner (ver T. H. Aston & C. H. Philpin [orgs.]. *El debate Brenner. Estructura de clases y desarrollo económico en la Europa preindustrial*).

[6] Deve-se observar que tanto Dobb quanto Sweezy concordam neste ponto. O primeiro lembrando o fato de Marx ter sido explícito e enfático nesta datação (ver M. Dobb. Op. cit., p. 156, n. 1), o segundo citando-o diretamente: "O comércio mundial e o mercado mundial inauguram, no século XVI, a história moderna do capital" (P. Sweezy. Uma crítica, p. 49-50). Eric Hobsbawm, em estudo mais recente, conclui que a crise feudal avançou pelos séculos XIV e XV e que a expansão das relações capitalistas envolveu o XVI e XVII, acarretando "forte ruptura entre base e superestrutura da sociedade feudal", ruptura que ele define como o "começo da era capitalista" (Do feudalismo para o capitalismo, p. 162). A. Gunder Frank, para se tomar um autor recente simpático ao outro lado do debate, argumenta que o século XVI "testemunhou o primeiro desenvolvimento quantitativo e qualitativo... do capitalismo em seu estágio mercantil e de concentrada acumulação na Europa" (*Acumulação mundial, 1492/1789*, p. 85). Vê-se que a polêmica diz respeito não à existência das relações capitalistas já nesse século, mas ao grau de sua difusão e dominância.

cas geradas na transição.[7] O processo de *acumulação primitiva*[8] do capital nomeia este mosaico que supera o feudalismo e objetiva as condições prévias de domínio do capitalismo.[9] No seu realizar-se transcorre o período enfocado.

As mudanças ocorrentes são múltiplas e as formas de transição variam enormemente no tempo e no espaço. Há uma dinâmica européia em curso, alteradora das estruturas tradicionais, porém — como alerta Hobsbawm — não apenas atuando em realidades díspares como fazendo migrar o "país líder" do movimento.[10] A diversidade regional

[7] Peter Kriedte aponta bem: "O processo de acumulação do capital mercantil tinha já traços capitalistas, mas em medida ainda maior estava marcado por condições resultantes do sistema feudal" (*Feudalismo tardío y capital mercantil*, p. 20). E, falando já do século XVII, Fernand Braudel afirma: "Em resumo, a economia-mundo européia, em 1650, é a justaposição, a coexistência de sociedades que vão desde a sociedade já capitalista, a holandesa, até às sociedades servis e escravagistas, no fundo da escala" (*A dinâmica do capitalismo*, p. 76-7).

[8] A.Gunder Frank argumenta que a acumulação é *primitiva* por se realizar em meio a relações pré-capitalistas, distinguindo-a da acumulação *originária*, na qual o avanço do capitalismo criaria relações não capitalistas, como o escravismo moderno por exemplo (op. cit., p. 23 e 44). P. Vilar precisa o primeiro conceito: "Aplicamos esta denominação a toda acumulação de capital que não está todavia fundada em relações capitalistas de produção" (*Crecimiento y desarrollo*, p. 132). M. Dobb distingue duas fases da acumulação primitiva: a primeira de *aquisição* de bens (notadamente a terra), e a segunda de *realização*, com a transformação dessa riqueza em capital (*A evolução...*, p. 227 e Réplica, p. 66).

[9] A polêmica apontada em nota anterior toma contornos claros aqui, distinguindo bem os autores que acatam a determinação já capitalista da acumulação primitiva dos que, como John Merrington, entendem-na como uma "capitalização das relações feudais" (A cidade e o campo na transição para o capitalismo, p. 192). Giuliano Procacci, atentando para a existência de comércio e vida urbana ao longo de todo o período feudal, situa os séculos XVI e XVII como ainda inseridos na dinâmica deste modo de produção, porém ja apresentando "gérmens capitalistas" (Uma sinopse do debate, p. 137). Sweezy, Hobsbawm, entre outros, acatam a acumulação primitiva como momento de constituição do capitalismo, no dizer de Dobb ,"anterior no tempo ao florescimento *completo* da produção capitalista" (*A evolução...*, p. 220, grifo meu).

[10] E. Hobsbawm. Op. cit., p. 163. J. Parain, falando do surgimento da pequena produção independente, argumenta que "no curso do período declinante da sociedade feudal, as condições econômicas (em graus diversos conforme as regiões) podem favorecer uma evolução que conduz da servidão à liberdade. Mas este fenômeno não se produz em *todos os lugares* ou pelo menos não se produz no mesmo ritmo" (op. cit., p. 22). R. Brenner, comentando a superação da crise feudal, destaca a variação da luta de classes no nível das regiões, pois "a base das importantes

e nacional dos processos é intensa, mas articulada. Nesse sentido, as "histórias econômicas regionais" têm no aparecimento das próprias relações capitalistas "uma poderosa influência coordenadora".[11] Afinal, sabe-se que este modo de produção avança na desigualdade e na diferenciação, e em meio a esta algum sentido geral é possível identificar.

No campo, a renda em dinheiro vai espalhando-se ao lado da prestação em trabalho e do pagamento em espécie, ao mesmo tempo que se generaliza a mercantilização das terras com altos níveis de transferência das propriedades fundiárias. Propriedades alodiais e senhoriais vão ajustando-se a uma mesma dinâmica da vida monetarizada. Avançam o arrendamento e a compra de solares pela emergente burguesia em alguns países, noutros retornam ou reforçam-se os vínculos feudais. O desalojamento dos camponeses acirra-se, seja pela concentração da propriedade burguesa, seja pela reintegração da posse senhorial. Enfim, generaliza-se a destinação mercantil da produção agrária, cada vez mais uma produção de valores-de-troca.[36] Em algumas regiões tal móvel estimula o assalariamento e a produção independente, em outras alimenta a retomada da servidão. O que bem atesta a multiplicidade do quadro.

Nas cidades, em crescimento acelerado em face dos padrões vigentes, também se torna complexa a vida econômica com a intensificação das trocas e um rápido processo de diferenciação social. Há uma veloz concentração de riquezas tanto na produção quanto, especialmente, no comércio. Quanto à atividade industrial ocorre também

contradições regionais que caracterizam a evolução econômica européia no período seguinte constituíram as diversas formas de propriedade da terra" (op. cit., p. 257). Enfim, a questão da diversidade dos processos nesta escala não pode ser esquecida; há que se atentar sempre para o que Pierre Chaunu qualifica como a "irredutível desigualdade regional do desenvolvimento histórico" (op. cit., p. 203).

[11] M. Dobb. *A evolução* ..., p. 35. Este autor vai além ao dizer que, neste contexto, "o lançamento de um país nos primeiros estágios da estrada para o capitalismo não é garantia de que ele complete sua jornada" (p. 241). G. Bois observa que a crise numa dada região pode estimular o avanço das relações capitalistas em outras (Contra la ortodoxia neomalthusiana, p. 139).

[12] Ver R. Brenner. Op. cit., p. 277 a 279. A tese básica desse autor é a de que as relações capitalistas se desenvolvem onde a vitória senhorial levou à destruição da vida camponesa. Segundo ele, o triunfo do campesinato possivelmente teria "cortado as asas do capitalismo" (Estructura de clase agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial, p. 65).

grande expansão, em alguns casos em processos internos das corporações de ofícios, em outros em oposição a estas. Há ingerência de agentes do capital mercantil e associações de artesãos ricos que passam a dominar os principais ramos da produção pelo controle dos estoques de matéria-prima e, posteriormente, dos próprios instrumentos de trabalho. Aqui, o artesanato tradicional vai conviver com o sistema *putting-out* e com a manufatura;[13] a superação dos limites desta última forma representando a ultrapassagem mesma da acumulação primitiva.[14] Em alguns setores, como a mineração e a metalurgia, as necessidades técnicas do processo produtivo impõem o desenho da grande indústria, com especialização de funções e maiores investimentos de capital constante. O assalariamento avança em meio às restrições e privilégios próprios da ordem feudal.

No plano do comércio, pólo dinâmico da economia européia no século XVI (que subordina a produção a seus interesses), o "ativamento geral de todas as circulações" exprime uma era de apogeu. Exponencializam-se os fluxos, desde as trocas locais até os negócios internacionais. Proliferam as companhias comerciais e os grandes mercadores ascendem à condição de uma nova aristocracia, importantes sujeitos da história quinhentista.[15] Em muitos casos os próprios fidalgos imiscuem-se nos negócios e na direção das companhias. A Coroa aparece sempre como parceiro, direto ou indireto, do empre-

[13] P. Kriedte avalia as diferentes modalidades no quadro da *proto-industrialização*, e conclui: "A indústria doméstica foi durante o período da transição um elemento quantitativamente mais importante tanto pelo número de pessoas empregadas como pela quantidade de valor criado" (P. Kriedte et al. Op. cit., p. 21).

[14] A manufatura ainda subordina a produção ao ritmo do trabalhador (limite só ultrapassado com a maquinaria) impedindo o pleno desenvolvimento da mais-valia relativa. Marx define o *período manufatureiro* como a *era da acumulação primitiva*, só superada com a industrialização (Ver Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*, p. 30 e 34). Este estudo rastreia bem a polêmica apontada anteriormente. Segundo o autor, é bastante clara na formulação marxiana a distinção entre *acumulação primitiva* e o *capitalismo já constituído* (p. 58). Este último, posto como autodeterminação do capital, só emerge no século XVIII com a indústria — uma força produtiva capitalista (p. 29). Todavia, a acumulação primitiva constitui a *gênese* do capitalismo, uma acumulação não capitalista (e por isso primitiva, porque é prévia e violenta). Seu estatuto teórico seria o de *momento* do processo de instalação deste modo de produção, um componente de seu movimento histórico.

[15] Ver Pierre Jeannin. *Os mercadores do século XVI*.

endimento mercantil ao garantir sua base monopolista.[16] Consoante todo esse dinamismo, manifesta-se um desenvolvimento do crédito e das atividades bancárias, um florescimento do capital usurário e da circulação financeira.

Em meio à diversidade de processos, uma qualidade comum emerge nos vários quadros: a tônica concentracionista, manifesta no campo e na cidade, no comércio, na indústria e na agricultura. Nesse sentido, a acumulação primitiva representou um amplo movimento de circulação, de redistribuição dos meios de produção que se centralizam, quer nas mãos da velha classe dominante, quer nas da burguesia emergente. Concentração que efetiva a separação entre o trabalhador e os meios de produção, condição prévia do desenvolvimento do modo *especificamente* capitalista de produção.[17] Assim, uma face fundamental desse movimento é a profunda expropriação que ele implicou.

A centralidade da expropriação dos camponeses e pequenos artesãos na gênese do capitalismo é límpida. Esse processo gerou o contingente de despossuídos a serem assimilados como força de trabalho (e exército de reserva) pelo capital,[18] sendo portanto um pres-

[16] O monopólio, assim como as demais formas de regulação extra-econômica da economia, bem ilustram o caráter *primitivo* da acumulação. O capital necessitando de garantias políticas para sua valorização. Tal processo só se realiza "graças às violências, aos desequilíbrios, aos açambarcamentos e às usuras que marcaram o fim do regime feudal e a expansão dos europeus através do mundo" (Pierre Vilar. A transição do feudalismo ao capitalismo, p. 39).

[17] O trabalho citado de Carlos A. B. de Oliveira discute à exaustão as diferenças entre as fases de constituição do capitalismo e da acumulação já capitalista. Ele realiza extensa revisão bibliográfica, na qual, além de na de Marx, se debruça na obra de Lenin, o qual distinguia os dois momentos também por critérios políticos: num a liquidação dos poderes feudais e absolutistas (culminando com as revoluções democrático-burguesas), noutro já há luta de classes capitalista. Oliveira propõe avaliar teoricamente a instalação do novo modo de produção diferenciando o *padrão originário* (do caso inglês, pioneiro) do *atrasado* e do *tardio*, tendo por critério a armação do processo de industrialização nos vários países.

[18] P. Kriedte, lembrando que a proto-industrialização pressupõe "a interação entre o conjunto de contradições do setor agrário e o mercado supra-regional", acentua bastante o papel desempenhado pelos minifundistas que, em face da mercantilização da vida rural (e da desagregação da economia camponesa), têm de buscar ingressos extra-agrários, fornecendo as bases laborais para o sistema *putting-out*, de custos de produção baixos e visando um amplo mercado de exportação (P. Kriedte et al. Op. cit., p. 40, 33 e 42). E completa: "A particular simbiose do capital mercantil e a sociedade camponesa marca, portanto, uma das fases mais importantes no caminho ao capitalismo industrial" (p. 64).

suposto da generalização posterior do trabalho assalariado. Dobb vai adiante nessa argumentação, vendo na superexploração dos produtores diretos — o ante-ato da expropriação — o elemento gerador da insolvência da crise feudal e o estopim das ações que configuram o reordenamento político do período da transição.[19] A superexploração estaria na base das *guerras camponesas* e da chamada *reação aristocrática*.[20]

O temor da insurreição popular fornece o cimento de uma aliança — verdadeiro bloco histórico — entre a nobreza feudal, os grandes mercadores e a Coroa, que impulsiona a forma política da acumulação primitiva. O fato de as formas de acumulação imperantes realizarem-se apoiadas em mecanismos de coerção extra-econômica fornece o fundamento material de tal aliança. Tanto a renda senhorial quanto o lucro do grande comércio dependem de privilégios politicamente garantidos.

O papel ambíguo do capital comercial na gênese do capitalismo

[19] M. Dobb. *A evolução...*, p. 60. A. Gunder Frank concorda com esta avaliação, alertando que a intensificação das trocas, com o início da recuperação econômica, estimula a superexploração (ob. cit., p. 23). R. Hilton também acata a tese, asseverando que a produção camponesa era básica na vida econômica do feudalismo, e que o aumento progressivo da extração de sua renda vai impedindo a inversão, levando a uma crise agrícola (Una crisis en el feudalismo, p. 148, 153-4). Perry Anderson contrapõe-se explicitamente a tal interpretação, alegando que a crise feudal vem de um colapso na reprodução do sistema, ligado a esgotamento das forças produtivas (empobrecimento de solos, fim do espaço de expansão dos cultivos, carência mineral, etc.). Logo seria uma crise no plano das forças produtivas e não das relações de produção (*Passagens da antiguidade ao feudalismo*, p. 221, 222 e 229).

[20] R. Brenner também defende a interpretação de Dobb, vendo esta característica como um limite da exploração feudal, cuja ultrapassagem se define no campo das lutas políticas, o qual determina — em sua variedade — o futuro de cada sociedade, Estado ou região (Estructura..., p. 48, 50 e 52). Romano & Tenenti argumentam que no final do século XV já é nítida a tendência altista dos preços, e que a acumulação capitalista se alimenta da defasagem do aumento dos salários. Estes autores, ressalvando as grandes diferenças regionais e o caráter ainda restrito do assalariamento, também creditam à superexploração o estopim do surto capitalista (op. cit., p. 292). P. Vilar, acentuando a ressalva, afirma que o diferencial entre o crescimento dos preços e dos salários "produz uma inflação de lucros e o primeiro grande episódio da criação capitalista" (A transição..., p. 41). A reação popular a esta situação e seus desfechos definem em muito a particularidade do posterior desenvolvimento das várias nações européias (ver Friedrich Engels. *As guerras camponesas na Alemanha*).

escora-se nesta sua dependência de fundamentos extra-econômicos. Sua valorização repousa na "indulgência política".[21] O monopólio, de diferentes fatores, é a condição de sua realização, sendo a desigualdade a substância de incremento nas trocas mercantis prévias ao mercado capitalista. Assim, o capital mercantil avança transformando a produção, mas sem revolucioná-la; ao contrário, reproduzindo em muito as relações vigentes.[22] Daí a ambigüidade: por um lado ele concretiza as condições prévias de instituição do novo modo de produção (ao mercantilizar a produção, monetizar as relações, expropriar etc.), por outro constitui poderoso entrave à plena dominância do capital (ao sustentar privilégios, restringir a produção, barrar a circulação etc.).

Esta dubiedade expressa-se em soluções nacionais diversificadas. As formas de articulação entre a nobreza, a burguesia mercantil e a Coroa — o poder relativo de cada uma na aliança — determina em muito a história posterior das várias nações européias e suas vias de desenvolvimento capitalista.[23] Dependente de garantias políticas, a

[21] J. Merrington. Op. cit., p. 168. Segundo este autor, as revoltas camponesas atuaram no sentido de uma "refeudalização da burguesia" criando o contexto do "novo feudalismo estatal" do absolutismo (p. 181). Para ele o capital mercantil apenas implicou a "monetarização dos laços feudais", tendo porém "efeito dissolvente" e uma "função redistributivista" no período da acumulação primitiva. R. Hilton, citando Marx, concebe o capital mercantil como "condição prévia" e, ao mesmo tempo, "elemento retrógrado" em relação ao desenvolvimento capitalista (ver Capitalismo, o que representa esta palavra?, p. 149).

[22] Albert Soboul afirma: "O desenvolvimento do capital comercial, até certo ponto, é a condição histórica do desenvolvimento capitalista; até certo ponto, já que esse desenvolvimento será realizado sem que sejam modificadas as relações de produção" (Contribuição a propósito da Revolução Francesa, p. 73). Esse autor enfatiza o papel político dos pequenos produtores na "luta pela abolição da feudalidade" (p. 75). P. Kriedte exemplifica um arranjo: "A proto-industrialização se desenvolveu entre dois mundos: o limitado mundo da aldeia e o mundo sem fronteiras do comércio, entre a economia agrária e o capitalismo comercial" (P. Kriedte et al. Op. cit., p. 63).

[23] M. Dobb enfatiza bastante a distinção elaborada por Marx dos dois caminhos para o desenvolvimento capitalista. No primeiro, o processo é comandado pelos comerciantes que acabam por dominar a esfera produtiva. No segundo, a *via realmente revolucionária*, emerge um conjunto de elementos saídos das fileiras dos produtores que acabam por subjugar a circulação aos seus interesses (ver *A evolução...*, cap. 4, O surgimento do capital industrial, e também Uma réplica). Kohachiro Takahashi ameniza esta distinção, lembrando que muitas vezes uma das vias preparou o caminho da outra (Uma contribuição para o debate, p. 90-2). G. Procacci considera que os dois caminhos levam ao capitalismo, porém com traços singulares (Op. cit., p. 140).

vida econômica de cada país obedecerá ao arranjo de distribuição do poder entre os segmentos do bloco dominante.[24]

A forma política básica da transição é a *monarquia absoluta*, elemento central do mecanismo da acumulação primitiva. A posição destacada da nobreza nas várias manifestações deste regime explica o seu caráter ainda feudal, apontado por muitos autores: Hill, por exemplo, argumenta que a revolução econômica do século XVI não foi acompanhada de uma alteração qualitativa da estrutura política, e que a centralização do poder impetrada não visou a destruir o feudalismo, sendo antes um expediente para reanimá-lo (na repressão aos camponeses, na extensão dos tributos, no controle da força de trabalho nacional etc.); Dobb define o Estado absolutista como "forma decadente de exploração feudal"; Merrington examina-o como uma "máquina de extração da renda" nos quadros do novo "feudalismo investidor";[25] Anderson vai concebê-lo como "um aparelho de dominação feudal alargado e reforçado... nova carapaça política de uma nobreza atemorizada"[26]

[24] Esta dependência é bem avaliada por C. A. B. Oliveira: "A luta do capital comercial pela mercantilização da economia e sua concorrência com outros capitais não se dão no âmbito puramente econômico, pois transforma-se em disputas políticas e militares" (op. cit., p. 65). Quanto à variedade dos quadros nacionais, pode-se ressaltar a diferença maior entre a Europa ocidental e oriental. Nos países do Leste, onde a nobreza deteve o maior quinhão do poder, os vínculos feudais são reforçados (sendo a *segunda servidão* sua evidência maior) e os interesses burgueses sufocados.

[25] Ver Christopher Hill. Um comentário, p. 122. Também Rodney Hilton vê a máquina de Estado na Europa do século XVI como feudal (Introdução, p. 25). M. Dobb argumenta que não houve "destronamento da classe dominante medieval na monarquia absoluta" (Um comentário suplementar. In: Ibidem, p. 98), todavia alerta para o fato de esse regime ter limitado a reação senhorial em muitos lugares (*A evolução do capitalismo*, p. 72). Merrington lembra que o "Estado absolutista foi a primeira e mais importante máquina de extração da renda, na qual as cidades tinham tanto interesse quanto a nobreza" (op. cit., p. 185). Takahashi vai defini-lo como "um sistema de força concentrado para contra-atacar a crise do feudalismo" (op. cit., p. 86), porém lembra que na Europa Oriental o absolutismo atuou como veículo direto do desenvolvimento capitalista (p. 94). G. Bois o considera um instrumento feudal, o qual adiciona novas formas de extração da renda camponesa, que debilita o feudalismo (op. cit., p. 136).

[26] Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, p. 16. Esse autor defende que a nobreza não é desalojada do comando político (o que só ocorre com as revoluções burguesas), e que, nesse sentido, o absolutismo é uma modernização da dominação aristocrática. H. R. Trevor-Roper também alude ao fato de as estruturas políticas não terem sido alteradas no século XVI; para ele o Estado renascentista expande-se sem romper seu antigo invólucro, a "monarquia medieval aristocrática" (A crise geral do século XVII, p. 134).

O caráter ainda feudal do Estado absolutista não deve, contudo, obscurecer o fato de ser esta forma um veículo de desenvolvimento das relações capitalistas. O absolutismo propiciou capitalizações das formas feudais de exploração, realizando certas funções vitais da acumulação primitiva (como a proteção da propriedade e a secularização da terra). Entre estas funções destaca-se a centralização do poder, implicando integração territorial e centralismo administrativo.[27] Em outras palavras: o absolutismo objetiva o nascimento do Estado moderno, ultrapassando uma qualidade do modo de produção feudal, em essência "pré-nacional".[28]

A expressão *fragmentação feudal* já é usual para designar as tendências centrífugas da Alta Idade Média. A relação de vassalagem, no Império e nas monarquias medievais, bem ilustra a fragilidade do poder central: rompe-se a soberania já ao afirmá-la.[29] O mecanismo de obediência ao poder implicava sua divisão de berço. O feudo,

[27] P. Kriedte assinala bem importância dessa combinação entre centralização e particularismo, que permite as especializações regionais e uma certa articulação cidade-campo (Op. cit, p. 27). Em outro texto, esse autor fala da necessidade de uma "estrutura inter-regional" que organize as diferentes "vias de desenvolvimento" (P. Kriedte et al. Op. cit., p. 46).

[28] P. Anderson. *Linhagens...*, p. 481-3. Os pressupostos do Estado moderno seriam: unidade territorial, centralização política, redução do poder feudal, infra-estrutura burocrática, militar e financeira (conforme R. Romano & A. Tenenti. Op. cit., p. 269). Segundo estes autores a queda da renda senhorial impeliu a nobreza para a conquista territorial e isso reforçou as Coroas, surgindo daí as "premissas do Estado moderno" e a "tendência das unidades políticas em ampliar seus territórios" (p. 70 e 37). R. Brenner também assinala a relação entre conquista espacial e centralização política, e, igualmente, aponta as necessidades de acumulação (advindas do alto custo econômico de manutenção das redes cada vez mais vastas de vassalagem) como motivação básica dos conflitos intersenhoriais, um elemento central da crise do feudalismo (Las raíces..., p. 302 e 283).

[29] Hilário Franco Jr. Op. cit., p. 13 e 93. Esse autor assinala o aparecimento dos "Estados *territoriais*" a partir dos séculos XIV e XV, ultrapassando o feudalismo que com sua "pulverização de poder" só possibilitava a criação de "micro-Estados" (p. 88 e 102). Ver também R. Romano & A. Tenenti. Op. cit., p. 300. P. Anderson assinala bem que foi esta parcelarização da soberania — "elemento constitutivo de todo o modo de produção feudal" — que permitiu o desenvolvimento urbano medieval e a definição de "territórios" citadinos (*Passagens...*, p. 164, 169 e 217).

unidade básica do antigo modo de produção era um "amálgama de propriedade e soberania" que associava a posse absoluta com a fragmentação da autoridade, o que estruturalmente dificultava a formação de "vastos impérios territoriais" no feudalismo. Segundo Anderson, este "modo de produção definia-se na origem por uma unidade orgânica de economia e política, paradoxalmente distribuída por uma cadeia de soberanias parcelarizadas que atravessava toda a formação social".[30]

Esta situação altera-se substancialmente com o absolutismo. Entre os vários processos concentracionistas, em curso no século XVI, há que se incluir este, de vigorosa centralização do poder. O Estado toma sua feição moderna: nacional e territorial. Esta superação do particularismo é importante premissa para o domínio capitalista, pois fundamenta a emergência do *capital nacional*.[31] Assim, mais do que uma solução da nobreza para a crise feudal, a monarquia absoluta representa um desdobramento desse processo. Desdobramento que aponta — e age — na superação do próprio feudalismo.[32]

---

30 P. Anderson. *Linhagens...*, p. 18. Ele observa que o poder está distribuído pelas unidades menores da divisão do espaço (os feudos), identificando tais territórios como o "objeto categorial da dominação nobre". As unidades maiores — os impérios e Estados — têm sua identidade advinda das cadeias de vassalagem, não referidas a marcos espaciais diretamente. Daí, esse autor afirmar que o Estado dinástico manifesta uma profunda *extraterritorialidade* (p. 41). Esta situação acarreta uma série de conseqüências econômicas. Nas palavras de G. Bois: "A crise do sistema feudal está em estreita relação com esse fenômeno: a classe dominante não consegue manter a base econômica de sua hegemonia" (op. cit., p. 136), o que se expressa na queda da renda senhorial. R. Hilton também considera o controle senhorial incompleto em função de seu distanciamento do processo produtivo: "sua capacidade para dirigir a economia agrária estava em franca desvantagem diante de seu poder político e militar" (Una crisis en el feudalismo, p. 151).

31 A unidade nacional é básica para a ampliação da escala e magnitude da valorização do capital. Certas tarefas da acumulação primitiva não poderiam ser realizadas no restrito universo dos "capitais municipais". Por isso, como alerta Oliveira, onde as forças particularistas triunfaram, o capitalismo não se desenvolveu (op. cit., p. 70 e ss.). Romano & Tenenti também apontam a decadência das áreas que não lograram uma unificação política e uma "definição territorial do Estado" (op. cit., p. 264-9).

32 Como avalia Brenner, o quadro de "soberania dividida" leva à necessidade de ampliar a "acumulação política", o que requer a "edificação de uma organização militar mais efetiva e a construção de uma máquina de extração do excedente mais bem configurada", e isso redunda em centralização política (Las raíces..., p. 283 a 285). Brenner não deixa de ressaltar a variedade desse processo em função dos distintos desdobramentos da crise feudal em cada parte, por exemplo no que toca às formas de propriedade da terra. Diz ele que onde a reação senhorial foi mais efetiva avançou mais o processo de centralização política (p. 300-1).

As formulações de Jean Bodin, primeiro grande teórico do regime absolutista, pondo no centro da reflexão política a questão da *soberania* e da unidade do poder, são exemplares para captar este movimento.[33] Para ele, o Estado pressupõe a indivisibilidade da soberania sobre todos os lugares sob sua jurisdição. Uma concentração do poder, cujo ordenamento de exercício deve definir-se internamente na própria estrutura do Estado.[34]

A comparação entre as idéias de Bodin e as de outro grande pensador político quinhentista — Niccolò Machiavelli — bem ilustra sua ótica "geopolítica". O autor de *O Príncipe*, falando de Florença (uma *civitates* e não uma *regna*, utilizando-se de sua própria terminologia), não incorpora em sua análise a estrutura de "uma ordem política com território fixo". Por isso, minimiza a questão da "legitimidade dinástica", irrelevante numa cidade-Estado dominada por mercadores aristocratizados. Nesse sentido, sua teorização não capta os macromovimentos da política européia de sua época; Machiavelli — segundo Anderson — fala para o futuro, ao contrário de Bodin, que teorizou sobre o governo das grandes monarquias territoriais do século XVI.[35]

---

33 "A obra política mais importante do período de formação dos grandes Estados territoriais é *De la république* de Jean Bodin (1530-1596). Publicada em 1576, em francês, o livro é, sem exagero, a obra de teoria política mais ampla e sistemática desde a *Política* de Aristóteles... Bodin passou para a história do pensamento político como o teórico da soberania" (Norberto Bobbio. *A teoria das formas de governo*, p. 85). Harry Miskimin situa Bodin como o "principal teórico político absolutista" (*A economia do renascimento europeu*, p. 314).

34 É interessante frisar esta ênfase na territorialidade do poder contida na refexão de Bodin. A soberania exerce-se sobre um espaço definido, sendo a fixação a um solo um pressuposto do Estado. A excepcionalidade deste autor no contexto da época é apontada por Jean Gottmann, para quem "os grandes autores políticos da Renascença em geral não se interessaram pelos fatores geográficos" (*La politique des États et leur géographie*, p. 23). Cabe salientar também que a teoria da soberania é uma das primeiras elaborações da emergente "cultura laica", um dos primeiros resultados filosóficos da Renascença no campo da reflexão histórica (conforme R. Romano & A. Tenenti. Op. cit., p. 104).

35 P. Anderson. *Linhagens...*, p. 187-94. Para este autor, Maquiavel expressava a prática política dos principados (um "microabsolutismo" no máximo), articulando em sua reflexão uma "nostalgia republicana" e um "realismo aristocrático". Sua modernidade residiria em tomar a política como técnica.

Este século — conforme avalia Michel Foucault — assiste à passagem de um discurso político elaborado sob a forma de "conselhos para o Príncipe" para outro, redigido como "tratado da arte de governar". Esses últimos relacionando-se "desde o século XVI, ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial".[36] Bodin, um membro desse corpo administrativo, desenvolve a ótica da unidade nacional, buscando uma junção entre economia e política — própria à arte de governo.[37] Nesse sentido, ele aparece como um dos pioneiros defensores da legislação protecionista, atentando para a importância da indústria e do mercado interno no fortalecimento da *economia nacional*.[38]

As formulações de Bodin evidenciam os delineamentos centrais na constituição das monarquias absolutas: a articulação entre Estado e economia, fundamentada na nação. A soberania exercitada sobre uma população identificada num território, sendo o incremento da riqueza nacional o móvel do "bom governo". O objetivar-se deste

[36] M. Foucault. *Microfísica do poder*, p. 285. Para este autor, a teoria da soberania foi "o grande instrumento da luta política teórica em relação aos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII" (p. 187), e "o território é o elemento fundamental tanto do principado de Maquiavel quanto da soberania jurídica do soberano, tal como definem os filósofos do direito" (p. 232). Foucault contrapõe Maquiavel a La Perrière, mostrando que o primeiro propõe a arte de "manter" o principado e o segundo a arte de "governá-lo". Esta se organiza "em torno do tema de uma razão do Estado", e o mercantilismo seria "a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo" (p. 286). H. Miskimin observa que "as restrições impostas ao Príncipe mirravam à medida que iam crescendo as glórias dos Estados", acabando por gerar a idéia da *razão de Estado* (op. cit., p. 165-8).

[37] Segundo Foucault, "a introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo" (op. cit., p. 280). Trevor-Roper define a máquina governamental do absolutismo como uma "burocracia em expansão, e um imenso sistema de centralização administrativa", na qual os funcionários "eram o meio de governar novos territórios e centralizar o governo dos antigos" (op. cit., p. 138). Para este autor, uma "política econômica nacional" e uma "gestão responsável do Estado" surgem com o mercantilismo, na crítica da "mentalidade puritana" à corte e ao Renascimento (p. 147).

[38] P. Vilar. *Ouro...*, p. 114. Dobb aponta o século XVI como o do aparecimento das políticas claramente protecionistas (*A evolução...*, p. 257 e 271). Pierre Deyon situa Bodin como um crítico do "entesouramento estéril" que "preconiza medidas que constituem todo o arsenal da política mercantilista" (*O mercantilismo*, p. 56-8). H. Miskimin também acata esta visão, dizendo que Bodin defendeu no *De la république*, publicado em 1576, um "mercantilismo monetarista" (op. cit., p. 189 e 224).

desígnio define o *mercantilismo*,[39] doutrina econômica que aparece como outra peça básica no mosaico da transição.

O objeto da reflexão e das práticas mercantilistas é a economia nacional. Tem-se a aplicação nesta escala da lógica de gestão dos negócios desenvolvida no âmbito das empresas mercantis. Trata-se de tentativas de gerar o Estado como a "empresa do Príncipe", cuja prosperidade beneficiaria todos os súditos.[40] Como pano de fundo, cristaliza-se a crença — em grande parte fundamentada — na inelasticidade do mercado internacional. Por decorrência tem-se que o incremento da riqueza nacional teria por único conduto uma posição vantajosa nos termos de troca, num sistema de relações concebido na máxima: "um país não ganha sem que o outro perca".[41]

Esta visão explicita-se, com clareza, na *teoria da balança comercial*, rica construção dos pensadores mercantilistas e "marco de referência para quase todas as práticas político-econômicas do período". Com-

[39] O Mercantilismo nomeia o "conjunto de teorias e das práticas de intervenção econômica que se desenvolveram na Europa moderna desde a metade do século XV" e que expressavam a "estreita solidariedade entre poder monárquico e prosperidade nacional" (Pierre Deyon. Op. cit., p. 12 e 17). Esse autor argumenta que "a consciência de uma comunidade de interesses, o projeto de uma política econômica, supunham naturalmente um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado" (p. 17). Assim, o mercantilismo pode ser posto como a *política econômica* implementada pelos Estados absolutistas, num processo de afirmação de suas identidades, e, igualmente, a da própria nacionalidade de cada país. Daí concluir Deyon que "o mercantilismo pertence à história dos Estados em vias de emancipação econômica" sendo "uma etapa das economias nacionais na época do capitalismo comercial" (p. 83 e 88).

[40] Francisco Falcon. *Mercantilismo e transição*, p. 67. Falcon, alertando para a falta de unidade doutrinária nos escritos mercantilistas, identifica três momentos de sua evolução: um primeiro marcadamente "monetarista" cobrindo o século XVI, um segundo "clássico" de claro perfil protecionista (ao longo do século XVII), e um terceiro de "revivência" na periferia da Europa (com o "despotismo esclarecido"). Ele situa Bodin como um dos formuladores da "visão monetarista" (p. 55-6), que concebe o dinheiro como mercadoria.

[41] Antoine de Montchrestien. *Traité de l'économie politique*. Apud F. Falcon. Op. cit., p. 59. A concorrência intra-européia anima o "nacionalismo econômico" e o desenvolvimento de Estados fortes, que pudessem responder às pressões externas. Isto alimenta a noção de "prosperidade do reino", que identifica totalmente os interesses dos súditos com os do soberano. Nesse sentido, o mercantilismo foi um poderoso "fator de integração nacional" (P. Deyon. Op. cit., p. 41 e 51). Nas palavras de Vilar: "todo mercantilismo revela um capitalismo, e o Estado moderno nasce de ambos" (*Crecimiento...*, p. 127).

prar barato e vender caro, conseguir um saldo positivo nas transações, aumentar os estoques metálicos — eis as metas da política econômica da acumulação primitiva. Para realizá-las o Estado lança mão de expedientes que revivem práticas medievais de controle da economia, restrições da comuna aplicadas à escala da nação.[42] As medidas bulionistas para reter e atrair metais preciosos, um certo industrialismo de estímulo às manufaturas (sobretudo as de exportação), e, mormente, o *monopolismo de exportação* visando o controle de todo o fluxo do comércio exterior.

O mercantilismo implicou um reforço à afirmação das fronteiras nacionais européias (ao ter nas medidas aduaneiras um de seus instrumentos permanentes de ação), ao mesmo tempo que efetivou uma relativa uniformização dos mercados internos de cada país. Este movimento realiza-se ativando formas políticas de regulação numa economia na qual o capital ainda não se autodetermina. As "leis da vadiagem", tentando organizar compulsoriamente o mercado de trabalho, bem atestam o domínio da coerção extra-econômica, da qual as práticas mercantilistas são a expressão institucional de maior amplitude.

Esta estruturação do campo econômico estimula o confronto entre os capitais nacionais, tornando a guerra uma constante durante toda a época mercantilista. Uma vez que o crescimento econômico escora-se em privilégios monopolistas (que se fundamentam na coerção política), e circunscreve-se estritamente ao quadro nacional, o antagonismo entre os diferentes Estados aparece como um componente estrutural da transição. Como observa Anderson, "A guerra não era o desporto dos príncipes, era seu destino."[43]

[42] F. Falcon. Op. cit., p. 58-9. Detalhando: "subvenções e protecionismo, concessão de privilégios, verdadeiros monopólios de produção, elevação das tarifas aduaneiras, eis os principais instrumentos dessa política, cuja expressão mais sistemática vamos encontrar na Inglaterra, sob Elizabeth I" (p. 86). Segundo Trevor-Roper, o que esta política almejava "era simplesmente a aplicação às novas monarquias centralizadas, da antiga política já experimentada das comunas medievais que aquelas monarquias tinham eclipsado: o mercantilismo" (Op. cit., p. 147). C. A. B. Oliveira define a política mercantilista como de apoio estatal a garantia de mercados, o que explica o "protecionismo estatal" e o "exclusivo colonial" (Op. cit., p. 25).

[43] P. Anderson. *Linhagens...*, p. 33. Este quadro faz com que a economia nacional e a posição do país nas relações internacionais articulem-se como um "todo orgânico", indivisível. As guerras são aí travadas pelo "domínio de circuitos mercantis", pelo acesso às "fontes do lucro comercial" (C. A. B. Oliveira. Op. cit., p. 60 e 70). Segundo H. Miskimin: "na dura concorrência pelo comércio mundial do século XVI, os fatos políticos entreteceram com as realizações comerciais", estando o comércio ligado à história política dos Estados e vice-versa (op. cit., p. 339). P. Deyon cita Colbert que, em memorial de 1670, ainda sustenta que "a prosperidade de um Estado não poderia ser edificada senão à expensa de seus vizinhos" (op. cit., p. 25). R. Brenner lembra que a guerra é também um mecanismo de centralização política (Las raíces..., p. 284).

Por isso, além de constituir-se como aparelho burocrático-administrativo extenso, o Estado absolutista também teve de se organizar como máquina de guerra, sendo a formação dos exércitos regulares um dos seus elementos caracterizadores. Esta instituição matiza bem a centralização do poder ante a situação feudal, em que as tropas eram recrutadas mediante o compromisso fidalgal e obedeciam a seu senhor imediato. Em certo sentido, o controle do exército define o detentor real do poder pois é a garantia da "soberania estatal territorial" (emprestando uma expressão de Merrington). A autonomia do monarca tem na especialização militar um de seus fundamentos, constituindo-se essa carreira num campo de cooptação do rei perante os quadros da nobreza.[41]

As guerras do século XVI visavam ao controle de mercados, rotas e produtos, o que se traduzia no expansionismo latente dos Estados. Havia necessidade imperiosa de expandir o mercado aliada à obrigação de controlá-lo; o caráter extensivo da circulação *versus* o fundamento monopolista do lucro comercial aparecendo como contradição essencial no movimento do capital mercantil.[45] Todavia, isso reforça o perfil frentista da base política do absolutismo: o mercador acompa-

[44] O absolutismo, em certa medida, mantém (redefinindo) o princípio vigente no feudalismo de o exercício da autoridade vincular-se à atividade bélica (R. Hilton. Op. cit., p. 114). A conquista militar encontra elementos de legitimação tanto em Bodin quanto em Maquiavel. Vale lembrar que o controle da violência legal também fundamenta o poder real de julgar, outra base de objetivação da soberania. M. Tigar & M. Levy destacam o "prodigioso uso das cortes reais para contestar direitos senhoriais" já na Inglaterra do século XIV, lembrando que no final dessse século os direitos "nacionais" já estão sistematizados em vários países (M. Tigar & M. Levy. *O direito e a ascensão do capitalismo*, p. 152-3 e 126-7).

[45] M. Dobb. *A evolução...*, p. 244 e 270. De acordo com P. Chaunu, a partir do século XV "a grande motivação do crescimento invocou uma incoercitível necessidade de espaço" (op. cit., p. 264). E P. Deyon completa: "Os economistas do século XVI e XVII compreenderam perfeitamente que o comércio exterior era na época a principal fonte de enriquecimento e de acumulação primitiva" (op. cit., p. 59).

nha-se do guerreiro. Os objetivos comerciais das disputas mesclam-se com a demanda dos interesses aristocráticos.[46]

O expansionismo foi, assim, um componente central do processo de acumulação primitiva, antecipando — já em sua armação — uma qualidade básica da dinâmica capitalista. O produto da conquista, do saque e da pilhagem, torna-se *capital* na Europa, sendo um valor adicional que retroalimenta a expansão e anima a economia do país difusor.[47] A pirataria, por exemplo, revela-se fonte de riquezas a baixo custo, por não envolver encargos de produção. A ocupação territorial, por outro lado, realiza o limite ótimo do mercantilismo: o mercado cativo. Nesse sentido, a guerra é também, diretamente, um eficaz mecanismo de acumulação. Anderson define o saque ultramarino espanhol como "o mais espetacular ato isolado de acumulação primitiva".[48]

Observa-se que o mesmo movimento que afirma os Estados nacionais efetiva as condições do sistema internacional. O processo que cria "a primeira unidade do mundo" fragmenta a Cristandade em seu epicentro. A unificação interna da nação é um pressuposto para sua expansão, e os países que não lograram realizá-la ficaram fora da partilha do mundo colonial e retardaram seu desenvolvimento capitalista (tornando-se posteriormente os *elos débeis* da cadeia imperialista, conforme a expressão de Nicos Poulantzas).[49] A monarquia absoluta

[46] P. Anderson distingue um objetivo mais territorial nas guerras do século XVI, em contraste com a tônica mais comercial dos embates do século XVII (*Linhagens...*, p. 64). Este autor lembra que o absolutismo, sendo o "primeiro sistema estatal internacional do mundo moderno", propiciou — ao lado da guerra — também o surgimento da diplomacia. Isto é, possibilitou a existência de um sistema político de relações internacionais que a anterior sobreposição de soberanias impedia.

[47] A. Gunder Frank. Op. cit., p. 53. P. Kriedte observa que a expansão colonial, mediante a criação de mercado para os produtos da proto-industrialização, "contribuiu para o aparecimento de regiões rurais industrializadas" (na Europa), e portanto atuou de várias formas "desde o princípio para o desenvolvimento de uma rede econômica de extenção mundial baseada em relações assimétricas" (Kriedte et al. Op. cit., p. 22).

[48] P. Anderson. *Linhagens...*, p. 66. P. Vilar, lembrando que em 1531 Francisco I da França declara o mar "território livre", aponta que a pirataria acarretou "uma verdadeira guerra naval" na segunda metade do século XVI (*Ouro...*, p. 174). H. Miskimin, salientando que em 1570 Guilherme de Orange havia institucionalizado a pirataria holandesa com as "cartas de corso", observa que "onde falhava o comércio, a pirataria preenchia o vazio" (op. cit., p. 342 e 348).

[49] *Fascismo e ditadura*, p. 31.

foi, assim, o agente irredutível da circulação planetária, processo que avançou movido pelos interesses dos sujeitos políticos que fundamentam este regime. Motivação que se expressa no apetite territorial dos Estados europeus do período.

O controle do espaço está no centro das motivações do expansionismo quinhentista. O monopólio dos lugares — seja para produzir, comerciar ou simplesmente trafegar — era vital para o desenvolvimento das economias nacionais européias. Por isso o *longo século XVI* é ininteligível sem o estudo da formação do sistema colonial, sem o entendimento do processo de dilatação do horizonte geográfico e do espaço de relações europeus, enfim, sem se captar a lógica de constituição de uma economia mundializada.

Antes, contudo, cabe deslindar melhor as mudanças ocorrentes no próprio continente europeu. O teatro do processo de afirmação dos primeiros centros do sistema capitalista em sua pioneira constituição. Enfim, rastrear a espacialidade da acumulação primitiva.

Capítulo 2

GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. A formação territorial pode mesmo ser definida como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao *seu* território.[1] A particularidade européia no longo século XVI está em vivenciar um múltiplo e integrado processo de expansão, que associa formações territoriais díspares.

A mesma dinâmica que mundializa o horizonte geográfico europeu revoluciona o ordenamento interno dos espaços do continente. O expansionismo é — e de forma conjugada — interno e externo à Europa, marítimo e terrestre, avançando em espaços contíguos e descontíguos, gerando territórios contínuos e esparsos. O processo é

[1] O tema da *formação territorial* constitui um dos mais clássicos campos da reflexão geográfica; Friedrich Ratzel vai mesmo pô-lo como uma das áreas da "tríplice repartição do objeto antropogeográfico" (ver Evolução dos conceitos relativos à influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade). Vidal de LaBlache tem no centro de suas preocupações a "difusão dos gêneros de vida" formadora dos "domínios de civilização" (ver *Princípios de geografia humana*). Max Sorre teorizou sobre a expansão do ecúmeno (ver *Les migrations des peuples*). Os exemplos poderiam ser multiplicados mostrando o apreço da literatura geográfica para com esse tema.

tenso e sincrônico, num jogo de forças que articula as escalas nacionais com a planetária. Um mesmo movimento que estabelece a centralidade européia no mundo e a afirmação dos países centrais no interior da Europa.

Nesse sentido, a geografia complexa da acumulação *primitiva* revela profunda hierarquização dos espaços, objetivando a espacialidade diferencial necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Num primeiro plano hierárquico, diferencia-se o centro difusor europeu (zona da acumulação *originária*)[2] de sua imensa área de expansão, cristalizando uma primeva divisão internacional do trabalho, cuja disposição foi poucas vezes rompível nos séculos posteriores. No plano interno da área cêntrica, tem-se uma dinâmica conflitiva de alta concorrência e especialização (cujas motivações e meios já foram apontados no capítulo anterior), que tem no poderio bélico e financeiro o seu medidor. Quanto aos países do centro, as resistências ao processo de concentração monárquica do poder na maioria das vezes revestem-se de divisões de interesses regionais (sendo esta a base territorial de muitas revoltas do período). Enfim, nas várias escalas afirma-se a diferença e a desigualdade dos lugares.

Este amplo movimento pluriescalar é espacilmente desigual, mas *combinado*. Para entendê-lo, há que se observar os "vários lugares da acumulação" sem perder uma "ótica mundial",[3] pois a expansão européia cria uma unificação dos lugares, uma história universal de fato, um "processo irreversível de quebra do isolamento" na expressão de

[2] Utiliza-se tal termo numa concepção diferente da definida por A. Gunder Frank, já citada em nota do capítulo anterior. Aqui o sentido assumido é basicamente histórico, toma-se como originária a pioneira acumulação fundante do capitalismo. Nas palavras de K. Marx: "Esta *acumulação originária* vem desempenhar na economia política o mesmo papel que desempenha na teologia o *pecado original*" (*El capital. Crítica de la economía política*, livro 1, cap. XXIV, La llamada acumulación originaria, p. 607). Já a acumulação *primitiva* recebe uma definição mais estrutural, ao qualificar os processos que envolvem coerção extra-econômica (como já discutido), apresentando desse modo uma vigência histórica bem mais dilatada que a anterior. Havendo relações de trabalho escravistas, por exemplo, pode-se falar em acumulação primitiva.

[3] A. Gunder Frank. *Acumulação mundial, 1492-1789*, p. 39. I. Wallerstein identifica no capitalismo — posto como "um sistema social histórico" — o "objetivo ou intenção básica de auto-expansão", levando à formação de "cadeias de mercadoria" que tendem à mundialização. E conclui: "Quando falamos de cadeias de mercado

Chaunu.[4] Assim, os lugares passam a se articular numa rede de relações, que os especializa e hierarquiza. Comprender os estímulos mais gerais torna-se fundamental para captar os quadros locais em sua órbita. Estes estímulos, já diversos em sua origem, vão defrontar-se com realidades singulares díspares, com as quais se compatibilizam (seja pela guerra, seja pelo comércio, seja por ambos) gerando sistemas diversificados de produção. Portanto, não há estranheza na convivência e associação de sistemas na órbita da expansão européia; eles são antes, uma expressão da espacialidade diferencial do modo de produção capitalista em seu "momento" constitutivo.

A expansão européia, no longo século XVI, gera uma *circulação planetária*, base da mundialização das relações humanas. Por meio dela, perenizam-se fluxos que acabam por afirmar um *mercado mundial* comandado pela Europa, o qual expressa verdadeira revolução das escalas em todos os setores de atividade no centro.[5] A circulação operada não é apenas de mercadorias, sobretudo se difundem novas relações e uma sociabilidade mercantil que acabam por destruir ou transformar os sistemas locais tradicionais na periferia e no centro. Contudo, o ritmo de tais processos deve ser avaliado na velocidade da época, acatando-se a idéia braudeliana do *tempo/distância*.

Em vista dos meios técnicos disponíveis, pode-se avaliar com Chaunu que "o mundo nunca foi tão grande como no século XVI",

rias, estamos falando de uma ampla divisão social do trabalho que, no curso do desenvolvimento histórico do capitalismo, tornou-se cada vez mais extensiva funcional e geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica" (*O capitalismo histórico*, p. 9, 10 e 25).

[4] P. Chaunu. *A expansão européia do século XIII ao XV*, p. XX. Este autor chega a falar que ocorreu uma verdadeira "revolução de espaço" com a "dilatação planetária" das sociedades européias. E conclui: "O século XVI é a maior mutação do espaço humano" (Idem. *Conquista e exploração dos novos mundos*, p. XVII). Pode-se aventar que a partir da consolidação desse primeiro processo de mundialização, a situação de isolamento se torna *relativa* (sobre este ponto, ver Armando Corrêa da Silva. *O litoral norte do estado de São Paulo*).

[5] "O descobrimento da América e a exploração do caminho marítimo para a Índia criaram as condições para a saída da Europa ao ultramar e para a formação do sistema capitalista mundial, para o qual era condição indispensável o estabelecimento de relações de intercâmbio desigual, conquistadas pela força de modo direto ou encoberto" (P. Kriedte. *Feudalismo tardío y capital mercantil*, p. 9). E Wallerstein adiciona: "Outra fácil observação empírica a ser feita sobre o capitalismo histórico é que sua situação geográfica cresceu solidamente ao longo do tempo" (op. cit., p. 32).

posto que o maior eixo de circulação no período — a rota Manilha—Sevilha — envolvia cerca de cinco anos no percurso.[6]

Todavia, no interior da Europa a velocidade de transformação das sociedades é mais intensa, o que leva à diferenciação de um *tempo do centro*, um *tempo da relação centro/periferia*, e um *tempo da periferia*. Sobrepondo-se a todos, e articulando-os, o processo de mundialização das relações, de denso significado geo-histórico.

Uma teorização que busca esmiuçar este significado é a desenvolvida por Immanuel Wallerstein em sua obra — recente e já clássica — *O Moderno Sistema Mundial*.[7] Lembrando que o sistema mundial é uma escala, que tem na articulação de tempos (o *tempo mundial*) um de seus fundamentos, este autor ressalta a distinção entre os sistemas mundiais que se estruturam como *império* e os que se estruturam como *economia-mundo*. Os primeiros, de maior ocorrência na história, representam essencialmente uma unidade política, em que a área central não pode enriquecer sua economia à base de uma completa exploração da periferia, pois o império é pensado como um todo. Já os segundos são decorrentes de uma unidade econômica que se sobrepõe às soberanias territoriais.

As economias-mundo abarcam diferentes Estados, e mesmo impérios, num movimento unitário. No seu interior, Wallerstein distingue o *centro* do sistema (englobando mais de um Estado, o que até impede sua transformação em império), uma *semiperiferia* contígua (composta pelas áreas de produção especializada complementares às economias centrais), e a *periferia* propriamente dita. Esta é diferenciada da que o autor denomina de *arena exterior*, composta por áreas

[6] P. Chaunu. *Conquista...*, p. 299. O limite da circulação, diante dos meios técnicos disponíveis (só ultrapassados no século XVIII), estaria no percurso Portugal—Japão (p. 301).

[7] Immanuel Wallerstein. *El moderno sistema mundial*, vol. I — La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI, vol. II — El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750 (a partir deste ponto, as referências a este autor contidas no texto referem-se a essa obra, e as citações do segundo volume estão identificadas pelo número romano). A. Gunder Frank avalia que Wallerstein ultrapassou a ótica opositiva entre o *interno* e o *externo* (op. cit. p. 34-5), e com base nas suas formulações desenvolve a seguinte teorização: as determinações externas prevaleceriam nas fases de expansão, e as internas dominariam nos momentos de crise e estagnação. Observa, todavia, que as crises são espacial e setorialmente diferenciadas, decorrendo daí o "desenvolvimento desigual" (p. 97).

que, apesar de manterem contatos com a economia-mundo em questão, não têm sua dinâmica interna por ela comandada. O "desenvolvimento desigual" destas áreas exprime a divisão do trabalho imperante e embasa toda a "solidariedade do sistema".

Lembrando que a "economia-mundo européia" não é a única existente no século XVI,[8] Wallerstein vai limitá-la às seguintes áreas: o noroeste da Europa, o Mediterrâneo cristão, a zona Báltica, regiões dispersas na América, ilhas atlânticas, e enclaves africanos,[9] tendo todo o comércio asiático como arena exterior.[10] Estes contornos são o resultado direto da expansão européia, e espacializam o movimento das relações capitalistas de produção. A desigualdade dos diferentes lugares exprime-se nas especializações e nas relações de trabalho diversificadas, as formas de controle da força de trabalho sendo consoantes com o tipo de produção entabulada e influindo decisivamente na composição das classe em cada sociedade e na organização dos respectivos aparelhos de Estado.[11]

Assim, o caráter dos vários Estados europeus estaria diretamente relacionado com o papel desempenhado por cada na divisão do trabalho interna ao sistema. E, dialeticamente, é a composição social que cada um expressa o que determina o devir de cada país — sua *potencialidade cêntrica* — na armação desse sistema, pois ela objetiva as formas de expansão e os modos de ordenamento interno da produção.[12] Portanto, para captar as motivações e estímulos da expansão há que se compreender a divisão intra-européia do trabalho, e por meio dela a estruturação das sociedades e dos Estados em suas lutas (internas e externas) pela condição de centro do novo sistema mundial em formação: a *economia-mundo capitalista*.[13]

Wallerstein aponta, inicialmente, a ineficácia da estrutura imperial na nova realidade, a qual impediria o pleno desenvolvimento das forças capitalistas. Este necessita de uma "arena econômica" maior que qualquer "espaço de controle político", pois seu avanço se dá por meio da "homogeneidade nacional no seio da heterogeneidade internacional".[14] Assim, o capitalismo demandaria uma multiplicidade de Estados, áreas políticas menores que o seu espaço da circulação econômica, tendo na desigualdade combinada um de seus fundamentos propulsores. O autor argumenta que tanto isto é verdade que a efetiva afirmação desse modo de produção só ocorre após a falência dos sonhos de reunificação imperial européia (dos Habsburgos e dos Valois)

[8] No período enfocado existem alguns sistemas econômicos em expansão além da economia-mundo européia, todos estruturados como impérios. Os chineses, apesar das explorações marítimas no Índico ao longo do século XV, realizam expansão contínua para o interior que articula um vasto território (I. Wallerstein. Op. cit., p. 76-81). Já ao final do século XIV a China possui uma população de 65 milhões de habitantes (P. Chaunu. *Expansão...*, p. 37). A expansão russa em direção ao Pacífico abarca, no decorrer do longo século XVI, cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados. Em 1649 o império russo assimila o Alasca (A. Gunder Frank. Op. cit., p. 62). Também o império otomano está em expansão (chegando suas tropas a sitiar Viena em 1529) o mesmo ocorrendo com os outros impérios islâmicos (Safavide e Mogul) que avançam no Mediterrâneo, na África e na Índia (ibidem, p. 64-6).

[9] I. Wallerstein. Op. cit., p. 95. Observa-se que o fato de efetuar trocas com os europeus não é um critério suficiente para estar inserido em sua *economia-mundo*. Mesmo áreas de transações ativas não estão incorporadas. Wallerstein explicita, por exemplo, que "geopoliticamente falando, o meio russo não é europeu", e só se integra à dinâmica do continente no século XVIII (p. 427-32). E também o império otomano (p. 458).

[10] Wallerstein argumenta que não há uma real *conquista territorial* na Ásia na época, apenas trocas nas suas franjas litorâneas. Estas não alteram as estruturas internas das sociedades asiáticas, que continuam funcionando em seus ritmos próprios (op. cit., p. 466). O autor alerta que a ação na arena exterior tem sempre uma marca de pilhagem, dado seu caráter efêmero fruto da não-integração (p. 472). Já a América, segundo o autor, é realmente uma periferia pois aí a colonização "transforma a estrutura social das áreas envolvidas, incorporando-as à economia-mundo européia" (p. 476). A. Gunder Frank também faz a mesma avaliação, dizendo que na América hispânica há colonização *de fato*, o que difere "qualitativamente das iniciais relações mercantilistas entre europeus e asiáticos" (op. cit., p. 77).

[11] Wallerstein identifica as três grandes zonas no que respeita às formas de organização do trabalho: a da escravidão, a da segunda servidão, e a do assalariamento. As duas primeiras cobrindo a periferia do sistema, e a última circunscrita aos países do centro. As áreas periféricas teriam, assim, por traço caracterizador o uso de formas coercitivas no abastecimento de mão-de-obra (op. cit., p. 140). As diferentes formas de parceria aparecem com destaque nas áreas do antigo centro decadente, agora semiperiferia.

[12] "Rotas, espaços e homens. O processo de difusão do extremo ocidente cristão através do mundo resulta necessariamente em uma construção política. O Estado está presente no momento da exploração e da conquista" (P. Chaunu. *Conquista...*, p. 231).

[13] Segundo Wallerstein a economia-mundo européia *capitalista* surge no século XVI e se "completa" no XVIII (op. cit., p. 93 e 98). Ver também p. 178 e 181.

[14] I. Wallerstein. Op. cit., p. 491 e 498. O autor argumenta, por exemplo, que num império o potencial ibérico canalizado para a aventura ultramarina seria desviado para defender Viena, sitiada pelo império otomano (p. 85).

no *segundo século XVI*,[15] quando o comando do sistema vai localizar-se justamente em países que não acalentaram tal desejo.

O caso da Espanha é paradigmático. País central na gênese da economia-mundo européia, grande depositário do tesouro americano, acaba o longo século XVI na condição de semiperiferia do sistema. Aqui, os objetivos imperiais dos monarcas implicaram o descaso com a organização do país em moldes de uma economia nacional, imprimindo uma política em essência *não mercantilista*.[16] Ao contrário, a Coroa espanhola internacionaliza suas finanças em decorrência dos custos do projeto imperial.[17] E a coesão do império é muito cara para seu

[15] Também aqui o autor segue a interpretação de Braudel: "Sou cético... acerca de um século XVI que não especifique se foi um ou vários, o que dá a entender que é uma unidade. Eu vejo *nosso* século dividido em dois, igual a Lucien Febvre e a meu notável professor Henri Hauser: um primeiro século que começou em torno de 1450 e terminou por volta de 1550, e um segundo século que começaria neste momento e duraria até 1620 ou 1640" (F. Braudel. Apud: I. Wallerstein. Op. cit., p. 94). Este autor defende a data de 1559, do tratado de Cateau-Cambrésis, como a do *fracasso dos impérios* e da passagem entre as duas fases. Trevor-Roper parece não concordar com esta divisão: "O século XVI mantém-se contínuo e unitário, e a sociedade do fim do século é bem parecida com a do início" (A crise geral do século XVII, p. 129). Para ele, o século XVII sim é que seria quebrado ao meio (p. 130).

[16] J. H. Elliott argumenta que até o final do século XV a Espanha era uma "mera denominação geográfica" que se referia à Península Ibérica como um todo, onde conviviam cinco Estados autônomos: Castela, Aragão, Portugal, Navarra e Granada. A história do país começa com a unificação dos dois primeiros reinos, e se efetiva com a expansão que destrói os dois últimos. Uma unificação que — de berço — mantém em grande parte as distintas identidades dos partícipes: Castela senhorial encerrada em si e Aragão comercial e cosmopolita. E uma expansão que reafirma em muito traços medievais seja na reconquista peninsular seja na conquista da América, processos que fazem do ano de 1492 o "ponto de partida do imperialismo espanhol" (*La España Imperial (1469-1716)*, p. 41). A instalação da dinastia dos Habsburgos em 1516 europeíza a monarquia espanhola uma vez que Carlos V era também o imperador do Sacro-Império, e organizou a administração do Estado espanhol de acordo com os interesses imperiais, instituindo conselhos de base territorial e vice-reinados. Esta orientação levou à "falta de uma política mercantilista consistente e constante" (p. 212).

[17] I. Wallerstein. Op. cit., p. 273-5 e 253. P. Vilar lembra que além da internacionalização das finanças, a "injeção de riquezas do exterior devido à expansão marítima e colonial" freia o "impulso interno" de recuperação das terras" (A transiçao do feudalismo para o capitalismo, p. 39). Este autor considera o imperialismo espanhol como a etapa suprema do feudalismo (que dialeticamente ajuda a destruí-lo), e, nesse sentido, a Espanha seria uma "sociedade condenada" imersa no parasitismo e na ciranda financeira (*Crecimiento y desarrollo*, p. 340-1). Trevor-Roper também entende que o mercantilismo não foi adotado na Espanha (op. cit., p. 148). H. Miskimin conclui: "Durante o século XVI, a Espanha não foi apenas o Estado europeu mais rico em metais preciosos foi também o maior devedor do mundo" (*A economia do renascimento europeu, 1300/1600*, p. 364).

centro, sangrando as finanças nacionais.[18] Além disso, a estrutura imperial levava a estimular os setores da produção nos locais de menor custo no interior do império, o que levou ao não-aparelhamento produtivo do espaço central.[19] Finalmente, no que toca à unificação nacional, o império propiciava a manutenção de elevado grau de autonomia das economias regionais que se punham no conjunto espanhol como súditos da Coroa e não como parte de um todo nacional.[20]

Quando a monarquia espanhola, após sucessivos reveses, abandona as pretensões imperiais e se volta para dentro, encontra um aparelho de Estado desconexo e burocratizado; desconexo pois o império

[18] P. Vilar aponta que em meio a uma "ociosidade dourada" a Espanha conhece sua primeira quebra já em 1557, data do trânsito para a decadência (*Crecimiento...*, p. 151-2). Elliott aponta a situação constante de conflitos externos (contra a França, contra o império otomano, contra os príncipes alemães, etc.) e internos (rebelião mourisca, aragonesa, comunera) no século XVI, acarretando sucessivas bancarrotas em 1575 e 1596 (op. cit., p. 220, 285 e 309). Os preços já sobem significativamente na última década do século XVI e o metal americano começa a encarecer, contudo os gastos estatais não diminuem. O que acarreta as sucessivas crises do XVII: crise da moeda em 1625, crise da unidade ibérica em 1640, e crise militar em 1643 (Vilar. Ibidem, p. 332 a 334).

[19] H. Miskimin argumenta que a potencialidade industrial foi morta pelo Estado que impedia uma produção circuladora. Ficando presa a mercados locais, as economias provinciais não auferiam o benefício da escala. O projeto imperial acaba por sobretaxar os setores mais produtivos, as taxas arbitrárias matando os ramos mais estabelecidos e importantes da produção espanhola (op. cit., p. 305). Ver também P. Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, p. 81. Wallerstein cita o advogado e teólogo Martín González de Cellorigo que, em 1600, dizia: "E assim, o não haver dinheiro, oúro nem prata, na Espanha, é por tê-lo, e o não ser rica, é por sê-lo" (op. cit., p. 277). P. Vilar cita o memorial de Luis Ortiz que capta bem as razões básicas da decadência: "os estrangeiros nos fazem o que fazemos com os índios" (*Crecimiento...*, p. 153).

[20] Elliott avalia a administração dos Habsburgos como uma "hábil combinação de um eficaz governo regional com o máximo de centralização possível num império formado por territórios remotos e dispersos" (op. cit., p. 185). Tal dispersão pode ser visualizada na definição dos vice-reinados (Aragão, Catalunha, Valência, Navarra, Sardenha, Sicília, Nápoles, Peru, Nova Espanha) e dos conselhos (de Castela, Índias, Aragão, Itália, Flandres e Portugal). Tal estrutura federativa não apontava para a consolidação de uma unidade administrativa espanhola, agregando um problema a mais na dura tarefa de "edificar um Estado moderno sobre bases econômicas e sociais cada vez mais antiquadas" (p. 191, também 83 e 176).

organiza-se por *províncias*. Encontra um país mal equipado industrialmente sem o embrião de um mercado nacional,[21] uma economia regionalizada em compartimentos pouco comunicáveis. E, mais, uma burguesia descapitalizada e uma aristocracia absenteísta, acostumada a altos níveis de consumo improdutivo. Isto leva a Espanha a reagir com uma "hipersensibilidade" diante da crise do século XVII.[22]

O fracasso do projeto imperial espanhol na Europa implicou profundas transformações na geografia econômica e política do continente. Todas as áreas em sua órbita — que podem *grosso modo* ser delimitadas pelo êxito da *Contra-Reforma* — conhecem um período de decadência relativa: o sul da Alemanha, a Flandres católica (que se individualizará como Bélgica), o norte da Itália (que sente a crise de forma diferenciada internamente), Portugal. Enfim, tornam-se todas semiperiferia do centro. Ocorre um rearranjo espacial da riqueza européia, com uma redefinição dos pólos dinâmicos. Antuérpia — a "bolsa de valores" dos Habsburgos — perde sua dominância comercial, ascendendo Amsterdã como a nova capital mercantil.[23] Sevilha — a porta

[21] P. Anderson avalia a Inquisição como a única instituição *nacional* da Espanha, "um elaborado aparelho ideológico que compensava a divisão administrativa e a dispersão existente no Estado" (op. cit., p. 73). Para este autor, a expansão imperial impede a centralização interna sendo o império basicamente sustentado pela riqueza das colônias, posta como "patrimônio autárquico" da Coroa (p. 78). Elliott assevera que a devoção religiosa supria em parte a ausência de um nacionalismo e que Filipe II assume a Inquisição como aparelho de Estado, ampliando-lhe as funções (op. cit., p. 112 e 247).

[22] E. Hobsbawm define a crise do século XVII como a "última fase da transição geral da economia feudal para uma economia capitalista" (A crise geral da economia européia no século XVII, p. 81). Para ele a depressão que começa por volta de 1620 atravessa um século, e na sua superação são gestadas as condições da revolução industrial. Enfim era a crise dos *obstáculos do capitalismo*, tendo claro que tais obstáculos eram sociais (p. 87). Quanto à hipersensibilidade espanhola, Wallerstein conclui: "A decadência da Espanha tem sido um dos grandes tópicos da historiografia da Europa moderna. A causa, em nossos termos, parece ser o fato de a Espanha não haver construido (provavelmente por não poder fazê-lo) o tipo de aparato de Estado que tivesse capacitado suas classes dominantes de beneficiar-se da criação da economia-mundo européia, apesar da posição central, geográfica e econômica, da Espanha nesta economia-mundo no século XVI" (op. cit., p. 271). P. Vilar lembra que a Espanha teve de responder a problemas que nunca haviam sido postos para outros Estados, pois "foi o primeiro país que criou um império verdadeiramente mundial" (*Crecimiento...*, p. 136).

[23] "Assim, Carlos V, Antuérpia, os Fugger, estavam todos implicados em uma gigantesca operação de crédito sobre crédito, um castelo de cartas com o móvel de ganhos baseados apenas na esperança e no otimismo" (I. Wallerstein. Op. cit., p. 249). Esta política financeira especulativa, mantida pelos Filipes, explica as sucessivas falências da Coroa espanhola: em 1557, 1575, 1596, 1607 e 1628 (H. Miskimin. Op. cit., p. 376). Este autor argumenta que o alto endividamento levou à progressiva deterioração financeira da Espanha ao longo do século XVI (p. 369).

européia das riquezas ultramarinas — perde o seu esplendor, consoante com o fim do monopólio ibérico de além-mar. Mesmo Cracóvia — outra praça do circuito "espanhol" — perde a condição cêntrica na Europa Oriental.

Pode-se dizer que os circuitos de produção europeus sob dominância dos Fugger entram em colapso, ascendendo novas áreas e novos países à condição de centro. O poder desloca-se para o noroeste da Europa, para países que se desenvolveram no "vácuo dos impérios" (conforme expressão de Wallerstein). O *velho centro* passa à condição de *semiperiferia*.[24]

No início do Setecentos, o pólo dinâmico da economia européia está na Holanda (Províncias Unidas), na Inglaterra e no norte da França. A gênese e a afirmação desta dominância ocorrem no curso da segunda etapa do "longo século XVI".[25] Este último país vive a situa-

[24] Para Wallerstein, a *semiperiferia* tem uma "definição geopolítica" sendo um "componente estrutural" da economia-mundo (op. cit., p. 492). Estas áreas conhecem algumas particularidades: um relativo poder da nobreza (que se expressa no controle da posse da terra), a difusão de variações da parceria (em vez do arrendamento), disparidades regionais significativas (com baixa ou mesmo nenhuma centralização política e unificação nacional), altos níveis de especialização em atividades complementares (como a pecuária, por exemplo), industrialização incipiente ou especializada em produtos não vitais (de luxo, por exemplo). O caso italiano parece exemplar para ilustrar a dinâmica da semiperiferia ao longo do período enfocado: fragmentação política, aristocratização da burguesia mercantil (com a aplicação de capitais citadinos na compra de solares), acentuada disparidade entre o norte (urbanizado) e o *midi* (dominado pelos latifúndios), escassez de grãos, estagnação ou regressão da indústria, etc. (I. Wallerstein. Ibidem, p. 151 e 243).

[25] Miskimin, avaliando a "ruína espanhola" e o "comando holandês", observa que as duas principais regiões de comércio dos países que estiveram na proa do *primeiro século XVI* "eram áreas de dificuldade monetária", isto é, onde compravam mais do que vendiam (op. cit., p. 349). Trata-se das regiões do Báltico e do Extremo Oriente, no Mediterrâneo e na África o comércio europeu apresentava uma balança equilibrada, a América era "uma dádiva" (p. 356-7). O superávit dos países bálticos, que "atraíam quantidades consideráveis de moedas preciosas" é em grande parte responsável por esta migração para noroeste do eixo dinâmico da economia européia (p. 338). P. Chaunu defende com enfase que "a produção agrícola da Europa gerou muito mais riqueza que o tesouro americano" (*Conquista...*, p. 335).

ção ímpar de não ascender plenamente à condição de centro sem, contudo, tornar-se parte da semiperiferia.

A motivação imperial é também explicativa da particularidade da França. A disparidade, e mesmo a concorrência direta, das economias regionais marcam profundamente a formação francesa, travestindo-se em disputas dinásticas e na divisão religiosa do país. Aqui, segundo Wallerstein, a centralização política realiza-se como uma vitória do campo sobre as cidades,[26] fazendo com que o objetivo nacional apareça com um componente regressivo. A unificação do país faz-se no combate às burguesias provinciais, num quadro em que os elementos capitalistas se afirmavam contrários a um Estado forte. Isto acarretou a necessidade de criar um grande aparato burocrático (uma "nobreza administrativa" gerada com a venda de cargos públicos) que reforçou a base aristocrática do poder real.[27]

O caráter aristocrático do Estado francês estimula – ante a expansão de mercados da economia-mundo — uma reorganização intra-estatal dos interesses senhoriais; processo tão intenso que impulsiona

[26] I. Wallerstein. Op. cit., p. 420-1. Este autor ressalta o fato de a centralização francesa ser respaldada pelo campo, ao contrário da Inglaterra e Holanda onde tal processo tem uma base urbana. Isto reforça a base aristocrática do Estado e tem grande repercussão na estrutura fundiária. A nobreza avança sobre as terras comunitárias, que vão ser exploradas no sistema de *métayage*. Este sistema, segundo Miskimin, além de frear a difusão do arrendamento, impede a formação de um mercado consumidor rural, "pois estes contratos de meação davam ampla defesa do senhorio mas à custa do rendeiro, e foi esse o padrão do século XVI" (op. cit., p. 265). Brenner, por outro lado, assinala que "na França, a propriedade camponesa e o Estado absolutista se desenvolveram em mútua dependência", porém afirma que isso freia o avanço do controle senhorial da terra pois o Estado vai aparecer como um "competidor dos senhores" (Estructura de clase agraria y desarollo económico en la Europa preindustrial, p. 76 e 73).

[27] R. Brenner aponta que a grande rivalidade senhorial na crise do feudalismo, levou a uma falta de coesão política que impediu a geração de mecanismos para conter a baixa da renda senhorial na França (Las raíces agrarias del capitalismo europeo, p. 306). Nesse quadro, a monarquia vai consolidando seu poder na luta contra os grandes senhores, construindo um Estado forte no qual a centralização apóia-se na tributação sobre uma ampla economia camponesa (p. 309 a 319). Nas palavras do autor: "O Estado absolutista, que tinha suas bases no fisco e nos cargos públicos, se desenvolveu em conflito com, e a expensas de, antigas formas descentralizadas de extração feudal" (p. 341). Aqui a aristocracia vai ser atraída para a órbita do poder estatal, tornando-se uma nobreza de Estado. Para Miskimin essa *noblesse de robe* contribui na drenagem de capitais para fora da órbita produtiva (Op. cit., p. 372).

mesmo uma "feudalização" (ou "acomodamento feudal" como prefere Marc Bloch) da burguesia.[28] Tal caráter é também indicativo das motivações do projeto imperial assumido, um imperialismo mais continental que ultramarino. Este levava a que a potencialidade do "poder marítimo e comercial" fosse neutralizada pelos objetivos do "militarismo territorial".[29] Derrotados os desígnios expansionistas (na paz de Chateau-Cambrésis), a França vai viver a crise do século XVII sem acumulação prévia significativa, com dispendioso aparelho estatal, sem colônias e sem industrialização de porte, e envolvida em profundos conflitos internos.[30] Todavia, a centralização impetrada, a alta densidade populacional, e a relativa auto-suficiência agrícola garantem a não-cristalização do *status* semiperiférico.

Observa-se que o centro da economia-mundo européia, em meados do século XVII, na verdade está circunscrito, quando se tomam parâmetros nacionais, à Holanda e à Inglaterra. Países que experimentam processos formativos distintos entre si, e que — em sua combinação — acabam por desalojar as lideranças econômicas e políticas do *primeiro* século XVI, as que comandaram as descobertas e o alargamento do horizonte geográfico europeu.[31]

[28] I. Wallerstein. Op. cit., p. 227-8. Para Miskimin, a ação do Estado na França reforça os "monopólios tradicionais" (op. cit., p. 314). Brenner considera que o Estado forte permitiu uma ampliação das fontes tributárias, a qual acaba por impedir um desenvolvimento da economia camponesa ao mesmo tempo que a mantém como base de financiamento de todo o aparato estatal aristocrático (Las raíces...", p. 314 e 342-3).

[29] P. Anderson. Op. cit., p. 126. Isto apesar das críticas de Francisco I ao Tratado de Tordesilhas e à bula *Inter Coetera* (ver P. Chaunu. *Conquista*..., p. 265). É conhecido o episódio em que este rei francês pede ao papa que lhe envie uma cópia do "testamento de Adão" (J. H. Elliott. *O velho mundo e o novo*, p. 131).

[30] J. P. Cooper considera que "na França, as guerras de âmbito internacional e a guerra civil tiveram como conseqüência a falta de inversão na agricultura durante todo o século e em especial após 1635" (En busca del capitalismo agrario, p. 221). G. Bois afirma que este país "foi vítima de seu próprio desenvolvimento", estimulando o capitalismo em outras regiões (Contra la ortodoxia neomalthusiana, p. 138).

[31] Como diz P. Chaunu: "Os novos mundos pertencem de início, numa primeira fase, aos que os inventaram" (*Conquista*..., p. 268); todavia "o duplo monopólio ibérico está morto no final do século XVI" (p. 354). O controle de espaços ultramarinos é um indicador precioso das dominâncias, pois como argumenta C. A. B. Oliveira a divisão interna da Europa entre nações hegemônicas e subordinadas deriva em muito da posição relativa de cada uma diante da apropriação do lucro comercial e colonial (*O processo de industrialização*, p. 70).

A Holanda, emergindo da luta contra o império espanhol com a divisão dos Países Baixos em 1579, aparece segundo Smit como "a primeira verdadeira nação capitalista e burguesa, com identidade nacional muito mercantil fortemente marcada".[32] Daí gerar um aparato de Estado criado segundo os interesses da burguesia urbana, que lhe propicia uma "competência comercial" ímpar, base da formidável expansão holandesa no segundo século XVI.[33] Essa plena identificação entre interesses do Estado e do capital mercantil expressa-se em medidas amplamente favoráveis ao desenvolvimento das relações capitalistas, como por exemplo a política de tolerância religiosa que atua na atração de capitais.

O Estado holandês estimula o crescimento do poderio naval do país, que conta com a maior frota européia no período enfocado. Isto propicia um barateamento — e posterior controle — dos fretes em âmbito continental, o que pode ser ilustrado com os embarques mesmo para a Espanha inimiga.[34] Na verdade a Holanda acaba por quase monopolizar todo o comércio do Báltico, o que implica o controle da distribuição de alguns produtos vitais para outros países, notadamente cereais. O estímulo ao desenvolvimento das atividades financeiras, com a criação do seguro marítimo e de novas formas de agrupamento de capitais, leva a um crescimento do setor que acaba por desalojar as

[32] I. Wallerstein. Op. cit., p. 295, nota 211. Este autor estima em cerca de 60% a taxa de urbanização do país em 1622 (ibidem, vol. II, p. 63). H. Miskimin avalia que ao final do século XVI a Holanda é a "zona mais industrializada e urbanizada da Europa" (op. cit., p. 244). P. Kriedte a define como "o empório da Europa no século XVII" (op. cit., p. 118) E Brenner conclui que nesse país, onde não vigoraram formas feudais típicas, a produção desenvolveu-se de modo plenamente mercantil (Las raíces..., p. 377 a 379).

[33] I. Wallerstein. Op. cit., p. 286 e ss. Este autor estima que, em meados do XVII, a frota da Holanda domina o comércio mundial, ultrapassando 15.000 embarcações, do total de 20.000 do setor (ibidem, v. II, p. 63). H. Miskimin lembra que no fim do século XVI mais de sessenta navios holandeses já haviam navegado no Índico, que em 1604 a frota constante nesse oceano era de cerca de 38 barcos, e que em 1619 a Holanda possuía mais de duzentos navios trafegando no Mediterrâneo. A ocupação do nordeste brasileiro e de praças portuguesas na África e Ásia inscrevem-se nesta formidável expansão.

[34] Isto ilustraria bem o "liberalismo holandes *avant la lettre*", conforme expressão de P. Deyon, oriundo do predomínio dos interesses comerciais (*O mercantilismo*, p. 38). Miskimin aponta a relação estreita entre este *laissez-faire* e a emergência do direito internacional com as formulações de Grotius sobre a liberdade de navegação (op. cit., p. 385).

casas bancárias italianas e alemãs no comando das finanças européias (na virada do século).

A condição de eixo da circulação comercial e financeira faz de Amsterdã a capital mercantil da economia-mundo européia, atraindo para sua dinâmica a economia inglesa e a francesa. Segundo Wallerstein, a Holanda expande-se num momento em que estes países se voltam para uma estruturação interna, avançando numa vacância de centralidade.[35] Contudo o domínio é efêmero, pois marcadamente mercantil, um comando da *circulação*, não da *produção*. A magnitude do lucro comercial acaba por desestimular aplicações no setor produtivo; por isso, conforme argumenta Dobb, no caso holandês não houve a "fertilização da indústria pelo capital comercial".[36] Contudo, no período em exame, a condição cêntrica da Holanda é inquestionável.

Um traço particular da formação inglesa está na antiguidade da estrutura monárquica, fruto de um "feudalismo militar",[37] e é com um Estado já razoavelmente constituído que a política dos Tudor vai enfatizar a unificação da economia nacional.[38] Experimentando, no longo século XVI, relativa paz e a segurança advinda da situação insular, a Inglaterra conhece no período profundas transformações em sua

[35] I. Wallerstein. Op. cit., p. 283-305. H. Miskimin lembra que o controle de rotas diversificadas ajudou o desenvolvimento holandês (op. cit., p. 344). Kriedte estima que a Holanda recebeu diretamente de 15% a 25% do metal americano desembarcado na Europa, e destaca que Amsterdã passa de 30.000 habitantes em 1567 para mais de 200.000 em 1680 (op. cit., p. 119-20).

[36] M. Dobb. *A evolução do capitalismo*, p. 236-7 e 241. Miskimin, contudo, lembra o desenvolvimento agrícola (especialmente a pecuária leiteira) com produção intensiva voltada para o mercado, apesar do domínio nobre da terra, e também de alguns setores industriais, como o bélico (op. cit., p. 245 e 377). Wallerstein, datando a hegemônia da Holanda entre 1625 e 1675, também questiona a tese do desenvolvimento "exclusivamente" comercial, destacando os setores têxtil, naval e de refino do açúcar como significativos (op. cit., v. II, p. 51, 56 e 59). De todo modo, a dominância holandesa não sobrevive à crise do século XVII.

[37] I. Wallerstein. Op. cit., p. 329-40. Brenner considera a precoce monarquia inglesa como um resultado da coesão senhorial, com o poder real fundamentando-se na unificação da aristocracia (Raíces..., p. 303). G. Bois acentua que na "reorganização feudal" do século XV, o campesinato inglês teve força para impedir o retorno da servidão, mas não para obstar a concentração das terras (op. cit., p. 139).

[38] Tal política, segundo a avaliação de Miskimin, objetiva a fruição do mercado, o que advém do controle parlamentar da tributação e do papel do Estado que estimula o crédito e a atividade mercantil (op. cit., p. 378, 380 e 363).

organização interna. Diminuição das cargas feudais, crescimento demográfico, especialização regional integrada, uso intensivo da terra, aprimoramento industrial, são fatores explicativos do sucesso inglês. Um processo dissecado em sua essência na clássica análise de Marx.[39]

As peculiaridades da agricultura inglesa fornecem a base para o entendimento da evolução do país, que o habilita ao posterior comando da *revolução industrial* no século XVIII.[40] Um mercado de terras já desenvolvido no século XV, com altos níveis de transferência da propriedade e (sobretudo) da exploração fundiária, estimulam o aumento da produtividade que embasa a difusão de uma produção em moldes capitalistas. O arrendamento — sendo mais lucrativo para os senhores — dissemina-se como em nenhuma outra parte da Europa, gerando rápida diferenciação interna do campesinato por meio da qual emerge o segmento social agrário portador da mentalidade capitalista: o *yeoman*. Este, e a *gentry* (baixa nobreza rural), são os sujeitos políticos da revolução burguesa na Inglaterra.

O desenvolvimento capitalista no campo, com maior produtividade e especialização da produção, implicou a liberação da mão-de-obra que — num processo com traços compulsórios — vai sendo absorvida na atividade industrial, seja na manufatura, seja no sistema *putting-out*. Este setor da economia — produtor principalmente de tecidos grosseiros de lã — articula-se com a vida rural por meio também da demanda de matéria-prima, induzindo a especialização com a pecuária ovina num movimento de tal significância que leva Morus a falar das "ovelhas devoradoras de homens". Na época da redação de *A Utopia*, a Inglaterra já possui sólida manufatura voltada basicamente para

[39] Ver Karl Marx. *O capital*, livro I, vol. 2, cap. 24 "A chamada acumulação primitiva". Tomando-se uma obra recente, pode-se lembrar que a tese central de Robert Brenner é a de que o controle senhorial da terra possibilitou o arrendamento, e este permitiu a diferenciação interna do campesinato (Raíces..., p. 352). Para ele, o arrendamento pressupõe a concentração e o aluguel da terra, uma concentração fundiária sem segunda servidão. E esta "estrutura capitalista da agricultura" explicaria o desenvolvimento inglês (Estructura..., p. 67 e 71).

[40] I. Wallerstein aponta o caráter intensivo da atividade rural, com o desenvolvimento da produção independente, e o conseqüente aumento da especialização e da produtividade (op. cit., p. 155). O autor lembra que esta situação do quadro agrário libera mão-de-obra, que será absorvida por outros setores (p. 146). Sobre os antecedentes da *revolução industrial*, ver Eric Hobsbawm. *Origens da revolução industrial*.

a exportação de produtos de consumo de massa na periferia e na semiperiferia. Por isso, ela se torna grande beneficiária do crescimento do mercado mundial; como argumenta Dobb: "A expansão dos mercados ultramarinos, especialmente os coloniais no século XVII, em certa medida agiu como alavanca propulsora da rentabilidade da manufatura no país".[41]

O desenvolvimento das relações capitalistas na Inglaterra faz-se engrenado a um Estado forte, de denso conteúdo nacional, que no segundo século XVI se afirma como potência naval.[42] A cronologia do expansionismo inglês pode ser rastreada pela fundação das companhias de comércio — além dos Mercadores Aventureiros, anterior, a de Moscou, da África e Eastland, do Levante, todas no período mencionado.[43] Há que lembrar também a proeminente presença inglesa na pirataria e — já ao final do século — as tentativas de colonização no além-mar. Enfim, como conclui Oliveira, trata-se de um expansionismo claramente marcado por um "caráter burguês" e apoiado em sólidas bases nacionais, com um objetivo evidente de "captura de circuitos mercantis e de mercados".[44]

Estas características, determinantes e determinadas pela condição cêntrica da Inglaterra na economia-mundo européia, são explicativas da posterior acentuação da dominância deste país no sistema mundial. E pela peculiar reação de sua economia ante a crise do século XVII, num processo de renovação industrial que atrai e concentra esta atividade.[45] O desenvolvimento inglês desaloja as velhas dominâncias

[41] M. Dobb. Op. cit., p. 238. E. Hobsbawm também aponta a importância do "mercado expansivo das colônias" para a industrialização inglesa, lembrando que este era "o tipo de expansão que os fabricantes precisavam" e que, nesse sentido, o colonialismo do século XVII proporcionou "às economias avançadas várias décadas valiosas de vertiginosa expansão econômica" (A crise..., p. 116-7). P. Kriedte salienta que os centros da proto-industrialização ingleses "dependiam em alto grau da exportação", e que, por isso, viveram a crise do século XVII de forma amenizada pela expansão do comércio atlântico (Kriedte et al. *Industrialización antes de la industrialización*, p. 59 e 61).

[42] P. Anderson. Op. cit., p. 153.

[43] Ver M. Dobb. *A evolução*..., p. 147; e P. Chaunu. *Conquista*..., p. 383-4. Esta política de *captura de mercados*, também internos, vai propiciar que a Inglaterra desenvolva uma diferente reação diante da crise do século XVII (I. Wallerstein. Op. cit., p. 369).

[44] C. A. B. Oliveira. Op. cit., p. 105. Este autor alerta para o "desenvolvimento simétrico" entre os capitais produtivos e mercantis no caso inglês (p. 92).

[45] I. Wallerstein lembra a tradição exportadora da manufatura inglesa tradicional de

da primeira fase da expansão européia, sendo em grande parte responsável pela migração do centro para a Europa de noroeste.

Para dar conta da geografia do movimento de constituição do modo de produção capitalista, em escala européia, resta comentar a situação das áreas a "leste do Elba", isto é, a Europa diretamente periférica, no período.

Estas são as zonas do *capitalismo reflexo*, onde o desenvolvimento da produção mercantil implicou um revivescimento das relações feudais. No que respeita às formas de controle da força de trabalho tem-se a chamada *segunda servidão* como relação imperante,[46] que expressa o reforço da dominação nobre, agora associada a objetivos comerciais. São as áreas da fragmentação política e dos Estados fracos, em que apenas o absolutismo sueco da dinastia dos Vasas aparece como exceção.[47] São as economias complementares especializadas em fornecer produtos primários para o centro e para a semiperiferia, seja os cereais da região báltica (a madeira ou as peles também), seja os minérios da Europa central.

A história da Polônia aparece nesse conjunto como verdadeiro arquétipo. Área de fronteira da Cristandade, conhece precocemente uma relativa centralização política impulsionada por motivos militares. Com o desenvolvimento da economia-mundo e o crescimento exponencial da demanda cerealífera dos países ocidentais, experimenta um incremento de sua produção agrícola que passa a ser totalmente dirigida para este mercado. Tal incremento, executado em bases extensivas, alimenta um revigoramento dos direitos senhoriais — requisitados agora por "nobres empresários", ligados diretamente aos mercados externos.[48] O trabalho servil é, assim, estimulado pela mercantilização da produção, disseminando-se por meio de amplo processo de colonização empreendido nos moldes deste *feudalismo modernizado*.[49]

Esta inserção rígida e especializada na divisão européia do trabalho, leva a que a expansão do sistema mundial se expresse no caso da Polônia num reforço do poder da nobreza. Aqui a dinâmica mercantil consolida elementos da ordem feudal, num processo que tem a própria centralização política como empecilho. Daí os embates da aristocracia agrária com a Coroa e as cidades — sustentáculos do poder monárquico. Vencida a disputa, a nobreza vai açambarcar também a esfera do comércio, eliminando a possibilidade de emergência de forte burguesia autóctone e de vida urbana significativa.[50] A estruturação dependente da economia leva à impossibilidade de adoção de medidas mercantilistas, acarretando o progressivo enfraquecimento do Estado nacional até a perda real da soberania polonesa.

Como foi dito, a evolução da Polônia encontra paralelo com os demais países da *periferia continental*. Algumas áreas não lograram sequer constituir-se como Estado, restando como regiões de influência de economias nacionais e arena de disputa nos conflitos continentais. A larga bibliografia existente sobre a chamada *miséria alemã* bem ilustra o destino de tais áreas.[51] É óbvio que esta visão de conjunto encobre

tecidos de lã grosseira (op. cit., p. 326-8), e diz que a renovação se dá com a produção de tecidos leves com a qual acabam por desalojar os fabricantes italianos. H. Miskimin concorda com esta interpretação lembrando o mercado colonial destes tecidos (op. cit., p. 285 e ss.), e conclui: "As *fazendas novas* não faziam concorrência direta às antigas, o seu valor de exportação constituía, quase por inteiro, um aumento líquido dos ganhos obtidos no estrangeiro, e, como esse dinheiro se difundia por toda a economia, ia criar mercado para outros bens e servia para fazer aumentar a escala da produção em muitos outros ramos" (p. 293). Agiam, assim, em "cadeias auto-estimulantes" (p. 301). Hobsbawm, depois de salientar que o grande avanço industrial inglês ocorre durante a crise, salienta a grande presença da demanda colonial para esta produção (A crise..., p. 116).

46 O caráter capitalista da *segunda servidão* é bem enfatizado por M. Dobb (*A evolução...*, p. 78), também por E. Hobsbawm (Do feudalismo para o capitalismo, p. 164). Esta seria uma das *formas novas* criadas na transição (P. Sweezy. Uma crítica, p. 49). Já Brenner associa essa relação de trabalho com as áreas onde o absolutismo não se consolidou, gerando uma reação aristocrática sem Estado (Raíces..., p. 323).

47 I. Wallerstein. Op. cit., p. 441. A expansão sueca se faz pelo Báltico, avançando pela Europa Central e sobre a Rússia (P. Anderson. Op. cit., p. 245). Porém, como será visto, não deixa de ensejar ações ultramarinas.

48 I. Wallerstein. Op. cit., p. 429. H. Miskimin observa que o domínio nobre pode ser auferido pelas *Regulações Polacas* de 1518 e 1520, onde mais do em outras partes se referenda a servidão; diz ele: "As condições geográficas favoreciam a especialização no cultivo de cereais e davam motivos econômicos para a repressão dos camponeses pelos grandes senhores de terra" (op. cit., p. 152).

49 A expressão é utilizada, entre outros, por Georg Lukács, La particularidad del desarollo de las relaciones capitalistas en Alemania, in: *El asalto a la razón*. Para este autor, esta situação genética objetiva a "via prussiana" de desenvolvimento do capitalismo, comum aos países centro-europeus.

50 A atração dos judeus para a Polônia, onde fazem as vezes de uma burguesia (porém sob grandes restrições), atesta bem o domínio nobre no seio desta "monarquia débil" (I. Wallerstein. Op. cit., p. 213 e 455).

51 Para uma síntese da particularidade alemã, além do trabalho já citado de G. Lukács, ver K. Marx. Introdução, in: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Para uma revisão sistemática da bibliografia mencionada, ver Antonio Carlos R. Moraes. *A gênese da*

tonalidades regionais singulares: uma relativa industrialização na Tcheco-Eslováquia, uma urbanização mais densa na Eslovênia, as concentrações mineradoras na Hungria etc. Todavia, os traços genéricos da periferização sobrepõem-se às singularidades.

Observa-se que, no decorrer do longo século XVI, afirma-se uma divisão do trabalho bem demarcada no interior da Europa. *Grosso modo*, o centro do dinamismo econômico migra no período das áreas mediterrâneas para o noroeste do continente. Até meados do século, a efervescência mercantil é meridional. Veneza, Florença, Gênova, o eixo Lião-Marselha, Sevilha, Lisboa são os pólos dos vários circuitos, tendo Antuérpia como a porta para o mundo báltico. Em 1600, Amsterdã já comanda os fluxos mercantis. A atividade industrial inglesa já possui proeminência significativa.

No caso da França o dinamismo econômico transfere-se do sul para o norte, e o mesmo ocorre no seio da Confederação Germânica. Nos mares também se expressam estas mudanças, com a crescente presença das frotas da Inglaterra e da Holanda acirrando a concorrência na arena exterior e nos projetos de colonização extra-européia. A conquista da América deixa, nesta época, de ser empreendimento exclusivamente ibérico.[52]

Este movimento espacial das dominâncias teve por veículo primordial as disparidades do processo conhecido como a *revolução dos preços*, que atravessa o longo século XVI. Trata-se de uma contínua inflação que, em intensidades variadas, atinge todos os setores da economia européia durante o período enfocado. Uma subida geral de preços, no curso de quase um século, que favoreceu a concentração de capitais e a estruturação desigual da economia-mundo, gerando o rearranjo interno do centro mediante uma complexa diversidade em sua manifestação.[53]

geografia moderna, cap. 1 — A particularidade histórica da Alemanha e a gênese da geografia moderna.

52 Segundo J. H. Elliott, a partir da década de 1620, com o acirramento do conflito entre a Espanha e a Holanda, a "luta pelo poder na Europa adquiriu, por fim, uma extensão genuinamente transatlântica", e com a resolução da disputa para o lado holandês (com o Tratado de Münster de 1648), o "monopólio ibérico chegava ao fim" (*O velho...*, p. 128 e 131). Este autor aponta como expressão da crise espanhola, o fato de em 1640 nenhuma frota ultramarina ter desembarcado em Sevilha.

53 Vários autores assinalam que a subida dos preços começa praticamente com o "longo" século XVI, sendo fenômeno de alcance *continental*. H. Miskimin considera que os preços do século XVI são o triplo dos cobrados no século XIV (op. cit., p. 234). P. Vilar avalia que os preços subiram de um para quatro no decorrer do século (A transição..., p. 41). Para ele, estruturou-se uma "hierarquia dos preços no espaço", num processo que "atingirá todos os lugares ainda que em diferentes graus" (*Ouro e moeda na história*, p. 115 e 210). Earl Hamilton demonstra, por exemplo, que os preços espanhóis subiram 4,3 vezes durante o século XVI, com um índice de 107% no período 1501-1550, de 49,5% entre 1551 e 1575, e de 32% desta última data até 1600 (ver *El tesoro americano y la revolución de los precios en España*, p. 202-05 e 220-01). P. Kriedte defende que a alavancagem do processo foi dada pela inflação dos preços agrícolas, com o trigo por exemplo triplicando de valor nos períodos 1541-1550 e 1601-1610 (op. cit., p. 37). Ele fornece os seguintes valores (em 1600) para a elevação dos cereais ao longo do século XVI (partindo do índice 100 para 1501): 425 na Inglaterra, 651 na França, 380 no sul da Holanda (314 no norte), 376 na Espanha, 403 na Polônia, e 225 na Alemanha (ibidem, p. 67).

Em primeiro lugar, cabe apontar a desproporção entre o aumento do preço dos alimentos em relação aos salários, responsável por um superlucro diretamente advindo da *mais-valia absoluta*.[54] Este montante representa uma adição substancial ao fundo de acumulação originária de capital, sendo um componente importante para o entendimento da gênese do modo de produção capitalista. Entretanto, como argumenta Wallerstein, esta desproporção não pode ser absoluta, com o risco de inviabilizar a formação de um mercado nacional.[55] Aqui, a geografia do processo é bastante elucidativa da divisão do trabalho resultante. Em regra geral, os salários caem mais onde o poder aristocrático é mais forte, atingindo os menores índices nas regiões da periferia continental. Na semiperiferia a situação desdobra-se: na Espanha convivem os preços mais elevados com salários baixíssimos (o país de maior desproporção), na Itália preços e salários apresentam uma tendência altista (o que dificulta a concorrência dos seus produtos industriais). Na França, consoante com o poderio da nobreza, a queda demasiada dos salários vai aparecer como um dos obstáculos ao pleno

54 Segundo M. Dobb, enquanto os preços em geral dobram, os salários sobem apenas 40% em média (*A evolução...*, p. 284). Hamilton, trabalhando a realidade espanhola, apresenta elevação dos salários nominais da ordem de 79,7% no período 1501-1550, 85,9% no 1551-1600 e 47% no 1600-1650. Fazendo, com base na análise da evolução dos preços, estimativa da elevação do custo de vida, considera que houve perda de 30% do poder aquisitivo dos trabalhadores ao longo do século XVI (op. cit., p. 288-9 e 296). A discussão da tese central da Hamilton, da origem da inflação com a chegada do metal americano, será retomada no próximo capítulo.

55 Wallerstein argumenta que a condição *ótima* estaria em obter as vantagens da redução dos salários na periferia, mantendo uma média salarial no país, o que possibilita o desenvolvimento do mercado nacional (op. cit., p. 117).

desenvolvimento capitalista. Movimentos distintos vão também marcar as diferenças entre a Holanda e Inglaterra, com um custo de mão-de-obra bem mais elevado no primeiro país. No caso inglês, observa-se queda maior dos salários na indústria que na agricultura — o que favorece a formação de um mercado interno de base agrária, ao mesmo tempo que estimula uma industrialização voltada para a exportação.

Assim, a revolução dos preços — em sua espacialidade diferencial — propicia um reordenamento da riqueza na Europa, sendo eficaz conduto da concentração e centralização dos capitais. Os "desníveis motores" dos preços (utilizando-se a boa expressão de Chaunu) comandam a acumulação, e a conseqüente fixação de capital nos vários territórios. As suas variações — regional, nacional, por circuitos e por setores — cristalizam uma hierarquização do espaço europeu.[56]

Esta hierarquia está montada ao iniciar-se o período de crise do século XVII, posto por Hobsbawm como a "última fase da *transição* geral da economia feudal para uma economia capitalista", a crise dos "últimos obstáculos do capitalismo".[57] Como demonstra este autor, trata-se não de uma *regressão geral* mas de uma *estagnação* regionalmente diversificada, situação na qual algumas regiões se desenvolvem ao acentuar o sentido capitalista de sua produção. Enfim, esta crise — que encerra a revolução dos preços e o longo século XVI — eclode numa temporalidade distinta entre os vários países. Ela manifesta-se, num sentido genérico, da periferia para o centro, da Europa

[56] Ver P. Anderson. Op. cit., p. 114-5. P. Kriedte fornece a seguinte cronologia para o fim da inflação: na Espanha, França e Itália, a revolução dos preços acaba na década de 1590; na Alemanha, por volta de 1620; e na Inglaterra e Holanda após 1640 (op. cit., p. 84). Segundo este autor, a crise do século XVII é claramente uma resposta à alta do XVI, podendo ser lida tanto como uma contra-ofensiva senhorial, induzindo certa refeudalização, quanto como um estímulo à modernização da manufatura (ibidem, p. 83 e 129).

[57] E. Hobsbawm. Do feudalismo..., p. 81 e 87. Segundo este autor a crise vai até 1720 e gera as condições da revolução industrial. I. Wallerstein caracteriza a crise do XVII como claramente uma "fase B", impulsionada pela grande elevação do preço do cereal, ao seu ver motivada pela decadência da economia camponesa e pela retração da área cultivada (op. cit., v. II, p. 17). Segundo ele, a depressão começa na Espanha em 1600, instala-se na França por volta de 1630, e chega à Inglaterra em 1650, num quadro em que a coexistência de profundos desníveis de preços atua como fonte de acumulação (p. 27 e 29). Para o autor, trata-se da crise de consolidação do sistema, uma mudança de ritmo que realiza a primeira contração da economia-mundo capitalista (p. 45).

meridional para a setentrional, do oeste para o ocidente europeu, e dos litorais para as hinterlândias. Os níveis e o ritmo da recessão também variam muito de país a país. Em 1620 a Espanha já está totalmente imersa na crise, duas décadas depois a desvalorização ainda é pequena nos países do noroeste da Europa. Em certo sentido, Inglaterra e Holanda escapam em parte a este movimento, que "revelou as falhas do comércio mundial baseado no capital mercantil especulador e nas relações feudais de produção na cidade e no campo".[58]

Enfim, a espacialidade diferencial do capitalismo expressa-se com clareza na estruturação interna do centro difusor do sistema mundial em formação. O rastreamento da revolução dos preços revela os mecanismos de afirmação de uma dada divisão européia do trabalho. Porém, resta tematizar a expansão extra-européia, pois — como já foi dito — ela é um componente essencial da dinâmica em foco. Para muitos autores, é também a riqueza resultante do expansionismo ultramarino que serve de mola propulsora de todo o movimento ascensional dos preços.

[58] J. Merrington. A cidade e o campo na transição para o capitalismo, p. 187. Segundo Hobsbawm, nesta conjuntura os impérios ibéricos se contraem mudando de caráter, e gestam-se as bases do "fabuloso sistema mundial" (A crise..., p. 85). Kriedte comenta: "Um dos momentos mais importantes da crise do século XVII foi a transferência do pólo de crescimento econômico dos Estados continentais para as potências marítimas" (op. cit., p. 95). E Wallerstein conclui que a crise consolida uma "economia-mundo única, de desenvolvimento nacional desigual" (op. cit., p. 384).

Capítulo 3

A EXPANSÃO ULTRAMARINA E A ECONOMIA EUROPÉIA

A expansão ultramarina européia inaugura o longo século XVI. Seria vão discutir se o marco de tal processo estaria, como admite P. Chaunu, na passagem do cabo Bojador em 1434. Mais importante é avaliar, com ele, que este movimento ocorre como uma "germinação de fronteira", um "caso de margem" envolvendo duas penínsulas: a Ibérica e a Escandinava. E mais, que "os descobrimentos respondiam aos longos tempos de dificuldades".[1]

Eram as carências da Europa que alimentavam a expansão. Mais do que o "espírito de Cruzada", o "gosto de aventura" ou a "busca de glórias", foi a necessidade de cereais e os baixos níveis dos estoques metálicos da Cristandade, que impeliram alguns países europeus a avançar "por mares nunca dantes navegados". O déficit de metais preciosos, sobretudo, exponencializava-se por uma balança comercial negativa. A carência de grãos era também significativa.[2]

Falando da expansão ibérica, é ainda P. Chaunu que avalia: a busca

[1] Ver P. Chaunu. *A expansão européia*, p. 44 e 77.

[2] Segundo H. Miskimin a carência de metais leva à expansão: "Não foi por acaso que o século XV assistiu ao desmantelamento da velha geografia, com a humanidade ocidental a atingir os confins do planeta e a isso levada em parte pela busca de ouro" (*A economia do renascimento europeu*, p. 219). Sobre a demanda cerealífera, ver Wallerstein. *El moderno sistema mundial*, v. I, p. 60-1.

da terra para o plantio da cana era o móvel burguês, continuar a reconquista seria o objeto da nobreza, buscar cereal seria o estímulo básico do Estado, encontrar ouro seria "o móbil de todos".[3] Avançando mais nas motivações lusitanas, P. Vilar vai adicionar à "sede de ouro" e ao "déficit de grãos", a busca da goma, a extensão da área pesqueira, o dinamismo da economia açucareira no reino e nas ilhas, a demanda de braços escravos, e a desvalorização monetária que "arruína os cavaleiros e os empurra às aventuras".[4]

Enfim, é uma conjuminância de interesses diversificados que está na base da aventura marítima. A difusão dos europeus no globo escorava-se numa associação de motivações, responsável pelo êxito de uma empresa de tal porte. Cada ator social tem um desígnio específico — os comerciantes buscam produtos e mercados, a nobreza busca terras e a riqueza dos saques, a Coroa seu fortalecimento — porém todos confluem para o empreendimento comum. Como observa P. Anderson, a expansão ultramarina engrandecia o Estado e beneficiava a burguesia, gerando um sistema que articulava numa mesma dinâmica exército, colônia e comércio.[5]

Postas as motivações genéricas, cabe — também em linhas gerais — datar o processo em sua gênese e em seus momentos. Em primeiríssimo lugar, destaca-se o empreendimento lusitano.[6] Um primitivo

[3] P. Chaunu. Op. cit., p. 84. P. Vilar concorda com esta avaliação; diz ele que este objetivo "desencadeou a conquista e determinou seu caráter ativo, disperso e vasto" (*Ouro e moeda na história*, p. 83). Ver também: P. Kriedte. *Feudalismo tardío y capital mercantil*, p. 60-1.

[4] P. Vilar. Op. cit., p. 65. P. Anderson comenta: "Portugal, no extremo atlântico da Península Ibérica, foi a última monarquia feudal importante a surgir na Europa Ocidental", e ali "não surgiu uma hierarquia intersenhorial estruturada e o separatismo dos nobres foi débil" (*Passagens da antiguidade ao feudalismo*, p. 190-2). Miskimin conclui ser o Estado português o primeiro a "atuar como Estado", no sentido moderno (op. cit., p. 159). A discussão sobre as particularidades do precoce expansionismo português constitui o objetivo central da segunda parte deste estudo.

[5] Ver P. Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, p. 65. A forma de organização do empreendimento marítimo une diferentes motivações, quase sempre capitaneadas ou estimuladas pelas Coroas. "Rotas, espaços e homens. O processo de difusão do extremo ocidente cristão através do mundo resulta necessariamente em uma construção política. O Estado está presente no momento da exploração e da conquista (P. Chaunu. *Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 231).

[6] Na opinião de P. Chaunu, o século XV "confunde-se com Portugal", e este século termina com uma promessa que coube ao século XVI realizar (*A expansão...*, p. 279-80).

momento da expansão européia é eminentemente português, apesar de basicamente financiado por capitais italianos. Este país, por razões que serão vistas nos próximos capítulos, adianta-se na aventura oceânica, antecipando a própria recuperação européia. Seu papel não pode ser minimizado.

A expansão portuguesa, inaugurada com a campanha de Ceuta em 1415, é lenta e sistemática avançando gradativamente em direção ao sul, tendo como meta imediata a captura das fontes do ouro de Tombuctu. Com este propósito, já em 1445, os portugueses constroem a fortaleza de Arguim, e em 1482 está pronto o castelo de São Jorge da Mina — ponto de escoamento de escravos e do ouro da Guiné. O avanço pela costa africana prossegue, assim como o adentramento no "Mar Tenebroso", num movimento que incorpora os arquipélagos da Madeira e dos Açores e que acaba por esbarrar nas terras do Brasil. Ao final do século XV, os portugueses navegam no oceano Índico. Dominam os três bordos do Atlântico sul: a "volta da Guiné", a "volta do Brasil" e a "volta do Cabo".[7] Em meados do século XVI já comandam o tráfego interno do Índico, em 1513 estabelecem uma feitoria em Macau e em 1543 negociam no Japão (atingindo o extremo oriente: a lendária Cipango de Marco Pólo).

O império português é essencialmente marítimo, estruturado como "uma rede de bases mercantis através do mundo".[8] Um império "filiforme", preso aos litorais, cuja imensidão tornava difícil e caro o empreendimento. Um império mantido militarmente, fruto de uma "conquista talassocrática", que abarcava cerca de cinqüenta fortalezas e uma significativa força naval, sem envolver um claro desígnio de efetiva dominação territorial[9] (exceção feita ao Brasil); na verdade, era um controle de rotas oceânicas. Um império que constitui sua base numa época ainda de crise da economia européia (o final de uma fase B, nos termos de P. Chaunu) e que abre a aventura marítima como uma perspectiva de sua superação.

No último quartel do século XV, o outro Estado ibérico vem se

[7] Ver Pierre Chaunu. *A expansão...*, p. 81. Sobre a expansão portuguesa ver a bibliografia dos Capítulos 5 e 6.

[8] R. Romano & A. Tenenti. *Los fundamentos del mundo moderno*, p. 194. Estes autores argumentam tratar-se de um império "feito na surdina... de penetração lenta em bases isoladas sobre as franjas marítimas" (p. 261).

[9] Ver Pierre Chaunu. *Conquista...*, p. 198 e David Arnold. *A época dos descobrimentos (1400/1600)*, p. 55 e ss.

juntar a Portugal nas descobertas. O expansionismo hispânico inicialmente volta-se para o norte da África, apresentando os "aspectos feudal e militar da continuação da Reconquista".[10] A descoberta da América, em 1492, anima e acelera o movimento atraindo-o para o oeste. Nas primeiras décadas do século XVI, os espanhóis já transitam pela "Terra Firme": em 1512 De León explora a Flórida, no ano seguinte Balboa avista o Pacífico, em 1521 Cortés toma definitivamente Tenochtitlán, em 1533 Pizarro está em Cusco, em 1539 é fundada Assunção. Enfim, o ritmo da conquista é rápido e em meados do século os contornos do império espanhol na América já estão definidos. E mais, a partir de bases americanas, continuam a difusão no sentido latitudinal, atravessando o Pacífico e atingindo o Índico pela rota do nascente. Em 1564 a rota México—Filipinas já está estruturada tornando estas ilhas um "prolongamento da Nova Espanha".[11]

A expansão hispânica apresenta particularidades em relação ao empreendimento português. Aqui o caráter de conquista territorial é mais demarcado, a anexação de espaços como móvel de um processo que se manifesta no interior de uma estrutura imperial. A Coroa, mais envolvida com um projeto de hegemonia na Europa, deixa a aventura ultramarina mais na mão de particulares. A nobreza, notadamente, vai comandar a conquista "organizada e conduzida no seio de estruturas notavelmente senhoriais".[12] Na América há claramente a tentativa de "implantar uma extensão da economia metropolitana no ul-

[10] Pierre Vilar. Op. cit., p. 76. Segundo este autor, o avanço português é mais comercial, e o espanhol mais militar. Entretanto, como aponta P. Chaunu, a presença estatal é aqui menor que no empreendimento lusitano (*Conquista...*, p. 236).

[11] Ibidem, p. 175. O rastreamento detalhado da expansão espanhola e da instalação hispânica na América serão objeto específico do Capítulo 7. Sobre o avanço para o oriente, consultar a coletânea: Ernesto T. Villar (comp.). *La expansión hispanoamericana en Asia. Siglos XVI y XVII.*

[12] Perry Anderson. *Linhagens...*, p. 66. R. Romano & A. Tenenti vão além, dizendo que a nobreza tenta recuperar sua força no Novo Mundo, onde a distância propicia certo retorno à "autonomia feudal" (op. cit., p. 185). J. H. Elliott também reafirma que o padrão da Reconquista comanda o início da colonização hispânica, sobretudo na América, o que propiciou a formação de uma aristocracia feudal no ultramar (*La España imperial*, p. 66 e 69). Porém, ele destaca que o poder real acaba por enquadrar este segmento, o que se expressa bem na vinculação patrimonial das colônias diretamente à Coroa (p. 75 e 78). Em outra obra, Elliott reforça que a colonização fortaleceu, assim, a consolidação da monarquia e do poder absoluto (*O velho mundo e o novo*, p. 109).

tramar".[13] Existe um sentido de instalação (de interiorização e de posse), apesar do caráter de pilhagem das primeiras expedições, que se acentua com a descoberta das minas ainda na primeira metade do século XVI.

Na passagem do *primeiro* para o *segundo* século XVI, a expansão européia em torno da Terra está completa. Em meados do século, as linhas gerais da geografia do novo continente são conhecidas, os contatos com a Ásia e a África são regulares, os oceanos são atravessados também com regularidade. Isto não significa que todas as porções do planeta estejam integradas num movimento único, pois, como avalia Chaunu, a conquista formou "redes de relações", eixos de circulação entremeados por grandes vazios.[14] Porém, a visão européia do mundo — que no século XV era muito vaga — em 1600 é quase perfeita (o que pode ser atestado na evolução da cartografia do período). O contorno dos continentes, a extensão real das terras, os regimes predominantes de ventos oceânicos, são elementos já bastante conhecidos. Enfim, completa-se a "Época dos Descobrimentos", "uma época de reconhecimento e exploração dos oceanos, abertura de novas rotas comerciais e de início dos impérios ultramarinos".[15]

A incorporação de Portugal pelo império espanhol, em 1580, põe o monopólio ibérico do além-mar sob domínio dinástico único. Tal monopólio, amplamente sancionado pelas bulas papais,[16] começa contudo a ser seriamente solapado na virada para o século XVII. Novos países entram na aventura oceânica, animados pela riqueza que as possessões ultramarinas fornecem para a Espanha. A reforma protestante questiona a soberania ibérica, e fornece legitimação para o corso (a pirataria legalizada pelos Estados). A França, a Holanda e a Inglaterra entram na aventura marítima, atacando as frotas e as feitorias portuguesas e espanholas. Inicia-se um novo momento na expansão européia que prenuncia uma nova partilha do mundo colonial.

Da mesma forma que na fase anterior, da pilhagem passa-se para a

[13] A. Gunder Frank. *Acumulação mundial, 1492-1789*, p. 77. Para este autor, nesta fase, apenas na América hispânica há *conquista* de fato.

[14] P. Chaunu. *Conquista...*, p. 176. Para o autor, os impérios ibéricos do século XVI são "espaços marítimos, espaços terrestres, volumes de trocas e de homens" (p. 232).

[15] D. Arnold. Op. cit., p. 76.

[16] As bulas *Inter Coetera* de 1493 (disciplinada no Tratado de Tordesilhas) e *Ea Quae* de 1506 haviam legitimado amplamente a conquista ultramarina como trabalho de Deus (H. Miskimin. Op. cit., p. 224-5).

instalação. Ao final do "longo" século XVI, os novos participantes da corrida colonial estão alojados em muitos pontos do globo. Os holandeses estão no nordeste brasileiro, em Angola, e já disputam o controle do comércio no Índico.[17] Os ingleses buscam o domínio do Atlântico setentrional, e a partir de 1584 iniciam a ocupação da América do Norte. Os franceses também iniciam suas investidas náuticas. O segundo século XVI assiste ainda a um predomínio hispânico, porém já com a diversificação dos partícipes na exploração do ultramar. Paralelo a este processo ocorre, já ao longo de período seguinte, a progressiva diminuição da riqueza oriunda das colônias. A queda do lucro colonial antecipando a crise do século XVII.[18]

Em meados do século XVII escasseiam as fontes de ingresso ultramarino. Cai vertiginosamente a quantidade de metais preciosos desembarcados em Sevilha após 1630. A superoferta faz também baixar violentamente a lucratividade do comércio de especiarias. Após 1650 o circuito do açúcar entra igualmente em crise. A estrutura montada pela expansão ibérica desmorona-se, acossada pela concorrência e pelo exaurimento. Como lembra Anderson, neste momento o comércio intercolonial também já se organizou implicando certo nível de internalização dos capitais gerados nas colônias.[19] Todavia, o principal fator é a perda de poderio da Espanha na Europa. A migração de poder no centro é, em grande parte, explicativa do rearranjo das dominações na periferia, sendo também um de seus efeitos.

Assim, o longo século XVI encerra apontando para uma nova divisão do mundo colonial e para novos métodos de sua exploração. Como avalia Hobsbawm, a "principal realização do século XVII foi a criação de um novo tipo de colonialismo", um tipo que releva o "mercado colonial".[20] A expansão torna-se *plenamente* mercantil, emerge

[17] P. Chaunu. *Conquista...*, p. 384. A Companhia das Índias é fundada em Amsterdã em 1602. Para uma síntese dessa expansão, ver Charles Boxer. *The Dutch Seaborne Empire*.

[18] Ver Eric Hobsbawm. A crise geral da economia européia no século XVII, p. 93. Para este autor, a queda do ingresso colonial inicia-se após 1620, tendo seu ponto mais agudo na década de 1660.

[19] Perry Andeörson. *Linhagens...*, p. 85. Wallerstein fala da emergência de "subimperialismos" na estrutura imperial espanhola (op. cit., p. 267).

[20] Eric Hobsbawm. Op. cit., p. 115. Segundo ele este tipo de colonialismo expande-se após 1670. P. Kriedte conclui: "Apesar de que o sistema colonial do século XVI [...] estava dirigido fundamentalmente à pilhagem e à exploração, o mundo extra-

o *Antigo Sistema Colonial* com uma estruturação que perdurará por séculos.

A presença européia nos diferentes quadrantes do globo efetiva-se por distintas relações. Na Ásia imiscuem-se e acabam por dominar os circuitos de comércio tradicionais (bastante intensos), não alterando contudo as estruturas sociais preexistentes. Ao contrário, as novas relações comerciais intensificam os sistemas de produção locais, adequando-os ao ritmo da demanda mundializada.[21] Trata-se de estabelecimentos de troca e de um domínio marítimo que se concilia com as estruturas políticas prévias encontradas. Aqui, os produtos embarcados são pagos e não há drenagem de metais preciosos, são os europeus que os deixam em pagamento das produtos embarcados. O ouro do Monomotapa, capturado pelos portugueses na costa oriental da África, nem sequer chega à Europa. Parte da prata americana paga os fretes das relações com a Asia.[22] Enfim, há um efetivo *intercâmbio* na ação dos europeus no oriente, o que leva Wallerstein a deixá-lo fora da economia-mundo por não tratar-se de áreas e economias subjugadas (no sentido estrito da *conquista*). Este quadro vai alterando-se ao longo do tempo, com o "novo colonialismo" do final do século XVII, implicando instalações mais perenes e domínios territoriais mais extensos no Oriente.

Na África a relação estabelecida mais claramente se define como *economia de escambo*. As trocas efetuadas não envolvem equivalentes, numa ação com caráter de pilhagem. As mercadorias embarcadas — a pimenta-de-rabo, o ouro e os escravos (este o principal produto africano)[23] — são cambiadas por artigos de menor valor: tecidos, armas, cavalos e, sobretudo, utensílios de cobre (esta última forma de pagamento articulando também a exploração africana com a metalurgia da Europa central). O ouro da Mina, capturado entre 1471 e 1539, não

europeu, especialmente as colônias americanas, adquiriam crescente importância como mercado de mercadoriais elaboradas européias" (op. cit., p. 48).

21 A. Gunder Frank. Op. cit., p. 37.

22 P. Vilar. Op. cit., p. 126. Como avalia Miskimin, "em conseqüência do voraz apetite de prata do Oriente, o comércio atlântico que trazia as riquezas minerais de Potosí e do México mostrava-se indispensável para a continuidade dos negócios orientais" (op. cit., p. 330).

23 Para se aferir, apenas entre 1450 e 1500 os portugueses embarcam cerca de 150.000 escravos (conforme David Arnold. Op. cit., p. 51). Este tema será retomado no Capítulo 8.

teve um "papel revolucionário" na economia interna da Europa mas foi vital no financiamento das descobertas portuguesas. Todavia, no continente africano nunca houve mineração, tampouco agricultura tocada por europeus no período analisado. Tudo flui da coleta e do escambo, os próprios escravos são trazidos à costa por elementos autóctones (o português raras vezes vai capturá-los na hinterlândia). Na época enfocada, a presença européia no continente é pontual, dispersa e presa ao litoral; somente no vale do Zambeze há uma tentativa lusitana de penetrar no interior, em busca do ouro de Monomotapa.[24] Daí Chaunu avaliar que, no período, a "África não foi penetrada, mas aflorada".[25]

Assim, é na América que há conquista de fato, com dominação territorial, assentamento e colonização. No início da ocupação há um momento de escambo e de pilhagem, variável no tempo nas diferentes áreas do continente. É a fase do recolhimento do pau-brasil na costa brasileira, da captura do ouro de aluvião nas ilhas do Caribe e, notadamente, do saque das riquezas entesouradas pelos diferentes impérios americanos (na expressão de P. Vilar um "desentesouramento violento"). *Grosso modo*, este momento recobre o primeiro século XVI. A descoberta das minas vem alterar sensivelmente este quadro: as peruanas em 1545, as mexicanas nos anos seguintes, e por volta de 1550 as da Colômbia. A mineração implicou maior fixação: construções, assentamentos, redes de abastecimento, perenização dos fluxos, e melhor organização da estrutura administrativa. Enfim, uma ação colonizadora de maior envergadura (cujas características específicas serão vistas na terceira parte deste estudo). A América, no segundo século XVI, já ultrapassou o momento do escambo e da economia de pilhagem conhecendo uma efetiva *colonização*, o que — conforme P. Vilar — "acrescenta uma exploração contínua e sistemática".[26]

24 A expansão lusitana será objeto dos próximos capítulos. Sobre a instalação no vale do Zambeze, ver C. Boxer. *O império colonial português*, p. 166.

25 P. Chaunu. *Conquista...*, p. 393. Miskimin ameniza tal juízo: "As fases iniciais de expansão portuguesa na África eram mais comparáveis a operações de conquista e de rapina que as operações de comércio, porém o comércio regular depressa se sobrepôs à pilhagem e nasceu um sistema econômico regional" (op. cit., p. 323).

26 P. Vilar. A transição do feudalismo para o capitalismo, p. 41. A citação anterior está em *Ouro...*, p. 136. Kriedte adiciona: "O capital comercial forçou a expansão até o mundo colonial... [onde] o velho sistema extrativo foi substituído pelo novo colonialismo das *plantations*" (op. cit., p. 129).

Além da mineração, também se desenvolvem atividades agrícolas nas terras americanas. Nas possessões hispânicas, uma agricultura de sustentação (para a qual migram muitos interesses após a decadência das minas) de claros contornos senhoriais: as *haciendas*.[27] Nas áreas portuguesas sobressai o plantio da cana-de-açúcar, cuja produção expande-se no último quartel do século XVI, e que "foi, em certo sentido, uma continuação das empresas agrícolas de portugueses e espanhóis nas ilhas do Atlântico".[28] Aqui a forma de exploração desenvolvida foi a *plantation*, que articulava monocultura de exportação, abundância de terras e trabalho escravo. Tal forma, considerada por Hobsbawm "potencialmente mais revolucionária",[29] tem claro contorno "empresarial" e se expande por outras áreas, envolvendo outros produtos nos séculos seguintes.

Enfim, em vários pontos do continente há instalações efetivas, estabelecem-se certas rotas interiores (terrestres e fluviais), organiza-se uma rede de cidades e de comunicações que se vai sobrepondo à "rede

[27] B. Bennassar destaca esta adaptabilidade da *hacienda* — que se fecha na conjuntura desfavorável, e abre-se ao mercado nas fases positivas — afirmando portanto a inutilidade de se discutir seu caráter "feudal" (*La América Española y la América Portuguesa, siglos XVI-XVIII*, p. 144). Uma discussão interessante deste tipo de assentamento, pode ser obtida em: Cristóbal Kay. *El sistema señorial europeo y la hacienda latinoamericana*. Este tema será retomado em outros capítulos.

[28] A. Gunder Frank. Op. cit., p. 83. Para este autor a produção açucareira cria um "sistema empresarial" de colonização. Sobre a colonização das ilhas atlânticas, P. Chaunu considera que foi "um empreendimento burguês conduzido por nobres" (*A expansão...*, p. 94. P. Kriedte acentua o papel destas unidades produtivas na economia-mundo: "O mais importante dos novos elementos que apareceram no sistema colonial no século XVII foram as plantações exploradas com trabalho escravo no Brasil e nas Índias Ocidentais. Com os produtos que elas enviavam ao mercado mundial, o comércio intercontinental adotou uma moderna estrutura determinada pela divisão do trabalho" (op. cit., p. 108).

[29] Para o autor a colonização se transforma com "o estabelecimento das plantations coloniais que produziam sem uma restrição sistemática do produto total e das colônias européias de povoamento" (E. Hobsbawm. Op. cit., p. 115). Ele alerta que a crise européia limita a expansão dessa forma de exploração colonial. P. Kriedte et alli concordam: "O sistema comercial do Atlântico, baseado em relações de intercâmbio desigual e na violência, teve sua origem no século XVI, mas só começam a configurar-se claramente durante o século XVII, quando se desenvolvem as plantações, base econômica do Brasil, das regiões do Caribe e das colônias americanas... Esta rede de mercados dominados pelas metrópoles européias se converteu rápido no setor mais dinâmico da economia mundial" (*Industrialización antes de la industrialización*, p. 61).

primitiva de ocupação".[30] Assim, ocorre uma real desestruturação dos sistemas autóctones, com a submissão militar total das populações das áreas de ocupação. O espaço americano vai sendo incorporado na economia européia (num papel complementar e essencial à sua dinâmica), primeiro pelos países ibéricos e depois numa ação envolvendo mais países. Com o adentrar do século XVII, ingleses, franceses e holandeses estão em vários pontos do continente e em várias ilhas. Dominam porções do território americano, prosseguindo o sentido de sua incorporação, com a utilização de várias formas de exploração.[31] Em suma, a colonização da América foi extensiva e progressiva, avançando setorialmente e/ou regionalmente mesmo na conjuntura de crise da economia européia.

Observa-se que, na escala continental, a expansão européia envolveu distintas relações que podem ser tipificadas no *comércio*, no *escambo* (entendido como um intercâmbio altamente desigual), na *pilhagem* e na *colonização*.[32] Na realidade, estes tipos de relação colonial se associam, quer como momentos numa mesma área, quer como estratégias de uma mesma metrópole em diferentes lugares. Como formas de instalação pode-se pensar, numa seqüência evolutiva (não temporal necessariamente), do contato ocasional (com o saque e o escambo) à construção de uma feitoria (expressando a perenização das trocas), desta à exploração efetiva (implicando a montagem de uma estrutura produtiva) até a fundação de cidades (resultado já de uma certa fixação), e destas à constituição de um território (objetivando uma rede de cidades e o controle de uma significativa porção de espaço).

[30] P. Chaunu. *A expansão...*, p. 202.

[31] Carlos Alonso B. de Oliveira lembra a ação colonial diversificada da Inglaterra, envolvendo *plantations* nas Antilhas, pirataria e pilhagem nas áreas hispânicas e povoamento na América do norte (*O processo de industrialização*, p. 106).

[32] Fernando Novais realiza ampla revisão na bibliografia tipológica das colônias. Depois de passar pelas divisões de Leroy-Beaulieu (comerciais, povoamento e exploração), Roscher (conquista, comercial, agrícola e de plantação) e Hardy (enraizamento, enquadramento e de posição), assimila a definição geográfica restritiva de Max Sorre (a qual não considera a conquista, o comércio ou o domínio de posições geopolíticas como colonização), e conclui que o povoamento e a exploração são as modalidades básicas do colonialismo do Antigo Regime (ver Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica). Com isso acata a divisão clássica assumida por Caio Prado Jr. no estudo da história brasileira (ver *Formação do Brasil contemporâneo*).

Tal seqüência substantiva um processo concreto de colonização,[33] a formação de um território que — mesmo não contíguo à metrópole — se agrega ao espaço do país difusor. Na verdade, no longo século XVI, este processo (em sua plenitude) só ocorre no continente americano. Na Ásia, a presença européia se constitui num conjunto de feitorias comerciais, poucas cidades e algumas explorações produtivas de pequena monta. Na África, o escambo e o saque dominam a relação, objetivada num sistema de fortalezas e feitorias e com o controle de algumas cidades de posição estratégica vital. Só a América conhece, no decorrer do período estudado, efetiva colonização. Nos outros continentes, os europeus bordejam as costas; na América interiorizam-se num processo que subverte as estruturas preexistentes. Aqui, há de fato a apropriação do espaço (e não apenas de seus produtos), com a formação de territórios sob soberania das metrópoles. Logo, *territórios coloniais*.[34]

Detalhando a escala de análise, é óbvio que internamente aos conjuntos continentais manifestam-se processos bastante diversificados. A variedade de relações e situações é significativa. Os atrativos naturais das diferentes áreas, os objetivos imediatos dos agentes da expansão, as posições geográficas dos vários lugares, e, sobretudo, as diversas formas de propriedade da terra e controle da força de trabalho, definem os tipos de instalação dos europeus no além-mar.[35] Entendê-

[33] Segundo F. Novais, só há colonização com valorização dos novos espaços, com a passagem do escambo à exploração e produção efetiva. Em suas palavras: "Engajavam-se, assim, a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, e sua integração nas linhas da economia européia. A exploração ultrapassava o âmbito da circulação de mercadorias para promover a instalação de economias complementares extra-européias, isto é, atingia propriamente a órbita da produção" (ver *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, p. 93 e 68).

[34] Toda a estrutura jurídica do período legitima o móvel expansionista. O direito à soberania nas novas terras sendo apoiado em fundamentos romanos. A conquista e o saque justificam-se pelo direito natural. E a escravidão encontra fundamento no direito canônico (H. Miskimin. Op. cit., p. 226).

[35] A divisão tipológica utilizada para a colonização da América já é consagrada na literatura histórica sobre as formações americanas, e será retomada em outras partes do presente estudo. Aqui, como exemplificação, apresenta-se a interpretação de Frédéric Mauro sobre o tema. Para ele, o regime fundiário diferencia os três tipos de áreas: a das "haciendas" (abarcado os Andes, o planalto mexicano, a América Central, o sul do Chile e as Rochosas), a das "plantagens" (envolvendo o Brasil, o Caribe, a costa sul-americana, a Virgínia e o sul do E.U.A.), e a das "farms" (Nova Inglaterra e Canadá). A "estância" (localizada no pampa gaúcho) seria uma variante, articulando elementos dos outros tipos (*Origens da desigualdade entre os povos da América*, p. 22-3). Segundo Mauro, o regime de trabalho acompanha o fundiário, correspondendo aos tipos enunciados: a servidão, a escravidão e o trabalho livre (p. 33). Em suas palavras: "a zona da hacienda corresponde a uma colonização essencialmente política e militar, com um sistema urbano e viário destinado a manter em ordem a população num vasto território... A zona da plantagem corresponde a uma colônia de exploração... A zona da farm ligada à colonização de povoamento branco" (p. 32 a 34). O Autor destaca, contudo, a grande variação local destes modelos (p. 35).

los, implicaria avançar na análise das singularidades do país colonizador e da área colonizada, avaliando os mecanismos da conquista e suas resultantes em cada caso.

De imediato interessa realçar a efetivação de circuitos mundiais perenes. A economia européia abarcando uma escala planetária, criando um espaço de relações intercontinental, gerando uma dinâmica que afeta variadas e longínquas partes do globo.

Todo este movimento tem rígida articulação cêntrica, uma projeção radial tendo por pólo a Europa Ocidental. Esta é o centro difusor da expansão e, em decorrência, a área captadora de quase toda a riqueza gerada neste processo. Ocorre drenagem de produtos coloniais que são dirigidos para a Europa, e que constituem um elemento central para entender a revolução dos preços do longo século XVI e a fase ascensional e a crise da economia européia.[36]

Inicialmente, cabe discutir o impacto dos metais americanos na Europa, cuja interpretação alimenta um rico debate da história econômica contemporânea.[37] Earl Hamilton é o autor moderno que mais

[36] P. Vilar enfatiza que o metal americano, ao espalhar-se na Europa, "permite a acumulação primitiva do capital" (*Crecimiento y desarrollo*, p. 339). Em outro texto, este autor reafirma: "o ouro passou às mãos dos mercadores, dos banqueiros que como os Fugger ou os Welser, se converteram nos intermediários da aventura colonial" (A transição..., p. 41).

[37] Na verdade, tal discussão remonta novamente à figura de Jean Bodin, que ao formular sua "teoria quantitativa da moeda" desenvolve a tese básica da interpretação em tela, qual seja, a da relação direta entre os estoques de metais preciosos oriundos da exploração americana e a inflação espanhola do século XVI, com a superoferta metálica levando à sua desvalorização como equivalente na troca com as demais mercadorias (ver P. Kriedte. Op. cit., p. 29; e J. H. Elliott. *O velho...*, p. 84). Essa visão de Bodin, expressaria — segundo P. Vilar — uma crítica contemporânea ao "apego espanhol" aos metais, exprimindo uma concepção "não metalista" da economia (*Ouro...*, p. 141 e 191). Hoje, há uma rica bibliografia, com refinadas análises quantitativas, buscando evidenciar ou refutar essa interpretação. No geral,

claramente assume a tese de Bodin:[38] mesmo acatando um certo papel das práticas especulativas, da expansão do crédito e do aumento da demanda ultramarina na elevação das mercadorias, ele aponta a chegada dos metais como essencial na aceleração da tendência altista do século XVI. Trabalhando as séries de preços da Espanha, avalia que a disponibilidade metálica acaba por "minar a vitalidade econômica do país e acelera a revolução dos preços com todas suas perniciosas seqüelas para a indústria de exportação".[39] E mais, esta disponibilidade alimenta exércitos e campanhas, sendo o fundamento do projeto imperial espanhol, o qual envolvendo muitos pagamentos externos drena a própria prata para fora do mercado interno do país, o que estimula a contínua emissão e desvalorização da moeda — um mecanismo altamente inflacionário que mantém a alta dos preços mesmo após a queda da chegada dos metais.[40] Um processo que acaba desmetalizando a moeda espanhola no século XVII, tal desvalorização sendo vista por um autor da época como "mais destrutiva que a guerra de Flandres". Assim, para Hamilton a entrada dos metais é central não só para a explicação da revolução dos preços na escala continental como também para o próprio entendimento da decadência ibérica.[41]

os autores aceitam a relação proposta, as discordâncias advindo mais da apreensão dos nexos de causalidade do processo.

38 "Jean Bodin, em sua *Reponse au paradoxe de Malestroit touchant l'encherissement de toutes choses*, publicado em 1568, foi o primeiro a demonstrar com cuidadosas análises que as minas americanas eram a causa principal da revolução dos preços, o primeiro a difundir este critério e a refutar outras explicações" (E. Hamilton. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España*, p. 309; ver também p. 16). Nas palavras deste autor: "A estreita correlação existente entre o aumento do volume da importação dos caudais e a alta do preço das mercadorias durante o século XVI, particularmente de 1535 em diante, demonstra sem lugar para dúvidas que as *ricas minas da América* foram a causa principal da revolução dos preços na Espanha" (p. 317). Nesse sentido, a entrada dos metais americanos seria para ele essencial para "a emergência do capitalismo moderno" (p. 60). Segundo Vilar, com a obra de Hamilton (cuja primeira versão data de 1926) se entra no "domínio da precisão quantitativa", o que não a exime de "simplificações perigosas", sendo a principal tentar tirar explicações de processos sociais do movimento dos preços (*Crecimiento...*, p. 108-9 e 115).

39 E. Hamilton. Op. cit., p. 57. Ele aponta a desproporção entre o valor do ouro (mais escasso) e da prata (abundante) como um dos condutos da alta (p. 86). Ver também p. 314-5.

40 Ibidem, p. 101 a 117 e 70 a 80. Nas palavras de Hamilton: "A inflação prolongou até o século XVII, a revolução dos preços originada pelo ouro e a prata americanos no século XVI" (p. 117).

Harry Miskimin, reforçando que a revolução dos preços foi um fato inquestionável, avalia que é necessário complexizar a argumentação de Hamilton, entendendo o processo mais como uma transferência de rendas que como inflação de lucros, bastante variável por setor e por região.[42] Nesta ótica, mais que a entrada dos metais, foi a ascendente demanda urbana que encareceu os produtos agrícolas (o setor de maior índice), o que animou a exploração da terra (gerando a retomada senhorial onde a nobreza detém ainda o poder, e o mercado fundiário onde a monarquia é mais forte).[43] Na manufatura, o fator central da alta (menor que a das mercadorias agrárias) e da expansão do lucro é o crescimento da escala da produção.[44] Adicione-se ao quadro o papel inflacionário da disseminação do crédito e das grandes dívidas das Coroas, que tem no expediente da depreciação das moedas metálicas um de seus resultados altistas.[45] A en-

41 Aqui, a discordância de Elliott é enfática, creditando como fatores da alta: a política inflacionária, más colheitas, alto consumo improdutivo, e pressão demográfica (*O velho...*, p. 88 a 90). Este autor lembra que, em 1590, as Índias forneciam apenas um quinto dos rendimentos da Coroa espanhola (p. 115).

42 Miskimin relaciona o início da alta com o fim da escassez de metais preciosos na Europa, resultante não apenas da descoberta das minas americanas, mas também da nova tecnologia de mineração na Alemanha (op. cit., p. 141 a 149). Ver p. 234 a 237.

43 H. Miskimin. Op. cit., p. 243 a 252. O autor aponta o seguinte encadeamento: a recuperação econômica estimula o crescimento demográfico, este atua sobre a demanda de alimentos (o mercado de produtos agrícolas estando em contínua expansão durante todo o século XVI), o que anima a retomada da terra com o constante aumento da superfície cultivada, o que fortalece um mercado rural (p. 238 a 243). O preço do cereal na Inglaterra sobe de 100 em 1500 para 400 em 1620 (p. 272). P. Chaunu avalia que a produção agrícola européia gerou mais riqueza que a mineração americana (*Conquista...*, p. 335).

44 Miskimin lembra que os têxteis ingleses conhecem aumento de 250% já na primeira metade do século XVI, dada a influência do crescimento da demanda absoluta (op. cit., p. 280 e 282). A receita global do setor subindo em função da am-pliação da escala de produção (p. 301). Também Kriedte et al. salientam tal vinculação, mostrando que a colonização e o sistema mundial "contribuíram para o aparecimento de regiões rurais industrializadas", e concluem: "Ao aliar-se ao mercado internacional, as regiões podiam superar as limitações que o mercado local impunha" (op. cit., p. 22 e 58).

45 Segundo Miskimin, apenas no final do século XVI a moeda fiduciária difunde-se, atenuando — por não ter valor metálico mas simbólico — este expediente (op. cit.,

trada dos metais teria, assim, apenas aliviado a liquidez da economia européia.

Pierre Vilar desenvolve uma argumentação interessante. Depois de datar o ápice da chegada da prata em Sevilha entre 1580 e 1600, o autor enfatiza o movimento de circulação do metal na Europa atentando para sua velocidade e para suas funções. O quinto real paga as dívidas das Coroas (central nas finanças européias), parte da riqueza é entesourada, e parte vai financiar a própria reprodução do circuito e a exploração colonial. Segundo o autor, é esta parcela a diretamente estimuladora do processo inflacionário. Para ele, a alta dos preços começa no além-mar,[46] estando a inflação ligada ao carregamento dos navios e à demanda das colônias. Estas são economias que importam todos os artigos industriais necessários à sua existência (notadamente as áreas mineradoras que dependem de abastecimento externo de todo o seu consumo).

Assim, como avalia também Pierre Chaunu, as colônias seriam mercados ávidos e sempre estruturalmente em crise, dada a "elasticidade-distância".[47] Acentuando este desnível nos termos de troca, haveria a questão dos custos de produção altamente desiguais na metrópole e nas colônias. Nestas, os custos do trabalho tinham pou-

p. 360-1). Não acata, assim, a avaliação de Hamilton, o qual assevera que entre 1627 e 1629 se cunharam mais marcos de prata em Castela que nos 126 anos anteriores, e entre 1641 e 1650 a cunhação dobrou o total do século XVI (op. cit., p. 135).

46 P. Vilar. *Ouro*..., p. 129, 177 e 114 respectivamente. Segundo este autor, as Índias dependem de Sevilha para se abastecerem, e Sevilha depende do estrangeiro para obter tais mercadorias, daí o "circuito da alta" (*Crecimiento*..., p. 149). J. H. Elliott concorda em parte com esta visão, notadamente no que toca à relação entre a demanda colonial e a produção industrial européia (*O velho*..., p. 91-2).

47 P. Chaunu. *Conquista*..., p. 362. Este autor dá o exemplo de um tonel de vinho que, no ano de 1588, sobe 700% no trânsito da Espanha para a América (p. 352). Em outro texto, Chaunu reafirma a alta elasticidade-preço dos produtos da Carrera, com desajustes de oferta e procura nos dois lados do circuito, lembrando ser a "amplitude de flutuação [...] uma das características do grande comércio colonial" (*Sevilha e a América*, p. 338). G. Frank também argumenta nesse sentido, dizendo que o abastecimento das minas criou uma "cadeia de elos conectados" (op. cit., p. 83). Elliott reforça que "exatamente porque no século XVI se estabelecera uma íntima relação recíproca, nem o Velho Mundo nem o Novo podiam já esperar viver isolados no século XVII", apontando a mudança nesta relação de um século a outro, com o XVII gerando uma visão mais "investidora" da colonização (*O velho*..., p. 96).

quíssimo peso na composição do preço do produto, a força de trabalho indígena aparecendo como "um espólio privilegiado da conquista".[48] Tanto isto é verdade, que o custo de produção da prata aumenta no século XVII em face da grande mortalidade deste contingente de trabalhadores.

Enfim, retornando à argumentação de Vilar, seria o contato entre estas condições desiguais de produção (as coloniais e as européias) uma alavanca básica da alta dos preços. Em suas palavras: "Deste modo, vemos que a intensidade da acumulação na Europa, condição para a instalação do capitalismo, depende do grau de exploração do trabalhador americano", aliada à "especulação comercial" que valoriza o capital mercantil "relacionando pontos do globo nos quais as condições de produção são distintas". Observa-se a combinação da desigualdade, com as condições de produção dos metais americanos agindo na dinâmica da economia européia.[49] O abastecimento das minas gerando um processo inflacionário, mas também o financiamento da expansão colonial como um todo alimentando um circuito financeiro altamente especulativo (os juros dando maior lucro que a mineração americana, como bem alerta Vilar).[50] No geral, as demais produções coloniais acompanhariam este sentido desigual e especulativo, que acarreta grande transferência de riquezas no interior da Europa. Com a inflação caem as rendas fixas, e estimulam-se os setores economicamente ativos do continente.

48 P. Chaunu. *Conquista*..., p. 243. Este autor argumenta mesmo que a conquista da América hispânica foi, em grande parte, um processo de repartição dos índios (p. 242). O custo do escravo africano, e seu peso na composição do preço da mercadoria colonial, serão discutidos no Capítulo 8.

49 Pierre Vilar. A transição...", p. 42-3; e *Ouro*..., p. 142. Segundo este autor, é na troca metálica no ultramar que começa a inflação, que se difunde através dos circuitos mercantis praticados, onde "o ouro, que é uma mercadoria e como tal se troca por outras mercadorias, não faz mais do que ir ao lugar onde estas são produzidas" (*Crecimiento*..., p. 127). Assim, "a alta dos preços começa pelo das mercadorias exportadas porque só elas enfrentam o metal como produto e não como meio de circulação" (ibidem, p. 146).

50 R. Romano também credita o sucesso do capital mercantil nas colônias a sua "mobilidade muito grande, capazes de pular de uma operação para outra e de especular com as diferenças locais de preços". Já o capital fixo e o investimento a longo prazo não mostram o mesmo sucesso, daí a não-realização plena do capitalismo no contexto colonial, segundo o autor, que estimula uma "acumulação usurária" (*Mecanismos da conquista colonial*, p. 119).

A migração da "área *core*" do centro, do mundo mediterrâneo para o noroeste da Europa (vista no capítulo anterior), escorou-se basicamente neste mecanismo, tendo por conduto o circuito intra-europeu das riquezas ultramarinas. Estas pouco permaneciam — e cada vez menos[51] — nas metrópoles ibéricas, sendo usadas como pagamento dos empréstimos contraídos e das mercadorias importadas (para consumo próprio e, principalmente, para serem enviadas às colônias). Assim, conforme vão avançando os processos de colonização, os novos territórios passam a influenciar a dinâmica da economia européia pelo seu papel também na demanda. O "novo colonialismo" do século XVII, mais claramente mercantilista, vai estar mais atento a esta qualidade de mercado representada pelas áreas coloniais.[52] A própria diversificação dos países participantes da partilha do além-mar, na passagem do primeiro ao segundo século XVI, expressa o movimento das dominâncias na Europa.[53]

Enfim, a inflação do longo século XVI (ou a *revolução dos preços*) pode ser considerada como as "dores de parto" da transição, o mecanismo pelo qual migram as dominâncias e alteram-se as estruturas tradicionais permitindo a emergência de um novo sistema de ordenamento das sociedades européias. Que ela está diretamente articulada com a expansão ultramarina e com a exploração colonial parece ser algo incontroverso. E, igualmente, que esta expansão e exploração constituem elementos centrais da própria transição. Autores

[51] P. Chaunu, analisando a "dispersão européia da riqueza americana", diz que no século XVI uma parte desta ainda fica nas metrópoles ibéricas, o que não ocorre a seguir (*Conquista...*, p. 295). Kriedte estima que, ao final do século XVII, só 5% do comércio americano permanece sob controle da Espanha (op. cit., p. 99).

[52] Falando do *boom* colonial após 1670, Hobsbawm avalia que "os novos tipos de colônias eram, até certo ponto, mercados cativos" (A crise..., p. 116). Vendo o Antigo Sistema Colonial como "ponto essencial das idéias mercantilistas", F. Falcon argumenta: "Afinal as colônias têm um papel único a desempenhar, no sentido de garantir às metrópoles os meios de obterem uma balança comercial favorável nas trocas com outros países", sendo "um fator insubstituível em termos da balança comercial" (*Mercantilismo e transição*, p. 80 e 88). Isto sendo válido para a produção, mas também para o consumo colonial.

[53] Depois de avaliar que "o Novo Mundo ajudou a sustentar a grande aventura imperialista européia no século XVI, ainda que não a tenha desencadeado", e que "as Índias podiam então integrar-se no âmbito da doutrina governativa em uso no século XVI, de que o dinheiro é a força motriz da guerra", Elliott conclui que no século XVII "a luta pelo poder na Europa adquiriu, por fim, uma extensão genuinamente transatlântica" (*O velho...*, p. 113, 120 e 128).

bastante divergentes concordam nesse particular: H. Trevor-Roper avalia que o saque colonial alimentou a "máquina européia"; J. Merrington considera que a especulação colonial propiciou a transformação do capital mercantil em renda; M. Dobb diz claramente: "A economia colonial deve ser encarada como uma das condições necessárias do capitalismo moderno".[54] As citações poderiam ser multiplicadas atestando a centralidade do lucro colonial (seja do saque, do escambo, da produção, do comércio, ou da especulação) na acumulação primitiva.

Aqui, acata-se a teorização desenvolvida por Fernando Novais no estudo da formação colonial brasileira. Para ele, "é em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura de funcionamento do capitalismo comercial, em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do sistema colonial do mercantilismo, dando assim lugar à formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais".[55] A época mencionada seria a do período que medeia os "grandes descobrimentos" e a "revolução industrial". O entendimento das metrópoles sendo vital para compreender a dinâmica das áreas coloniais e viceversa, ou seja, a colônia como elemento dinâmico para a economia européia.[56]

[54] H. Trevor-Roper. A crise geral do século XVII, p. 142; J. Merrington. A cidade e o campo na transição para o capitalismo, p. 184-5; M. Dobb. *A evolução do capitalismo*, p. 256 nota 53. Este autor levanta um ponto interessante: os retornados da colônia eram compradores potenciais de terras nas metrópoles, cuja venda efetiva a "segunda fase da acumulação primitiva" (a da *realização*) gerando os capitais que serão aplicados na produção industrial (ver Uma réplica, p. 66). Tomando uma outra temática (a do escravismo americano), P. Anderson também acata a relação, vendo a exploração colonial como "condição indispensável da acumulação primitiva necessária à vitória do capital industrial na Europa" (*Linhagens...*, p. 494, nota 32).

[55] Fernando Novais. Colonização..., p. 247.

[56] C. A. B. Oliveira, partindo também da teorização de Novais, enfatiza esta mútua determinação vendo a colônia como "alavanca" do desenvolvimento metropolitano, porém salientando seu caráter de economia "reflexa". Para ele, os "impulsos da acumulação primitiva" explicam a gênese e a dinâmica da produção colonial, a realização do lucro do capital mercantil na Europa determinando as formas e o ritmo da produção no ultramar (op. cit., p. 68 e 69). Tal determinação direta é questionada por R. Romano em *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*, obra discutida na Terceira Parte deste estudo.

Esta centralidade revela-se ao se esclarecer a estrutura que objetiva a relação metrópole/colônia e seu engate com todo o arcabouço da política mercantilista. O *exclusivo metropolitano* é o mecanismo básico da relação, que estabelece um contínuo "fluxo de renda líquida das economias coloniais periféricas para os centros metropolitanos", numa situação de verdadeiro "oligopsônio". O domínio do mercado permitindo à exploração colonial absorver um superlucro, abarcando um sobreproduto na compra e na venda de mercadorias.[57]

Visto o papel dos espaços coloniais para a economia européia, cabe indagar acerca do caráter destes territórios em sua conformação interna, investigando a natureza das relações sociais aí entabuladas pelo colonizador em sua instalação. Em outras palavras, cabe discutir o estatuto destas sociedades geradas como prolongamentos extracontinentais da Europa: os territórios coloniais americanos. Afinal, apesar da dependência, são suas histórias singulares que definem o destino de cada colônia americana.

[57] Ver F. Novais. Sistema colonial, industrialização e etapas de desenvolvimento, p. 34-5; e *Portugal...*, p. 89 a 91. Vale lembrar que o sistema do exclusivo colonial está estruturado na América hispânica já em 1570 (J. H. Elliott. *España...*, p. 193). A estruturação deste sistema na colonização portuguesa será objeto de análise da Quarta Parte deste estudo.

Capítulo 4

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

A produção de um território colonial implica a instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica européia. Trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos hábitats preexistentes. A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso, a produção do espaço só é compreensível com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são elas que orientam e explicam as formas criadas (na verdade projeções dessas relações), redefinindo ou atribuindo-lhes um conteúdo. Enfim, é o uso social que qualifica os lugares.

Assim, entender os territórios coloniais — a lógica de suas formações e da valorização colonial do espaço — demanda captar o caráter das relações que aí foram desenvolvidas pelos processos de conquista e colonização. Não há como fugir à reflexão acerca do(s) modo(s) de produção vigente(s) nestas longínquas paragens da economia-mundo européia. Tal caracterização, como será visto, envolve ampla polêmica, e não caberia aqui tentar uma revisão exaustiva das posições existentes. Entretanto, não se poderia deixar de pontuar as grandes linhas interpretativas que foram elaboradas buscando definir o modo de produção reinante na América colonial.

Uma primeira matriz de interpretação agrupa os autores que concebem a ordem feudal como plenamente vigente nas colônias americanas desde suas fundações até o final do século XVIII pelo menos.[1] A argumentação mais simples é a que advém da mera projeção: o feudalismo sendo ainda imperante na Europa — e com maior força nos países ibéricos — teria sido transplantado para o além-mar no âmbito do movimento colonizador. Assim, sendo as colônias um prolongamento de metrópoles todavia feudais, as relações nelas estabelecidas só poderiam responder às determinações deste modo de produção específico. Alguns autores vão mais adiante, argumentando que a ordem feudal em declínio no contexto europeu teria mesmo sido revivificada e revigorada nesta transposição para o solo americano, mais distante das monarquias absolutistas e mais autônomo em relação a elas.[2] Numa acentuação dessa tese, tem-se a idéia da "regressão feudal" com o entendimento de que a dinâmica da vida colonial vai tomando (basicamente no século XVII) um caminho regressivo em comparação com a evolução européia, o qual restaura na colônia a feudalidade em crise na metrópole.[3]

Na contraposição a este último argumento, aparecem as concepções que definem como feudal apenas o momento da conquista. É o caso, por exemplo, de Pierre Lafaye que afirma que "a América se converteu no refúgio dos senhores feudais à antiga, no último cenário das ações da cavalaria tradicional"; porém foi sobre estes que se abateu — num segundo momento — a ação eficaz da Coroa.[4] E, segundo

[1] Vale de início apontar que as concepções que não aceitam a existência do modo de produção capitalista nas colônias datam a entrada destas relações nesses espaços ao longo do século XIX. J. C. Chiaramonte rastreia as origens da "tese feudal" em seu trabalho *Formas de sociedad y economía en Hispanoamérica*, o qual será discutido na Terceira Parte deste estudo.

[2] Sedi Hirano mostra que tal perspectiva aparece em quase toda a "historiografia tradicional" que trata do Brasil colônia (por exemplo, em Varnhagen, Capistrano de Abreu, Southey, Handelmann e Rodolfo Garcia, entre outros). Estes autores, numa ótica bastante "jurídico-política", apontam os elementos feudais revividos pelo sistema das capitanias hereditárias tais como a propriedade senhorial da terra, as redes de vassalagem, o poder personalizado, as imunidades do donatário, etc. (*Pré-capitalismo e capitalismo. A formação do Brasil colonial*, p. 39-40).

[3] Nélson Werneck Sodré desenvolve esta tese para o caso brasileiro (ver *Formação histórica do Brasil*). Segundo Hirano, este autor diferencia uma "área açucareira escravista" e um "setor feudal do sertão", sendo que com a crise do século XVII o primeiro se retrai e o setor feudal se expande e hegemoniza (op. cit., p. 87).

[4] J. Lafaye. *Los conquistadores*, p. 59. Para o autor, as colônias americanas constituíram o último território de combate entre a nobreza e a monarquia (p. 60). Também R. Konetzke analisa esta tensão: "A organização estatal se consolidava na América espanhola ante as tendências feudalizantes, sem que se tirasse dos poderosos encomendeiros a esperança de se converterem em senhores feudais de súditos aborígines" (*América Latina. La época colonial*, p. 173-4). Para este autor, a feudalidade seria mais forte na América portuguesa, onde os "donatários gozavam de grande autonomia e vastos direitos" (p. 106).

o autor, foi a mentalidade feudal responsável pela inadaptação e ruína dos primeiros conquistadores.[5] Nesta visão as colônias teriam começado a se organizar numa lógica advinda do feudalismo, que o posterior desenvolvimento supera gerando novas determinações, sobre cujo caráter novamente se repõe a polêmica.

No conjunto das interpretações observadas é basicamente a forma de apropriação da terra que daria a tônica feudalizante das sociedades das áreas coloniais.[6] A doação com plenos direitos e a cadeia de vassalagem decorrente aparecem como elementos germinadores de uma sociabilidade eminentemente feudalizada.[7] Seja nas capitanias, seja nas *caballerías*, seja nas *peonajes*, ocorreria uma estratificação local em cujo ápice consolidar-se-ia a figura de um senhor, centro do poder político e econômico na organização colonial. Numa variante deste entendimento, aparecem os autores que distinguem o componente senhorial na ordem feudal,[8] atribuindo-lhe o aspecto básico (os outros

[5] P. Lafaye. Op. cit., p. 218. Pierre Vilar reforça esta visão vendo a *encomienda* de Cortés como "uma espécie de feudo" (*Ouro e moeda na história*, p. 144). Também Ruggiero Romano considera que a primeva instalação européia no Novo Mundo se efetuou em marcos basicamente feudais (*Os mecanismos da conquista colonial*, p. 120), e que o "capitalismo comercial" penetrou posteriormente, na "América feudalizada", através de "enclaves" (p. 60). Noutro texto, este autor define o "feudalismo dominante na *conquista* americana" como "um sistema de economia essencialmente natural, embasado na existência de grandes reservas territoriais e de grande força de trabalho" (R. Romano & A. Tenenti. *Los fundamentos del mundo moderno*, p. 194).

[6] Segundo Hirano esta postura seria nítida nas afirmações de Nélson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães acerca do "feudalismo colonial" (op. cit., p. 85), este último autor definindo a fazenda colonial como "propriedade agrário feudal" (p. 105). Para a crítica de Hirano a este ponto de vista, ver ibidem, p. 78.

[7] Segundo R. Konetzke a doação tendia à "formação de senhorios de tipo feudal", tendência que — como posto — era amenizada na América hispânica pela força do poder real por meio do aparato burocrático colonial (op. cit., p. 105). A estrutura dos vice-reinados, por exemplo, não era feudal mas burocrática, sendo um domínio da nobreza, porém não hereditário (p. 121). Para este autor, a Coroa impulsiona a instituição de um "capitalismo colonial" (p. 264).

[8] É o caso de Frédéric Mauro que define o feudal como uma organização política, ao

não necessariamente se fariam presentes) da feudalidade na América. Para estes autores o modo de produção vigente seria basicamente senhorial, caracterizado pelas relações de poder decorrentes da forma de propriedade da terra, as quais articulariam diferentes relações de produção sob sua órbita.

Enfim, à tese do feudalismo puro se agrega um ramal interpretativo do qual as concepções de Orlando Fals Borda são exemplares. Este autor aponta a dominância de um "regime senhorial americano" no interior da "formação social colonial" que teria na *hacienda* sua instituição econômica básica.[9] Esta não se confundiria com um feudo dadas as ações de controle real que "não deixaram que se recriasse e fortalecesse neste lado do oceano nenhuma classe nobiliárquica feudal" e "não admitia que houvesse Estados dentro do Estado".[10] Segundo Fals Borda, tendo ainda por horizonte a costa atlântica colombiana, a entrada dos escravos africanos tornou mais complexa a formação colonial, porém "não se pode dizer que o modo de produção dominante tenha passado a ser escravista", era a senhoralidade que articulava a própria instalação do escravismo.[11] O caráter senhorial é, portanto, o central.

Distanciando-se mais da idéia de uma pureza, encontra-se a posição que, mesmo acatando a dominância do feudalismo, entende que as relações constituintes desse modo de produção tiveram de se adaptar perante as condições encontradas no Novo Mundo, gerando traços de uma *feudalidade atípica*. As relações de trabalho vêm ao centro nesta linha de interpretação; a *encomienda* da América hispânica, por exemplo, seria uma expressão desta adaptabilidade — no caso a tentativa de estabelecimento da servidão sobre populações diferentes do

passo que o senhorial diria respeito a certas instituições socioeconômicas (*Origens da desigualdade entre os povos da América*, p. 71). Igualmente para este autor, às instituições feudais se contrapõem as estatais, também transplantadas para as colônias (p. 73).

9 O. Fals Borda. *Monpox y Loba. Historia doble de la Costa*, p. 38B e 63B. Analisando o caso da Colômbia, considera o autor que "a senhoridade nasceu na costa de maneira mais violenta que na Espanha" (p. 46B).

10 Ibidem, p. 62B e 66B. Diz Fals Borda: "Não podendo estabelecer aqui castelos nem possuir outros vínculos legais com os subordinados que os da *encomienda* e serviço pessoal, a classe dominante inventou a *hacienda* como unidade de produção e domínio efetivo sobre a nova sociedade" (p. 65B).

11 Ibidem, p. 47B e 48B.

campesinato europeu.[12] Esta visão comporta toda uma graduação de opiniões no que concerne ao nível de predominância das determinações propriamente feudais em face da plasticidade da instalação européia. No limite chega-se a um entendimento bastante próximo ao de autores que, defendendo a vigência na América colonial de modos de produção específicos, vão concebê-los como uma combinação de relações díspares — onde entrariam também elementos do feudalismo europeu. Os quais, pela própria associação com fatores distintos, se deturpariam no cenário americano.[13] Ao caráter feudal ou senhorial se agrega o "feudal adaptado" como modalidade de interpretação.

Num aspecto as posições acima listadas se agrupam, é na negação a qualquer dominância capitalista na América colonial. Alguns autores vão mais longe fazendo da negação um critério caracterizador. Sedi Hirano, por exemplo, conclui para o Brasil: "Não há capitalismo nem na metrópole portuguesa, nem nas colônias de exploração... e nem nas colônias de povoamento", tendo a formação colonial — até o século XIX — "características marcadamente pré-capitalistas com traços feudais remanescentes e redefinidos pelo escravismo colonial, este revitalizado pelo capital mercantil não-capitalista".[14] Esta citação explicita uma postura que busca a caracterização pela oposição. Trata-se de interpretações que qualificam as colônias (geralmente evitando o uso da categoria modo de produção) como *formações pré-capitalistas*.[15] Aqui a gama dos argumentos também é ampla, apresentando elabora-

12 Tome-se, por exemplo, H. Malave-Mata que, mesmo falando da existência de um modo de produção colonial, define a *encomienda* como "instituição feudo-colonial, realidade feudal atípica transplantada da Espanha" (Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano, p. 153). R. Romano defende que o trabalho compulsório reforça o caráter feudal da conquista colonial gerando a "senhoria rural americana" (*Os mecanismos...*, p. 44).

13 H. Malave-Mata fala da "ordem colonial de formas sociais combinadas — traços de tributação comunitária e formas atípicas de feudalismo transplantado" (op. cit., p. 155).

14 S. Hirano. Op. cit., p. 150 e 246. Em outra passagem diz este autor: "a produção escravista colonial era uma produção comandada pelo capital mercantil que realizava uma acumulação não-capitalista, com evidentes traços pré-capitalistas, mas não necessariamente feudal" (p. 89). Para Hirano havia claramente uma "tradição feudal e senhorial" na colonização portuguesa (p. 252), porém a ampliação da produção colonial esvanece este caráter inicial num quadro em que "as instituições jurídico-políticas mantêm sua natureza feudo-estamental"(p. 254).

15 Ernesto Laclau, por exemplo, ressalta o "caráter pré-capitalista das relações de

ções distintas, nas quais o pré-capitalismo circunscreve determinações várias. Um certo destaque é dado nos mecanismos extra-econômicos que comandam a apropriação do excedente colonial.[16]

A definição de *mercantilista* também aparece tentando dar conta do caráter das sociedades ibero-americanas. Na verdade, a maioria das interpretações acata certa conotação mercantil na gênese e no desenvolvimento da vida colonial. Nas palavras de Carlos Semplat Assadourian: "nos séculos XVI a XVIII a América Latina está inserida no sistema da economia-mundo cujo espaço mais desenvolvido — ou a estrutura dominante — passa por um período de transição, vale dizer, a fase do sistema de economia mercantil".[17] Falando sobre o Brasil, Florestan Fernandes destaca a dependência dos senhores em face dos "circuitos do capital mercantil", e comenta que "através do caráter mercantil da escravidão, o capital mercantil penetrava as formas de produção pré-capitalistas a que ele se associava".[18] Também Octavio Ianni aponta esta vinculação, observando que — até o século XVIII — as "formações sociais escravistas do Novo Mundo são essencialmente determinadas pela reprodução do capital mercantil".[19] Enfim, os exemplos poderiam suceder-se.

Posta esta tônica mercantilista, cabe esclarecer como os autores a

produção dominantes na América Latina" (Feudalismo y capitalismo en América Latina, p. 36).

16 S. Hirano, por exemplo, lembra que a dominação da esfera econômica pela política circunscreve as realidades pré-capitalistas (op. cit., p. 112), nas quais a apropriação do sobretrabalho faz-se externamente à produção (p. 127).

17 Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina, p. 74. Assadourian argumenta que nas colônias o capital comercial dominante não teve um "efeito dissolvente" como na Europa (p. 73), aqui — ao contrário — ele "impõe" formas de produção feudais, como a servidão (p. 75). Por isso, na América Latina a dominação mercantil não levou ao capitalismo.

18 A sociedade escravista no Brasil, p. 17-8. Para este autor vigora no Brasil, até o século XIX, uma "ordem escravista senhorial" (p. 14) ou um "regime escravocrata e senhorial" (p. 15) que "dava suporte material a fortes fluxos do capitalismo comercial na Europa", porém internamente gerando um dinamismo restrito pela condição colonial e pelo próprio escravismo (p. 19). Segundo ele, à apropriação do sobretrabalho do escravo pelo senhor se sobreporia a apropriação da produção global da colônia pela metrópole (p. 21). Este segundo movimento basicamente realizado pelo circuito mercantil.

19 *Escravidão e racismo*, p. 17. Na mesma página o autor diz que ante a dominância do capital mercantil "as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial".

qualificam. Aqui a polêmica também é grande, diferenciando posições aparentemente próximas. Enquanto Ernesto Laclau entende o mercantilismo como uma expansão ainda feudal ("comercial feudal", nos seus termos), Hector Malavé-Mata fala do sistema colonial criado pelo "capitalismo mercantil" (no qual o capital mercantil subordina a produção mantendo relações "feudo-coloniais"), e Horácio Ciafardini critica o uso da noção de mercantilismo como etapa ou fase histórica.[20] Na verdade, o rótulo de mercantil visa a recobrir o período da *transição*, no qual — como visto no Capítulo 1 — já não vigora a lógica da ordem feudal nem se instaurou a dinâmica plenamente capitalista.

Volta-se assim à temática discutida no início do Capítulo 1. Sistema colonial, mercantilismo, acumulação primitiva imbricam-se num processo que alguns qualificam como já um momento de constituição do capitalismo, outros avaliam como os derradeiros movimentos da crise feudal, outros ainda como um período de indeterminação em que não ficam claras as dominâncias. No âmago das colônias, complexizam-se as determinações em jogo — interesses, atrativos e situações díspares atuam para gerar realidades socioeconômicas que muitos autores vão entender como *singulares*.

Um *novo* modo de produção, historicamente único, dado pela combinação de fatores díspares aparece como uma das matrizes interpretativas presentes com vigor no debate resenhado. Contudo, se a aceitação da singularidade das determinações em jogo agrupa vários autores, a caracterização da novidade que adjetiva as sociedades ibero-americanas atua para diferenciar as perspectivas. A posição mais simples é de que o caráter ímpar advém da própria combinação que articula numa mesma estrutura estímulos feudais e capitalistas (ou mercantis) dos conquistadores plasmados com fatores decorrentes da realidade demográfica defrontada e das formas de produção pré-coloniais.

Alguns autores, equacionando essa temática em parâmetros de inspiração althusseriana, vão falar diretamente em *combinação de modos de produção*. H. Malavé-Mata, por exemplo, diz que a "realidade feudo-colonial" da América hispânica articula um modo de produção "escravista" dominante com outro "comunitário indígena" mesclado

20 E. Laclau. Op. cit., p. 41, H. Malavé-Mata. Op. cit., p. 146 e 168, e H. Ciafardini. Capital, comercio y capitalismo: a propósito del llamado capitalismo comercial, p. 116. O último autor cita M. Dobb e P. Vilar em socorro à sua tese.

por relações servis.[21] Carlos Assadourian aponta a necessidade de ver "a estrutura social e os específicos modos de produção de cada espaço particular" da América colonial, numa visão que regionaliza as distintas relações.[22] Também Juan Carlos Garabaglia ressalta o fato de, na colonização da América, o capital comercial ligar diferentes forças produtivas isoladas entre si, cumprindo o papel de veiculador do excedente gerado por variados modos de produção. Este "domínio mercantil" também levaria as formações coloniais a não possuir um modo de produção hegemônico posto que "o domínio do sistema é exterior ao espaço dominado".[23] Os exemplos poderiam ser multiplicados, pois é possível identificar uma ampla gama de coexistência (e mesmo associações) de relações de natureza díspar que convivem na ocupação européia das terras americanas.

Um autor próximo da perspectiva em foco merece atenção especial e um comentário específico. Trata-se de Ciro Flamarion Santana Cardoso, cuja reflexão sobre o tema aparece como paradigmática no debate brasileiro e latino-americano. Ele parte da visão de que a Europa colonizadora, até o século XVIII, se caracteriza pela "coexistência do feudalismo ainda dominante com o modo de produção capitalista em ascensão" e que as formações coloniais trazem as marcas dessa coexistência associadas a outras que lhes são próprias.[24] A ex-

[21] Op. cit., p. 167-8. Em outras passagens Malavé-Mata fala de um modo de produção colonial — "estrutura dependente e tributária das monarquias metropolitanas" (p. 152) — e do "regime de subfeudalismo no processo de extração colonial" (p. 164), e ainda de um modo de produção "subdesenvolvido" — no qual "o comércio predomina sobre a indústria" (p. 168).

[22] Op. cit., p. 52. Assadourian lembra que os vários modos de produção "são hierarquizados pela economia dominante" (p. 75). E esta é regida pelo capital comercial que subordina as economias regionais (p. 73).

[23] J. C. Garavaglia. Introdución, in: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, p. 9, 13 e 14. Este autor comenta que é a relação colonial que dá sentido a todo o sistema, e que "as formações econômico-sociais coloniais seriam formações não consolidadas, nas quais existiriam diversos modos de produção... combinados em certa relação hierárquica" (p. 14). Cabe lembrar que as formações "não consolidadas" podem não apresentar um modo de produção dominante (p. 7).

[24] Ciro F. S. Cardoso. Severo M. Peláez y el carácter del régimen colonial, p. 91. O autor critica enfaticamente a idéia da vigência do capitalismo na Europa do século XVI, e também os conceitos de "capitalismo mercantil" e "capitalismo comercial" (ver *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro na América*, p. 33; *Afroamérica. A escravidão no Novo Mundo*, p. 17; e ainda As concepções acerca do Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente, p. 121).

pansão européia se faz sob a égide do mercantilismo, porém seria um erro "identificar o capitalismo com as relações mercantis".[25] Para o autor, as economias dos séculos XVI a XVIII são ainda claramente pré-capitalistas,[26] com a colonização reforçando ainda certa tendência aristocrática nas metrópoles ibéricas.[27]

Para Ciro Cardoso, o "sistema colonial mercantilista" ao se difundir integrou e desintegrou as economias pré-capitalistas conquistadas gerando "modos de produção autônomos e diferenciados" e "formações econômico-sociais coloniais... específicas e dependentes".[28] A *dependência*, oriunda da condição colonial, seria o elemento primeiro na identificação da realidade das sociedades criadas no Novo Mundo.[29] O autor cita, com insistência, a teorização de Marx acerca das possibilidades econômicas após a conquista militar de um povo: manter o modo de produção preexistente (tributando-o), impor o modo de produção do conquistador, e criar um novo modo de produção.[30] Em qualquer caso, a colonização gera estruturas que, mesmo dotadas de interesses próprios, são "politicamente subordinadas", logo dependentes de uma dinâmica exterior a cujos estímulos deve responder.[31]

[25] Ciro F. S. Cardoso. As concepções..., p. 130. Em outro texto o autor fala que a "colonização levada a cabo na época de predomínio do capital comercial" cria um "sistema colonial mercantilista" (*O trabalho na América Latina colonial*, p. 19).

[26] Ciro F. S. Cardoso. *Escravo...*, p. 41. Numa outra obra, explicita: "Mais exatamente, tratar-se-ia da fase de decisiva constituição e ascensão progressiva do modo de produção capitalista, num contexto predominantemente pré-capitalista" (*Afroamérica*, p. 17).

[27] Ciro F. S. Cardoso. *O trabalho...*, p. 11. O autor fala do "sistema senhorial ibérico" que se relaciona com o capital mercantil mas que se organiza internamente em moldes bem senhoriais (ibidem, p. 10).

[28] Ciro F. S. Cardoso. Severo..., p. 100 a 102.

[29] Em suas palavras: "A teoria dos modos de produção coloniais não pode perder de vista um fato central: o caráter subordinado das contradições internas das sociedades coloniais e o caráter geralmente determinante dos impulsos externos no que concerne às mudanças importantes de estrutura ocorridas nestas sociedades" (Ciro F. S. Cardoso. Sobre los modos de producción coloniales de América, p. 152). Ou, em texto mais recente, afirma que as formações coloniais "são caracterizadas por modos de produção não somente secundários, quando vistos no conjunto do mundo ocidental em formação, mas ainda marcados pela dependência" (*Escravo...*, p. 39).

[30] Ciro F. S. Cardoso. Sobre..., p. 146; *Escravo...*, p. 42; e O trabalho..., p. 74. Para o autor, na América teria ocorrido a terceira possibilidade — a existência de fatores distintos em sua "ação recíproca produz algo novo" nas colônias (ibidem, p. 75).

[31] *O trabalho...*, p. 23. Em outro texto, C. Cardoso observa que sendo dependente o

Ciro Cardoso também aponta que os agentes da colonização européia se defrontaram com situações variadas e geraram estruturas que "se combinaram em proporções diversas e com resultados diferentes conforme as regiões".[32] Em terras americanas, basicamente engendraram, segundo o autor, três modos de produção: um baseado no trabalho indígena, outro escravista e um terceiro autonômo de pequenos proprietários. As várias formações coloniais articulariam estes modos de produção, sendo um dominante.[33] *Grosso modo*, a dominância de um dos três define as grandes áreas de colonização do continente: a Indoamérica, a Afroamérica e a Euroamérica.[34] Todos estes conjuntos organizados tendo em vista a "constituição de sistemas produtivos complementares" à economia européia, logo dotados de estruturas econômicas não autocentradas.[35]

Assim, o modo de produção escravista — que aqui interessa mais diretamente — é, para Cardoso, um dos modos de produção dependentes.[224] Um modo de produção com uma lógica e um movimento

sistema colonial dependerá também de variáveis externas (*Agricultura, escravidão e capitalismo*, p. 102). Todavia, apesar dessa dependência, as colônias não podem ser analisadas como meros "anexos" das metrópoles (*Afroamérica*, p. 73).

32 *O trabalho...*, p. 8. Em outra passagem diz: "A América Latina colonial se caracteriza, no tocante ao tema que nos ocupa, por variadas modalidades de trabalho compulsório, cuja explicação reside na conquista e na lógica do sistema colonial mercantilista que conformaram as relações de produção num contexto marcado por condições variadas das forças produtivas" (ibidem, p. 69). Noutro texto afirma: "O nível de desenvolvimento socioeconômico dos povos conquistadores e conquistados não deixou de ser um fator diferencial das estruturas coloniais" (Sobre..., p. 149).

33 Ciro F. S. Cardoso. Sobre..., p. 154; *Escravo...*, p. 40; e As concepções..., p. 116. No México, por exemplo, vigoraria um "sistema heterogêneo" que articula "despotismo tributário, feudalismo e capitalismo embrionário" (ibidem, p. 116).

34 *O trabalho...*, p. 25.

35 Ciro F. S. Cardoso. Sobre..., p. 145. O autor fala de economias "deformadas desde o começo" com hipertrofia dos setores exportadores (p. 145). Em outro texto reafirma que as "sociedades periféricas" são deformadas já na origem (El modo de producción esclavista colonial en América, p. 213). Ele também lembra que nos fluxos mercantis coloniais a produção e o consumo estão separados, funcionando em ritmos diferentes; nos circuitos internos (os da produção), dominaria um ciclo Mercadoria/Crédito/Mercadoria, bastante distinto das determinações presentes no intercâmbio entre a colônia e a metrópole (*Afroamérica*, p. 42-3).

36 Sobre..., p. 142. O autor comenta que em suas áreas de domínio este modo de produção só foi ultrapassado no século XIX (ibidem, p. 143). Estas áreas se definem onde a escravidão serviu "de base à constituição do território" (ibidem, p. 153). Pode-se dizer, onde operou uma colonização escravista. C. Cardoso reafirma, em outro texto, que só há oposição entre escravismo e capitalismo no século XIX (*Agricultura...*, p. 163-4).

próprios,[37] específicos,[38] que relaciona o capital comercial e a escravidão gerando uma forma de economia pré-capitalista.[39] E é no deslindamento da dinâmica interna desta forma, que o autor em foco tem dispensado atenção (notadamente nos trabalhos mais recentes, numa tentativa de captar a funcionalidade da "brecha camponesa" e no mapeamento da vida nas áreas marginais do sistema colonial). É interessante observar que em uma avaliação recente sobre o debate acerca dos modos de produção na América Latina, depois de condenar o "praticismo" que marcou sua condução, Ciro Cardoso o considera inconcluso. Neste texto, reafirma sua caracterização de modos de produção específicos e subordinados, mas acata em parte a crítica de Hector P. Brignoli de não conseguir em sua teorização "integrar o elemento de subordinação às metrópoles de modo sistemático".[40]

É a ênfase no caráter dependente que nuança a perspectiva de Ciro Flamarion Cardoso da de outros autores que também trabalham a idéia de um modo de produção *escravista colonial*. Jacob Gorender — outro formulador importante dessa matriz interpretativa — faz bem o contraponto, ressaltando a relação de trabalho escravista ao caracterizar o modo de produção vigente no Brasil colônia. Para Gorender é a forma de extração da mais-valia o elemento básico a se considerar, logo, a escravidão está no centro de sua caracterização.[41] A "forma de organização dominante no escravismo colonial" seria a *plantagem*, "ca-

37 Entre outros elementos, o autor lembra que o cálculo da rentabilidade econômica não pode ser o mesmo no escravismo e no capitalismo (El modo..., p. 201) e que também a expansão dos dois modos de produção é distinta — a do escravismo sendo essencialmente quantitativa e extensiva (p. 219).

38 *Escravo...*, p. 42 e Sobre..., p. 149. Segundo o autor, a variedade das formações econômico-sociais escravistas coloniais seria de grau e não de natureza, por exemplo na articulação das relações de trabalho escravista com formas de propriedade mais senhoriais (nas colônias ibéricas) ou mais capitalistas (colônias inglesas e holandesas) ou com diferentes níveis técnicos (El modo..., p. 226).

39 *Afroamérica...*, p. 16-7. Nas economias pré-capitalistas, de acordo com Ciro Cardoso, a renda identifica-se com a mais-valia, com a produção implicando o domínio do solo e da força de trabalho (*Agricultura...*, p. 53).

40 H. Brignoli. Apud: Ciro F. S. Cardoso. *O trabalho...*, p. 80.

41 J. Gorender. *O escravismo colonial*, p. 157. Nas palavras do autor: "o escravo definia a essência das relações de produção" (p. 157)..

tegoria fundamental" deste modo de produção.[42] Esta se instala, "em todas regiões tropicais propícias", animada pelo capital mercantil, logo, com um "modo de produção dependente do mercado metropolitano".[43] Porém esta condição de dependência não basta para qualificar um modo de produção — reitera este autor, criticando diretamente Ciro Flamarion Cardoso.[44]

Para Jacob Gorender, o capital mercantil — ainda pré-capitalista[45] — organiza um mercado mundial (que não pode ser confundido com um modo de produção mundial) no qual coexistem diferentes modos de produção, cada um dotado — segundo o autor — de "leis" específicas, leis "econômicas objetivas".[46] Estes, apesar de "vinculados a uma dinâmica externa", estruturam-se, em si, como uma "totalidade orgânica".[47] A ótica é, assim, assumidamente internalista (num matiz mais acentuado que os autores até aqui resenhados). As formações econômico-sociais das colônias apresentariam "não apenas uma combinação entre vários modos de produção (um dos quais dominante) mas também a articulação necessária entre estes modos de produção e uma superestrutura". O modo de produção dominante seria o que controla a maior massa de "fatores econômicos", e que extrai sobreproduto dos modos de produção subordinados delimitando o espaço econômico destes".[48]

---

[42] Ibidem, p. 89. A forma "plantagem", que segundo Gorender comanda a economia colonial, apresenta as seguintes características: produção especializada para o mercado mundial, monocultura convivendo com um setor de economia natural, trabalho em equipe, beneficiamento do produto no próprio estabelecimento, divisão quantitativa e qualitativa do trabalho com grande integração vertical das atividades (p. 90-4), também a utilização de uma tecnologia "retrógrada e destrutiva" (p. 100-4). E, obviamente, o uso da força de trabalho escrava.

[43] Ibidem, p. 110 e 170, respectivamente.

[44] J. Gorender. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica, p. 54.

[45] Segundo o autor o próprio fato de o capital mercantil comandar a produção já qualifica a situação colonial como pré-capitalista (*O escravismo...*, p. 501-02).

[46] Ibidem, p. 315 e 160.

[47] O conceito..., p. 57. No outro texto analisado, Gorender reafirma que o modo de produção escravista colonial se reproduz de "forma endógena" apesar de estar atrelado a fatores externos (*O escravismo...*, p. 539).

[48] O conceito..., p. 50 a 52. Segundo Gorender, a pequena produção independente aparece, por exemplo, como um modo de produção "marginal" na colônia, subordinado ao dominante (*O escravismo...*, p. 297 e 301. Para a concepção do autor acerca da categoria modo de produção, ver Ibidem, p. 25 e 155. Um tom razoavelmente economicista preside seu entendimento.

O escravismo colonial por exemplo — modo de produção dominante no Brasil — aparece assim, para Gorender, como "o fundamento da formação social escravista, não toda ela".[49] Ele comanda seu movimento interno organizando as demais relações de produção presentes. A plantagem, sua unidade básica, tem "necessidade estrutural" de um setor de economia natural — o qual é, em muitos casos, tocado por moradores e agregados que asseguram o fluxo de seu abastecimento.[50] A dominância do escravismo, todavia, é clara e captável em vários processos: na forma interna de acumulação produtiva (a acumulação escravista sendo uma ampliação do plantel de escravos), na dinâmica demográfica (a "lei da população" do escravismo colonial repondo uma situação constante de "escassez absoluta"), no ritmo de expansão territorial (dado pela disponibilidade de mão-de-obra) etc.[51] Enfim, é o dinamismo engendrado pela objetivação das relações escravistas que preside a reprodução do sistema.[52] A caracterização de Gorender vai enfatizar bastante a forma de geração do valor na colônia, logo assume realce para ele a temática da *renda* aí criada, pois — em seu entendimento — o excedente extraído da "exploração produtiva do trabalho escravo" aparece através dessa forma de valor.[53]

Observa-se, assim, que o uso de um mesmo qualificativo — no caso o modo de produção *escravista colonial* — pode esconder diferenças significativas. No último autor resenhado é o regime escravocrata que adjetiva o objeto de análise. Este entendimento da centralidade do trabalho escravo vai emergir em outras argumentações que se distanciam, contudo, da perspectiva de Jacob Gorender.

É o caso, por exemplo, de Eugene Genovese que, discutindo o sul dos Estados Unidos, considera que essa região "não desenvolveu uma forma estranha de capitalismo" mas "uma civilização especial construída sobre as relações senhor-escravo".[54] Este autor enfatiza, assim,

---

[49] *O escravismo...*, p. 25.

[50] Ibidem, p. 241-6 e 291-9. Gorender lembra que nas fases de crise este setor se alarga e, ao contrário, se retrai nas altas — gerando grande carestia nas épocas de expansão da economia mercantil (p. 251 a 255).

[51] Ibidem, p. 544, 318, 321 e 332.

[52] Ibidem, p. 211 e 540. Para o autor há uma acumulação interna nas colônias e um autofinanciamento no qual, apesar da dependência do setor produtivo ao mercantil (p. 489 a 492), um ciclo financia o outro (p. 542).

[53] Ibidem, p. 164. Uma renda caracterizada como "não feudal" (p. 387). Ver também O conceito..., p. 63.

[54] *A economia política da escravidão*, p. 39. Genovese é enfático ao afirmar que a escra-

a distinção entre capitalismo e escravismo,[55] mesmo aceitando que a região em foco estava "inserida num país capitalista, e seu sistema social emergia como parte de um mundo capitalista".[56] Nota-se em sua argumentação uma ótica bastante culturalista que, em grande parte, fundamenta a distinção aludida. Genovese é bastante explícito ao dizer, por exemplo, que os "valores burgueses" são contrários à sociedade escravista, ou que os fazendeiros possuem um "espírito aristocrático" não se movendo por uma ética capitalista, ou ainda que a *plantation* não era apenas um negócio mas um "estilo de vida".[57]

Com relação especificamente à colonização ibérica, Eugene Genovese de imediato critica definir suas metrópoles (ou mesmo o século XVI como um todo) como capitalistas.[58] Assim uma índole pré-capitalista preside todo o processo de instalação das plantações, na definição do autor: "a construção das fazendas de escravos representava uma invenção da política colonial mercantilista".[59] No caso das

vidão estruturou um "mundo pré-moderno" no sul do E.U.A., onde esta relação era a "base da ordem social" (p. 9).

55 Diz ele: "Se por um momento aceitarmos a designação de capitalistas para os plantadores e o sistema escravista como uma forma de capitalismo, nos confrontamos então com uma sociedade capitalista que impediu o desenvolvimento de todo aspecto normal do capitalismo. Os plantadores não eram simples capitalistas; eram pré-capitalistas, proprietários da terra quase aristocráticos que tiveram de adaptar sua economia e seu modo de pensar ao mercado capitalista mundial" (ibidem, p. 27). O autor vai dizer que a ligação com o mercado mundial se fazia "de um modo colonial" (p. 37).

56 Ibidem, p. 19. Em outra obra, Genovese vai dizer que "nenhuma sociedade de escravos em tempos modernos poderia livrar-se totalmente da influência econômica, social e moral do capitalismo moderno" (*O mundo dos senhores de escravos*, p. 10).

57 *A economia...*, p. 124, 32 e 234. Em outra passagem, E. Genovese comenta que "os plantadores sulistas com seus padrões de consumo e estilo de vida aristocrático... impediram o uso racional [capitalista] dos fundos gerados pela economia" (p. 115).

58 *O mundo...*, p. 70-2. O autor acentua que em Portugal o capital comercial reforçou um modo de produção senhorial (p. 80), que presidiu a colonização. Ele também pontua que foi no caso ibérico que as colônias conheceram uma "evolução moral" mais consoante com a das metrópoles (p. 37).

59 Ibidem, p. 41. Em outra passagem diz que "cada classe escravista levou uma determinada herança européia para sua atualidade americana" (p. 18). É interessante apontar a avaliação de Genovese quanto ao caráter "não mercantilista" da economia portuguesa, que praticava um "puro comércio estatal", e o mercantilismo implicava uma associação da Coroa com monopólios privados (p. 82). O autor parece desconhecer o papel desempenhado em Portugal pelos capitais italianos (ver o próximo capítulo).

plantations canavieiras do Brasil, vai definir o modo de produção vigente como *escravocrata senhorial*.[60] A senhorialidade adviria do nível de auto-suficiência da economia e "mais do que qualquer outro regime escravocrata do Novo Mundo, o do nordeste brasileiro aproximava-se de uma autarquia".[61] A tendência à autarquização apareceria como traço comum das economias escravistas, resultante da alta capitalização com mão-de-obra representada pelo plantel de escravos, o que implicava o não-incremento do mercado interno e a baixa acumulação de capital nas colônias.[62]

Também Octavio Ianni acata a centralidade da vigência da escravidão como elemento estruturador das sociedades coloniais. Diz ele: "Na condição de trabalhadores forçados, a casta dos escravos foi a base da sociedade como um todo, e não apenas da economia escrava".[63] Daí a qualificação da colônia (e o autor tem por horizonte de preocupações o caso brasileiro) como *formação social escravista*, a qual seria determinada por "dois elementos fundamentais: o trabalho compulsório e o vínculo com o capital comercial europeu".[64] Apesar desse

60 Ibidem, p. 97. Genovese estabelece uma diferenciação regional no caso brasileiro, ao dizer que "O sul do Brasil, assim como o nordeste, empregou trabalho escravo, mas, diversamente do nordeste, esse não produziu um modo de produção escravista ou senhorial" (p. 101). Em outra passagem, o autor qualifica a produção do açúcar no nordeste brasileiro como pré-capitalista, diferenciando-a da economia cafeeira capitalista do sul do país, apesar de o uso do escravo aparecer como traço comum às duas (p. 96).

61 Ibidem, p. 86. Segundo o autor a necessidade da autarquização viria da fragilidade das *plantations* em face das flutuações do mercado externo, e reforçaria o caráter senhorial das colônias (p. 87). Sobre a tendência autárquica no sul do E.U.A., ver *A economia...*, p. 36 e 119.

62 Falando novamente do sul do E.U.A., Genovese observa a "força da tendência monocultora do sistema" (*A economia...*, p. 119) e os "graves efeitos da escravidão... [ao] retardar a formação do capital, fornecendo mão-de-obra insuficiente e impedindo a ampliação de um mercado interno" (p. 120). Noutra passagem reafirma que "a escravidão levou à rápida concentração de terras e da renda e impediu a expansão do mercado interno sulista" (p. 28). E ainda reforça: "A pesada capitalização da mão-de-obra, e a fraqueza do mercado interno impedindo consideravelmente a acumulação do capital" (p. 49). Observa-se a vigência do escravismo como determinação básica do ordenamento econômico e social.

63 *Escravidão e racismo*, p. 57. Em outra passagem Ianni conclui: "O trabalho escravo era a base da produção e da organização social nas *plantations* e nos engenhos" (p. 3).

64 Ibidem, p. 6. Ianni considera que "as formas de trabalho compulsórias não podem

vínculo, o autor enfatiza que "a formação social escravista se funda em princípios estruturais e organizatórios distintos dos que fundamentam a formação social capitalista", sendo errado assimilá-las.[65] E, mais, se na "expansão do capital mercantil" foi possível a "coexistência e interdependência do trabalho escravo e do trabalho livre", a consolidação do modo de produção capitalista antagoniza-se com a manutenção do escravismo.[66]

Observa-se que o escravismo — relação básica determinadora da organização econômica e social, em Gorender e Genovese — começa, apesar de manter sua centralidade, a se associar a outras determinações na identificação do caráter da realidade colonial, determinações mercantis em Ianni. Poder-se-ia aqui introduzir a análise de Florestan Fernandes, na qual o "modo de produção escravista" apresenta um "estamento senhorial dominante" que controla e conforma o aparelho de Estado.[67] Outros exemplos poderiam ser evocados. É mais importante, entretanto, salientar uma perspectiva que unifica as posições até aqui arroladas — a aceitação da existência de forte antagonismo entre o trabalho escravo e o capitalismo.

---

ser tomadas como capitalistas, mas sim como sistemas político-econômicos singulares, com alguma especificidade essencial" (p. 97).

65 Ibidem, p. 63 e 96. Ianni critica a visão do escravismo "como se fora um sistema capitalista completo e em pleno funcionamento" (p. 83). Mesmo na Europa, a afirmação do capitalismo — segundo o autor — só ocorre com a ultrapassagem do mercantilismo e o domínio do capital industrial (p. 22). Assim, na América, a formação social escravista só é "determinada, ou decisivamente influenciada, pelo capitalismo mundial, ao longo dos séculos XVIII e XIX" (p. 97). E "no Brasil a formação social capitalista foi se constituindo, por assim dizer, por dentro e sobre a formação social escravista" (p. 25). Vê-se que, no período aqui analisado, a determinação básica desta sociedade é o escravismo.

66 Ibidem, p. 12. Ianni considera que as *plantations* só "formalmente" são capitalistas (p. 18). O escravismo, pela sua inelasticidade, se contraporia ao ciclo do capital produtivo dado pela versatilidade do trabalho livre (p. 49). Assim, "sob o escravismo tendem a predominar condições de produção da mais-valia absoluta"(p. 47). Enfim, "esta forma de imobilização de capital em força de trabalho cria limitações ao desenvolvimento da produção" (p. 44). Daí a necessidade de sua destruição no capitalismo pleno.

67 F. Fernandes. Op. cit., p. 45, 26 e 50. Diz o autor: "A escravidão mercantil seria o fulcro da continuidade da ordem senhorial e escravocrata" (p. 28). Ele também enfatiza o caráter não capitalista do escravismo (p. 22), afirmando que este modo de produção começa a penetrar no Brasil no final do século XVIII e só inicia sua consolidação após 1860 (p. 48-9). Todavia, a escravidão, atesta Florestan Fernandes, teria sido um veículo para a afirmação do capitalismo (p. 14).

Na oposição enfática a essa tese delineiam-se proposições que acatam algum nível de determinação do capitalismo sobre as sociedades coloniais. Antonio Barros de Castro, por exemplo, mesmo defendendo uma visão internalista da colônia,[68] considera que "o moderno escravismo tem importantes traços comuns com o capitalismo e, mais, que estas características pertenciam a sua conformação interior".[69] Assim, a escravidão aparece para ele como uma resposta adaptativa da lógica do capital às condições de certas regiões americanas; o autor é claro nesta avaliação: "não havia *escolha* de formas de trabalho e sim *abertura* de novas terras: se elas se revelassem aptas para o cultivo de gêneros coloniais, no dia seguinte lá estariam os comerciantes de escravos... e a escravidão seria implantada".[70] A *plantation* — de acordo com Barros de Castro – organizava-se como uma grande fábrica,[71] com uma lógica econômica de instalação e desenvolvimento fundamentada numa racionalidade empresarial. Vale salientar que

---

68 Ele critica a ótica externalista, que vê a "vida material da colônia" como "algo amorfo", e que por isso perderia os determinantes internos aos quais a Coroa e o capital mercantil devem adaptar-se (A economia política, o capitalismo e a escravidão, p. 88). Para Barros de Castro a colônia é um "complexo aparato produtivo" que se reproduz (p. 88).

69 Ibidem, p. 92-3. Barros de Castro critica com enfase a tese do trabalho escravo como "entrave" ao desenvolvimento do capital, e lembra que o regime de produção vai se adaptando ao escravismo (p. 96, nota 95 e p. 98).

70 A. Barros de Castro. As mãos e os pés do senhor de engenho: a dinâmica do escravismo colonial, p. 66. Este autor sustenta que a concorrência intercolonial (por meio da renda diferencial) animava o tráfico negreiro (p. 46), considerando incompleto o argumento de que este era estimulado pela existência da fronteira aberta (p. 51). Para Castro, a *renda da escravidão* era o "princípio de sustentação de toda economia colonial escravista" (p. 47). Ela viria do trabalho excedente do escravo, num quadro em que a produtividade desempenhava papel essencial. Não apenas as condições naturais (como a fertilidade do solo), mas também os custos de transporte e os gastos de proteção, influíam na qualificação diferencial dos lugares — num processo no qual as novas regiões "superdotadas" atuariam na desvalorização relativa das demais (p. 60-1). O autor lembra que o preço do escravo é uma "categoria específica" do escravismo, na qual o custo da oferta não condiciona o preço de demanda, num movimento em que a abertura de novas áreas (por seus atrativos) gera uma tendência sempre altista (p. 63). A elevação do preço aparece assim, para as "zonas residuais", como um "vazamento de renda" (p. 63), e as que não possuem fôlego para acompanhar a alta entram numa "letargia secular" — utilizando uma expressão de Celso Furtado (p. 47).

71 A economia..., p. 90. Castro argumenta que o engenho era uma "indústria complexa" que derrubaria "a tese da baixa tecnologia do escravismo" (As mãos..., p. 65).

a ausência dessa lógica é proclamada pelos adeptos das interpretações não capitalistas como prova de feudalidade ou especificidade do modo de produção vigente nas áreas escravistas coloniais.[72]

A teorização de Barros de Castro serve bem para ilustrar que a tese da *determinação capitalista* pode revestir-se também de múltiplos matizes. Não se trata de uma única posição ou uma única argumentação, mas de um campo de reflexão complexo que conhece perspectivas ímpares. Nesse sentido, é um reducionismo muito grande assimilar todo esse campo apenas à concepção de Gunder Frank ou ao *circulacionismo*.[73] Na verdade há aqui um matizamento de posições comparável ao existente entre os adeptos dos outros grandes paradigmas de interpretação já expostos. E, mais, algumas propostas vão aproximar-se, pela aceitação de alguns argumentos comuns, de outras situadas fora de seu campo de localização mais genérico.

É o caso, por exemplo, das teorias combinatórias que associam à determinação capitalista (ou de índole capitalista) outros elementos — postos como igualmente essenciais — que lhe desfiguram o caráter. A tese da "infra-estrutura capitalista" convivendo com uma "superestrutura feudal" ilustra bem o mencionado, aproximando-se de interpretações já analisadas (como a de R. Konetzke, por exemplo). Tal tese, quando associada a um instrumental de análise weberiano, dá luz ao argumento de que a lógica econômica capitalista se objetiva no Novo Mundo mediante *formas de dominação* patrimoniais que igualmente conformam o caráter das sociedades coloniais latino-americanas.[74] Pode-se ainda lembrar as idéias da vigência de um capitalismo "americano" ou um capitalismo "escravista", definições nas quais, do ponto de vista epistemológico, não se está muito distante do "modo de produção subdesenvolvido".

Com um matiz interessante, dentro da ampla matriz dos que tomam a realidade colonial como algo indissoluvelmente ligado à gênese e ao domínio do modo de produção capitalista, aparece a teorização dos autores que, mesmo aceitando a indissolubilidade do vínculo, evitam caracterizar as sociedades americanas como claramente capitalistas, definindo-as genericamente como "produtos da transição" que o próprio domínio pleno do capital acaba por destruir.

[72] Segundo Castro, a existência desta engrenagem econômica que comanda a expansão do sistema seria um elemento diferenciador do escravismo moderno em relação ao antigo, movido — este sim — por determinações extra-econômicas (A economia..., p. 93).

[73] Contudo é o que praticam parte dos opositores da tese do caráter capitalista da América colonial. Ver, por exemplo, E. Laclau. Op. cit., p. 28-9; C. S. Assadourian. Op. cit., p. 50; J. Gorender. O conceito...", p. 59; e S. Karmanovitz. *El desarrollo tardío del capitalismo*, p. 51; entre outros.

[74] No caso da história brasileira, pode-se tomar a interpretação desenvolvida por Raimundo Faoro em *Os donos do poder. Formação do patronato no Brasil.*

José Roberto do Amaral Lapa ilustra bem esta posição que, sem afirmar uma determinação capitalista,[75] acata a lógica da consolidação européia desse modo de produção como elemento estruturador do *Antigo Sistema Colonial*,[76] visto como um "conjunto interdependente e organizado", que não se constitui como um modo de produção em si,[77] mas como uma obra da *transição*. Todavia, esta concepção não implica nenhuma simpatia pela ótica circulacionista deste autor.[78] Ao contrário, sua interpretação vai destacar os *circuitos intercoloniais* que atuam na "flexibilização do pacto colonial", contrapondo-se à tese da "baixa acumulação originária local" e da "inelasticidade do mercado consumidor" nas colônias.[79] Vale apontar que, apesar da ótica fortemente internalista e de se eximir de uma caracterização mais enfáti-

[75] Ao contrário, chega a dizer que o sistema colonial é "gerado e ao mesmo tempo gera uma economia *pré-capitalista*" (J. R. do Amaral Lapa. *O Antigo Sistema Colonial*, p. 36). O que o aproximaria, por exemplo, da posição de E. Laclau neste particular.

[76] Para Amaral Lapa, o Antigo Sistema Colonial expressa uma realidade ampla e complexa articulada pelo mercado mundial, no qual o comando é ocupado pelo capital mercantil. Este sistema desempenhou "papel decisivo" no processo de acumulação primitiva, o que o qualifica como elemento central na transição (op. cit., p. 14). O autor critica diretamente as caracterizações de Nélson W. Sodré (feudal), J. Gorender (escravista), Ciro Cardoso (colonial), e aproxima-se da idéia de Fernando Novais de ver o sistema colonial como "etapa do sistema capitalista" (p. 89).

[77] Ibidem, p. 14 e 18. Para Lapa, "um modo de produção pode ser dominante sem que, entretanto, muitas vezes em seu interior deixem de funcionar formas produtivas nas quais as relações de produção e ou as forças produtivas poderão ser de outra natureza" (Introdução ao redimensionamento do debate, p. 16).

[78] Lapa elogia a compreensão da determinação metropolitana sobre o ritmo da economia colonial exposta por F. Novais, porém critica neste a excessiva ênfase na vinculação externa e a perspectiva marcadamente presa na esfera da circulação (*O Antigo...*, p. 31, 99 e 100). Já Ciro Cardoso é criticado por supervalorizar as diferenças intercoloniais e por menosprezar o Estado como mediador entre o capitalismo e as colônias; todavia, também é elogiado por sua ótica internalista, que busca as especificidades coloniais (p. 102).

[79] Ibidem, p. 34-5, 67 e 47. Para Lapa é errônea a idéia de que "a massa da renda fluía quase totalmente para o exterior", ao contrário, existia uma "dinâmica interna"

ca, Amaral Lapa rejeita o uso do conceito de "formação econômico-social" em contextos que não o articulem claramente com a categoria modo de produção.[80]

É interessante assinalar que, no geral, Amaral Lapa vai acatar a caracterização elaborada por Fernando Novais acerca do *Antigo Sistema Colonial*. Este — um autor paradigmático na matriz interpretativa que afirma a determinação capitalista — integra uma tradição de análise da história brasileira que remonta às formulações de Caio Prado Júnior. Tal tradição tem por eixo a idéia de um *sentido da colonização*, dado pelas metrópoles, que conforma a estruturação das sociedades coloniais. Fernando Novais acata plenamente esta formulação, em suas palavras: "na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, a política mercantilista imprimiu um caráter específico à ocupação e valorização das novas regiões, conformando-as de acordo com as tendências do capitalismo comercial em curso de desenvolvimento".[81]

Vale detalhar a argumentação de Fernando Novais. Para ele, o "sis-

captada em vários circuitos que fugiam ao controle metropolitano (p. 40). Ele lembra os ativos fluxos entre o sertão, o litoral e as áreas mineiras, e também releva a intensa cabotagem e o comércio intercolonial (p. 50) numa postura que lembra Assadourian e C. Cardoso. Lapa também critica o menosprezo à "mercantilização da economia de subsistência" (p. 43); em suas palavras: "a produção individual era desprezada por não alimentar supostamente qualquer circuito", o que redundou na minimização errônea do comércio interno (p. 47).

80 Para o autor, a unidade dos dois termos não pode ser rompida, o que faria do conceito um recurso escatológico para se evitar a caracterização da categoria (J. R. A. Lapa. Introdução..., p. 15). Tal reparo traz uma crítica implícita a autores como O. Ianni que, como visto, usam a formação social como unidade analítica básica. Amaral Lapa conclui sua revisão sobre o tema, com um alerta: "A realidade histórica brasileira em suas especificidades ou, se quiserem, nas suas adequações à expansão dos modos de produção e das formações sociais impositivas externas, está longe de ter acumulado um conhecimento científico que nos permitisse virar a página" (ibidem, p. 24).

81 F. Novais. Considerações sobre o sentido da colonização, p. 56. Em texto anterior, diz o autor: "É em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e funcionamento do capitalismo comercial, em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do sistema colonial mercantilista, dando assim lugar à formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais" (Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica, p. 247).

tema colonial do mercantilismo" — ou a "forma mercantilista de colonização"[82] — não pode deixar de ser apreendido como "parte integrante e indissolúvel do Antigo Regime".[83] As colônias americanas são criadas com um papel bem definido, como "economias complementares" nas quais se instalam unidades de "produção mercantil", isto é, ligadas "às grandes linhas do tráfico internacional".[84] Na argumentação de Novais há claramente a definição de uma macroescala de análise — o mercado mundial (a "economia-mundo" de Wallerstein), no interior do qual opera o capital mercantil e a geopolítica dos vários Estados, objetivando uma divisão do trabalho em que os negócios coloniais desempenham papel de relevo.[85]

Para Novais é claramente esta subordinação externa que configura a forma interna da colonização. A grande unidade de exploração e o recurso ao trabalho compulsório advêm das necessidades da produção mercantil.[86] O ritmo e a escala da produção respondem a imperativos externos às áreas coloniais, há uma função complementar (logo

82 F. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, p. 58. Para o autor, colonização significa ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, numa acepção que, como visto, remonta a Max Sorre. E, no período estudado, a "ocupação, povoamento e valorização econômica das novas áreas se desenvolveu nos quadros do capitalismo comercial do Antigo Regime" (ibidem, p. 92).

83 Ibidem, p. 5. O autor usa Antigo Regime, mercantilismo, capitalismo comercial, era da acumulação primitiva etc., como adjetivações para qualificar o período da transição, que traz em si o germe do capitalismo (p. 62). Diz ele: "Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial, são portanto partes de um todo" (p. 66).

84 Ibidem, p. 92, 97 e 72. As colônias são, assim, "uma ampliação da economia de mercado, respondendo às necessidades do capitalismo em formação" (p. 97). Daí o caráter "comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo do processo de formação do capitalismo moderno" (p. 70).

85 Novais destaca o papel do "fluxo de renda líquida das economias periféricas para as centrais metropolitanas", concluindo: "É pois impossível não ver no funcionamento do sistema colonial uma peça essencial na criação das pré-condições do primeiro industrialismo" (Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento, p. 34-5). O autor reafirma esta visão, afirmando que o sistema colonial "criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial" (Colonização..., p. 260), e que "a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial" (*Portugal*..., p. 70).

86 F. Novais. *Portugal*..., p. 98. Em outro texto, reafirma: "empresarial e capitalista, a colonização provocada pelo capitalismo comercial da época moderna se realiza em função das tensões socioeconômicas, das vicissitudes e das exigências da economia metropolitana" (Colonização..., p. 252).

subordinada) a ser cumprida. Afinal, "a aceleração da acumulação primitiva configura, pois, o sentido último da colonização moderna".[87] Enfim, é esta subordinação a interesses e determinações externas que impediria a análise das economias coloniais como um objeto específico e auto-regulado.[88]

A perspectiva apresentada (ou melhor dizendo, aprimorada) por Fernando Novais alimenta toda uma fértil linha interpretativa atual da formação brasileira.[89]

Numa defesa também enfática da determinação da lógica do capital, aparece a interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco que, de imediato, considera o sistema colonial como "parte constitutiva da essência do capitalismo".[90] Em dois pontos fundamentais sua visão aproxima-se das já resenhadas: na aceitação da vigência de uma ordem determinada economicamente nas colônias e na afirmação do escravismo como resposta adaptativa da lógica do capital em face das condições americanas.[91] Para a autora, é necessário "conceber como mundial o desenvolvimento do capitalismo e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram no movimento de diferenciação histórica dessa determinação universal — lucro e acumulação".[92]

Na argumentação de Maria Sylvia de Carvalho Franco, uma novidade reside na singular (e estimulante) leitura que a autora realiza da obra de Marx acerca do temário em foco. Ela concebe que o autor de *O Capital* analisou o escravismo em contraposição ao trabalho livre, em passagens que visam a explicar este último e não a esclarecer a lógica do primeiro.[93] Marx não teria, assim, refletido sobre a situação específica do escravismo no qual a *posse* e a *propriedade* da força de trabalho estão separadas.[94] Desse modo, para bem caracterizar as sociedades coloniais faz-se mister "alargar as fronteiras" na "teoria marxista da compra e venda da força de trabalho", sem buscar uma teorização acabada sobre o tema na obra de Marx.[95]

Maria Sylvia explicita bem a postura — correta a nosso ver — de tomar a reflexão de Marx acerca dos modos de produção como uma *teoria da história* e não um *esquema analítico*.[96] Isso diferencia bastante sua perspectiva do entendimento trabalhado por vários dos autores analisados. Entre estes, Caravaglia é dos mais enfáticos ao defender a visão do modo de produção como "modelo explicativo" e, em conseqüência, tomando a formação econômico-social como a "realidade

---

87 Considerações..., p. 63. Noutro texto, Novais reafirma que o sistema colonial era "uma peça da acumulação primitiva nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu" (*Portugal...*, p. 92).

88 Daí o realce, na interpretação de Novais, dado ao *exclusivo metropolitano* na caracterização dessas economias, posto mesmo como o "mecanismo fundamental da exploração ultramarina" (Sistema colonial..., p. 35). É interessante assinalar que em intervenção mais recente, Novais, ao comentar o texto mencionado de Barros de Castro, observa que este autor "procura analisar o escravismo colonial enquanto modo de produção, e se coloca, portanto, na mesma perspectiva metodológica em que me situo" (Comentário. In: P. S. Pinheiro (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*, p. 76). Porém, nesta mesma intervenção repõe a idéia da metrópole como "condição de existência" da colônia (p. 77).

89 Tome-se, por exemplo, os trabalhos do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, em que esta teorização emerge como um dos fundamentos do esquema interpretativo geral da economia brasileira aí desenvolvido (ver João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*, cap. 1, Da economia colonial à economia exportadora capitalista).

90 Maria Sylvia de Carvalho Franco. Organização social do trabalho no período colonial, p. 145. Para a autora o *todo* deve ser concebido como a colônia e a metrópole, não havendo exterioridade de uma em relação a outra.

91 Em suas palavras: "inscrita no movimento de expansão do setor açucareiro, a escravidão moderna representa um momento importante na organização social do trabalho, em vista de objetivos econômicos", em que o escravo emerge como o "agente de trabalho historicamente possível" (ibidem, p. 178).

92 Ibidem, p. 174. Noutra passagem, M. S. de Carvalho Franco observa que "o crescimento dos mercados na Europa e na colônia formaram uma rede unitária de determinações" (p. 185). Assim, a "moderna produção baseada no trabalho escravo" é um elemento *interno* à formação do sistema capitalista (p. 146).

93 Ibidem, p. 171. A autora critica enfaticamente as leituras de Marx que vinculam a vigência do capitalismo com a necessária existência do trabalho livre (p. 173). Para ela, o que Marx aponta é a necessidade da existência da força de trabalho como mercadoria; em suas palavras: "sendo requisito para a formação de mais-valia que a força de trabalho seja mercadoria, o capital torna-se compatível com outros regimes de trabalho desde que realizada aquela condição, isto é, desde que constituído um mercado de força de trabalho" (p. 160). Esta condição está plenamente contemplada com o escravismo, pois o escravo é uma mercadoria (p. 168).

94 Ibidem, p. 156, 168 e 172. No trabalho assalariado a posse e a propriedade da força de trabalho estão unificadas na "pessoa" do proletário, que por isso pode vendê-la; no escravismo, o possuidor não tem a propriedade da sua força de trabalho que é propriedade de outrem (p. 151). O comerciante de escravos personificaria a dissociação posse/propriedade (p. 169).

95 Ibidem, p. 169 e 173. Esta afirmação adquire grande importância no debate resenhado, pois o apoio citacional em Marx aparece como um expediente recorrente em várias argumentações revisadas.

96 Ibidem, p. 153.

concreta e passível de ubicação histórico-temporal".[97] Ciro Flamarion Cardoso também avalia o modo de produção como "esquema geral abstrato" — um "modelo que reduz a seus mecanismos fundamentais certo tipo de organização socioeconômica" — e critica a "visão classificatória" desse conceito utilizada por Jacob Gorender.[98] Este autor, por sua vez, por um lado renega uma perspectiva "historicista", mas também ataca a "categorização abstrato formal" de ver o modo de produção como um modelo, defendendo uma ótica "categorial sistemática".[99]

Observa-se que a categoria periodizadora central do materialismo histórico e dialético não conhece um entendimento unívoco, e dependendo da concepção que lhe é atribuída variará a qualificação do caráter das sociedades coloniais americanas. Diante de tal situação, cabe aprofundar a matéria. José Arthur Giannotti, em texto especificamente dedicado ao esclarecimento desse ponto, considera que o modo de produção é, antes de tudo, um objeto histórico, elaborado por Marx para "evitar os enganos das teorias que tematizam a produção em geral".[100] Esta categoria visa a aprender certas dinâmicas históricas — "a *forma* objetiva pela qual os homens entabulam relações sociais por meio de suas atividades produtivas" — não podendo ser confundida com um tipo-ideal weberiano.[101]

Quanto ao modo de produção capitalista — "nome que designa o processo de objetivação e individualização de uma entidade muito

[97] J. C. Garavaglia. Op. cit., p. 7.

[98] C. F. S. Cardoso. El modo..., p. 255; e *Escravo...*, p. 111.

[99] J. Gorender. O conceito..., p. 45-6 e *O escravismo...*, p. 44 e 36-7.

[100] J. A. Giannotti. Notas sobre a categoria *modo de produção* para uso e abuso dos sociólogos, p. 50. O autor considera que Marx buscava apreender a *forma* do social, e esta viria não da soma de predicados mas de sua *síntese*. Nas palavras do autor: "Tudo depende de como as relações de produção, relações sociais mediadas por coisas trabalhadas, se instauram e se mantêm graças a um processo que vem repor sua própria realidade. Este é o movimento que nos interessa estudar num determinado modo de produção" (p. 47). A questão básica seria captar a individualização, enfim, como se objetiva esta síntese.

[101] Ibidem, p. 48. Giannotti critica as perspectivas que tentam caracterizar um modo de produção pela enumeração de seus predicados: "Sorrateiramente passam da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito, como se tais predicados pudessem se reunir sem obedecer a uma lógica emanada do próprio objeto" (p. 46). Não é difícil enquadrar alguns dos autores resenhados no alvo desta crítica.

real, o capital"[102] — Giannotti enfatiza que a constituição do "capital em geral" (o que incorpora o capital e as condições de sua existência)[103] se objetiva numa circularidade na qual "o capital incorpora modos anteriores de produção" (no processo de instalação de uma "história universal") e os põe como "momentos do ciclo de acumulação do capital". Assim, historicamente falando, a expansão do capitalismo articula "modos de produção periféricos" ("subsidiários" ou "clientes") em que perduram "formas de extração do trabalho que não se efetivam sob as estreitas condições da extração da mais-valia".[104] O autor não menciona diretamente o escravismo colonial, mas nada impede, em seu argumento, concebê-lo nesses termos.[105] J. A. Giannotti conclui suas "notas" com uma ressalva que vale a pena transcrever: "É somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna conveniente reservar a categoria modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no processo de sua efetivação".[106]

[102] E Giannotti continua: "O capital é uma síntese de determinações. A nós cabe estudar como esse movimento de síntese se perfaz por meio de um círculo de círculos, que instaura e ao mesmo tempo destrói formas não-capitalistas de produção" (ibidem, p. 52). Segundo o autor, o capital é um objeto histórico e que "historializa" (p. 50).

[103] Ibidem, p. 49. O autor aponta o papel da organização do trabalho "improdutivo" (por exemplo, o doméstico) como condição de reprodução do capital. Em outra passagem, define o capital em geral como "lado reificado do modo de produção capitalista" (p. 51).

[104] Ibidem, p. 51. Giannotti conclui: "Como o capital demarca os bastidores, estipula as condições de existência de uma forma de socialização do trabalho, como se gera e perdura tal forma é a única questão importante" (ibidem, p. 51). Vale lembrar aqui a teorização desenvolvida sobre a matéria por José de Souza Martins. A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. In: *O cativeiro da terra*.

[105] Numa alusão próxima ao tema em tela, diz Giannotti: "Todos sabemos que o capital comercial forjou o sistema colonial, isto quando o capital em geral existe apenas em germe, como processo objetivo que resultará na revolução industrial" (p. 52). Assim, colonização e gênese do capitalismo estariam envolvidas numa mesma circularidade, captá-la seria o importante para o autor.

[106] Ob. cit., p. 52. Giannotti vai criticar, todavia, que se circunscreva a análise nas *formações econômico-sociais*, pois tal procedimento acabaria por repor a dicotomia entre o universal e o singular que o marxismo visa a ultrapassar. Tal postura contra-

Seguindo esta indicação é possível elaborar um novo equacionamento do debate resenhado.

Deixando de lado certo formalismo caracterizador e o afã taxonômico de listar os modos de produção possíveis, e acatando o *capitalismo* como categoria histórica de macroperiodização,[107] não há como fugir à localização do antigo sistema colonial dentro de sua órbita. Instrumento da transição, mecanismo da acumulação primitiva, criação do capital mercantil, a colonização européia do Novo Mundo inscreve-se no processo de constituição da economia-mundo capitalista.[108] A sobrevivência de relações pretéritas e as respostas adaptativas criando novas formas de dominação e exploração na América colonial não deve obscurecer este vínculo central.

Subordinação a uma dinâmica externa (mesmo que com brechas e atenuações) e formas compulsórias de trabalho parecem ser os elementos centrais que caracterizam a realidade colonial. Isso emerge nos vários autores analisados, mesmo que inseridos em esquemas interpretativos díspares. Na linha aqui assumida, poder-se-ia trabalhar a idéia de uma *via colonial* de desenvolvimento do capitalismo[109] ou, talvez especificando mais, uma *via das plantations* dando maior ênfase ao peso da escravidão africana. Rastrear os padrões de valorização do espaço referidos a tal identidade na formação territorial do Brasil será o objetivo básico do presente ensaio. Antes de passar a esta tarefa, vale ressaltar que, no sentido explicitado, a colônia — mesmo envolvida por um movimento interno que igualmente influi em seu destino — é incompreensível sem o recurso às geopolíticas metropolitanas que comandam o processo colonizador. Daí o conteúdo dos próximos capítulos.

põe-se diretamente à orientação de centrar os estudos históricos latino-americanos nessa categoria, sugerida por J. C. Chiaramonte (op. cit.) em trabalho que será retomado na Terceira Parte.

[107] Acatando, portanto, a ressalva de Giannotti, e retomando as orientações apontadas anteriormente de F. Braudel (*A dinâmica do capitalismo*) e I. Wallerstein (*O capitalismo histórico*).

[108] É de pouco alcance, a nosso ver, a crítica que situa tal visão como "teleológica", pois sabemos que a análise histórica transita numa ótica *post festum* e que o sentido dos processos não necessariamente se explicita na consciência imediata de seus sujeitos. Assim, não seria por o colono se pensar como vassalo que um caráter feudal estaria instalado, nem o fato de o escravo africano ser uma pessoa que eliminaria a lógica de negócio do escravismo. Enfim, o sentido da colonização transcenderia a uma abordagem meramente fenomenológica.

[109] A discussão sobre as "vias de desenvolvimento do capitalismo" remonta a Lênin e a Lukács (ver Antonio Carlos Robert Moraes. As condições naturais e a estruturação do espaço agrário). A idéia de uma "via colonial", se bem que em termos distintos do aqui apresentado, aparece em José Chasin. *O integralismo de Plínio Salgado*.

Segunda Parte

A EXPANSÃO DE PORTUGAL E A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO COLONIAL LUSITANO

Capítulo 5

A TERRITORIALIDADE NA FORMAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS

Uma interpretação geográfica da história de Portugal deve iniciar ressaltando a inexistência de uma *individualidade natural* do território lusitano.[1] Do ponto de vista da compartimentação geomorfológica, ele apresenta uma sucessão de relevos que se expandem no sentido latitudinal adentrando no território espanhol (o que se evidencia pela própria rede hidrográfica). Assim, inexistem uma "unidade geográfica de Portugal" e também fronteiras naturais com a Espanha.[2] A identidade nacional portuguesa é, portanto, unicamente uma construção histórico-social.

É inicialmente na perspectiva de uma *geografia de posição* que se podem encontrar elementos geográficos que auxiliem na explicação

---

[1] O que é bem apontado por António Sergio. *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, cap. I — A ocidental praia do continente europeu. Também Oliveira Marques inicia sua *História de Portugal* indicando este fato: "Na verdade, torna-se difícil falar de uma unidade do território português baseada em condições naturais, ou de uma individualidade de Portugal dentro do conjunto da Península Ibérica" (p. 3).

[2] António Sergio. Op. cit., p. 28. Este autor ataca as concepções deterministas em geografia, as quais tentariam tirar "uma unidade política da geografia" (p. 26), e rebate: "antes de serem uma marcação geográfica, os limites dos povos são essencialmente humanos, econômicos e sociais, de formação histórica" (p. 28).

da formação portuguesa.[3] A *situação geográfica* da "Ocidental Praia" no continente europeu, define-se em função de uma localização de características ímpares e vantajosas para qualquer sistema de fluxos. No extremo ocidente da Europa, Portugal localiza-se na encruzilhada entre os circuitos mediterrâneos e os do mar do Norte e Báltico. Uma posição propícia aos contatos, na franja de relações entre o que Vidal de LaBlache denominou "domínios de civilização". E mais, debruçada sobre o Atlântico vivendo num contexto cultural do Mediterrâneo.

Um certo condicionalismo marítimo também é apontado pelos autores.[4] Com 848 quilômetros de litoral, o povo português não poderia deixar de se familiarizar com atividades náuticas. António Sergio fala da "importância da vida marítima na existência econômica de nossa grei, desde os princípios da nacionalidade", defendendo a idéia de que é a probreza agrícola que impele os homens para o mar.[5] E vai adiante, reforçando a ênfase: "Parece-nos caracterizar o Portugal medievo o haver nele uma costa que se oferecia aberta à atividade... Costa acolhedora aos navegadores estrangeiros".[6] Assim, o vasto litoral também implica contatos, um certo cosmopolitismo precoce que parece marcar a formação portuguesa. E contatos significam trocas, comércio.

Adentrando-se pela *história do povoamento*, outro dos vetores da análise geográfica, cabe ressaltar de início — como indica Oliveira Marques — que não há "continuidade política" entre os povos que habitaram no passado o atual território português. Da *Lusitânia* romana fica, entretanto, uma divisão administrativa e uma rede de circulação que serão reutilizadas pelos ocupantes posteriores (suevos, visigodos e muçulmanos).[7] Quando se toma a época de constituição da nacionalidade portuguesa, observa-se que tanto o *norte cristão* quanto o *sul islâmico* apresentam formas romanas de ocupação vivificadas pelos processos coetâneos, retrabalhadas em padrões que definem os dois grandes conjuntos. No norte, "vales profundos e úmidos favoreceram o isolamento e os localismos, condicionando um povoamento denso mas disperso... As planícies áridas do sul, pelo contrário, contribuíram para abrir os espíritos e as estradas" num povoamento escasso mas concentrado.[8]

É a articulação entre estes dois padrões que aponta algo da particularidade portuguesa, na mesclagem de características destas duas "regiões geográfico-sociais", que — no dizer de António Sergio — teriam o rio Tejo como limite.[9] Um reino árabe no sul, o Algarve, dotado de certa unidade política, com elevado nível de urbanização, afeito ao comércio e com agricultura intensiva e concentrada. Ao norte, Portucale, condado e depois ducado vassalo de Leão, e, após 1179, reino prestando obediência diretamente ao papa (bula *Manifestis Probatum*). Reino que se afirma militarmente perante Leão e Castela, e perante a própria Igreja; e que se estrutura em padrões próprios do feudalis-

---

3 Oliveira Marques fala da "situação geográfica, que explica muitos dos traços característicos da história portuguesa e ajuda a explicar a própria existência de Portugal como nação" (op. cit., p. 6). Também António Sergio argumenta que o "fator geográfico" importante para entender Portugal é a "posição" e não as "características geofísicas" (op. cit., p. 32).

4 Nas palavras de Damião Peres: "A situação geográfica de Portugal, anfiteatro debruçado sobre o Atlântico no Extremo Ocidente da Europa, constituiu sem dúvida outro dos aspectos dum condicionalismo estimulador de feitos que haveriam de desenrolar-se nas águas daquele oceano" (*A história dos descobrimentos portugueses*, p. 19).

5 António Sergio. Op. cit., p. 128 e 154. Este autor lembra a busca de adubos marinhos pelos camponeses habitantes das terras de solo pobre das montanhas e também o papel do peixe na alimentação das populações do interior (p. 157). Daí criticar a denominação de *monarquia agrária* (dada por J. Lucio de Azevedo) para os primeiros tempos da nacionalidade lusitana (p. 60 e 129). A argumentação de Azevedo está em *Épocas de Portugal econômico*, cap. 1 — A monarquia agrária.

6 António Sergio. Op. cit., p. 33. Também Jaime Cortesão avalia: "Portugal dispunha de condições excepcionalmente propícias ao desenvolvimento do comércio marítimo e pode-se afirmar que nenhum outro país europeu se encontrava em *situação* mais favorável para se abalançar à obra dos grandes descobrimentos" (*A expansão portuguesa na história da civilização*, p. 14; o grifo é meu). Contrapondo-se, Oliveira Marques, lembra o caráter bravio da costa portuguesa que "à primeira vista" não parece um litoral favorável a aventuras marítimas (op. cit., p. 10).

7 Ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 48. Diz este autor: "O sistema de estradas romanas, como instrumento de organização social, envolvia duas conseqüências do maior alcance para o futuro: aquilo que chamaremos de atlantização do povoamento e sua unificação por meio de uma linha dorsal no sentido meridiano" (p. 43).

8 Oliveira Marques. Op. cit., p. 13. Este autor mostra que tanto a organização episcopal da Cristandade quanto os reinos "taifas" do Algarve seguiram as divisões estabelecidas pelos romanos (p. 36 a 38). Para ele, o território português teria assim "suas origens e características permanentes... num passado remoto... principalmentes pelos sistemas romanos e muçulmanos acrescidos ainda do quadro eclesiástico cristão" (p. 33).

9 António Sergio. Op. cit., p. 59. Este autor não deixa de lembrar que a unidade advém da conquista do sul pelo norte, e neste pela dominação de uma classe senhorial que constrói *seu território*. A consciência nacional forjando-se depois (p. 35).

mo.[10] Propriedade senhorial da terra, servidão em variadas formas, e um setor da população envolvido com atividades ligadas à economia litorânea. A afirmação da soberania e a "Reconquista" acabam por imprimir traços que alteram a estrutura social vigente, levando alguns autores a falar da "atipicidade" do feudalismo português.[11] É aí que se gesta o Portugal moderno.

Uma estruturação militar bem hierarquizada, que reforça o poder real (em face dos parâmetros "típicos" do feudalismo) aparece como marca da singularidade do medievo lusitano. Como alerta Barradas de Carvalho, esta estrutura origina-se do estado permanente de guerra — que advém primeiramente das lutas contra Leão e Castela para garantir a soberania do reino.[12] Esta organização bélica, uma vez afirmada a independência, volta-se para a conquista de espaços sobre as possessões mouras. Há contínuo avanço da terra portucalense para o sul, a *expansão territorial* podendo ser vista como um dos elementos estruturadores da organização econômica e política deste país.[13] Além do aspecto militar, a centralização de poder pela Coroa também se escora nas formas específicas de ocupação das "terras libertadas". A luta contra o Islão propiciou a obtenção de um fundo territorial, cuja exploração implicou considerável reforço do poder real.

Este fundo territorial era distribuído pelo rei, mediante doação de terras.[14] Os beneficiários eram as classes senhoriais: o clero, a nobreza e a própria Coroa (a quem cabia, segundo J. Lucio de Azevedo, um quinto das terras liberadas), que, assim, encabeça a lista dos grandes latifundiários que se estabelecem nas planícies ao sul do Tejo. As propriedades reais são exploradas por meio de uma rede de foreiros e rendeiros controlados pelos "mordomos do rei", espalhados por to-

[10] Oliveira Marques. Op. cit., p. 75 a 85.

[11] Alexandre Herculano inaugurou esta via de interpretação da história portuguesa que parte da idéia do "feudalismo atípico", a qual é enfaticamente combatida por Oliveira Marques (entre outros). J. Lucio de Azevedo desenvolve a tese de que o feudalismo foi impedido de uma plena instalação pela situação constante de guerra (op. cit., p. 13).

[12] Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal: a Europa ou o Atlântico?*.

[13] Tanto que, em 1249, caem os últimos redutos árabes do Algarve, tornando Portugal o primeiro Estado moderno europeu a ter suas fronteiras continentais atuais delimitada (conforme Charles Boxer. *O império colonial português*, p. 24). Oliveira Marques lembra que as fronteiras continentais atuais são definidas na guerra de 1295-7 com Castela (op. cit., p. 211).

[14] Ver Armando Castro. *Estudos de história sócio-econômica de Portugal*, p. 39.

dos os rincões do reino (já em meados do século XIII, Afonso III organiza minucioso cadastro das propriedades da Coroa, ato repetido por D. João I em 1395). Também a aristocracia envolta com as lides guerreiras não "se enraíza à terra" (tomando a expressão de António Sergio),[15] tornando-se "senhores-rentistas", notadamente nos latifúndios do sul. Nas áreas onde a necessidade de defesa era maior disseminavam-se mais as propriedades alodiais, "terras de concelho", "coutelas" etc. Predominam amplamente, contudo, os "domínios", adquiridos sob a forma de *morgadios*.[16]

Assim, à diferenciação entre o norte cristão e o sul islâmico, há que se somar padrões diferentes de ocupação do solo no próprio processo da "reconquista". No sul, a necessidade de implementar um processo rápido de povoamento acarretou o surgimento de relações de trabalho bastante singulares. A imperiosidade de ocupar as terras "libertas" — impedindo uma reconquista árabe — ocasionou arranjos diversificados na estruturação da atividade agrária.[17] Ao contrário do norte, com estrutura fundiária mais conforme aos padrões do feudalismo, com a população agrária distribuída em aldeias, num conjunto de maior densidade demográfica. Porém, mesmo a esta diferenciação, há que se adicionar outra, que recorta as áreas citadas, definindo uma distinção entre a vida litorânea e a hinterlândia.

A própria incorporação do território muçulmano — mais urbanizado e mais afeito às atividades mercantis e marítimas — estimula o desenvolvimento das áreas costeiras. Ao passo que no interior o domínio senhorial permanece pleno, o Portugal marítimo conhece uma

[15] António Sergio. *Breve interpretação da história de Portugal*, p. 17. Sobre o cadastramento real ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 154. Sobre o quinto da Coroa: J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 12.

[16] Os *morgadios*, "uma forma institucional e jurídica destinada a defender a base econômico-territorial da nobreza", que tornava a terra hereditária (por primogenitura), inalienável e indivisível. Assim o morgadio atua na "manutenção da estrutura feudal-senhorial da agricultura mesmo na época de ascenso da burguesia rural e mercantil", pois impede a mobilidade da propriedade fundiária, logo obstando a penetração do capitalismo no campo com a formação de um mercado de terras (Armando Castro. Op. cit., p. 67 e 68).

[17] Armando Castro lembra que a necessidade de povoar o território "libertado" acelera o processo de liberação dos servos, gerando relações de *colonato* nas novas regiões. O acesso à terra sendo um estímulo à conquista, para as classes populares (op. cit., p. 36). Oliveira Marques argumenta que, apesar da diversidade de relações, "Em todos os casos, mesmo quando a origem da tenência se não revelava tipicamente feudal, os resultados práticos eram-no sem sombra de dúvida" (op. cit., p. 157).

efervescência que Armando Castro qualificou de "protocapitalista". A construção naval, a pesca (com a multiplicação das "póvoas"), as salinas e, especialmente, o comércio conhecem um período de florescimento. Já no século XII, mercadores lusitanos freqüentam, entre outras, as feiras de Tessalonica na Macedônia e de Bruges em Flandres.[18] No final do século seguinte possuem um feitoria na última cidade, e acordos bilaterais de comércio com alguns países.[19] No século XIV, segundo Armando Castro, o setor mercantil da economia portuguesa abrigava a maioria da população ativa e era responsável pela maior parte da riqueza do reino.[20]

Mas a relação entre a vida litorânea e os campos não era de antagonismo, apesar de a primeira solver continuamente populações rurais. A pauta das exportações portuguesas criava nexos entre os dois mundos. O vinho, o azeite, o linho, a cortiça, estabeleciam elos entre a economia agrária e o setor mercantil. Estes implicavam certa monetarização da vida rural, o valor de troca trazendo um dinamismo para as áreas de produção para exportação.[21] Daí Jaime Cortesão dizer que "o gênero de vida nacional" era o "tráfico por mar à distância com base na agricultura", que "caracteriza economicamente a Idade Média portuguesa".[22] Esta articulação fundamenta uma convivência política, mediada pela Coroa, entre os interesses dos dois setores ao longo do período de formação de Portugal como Estado moderno.

[18] Ver Vitorino Magalhaes Godinho. *A economia dos descobrimentos henriquinos*, p. 31-2. Oliveira Marques também aponta a presença portuguesa em diferentes mercados, do Mediterrâneo, mesmo do Islão, de Castela, e em países do norte europeu (op. cit., p. 162 a 165).

[19] Ver Jaime Cortesão. Op. cit., p. 15. Também Damião Peres. Op. cit., p. 17; este autor apontando a presença portuguesa em diferentes portos da Europa. Oliveira Marques diz que a presença italiana no reino, a partir de 1270, articula Portugal a uma rede internacional de comércio (op. cit., p. 166).

[20] Armando Castro. Op. cit., p. 20.

[21] O *cavaleiro-vilão* sendo a expressão social deste dinamismo. Uma espécie de *gentry* portuguesa, movendo-se contudo num país dominado pela posse senhorial da terra. A ambigüidade deste segmento é bem apontada por António Fonseca Ferreira. *A acumulação capitalista em Portugal*, p. 32.

[22] Jaime Cortesão. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*, p. 49. Em outro ponto diz: O comércio marítimo à distância com base na agricultura foi desde o século XII o gênero de vida específico dos portugueses (p. 67). António Sergio não acata esta caracterização: "O surto da nação portuguesa se integra no fenômeno de transformação social caracterizado pelo advento da burguesia européia, comercial marítima, e de que atuou na grei um fator cosmopolita e comercial burguês, apoiado sobretudo na pescaria e no sal, e não na exportação de produtos agrícolas" (*Interpretação...*, p. 143).

A efervescência mercantil alimenta um incremento da urbanização, significativa nos padrões europeus contemporâneos. No final do século XIV, Portugal já possui uma organizada rede urbana, que recobre todo o seu território, e um ativo espaço de relações (onde se sobressai a navegação, fluvial, de cabotagem e oceânica). Em meados do século seguinte, Lisboa tem quarenta mil habitantes, o Porto tem oito mil.[23] A capital do país já é — há tempos — um centro de comércio internacional, com habitantes de várias nacionalidades, e movimentado tráfego portuário.[24] Este desenvolvimento urbano expressa-se politicamente no papel desempenhado pelos *concelhos*, órgãos de gestão municipal, na armação institucional do país. Os mais importantes destes, falando diretamente ao rei, e possuindo representantes já nas cortes de Leiria convocadas por Afonso III em 1254.[25]

Vê-se que o quadro formativo de Portugal é denso de particularidades — adaptações, influências, tradições — existindo grande polêmica acerca de sua caracterização rigorosa. Todos os analistas acatam estar diante de um jogo de forças múltiplas num movimento de grande dinamismo. Magalhães Godinho acha possível falar em "capitalismo" em Portugal do século XIV; Barradas de Carvalho — seguindo Herculano — afirma que o feudalismo não chegou sequer a se realizar plenamente no país; Armando Castro defende a existência de "relações capitalistas" interligadas com "estruturas feudais".[26] Segundo

[23] Charles Boxer. Op. cit., p. 25.

[24] Para uma caracterização da cidade, ver: Maria Lucia P. de Faro Passos. *Lisboa. Personagem de Fernão Lopes*. Gerard Pradalié diz: "a cidade situada nas fronteiras da Europa, entrara em um circuito de trocas essenciais. A sua localização no limite dos mundos do Oceano e do Mediterrâneo predestinava um auspicioso futuro" (apud Oliveira Marques. Op. cit., p. 161). A presença de um contingente grande de mercadores árabes, judeus e italianos, afirma a cidade como um centro financeiro de relativa importância no período. António Sergio situa Lisboa como o décimo-segundo porto da Europa na época (*Interpretação geográfico-sociológica...*, p. 149).

[25] Uma avaliação do caráter progressista dos concelhos aparece em António Borges Coelho. *A revolução de 1383*.

[26] Vitorino Magalhães Godinho. Op. cit., p. 107. J. Barradas de Carvalho. Op. cit., p. 44. Armando Castro diz que o Portugal medievo era "caracterizado pelo predomínio de relações de subordinação feudais do tipo do colonato, interligadas com relações mercantis relativamente evoluídas e com certas relações de produção de índole pré-capitalista" (*A evolução econômica de Portugal do século XII ao XV*, vol. 9, p. 255).

este autor, a singularidade lusitana estaria em a "feição global apresentar a característica inédita da imbricação dum modo de produção interno de caráter feudal com a ação de relações de tipo capitalista".[27] Oliveira Marques considera que "o Portugal da Idade Média apresentava muitas características próprias, conseqüência natural do encontro e difusão de estruturas do norte com estruturas do sul", tendo em função disso elementos "feudais", "feudais deturpados", "moçárabes" e "islâmicos típicos", estando nesta combinação a particularidade do "feudalismo português".[28]

Esta diversidade apenas reafirma que Portugal é um palco importante da *transição*. A "reconquista", terminada no século XIII, acarretou um relaxamento da hierarquia feudal, importando uma centralização precoce do poder real e relações de trabalho "atípicas" nas áreas de expansão. A dominação senhorial reproduz-se convivendo com um dinâmico setor mercantil-urbano, que acaba por capitanear toda a economia do país. Daí a polêmica, que atravessa décadas, sobre a caracterização do período final do medievo português. Todavia, a avaliação de um momento decisivo da história lusitana reagrupa — em parte ao menos — as várias interpretações. Os comentaristas são quase unânimes em indicar o movimento revolucionário de 1383-85 como ponto de inflexão no desenvolvimento de Portugal.

Não seria o caso aqui de fazer exposição minuciosa da conjuntura que leva ao trono a dinastia de Avis. Cabe apenas apontar algumas determinações fundamentais deste movimento. Em linhas gerais tem-se o embate entre os interesses senhoriais (a alta aristocracia e o alto clero, que, aproveitando uma crise dinástica, aliam-se ao rei de Castela) e uma "frente anti-senhorial" (tomando-se a expressão de Armando Castro).[29] Nesta, verdadeiro bloco histórico comandado pela burguesia lisboeta, convivem setores das classes populares (mesteirais, servos, jornaleiros etc.) com elementos das baixas nobreza e clero. Alguns nobres também enfileiram-se nas tropas que querem alçar ao trono o Mestre de Avis. A história é conhecida, narrada pela arguta pena de Fernão Lopes.[30]

[27] Armando Castro. *Estudos...*, p. 149. Ele entende que aí, por paradoxal que seja, o desenvolvimento capitalista acabou reforçando a estrutura feudal. Castro argumenta que a "posse dominial" comandou toda a produção, o que foi muito oneroso para a economia do país (p. 22).

[28] Oliveira Marques. Op. cit., p. 151. Este autor não deixa, contudo, de lembrar que "a pequena área de Portugal e as circunstâncias peculiares que acompanham o seu nascimento e crescimento impediram sempre uma organização feudal desenvolvida até as últimas conseqüências" (p. 154).

[29] Para uma análise do movimento, ver Armando Castro. *Evolução...*, vol. 9.

A caracterização do movimento envolve também muita discussão, de certa forma decorrência do próprio entendimento da organização social portuguesa. De todo modo, a derrota da aristocracia e das forças de Castela em Aljubarrota sela, segundo vários autores, a sorte de Portugal nos próximos séculos. Nas palavras de António Sergio, ocorreu "a vitória da classe que havia de inspirar os Descobrimentos".[31] Barradas de Carvalho considera que o movimento de 1383 tem caráter "burguês e nacional", apontando-o como "a primeira revolução burguesa" da história. Jaime Cortesão entende que a vitória "foi alcançada pelas classes de mentalidade comercial e marítima". Na mesma linha argumenta Borges Coelho, que enfatiza o papel dos concelhos.[32]

Outros autores, numa visão menos conjuntural, desconfiam destas avaliações. Armando Castro entende que o estreitamento dos laços com a burguesia mercantil reforçou a Coroa, a qual atrai quadros desta classe para o aparelho de Estado. Uma parcela da baixa nobreza que aderira ao Mestre de Avis ascende à propriedade dominial (mediante doações da Coroa). Pelos dois processos "refrescam-se os quadros da aristocracia", na expressão deste autor.[33] Também Oliveira Marques parece avaliar nesse sentido, vendo no movimento de 1383 "um exemplo clássico da crise social e econômica dos fins do século XIV", igual a tantas rebeliões populares européias da época.[34] Antó-

[30] Ver *Crônica de D. João I.*

[31] António Sergio. *Breve...*, p. 33. Em outro texto, reafirma o autor que é a "burguesia marítima" que toma o poder em 1383, "impulsionando mais tarde a expansão para o ultramar" (*Interpretação...*, p. 143). Para ele, Aljubarrota "foi a vitória do burguês sobre o aristocrata", contudo — na seqüência — "a absorção monárquico-aristocrática contrariava o plano mercantil burguês" (p. 208).

[32] J. Barradas de Carvalho. Op. cit., p. 25 e 44; Jaime Cortesão. *A expansão...*, p. 16; e A. Borges Coelho. Op. cit.

[33] Armando Castro. *Evolução...*, vol. 9, p. 287. Também Godinho argumenta nesse sentido, vendo como desdobramento de 1383 uma reposição de quadros que renova o Estado e a economia. Uma nova aristocracia que era burguesa de origem, que "saíra do plano burguês para o plano do domínio da terra" (op. cit., p. 78).

[34] Oliveira Marques. Op. cit., p. 227. Segundo o autor, "A vitória do Mestre de Avis significou uma nova dinastia e uma nova classe dirigente" (p. 228). Ele observa que a crise, continental na verdade, encontrou aqui um Estado organizado, um "país viável" (p. 207).

nio Fonseca Ferreira lembra a própria articulação entre o setor mercantil e o da produção agrária para fundamentar a aliança política de ambos no "segundo momento" da revolução, o da "recuperação senhorial",[35] completo no início do século seguinte em Alfarrobeira. Também para ele, tem-se o processo de constituição de nova aristocracia fundiária, em geral absenteísta e afeita às lides mercantis.

De qualquer modo, a nação portuguesa penetra no século XV dotada de vigorosas potencialidades de desenvolvimento. As forças mais progressistas do cenário nacional estavam vitoriosas, no comando da política do país. Com Estado forte, apesar do déficit financeiro provocado pela guerra com Castela, com o poder bastante centralizado nas mãos do rei. A Coroa agindo em consonância com uma burguesia cosmopolita ligada ao comércio internacional, e também com uma nobreza de base agrária recém-elevada a alta aristocracia. Uma nobreza rentista ligada aos setores burgueses por laços de matrimônio, e organizada militarmente em torno do rei. Portugal encontra-se, assim, imerso em processos pujantes, tendo terminado o "ciclo de reconquista e colonização" de seu território continental — para utilizar expressão de Nunes Dias.[36]

O ativamento da vida litorânea, o domínio senhorial da terra, e o atrelamento da agricultura mais produtiva a produtos de exportação, leva a um déficit crônico de grãos no reino. A demanda de cereais só é suprida com o recurso à importação, o que onera continuamente a balança comercial portuguesa.[37] Assim, apesar do dinamismo mercantil, as finanças do país são deficitárias. A renda feudal da terra — absorvendo de 30% a 40% do produto —, aliada às dificuldades naturais do solo, anima significativo êxodo rural.[38]

[35] António Fonseca Ferreira. Op. cit., p. 41 e ss. Segundo o autor o movimento de 1383 viria das "contradições próprias da primeira fase da transição do feudalismo ao capitalismo" (p. 38), e seu resultado demonstra "a persistência e adaptação das relações de produção feudais em Portugal" (p. 48).

[36] *O capitalismo monárquico português.*

[37] Segundo Oliveira Marques: "No comércio externo português, durante o século XV, o abastecimento cerealífero desempenha com freqüência papel de relevo, determinando correntes de comércio e artigos de comércio" (op. cit., p. 194). Magalhaes Godinho define Portugal como "uma bomba aspirante do pão estrangeiro" (*Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. IV, p. 12).

[38] Ver J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 19. Oliveira Marques fala das "leis da vadiagem" em Portugal do século XIV como tentativas de conter o êxodo rural e falta de braços (op. cit., p. 192).

Deve-se lembrar que o movimento de 1383-85 havia ocasionado significativa concentração fundiária. É a partir dele que se estabelecem verdadeiras "casas feudais" em Portugal (sendo o exemplo do Condestável e da Casa de Bragança o mais expressivo). Alguns concelhos haviam também expandido suas possessões, notadamente o de Lisboa na ocupação das férteis terras das *lezírias*.[39] Mesmo algumas aldeias haviam conseguido, no processo revolucionário, direitos de exploração dos "baldios" e de outras terras comunais. Eram numerosos os "coutos", terras dotadas de imunidades concedidas pela Coroa. A maior parte das propriedades eclesiásticas (que na época detêm um terço do território português) estão isentas de tributos. Enfim, o espaço nacional estava dividido. Mesmo que faltando braços para sua integral exploração, as terras tinham proprietários.

Como foi observado, a necessidade de ocupação da "terra libertada" marcou profundamente a estruturação da sociedade lusitana. Em função disso, o esgotamento deste fundo territorial trazia problemas para a reprodução do modo de vida vigente. Isto é, os esquemas adotados de acomodação de interesses e de distribuição da riqueza nacional, armavam-se contando com a incorporação contínua de reservas de espaço. A vigência do "morgadio" tornava a carência territorial particularmente aflitiva para a pequena e média aristocracia.[40] Tais setores forneciam os quadros do estamento militar, que acabava por ter nas guerras um meio de vida. A expulsão dos muçulmanos e a paz com Castela deixava esta nobreza dependente financeiramente do trono, constituindo as pensões um alto encargo para a fazenda real, já às voltas com uma queda de ingressos.[41]

O expediente da doação de terras, com o qual a Coroa habitualmente premiava seus fidalgos, estava agora prejudicado pelo exauri-

[39] Ver Armando Castro. *Estudos...* V — Lezírias do Tejo e Sado. Onde o autor lembra a luta da Coroa para recobrar o domínio destas áreas.

[40] Uma discussão genérica sobre os efeitos da primogenitura hereditária e da indivisibilidade da terra sobre o quadro rural, pode ser obtida em Karl Kautsky. *A questão agrária*, O fideicomisso.

[41] Ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 196-7. Também V. M. Godinho argumenta nesse sentido (*A economia...*, p. 79). E ainda J. Lucio de Azevedo, que comenta que a Coroa "fazia assistência pública, em largas somas, às classes privilegiadas" e que "destarte, na sucessão dos reinados, a grande casa inicial acumulada na conquista, se fora pouco a pouco se desmembrando e por fim de expedientes se mantinham, aguardando a falência, de que a surpresa dos descobrimentos provisoriamente a salvou" (op. cit., p. 52 e 54).

mento do fundo territorial. Com o esquema usual comprometido, a expansão desenhava-se como uma fórmula possível neste "país de colonização, construído pelo alargamento sobre terreno devoluto".[42] De certo modo, a própria revolução de 1383-85 pode ser vista, indo além do imediatismo da crise dinástica, como expressão do acirramento de contradições decorrente do esgotamento das áreas de colonização. A nobreza adere a Castela visando a um reordenamento do espaço agrário português que aumentasse seus domínios. Os concelhos vão à luta para garantir seus espaços (político-institucionais mas também os territoriais). E há claramente uma revolta camponesa no interior do movimento. Os desdobramentos do processo apontam uma opção de "fugir para frente", buscando o alargamento do espaço econômico lusitano.

A argumentação desenvolvida encontra fundamento na interpretação de Magalhães Godinho que, mesmo considerando que o expansionismo português não pode ser avaliado como um "bloco monolítico" (sendo antes uma articulação de "processos variados", de "caminhos divergentes"), não deixa de apontar certas dominâncias. Em suas palavras: "Afigura-se-me que os prejuízos que a nobreza assim sofreu (uma nobreza sem guerra num país pouco feudal) foram o fator decisivo para a lançar no comércio e na aventura marítima no final do Quatrocentos e no Quinhentos; a experiência de um século de desvalorização mostrava que a terra já não podia ser a base da posição social".[43] Tal centralidade só se objetiva, todavia, numa trama de pressupostos e interesses que confluam para uma conjuntura favorável.

No nível dos pressupostos, a tradição náutica portuguesa fornecia os meios da expansão, a opção *marítima* advinda da dificuldade reconhecida de avançar no espaço continental. O avanço espanhol para o sul havia emparedado Portugal no extremo ocidente da Europa: todas as suas fronteiras terrestres, num quase meridiano, eram com este país. A Espanha era o único vizinho, todos os demais limites portugueses eram marítimos. E os reveses do passado e o recente armistício (1411) desestimulavam um conflito territorial com os espanhóis, o

[42] Veiga Simões citado por V. Magalhães Godinho. *A economia...*, p. 50. Segundo este autor — em seu trabalho clássico *Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista* — a depressão econômica do século XIV estimula um "espírito neofeudal" na nobreza, que se apresenta "ávida de território" (Simões. Apud: Godinho. Ibidem, p. 49).

[43] V. Magalhães Godinho. *A economia...*, p. 11 e 80.

que levava Portugal — na expressão de Barradas de Carvalho — a "voltar as costas para a Península Ibérica".[44] A saída marítima era, assim, a única possibilidade imediata de expansão. E, como já visto, o gênero de vida do país propiciava esta opção.

A marinharia portuguesa havia-se formado na pesca oceânica e no comércio de longa distância. Tratava-se de um desenvolvimento naval de características oceânicas (distinto da náutica mediterrânea), que assimilara conhecimentos oriundos do litoral cantábrico com outros da navegação árabe.[45] A indústria de construção naval era antiga no reino, e havia sido estimulada com a "Lei da Construção das Naus", promulgada em 1377, e que permitia a retirada de madeira nos bosques reais para esta finalidade.[46] Os marinheiros lusitanos freqüentavam mares e portos longínquos, o que, aliado ao cosmopolitismo mencionado das cidades litorâneas, propiciava amplo cabedal de informações e largo horizonte geográfico.[47] Isso traduziu-se num aprimoramento técnico — no qual são elementos de destaque a incorporação do astrolábio e do leme de charneira — que tem como resultado importante a construção da *caravela*.[48]

Desse modo, os meios estavam disponíveis. Tal potencialidade, contudo, só se substantiva quando se inscreve no quadro de interesses dos diferentes atores sociais em relação à aventura marítima. E, aí, assiste-se a uma formidável associação de aspirações que unificou os distintos segmentos das classes dominantes no projeto expansionista. Magalhães Godinho observa que a perspectiva de "dilatação territorial" une Coroa, nobreza, clero e burguesia — cada uma tendo

[44] J. Barradas de Carvalho. Op. cit., p. 40.

[45] V. M. Godinho. *A economia...*, p. 28 a 32. Sobre a náutica portuguesa, ver Luís de Albuquerque. *Introdução à história dos descobrimentos portugueses.*

[46] Tal indústria, no processo mesmo da expansão, vai adquirir o *status* de "manufactura régia", assim como outros setores que diretamente interessavam às viagens, como a cordoaria e a produção de biscoitos (ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 295).

[47] Oliveira Marques considera que, "do ponto de vista técnico", os descobrimentos poderiam até ter ocorrido antes. Segundo ele, havia já acumulado um "conhecimento geográfico" que "estava também partilhado, e diferentemente partilhado, entre cientistas, mareantes e mercadores" (op. cit., p. 237 e 239).

[48] Segundo Damião Peres, este tipo de embarcação foi usado pela primeira vez na viagem de Gil Eanes em 1440, e tinha como grande inovação um sistema de vela que "aproveitava melhor o vento, permitindo navegar com o través", o que constituía uma grande vantagem na realização da "volta da Guiné" (op. cit., p. 47). A caravela seria uma invenção portuguesa, de acordo com Jaime Cortesão (*A expansão...*, p. 60). Ver também V. M. Godinho. *A economia...*, p. 23 e 153.

sua ótica própria ante a empresa: os setores burgueses (nacionais ou estrangeiros) ansiavam um "alargamento marítimo e comercial", a aristocracia movia-se tendo por meta os saques ou a "conquista territorial".[49] As óticas variadas não impediam a ação comum, antes se complementavam,[50] e em certo sentido a Coroa conseguiu mediar e contentar ambas as expectativas. A expansão propiciou terras e mercados, novos produtos e saques, "elevação da honra" e "aquisição de bens".[51]

Quanto ainda aos estímulos, cabe lembrar as carências européias no século XV (apontadas nos capítulos anteriores) presentes também em Portugal. A escassez metálica era bastante séria num país cada vez mais envolvido com as lides mercantis.[52]

A crise de abastecimento também tornava crônico o déficit de cereais.[53] Estes são, assim, móveis importantes da expansão. No caso do ouro, a meta delineada é a captura de suas fontes na Africa pós-saariana (sendo conhecidas dos portugueses as rotas que de Tombuctu demandam os portos islâmicos). No caso dos cereais, a própria hin-

[49] V. M. Godinho. *A economia...*, p. 212. Este autor vê a motivação expansionista como uma "combinação de fatores", listando entre os mais importantes: a atração do ouro, também a dos campos cerealíferos, a busca de novas terras para o açúcar, também de novos produtos (com destaque às especiarias), o alargamento da área de pesca, e — no decorrer do processo — o suprimento de mão-de-obra escrava (ibidem, p. 81-4).

[50] Como lembra Armando Castro, a necessidade do apoio militar ao comércio fornecia um elo de ligação entre a atividade mercantil e a fidalguia, dando mesmo um "caráter nobre" à ação comercial (*Lições de história de Portugal*, p. 36).

[51] Ver Manuel Nunes Dias. Op. cit., vol. I, p. 48. V. M. Godinho lembra que a salvação da alma e a aquisição de bens não se opunham como ideais (*A economia...* , p. 101).

[52] Oliveira Marques diz: "A escassez do numerário impediu um florescimento maior do comércio e incitou mercadores e negociantes a uma tentativa de domínio das minas fora da Europa" (op. cit., p. 245). J. Cortesão também aponta nesse sentido (*A expansão...*, p. 8). Magalhães Godinho observa que as sucessivas desvalorizações das moedas no século XV são respostas à carência metálica da Europa (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 112).

[53] A. F. Ferreira relaciona a crise de abastecimento com o atraso da agricultura portuguesa, fruto do monopólio senhorial da terra (op. cit., p. 28). C. Boxer lembra que os camponeses pagavam uma taxa de cerca de 50% do produto (op. cit., p. 28). Armando Castro observa que, com uma taxa desta, a atividade agrícola só era viável em solos extremamente férteis (*Estudos...*, p. 121). E Godinho conclui: "Por isso a política de expansão ultramarina não podia deixar de visar, desde os seus primórdios, o encontro de outras soluções para o problema do pão" (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 231).

terlândia marroquina aparece como grande atrativo (posto que exporta grãos para Portugal). Completando a favorabilidade da conjuntura para a expansão, tem-se a complicação das rotas terrestres de suprimento das especiarias (em função das rebeliões tártaras, do controle otomano dos Bálcãs e do avanço mameluco no norte da África) que animam os mercadores italianos a investir na aventura marítima lusitana.[54]

Assim, vão explicitando-se as motivações dos agentes, elemento nodal para se compreender este processo, pois as idéias impulsionam as ações, os discursos animam atos e as intenções objetivam atitudes. Magalhães Godinho, mesmo criticando a idéia de um "espírito de cruzada" subjacente à expansão, não deixa de alinhar "um complexo de condições econômico-geográficas e científico-religiosas" impulsionando o movimento.[55] Charles Boxer enumera as seguintes motivações: espírito de cruzada contra o Islã, atração do ouro africano, procura de especiarias e busca do Preste João (rei católico da Etiópia).[56] Num plano mais subjetivo dos agentes, Oliveira Marques destaca "a luta contra o infiel e a salvação das almas" entre os motivos a se considerar.[57] A bula papal de 1418 (*Sane Charissimus*) estimula com ênfase o avanço português.

O assalto em 1415 ao rico entreposto marroquino de Ceuta é, sem dúvida, um marco inicial da expansão. A costa do Marrocos tornava-se para o conquistador lusitano prolongamento natural do Algarves, prosseguindo o sentido meridional da "Reconquista".[58] Tal sentido não se opõe — antes reforça — a motivação geral expansionista presente na sociedade lusitana. Daí poder-se também concordar com Joa-

[54] Ver: V. Magalhães Godinho. *A economia...*, p. 54-6 e *Os descobrimentos...*, vol. III, p. 191 a 196. Oliveira Marques cita Virginia Rau para quem "o papel dos italianos no comércio português do século XVI era essencial" (op. cit., p. 251).

[55] V. M. Godinho. *A economia...*, p. 84 e 42.

[56] C. R. Boxer. Op. cit., p. 39 a 42. Sobre o Preste João, ver também Oliveira Marques. Op. cit., p. 243.

[57] Oliveira Marques. Op. cit., p. 248. Para este autor, "a expansão africana, na realidade foi um assunto muito complexo onde intervieram variadas forças sociais, motivações e objetos" (p. 229).

[58] Esta é a avaliação de Oliveira Marques, que considera que "a tomada de Ceuta separa-se com nitidez das viagens de descobrimento, das ocupações de solo virgem e das feitorias que caracterizam o mesmo período" (op. cit., p. 230). Damião Peres, por outro lado, vê um claro "teor expansionista" no empreendimento marroquino (op. cit., p. 31).

quim Barradas de Carvalho, que considera a tomada de Ceuta como "o primeiro ato da expansão marítima", e com Armando Castro ao dizer que começa aí o "espantoso derramar pelo mundo" dos portugueses.[59] O caráter desta ação revela com clareza o feixe de interesses e motivações variadas envolvidas na expansão. O projeto une burgueses e nobres, expressando — segundo Godinho — o conjunto de "interesses econômicos e financeiros das grandes cidades", e sua concretização abriu dois mundos para a expansão: o "marroquino mediterrâneo" e o "marroquino atlântico".[60]

O estabelecimento do nível de explicitação (para seus próprios agentes) do projeto expansionista e a definição clara do caráter da expedição de Ceuta confluem para a polêmica acerca da existência ou não de um *plano henriquino*.[61] Oliveira Marques acata a existência de "um plano sistemático de conquista militar do norte da África", estando D. Henrique preocupado com "campanhas no Marrocos", vendo as "viagens de descobertas" inicialmente como busca de financiamentos para este projeto.[62] De qualquer modo, uma coisa parece ficar evidente: as iniciativas expansionistas centralizam-se cada vez mais na

[59] J. Barradas de Carvalho. Op. cit., p. 47; e Armando Castro. *Lições...*, p. 28, e também *Estudos...*, p. 16.

[60] V. M. Godinho. *A Economia...*, p. 109 e 117. O autor lembra que à nobreza interessava o saque, à Igreja uma frente de luta contra o infiel, à Coroa acesso a fontes de cereais e ouro (dos quais Ceuta era uma "porta"), e os comerciantes financiam o projeto (o que revela sua adesão). Ele argumenta ainda que, por sua posição, Ceuta era uma ótima base para o corso português.

[61] O mais enfático defensor da tese de que existiria um "plano metódico" já na tomada de Ceuta é Jaime Cortesão. Tal plano "abrangia, além do propósito de alcançar a região do Sudão, a circunavegação da África, para atingir a Índia, e a navegação transatlântica" (*A expansão...*, p. 20 e 21). Segundo ele, tal plano se inscreveria no quadro de luta com o Islã, tendo por estímulo os apelos papais com este fito. A presença do infante D. Pedro na corte húngara teria dado à Coroa portuguesa consciência da ameaça muçulmana (*Teoria...*, p. 17). A tomada de Constantinopla reforçaria o projeto henriquino. Godinho questiona diretamente esta interpretação, e observa que a rota do Levante não parou de funcionar nem no auge do domínio português (*A economia...*, p. 46 e *Os descobrimentos...*, vol. III, p. 82).

[62] Oliveira Marques. Op. cit., p. 252. Para este autor, D. Henrique é um "senhor feudal típico do Renascimento" (p. 254). J. Cortesão o define como alguém que "encarou tanto as tendências utilitárias da época como o proselitismo militante e anacrônico de um cruzado" e "sobretudo dominado pelo espírito científico" (*A expansão...*, p. 20). V. M. Godinho questiona a visão do Infante como um "cruzado" e observa que a empresa henriquina estruturava-se como uma "verdadeira *holding*" (*A economia...*, p. 94 e 189).

figura do Infante que, também, institucionalmente vai concentrando os direitos referentes ao ultramar (formalmente alocados na Ordem de Cristo, da qual ele é o mestre).[63] E, também, fica difícil discordar de Jaime Cortesão quando ele diz que, no decorrer do período henriquino, são inaugurados "os métodos futuros da colonização: a feitoria, a doação, a companhia e o monopólio".[64]

A partir da tomada de Ceuta, as expedições navegadoras sucedem-se em ritmo crescente. O avanço é constante pela costa africana.[65] O cabo Bojador — até então marco divisor do "mundo conhecido" pelo europeu (e início efetivo do "mar Tenebroso") — é ultrapassado em 1434. Águas cada vez mais ocidentais e meridionais vão sendo navegadas, logo, incorporadas ao espaço de circulação lusitano. Em meados do século são atingidas as áreas de captura do ouro da Guiné: Arguim em 1443 e em seguida a Mina. Antes, em 1441, já haviam desembarcado os primeiros "cativos" em Portugal, e começavam a chegar as "partidas" de pimenta-de-rabo.

O Vaticano legitima reiteradamente a ação portuguesa e seu direito sobre as terras "descobertas"; finalmente a bula *Romanus Pontifex*, de 1455, sanciona o monopólio lusitano sobre a África, sendo considerada por Boxer verdadeira "carta do imperialismo português".[66] A empresa conquistadora era, também, um "trabalho de Deus".

Cabe lembrar que neste avanço são descobertas (ou redescobertas) as ilhas atlânticas: o arquipélago da Madeira a partir de 1418, o dos Açores a partir de 1427, e o de Cabo Verde em 1456. A ocupação dos arquipélagos interessa ao tema central aqui enfocado, pois constitui-se nas pioneiras tentativas de *colonização* (estrito senso) realizadas

[63] Damião Peres fala da "decisiva ação" do Infante, "o impulsionador das navegações de descobrimentos portuguesas durante o seu primeiro meio século" (op. cit., p. 23). Lembra o autor que a Coroa concede a D. Henrique os meios materiais para o empreendimento mediante "vantagens comerciais" e "direitos territoriais" (p. 26). Jaime Cortesão destaca a sistemática coleta de informações, propiciada pela presença portuguesa em vários mercados (*Teoria...*, p. 26).

[64] Jaime Cortesão. *A expansão...*, p. 22. D. Henrique esteve à frente da Ordem de Cristo de 1420 a 1460 (segundo Joel Serrão. *Cronologia geral da história de Portugal*).

[65] Para uma cronologia da expansão, pode-se tomar as obras citadas de Joel Serrão e Damião Peres. Oliveira Marques lista as viagens realizadas entre 1419 e 1460 (op. cit., p. 263).

[66] C. R. Boxer. Op. cit., p. 43. Este autor lembra que cinco anos antes o papa autoriza e estimula o rei de Portugal a atacar os muçulmanos e "conquistar seus territórios". Ver também Oliveira Marques. Op. cit., p. 281.

pelos portugueses no além-mar.[67] Na costa ocidental africana processou-se o estabelecimento de *feitorias* e uma economia de *escambo*, que não implicava efetivo povoamento. Nas ilhas empreendeu-se uma ocupação de fato, utilizando o sistema (derivado da "Reconquista") das *capitanias hereditárias*, com doações da Coroa aos partícipes da empresa marítima.[68] Foi também na colonização das ilhas que se desenvolveu a fórmula da *plantation* (primitivamente utilizada nas ilhas mediterrâneas por espanhóis e italianos). Madeira e Cabo Verde, especialmente, testam em certo sentido o esquema que mais tarde seria usado na colonização do Brasil, com o trinômio: latifúndio, monocultura de cana-de-açúcar, e trabalho escravo.[69] Define-se, assim, mais duas motivações expansionistas: a captura de terras (para a cana) e de escravos.

É interessante observar que o escravismo acaba por seguir no contrafluxo, isto é, do ultramar para a metrópole.[70] No reino, o braço escravo vai substituindo a mão-de-obra embarcada,[71] difundindo-se bas-

[67] C. R. Boxer considera que se inicia aí a "colonização portuguesa" (op. cit., p. 48). Também Oliveira Marques avalia que a ocupação da Madeira "foi o começo real da grande expansão ultramarina" (op. cit., p. 259).

[68] Nas palavras de J. Lucio de Azevedo: "Encontrados os arquipélagos da Madeira e Açores, realizava-se a continuidade da expansão territorial, necessária, não para colocar um excesso de população, mas para contentar as ambições de propriedade, que eram o estímulo da nobreza" (op. cit., p. 68). Oliveira Marques fala da rápida "aristocratização" dos primeiros povoadores, gerando uma estrutura marcadamente "feudal" (op. cit., p. 272).

[69] Oliveira Marques. Op. cit., p. 271. Para uma informação sintética do processo de colonização dos arquipélagos atlânticos, ver: V. M. Godinho. *A economia...*, c. X. O povoamento das ilhas. Sobre a descoberta: Damião Peres. Op. cit., cap. IV — Assentamento das primeiras bases da expansão atlântica dos portugueses: Canárias, Madeira, Açores. Sobre o desenvolvimento ilhéu no século XVI, Oliveira Marques. Op. cit., vol. II, p. 258 a 262.

[70] Oliveira Marques estima que, na década de 1450, entram de setecentos a oitocentos escravos por ano em Portugal (op. cit., p. 274-5). V. M. Godinho concorda com esta estimativa, enfatizando que "profunda foi a marca da escravagem na economia e na sociedade do Portugal peninsular" (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 168). José Capela lembra que, de fato, a escravidão jamais deixou de existir na Península Ibérica, e que, nesse sentido, "o fazer escravos nada tinha de novo para a aventura que começava" dos portugueses na África (*Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*, p. 40-1).

[71] Armando Castro avalia que para uma população oscilando em torno de 1,4 milhões de habitantes, cerca de 25.000 portugueses embarcaram para o ultramar no século XV, 300.000 no século XVI e 200.000 no seguinte (*Lições...*, p. 29). Quanto ao aspecto demográfico, Oliveira Marques observa que a partir de 1450 "gradualmente a estagnação transmutou-se em acréscimo sem parar, tanto na população absoluta como na relativa" (op. cit., p. 285). Tendência que prossegue no século XVI.

tante esta relação, notadamente nos latifúndios do sul. J. Lucio de Azevedo avalia que, entre 1511 e 1513, são desembarcados em Lisboa mais de 1.200 escravos. Boxer estima que, na segunda metade do século XV, os portugueses capturaram 150.000 escravos na Guiné. Oliveira Marques calcula em torno de 100.000 o número de escravos em Portugal por volta de 1527-1532. Magalhães Godinho avalia que na segunda metade do século XVI entraram cerca de 3.000 escravos por ano no reino.[72] A vigência do escravismo vem reforçar o domínio senhorial da propriedade da terra no país, diversificando ainda mais as formas de extração da renda fundiária por essa nobreza absenteísta.[73] Numa visão de conjunto, pode-se mesmo considerar que ocorreu significativo avanço da "propriedade nobre" ao longo do Quatrocentos.[74]

Este avanço expressa, na verdade, a ampliação do comando político aristocrático em Portugal, que ocorre paralelo à expansão ultramarina. É interessante observar que aqui tal ampliação não se faz num combate à Coroa, antes se dá no interior mesmo do processo de fortalecimento do Estado. A expansão, e as riquezas dela provenientes, permitem a manutenção do esquema de acomodação de interesses já mencionado.[75] Derrotadas as forças mais progressistas, na batalha de

[72] J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 71. C. R. Boxer. Op. cit., p. 53. Oliveira Marques. Op. cit., p. 289; este autor estima que os portugueses traficaram no total entre 25.000 e 40.000 escravos entre 1500 e 1550 (ibidem, vol. II, p. 67). José Capela avalia que, em 1551, existem 10.000 escravos apenas em Lisboa (representando 10% da população), e que trinta anos depois cerca de um terço dos 200.000 habitantes da cidade são escravos (op. cit., p. 43). Godinho referenda os números apresentados, e estima em 2.000 por ano a média de escravos desembarcados em Portugal durante o século XVI (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 161 a 170).

[73] Armando Castro. *Estudos...*, p. 114 a 116. Este autor lembra a existência do "imenso fundo dominial da Igreja". Em outro texto, ele comenta que a expansão não eliminou — antes revigorou — os privilégios senhoriais do reino (*Lições...*, p. 33).

[74] Oliveira Marques. Op. cit., p. 311. Ele lembra que é nesse século que se consolidam as grandes "casas feudais" portuguesas.

[75] Segundo Castro, fortalece-se o "setor rentista" (composto das grandes casas nobres, da pequena nobreza e do clero), no qual o Estado vai recrutar os quadros da administração, constituindo uma numerosa "fidalguia" (uma nobreza de funcionários) diretamente dependente do rei. Paralelamente, fortalece-se também uma "grande burguesia" mercantil, originada da "concentração do capital comercial"

Alfarrobeira em 1449, o domínio aristocrático e a identidade de seus interesses com os da Coroa consolidam-se, definindo aí traços de dominação feudal que permanecerão como uma determinação da particularidade portuguesa.[76]

Contudo, por mais que o domínio senhorial implicasse uma política de "dilatação territorial e guerreira" (usando a expressão de Godinho), a ação de "alargamento marítimo e comercial" havia conquistado sua centralidade na estruturação da sociedade lusitana.[77] A receita dos empreendimentos ultramarinos, sejam tocados diretamente pela Coroa, sejam arrendados a particulares,[78] já pesava bastante nas contas do reino. Portugal tornara-se o intermediário entre os mercados europeus e os produtos africanos, o comércio destes cada vez mais sobrepondo-se à pauta tradicional de exportações. As crescentes chegadas de pimenta, de escravos, de marfim, e de ouro, e os lucros substantivos deste investimento, acabam por dar feição plenamente mercantil à economia portuguesa. Também as mercadorias da produção insular contribuíam para fazer de Portugal um grande entreposto.

ao longo do século. Esta burguesia age em consonância com a Coroa, a qual faz o repasse de parte do excedente para a nobreza e o clero. Porém, de acordo com o autor, esta burguesia não detém o poder político, nem tem acesso aos meios de produção. Vê-se a manutenção das "relações feudais internas" articuladas com a "inserção cada vez mais dependente no capitalismo europeu internacional" (*Lições*..., p. 35 a 37).

76 Para Oliveira Marques, Alfarrobeira marca "a última fase de Portugal feudal" (op. cit., p. 232). E reafirma que com Afonso V tem-se "a última grande época da aristocracia feudal", responsável pelas campanhas na África e pela desastrosa guerra com Castela em 1475 (p. 358). Entretanto, não deixa de assinalar que o Estado absolutista vai avançando apoiado nessa nobreza, cada vez mais cortesã e dependente da Coroa (p. 314). Cortesão lembra que, num primeiro momento, a vitória aristocrática implicou o retorno à política de "expansão territorial no Marrocos", com as explorações sendo deixadas em segundo plano (*A expansão*..., p. 23).

77 Sobre as duas políticas, ver V. M. Godinho. *A economia*..., p. 143. Este autor fala também de duas orientações gerais na expansão: "conquista territorial e navegação comercial" (p. 212).

78 O caso mais abrangente é o do arrendamento do trato do comércio da Guiné por Fernão Gomes em 1469, com a obrigatoriedade de manter o avanço exploratório para o sul (ver V. M. Godinho. *A economia*..., p. 205-07). Oliveira Marques lembra que, mesmo antes, o Infante autorizava viagens e dava concessões para comercializar certos produtos, ficando com 25% dos lucros (que segundo o autor variavam entre 100 e 700% do custo da expedição). Para ele, "o monopólio henriquino assemelhava-se antes a um senhorio" (op. cit., p. 277). Ainda segundo este autor, é somente no decorrer do século que "o modo feudal do arrendamento das receitas da Coroa a particulares [...] foi pouco a pouco substituído por uma organização geral por conta do Estado" (p. 307).

A dominação nobre vai fazer-se sentir no estancamento gradativo das atividades produtivas no território metropolitano.

A agricultura, presa aos altos encargos senhoriais, resta bastante atrasada — mantendo o país na dependência da importação crescente de cereais.[79] O domínio pleno do capital comercial instala-se com toda a "ambigüidade" que lhe é própria (já discutida nos primeiros capítulos), porém aqui sem o efeito dissolvente nas relações feudais (notadamente na propriedade fundiária). Ao contrário, revigorando-as no processo mesmo de mercantilização da aristocracia, que gera um tipo social que Godinho denominou de *cavaleiro-mercador* e um sistema definido como *senhorio capitalista*.[80] Oliveira Marques observa que este nobre tornado burguês mantém, todavia, alto consumo improdutivo[81] — numa atitude que retira da circulação uma quantidade de riqueza que poderia realizar-se como capital comercial.

Ao findar-se o período henriquino, a Coroa passa a controlar mais diretamente as atividades ultramarinas, tomando ao Estado a tarefa de gerir a fonte de ingressos do reino. Data desse período o início da criação de um aparelho administrativo estatal de negócios coloniais. A transferência, em 1463, de Lagos para Lisboa da feitoria dos tratos da Guiné é um primitivo indicador deste processo. Contudo, a tônica senhorial da política de Afonso V — em seu longo reinado (1446-1481) — trava em parte tal tendência.[82] As campanhas no Marrocos e con-

79 As grandes fomes no reino estão apontadas em Oliveira Marques. Op. cit., vol. II, p. 89.

80 Este autor comenta que Portugal acaba por se estruturar como um "Estado Nacional mercantilista nobiliárquico" (*A economia*..., p. 213). Em outro texto, Godinho define o Estado português como uma "monarquia mercantil monopolizadora" e argumenta que "a própria lógica do expansionismo e suas sutis oposições e convergências entre mercancia e guerra, mercantilizaram o Estado, sem lhe darem a plenitude de uma organização comercial" (*Os descobrimentos*..., vol. I, p. 50 e 57). Armando Castro também aponta esta "mercantilização da nobreza" (*Lições*..., p. 36).

81 Oliveira Marques. Op. cit., p. 314. Pode-se aventar que a aristocratização da burguesia, pela concentração aludida do capital comercial, atua no mesmo sentido. Godinho considera que uma "mentalidade cavalheiresca" permanecia em meio à "mercantilização da vida social", e avalia que a mercantilização do Estado inibiu a formação de uma verdadeira burguesia no processo (*Os descobrimentos*..., vol. I, p. 53-4 e 62).

82 Tanto que seis anos após a transferência do trono, o comércio da Guiné é arrendado a Fernão Gomes. Jaime Cortesão avalia que este rei deixou as explorações em

tra Castela desviam por um tempo o sentido da expansão portuguesa. A subida ao trono de D. João II, em 1481, repõe o caráter marítimo do movimento e consolida o centralismo monárquico.[83]

Este monarca estrutura a empresa ultramarina como um "negócio da Coroa", estabelecendo o que Godinho definiu como um "mercantilismo estatal", em que o rei aparece como o "principal mercador". Enfim, este monarca racionaliza a expansão acentuando seu caráter comercial, o que se verifica tanto com o início da construção do castelo da Mina em 1482 quanto com a criação em 1488 da feitoria portuguesa em Antuérpia.[84] Estas obras articulam as duas pontas de um circuito, que se alargará posteriormente com a descoberta do caminho das Índias. Cabe salientar que os comentaristas concordam que, no reinado de D. João II, o projeto de busca deste caminho já está elaborado.[85] E é ainda sob seu comando que as expedições portuguesas penetram no oceano Índico.

É necessário apontar, seguindo J. Lucio de Azevedo, que a riqueza da Mina era maior que toda a arrecadação efetuada no reino.[86] Trata-

plano secundário priorizando a "expansão territorial" no Marrocos (*A expansão...*, p. 23). Nas palavras de Oliveira Marques: "A expansão ultramarina vinha em segundo ou terceiro lugar na ordem de prioridades do rei e na política oficial da Coroa. Conquistar o norte da África ou aspirar o trono de Castela ocupavam, indubitavelmente, o primeiro plano" (op. cit., vol. II, p. 3).

83 Como aponta Cortesão, o "Príncipe Perfeito", que já desde 1474 dirigia os negócios atlânticos, retoma o sentido imprimido pelo Infante de controlar o empreendimento ultramarino e estimulá-lo (*A expansão...*, p. 25). Oliveira Marques fala que, ao findar o século XV, a expansão foi "nacionalizada e controlada pela Coroa", lembrando todavia que tal centralização resultou em maior liberdade comercial que no período anterior (op. cit., p. 251 e 278). Este autor vai destacar a incorporação de algumas ordens religiosas pela Coroa e o controle progressivo dos altos cargos eclesiásticos pela família real, avaliando que "pela primeira vez na história portuguesa, os bens da Coroa... cobriram mais da metade do país" (p. 315).

84 V. Magalhães Godinho. *A economia...*, p. 215 e 201-02. Este autor aponta o fato de D. João II ter revogado as concessões ultramarinas, retomando o monopólio régio (p. 206).

85 J. Cortesão, por exemplo, defende claramente esta avaliação, lembrando que se acreditava que a África era bem menor (*Teoria...*, p. 37). Oliveira Marques também avalia que só nesta época se tem idéia clara da busca das fontes asiáticas das especiarias, enfatizando que antes "a política portuguesa tem que entender-se no enquadramento geral das últimas cruzadas" (op. cit., p. 279). Este autor considera o Príncipe Perfeito "um típico soberano do Renascimento" (p. 362), em luta com a nobreza e claramente envolvido com a expansão ultramarina (p. 364).

86 J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 169.

se do período de entrada do ouro africano, de grande cunhagem dos *cruzados*, do auge da malagueta, de boas safras nas ilhas, e, corolário de tudo isso, de intenso comércio. Isto significa que não faltaram recursos (mesmo externos) para o projeto ultramarino. O caráter consciente e direcionado deste pode ser medido na ação diplomática desenvolvida por D. João II, monarca que assina o tratado de Tordesilhas.[87] Enfim, neste reinado estrutura-se claramente o projeto imperial lusitano (cujas características serão objeto do próximo capítulo), e em seu bojo consolida-se a monarquia absoluta em Portugal. A empresa navegadora substantiva-se como objetivo nacional, para o qual se direcionam todas as potencialidades do país.

Resta comentar os efeitos da entrada dos metais preciosos na economia portuguesa, ver até que ponto se reproduziram aqui os processos inflacionários discutidos em capítulo anterior. Segundo Godinho, avaliando o intervalo entre 1480-1550, "apesar do tremendo afluxo do ouro africano... não houve o que poderíamos chamar uma revolução dos preços no nosso período, sintoma bem claro de que a maior parte deste ouro se escoava rapidamente para fora do país, trazendo um impacte mínimo sobre sua economia interna".[88] Todavia, ainda de acordo com este autor, no que toca ao século XVI, cabe distinguir duas fases: "durante as três primeiras décadas há depreciação de algumas mercadorias e inundação de mercados, com as minas do México e do Potosí, e, a partir de 1545, a vinda de metais preciosos é em tal quantidade que causa queda do poder de compra da moeda e alta do custo de vida".[89]

87 Entre outras iniciativas, pode-se lembrar o tratado de aliança com Carlos VIII da França em 1485, e a reafirmação do tratado de Windsor em 1489 (ver Joel Serrão. Op. cit., p. 85-6). Jaime Cortesão vai além, considerando D. João II um dos artífices da "política de sigilo", a qual decorria da consciência das fragilidades do reino e "visava o monopólio comercial" (*Teoria...*, p. 20 e 35). Este autor argumenta que não aparecem registros das viagens efetuadas entre 1488 e 1497.

88 V. M. Godinho. Apud: Oliveira Marques. Op. cit., p. 311. Este último autor, todavia, estima que os preços agrícolas subiram de 1,8 em 1497 para 2,7 em 1504, o que acompanharia o ritmo europeu (p. 310), e revela bem o ponto de estrangulamento da economia portuguesa. A posição de Godinho encontra apoio na avaliação de P. Vilar, apresentada anteriormente, que considera que o ouro africano foi "vital" para a expansão ultramarina, mas não teve "papel revolucionário" na economia européia.

89 V. M. Godinho. *A expansão quatrocentista portuguesa*, p. 127. Observa-se que o autor parece seguir a interpretação clássica de Hamilton, já discutida. Oliveira Marques

Armando Castro, analisando o fator monetário, estima que a moeda portuguesa sofreu desvalorização de 220% de 1435 ao fim do século, conhecendo depois relativa estabilidade até 1573.[90] Oliveira Marques relaciona tal estabilização monetária à disponibilidade metálica, mostrando que quando decai o ouro africano começam a afluir os metais americanos.[91] Observa-se que a inflação lusitana ameniza-se no auge mercantil das primeiras décadas do século XVI, os preços não acompanhando a curva ascendente do volume das riquezas retiradas do ultramar. Isto leva Oliveira Marques a considerar D. Manuel o rei mais rico da Cristandade.[92]

Este monarca continua a orientação de seu antecessor, pondo o comércio e a expansão marítima sob controle da Coroa. Esta orientação expressa-se claramente no conteúdo das *Ordenações Manuelinas*, editadas a partir de 1512, que fazem um esforço de organização do mercado nacional e de normatização das atividades mercantis (por exemplo com a padronização de pesos e medidas).[93] A tônica centralizadora tam-

também avalia que, ao longo do século XVI, "o movimento dos preços em Portugal refletiu a situação geral da Europa, caracterizada pela *revolução dos preços*, até o começo da era dos Seiscentos, e pela estagnação... a partir desta data" (op. cit., vol. II, p. 100). Ele aponta que o alqueire de trigo sobe de 60 reais em meados do século XVI para 200 reais no início do XVII.

90 *Estudos...*, p. 127. Oliveira Marques concorda com esta datação: "Do ponto de vista monetário, o período de 1450-1550 pode aproximadamente dividir-se em dois grandes subperíodos, separados pela reforma de 1489"; no primeiro há desvalorização significativa da moeda causada pelo déficit metálico — 185% de inflação de 1436 a 1489 — no segundo, há relativa estabilização — 9% de inflação entre 1490 e 1539 (op. cit., p. 304 a 306).

91 Op. cit., vol. II, p. 98. V. M. Godinho observa que a história monetária de Portugal responde a pressões muito variadas, sendo "talhada na escala do mundo" (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 59).

92 Este autor diz que, durante o reinado manuelino (1495-1521), "Os frutos da expansão ultramarina traziam riqueza, cargos, pelo menos esperança para as classes superiores. Comandos militares e combates na Ásia e África davam à nobreza oportunidade de se afirmar sem perturbação da paz metropolitana e enriquecer sem defraudar o patrimônio real" (op. cit., p. 365). J. Lucio de Azevedo, entretanto, avalia que já ao final deste reinado a Coroa conhece dificuldades financeiras (op. cit., p. 115-6), e que o comércio asiático já é deficitário para a Coroa (p. 120).

93 Oliveira Marques. Op. cit., p. 301. Este autor destaca "o caráter verdadeiramente moderno das *Ordenações Manuelinas* como código legislativo, em oposição à mera copilação de leis antigas" (p. 324). Godinho aponta o fato de estas ordenações delinearem uma estrutura social mais complexa que a organização medieval das três ordens (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 60).

bém aparece na criação dos correios, da "guarda real", e do aparelho judiciário. A ênfase na atividade comercial acentua-se com a chegada dos produtos asiáticos. J. Lucio de Azevedo comenta que a corte de D. Manuel organiza-se "verdadeiramente como uma grande casa de negócios", e Oliveira Marques qualifica-o como "rei monopolista traficante" que — por décadas — "dispôs do comércio oriental".[94]

No reinado de D. Manuel estabelece-se o *império* português, como visto, um império marítimo e filiforme.[95] Trata-se do domínio de alguns *circuitos* mercantis, com o controle de uma rede de bases litorâneas, havendo colonização efetiva apenas nas ilhas. Na verdade, a economia portuguesa estrutura-se como um fluxo ininterrupto, um contínuo transportar de mercadorias que acaba por ter os portos metropolitanos como apenas mais alguns lugares do sistema (dado o grau de internacionalização deste fluxo).[96] O processo de montagem de tal sistema, a lista de suas bases e dos círculos de cooperação entre elas estabelecidas, e a tematização das relações presentes em seu interior, serão objeto do próximo capítulo. Aqui cabe apenas salientar que, ao findar o "primeiro século XVI", os portugueses estão instalados nos diferentes quadrantes do globo, possuindo espaço de circulação de dimensão até então desconhecida por qualquer país europeu.[97]

94 J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 83, e Oliveira Marques. Op. cit., p. 300. Este autor destaca a criação de novos monopólios por este monarca, até chegar ao completo controle régio do comércio oriental, que perdura até 1570, e lembra que só o monopólio da especiaria realiza um lucro líquido de 89% para a Coroa (ibidem, vol. II, p. 64 e 65). O reinado de D. Manuel é assim descrito por Godinho: "O Estado é agora uma casa comercial, o rei um poderoso negociante que habita junto dos seus armazéns e recebe metade, mais tarde um quarto, das mercadorias importadas" (*A expansão...*, p. 121). E reafirma que D. João II e D. Manuel eram "reis mercadores, com eles o próprio Estado se torna a maior empresa comercial" (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 165).

95 O caráter do império português será tema do próximo capitulo. Godinho vai caracterizá-lo como um "conjunto de complexos geograficamente definidos" (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 50).

96 Oliveira Marques observa que dada a forte e progressiva presença de capitais estrangeiros no financiamento do comércio marítimo, os portugueses acabam por se tornar "transportadores por conta de outrem" (op. cit., vol. II, p. 76). Entretanto, ele não deixa de apontar que " a supervisão estatal fez de Lisboa o entreposto obrigatório de todo comércio ultramarino", revelando uma centralidade da rede (ibidem, p. 68).

97 Como alerta Oliveira Marques, a partir de 1550 "a era de mudança e expansão, tão característica da primeira metade do século, terminara. O que importava agora era

O custo desse empreendimento é elevado. Alguns circuitos são, no limite, deficitários. As trocas na Ásia, por exemplo, envolvem a manutenção de dispendioso aparato militar e as mercadorias embarcadas são pagas normalmente com metais preciosos.[98] Os lucros de todo este movimento esvaem-se das mãos da Coroa, no consumo improdutivo (obras suntuárias e grande parasitismo), no financiamento do próprio império, e na importação crescente das mercadorias necessárias para o reino — onde a orientação mercantil acaba com as atividades produtivas do país, o que o torna cada vez mais dependente do abastecimento externo.[99] Assim, o lucro das vendas em Antuérpia retornavam em produtos (agrícolas ou manufaturados), e "em meio da aparente prosperidade a nação empobrecia".[100]

conservar e fortalecer a ordem existente" (op. cit., vol. II, p. 149). Godinho também acata esta periodização, apontando uma "mudança estrutural" do império nesta época, da qual são indícios: a falência da feitoria de Antuérpia, a queda do tráfico na rota do Cabo, o abandono de praças no Marrocos, o aumento das relações com a Espanha (cuja expansão se tornara marítima), e já certa atlantização da economia portuguesa. Enfim, acaba a expansão e começa a aparecer a concorrência nos mares (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 217-8).

98 Oliveira Marques critica a idéia de um déficit estrutural do comércio português no Índico, apontando a variedade de situações aí presentes, e considerando que no conjunto este apresenta saldo positivo até o século XVII (op. cit., vol. II, p. 214). Este autor lembra que, em 1515, o trato da especiaria atinge os mesmos valores do total das rendas eclesiásticas do reino, e que em 1519 o comércio ultramarino era responsável por 68% da receita estatal (ibidem, p. 69). Não deixa de apontar, contudo, o enorme volume das despesas de manutenção do império.

99 "De Lisboa, o ouro da Guiné e da Mina passa em parte para Bruges, no século XV, Antuérpia, no XVI, e aí liquida o saldo devedor das compras de prata e cobre, trigo e artilharia". Mas as compras são feitas também na Itália, na Polônia, e em muitos outros países, o que leva a que "ao longo de toda a era quinhentista, o ouro português não cessa de ser drenado para outros reinos europeus" (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 56 a 67).

100 J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 80. Este autor argumenta que a estrutura do império absorve os lucros comerciais, pois se tratava de uma "grande empresa sem capitais" (p. 121 e 123). A. F. Ferreira cita Sandro Sideri que aponta um progressivo processo de "comercialização da economia portuguesa", em que "as importações massivas são assumidas como alternativa aos investimentos produtivos" (op. cit., p. 63 e 65). Também Oliveira Marques acata mais esta segunda visão, apontando como problemas básicos do império a falta de uma burguesia média reinvestidora e de mão-de-obra qualificada (o que acentua uma presença estrangeira em Portugal), e o excessivo caráter estatal do empreendimento (lembrando que "a Coroa assentava diretamente numa estrutura feudal baseada no privilégio"). Além disso, a carência de capitais convivia com alto consumo improdutivo (op. cit., vol. II, p. 75).

O aumento acelerado das despesas implicava o crescimento contínuo da dívida pública. A Coroa lançava mão de empréstimos para cobrir seus gastos, os altos juros levando a progressiva insolvência financeira.[101] O auge português foi definhando, tornando-se uma aventura mercantil sem meios de manter tão ambicioso empreendimento, uma empresa dependente de recursos e mercadorias estrangeiras para seu sustento. E com um ordenamento político interno que onerava bastante a economia do reino.[102] Enfim, tal leque de qualidades negativas propicia que Portugal seja rapidamente desalojado do comando do comércio mundial, passando a uma situação de *semiperiferia* européia (quadro que se efetiva com a dominação espanhola em 1580). Portugal antecipa e inaugura um movimento, no qual não será um dos grandes beneficiários. Como observa Armando Castro: "A expansão portuguesa acelerou ainda uma gigantesca acumulação de capitais, sem a qual o capitalismo não teria podido surgir".[103]

A queda progressiva dos ingressos, em meados do século XVI, inquieta os setores aristocráticos, que, associados à Coroa, agem para não perder privilégios.[104] O reinado de D. João III (1521-1557) marca

101 Armando Castro. *Lições...*, p. 38. Tal insolvência expressa-se nas bancarrotas de 1534 e de 1560. Oliveira Marques relaciona a falência da feitoria de Antuérpia com o endividamento progressivo da Coroa e a importação crescente de manufaturados, e observa que após este episódio "o capitalismo de Estado afrouxou" (op. cit., p. 309, e vol. II, p. 91-2). J. Lucio de Azevedo destaca a alta dívida herdada por D. João III, lembrando que à quebra de Antuérpia vai seguir-se a da fazenda real (op. cit., p. 129). V. M. Godinho comenta que a fechamento definitivo dessa feitoria em 1549 resulta da "inversão das correntes monetárias" da Europa no período (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 51).

102 Segundo Armando Castro, a crise portuguesa vai arrastar-se ao longo da segunda metade do século XVI, implicando o paradoxo da existência de terras incultas e população desempregada, fruto do monopólio do lucro ultramarino e da propriedade da terra pelas classes senhoriais. As viagens, apesar do seu "financiamento capitalista", acabam reforçando os "privilégios senhoriais" (*Estudos...*, p. 150).

103 *Lições...*, p. 30. Vale lembrar as palavras de I. Wallerstein: "Portugal, que havia estado na cabeça do movimento de nascimento do moderno capitalismo comercial, se encontrou incapaz de seguir os modelos do norte da Europa" (*El moderno sistema mundial*, p. 480). Conclui Godinho: "Os meios de negócio portugueses, ou a política econômica... seguida pelo Estado... revelaram-se incapazes de adaptação a esta ferramenta essencial do capitalismo moderno que é a sociedade por ações", não conseguiram seguir o novo "modelo holandês" de gestão econômica (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 69).

104 A queda de ingressos advém da progressiva decadência do comércio da pimenta e do esgotamento do ouro africano. O avanço nobre seguiria uma "tendência euro-

este avanço conservador, que tem a instalação dos jesuítas e da Inquisição como veículos.[105] Este monarca adota com rigor as teses da Contra-Reforma, o que estimula a evasão de capitais (nomeadamente judeus) para fora do país.[106] A posterior jornada de D. Sebastião no Marrocos pode ser interpretada como tentativa de retomar o sentido senhorial da expansão, e seu desastre mostra já a impossibilidade de tal projeto, sua defasagem com o novo tempo europeu. Do ponto de vista da economia interna do reino, tal jornada representou a gota d'água no déficit público.[107] Seu malogro acarretou a perda da "fina flor da fidalguia lusitana".[108] O governo que lhe sucede, do velho cardeal D. Henrique (o inquisidor-mor de Portugal), bem expressa o enfraquecimento político do país, que acaba por resultar na perda da soberania nacional em 1580.

Armando Castro interpreta bem as razões que fundamentam a união das coroas ibéricas, lembrando inicialmente "a força centrípeta do grande império euro-americano de Castela sobre a vida portuguesa".[109] Esta atração alimentava motivações variadas nas distintas classes do reino. As grandes casas feudais acabam por apoiar o rei de Castela em troca dos direitos senhoriais antes pertencentes à Coroa portuguesa. A média nobreza adere tendo por móvel o alargamento de seu espaço

péia" e pode ser ilustrado pela perda de poder das cortes em Portugal a partir da segunda metade do século XVI (Oliveira Marques. Op. cit., vol. II, p. 109 a 111).

[105] J. Barradas de Carvalho considera que nesse momento "o espírito moderno é banido de Portugal", com o domínio nobre impondo um processo de "decadência institucionalizada" que culmina com a perda da independência (op. cit., p. 70-2). Segundo Oliveira Marques, a Inquisição, instalada no país em 1536, é um poderoso instrumento de centralização (op. cit., p. 354 e 370). Ver também Armando Castro. *Lições*..., p. 39-40.

[106] Ver Armando Castro. Ibidem, p. 98; A. F. Ferreira. Op. cit., p. 76; C. Boxer. Op. cit., p. 297-8; e Oliveira Marques. Op. cit., vol. II, p. 2, 78 e 120 a 123.

[107] J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 138-9. Oliveira Marques também avalia que a campanha marroquina onerou em muito a fazenda do país já às voltas com uma queda de ingressos (op. cit., vol. II, p. 151), e que nesse sentido o reinado de D. Sebastião "foi apenas uma longa preparação para a mudança de dinastia" (ibidem, p. 147).

[108] Armando Castro. *Lições*..., p. 58. Oliveira Marques estima que em Alcácer-Quibir morrem cerca de sete mil fidalgos portugueses (op. cit., vol. II, p. 152).

[109] *Lições*..., p. 54. Oliveira Marques também aponta a atração espanhola sobre Portugal, lembrando as relações intensas entre os países, e a necessidade lusitana da prata espanhola na segunda metade do século XVI (op. cit., vol. II, p. 147). V. M. Godinho ressalta que a união dinástica era "desejada pelas classes dirigentes portuguesas" (*Os descobrimentos*..., vol. II, p. 97).

de atuação (logo, de obter maiores oportunidades de enriquecimento). O apoio do clero é obtido com a proposta do resgate integral dos "cativos de Fez".[110] A resistência inicial da burguesia, alocada nos concelhos, cessa após as cortes de Tomar quando os mercadores pedem ao novo rei o direito de negociar livremente nos portos do império castelhano.[111] Enfim, as camadas populares permanecem à margem de qualquer influência no processo deste *anti-1383*.

Em grande parte, as expectativas acalentadas se frustram pois, logo após a união, o próprio império espanhol entra em crise (conforme visto anteriormente). As bancarrotas da Coroa espanhola em 1597 e 1607 avançam em "vagas concêntricas" sobre todo o império, causando grande impacto na economia portuguesa.[112] Já antes, no naufrágio da "Invencível Armada" em 1588, boa parte da sua frota de guerra é destruída (cerca de 31 navios lusitanos na avaliação de Oliveira Marques). Isto reforça um papel de "parceiro fraco" para Portugal no interior do império, o que leva a nobreza portuguesa a ocupar cargos de menor expressão e a se "provincianizar".[113] Apenas a burguesia realiza em parte seus objetivos, espalhando-se pelos domínios castelhanos. Segundo Armando Castro, na época da "Restauração", vivem cerca de dois mil mercadores portugueses em Sevilha e por volta de seis mil no Peru, constituindo os alvos principais da ação inquisitória.[114]

Todavia, no que tange à *economia nacional* portuguesa a união peninsular é desastrosa. Além dos aspectos já mencionados, cabe ainda

[110] A. Castro. *Lições*..., p. 67 e 86 (este autor lista as rendas obtidas pelas grandes casas feudais). O. Marques enfatiza que os setores da nobreza e do clero são os primeiros a aderir a Filipe II, e que a proposta da "monarquia dual" consegue amarrar vários interesses presentes em Portugal (op. cit., vol. II, p. 135). J. L. Azevedo enfatiza a "venalidade cortesã" (op. cit., p. 171-7).

[111] A. Castro. *Lições*..., p. 63 e 81. Nas palavras deste autor: "O que a burguesia pretendia... no espaço colonial espanhol era integrar-se no mercado comum imperial e em seu aparelho administrativo", pois havia consciência de que o sistema ultramarino português estava em crise (p. 92).

[112] O. Marques. Op. cit., vol. II, p. 93. A. Castro, depois de comentar que as classes dominantes portuguesas haviam avaliado mal a potência do império espanhol, aponta o alto número de falências no reino ligadas à crise espanhola (*Lições*..., p. 97).

[113] Ver A. Castro. *Lições*..., p. 87; e O. Marques. Op. cit., vol. II, p. 112-3.

[114] *Lições*..., p. 97. Oliveira Marques também é adepto desse ponto de vista: "A união dual com a Espanha foi favorável à burguesia portuguesa" (op. cit., p. 126) pois "tornou mais íntimas as relações de comércio" entre o "mundo português" e o "mundo espanhol" (p. 92). Este autor ainda adiciona que é a Restauração que causa o declínio burguês no país (p. 126).

apontar a rápida dilapidação também da marinha mercante do país e do comércio ultramarino em particular.[115] Isto se deve, sem dúvida, à entrada da concorrência inglesa e holandesa nos circuitos asiáticos. A metrópole espanhola, envolta com as dificuldades de manutenção do império na própria Europa, não socorre as possessões portuguesas atacadas, nem defende o monopólio em suas rotas. Isso acarretou a destruição do império português no Oriente, nas palavras de J. Lucio de Azevedo: "em declínio ininterrupto se extinguia o poder marítimo e se esgotava a pujança econômica". Jaime Cortesão avalia bem o resultado: "Durante os sessenta anos do domínio filipino o império ultramarino português sofre uma transformação radical, e que supomos em ligação estreita com a Restauração. Até os fins da dinastia de Avis, o império português era quase que exclusivamente Oriental ou Índico, em 1640 pelo contrário, Ocidental e Atlântico".[116]

[115] Segundo J. Cortesão, Portugal já em 1586 possui apenas 250 barcos de comércio, um terço da frota existente em 1552 (*Teoria...*, p. 57). Oliveira Marques avalia que, ao final do período de dominação filipina, o tráfico na rota do Cabo cai para um terço de seu volume em meados do século XVI (op. cit., vol. II, p. 173).

[116] J. L. de Azevedo. Op. cit., p. 145; e J. Cortesão. *Teoria...*, p. 46.

Capítulo 6

O CARÁTER DA EXPANSÃO LUSITANA E DO IMPÉRIO COLONIAL

Como visto no capítulo anterior, uma forte motivação expansionista atravessa a formação portuguesa como uma de suas determinações básicas. Tal motivação realiza-se num movimento de amplo significado geográfico: a gênese de um espaço mundializado de relações. O avanço lusitano nos diferentes quadrantes da Terra esteve na vanguarda da formação da *economia-mundo capitalista*, desenhando pioneiramente um sistema de trocas planetário. Os barcos portugueses abriram as "estradas oceânicas", definindo rotas e estabelecendo fluxos entre lugares antes não integrados nos circuitos europeus de circulação. Trata-se de expansão essencialmente *marítima* e da construção de um império *colonial*,[1] totalmente extra-europeu.

Como também já observado, o móvel imediato da expansão era a demanda do ouro e dos cereais. A aflitiva carência de grãos e de espécies auríferas anima um projeto que conjumina interesses de diferentes setores sociais do reino. Apesar de ênfases distintas, as motivações dos vários segmentos confluem para o objetivo comum expan-

[1] Armando Castro observa que a "presença portuguesa" na Ásia e na África não representava uma "efetiva ocupação", sendo o império na verdade um "domínio naval" (*Lições de história de Portugal*, p. 42). Pierre Chaunu considera o império português "um conjunto de rotas e feitorias", que teria sido estruturado entre 1480 e 1515 em suas linhas gerais (*Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 239).

sionista. A estas aspirações materiais associam-se discursos legitimadores que forjam as representações coletivas do processo: o "espírito de Cruzada", o "combate ao infiel", a busca do reino do "Preste João" etc. Rapidamente, as navegações consolidam-se como o objetivo nacional do país: razão de Estado, carro-chefe da economia e elemento de identidade e coesão social.

Uma cronologia deste espalhar-se de Portugal pelo mundo vai na verdade contemplar a agregação progressiva de novas áreas ao sistema imperial lusitano num processo que se arrasta das primeiras décadas do século XV às finais do XVI (o século seguinte assistindo já ao ocaso do império, sua retração territorial). Nesse intervalo o avanço é constante, num movimento que acaba por envolver todos os oceanos. As conjunturas na metrópole, os objetivos particulares, as realidades defrontadas, tudo impele à necessidade de periodizar o processo — a cada período correspondendo a incorporação de determinados circuitos. O conjunto destes definindo o império colonial português, que está estruturado em linhas gerais no primeiro quartel do século XVI.

A primeira área de difusão é o Marrocos, cujos portos os portugueses — assim como outros povos europeus (notadamente os genoveses) — visitam com freqüência.[2] Aí são comprados cereais, tecidos, cavalos, e — sobretudo — o ouro do Sudão. As riquezas do país são conhecidas e, sem dúvida, estão na mira da expedição que toma Ceuta em 1415. Os ataques a Tânger em 1437 e a Alcácer em 1458 mostram que há um plano de expansão marroquino, o qual visa à conquista territorial e até se ensaiam alguns projetos de efetiva colonização.[3] Todavia, a resistência aqui é forte, defrontando-se os portugueses com sociedades complexas bem organizadas militarmente (é em meio às suas disputas internas que os conquistadores conseguem obter algum sucesso). De todo modo, a instalação lusitana no Marrocos não consegue consolidar-se, restando em grande parte presa em enclaves litorâneos como a própria Ceuta, bastante deficitários para a metrópole.[4] A fracassada expedição de D. Sebastião acaba por encerrar as pretensões portuguesas no Marrocos, uma política de abandono gradativo de praças expressa esta situação.[5]

[2] V. M. Godinho. *A expansão quatrocentrista portuguesa*, p. 53. Este autor lembra, ainda, que a bula papal de 1437 autoriza Dom Duarte a negociar com os mouros (p. 113). A presença genovesa no processo será discutida adiante.

[3] Para uma visão de síntese desse processo, ver V. Magalhães Godinho. *A economia dos descobrimentos henriquinos*, caps. VII — Ceuta e Marrocos, e VIII — Rumos da expansão. E também: *A expansão...*, p. 64 a 70. Segundo o autor, um conjunto de objetivos anima as campanhas marroquinas: desde o domínio dos "oceanos de cereais" do Marrocos "verde", até o "alargamento da área de pescaria", ou a captura de "escravos mouros" (*Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. III, p. 246 e vol. IV, p. 131 e 154).

Os enclaves marroquinos cumprem, entretanto, uma série de funções na dinâmica do sistema imperial português. Em primeiro lugar, essas conquistas atuam para desorganizar algumas das rotas transaarianas de captura do ouro sudanês, o que auxilia sua canalização posterior pelas feitorias portuguesas na costa ocidental africana.[6] Em segundo lugar, os produtos marroquinos (cavalos de Safim e manufaturados) encontram boa demanda nos escambos efetuados na África negra, sendo um bom meio de pagamento dos carregamentos de pimenta, de escravos e de ouro.[7] Assim, a um primeiro circuito Marrocos—Portugal, soma-se outro que articula os enclaves marroquinos com as feitorias do golfo da Guiné. E, finalmente, a posse desses enclaves anima as navegações para o sul, estimulando o projeto de bordejamento da África.

Na verdade, o avanço meridional pela costa ocidental africana faz-se concomitante com os raides nas terras marroquinas. Como observa

[4] A situação de *enclave* se evidencia pelo abastecimento metropolitano de Ceuta (V. M. Godinho. *A expansão...*, p. 69 e *Os descobrimentos...*, vol. III, p. 265). Oliveira Marques avalia: "As fortalezas do norte da África nada serviam a Portugal, rendendo muito pouco e custando muito aos cofres públicos" (*História de Portugal*, vol. II, p. 257).

[5] Na verdade o abandono de praças marroquinas havia iniciado com D. João III; em 1541 os portugueses deixam Gué, no ano seguinte Safim e Azamor, em 1550 Alcáçer e Arzila (Armando Castro. Op. cit, p. 37). Godinho explica: "Desde 1540-50 houve que escolher entre, por um lado, a Índia em pleno florescimento e o Brasil em pleno arranque, e por outro lado, o Marrocos, cujo aprovisionamento se transformara num fardo esmagador" (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 285). No início do século XVII, Portugal possui apenas Ceuta, Tânger e Marzagão, a primeira destas cidades fica com a Espanha após a Restauração, e a segunda passa ao domínio inglês em 1662, como parte do dote de D. Catarina (Oliveira Marques. Op. cit., p. 258).

[6] V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. I, p. 143. Ver cap. 3 — Caravelas contra caravanas. O ouro da Guiné e da Mina.

[7] Godinho, apontando as "convergências" no caso entre "as duas grandes diretrizes da expansão lusitana" ("a política de expansão marítima-comercial e a política de expansão territorial-guerreira"), avalia que o "Marrocos era um centro cerealífero e de indústria textil que muito importava ao comércio africano", *A expansão...*, p. 98 e 100.

Godinho, as duas políticas de expansão não eram excludentes. Quando a Coroa, como no reinado de D. Afonso V, por exemplo, adota a idéia de dilatação territorial, os particulares assumem a tarefa das navegações de descoberta.[8] Assim, o prosseguimento para o sul é constante e bastante regular. Em 1434, Gil Eanes ultrapassa o Bojador, dez anos depois os portugueses já estão navegando na "terra dos negros", em 1460 estão em Serra Leoa. Nos anos seguintes, adentram-se no golfo da Guiné — que chega a ser confundido com a virada para a Ásia.[9]

O móvel direto da expansão em toda esta zona é a captura do ouro.[10] E este não frustra as expectativas, começando a fluir para as feitorias de Arguim (fundada em 1443) e, em maior volume, da Mina (fundada em 1471), que comandam um conjunto de pontos de resgate — apenas a 45 dias de viagem de Lisboa. Como foi observado, a chegada do metal anima e retroalimenta o movimento expansionista. Na busca do ouro, os portugueses espalham-se pelo litoral do ocidente africano, estabelecendo vários postos de troca onde, além dos produtos marroquinos, são permutados o sal e os utensílios de cobre; estes oriundos da Alemanha e de Flandres, o que estabelece uma relação entre este circuito e o Noroeste da Europa.[11] Os escambos são altamente vantajosos para o colonizador, não apenas o do ouro mas também o dos demais produtos africanos: o marfim, os escravos e a pimenta-de-rabo, a "malagueta".[12] Muitos lugares desta região vão receber o nome da mercadoria prioritária ali embarcada: Rio do Ouro, Costa do Marfim, Costa da Malagueta etc.

---

8 Ibidem, p. 78.

9 Uma cronologia do avanço na costa ocidental africana pode ser encontrada em: Damião Peres. *A história dos descobrimentos portugueses*.

10 Ver V. M. Godinho. *A expansão...*, p. 79-80. Segundo este autor, o ouro começa a fluir após 1450 e em meados do século XVI se esgota, sendo que em 1570 este circuito já é deficitário (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 129 e 175). Nesta obra reafirma com ênfase que o ouro sudanês "será o alvo das viagens de descobrimento quatrocentistas" (ibidem, vol. I, p. 67).

11 Ver V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. I, cap. 2 — Do ouro *muçulmano* à prata alemã.

12 V. M. Godinho comenta: "Malagueta e pimenta-de-rabo tiveram o seu período de esplendor no final do século XV e sobretudo os grãos-do-paraíso durante a primeira metade do século XVI" (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 152). J. Lucio de Azevedo argumenta que a pimenta africana era descarregada a um custo três em Lisboa contra oitenta no Cairo (seu grande centro fornecedor), e apresenta dados deste comércio (*Épocas de Portugal econômico*, p. 108).

Todo este conjunto (poder-se-ia dizer *complexo histórico-geográfico*, seguindo Magalhães Godinho) tem por pólo a feitoria da Mina, onde D. João II manda edificar, em 1482, uma fortaleza — o castelo de São Jorge da Mina — centro da presença portuguesa na Guiné. O castelo expressa o controle régio do empreendimento, sendo o ouro e a pimenta monopólios da Coroa, que basicamente o explora mediante concessões a particulares (em que não falta a presença de capitais estrangeiros).[13] A riqueza da Guiné alimenta a fazenda do reino até meados do século XVI,[14] com partidas constantes dos vários produtos que, na metrópole, terão seu trato centralizado na "Casa da Guiné" — instituição estatal responsável pela sua recepção e circulação (articulando-se para tanto diretamente com a feitoria de Bruges, depois com Antuérpia).

A hinterlândia dessa parte do continente africano, apesar de aparecer como *área de circulação* de mercadores lusitanos, não conheceu uma efetiva *instalação*. No geral, nessa região o estabelecimento se faz por acordos com potentados locais,[15] estes enviando as mercadorias para os entrepostos portugueses na costa. Assim, as viagens continentais são de reconhecimento e diplomáticas, *grosso modo* avançando pelos rios (Senegal, Gâmbia, Volta e Níger). A exceção é a feitoria de Uadã, nas bordas do deserto — construída tendo por atrativo a proximidade das fontes do ouro e a captura de escravos.[16] Em suma, a porção ocidental africana do império português era constituída de um conjunto de feitorias litorâneas polarizadas pelo castelo da Mina, onde se desenvolvia uma economia basicamente de *escambo*.[17]

---

13 Ver V. M. Godinho. *A economia dos descobrimentos henriquinos*, p. 196; e J. L. Azevedo. Op. cit., p. 105. Sobre o castelo da Mina, ver C. Boxer. *O império colonial português*, p. 50-1.

14 Sobre os produtos embarcados na Guiné consultar V. M. Godinho (*A economia...*), que investiga o comércio do marfim, da pimenta, da malagueta, de escravos e do ouro (p. 199 a 208). Segundo o autor, Arguim já é deficitária no início do século XVI (p. 194). J. L. Azevedo concorda com essa avaliação, lembrando que a Mina só entra em déficit no final do século (op. cit., p. 184).

15 Ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 43. C. Boxer lembra que, por volta de 1500, os portugueses já visitam Tombuctu (op. cit., p. 51).

16 V. M. Godinho. *A economia...*, p. 194. O autor lembra também a tentativa de instalação da feitoria de Ugató (p. 204). Uadã, criada por D. João II, fazia a ligação entre a feitoria de Arguim e Tombuctu (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 76 e 147). Ugató estava vinculada ao comércio da pimenta (ibidem, vol. II, p. 152).

17 Este sistema sustenta-se até o século XVII, quando existiam cerca de doze a quinze feitorias portuguesas na região, contudo com o declínio do ouro "as feitorias da

Restaria comentar a assimilação das terras mais meridionais do ocidente africano, as costas levantadas basicamente por Diogo Cão. Este navegador, no decorrer de duas viagens financiadas diretamente pela Coroa (1482 e 1485), distribui padrões de pedra (marcos da soberania portuguesa) ao longo deste litoral: o primeiro na foz do rio Zaire, o segundo no cabo de Santa Maria, outro no cabo Negro, já na costa angolana, e um último no cabo Cross. Assim, demarca o caminho atlântico de Bartolomeu Dias, que lhe sucede nas viagens nesta direção. Neste percurso, os portugueses se deparam com o grande reino do Congo, o qual por bem armada ação diplomática se torna um protetorado da Coroa lusitana.[18]

Mais ao sul tem-se basicamente uma área de resgate de escravos, cuja efetiva exploração data de meados do século XVI, estimulada pela demanda de braços pela economia açucareira das ilhas e do Brasil.[19] E é neste papel que as terras angolanas vão integrar-se com a própria exploração guineense, nesta época redefinida para especialização no fornecimento para o tráfico negreiro. Tanto que Luanda, a capital desse sistema mais meridional, só é fundada em 1575.[20] Enfim, a plena incorporação dessas regiões vai ocorrer apenas no âmbito do *complexo luso-afro-brasileiro* em fins do século XVI.

Antes de dobrar o cabo da Boa Esperança, cabe mencionar que

África continental estagnaram" (Oliveira Marques. Op. cit., p. 267). A Guiné sofre forte assédio dos holandeses, que tomam a Mina em 1637, Arguim no ano seguinte, e São Tomé em 1641 (p. 265).

18 O rei do Congo cristianiza-se, e a partir de um intercâmbio reiterado com o reino tenta imitar a corte portuguesa. Seu filho, educado na Europa, se torna o primeiro bispo de Útica.

19 J. Cortesão considera que a escravidão fixou os portugueses em Angola, pois "aquela província tornara-se por tal forma uma dependência do Brasil" (*A expansão dos portugueses na história da civilização*, p. 36). Oliveira Marques observa que em Angola tenta-se uma ocupação territorial de fato, tendo a captura de escravos como móvel (op. cit., p. 269). V. M. Godinho lembra também os avanços para o interior em busca das minas de prata, com expedições subindo o Cuama em 1559 e 1573; e a fundação do forte de Cuinza em 1603 (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 104 a 106).

20 Segundo Boxer, da data de fundação até 1591, este porto já havia embarcado cerca de 50.000 cativos (op. cit., p. 125-6). O. Marques estima que abaixo da foz do rio Zaire se embarcavam entre 4.000 a 5.000 escravos por ano já na década de 1520, apontando a continuidade desta atividade com Benguela sendo fundada em 1617 (op. cit., p. 47 e 272). Godinho concorda com estes números, avaliando que de Angola foram embarcados cerca de um milhão de escravos entre 1580 e 1680 (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 165).

durante este avanço meridional pelo Atlântico são descobertos os arquipélagos que haverão de constituir, como já visto, num sistema peculiar dentro do império lusitano. Segundo Damião Peres, as ilhas da Madeira entram na "órbita portuguesa" a partir de 1419, conhecendo após 1425 "decisiva" colonização. Os Açores são descobertos por volta de 1427, e colonizados a partir de 1431.[31] Os assentamentos aí realizados são, antes de mais nada, bases avançadas da expansão, focos de difusão para uma extensão mais ampla de circulação atlântica. Dos arquipélagos partem as expedições que demandam a América setentrional, e saem exploradores que trafegam em todos os quadrantes do Atlântico sul. Estes arquipélagos vão ainda cumprir papel de escala para as frotas da Guiné, posteriormente também as da Índia, e depois as do Brasil.[23] Assim, são claramente *nós* da rede de circuitos do império, bases oceânicas do território metropolitano.

Nas ilhas, como já mencionado, começa a *colonização* (estrito senso) portuguesa, como avalia Charles Boxer.[23] O processo de ocupação, levado a cabo por particulares (com base em doações régias), inicialmente embasa-se numa economia extrativa: o sangue-de-dragão, a urzela e a madeira encontram bons mercados na Europa. Posteriormente desenvolve-se a agricultura, com a cana-de-açúcar atingindo significativa produção na Madeira,[24] e os cereais sendo produzidos nos

21 Damião Peres. Op. cit., p. 36 a 38. Ver também: Viriato Campos. *Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores.*

22 V. M. Godinho fala dos Açores como "escala quase obrigatória e cheia de atrativos" das várias rotas que trafegam pelo Atlântico (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 241).

23 Op. cit., p. 48. Oliveira Marques diz: "O laboratório experimental do império português na Ásia e na América funcionou nas ilhas atlânticas", que foram "uma espécie de microorganismos em relação às grandes áreas continentais" (op. cit., p. 35). V. M. Godinho também utiliza esta imagem, falando dos arquipélagos como "focos de irradiação", "laboratórios insulares do que vai ser a colonização do Novo Mundo" (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 101), com "um povoamento ligado a uma economia agrícola" (vol. III, p. 232).

24 Segundo J. Lucio de Azevedo, a Madeira tem produção razoável de açúcar já em 1452, estimulada pela presença de capitais genoveses no empreendimento (op. cit., p. 221). Tanto que em meados do século XVI a ilha possui 30.000 habitantes, sendo 3.000 escravos envoltos com a produção açucareira. Quando a concorrência do produto brasileiro cresce, tem-se a introdução da vinha, em 1586 (Oliveira Marques. Op. cit., p. 259). Godinho caracteriza o "século açucareiro" da Madeira entre 1470 e 1575, e, ao lado da concorrência do Brasil, aponta o esgotamento dos solos como causa da decadência da produção (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 234 e 243, e vol. IV, p. 74 a 76).

Açores.[25] De Funchal, o açúcar chega a ser embarcado diretamente para as feitorias de Flandres, o que adiciona uma nova rota na rede de circuitos delineada.[26] À produção açucareira associam-se relações escravistas de trabalho, criando um nexo entre a economia madeirense e o continente africano próximo.[27]

Esta associação entre cana-de-açúcar e escravismo vai fundamentar também a ocupação do arquipélago de Cabo Verde, descoberto em 1456. Aí tenta-se uma exploração agrícola, mas, com a expansão do plantio da cana e sua conseqüente voracidade de braços escravos, Cabo Verde acaba por especializar-se no tráfico negreiro — função que se afirma, junto com a de ponto de escala da rota do Cabo, ao longo do século XVI.[28] Quanto a produção, apenas o plantio de algodão apresenta em alguns períodos certo relevo. Resta falar de São Tomé e Príncipe, que completam — afora algumas ilhas isoladas — o conjunto insular atlântico do império colonial lusitano. São Tomé conhece uma produção açucareira a partir de 1485, nos mesmos moldes da Madeira, cujo apogeu não ultrapassa o século XVI. Tais ilhas são, entretanto, também um anexo do complexo guineense, estando bastante ligadas à vida dos litorais com que se defrontam.[29]

Os arquipélagos atlânticos são — como mencionado — áreas de efetiva colonização, extensões descontíguas do espaço metropolitano, territórios coloniais em sentido pleno. Nos Açores, na Madeira e em Cabo Verde há domínio completo do espaço — em outras palavras, soberania portuguesa integral — e assentamento de populações reinóis, que criam uma nova sociedade como um prolongamento da metropolitana. O sistema aqui desenvolvido, como observado, vai servir de padrão para outros lugares onde os portugueses se instalam com um sentido de domínio territorial, notadamente as terras brasileiras.

[25] Oliveira Marques conclui que "os Açores davam constante rendimento à Coroa", primeiro com as plantações de trigo e depois com o milho (op. cit., p. 262). Magalhães Godinho fala do importante papel do trigo açoriano na economia lusitana, como visto carente do produto. Diz ele: "Ao longo dos séculos XVI e XVII, como vimos, à mesa dos madeirenses comeu-se sempre o pão dos Açores", destacando esta função abastecedora válida também para o consumo das praças marroquinas e ainda do próprio território metropolitano (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 239).

[26] V. M. Godinho observa que ao longo do século XVI tem-se uma quantidade de açúcar desembarcado em Antuérpia maior que as cargas de especiaria, lembrando que também São Tomé o envia direto para Flandres desde 1517, chegando mesmo a enviar mais que a Madeira em 1530-40 (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 84 e 96).

[27] Ver J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 228.

[28] Oliveira Marques. Op. cit., p. 39-40 e 264-5. Diz também V. M. Godinho: "Foi lento o povoamento do arquipélago de Cabo Verde", ligado à economia atlântica como "centro redistribuidor da escravaria da Guiné" (*Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 95).

[29] Estas ilhas são bases para o comércio africano e entrepostos de embarque de escravos, segundo Oliveira Marques (op. cit., p. 42 e 268).

Enfim, ao encerrar o século XV é este o quadro da expansão portuguesa, ainda limitada a uma circulação atlântica.[30] Como aponta Godinho, a formação do império envolve, neste século, três formas de ação: conquista no Marrocos, comércio na África ocidental e colonização nas ilhas.[31] Cabe ainda mencionar as vitórias de Portugal no que toca aos embates diplomáticos pelo controle dos circuitos abertos e das áreas descobertas. Na verdade, as tentativas espanholas de entrar no comércio africano são intensas, e também a disputa pelo domínio das Canárias (por largo tempo visitadas por navegadores dos dois países ibéricos). Já em 1435, no Concílio de Basiléia, estes pontos são postos em discussão, e Portugal defende a ocupação como "forma definitiva de aquisição jurídica".[32] Apesar de sucessivas bulas papais referendarem o direito português, a questão entre os dois reinos só é resolvida com o acordo de Alcaçovas em 1479, pelo qual Portugal acata a soberania de Castela sobre as Canárias, e a Coroa castelhana aceita o domínio português do comércio africano.[33]

Na virada do século, dois novos elementos vêm agregar-se no processo de expansão lusitano: a descoberta de terras na América meridional e a entrada nas águas do oceano Índico. O Brasil será matéria de toda a Quarta Parte, cabendo apenas relembrar aqui que, até meados do século XVI, estas terras têm pouca importância para o impé-

[30] Cabe lembrar as viagens portuguesas no Atlântico Norte, como a exploração da Terra Nova pelos Corte Real, ou a expedição no golfo de São Lourenço em 1519. Tais ações têm a característica comum de terem sido financiadas por particulares (ver Damião Peres. Op. cit., p. 116 a 124). Jaime Cortesão comenta as viagens de Diogo de Teive, em 1452, saindo dos Açores; e também a expedição conjunta com a Noruega em 1476 (*Teoria geral dos descobrimentos portugueses*, p. 23 e 33 a 35).

[31] V. M. Godinho. *A economia...*, p. 214. J. Cortesão referenda: "No Atlântico, a expansão e o domínio dos portugueses não obedeceram um único sistema como no Índico" (*A expansão...*, p. 34).

[32] "A teoria jurídica portuguesa da soberania em matéria colonial assentava, segundo se depreende das alegações de D. Afonso de Cartagena no Concílio da Basiléia, sobre dois princípios: a ocupação e a vizinhança" (Jaime Cortesão. *Teoria...*, p. 40). Ver também V. M. Godinho. *A expansão...*, p. 91.

[33] Ver Damião Peres. Op. cit., p. 75.

rio, sendo quase que só "uma pousada no caminho das Índias" — para usar expressão de Sérgio Buarque de Holanda.

O plano de atingir o oriente pela via marítima, contornando a África, já está claramente delineado no reinado de D. João II. Como observa Oliveira Marques: "Procurar o Preste-João deixara de constituir o fato principal, e a Índia — a autêntica Índia asiática, fonte de especiaria — mostrava-se agora o objetivo desejado".[34] Além da aceleração das viagens de exploração no litoral africano, o plano joanino também se explicita na busca de informações precisas sobre o comércio asiático. Entre estas gestões, inscrevem-se a viagem dos freis Antônio de Lisboa e Pedro de Montarroios à Palestina e, especialmente, o périplo de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva.[35] A expedição de Vasco da Gama — que parte de Portugal em 1497 — completa os resultados destas ações, tanto na definição do caminho atlântico trilhado por Bartolomeu Dias (a *volta do Cabo*), quanto na aferição dos itinerários do Índico descritos por Pêro da Covilhã.

O desígnio de controle do comércio asiático — integralmente mantido por D. Manuel I — fica evidente no "caráter militar-diplomático" desta expedição, chefiada não por um explorador da pequena nobreza mas por um fidalgo afeito às coisas do Estado.[36] Vasco da Gama — cuja rota fora traçada previamente à viagem[37] — visita Moçambique, Mombaça e Melinde na África Oriental. Nesta última cidade embarca o piloto árabe Ibne Majid, que vai guiá-lo até a costa do Malabar, onde adquire especiarias (não sem dificuldades) no porto de Calicute. Em agosto de 1499 está de volta ao Tejo. O caminho marítimo para as Índias está aberto, estabelecendo o que será o principal circuito do império português: a *rota do Cabo*.[38]

[34] Op. cit., p. 8. Segundo O. Marques, a D. João II "se deve um plano coerente de descobertas", cuja meta é a Ásia (p. 5). O mesmo avalia V. M. Godinho: "Com D. João II o plano das descobertas ultrapassa decididamente os objetivos mediterrâneos e africanos para visar ao longínquo oriente" (*A expansão...*, p. 100; ver também *Os descobrimentos...*, vol. II, p. 162).

[35] Covilhã visita Rodes, Alexandria e Áden, embarcando daí para a Índia, e posteriormente para Sofala, cidade cuja posição estratégica destaca em seu mapeamento das rotas do Índico (ver D. Peres. Op. cit., p. 89 a 92; e O. Marques. Op. cit., p. 9).

[36] D. Peres. Op. cit., p. 100. O caráter militar da expedição de Vasco da Gama também é apontado por P. Chaunu (op. cit., p. 204-05).

[37] V. M. Godinho. *A economia...*, p. 154. Em suas palavras: "Calicute era de fato o destino da viagem, nitidamente fixado de antemão" (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 166).

[38] Segundo Armando Castro, este é "um dos momentos chaves na história dos descobrimentos marítimos" (*Estudos de história sócio-econômica de Portugal*, p. 146). J. Lucio de Azevedo vai dizer que, a partir daí, o eixo do comércio mundial desloca-se para o Atlântico (op. cit., p. 89). Sobre o itinerário de Vasco da Gama no Índico, ver Damião Peres. Op. cit., p. 102.

No início de 1500 parte a armada de Pedro Álvares Cabral, com claro objetivo de demonstrar o poder militar português. A viagem é bastante planejada, e sua organização revela a consciência da necessidade de desmontar a rede árabe de controle do comércio no Oriente, pois "contrariamente ao que sucedera no Atlântico, onde tudo estava para criar, à sua entrada no Índico os portugueses encontram inúmeros circuitos comerciais extremamente complexos em funcionamento há séculos".[39] Cabral agrega Quiloa e Sofala aos pontos de visitação portuguesa na costa oriental africana (um barco de sua frota chega à entrada do mar Vermelho), e consolida a presença lusitana na costa ocidental da Índia (o que se reforça com a segunda viagem de Vasco da Gama).

Cinco anos depois desembarca o primeiro vice-rei do império oriental, D. Francisco de Almeida, com um "programa definido de ação política", que envolve a construção de uma rede de fortalezas e a manutenção de uma frota estacionada no oceano Índico.[40] Como observa Damião Peres, a "exploração do Índico faz-se em vários sentidos e sem rigorosa seqüência cronológica, a partir dos pontos nevrálgicos da ação política e econômica ou necessariamente militar".[41]

A Francisco de Almeida sucede como vice-rei, em 1509, Afonso de Albuquerque (visto por Oliveira Marques como "o verdadeiro fundador do império português na Ásia").[42] Almeida havia construído for-

[39] V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. III, p. 116. Para este autor, a armada de Cabral era claramente "uma demonstração de força", sendo militares "os meios de garantirem a liberdade de evangelização e a participação nos ricos tráficos do ouro, das especiarias e das pedras preciosas"; e conclui que a "demonstração de força militar saldava-se por um excelente negócio" (ibidem, p. 169 e 176). Sobre o itinerário de Cabral, ver D. Peres. Op. cit., p. 130.

[40] Oliveira Marques. Op. cit., p. 28. Segundo este autor: "Os portugueses pretendiam um domínio dos mares eficaz, aliado a uma hegemonia política na forma de áreas de influência [...] bem cônscios da impossibilidade de conquistar territórios" (p. 28).

[41] Op. cit., p. 129. Oliveira Marques observa que em cerca de quinze anos (de 1498 a 1513) quase toda extensão deste oceano já havia sido percorrida pelos barcos portugueses, e que na Ásia comércio e guerra ao Islã estavam juntos (op. cit., p. 23). Godinho também comenta que a expansão no Índico foi muito mais rápida do que no Atlântico (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 46).

[42] Op. cit., p. 29. Todavia este autor não opõe a ação de Albuquerque à de seu ante-

talezas em Quiloa, Sofala e Moçambique, na África, Angediva, Cananor e Cochim na Índia, e na ilha de Socotora em frente à península arábica. A este conjunto, Albuquerque vem sobrepor a tomada de alguns pontos-chave do tráfico no Oriente: toma Goa (cidade de posição central para o controle da costa ocidental da Índia), impõe-se a Ormuz (dominando a entrada do golfo Pérsico), e conquista Malaca (porta para o tráfico com o Pacífico).[43] Ainda, explora a costa arábica, a do Malabar e do golfo de Bengala, e visita o Ceilão. E ordena a busca das fontes da especiaria, com a organização de expedições que partindo de Malaca demandam a Indonésia, as Molucas, Sumatra e Java, e Timor.[44] Albuquerque também envia a primeira embaixada à China, em 1513. Em toda essa ação, estabelece uma rede de vassalagem, priorizando as alianças com os reinos não islamizados.[45]

Há assim uma clara determinação geopolítica na ação de Albuquerque, orientada — segundo avaliação de Jaime Cortesão — para "assegurar a posse das estradas marítimas por meio de frotas que se apoiassem em pequenas colônias, ao mesmo tempo feitorias e fortalezas, solidamente estabelecidas nos principais pontos estratégicos, conciliando no mesmo passo por uma política de larga tolerância e generosidade a boa vontade dos indígenas".[46] E esta determinação se efeti-

cessor, sendo comum aos dois "espalhar baluartes por pontos estratégicos em todo oceano Índico, escudando-os com esquadras permanentes, como meio de controlar o tráfico e proteger as feitorias" (p. 49), e completa: "à maneira dos fenícios e dos gregos da Antiguidade, interessava-lhes mais tecer uma vasta rede de colônias urbanas espalhadas ao longo da costa, do que conquistar impérios territoriais" (p. 51). V. M. Godinho avalia que o projeto de Almeida tinha ênfase de exclusivo controle marítimo, ao passo que Albuquerque combinava este com algumas conquistas em terra, e conclui: "As exigências do comércio implicavam o domínio dos mares, o qual supunha bases navais e feitorias que apenas podiam ser asseguradas por uma ocupação territorial, embora restrita" (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 62 e vol. II, p. 179).

43 P. Chaunu considera estas três cidades como as "chaves do império asiático" (op. cit., p. 206). O. Marques avalia que "na Índia, colonização significou pouco mais do que fortalecer e perpetuar os pontos chaves do monopólio comercial" (op. cit., p. 49).

44 Ver Damião Peres. Op. cit., p. 133 a 151.

45 Oliveira Marques. Op. cit., p. 31. Godinho destaca esta diversidade dos tipos de instalação dos portugueses no Oriente (domínios, protetorados, Estados aliados etc.), e lembra os acordos bilaterais com o Iêmen e a Etiópia e, posteriormente, com a Pérsia (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 37, 123 e 112).

46 *A expansão...*, p. 31. C. Boxer também alude ao plano de Albuquerque como um

va, propiciando que durante praticamente todo o século XVI Portugal domine os mares do Oriente. Não há — como alerta Boxer — pleno monopólio, mas significativa hegemonia nos principais circuitos marítimos asiáticos. Os portugueses assenhoreiam-se das principais vias de intenso tráfico local do Índico e das bordas do Pacífico, numa organização dispersa e "essencialmente militar".[47]

Todavia, há que se diferenciar dois planos da presença portuguesa na Ásia: o controle de uma rica rede local de relações e o estabelecimento de um circuito de contato regular com Portugal e a Europa — a *carreira da Índia*. Esta viagem, pela rota do Cabo, levava um ano e meio no trajeto Lisboa—Índia—Lisboa e teriam ocorrido — segundo Magalhães Godinho — 918 partidas entre 1500 e 1635.[48] O navio agora utilizado não é mais a ágil e pequena caravela mas as grandes e pesadas *naus*, algumas chegando a transportar dois mil tonéis com uma tripulação de cerca de novecentos homens.[49]

Este circuito tem por móvel fundamental o comércio de *especiaria* — objetivo claramente fixado na elaboração do "plano asiático" e que norteia a ação de Vasco da Gama e seus sucessores.[50] Trata-se de abrir uma rota marítima que concorrerá com Veneza, cidade que monopoliza a distribuição européia desses produtos trazidos da Ásia através da rota terrestre do Levante, e obtidos no Egito; nas palavras de Magalhães Godinho: "A política do bloqueio da Meca, ligada à cruzada,

conjunto de fortes e feitorias apoiados em acordos locais obtidos em meio às rivalidades preexistentes (op. cit., p. 69 a 72).

47 C. Boxer. Op. cit., p. 75 e 158. Este autor assevera que o império português na Ásia chegou a ter 29 cidades e 33 reinos tributários em sua órbita (p. 157), e conclui que o caráter militar advém de a Ásia ser "uma fronteira de conquista" (p. 239). Oliveira Marques também aponta o estado de guerra permanente no domínio lusitano do Índico (op. cit., p. 28).

48 *Os descobrimentos...*, vol. III, p. 43. Também C. Boxer. Op. cit., p. 232 e Oliveira Marques. Op. cit., p. 209. P. Chaunu afirma que o auge da carreira portuguesa da Índia ocorreu entre 1540 e 1550 (op. cit., p. 211).

49 Godinho estima que a tonelagem média das naus oscilava entre quatrocentos e quinhentos tonéis, e ressalta que "a rota do Cabo abriu assim largos horizontes à construção naval e à armação privada" (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 52 e 57). Boxer comenta que a tripulação das naus era basicamente recrutada à força ou mesmo escrava, e que o comando sempre estava nas mãos de um fidalgo (op. cit., p. 244).

50 V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. II, p. 159 e 166. Para uma definição de "especiaria", ver Ibidem, p. 145; e para uma geografia das suas áreas de produção, p. 187 a 195.

de colonizadores lusitanos nos diferentes quadrantes do mundo oriental. Uma parte destes — os *casados* — vão fixando-se e desenvolvendo interesses próprios nos locais de sua fixação, tornando o império "não apenas um conjunto de feitorias com pessoal a mudar e ansioso para regressar à metrópole, mas também uma teia de focos de povoamento".[60]

Assim, ao lado da carreira da Índia, desenvolve-se todo um fluxo de circuitos regionais. Um conjunto deles abarca as iniciativas de busca das fontes de outras especiarias, envolvendo as ilhas do Índico, a Indochina, chegando a adentrar-se no Pacífico (onde disputam com a Espanha a soberania sobre as Molucas).[61] Nessa direção, a base avançada portuguesa localiza-se em Malaca, ponto estratégico de irradiação no Extremo Oriente, verdadeira capital deste longínquo e vasto sistema de captura das fontes da especiaria.[62] Daí demandam a pimenta redonda de Sunda e de Java, o sândalo do Timor, a noz-moscada no mar de Banda, o cravo nas Molucas, além das expedições no mar da China — onde é fundada a feitoria de Macau em 1555, fato que já exprime certa perenização das trocas.

De Macau, os portugueses participam dos mercados continentais chineses, acabando por se tornarem os intermediários entre estes e outras praças asiáticas (como Malaca, ou mesmo Ormuz). Os navios lusitanos chegam a articular uma rota regular entre a China e o Japão, o *kurofume*. Tanto que fundam em 1571 a feitoria de Nagasáqui, neste último país.[63] O império chinês é um grande sorvedouro de metais

oceano Índico na mira de desalojar os venezianos do confortável lugar de fornecedores da especiaria aos mercados europeus, os portugueses ter-se-iam podido contentar com os lucros da rota do Cabo... Mas não. Pelo contrário, com fulminante rapidez espalharam-se através de todo Oriente", imiscuindo-se "nos circuitos mercantis de longa data traçados através do Índico e dos mares do sul" (vol. III, p. 135).

60 Ibidem, vol. III, p. 36. Comenta este autor que um século e meio após a tomada de Ceuta, os portugueses estão instalados em Macau (vol. I, p. 46).

61 Estabelecer claramente a localização destas ilhas, em face do meridiano definido em Tordesilhas, é um dos objetivos da expedição de Fernão de Magalhães, financiada por Castela (J. Cortesão. *A expansão...*, p. 44). V. M. Godinho lembra que a viagem de ida e volta de Goa às Molucas levava de dois a três anos (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 142).

62 Oliveira Marques define Malaca como "a capital do Oriente" (op. cit., p. 51). Godinho a considera "entreposto gigante na junção do oceano Índico e dos mares de Java e da China" (*Os descobrimentos...*, vol. II, p. 199) e ressalta seu "papel cêntrico" nos "circuitos orientais" (vol. III, p. 154).

63 Ver V. M. Godinho. Ibidem, vol. II, p. 137; e Oliveira Marques. Op. cit., p. 194.

(uma "bomba aspirante de prata", nas palavras de Godinho). E esta é a carga básica que os portugueses aí desembarcam (captada em variadas fontes) em troca de sedas e outros produtos de alto luxo (logo, de grande valor diante do volume), que constituirão parte da carga de torna-viagem da rota do Cabo.[64]

Esta procura chinesa pela prata acaba por induzir os mercadores portugueses num novo circuito aberto pela rota de Acapulco, que por um caminho pelo Pacífico demanda a América.[65] Macau e Malaca acabam sendo atraídas mais por Manila que por Goa, notadamente após a união das coroas ibéricas. Tal polarização advém do fato — bem apontado por Godinho — de que de um lado do Pacífico está a zona do mundo onde a prata é mais cara (a China) e do outro onde ela é mais barata (o México).[66] Cabe lembrar que as fontes metálicas portuguesas já se esgotaram a essa altura.

Resta apontar a presença lusitana no mar Arábico e na costa oriental da África. Na primeira dessas áreas, a ação prioritária dos portugueses se dá na tentativa de restringir a atividade concorrente da rota do Levante. Para tanto desenvolvem uma política de fechamento do mar Vermelho, com a construção da fortaleza na ilha de Socotoró e a manutenção da armada do Malabar continuamente policiando as águas do golfo de Áden,[67] visando assim impedir o trânsito dos barcos da Meca. Este objetivo não foi plenamente alcançado, e sabe-se que as mercadorias orientais não deixaram de chegar ao Egito. Todavia, essa política de policiamento forneceu um adicional de ingressos oriundo do apresamento dos barcos árabes, cujo montante não é de se desprezar.[68]

À tentativa de fechamento do mar Vermelho, contrapõe-se a liberdade e o estímulo ao comércio no golfo Pérsico, onde os portugueses entabulam uma política de alianças contra as forças turcas e mamelucas. Como visto, os acordos com a Pérsia são antigos, assim como a presença lusitana em Ormuz — posição por demais estratégica para a

64 Cabe lembrar que a viagem entre Nagasáqui e Goa dura três anos (P. Chaunu. Op. cit., p. 200).

65 Esta rota é aberta em 1565, e leva a prata mexicana ao Oriente, concorrendo com a rota do Cabo em certos produtos. Manila é fundada em 1571 (V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. II, p. 130). Este circuito será discutido no Capítulo 7.

66 Ibidem, vol. II, p. 140 e vol. III, p. 161. E Oliveira Marques. Op. cit., p. 217.

67 V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. III, p. 98.

68 Ibidem, vol. III, p. 12.

desenvolvendo também, ao lado da preocupação com os índios "pacificados", toda uma legislação que tratava das condições em que a escravidão indígena seria considerada legal.[67]

Basicamente era dada como aceitável a escravidão por *resgate* (isto é, a obtida no escambo com os próprios indígenas), por *compra* legal (quando o índio se vendia ou a seus filhos), e especialmente, por *guerra justa*.[68] Este último motivo vai dar às expedições de captura de escravos um caráter não apenas legal, mas mesmo estatal, quando se amparavam no argumento da defesa das povoações contra os "índios bravos".[69] E vale lembrar que "o colono europeu não conseguiu encarar o indígena senão como trabalhador a seu serviço. Caso o indígena não se acomodasse a trabalhar a serviço do branco, ele era considerado índio brabo, selvagem ignorante e bárbaro".[70] Assim, o colonizador visava a força de trabalho do índio e sabia que esta só poderia ser obtida com a "expropriação territorial, pela escravização e pela destribalização (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram

móvel das "guerras indígenas" da segunda metade do XVI; estas eram uma reação à escravização (op. cit., p. 60 a 66). Somente na repressão à Confederação dos Tamoios foram escravizados cerca de quatro mil índios (S. B. de Holanda & O. Pantaleão. Op. cit., p. 161).

67 G. Thomas considera que a escravidão do indígena nunca havia sido proibida no Brasil, apenas formalmente necessitava de licença para apresamento. As sucessivas legislações somente delineiam as condições em que se justificava tal ação. Não há, no caso brasileiro, nenhuma posição que se aproxime da defesa plena dos índios como a exposta por Las Casas na América espanhola (op. cit., p. 24 e 70). E como observa J. M. Paiva: "Aceito um princípio justo de escravização, está aberta a porta para seu estabelecimento em bases sólidas" (op. cit., p. 33). Na verdade, as proposições mais restritivas a tal prática datam do período de dominação hispânica, como demonstra B. P. Moisés (op. cit.).

68 Ver G. Thomas. Op. cit., p. 48 a 53. A Junta da Bahia faz, em 1574, uma codificação das leis referentes ao tema, reafirmando essas três alternativas de justificação do escravismo (p. 109). Ver também J. M. Paiva. Op. cit., p. 36.

69 Basta lembrar as ações "pacificadoras" contra os tapuias na Bahia em 1558, contra os tupiniquins no Espírito Santo no mesmo ano, e contra os aimorés em Ilhéus e Porto Seguro no seguinte, contra os tupis em São Paulo em 1561, e contra os tamoios no Rio de Janeiro em 1565-1567 (G. Thomas. Op. cit., p. 76-8).

70 E. Hoornaert. Op. cit., p. 54. G. Thomas concorda: "O juízo sobre a raça americana parece, pois, ter sido ditado antes pelo interesse de tipo econômico em encontrar motivos justificativos para a escravização do indígena" (op. cit., p. 24). C. Fausto lembra o estímulo dos portugueses às guerras interétnicas, que geravam muitos escravos resgatáveis (op. cit., p. 385).

vistas como ameaças à segurança dos brancos)".[71] Com base nisso, segue o mercado, com a demanda de braços estimulando a caça ao gentio, motivo primeiro da interiorização dos colonos.[72]

O trânsito no interior ameniza em parte a interpretação corrente (tomada de frei Vicente do Salvador) de que os portugueses ficavam presos à praia como caranguejos. Na verdade, como já visto, o padrão colonial lusitano em todas as partes do globo pautou-se por uma ocupação pontual e litorânea; um império filiforme e talassocrático, como qualificou um comentarista. Estranho seria adoção de um novo comportamento na ocupação das terras brasileiras.[73] Vale lembrar que, ao contrário dos espanhóis, os portugueses não se defrontaram com uma estrutura territorial interiorizada preexistente, nem com uma rede urbana que induzisse uma instalação na hinterlândia.[74] Onde preexistia, nas sociedades encontradas, uma relação mais regular entre a vida litorânea e o interior, como no caso das capitanias mais meridionais, rapidamente os colonizadores apropriaram-se dos itinerários e caminhos existentes.[75]

71 Florestan Fernandes. Os tupis..., p. 83. G. Thomas afirma que, em mais de uma ocasião, os colonos manifestam à metrópole o desejo de organizar alguma forma semelhante ao repartimento espanhol (op. cit., p. 65).

72 Como observa, com ironia, S. B. de Holanda, os braços indígenas eram "as minas prediletas dos paulistas" (*O extremo oeste*, p. 154), tendo a captura do escravo índio estimulado a ida aos sertões, muito mais do que a busca dos metais (p. 26-7). Ver também R. Simonsen. Op. cit., p. 208.

73 Numa afirmação que seria bastante válida para a geopolítica colonial, diz Caio Prado Jr.: "De um modo geral pode-se afirmar que a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema, e não criou nada de original para a colônia" (op. cit., p. 301).

74 Daí o despropósito de se qualificar a instalação portuguesa por comparação à espanhola, como faz, por exemplo, S. B. de Holanda ao concluir que estes tinham uma ótica de domínio territorial ao passo que aqueles se moviam por objetivos mais comerciais (*Raízes do Brasil*, p. 64). Tal avaliação gera conclusões como: para os portugueses "a colônia é simples lugar de passagem", ao passo que para os espanhóis seria um "prolongamento do país" (p. 65). Em outra obra, este autor reafirma o caráter "imperial" da colonização hispânica que, por contraste, "realça o caráter disperso, fragmentário, linear, mais de feitorização que de colonização, assumido pelas atividades ultramarinas dos portugueses" (*Visão do paraíso*, p. 306 e 309). Nesse ponto, bem mais adequada é a interpretação de R. Simonsen que aponta bem o fato de que os espanhóis fizeram mais uma "ocupação do que colonização", pois se impunham a estruturas anteriores (op. cit., p. 304).

75 Ver Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 245 a 247. O próprio S. B. de Holanda considera, apoiando-se em Alfredo Ellis, que os caminhos indígenas preexistentes

O estabelecimento de uma atividade agrícola atuou como complicador nas relações entre os portugueses e os indígenas. Essa atividade demandava uma regularidade e um ritmo distinto daquele em que se processava o escambo. Por isso, "junto com os latifúndios e a monocultura da cana espalhou-se a escravidão dos índios".[58] Segundo Marchant, até 1533 inexistem provas do recurso a essa relação de trabalho na colônia, e somente após 1545 começaram a aparecer alusões a ela na correspondência oficial.[59] A fome de braços das plantações animou a ampla difusão do apresamento de indígenas, tanto que com a constituição do governo-geral a Coroa resolveu legislar sobre a matéria. No regimento de Tomé de Sousa já aparecia a proposta do aldeamento dos índios "pacíficos", buscando seu adensamento e fixação próximos aos núcleos coloniais.[60]

Numa paralelo com a colonização espanhola, já estudada, a política portuguesa do *aldeamento* aparece como versão precoce do *repartimiento*, dotada de características particulares.[61] As tribos aldeadas mantinham o controle de certa porção de terras, para a atividade agrícola e a reprodução da aldeia, e deviam fornecer um contingente de mão-de-obra para trabalhos externos remunerados. Tal contingente era dividido entre os colonos e a administração colonial para realizar as tarefas estabelecidas durante um tempo determinado.[62] Assim, também na América portuguesa, o braço indígena era o esteio da produção, componente básico da vida econômica da colônia.[63]

Uma motivação geopolítica na instituição do sistema de aldeamento é também bastante evidente. A existência de um grande contingente de índios aldeados — em outras palavras "submetidos" aos portugueses[64] — representava um fator de segurança ante ataques de forças estrangeiras ou de tribos hostis, pois, como observa Beatriz Moisés, "Serão eles, também, os principais defensores da colônia, constituindo o grosso dos contingentes de tropas de guerra".[65] Na fase inicial de instalação da colonização, a escravização indiscriminada havia impelido algumas tribos a alianças com os franceses e animado todo um ciclo de rebeliões indígenas, das quais a "Confederação dos Tamoios" é a mais conhecida.[66] Daí o intuito da Coroa em normatizar a matéria,

[58] Georg Thomas. Op. cit., p. 40. E reforça: "a construção econômica da colônia brasileira teve que ser sustentada inicialmente, quase por completo, pelo trabalho dos indígenas" (p. 42). Berta Ribeiro afirma que até o advento das capitanias as relações entre portugueses e índios eram "tranqüilas" (op. cit., p. 33).

[59] Op. cit., p. 33 e 60. G. Thomas, todavia, indica que o apresamento e o "resgate" (o escambo de escravos) de indígenas ocorreram desde os primeiros contatos, com alguns sempre constando no carregamento dos navios. O autor fala da venda de índios brasileiros para as plantações das Antilhas, dando o exemplo de 140 enviados a Porto Rico em 1538 (op. cit., p. 37-8). Berta Ribeiro também fala da exportação de escravos índios no início da colonização do Brasil, mas reforça que internamente, até 1549, são escassos os dados sobre sua utilização (op. cit., p. 34-5).

[60] G. Thomas considera que com essa medida "a Coroa tomou sob sua proteção todos os índios pacíficos" (p. 60). Beatriz P. Moisés salienta a existência, ao longo do período colonial, de políticas diferentes para os "índios amigos" e para o "gentil bravo", sendo que "aos índios aldeados e aliados, é garantida a liberdade ao longo de toda a colonização" pois "deles dependem reconhecidamente o sustento e defesa da colônia". Por outro lado, "a escravidão é... o destino dos índios inimigos" (Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial, p. 117 e 123).

[61] Além da precocidade, pode-se identificar como uma peculiaridade do "repartimento" português o estabelecimento de uma administração exclusivamente eclesiástica das aldeias, que é entregue — durante todo o século XVI — nas mãos das ordens religiosas, notadamente os jesuítas. É somente em 1611 (logo no domínio hispânico) que é criada uma figura administrativa temporal: o "capitão" de aldeia (ver B. P. Moisés. Op. cit., p. 119).

[62] Beatriz P. Moisés fala da "ampla legislação sobre a repartição dos índios", mas não deixa de assinalar o "difundido desrespeito às normas" (op. cit., p. 120). Ela comenta que, apesar de o trabalho ser pago e regulamentado, na prática "há vários indícios de que os índios das aldeias acabavam ficando em situação pior do que os escravos" (p. 121). Analisando a Amazônia do século XVII, A. Porro conclui: "pouca ou nenhuma diferença havia no tratamento dispensado aos cativos das guerras justas e aos índios livres obtidos nas repartições" (op. cit., p. 194).

[63] Diz B. P. Moisés: "O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia" (op. cit., p. 120).

[64] Eduardo Hoornaert cita o padre Manuel da Nóbrega, para quem a conversão do gentio envolvia sua "sujeição" (*A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*, p. 64). F. Fernandes diz que "o anseio de *submeter* o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano" (Os tupis..., p. 83). José Maria de Paiva refere ao aldeamento como "uma nova organização social, modelada sob medida para o aportuguesamento rápido e eficaz" e define a aldeia como lugar de doutrinação, disciplinarização e reserva de tropas (*Colonização e catequese*, p. 45 e 89).

[65] Op. cit., p. 118. Em outra passagem, B. P. Moisés afirma: "Povos estratégicos, são as *muralhas do sertão*, barreira viva à penetração de inimigos de todo tipo" (p. 121).

[66] A Confederação dos Tamoios assolou as capitanias de baixo desde a década de 40 até 1567, chegando os índios a atacar a vila de São Vicente em 1547 (John M. Monteiro. Vida e morte do índio: São Paulo colonial, p. 28-9). Este autor lembra que, por abranger as áreas litorâneas, esta rebelião força os paulistas a buscarem índios no sertão. A. Marchant considera a intensificação da caça ao índio como o

lar algo do êxito ou fracasso (ou, posto em outros termos, do erro ou acerto) da adoção do sistema de capitanias como meio de ocupação do território brasileiro.

Genericamente falando, se pode avaliar que as sedes de capitania, na maior parte, constituíram núcleos de povoamento que — salvo pequenas mudanças de sítio — se efetivaram. O abandono total de uma instalação central foi raro, mais comum foi o movimento de expansão e contração das áreas de cultivo. Nesse sentido, pode-se dizer que o sistema atuou na fixação dos portugueses em solo americano. E mais, com um relativo êxito econômico que, mesmo localizado em poucos núcleos, "demonstrou a praticabilidade das colônias agrícolas no Brasil".[51] Portanto a instituição do governo-geral em 1548 se daria com o intuito de reforçar uma formação já em movimento, de cuja viabilidade começava-se a ter maior segurança. Não se trata assim de alteração radical dos rumos da geopolítica portuguesa para a colônia, mas de medida que visava a expandir e sedimentar o processo de instalação e domínio.[52] Até porque o papel do governador-geral era essencialmente militar, com sua jurisdição sobrepondo-se só formalmente aos direitos dos donatários.[53]

de estrangeiros em todas as capitanias, muitos deles mercadores por conta própria ou agentes de estrangeiros residentes na Europa" (op. cit., p. 5).

51 A. Marchant. Op. cit., p. 67. Este autor enfatiza que as capitanias "fixam" os portugueses, ao acrescentarem "plantações à primitiva exploração extrativa", e, mais, "juntamente com o advento da permanência, efetuou-se a instalação de certo número de governos locais, descentralizados para agirem no Brasil" (p. 66). C. Furtado também conclui nesse sentido: "O êxito da empresa agrícola do século XVI — única na época — constitui portanto a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas" (op. cit., p. 14). Uma argumentação contrária, que avalia o sistema como um fracasso, pode ser obtida em R. Garcia. Op. cit., p. 63.

52 Hélio Vianna avalia, com razão, que as capitanias cumpriram seu objetivo, e que o governo-geral é instalado para auxiliá-las não para substituí-las (op. cit., p. 28). R. Simonsen observa que em 1548 já existiam dezesseis povoados na costa brasileira, e que a instituição do governo-geral visava a ajudar sua prosperidade, aumentando-lhes a segurança (op. cit., p. 85-6).

53 Ver Caio Prado Jr. Op. cit., p. 306. Diz este autor: "O Brasil não constitui, para os efeitos da administração metropolitana, uma unidade" (p. 303), sendo tratado, na verdade, como um "agregado de capitanias" (p. 304). E conclui: "Em suma, não se encontra na administração colonial, repito, uma divisão marcada e nítida entre governo geral e local" (p. 318). S. B. de Holanda, apesar de realçar o maior centralismo do governo-geral, também conclui nesse sentido: "A tendência para a centralização do poder, que na prática jamais se realizará cabalmente durante todo o nosso

A par da atividade agrícola, e do escambo que prosseguia, a maior fixação ativava o imaginário dos colonos e das autoridades coloniais quanto às riquezas escondidas na hinterlândia. O contato com os índios, e com remanescentes de expedições ou náufragos espanhóis, vai alimentando uma "geografia fantástica" que animava o desvendamento dos sertões.[54] Tal móvel estimulou precocemente a organização de *entradas*,[55] processo que conhece aceleração com as notícias referentes à descoberta do cerro de Potosí, que a consciência de então considerava mais próximo da costa brasileira.[56] Entrando na segunda metade do século XVI, observa-se a proliferação de expedições que demandam o interior em busca de minérios, num movimento irradiador que parte de diferentes núcleos costeiros.[57] Além das riquezas minerais, o apresamento do gentio também começa a emergir como móvel dessas incursões, pelo fato de que se expandiu a demanda de braços com a consolidação das plantações.

período colonial, está longe de querer significar que o exerceria indiviso o governador" (A instituição do governo-geral, p. 109). Para uma visão sistemática da formação do aparelho estatal no Brasil colônia, ver Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial.*

54 O melhor ensaio sobre esta geografia permanece sendo: S. B. de Holanda. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos na colonização do Brasil.*

55 Já Martim Afonso de Sousa envia uma expedição ao interior partindo de Cananéia em 1531 (S. B. de Holanda. As primeiras expedições, p. 94). Basílio de Magalhães informa que já antes, em 1526, Aleixo Garcia, saindo de São Vicente, havia atingido o Peru através do Paraguai; caminho também trafegável começando da costa de Santa Catarina (op. cit., p. 64). Esta última rota foi seguida em 1540 por Cabeza de Vaca (R. Simonsen. Op. cit., p. 235-6). Ver também Orlando R. Pinto. Op. cit., p. 36; e S. B. de Holanda. *Visão do paraíso*, p. 71.

56 S. B. de Holanda. *Visão...*, p. 44. Nas suas palavras: "o que no Brasil se queria encontrar era o Peru, não era o Brasil" (p. 99). Segundo este autor, a instituição do sistema de capitanias "se segue a breve distância à notícia das primeiras já notáveis conseqüências da expedição de Francisco Pizarro", pois só a crença na existência de grandes riquezas animaria a Coroa a se envolver, ante a sua situação fazendária, em outro "*front* de colonização"; e, com a descoberta posterior do cerro de Potosí, pode-se entender a "importância que de súbito parece ganhar o Brasil para a política ultramarina de D. João III" (*O extremo...*, p. 109, 111 e 115).

57 Capistrano de Abreu define São Paulo, Pernambuco e Bahia como os três centros de irradiação no século XVI (*Caminhos...*, p. 294). Do núcleo baiano partem as expedições que, já em 1553, haviam atingido a chapada Diamantina, avançando pelos rios Doce e Jequitinhonha (p. 313 a 318). A expansão com base em São Paulo é sobejamente conhecida (ver, por exemplo, Myriam Ellis. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil).

sendo antes um empreendimento "paraestatal" da Coroa, um expediente para atrair "elementos privados na exploração das conquistas".[42] Isso não quer dizer que esse sistema estivesse destituído de traços feudalizantes, ao contrário, assentava-se em todo um arcabouço claramente senhorial que o isolamento e a autarquização amiúde reforçaram.[43] Porém havia um móvel mercantil que presidia as ações. Como lembra Alexander Marchant, os donatários eram todos membros da pequena nobreza, militares ou funcionários envolvidos com negócios ultramarinos.[44]

Para o donatário a efetivação da mercê recebida passava necessariamente pela criação de uma estrutura produtiva em sua área. Nas condições reinantes, a criação de lavouras de gêneros tropicais impunha-se como modelo geral de instalação. Novamente era a experiência insular que balizava o caminho, apontando a ampla lucratividade do plantio da cana-de-açúcar. E se pode aventar que todas as tentativas de instalação recorreram de início à agricultura açucareira.[45] Com maior

[42] J. F. de Almeida Prado. O regime das capitanias, p. 94 e 99. Também Hélio Vianna aponta este caráter não feudal: "Não concedendo ao titular do senhorio o domínio absoluto... estabeleciam as cartas de doação... um inteligente sistema de exploração oficial, embora executado por intermédio de particulares" (op. cit., p. 27). R. Simonsen igualmente afirma que a falta de recursos animou o plano das capitanias, cujos participantes buscavam um "lucro capitalista" (op. cit., p. 181-2). Segundo ele, o sistema era "um meio de garantir a posse da Terra de Santa Cruz sem maior ônus para a Coroa portuguesa" (p. 61). R. Garcia discorda dessa visão, destacando a "prodigalidade" da Coroa com o Brasil: "um território imenso... era repartido sem o menor critério em uma dúzia de capitanias... e enfeudado *ad perpetuum* a alguns válidos e capitães... a cuja jurisdição ficava pertencendo a distribuição e exploração do solo... e a maior parte dos outros atributos da soberania" (op. cit., p. 60).

[43] F. Mauro aponta traços medievais na dominância do grande proprietário e na armação das instituições luso-brasileiras (op. cit., p. 103). Oliveira Marques considera que os donatários, de fato, "agiam como senhores feudais", distribuíam a terra e controlavam os meios de produção, e "tudo isso criava uma sociedade hierarquizada em quatro categorias, muito à maneira feudal" (*História de Portugal*, vol. II, p. 57-8).

[44] Op. cit., p. 40-1. Segundo Marchant, a capitania se organizava com base em uma vila, com um bom porto numa baía ou estuário. O donatário tinha suas propriedades, que explorava diretamente ou por parceria, e também cobrava os dízimos pela terra distribuída entre os colonos. Além disso, possuía o monopólio do comércio de alguns produtos (p. 44 a 46). Conforme R. Garcia, os direitos da Coroa estavam reduzidos à alfândega, ao monopólio das especiarias, ao quinto dos metais e ao dízimo eclesiástico (op. cit., p. 44).

[45] Capistrano de Abreu comenta que Cristóvão Jaques havia fundado, em 1521, uma feitoria em Itamaracá, onde em 1526 já se embarcava algum açúcar (*Caminhos...*,

cuidado e menor escala, pode-se dizer que as capitanias que lograram adaptar-se a essa produção foram as que conseguiram desenvolver-se (malgrado as razões que fogem a uma lógica estritamente econômica). Cabe lembrar que o estabelecimento de engenhos e de grandes lavouras de cana-de-açúcar envolvia montantes de capitais expressivos, não acessíveis a boa parte dos donatários.[46]

O destino das várias capitanias foi bastante diversificado. De início cabe atentar para a observação de Capistrano de Abreu, de que metade dos doze donatários jamais pisaram em suas possessões, fato que revela algo das dificuldades e da incerteza do empreendimento.[47] No geral, se pode estabelecer certa relação (aparentemente óbvia) entre a prosperidade e a disponibilidade de capitais. Todavia outros fatores, como a reação e o trato das populações autóctones, também intervieram no processo.[48] De todo modo, na década de 1540, há registros da existência de engenhos e de embarque de açúcar em várias capitanias.[49] Em algumas aparece também a presença de capitais estrangeiros investidos na produção açucareira.[50] Tal fato pode reve-

p. 367). Stuart Schwartz atesta o recebimento do produto brasileiro, em Lisboa, nesse ano (*Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, p. 31).

[46] A. Marchant. Op. cit., p. 42. Este autor considera que foi o custo de defesa o responsável pelo fracasso de muitas capitanias, lembrando que São Vicente e Pernambuco — mais bem providas de capitais — possuíam tropas mercenárias (p. 67). Ver também R. Simonsen. Op. cit., p. 88. Para a história da instalação inicial em cada capitania, ver J. F. de Almeida Prado. O regime..., p. 102 a 105.

[47] *Caminhos...*, p. 251.

[48] Marchant releva o papel do trabalho indígena na instalação das capitanias, seja no fornecimento de mão-de-obra, seja no abastecimento inicial de víveres (op. cit., p. 58). Diz ele que, durante quase um século, os portugueses e os índios "estiveram quase sozinhos no Brasil" (p. 3), e conclui: "é especificamente o seu trabalho o de que necessitavam para converter as incipientes colônias em centros de produção agrícola" (p. 51).

[40] Há, segundo Marchant, alusões a Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo e São Vicente (op. cit., p. 51). Orlando R. Pinto assinala a existência de seis engenhos em São Vicente em 1548, e de outros cinco em Pernambuco dois anos depois (op. cit., p. 51 e 53).

[50] É o caso do do banqueiro florentino Giraldes em Ilhéus e dos mercadores Schetz (holandês) e Dória (genovês) em São Vicente (J. F. de Almeida Prado. O regime..., p. 102). C. Furtado também salienta essa presença: "tudo indica que capitais flamengos participaram do financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação de mão-de-obra escrava"(op. cit., p. 12). Ver também Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 69. B. Diffie igualmente conclui: "Da enorme variedade de documentos da época, fica a impressão de que havia grande número

dos "entrelopos" eram iniciativas de particulares.[34] A resposta portuguesa vem na criação da "capitania do mar" do Brasil e das armadas "guarda-costas" que ao longo das décadas de 20 e 30 policiam o litoral fazendo a caça aos navios franceses.

A própria experiência dessas expedições punitivas alerta, até pelo número de barcos apreendidos, a Coroa portuguesa quanto à necessidade de ativar a ocupação do Brasil. Tal recomendação aparece explicitamente no relatório encaminhado ao rei pelo comandante de uma das mais importantes dessas expedições, Martim Afonso de Sousa.[35] Vale destacar que se tratava de *criar* uma exploração econômica, e não de simples apropriação de uma riqueza já existente. Em outras palavras, urgia *iniciar* uma produção depositando capitais tendo em vista um retorno futuro.[36] Luís Filipe Barreto capta bem a dificuldade da empresa: "Brasil obstáculo exigindo uma colonização específica e um lucro bem mais mediato e diferenciado que o imediatamente

[34] Hélio Vianna. Op. cit., p. 24-5. Vale lembrar o questionamento de Francisco I quanto à divisão do ultramar pelo papado entre as Coroas ibéricas.

[35] Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 251. Este autor credita a Martim Afonso o plano original de criar as capitanias. Já Hélio Vianna considera que o plano é anterior e que esta expedição foi organizada como parte de sua objetivação; em suas palavras: "Verificando que o único modo de afastar do litoral do Brasil os traficantes estrangeiros seria dar início à colonização, com esse objetivo mandou D. João III aprestar uma armada em 1530" (op. cit., p. 25). Martim Afonso chega no ano seguinte à costa pernambucana com duas naus, um galeão e duas caravelas. As duas últimas são mandadas para explorar a costa setentrional, enquanto o resto da armada demanda ao sul onde chegam ao estuário do Prata, com escalas na Bahia, no Rio de Janeiro, em Cananéia (onde fazem incursão terrestre) e na costa uruguaia (onde são assentados marcos de ocupação). No retorno funda São Vicente, em 1532 (p. 26). S. B. de Holanda também afirma que D. João III havia determinado a Martim Afonso fazer demarcações com a finalidade explícita de posterior divisão da terra (*O extremo oeste*, p. 117). R. Simonsen observa que o letrado Diogo de Gouveia participou da elaboração do plano das capitanias, o que se comprova pela leitura de sua correspondência (op. cit., p. 79-80). Também R. Garcia aponta os argumentos de Diogo de Gouveia a favor da adoção do sistema de capitanias, ressaltando todavia os amplos poderes dados a Martim Afonso, entre estes o de doar terras e fundar cidades (op. cit., p. 53-4).

[36] Nas palavras de Vera Lucia A. Ferlini: "Fazia-se imperiosa a organização de exploração agrícola rentável que, ao mesmo tempo, interessasse os investidores metropolitanos e propiciasse recursos para a manutenção e defesa destes domínios" (*A civilização do açúcar séculos XVI a XVIII*, p. 15). E, conforme R. Simonsen: "No Brasil, sem encontrar, a princípio, os metais preciosos, compelidos... a ocupar efetivamente a terra, foram os portugueses forçados a recorrer à agricultura, a fim de assegurar a base de rendimento da nova colônia" (op. cit., p. 33).

mercantil buscado pelo intermediário multicontinental do Renascimento".[37]

Observa-se que o móvel da instalação era especificamente geopolítico, a exploração econômica aparecendo como um instrumento e uma necessidade deste.[38] Daí a dificuldade de financiamento e o desinteresse do capital mercantil ávido por lucros rápidos. Como avalia Celso Furtado, "A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável".[39] Cabe relembrar que, a esta falta de atrativo à capitalização privada, deve-se adicionar a difícil situação fazendária em que, como visto, está envolvida a Coroa portuguesa no segundo quartel desse século. Diante desse quadro, a proposta do sistema de capitanias hereditárias emerge como saída viável e barata de apressar a instalação nas terras do Brasil. Garantir a posse de vários pontos da costa foi o objetivo primeiro deste sistema.[40]

O intuito geopolítico da adoção do sistema de capitanias no Brasil (como tantas outras coisas brasileiras, também trazido da colonização das ilhas atlânticas) transparece claramente na relação estabelecida entre o rei e o donatário, em que este é definido como o ocupante da terra por graça real, terra que não sai do domínio do soberano.[41] É nesse sentido que a capitania não pode ser confundida com um feudo,

[37] L. F. Barreto. Op. cit., p. 170.

[38] A. Marchant argumenta que a necessidade de defesa do Brasil impunha o imperativo de torná-lo produtivo, de forma que custeasse as despesas decorrentes. O plano das capitanias estaria dentro desta lógica de "colonização permanente" (op. cit., p. 39). Ver também P. Chaunu. *Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 240.

[39] C. Furtado. Op. cit., p. 8. O autor lembra ter sido o Brasil o primeiro estabelecimento europeu de base agrícola em toda a América (p. 9). P. Chaunu fala que as terras brasileiras "foram a sede de economias de colheita" (op. cit., p. 312).

[40] Caio Prado Jr. Op. cit., p. 37. R. Garcia observa que, já em 1516, a Coroa emite um alvará estabelecendo auxílios para a montagem de engenhos no Brasil (op. cit., p. 42-3).

[41] A. Marchant. Op. cit., p. 44. Este autor aponta a distinção entre as *cartas de doação*, referentes ao provimento de terras e poderes ao donatário, e os *forais* que representam ajustes fiscais entre este e a Coroa, os quais reafirmam a soberania real sobre o território (p. 128). Também Mauro alerta para o fato de o donatário ser o titular de uma ação oriunda do poder real, enfatizando que, por esse motivo, as capitanias não poderiam ser consideradas feudais (op. cit., p. 97, 99 e 100). R. Garcia fala que "a carta de doação era um diploma em que constava a mercê feita ao donatário", e que "os forais eram a declaração dos direitos, foros, tributos e cousas que haviam os colonos de pagar ao rei e aos donatários", e considera os últimos um "verdadeiro contrato enfitêutico" (op. cit., p. 43).

colonização, as tribos defrontadas organizavam-se em aldeias autônomas, que circunstancialmente se agregavam em alianças efêmeras sob o comando de um líder carismático: um chefe guerreiro ou um xamã (no caso dos guaranis).[27]

Resta salientar o caráter nômade das tribos tupis e guaranis, elemento impeditivo de acumulação *in situ* significativa, como a observada em várias partes da América espanhola. Tal característica redunda na inexistência de cidades ou mesmo de intervenções mais perenes sobre o meio natural por estas sociedades. Por outro lado, o nomadismo exercitado em âmbitos territoriais genericamente delimitados, implicando certa recorrência nos itinerários das migrações, acaba por definir caminhos indígenas, que serão utilizados como rotas de exploração e ocupação pelos portugueses.[28]

Enfim, foi com essas populações costeiras que os primeiros colonizadores entabularam trocas no período inicial de instalação no Brasil. Pode-se dizer que, nesse período, a sobrevivência dos primevos colonos repousava em muito numa boa acolhida dos nativos. Tal dependência advinha do pequeno número de portugueses deixados em terra,[29] ao que se somava o desconhecimento do território e de seus produtos. Por isso era fundamental o estabelecimento de relações com o gentio, o que foi realizado com êxito, fato que se expressa na presença precoce, em vários pontos da costa, de europeus não apenas vivendo entre os índios mas possuindo relativa ascendência sobre

[27] Carlos Fausto critica a idéia da existência de cacicados na costa, afirmando que cada grupo tupi organizava-se localmente em aldeias, sendo as alianças entre estas mutáveis e não contínuas, não havendo um chefe geral. Daí definir a organização tupi como "redes sem centro", com a formação esporádica de "conjuntos multicomunitários" (op. cit., p. 384, 388, 389 e 391). Falando dos guaranis, J. M. Monteiro aponta o contraste entre a unidade cultural dessa etnia em face de sua fragmentação política. O autor afirma, contudo, a existência nessa tribo de "províncias", isto é, "unidades territoriais abrangentes" com uma chefia central, e de alianças entre grupos locais liderados por grandes chefes, notadamente nas situações de guerra (op. cit., p. 478 e 481). Vale lembrar com J. C. Melatti que o termo *cacique* é estranho aos grupos indígenas brasileiros, sendo proveniente da língua taina, das Antilhas (*Índios do Brasil*, p. 109).

[28] Tais caminhos, os *peabirus*, cumpriram importante papel na exploração da hinterlândia e na interiorização da colonização (ver Fernando L. Fernandes. A primeira feitoria portuguesa no Brasil, p. 26 e 27).

[29] J. F. Almeida Prado lembra que já a frota de Cabral deixa alguns degredados em terra (op. cit., p. 55). Na feitoria de Cabo Frio, fundada pela expedição de 1503, ficaram 24 portugueses (p. 40). Ver também R. Garcia. Op. cit., p. 33.

eles.[30] Esses elementos foram de grande valia na posterior ocupação, no papel de elo de contato entre os colonizadores e as comunidades indígenas.[31] Os primeiros feitores, sem dúvida, não escaparam muito desse perfil.

Contudo, do ponto de vista do domínio territorial, a feitorização era uma iniciativa ainda tímida diante da magnitude do espaço ambicionado. Instalava o colonizador mas não garantia a efetiva conquista e "tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente".[32] Notadamente os navios franceses, de modo precoce e cada vez mais freqüente, visitavam a costa do Brasil entabulando trocas com os indígenas e fazendo concorrência às companhias portuguesas no escambo e na comercialização dos produtos trocados.[33] A consciência dessa concorrência aparece nas reclamações que Portugal encaminha à chancelaria da França, às quais o rei francês responde afirmando que pouco pode fazer, pelo fato de que as viagens

[30] Almeida Prado. Op. cit., p. 69. João Ramalho em São Vicente e o Caramuru na Bahia são os mais conhecidos entre estes personagens, mas não os únicos (p. 58-9). Estes "povoadores" seriam náufragos, desertores ou degredados, basicamente. R. Garcia lembra que o Brasil foi declarado "área de couto e homízio" para os que viessem colonizá-lo; esses teriam suas penas judiciais no reino anistiadas após um período de quatro anos de habitação na colônia (op. cit., p. 58-9).

[31] Eles foram os pais de uma primeira geração de "brasileiros", fruto de suas uniões com mulheres indígenas. Sobre a importância desta mestiçagem, comenta Almeida Prado: "Sem aquela chusma de mamelucos submetida à disciplina cristã, seria quase impossível a tarefa do estabelecimento de portugueses no Brasil" (op. cit., p. 108).

[32] Celso Furtado. Op. cit., p. 7. Esse autor considera que "o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma conseqüência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias" (p. 6). R. Simonsen aponta o dilema de D. João III: "ou ocupar efetivamente a Terra de Santa Cruz ou correr o risco de perdê-la" (op. cit., p. 79).

[33] Segundo Capistrano de Abreu, a concorrência francesa no escambo do pau-brasil "minava os alicerces da singular política colonial portuguesa" nessas terras (*Caminhos...*, p. 249, e também *Capítulos...*, p. 58). A. Marchant observa a diferença entre o sistema de escambo francês, operado com base nas embarcações, e o português apoiado em feitorias fixas (op. cit., p. 27). Todavia Orlando Pinto menciona a tentativa francesa de levantar um forte em Pernambuco no ano de 1532, lembrando que barcos dessa nacionalidade aparecem no litoral brasileiro já em 1503 (op. cit., p. 40-1 e 30). Sérgio B. de Holanda & Olga Pantaleão apontam tentativa semelhante em Cabo Frio em 1548 (Franceses e holandeses no Brasil quinhentista, p. 148). Segundo estes autores, há registros da presença francesa, na primeira metade do século XVI, desde a foz do Amazonas até a ilha de Santa Catarina (p. 147).

torâneas desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul.[19] Essa variedade acabou por ser agrupada, pelos conquistadores (e pelos historiadores), com base na atitude das diferentes tribos perante os portugueses: no caso dos tupis, os *tupiniquins* amigos e os *tupinambás* hostis. A estes dois grupos do litoral associava-se, sob a denominação genérica de *tapuia*, as "tribos do sertão", identificadas com os gêneros de vida mais rudimentares.[20]

Sobre o número da população autóctone nas terras brasileiras à época da chegada dos europeus reina grande polêmica, seja no que tange ao conjunto do atual território (com os autores, no geral, oscilando suas estimativas entre um e dois milhões e meio de habitantes nativos),[21] seja no que importa aos grandes conjuntos étnicos,[22] seja ainda nas análises de corte regional.[23] De todo modo, mesmo nas áreas de maior

[19] Georg Thomas lista os diferentes grupos (potiguaras, tupinambás, caetês, tamoios, carijós, guaianás) que se esparramavam por toda a orla, com exceção de alguns trechos ainda em mão de outras tribos, as quais os tupis no geral denominavam de *tapuias*, estas na maior parte pertencentes ao tronco jê (*Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, p. 13 a 15). C. Fausto assinala que os guaranis estavam estabelecidos desde a lagoa dos Patos até Cananéia, e os tupis ocupavam a zona costeira de Iguape até o litoral do Ceará, identificando como as principais interrupções neste domínio os territórios dos charruas no Prata, goitacás na foz do Paraíba, aimorés no sul da Bahia, e tremembés na costa cearense (op. cit., p. 382).

[20] J. F. de Almeida Prado. Op. cit., p. 118. Conforme a análise de B. G. Dantas, J. A. Sampaio & M. R. Carvalho o nordeste brasileiro apresentava grande diversidade na população indígena, sendo "área de classificação residual", na qual a polaridade tupi-tapuia (opondo litoral e sertão) era bem demarcada (Os povos indígenas do nordeste brasileiro, p. 431 e 432). Para o estudo de uma tribo "tapuia" contatada logo ao início da colonização, ver Maria Hilda B. Paraiso. Os botocudos e sua trajetória histórica.

[21] Maria Luiza Marcilio resenha este debate, no qual Rosemblat fala em um milhão, Bergmam em dois e meio, e Hemming em 2.432.000 habitantes (A população do Brasil em perspectiva histórica, p. 15). Manuela C. Cunha mostra que as estimativas, para as terras baixas da América do Sul, oscilam entre onze milhões (Dobyns) e um milhão (Kroeber) de habitantes (op. cit., p. 14).

[22] Quanto aos tupinambás, Steward fala de 189.000 no final do século XVI, ao passo que Denevan estima em um milhão esta população no período pré-contato, o que implica uma variação na densidade de 9,5 para 0,6 hab./km² em um século (C. Fausto. Op. cit., p. 383). Quanto aos guaranis, as estimativas variam entre 250.000 (Hemming) e 1,5 milhão (Clastres) no momento do contato, conforme John M. Monteiro. Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI-XVII, p. 478).

[23] Eulália M. L. Lobo, citando Steward e Faron, estima a população da porção ocidental do Brasil em 378.000 habitantes, (perfazendo uma taxa de 0,3 hab./km²), e a da zona de floresta tropical em mais de dois milhões de indivíduos (com média de 0,6 hab./km²). Na faixa litorânea, de maior densidade, este número chegaria a 2 hab./km² (Conflito e continuidade na história brasileira, p. 315). Manuela C. Cunha fala que Moran define um contingente de 500.000 índios na Amazônia na época da conquista, ao passo que Denevan defende a existência de 6,8 milhões de habitantes nessa época numa área que abrange além, da citada, o Brasil central e o nordeste (op. cit., p. 14).

adensamento, a densidade demográfica não ultrapassava a terceira faixa de povoamento pré-colombiano da América, estabelecida por Pierre Chaunu em até oito habitantes por quilômetro quadrado.[24] Um quadro demográfico que se diferençava bastante do defrontado nas principais zonas de colonização do império hispânico, não só na quantidade de população mas sobretudo em suas formas de organização.

O contingente autóctone brasileiro estava, na maior parte, dividido em pequenos grupos que se combatiam com freqüência, não possuindo traços de unidade política maior, e o português vai utilizar bastante esta índole guerreira e a hostilidade intertribal em suas estratégias de conquista.[25] Os grandes impérios e as complexas sociedades andinas, por exemplo, não encontram paralelo nas terras baixas sul-americanas, onde as formas de organização política mais próximas à dominação estatal encontradas eram os *cacicados*, e, mesmo assim, em terras brasileiras tal instituição parece estar restrita ao vale amazônico.[26] Nas áreas de contato que interessam ao período inicial da

[24] Para a população guarani na época, a de maior densidade, distribuída por território de 350.000 km² (abrangendo regiões atuais do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai), Pierre Clastres estimou um contingente de 1.404.000 habitantes, o que dá o número de 4 hab./km² (apud Berta Ribeiro. Op. cit., p. 30).

[25] Florestan Fernandes aponta a dificuldade em formar e manter uma unidade supratribal como a fraqueza maior da reação indígena ao colonizador, responsável pelo caráter disperso e fragmentado da resistência (Os tupis e a reação tribal à conquista, p. 85). Do mesmo autor, consultar também *A função social da guerra na sociedade tupinambá*.

[26] Os estudos mais recentes mostram que, na Amazônia, os índios "estavam densamente assentados ao longo das margens e várzeas dos principais rios", apresentando ocupação constante e grandes aglomerações. Tais "assentamentos parecem ter estado integrados a grandes territórios culturais e políticos, governados por chefes supremos cuja autoridade baseava-se na crença na origem divina". Eram, enfim, "sociedades de grande escala, muito populosas, comparáveis ao cacicado complexo e aos pequenos Estados conhecidos em outras partes do mundo" (Anna C. Roosevelt. Arqueologia amazônica, p. 71-2). Antonio Porro classifica tal organização — com hierarquias, linhagens e estratificação social — como próxima ao cacicado subandino e do Caribe (História indígena do alto e médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII, p. 175-6).

reivindicar sua soberania,[11] objetivo que se realiza pois já em 1519 o contorno da costa brasileira aparece bem desenhado no conhecido mapa de Lopo Homem.[12] As segundas viagens são obras de companhias privadas, para as quais o Estado português arrenda a atividade de escambo do pau-brasil, tornando assim o capital mercantil sócio de mais este empreendimento.[13]

As trocas desenvolvidas, apesar do caráter episódico, acabam por gerar diminuta mas estável relação através das feitorias distribuídas em alguns pontos da costa.[14] Estas eram inicialmente lúgares de armazenagem e embarque do pau-brasil, que acabam cumprindo a função de "posto de comércio" e "base de patrulhamento da costa".[15] A

[11] Basílio de Magalhães aponta que, já em 1501, uma expedição de reconhecimento havia dado nome aos principais acidentes geográficos do litoral brasileiro, entre o cabo de São Roque e Cananéia (*Expansão geográfica do Brasil colonial*, p. 10). Fato também apontado por Orlando R. Pinto. *Cronologia da construção do Brasil*, p. 28; e por Rodolfo Garcia. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*, p. 31-2. O último autor lembra que uma expedição posterior, saída em 1503, após estada de três anos na colônia, conclui que "essas terras não eram de proveito, isto é, não continham especiarias raras nem metais preciosos" (p. 34).

[12] Em 1502 os contornos da terra brasileira já apareciam no famoso mapa de Cantino. Em carta enviada à senhoria de Veneza dando conta da nova descoberta, Domenico Pisani já comentava: "julgam que esta terra é firme" (O. R. Pinto. Op. cit., p. 28). Este autor ainda lembra que o nome "Brasil" aparece pela primeira vez no mapa de Jerônimo Marini, em 1512 — logo, sete anos depois de o nome "América" ser impresso no mapa de Waldseemüller (p. 32).

[13] Uma indicação do intuito geopolítico desse sistema aparece no fato de, na carta de arrendamento de Fernão de Noronha (o primeiro arrendatário), figurar um item de obrigatoriedade da edificação de um forte e cláusulas explícitas quanto ao número mínimo de viagens a serem efetuadas por ano (A. Marchant. Op. cit., p. 16). Sobre a presença de capitais estrangeiros nestas primeiras viagens, ver Bailey W. Diffie. Os privilégios legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil do século XVI, p. 5. O autor lembra esta presença já na frota de Cabral e também aponta os sócios estrangeiros de Noronha (p. 13 e 16).

[14] Segundo Marchant: "A feitoria era uma unidade econômica que, por ser às vezes situada em territórios de povos hostis, freqüentemente revestiu-se de uma importância política" (op. cit., p. 5). Associada freqüentemente a um forte, esta unidade expressava um "flexível sistema comercial". Frédéric Mauro comenta que as feitorias "eram mais campos entrincheirados que aldeias" (*Do Brasil a América*, p. 217).

[15] A. Marchant. Op. cit., p. 30. Este autor acompanhando a trajetória da nau "Bretoa" avalia que as três maiores feitorias existentes em 1511 localizavam-se em Pernambuco, na Bahia e em Cabo Frio (p. 21-2). Nesta última viviam apenas seis portugueses que organizavam o escambo: "os índios traziam o pau-brasil para uma feitoria, onde o feitor fazia a permuta por outros artigos e guardava a madeira até arribar uma nau portuguesa" (p. 25 a 27). Para dados sobre os embarques de Noronha, ver p. 16. R. Garcia avalia que em cada feitoria ficavam entre dez a vinte portugueses (op. cit., p. 38).

feitoria foi, ademais, laboratório de conhecimento da terra, de seus produtos e de seus habitantes. Um *locus* de aclimatação e marco de soberania, enfim, uma base de ocupação cuja edificação revelaria intuito protocolonizador um pouco menosprezado por alguns analistas da história colonial brasileira.[16] A feitoria representou, assim, um lugar de trocas não apenas econômicas mas também culturais, e a importância das últimas não pode ser minimizada quando se busca entender a instalação lusitana nas terras americanas.

Vale, antes de prosseguir, um comentário acerca das populações encontradas pelos pioneiros conquistadores, pois estas — como visto — representaram um vetor central da colonização. Basicamente, os contatos iniciais dos portugueses fizeram-se com as tribos *tupis* e *guaranis*, as primeiras em processo recente de expansão pela costa.[17] Na verdade a designação empregada recobre um conjunto variado de grupos — "povos agricultores com grande mobilidade espacial"[18] — que, sob diferentes denominações, estavam distribuídos nas zonas li-

[16] Tal postura aparece, por exemplo, na avaliação de Celso Furtado: "O comércio de peles e madeiras com os índios, que se desenvolveu durante o século XVI em toda a costa oriental do continente, é de reduzido alcance e não exige mais que o estabelecimento de precárias feitorias" (*Formação econômica do Brasil*, p. 7). Capistrano de Abreu parece ampliar a compreensão do papel das feitorias ao asseverar: "Pau-brasil, papagaios, escravos, *mestiços*, condensam a obra das primeiras décadas" (*Capítulos de história colonial*, p. 56; o grifo é meu). Vale lembrar que S. B. Holanda releva a mestiçagem como importante forma de fixação (*Raízes do Brasil*, p. 35).

[17] Ver J. F. de Almeida Prado. *Primeiros povoadores do Brasil, 1500-1530*, p. 125 e 130. Berta Ribeiro afirma que, do ponto de vista lingüístico, as populações autóctones "brasileiras" podem ser agrupadas nos troncos tupi (com sete famílias), macrojê e aruaque, além de seis outros troncos isolados (*O índio na história do Brasil*, p. 25). Vale lembrar, com a autora, que o mapa etno-histórico elaborado por Kurt Nimuendajú assinala 1.400 tribos distintas, distribuídas por quarenta famílias lingüísticas. A obra *História dos índios no Brasil*, coordenada por Manuela C. da Cunha, trabalhando o atual território brasileiro e suas áreas limitrofes, lista 126 grupos como as "principais etnias" aí identificadas (p. 7).

[18] Berta Ribeiro. Op. cit., p. 19. Carlos Fausto fala que os portugueses se defrontaram de início com uma "população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída *grosso modo* ao longo de toda costa e na bacia do Paraná-Paraguai", reafirmando o caráter recente da dispersão tupi no litoral (Fragmentos de história e cultura tupinambá, p. 382).

dícios da existência de terras a ocidente no Atlântico eram conhecidos notadamente nos Açores.[3] Assim, vale deixar por ora essa difícil polêmica.

Muito mais central para os objetivos almejados é a constatação de Luís Filipe Barreto: "O Brasil é uma zona de quase esquecimento no Quinhentismo português".[4] Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, que estimulassem uma rápida ocupação. Também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrados no Índico. As populações com que se defrontaram os portugueses — independente da polêmica acerca de sua densidade — eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com quem eles entabulavam relações. A vida material existente era pobre, todo atrativo das novas terras repousando na exuberante natureza e na desconhecida hinterlândia.

Assim, era explicável que Portugal envolvido com o domínio — em alguns casos em expansão e noutros não ainda solidificado — de vários circuitos de alta rentabilidade deixasse as possessões americanas como um todo (e, entre elas, as terras brasileiras) num plano secundário da geopolítica da Coroa e do capital mercantil com ela associado na empresa ultramarina. Pois "é o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América".[5] Entretanto, o desprezo não foi absoluto e a situação em segundo plano não significou um abandono total, tanto que já em 1506

referência e também à não-pactuação quanto ao tamanho atribuído a cada grau na contagem dos meridianos (sobre o tema, ver Hélio Vianna. *História diplomática do Brasil*, p. 19).

[3] Ver Damião Peres. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Antecedentes e intencionalidade.*

[4] *Descobrimentos e renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, p. 169. Em outra passagem, diz Barreto: "Brasil achado em 1500 e em 1500 esquecido, de tal modo que a sua criação como espaço colonial é uma resposta a perigos da concorrência essencialmente ligados com a carreira da Índia" (p. 170).

[5] Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 23. Este autor observa que nem sequer a feitoria comercial, nos moldes africanos, era imediatamente realizável na América lusitana (p. 31). Roberto Simonsen também aponta o "pequeno valor econômico" dessas terras nos primórdios da colonização, lembrando que um mesmo volume de carga rendia dez vezes mais na rota do Cabo que no comércio brasileiro (*História econômica do Brasil (1500-1820)*, p. 49 e 54-5).

a Coroa portuguesa demandava à Santa Sé a ratificação (ainda não realizada) dos termos do acordo firmado em Tordesilhas.[6] Cabe, assim, relativizar o "esquecimento", pois como bem avalia Alexander Marchant o Brasil, mesmo "desprezado", foi "apropriado".[7]

Se por um lado não havia atrativos para uma rápida ocupação, por outro o domínio do maior número de possessões era, como já visto, intrínseco à lógica imperial. Qualquer terra descoberta deveria ser incorporada, pois seu controle abria a possibilidade para o conhecimento e exploração futuros. No caso das terras brasileiras, uma qualidade locacional deve ter-se destacado para os estrategistas do império ultramarino lusitano: trata-se do longo litoral, todo ele estendido no hemisfério austral, cujo domínio articulado ao das praças portuguesas na África ocidental permitiria um bom controle do Atlântico sul e, logo, do grande eixo de circulação oceânica meridional.[8] Nesse sentido, também emerge o papel importante que essas terras poderiam representar como pousada para as naus da rota do Cabo, função claramente apontada já por Pêro Vaz Caminha na *Carta do Achamento do Brasil*.[9]

No balanço entre atrativos e capacidade, Portugal, envolvido com dificuldades demográficas e financeiras para gerenciar seu amplo império, entabulou inicialmente em sua possessão sul-americana uma forma de ocupação bastante lenta. Nas primeiras décadas do XVI, algumas expedições exploradoras e visitas ocasionais para a realização do escambo com os indígenas basicamente para a obtenção do pau-brasil.[10] As primeiras são organizadas diretamente pela Coroa com objetivo claro de conhecer as novas terras como forma primeva de

[6] O que é registrado na bula *Ea Quae pro Bono Pacis*. Os direitos portugueses são reafirmados também, em 1514, na bula *Precelsae Devotionis* (Hélio Vianna. Op. cit., p. 20). Sobre os tratados de limites assinados no período estudado, ver J. Carlos de Macedo Soares. *Fronteiras do Brasil no regime colonial.*

[7] *Do escambo à escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil*, p. 4.

[8] Cabe lembrar que a proposta inicial discutida em Tordesilhas foi a de uma divisão latitudinal (com o hemisfério austral ficando sob total domínio português), a qual foi abandonada em detrimento de um marco longitudinal.

[9] Fato bem destacado por L. F. Barreto: "Espaço virgem sem imediata riqueza, a nova terra surge aos olhos de Caminha como ponto de apoio à carreira da Índia: "ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecut" (op. cit., p. 176-7).

[10] Ver Sérgio B. Holanda. As primeiras expedições. Manuela C. da Cunha ilumina, com ironia, uma outra finalidade de tais iniciativas: "Antes de batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, desta forma, o Brasil foi simbolicamente criado" (Introdução a uma história indígena, p. 10).

Capítulo 10

GEOGRAFIA DA INSTALAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

Para a discussão a ser empreendida aqui é secundária a questão de ter sido o Brasil de fato descoberto pela expedição de Pedro Álvares Cabral ou de esta ter efetuado apenas o "achamento" oficial das terras brasileiras, tema já tratado anteriormente. Em apoio à segunda visão, vale-se Joaquim Barradas de Carvalho das alusões ao continente austral contidas no *Esmeraldo de Situ Orbis* e referida a uma viagem efetuada por seu autor ainda na década final do século XV.[1] A presença de Duarte Pacheco Pereira na delegação portuguesa que discutiu o Tratado de Tordesilhas viria em reforço dessa argumentação. Entretanto, outros autores contestam tal versão, defendendo que toda a ação lusitana tendo em mira jogar o meridiano de demarcação mais para oeste faria parte de uma estratégia de despistamento que garantisse o controle da rota do Cabo. Outros ainda, como por exemplo Capistrano de Abreu, consideram que "o arreglo foi meramente formal e teórico; ninguém sabia o que dava ou recebia, se ganhava ou afinal perderia com ele".[2] Já foi comentado que in-

[1] Ver Joaquim Barradas de Carvalho. *O descobrimento do Brasil através dos textos*.

[2] *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, p. 296. Em reforço a esta interpretação poder-se-iam lembrar as lacunas significativas contidas no texto elaborado em Tordesilhas (e nomeado *Capitulação da partição do mar Oceano*), notadamente a indefinição quanto a qual ilha do arquipélago de Cabo Verde serviria de marco de

Essa perspectiva de conceber o país como um *espaço*, vendo sua população como um atributo deste, não parece ser uma singularidade da formação brasileira, emergindo também em outras sociedades latino-americanas.[72] Ela parece, ao contrário, manifestar uma qualidade das "vias" coloniais de desenvolvimento do capitalismo na periferia da economia-mundo. Um passeio pelo pensamento conservador da América Latina, por exemplo, sem dúvida evidenciaria o peso das "ideologias geográficas" nas distintas formações e em diversas conjunturas.[73] Um exame da formação dos vários Estados no subcontinente, permitiria avaliar o papel desempenhado pelas "políticas territoriais" na armação de cada um.[73]

Enfim, a dimensão territorial recorta importante campo de condicionamento para a explicação das formações sociais latino-americanas. Por isso, o exame dos processos singulares de formação de cada território que compõe o espaço do subcontinente revela-se caminho importante de investigação para os que buscam interpretar este singular capítulo da estruturação da economia-mundo capitalista.

---

cional na república velha. No que importa ao Estado Novo, ver Luís L. Dinis Filho. *Território e destino nacional*. E quanto aos anos 50, consultar Vagner C. Bessa. *Território e desenvolvimentismo*.

72 Apenas para animar, remete-se o leitor para o sugestivo estudo de Túlio Halperin Donghi. *Una nación para el desierto argentino*.

73 As interpretações apoiadas no "determinismo geográfico" e os argumentos de índole "geopolítica" bem ilustram tal juízo, como apontou, no caso brasileiro, pioneiramente, Nelson W. Sodré. *Introdução à geografia. Geografia e ideologia*. Para análise mais detalhada dessa matéria, consultar Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria*. Para rastreamento da argumentação que opera com a distinção litoral-sertão, ver Candice V. Souza. *A pátria geográfica*.

74 Uma introdução a esta discussão no caso brasileiro pode ser encontrada em Wanderley Messias da Costa. *Estado e políticas territoriais no Brasil*. Para análise mais profunda, André R. Martin. *As fronteiras internas e a questão regional no Brasil*.

Quarta Parte

BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

tar sobre lugares, recursos naturais e populações. Em primeiro lugar, os fundos territoriais ainda não explorados pela economia (agora) nacional permanecem à espera de novas ações colonizadoras, o que reafirma a noção de conquista no centro da estruturação das "nações" emergentes,[65] dando até mesmo alguns traços comuns à constituição dos respectivos aparelhos de Estado, com realce para forte caráter cêntrico no exercício do poder.[66] Também as formas compulsórias de extração do trabalho, no geral, mantêm-se na nova situação. Nesse sentido, a ruptura com a estrutura "colonial" interna pouco se realiza, expressando com clareza as qualidades dos processos de emancipação latino-americanos como movimentos de *modernização conservadora*.[67]

Aqui trabalha-se a hipótese de que os processos de independência, antes que superação, representaram reforço na centralidade da dimensão espacial própria às estruturas coloniais. Pois, além da reposição das determinações dadas por tais estruturas (aqui sintetizadas na noção de *conquista*), a construção das novas identidades nacionais agrega uma outra classe de questões importando à relação sociedade/espaço. Trata-se de questões atinentes à consciência e à representação do espaço, que associam o território ao imaginário político e aos processos de autolegitimação necessários para afirmar a soberania dos novos Estados.[68] Nos países de passado colonial a idéia do "nacional" é muito acoplada a uma visão territorial, a qual pode ser ilustrada com uma temática recorrente na discussão de suas elites: a do país a se

[65] Um quadro comparativo interessante para alguns países sul-americanos, pode ser obtido em J.-P. Deler & Y. Saint-Geours (orgs.). *Estados y naciones en los Andes*. Para uma discussão de síntese, Orlando Peña. *Estados y territorios en América Latina y el Caribe*, parte 1.

[66] Sobre este ponto, ver Claudio Veliz. *La tradición centralista de América Latina*. Para uma análise comparativa, Marcello Carmagnani (org.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*, primeira parte — El primer federalismo.

[67] Ver Barrington Moore. *Origens sociais das ditaduras e das democracias*. Antonio Gramsci denomina estas transformações políticas seguidas de acomodação dos antigos interesses de *revolução-restauração*. Tal ótica aplicada à formação histórica brasileira pode ser encontrada nos trabalhos de Carlos Nelson Coutinho (ver, especificamente, Gramsci e nós).

[68] Sobre o tema, ver Antonio C. R. Moraes. *Ideologias geográficas*, cap. 4 — O território na formação brasileira. Marcelo Escolar esmiúça o conceito de *doutrinação patriótica* para analisar este processo (*Crítica do discurso geográfico*), e sua manifestação na formação argentina é bem apresentada em Silvina P. Quintero. *Geografía y educación pública en los orígenes del territorio y la nación*.

construir.[69] Portanto, às determinações especificamente econômicas, referentes à ocupação do solo e sua exploração, vêm juntar-se outras oriundas das esferas da política e da cultura.

O processo de independência do Brasil pode ilustrar exemplarmente este tópico: o compromisso em torno do príncipe português, agregando elites circunscritas a sistemas regionais (com poucos laços de coesão e complementaridade econômica), em grande parte fundamentou-se na legitimidade dinástica, que a continuidade da casa real imprimia na afirmação da soberania sobre os fundos territoriais ainda não efetivamente conquistados, mas juridicamente aceitos como sob seu domínio.[70] Observa-se que o ideal de completar a conquista, numa mesma argumentação, fornece um elemento de coesão para as elites (a *construção do país* como projeto comum "nacional") e uma legitimação para o novo Estado, que terá na defesa e ocupação do território uma de suas tarefas básicas. E ainda abre a possibilidade de pôr o "povo" em seu devido lugar, qual seja o de subalterno, isto é, visto no argumento em pauta como mero *instrumento* do "projeto nacional". Não seria difícil mostrar a persistência dessa visão no pensamento brasileiro, ao longo de todo o período monarquico, e até em alguns discursos mais recentes.[71]

[69] Ilmar R. Mattos considera que o nacionalismo das elites imperiais encobria a escravidão e "escorava-se na posição geográfica garantidora de um futuro grandioso", formulando um argumento em que a nação não se apresentava como una, mas o território sim, e caberia à Coroa administrá-lo "acima das regiões" (op. cit., p. 12 e 86). Conclui o autor: "Revela-se, assim, no papel de partido reservado à Coroa, a razão fundamental do empenho pela preservação de uma unidade territorial (p. 93); e "Ao Estado monárquico no seu momento de consolidação competia *construir a Nação*" (p. 152). Mattos cita o Marquês de São Vicente: "O território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência" (p. 83).

[70] Vale assinalar que a independência brasileira não recebeu questionamentos nos fóruns internacionais hegemônicos pois, na perspectiva dinástica da soberania, essas terras permaneciam sob o domínio da Casa de Bragança, sendo portanto a emancipação do Brasil uma questão interna de família. As fronteiras coloniais, estabelecidas nos tratados de Madri e Santo Ildefonso, são assimiladas sem ameaças ao patrimônio do novo Estado "nacional".

[71] Para uma introdução ao tema: Antonio C. R. Moraes. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. Para o período monárquico, Ilmar R. Mattos. Op. cit.; e José M. Carvalho. *A construção da ordem* e *Teatro de sombras*. Para as primeiras décadas republicanas, consultar Lucia L. Oliveira. *A questão na-*

avaliar que, numa apreciação de conjunto, a existência de fundos territoriais atravessou todo o período colonial americano. E havendo terra "virgem" para ser apropriada, havia conquista.[58] E havendo conquista, a dimensão espacial vem ao centro da estruturação da vida econômica e social, tornando-se também mais uma determinação histórica.

Sintetizando, a valorização colonial do espaço necessita de agentes "passivos" (populações e lugares submetidos) que se amoldem aos interesses do sujeito colonizador, o qual os organiza segundo uma lógica subordinada a um mercado e a um centro difusor externos.[59] Lógica mercantil atraída por recursos raros, por riquezas entesouradas, e por possibilidades de produções complementares de alto valor nas trocas internacionais. O povoamento, a instalação de equipamentos, a fixação de valor, tudo responde a essa lógica,[60] até o momento em que o volume do capital internalizado começa a gerar interesses locais, que se podem antagonizar ou não com os da metrópole, ao sabor das conjunturas.[61] A partir desse momento, a condição subordinada

[58] A estatização da estrutura fundiária, no caso da colonização hispânica, remete à Real Cédula de 1591. Segundo Mellafe, essa lei "colocou em primeiro plano dos problemas de governo, o tema da terra e de seus títulos, de tal modo que por interesses econômicos e fiscais, no cabo de poucos anos, havia sido montado uma série de engrenagens administrativas que fixaram o controle do Estado sobre a terra" (op. cit., p. 42). Tal controle visava sobretudo o domínio dos fundos territoriais, pois, como lembra Sedi Hirano, "A colonização não era apenas mercantil, era também uma obra bélica e geopolítica" (op. cit., p. 357).

[59] Conforme Assadourian, esse "desenvolvimento para fora" limita o crescimento interno das economias coloniais (*El sistema...*, p. 52. Chiaramonte considera os monopólios e o "financiamento mercantil da produção" (direto ou por meio do *aviamento*) como elementos negativos, num quadro em que o "domínio financeiro das atividades produtivas" sangra as empresas coloniais (op. cit., p. 192, 219 e 221).

[60] Como visto, a colônia estrutura-se como uma "retaguarda" da economia metropolitana (F. Novais. *Portugal...*, p. 61). C. F. Cardoso adiciona: "A colonização da América Latina constituiu-se essencialmente de sistemas complementares em relação às metrópoles", sendo as *plantations* "anexos complementares do espaço econômico europeu" (*O trabalho...*, p. 22 e 52). Garavaglia define a própria "relação colonial" como a "submissão econômica e política de um espaço sobre outro" (Introducción, p. 10). Malavé-Mata adverte, todavia, que as histórias das colônias são "ímpares e próprias", não derivando mecanicamente da vida das metrópoles" (op. cit., p. 167).

[61] Ciro F. Cardoso salienta, no caso das *plantations*, a grande imobilização de capitais no plantel de escravos, o que torna esse tipo de empresa "pouco flexível às conjunturas" (El modo de producción esclavista colonial en América, p. 217 e 219). Malavé-Mata diz tratar-se de uma economia "com grande produção e baixo rendimento" (op. cit., p. 155). A. Barros de Castro realça a tributação do tráfico como apropriação de excedente que penaliza o setor produtivo, o qual "comprime a rentabilidade das *plantations*" (As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial, p. 63).

passa a conviver com estímulos autocentrados, abrindo a possibilidade de a colonização interna agregar mais interesses que o intercâmbio metropolitano.[62]

A dinâmica interior das formações coloniais pode ser mapeada pelos circuitos internos da produção e dos circulos de cooperação que se estabelecem.[63] São eles as expressões e fundamentos dos interesses locais. As especializações complementares dos variados lugares, dentro de uma dada divisão regional do trabalho, revelam certa maturidade do processo colonizador, que advém da perenização de alguns fluxos. Nesse particular, resta muito a pesquisar, no que tange às realidades coloniais latino-americanas.[952] A dependência externa obscureceu muito esses ativos circuitos internos, e é rastreando-os que podemos captar a agregação de interesses que resulta nos movimentos de emancipação política, que desenham as fronteiras nacionais dos vários países do subcontinente em tela.

O advento da independência política das várias colônias não rompe, antes recicla, reiterando com a centralidade da dimensão espacial na análise da história da América Latina. O móvel da conquista territorial permanece ativo nos novos países, continuando a se exerci-

[62] João Fragoso & Manolo Florentino, trabalhando a formação brasileira, sustentam que o nível de internalização do excedente na colônia é bem maior que o ressaltado pelos estudos correntes. Segundo eles, o domínio da aristocracia agrária em Portugal dificulta a formação de uma burguesia metropolitana forte, o que propicia a emergência de um setor mercantil residente na colônia, o qual se beneficia da acumulação endógena mediante o monopólio das atividades mais rentáveis, entre elas o tráfico negreiro, que se realiza sem a interveniência direta da metrópole (*O arcaísmo como projeto*). Vale assinalar que os primeiros levantes emancipacionistas no Brasil ocorrem exatamente nas áreas de maior valor fixado, a saber, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco (sobre o ideário desses movimentos, consultar Carlos G. S. Mota. *A idéia de revolução no Brasil*).

[63] Sobre tais conceitos, ver Antonio Carlos Robert Moraes. Circuitos espaciales de la producción y círculos de cooperación en el espacio.

[64] No caso brasileiro, José Roberto A. Lapa está entre os autores que salientam tal lacuna, estimulando os estudos das economias regionais e dos circuitos de abastecimento (ver *O antigo sistema colonial*, p. 42). Fragoso & Florentino também relevam essa questão, afirmando a existência de ampla rede intercolonial de fluxos, a qual derruba a visão de uma economia autárquica das *plantations* (op. cit., p. 61 e 67).

Como mencionado, o recorte regional se conforma bem à delimitação de unidades de estudo da história colonial da América Latina. Abandonando uma ótica generalizante e apriorística[52] a questão da delimitação espacial dos conjuntos a serem analisados impõe-se nesse campo, e a *região* emerge como uma escala útil de ser trabalhada. Seu uso responderia, em parte, às demandas de explicitação teórico-conceituais postas por José Carlos Chiaramonte, em obra dedicada a revisar o debate aqui discutido no Capítulo 4.[53] Assim, os momentos da colonização teriam sua temporalidade condicionada pela escala e pelos recortes espaciais adotados na análise, num universo onde as frentes pioneiras ainda são efetivas na atualidade.[54] A variação da seqüência de momentos no tempo recobre, portanto, toda a história da América Latina. O que repõe a necessidade de estabelecer limites temporais e espaciais na condução da argumentação apresentada.[55]

exterior levava a que a atividade econômica buscasse "os produtos de maior valor em determinada conjuntura", caracterizando "os tradicionais ciclos da história econômica do Brasil... pela supremacia de um produto na exportação... o produto conjuntural" (*História do desenvolvimento econômico do Brasil*, p. 22).

52 A singularidade apontada nas notas anteriores tem como desdobramento o recuo de um afã totalizador, que orienta os estudos monográficos para esquemas interpretativos estabelecidos de forma prévia. Chiaramonte, por exemplo, enfatiza o problema de aplicar na América Latina os "grandes conceitos periodizadores que conhecemos", daí "a dificuldade de periodizar a história colonial latino-americana com o uso de categorias como feudalismo, capitalismo, e outras a elas vinculadas" (op. cit., p. 216 e 267).

53 Chiaramonte faz minuciosa leitura epistemológica da discussão sobre os "modos de produção coloniais" na América Latina, revisando tanto as origens das várias "teses" na historiografia tradicional do subcontinente, quanto os fundamentos da conceituação empregada no debate, buscado num erudito rastreamento da categoria "modo de produção" na obra de Marx. O autor conclui pela inadequação do uso de tal categoria na caracterização das sociedades coloniais ibero-americanas, concebendo-as como formações históricas particulares, que devem ser empiricamente estudadas numa ótica historiográfica, deixando as generalizações possíveis para o campo da "história comparada" (op. cit.).

54 Para tomar apenas um exemplo, cobrindo uma história regional nos séculos XIX e XX, ver Pierre Monbeig. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. E para o caso quase atual, de expansão no sul da Amazônia, consultar Otávio G. Velho. *Frentes de expansão e estrutura agrária*; ou Octávio Ianni. *A luta pela terra*.

55 Enfim, as sociedades coloniais latino-americanas configuram-se como "particularidade histórica" (C. S. Assadourian. *El sistema...*, p. 72). A decorrência analítica de tal conclusão é assinalada por Fernando Novais: "A história do processo de colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII teria de empreender uma análise ao mesmo tempo genética e estrutural" (Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento, p. 34).

Aqui interessa analisar os primitivos assentamentos ibero-americanos, os processos de instalação e consolidação de uma ocupação das áreas de colonização que acabam por conformar as Américas hispânica e lusitana. Este pioneiro conjunto completa as três primeiras etapas enunciadas da colonização — descobrimento, instalação e consolidação — no decorrer do "longo" século XVI. Pode-se mesmo dizer que, do fim desse período ao afirmar-se do seguinte, estão estabelecidas as *bases* da formação territorial dos atuais países latino-americanos.

Voltando pois ao eixo da argumentação, vale rememorar o processo de passagem da conquista para a efetiva colonização, recordando que a questão do domínio da terra se encontra em seu centro. Inicialmente, pode-se considerar que o imenso fundo territorial das colônias, aparentemente inesgotável na perspectiva dos colonos e dos Estados metropolitanos, foi responsável pelo fato de o mercado fundiário demorar para se efetivar nas terras americanas.[56] É somente quando a margem de cultivo começa a decair (em função da distância, do custo de exploração, da queda de produtividade etc.), que algumas áreas de altíssima favorabilidade (e, mesmo assim, restritas a certas localizações e a certos setores econômicos) adquirem valor mercantil.

Como visto, durante todo o tempo da instalação, a terra não é mercadoria na colônia, consistindo o controle da mão-de-obra no meio de sua obtenção, geralmente mediante a ocupação de fato.[57] E pode-se

56 Conforme Rolando Mellafe: "Podemos assegurar que nos primeiros decênios da ocupação espanhola do Peru, como em quase toda a América, não havia avidez pela acumulação de terras, não existia sintoma algum de latifúndio", num contexto em que os equipamentos e instalações é que qualificavam uma fazenda (Frontera agraria: el caso del virreinado peruano en el siglo XVI, p. 28). Segundo o autor, os latifúndios começam a se formar no final do século XVI, com a instituição da propriedade jurídica das terras; em suas palavras: "Muitas fazendas que não valiam quase nada ou nada, agora começaram a valer porque tinham títulos legalmente compostos" (p. 42). Como foi visto anteriormente, tal processo ocorre na mesma época na Nova Espanha, em Nova Granada, e no Caribe. O caso brasileiro será matéria dos próximos capítulos.

57 Como ressalta Sedi Hirano, o domínio fundiário afirma-se como a fonte do poder na colônia, um poder "senhorial" que "brota da terra" (op. cit., p. 264 e 270). Sobre a valorização das terras no contexto brasileiro, ver J. Gorender. *O escravismo colonial*, p. 378 e 382. Este autor realça a função da hipoteca sobre as propriedades fundiárias (p. 388).

"áreas de fronteira", apresentando também núcleos e zonas de assentamento consolidado, nas quais predominam relações e fluxos impostos pela lógica do colonizador, que tenta reproduzir aspectos de sua sociedade natal nas novas terras, até o momento em que tais raízes já se encontram num passado muito remoto para fornecer elementos diretos de construção da identidade social.[45] Enfim, tais áreas consolidadas vão atuar como as bases difusoras da colonização posterior.

Um quarto momento instala-se a partir de determinado nível atingido pela etapa anterior, constituindo seu coroamento pleno. Trata-se da fase de *complexização* das estruturas de produção já consolidadas, envolvendo o estabelecimento de atividades complementares com certa especialização regional no interior das colônias (a formação de um "mercado interno colonial", nos termos de Carlos S. Assadourian).[46] Tem-se, portanto, a estruturação de circuitos internos que articulam espaços mais dilatados, em que se observa uma divisão territorial da produção, e uma hierarquização dos fluxos e dos assentamentos. Vê-se que uma qualidade básica desta etapa reside numa mudança de escala na consideração das unidades territoriais coloniais americanas, que, ampliadas, desenham verdadeiras regiões e mesmo alguns conjuntos macrorregionais.[47] Trata-se do

[45] A consolidação desses interesses próprios, enraizados na colônia, aparece como um pressuposto das concepções políticas autocentradas, logo do ideal emancipacionista. Trata-se do processo de constituição das aristocracias nativas que também conhece peculiaridades em cada parte da América Latina.

[46] Analisando o caso peruano, este autor demonstra a organização hierárquica que se estabelece entre os vários setores econômicos, com "o papel de economia dominante próprio da produção mineira" (La producción..., p. 279). Esta dominância da mineração é, contudo, questionada por Ciro F. Cardoso, ao afirmar: "As atividades agropecuárias constituíram o setor majoritário da economia colonial, mesmo nas regiões onde a mineração parecia atrair todas as atenções" (*O trabalho...*, p. 55). F. Fernandes discorda, avaliando que a *plantation* articula regiões e formas de produção variadas, mas só a mineração cria "fluxos internos de monta" (A sociedade..., p. 24). Enfim, a etapa em tela levanta a questão da articulação de setores e da hierarquia do sistema.

[47] Tais unidades delineam fronteiras "protonacionais" dos Estados latino-americanos, se bem que a afirmação dos territórios nacionais objetiva-se em processos políticos singulares a cada país (para um quadro geral, ver León Pommer. *As independências na América Latina*). De todo modo, algumas referências espaciais coloniais mantiveram eficácia, ao menos no plano da construção das identidades nacionais (Antonio C. R. Moraes. *Ideologias geográficas*). Um exemplo interessante de tal uso pode ser visto na utilização dos limites do vice-reinado do Rio da Prata nas

momento de plena objetivação dos *territórios coloniais* ibéricos do Novo Mundo.

A seqüência enunciada — descoberta—exploração, conquista—instalação, consolidação—expansão, complexização — manifesta-se de forma recorrente nas áreas onde se instala o processo colonizador, portanto, é observável em diferentes épocas conforme os espaços enfocados do continente americano. Trata-se, nesse sentido, mais de um *padrão*, do que de uma *cronologia*, pois sua aplicação cobre um universo temporal muito amplo, que atravessa diversos "períodos" consagrados pela historiografia especializada.[48] Na verdade, tem-se no caso a periodização como refém da regionalização, uma vez que a delimitação espacial vigora como critério básico de identificação de regularidades/continuidades históricas no âmbito empírico de investigação considerado.[49] Em suma, cada economia regional apresenta cronologia específica em sua formação territorial, constituindo um arranjo social singular.[50] A "teoria dos ciclos" aparece, nesse contexto, como tentativa de dar conta dessa qualidade histórica das formações latino-americanas.[51]

proposições do pensamento geopolítico argentino (ver Leonel I. A. Mello. *A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata*).

[48] Tal seqüência ultrapassa mesmo a macrodiferenciação entre o período colonial e o pós-independência, com bem o atesta a expansão da lavoura cafeeira no Brasil, que em muitas zonas se instala em terras "virgens" (ver Ari França. *As frentes pioneiras e a marcha do café*).

[49] No sentido de haver *uma* temporalidade própria para *cada* região considerada. S. Kalmanovitz, por exemplo, demarca bem a questão: "o que existe antes da unificação nacional são economias regionais, arquipélagos, e em cada um deles há diferenças apreciáveis no que importa a organização da produção" (op. cit., p. 62).

[50] Tal entendimento pressupõe que os conjuntos coloniais latino-americanos constituem realidades históricas singulares, dotadas de características próprias irredutíveis, no sentido indicado por O. Ianni: "Apesar da dependência à metrópole, cada colônia organizou-se como uma formação social mais ou menos delineada, homogênea ou diversificada" (*Escravidão e racismo*, p. 13). Também J. C. Garavaglia acentua que o exercício da dominação metropolitana não impede a emergência de interesses locais, que criam uma "dinâmica própria" (Introducción, p. 14). Posição referendada por J. R. A. Lapa, ao comentar que o sentido da colonização responde às necessidades de reprodução do sistema local, "condicionando os interesses externos às estruturas internas" (Introdução ao redirecionamento do debate. In: *Modos de produção e realidade brasileira*, p. 36). Finalmente, Maria Sylvia C. Franco afirma que a própria articulação com o mercado mundial atua na diferenciação dos mercados internos coloniais (op. cit., p. 180).

[51] Segundo Mircea Buescu & Vicente Tapajós, a organização colonial voltada para o

rada repousa diretamente na magnitude do espaço apropriado, tal situação sendo válida tanto para a expansão areolar da fronteira agrícola e/ou pecuária, quanto para a dilatação das zonas de trânsito, onde se encontram as "riquezas do sertão" (os índios, os metais preciosos e as especiarias).[37] Por isso, o móvel da conquista não se restringe à fase inicial da instalação, mas permanece como motivação constante do dinamismo interno das formações territoriais coloniais.

Antes de avançar na argumentação, cabe explicitar o entendimento que se tem acerca das *etapas* dos processos de colonização, isto é, dos *momentos* diferenciados vividos pelos processos colonizadores. Tomando um caminho seqüencial lógico, o primeiro ato colonial refere-se à própria *descoberta* (ou "achamento") e *exploração* das novas terras, envolvendo a consciência de sua existência e a identificação das rotas para atingi-las e retornar à metrópole. Tal etapa vale para a expansão marítima como um todo, mas também para os adentramentos na hinterlândia, que implicam igualmente a exploração de caminhos e conhecimento de lugares.[38] Trata-se, portanto, de um pressuposto lógico das iniciativas coloniais, cuja rápida e disseminada concretização atua como *handicap* das distintas geopolíticas metropolitanas.[39]

O segundo momento do processo colonizador refere-se à *conquista* propriamente dita, tendo como resultado a *instalação* dos colonizadores nos novos sítios.[40] Trata-se de uma etapa inicial de submissão

[37] Como observado, os assentamentos coloniais possuem uma área de expansão imediata, uma zona de "fronteira" que cumpre funções de abastecimento de mão-de-obra e de receptáculo de riquezas potenciais desconhecidas. Seria a *frente pioneira* colonial, que se abre para os vastos *fundos territoriais* americanos (sobre tais conceitos, ver Antonio C. R. Moraes. *Geografia, capitalismo e meio ambiente*).

[38] Diz Guillermo Giucci: "A América passou por um período de revelação geográfica. Os descobrimentos foram explorações fragmentárias, ocupações territoriais de perfil regionalista, resultado do avanço de hostes conquistadoras que de maneira tosca iam encaixando as peças de um gigantesco quebra-cabeça continental" (*Viajantes do maravilhoso. O novo mundo*, p. 12).

[39] Vale lembrar o forte uso da cartografia nas disputas fronteiriças na América colonial, que busca definir limites em áreas mal conhecidas e pouco trafegadas pelos europeus. Para uma exemplificação, consultar Roberto M. Oliveira. *A cartografia da Amazônia colonial e a definição de suas fronteiras*.

[40] Marcelo Carmagnani é enfático na diferenciação desta etapa: "Se há certa unanimidade nos estudos históricos latino-americanos, esta reside em considerar o *período da conquista* como uma unidade distinta da *época colonial*" (op. cit., p. 200). René B. Ramírez fala da "pré-história da conquista, em que a violência é o agente econômico", vigorando "até a estruturação de formas de relação próprias dos conquistadores". Estudando o caso mexicano, considera o saque como elemento distintivo dessa etapa, na qual "a tributação ocupa lugar privilegiado no processo de acumulação necessário para produzir novas formas de exploração dos recursos naturais" (*La estructura económica de la Nueva España*, p. 138-9). Malavé-Mata qualifica a "expansão colonial" como "etapa de ocupação territorial", na qual "extração forçada de riquezas naturais, depredações, usurpações e espólios materiais constituíram, naqueles anos, as formas violentas da acumulação original" (op. cit., p. 145 e 149).

das populações locais e de apropriação dos lugares, envolvendo a pioneira edificação dos assentamentos europeus na América.[41] Como visto, a variedades das formas de instalação estabelecidas foi bastante grande, respondendo aos atrativos e condicionamentos de cada localidade atingida pelo processo. O período abarcado pelo presente estudo recobre situações que, na maior parte, realizam essa fase preliminar.[42]

A ela se segue uma etapa de *consolidação* do domínio territorial, com a plena montagem das estruturas produtivas, impliando já instalações de equipamentos e razoável dispêndio de trabalho morto na colônia.[43] Tal momento faz-se geralmente acompanhar de alterações na estrutura fundiária, no estatuto jurídico das propriedade, e ainda na organização do mercado de terras e de trabalho.[44] Com sua emergência, os espaços coloniais deixam de ser constituídos apenas de

[41] É o momento das *capitulações* e da grande autonomia dada aos colonizadores na América espanhola, fato que — como visto — serve de sustentação para o diagnóstico da feudalidade americana (P. Lafaye. *Los conquistadores*). Tal situação não ultrapassa, na maioria dos lugares analisados, o último quartel do século XVI.

[42] Como diz Peter Kriedte, "O saque, a pilhagem e a exploração aberta, foram os conteúdos fundamentais do sistema colonial do século XVI" (*Feudalismo tardío y capital comercial*, p. 61).

[43] H. Malavé-Mata está entre os autores que salientam a passagem de uma política de *conquista* a outra de *colonização*, vinculando à primeira etapa a "formação de uma economia predominantemente extrativa". Para ele, como visto, a instalação das *plantations* e a introdução do escravo africano marcam a passagem para este momento, inaugurando uma "nova orientação da economia colonial" (op. cit., p. 151, 155 e 160).

[44] No caso da América hispânica, pode-se lembrar a ação da Coroa, tanto no México quanto no Peru, tendo em vista a retomada do controle das terras e a reorganização da distribuição da força de trabalho indígena, basicamente na passagem do "primeiro" para o "segundo" longo século XVI. Assadourian analisa este processo de legalização das propriedades fundiárias e de implementação dos *repartimientos*, no caso peruano, relacionando-o com a emergência das *haciendas* e a ampla usurpação das terras comunais indígenas; e conclui: "o grande processo de constituição da economia colonial acaba dessa maneira" (La producción..., p. 291).

compense o gasto, todos os obstáculos a instalação são superados, como bem o demonstra a aglomeração humana que rapidamente se forma no estéril e insalubre sítio do cerro de Potosí.[30] Nos lugares em que a inexistência de braços conviveu com grandes atrativos naturais, a mobilidade da força de trabalho deslocada compulsoriamente preencheu esse requisito, o que reforça o entendimento do caráter modal do escravismo. Enfim, o dado locacional que norteou a atração foi, sem dúvida, a produtividade natural dos lugares em face dos interesses da economia mercantil da época.[31]

Esta tônica exportadora do colonialismo em geral, e do seiscentista com maior ênfase,[32] acarreta um padrão de instalação com claro sentido *exomorfo*. Isto é, os assentamentos se fazem, mesmo quando bem interiorizados, articulados numa rede de circulação que demanda um porto, o qual engata as diferentes unidades produtivas com os circuitos oceânicos, os da realização de seus produtos. A subordinação da empresa americana desenha-se, assim, com clareza, no ordenamento espacial por ela estruturado, resultando na conformação daquele padrão que Bernard Kayser denominou de *bacia de drenagem*.[33] A riqueza produzida nas colônias escoa por estes circuitos, que têm — como visto — nos desníveis de preços entre a Europa e a América o seu princípio-motor.

Nesse sentido, o sistema colonial implica um formidável mecanismo de transferência geográfica do valor, no qual a parcela do valor produzido fixada na colônia se restringe, geralmente, ao mínimo necessário para tocar a vida econômica, política e cultural.[34] O valor fixa-se, por exemplo, como engenho, como fortificação e como catedral. Todavia, mesmo que pequeno dada a riqueza produzida, é esse cabedal acumulado que define cabalmente o destino das diferentes colônias quando da conjuntura de retração do comércio atlântico na "crise" do século XVII.[35] Diferentes saídas, de maior ou menor estruturação autárquica, definem como as várias economias americanas vão experimentar os rearranjos no cenário metropolitano no período.[36]

A valorização colonial do espaço, apesar de objetivar um padrão de assentamento voltado para fora, avança internamente através de um movimento de forte caráter *extensivo*. Isso significa que a riqueza ge-

[30] Como observa Bartolomé Bennassar, "Uma enorme concentração urbana a quatro mil metros de altitude, numa paisagem estéril, só se explica pela existência da prata" (*La América española y la América portuguesa. Siglos XVI-XVIII*, p. 217). Vale relembrar, com este autor, que Potosí atinge a cifra de 150.000 habitantes em 1611, quando Sevilha — a maior cidade da Espanha — conta com cerca de 100.000 residentes.

[31] Garavaglia está entre os autores que afirmam a dominância do setor mercantil na estruturação das colônias, identificando como mecanismos de apropriação do excedente aí gerado: a via fiscal, o monopólio comercial, e pelo aparato eclesiástico (Introducción, p. 12 e 7). Na visão antípoda, tem-se M. Carmagnani que diz: "O capitalismo mercantil se faz sentir só indiretamente na América Latina... não logrando superar a estrita área do porto de exportação" (Elementos característicos del sistema económico latinoamericano, p. 217).

[32] Eric Hobsbawm assinala a diferença do "novo tipo de colonialismo" do século XVII, exatamente no fato de esse relevar mais a potencialidade do "mercado colonial" (A crise geral da economia européia no século XVII, p. 115). Depois de enfatizar que o mercado metropolitano define o ritmo da expansão na América, Fernando Novais afirma que a colonização em geral representa "uma ampliação da economia de mercado, respondendo às necessidades do capitalismo em formação" (*Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, p. 93 e 97). Florestan Fernandes, fazendo uso preciso dos conceitos geográficos, salienta que as *áreas* coloniais fazem parte do *espaço econômico* da metrópole, fato que as qualifica como efetivas "periferias" (A sociedade escravista no Brasil, p. 17).

[33] B. Kayser. As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos. A instalação portuguesa na América apresenta uma sucessão desses sistemas ao longo da costa, onde os principais núcleos urbanos ocupam sítios portuários (ver Antonio C. R. Moraes. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil*, cap. 2).

[34] Uma discussão teórica acerca dos processos de transferência e fixação geográfica do valor, pode ser encontrada em Antonio C. R. Moraes. Fixação de valor e capital fixo. Ernesto Laclau define a dependência colonial como "absorção estrutural e permanente de uma região por outra" (Feudalismo y capitalismo en América Latina, p. 40). M. Carmagnani, entendendo o excedente colonial como "renda", afirma que nas colônias "a circulação se apóia... sobre um complexo mecanismo de desnível de *terms of trade* negativos nas escalas regional, inter-regional e internacional" (op. cit., p. 218).

[35] Uma interpretação sugestiva deste movimento é apresentada por Ruggiero Romano. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. A avaliação do comportamento dos assentamentos brasileiros nessa conjuntura será objeto de análise na Quarta Parte 4.

[36] C. S. Assadourian, estudando o espaço econômico peruano, considera ser a autarquização a principal resposta à crise do setor externo, lembrando que os fluxos internos também se retraem (*El sistema de la economía colonial*, p. 53). Já no caso da Nova Espanha, Chiaramonte salienta a afirmação do setor mercantil, que se torna "dominante", com a conjuntura recessiva do século XVII (op. cit., p. 186 e 193). Malavé-Mata, por seu turno, realça que a crise atinge mais as economias extrativas, tendo como um dos seus desdobramentos a ampla expansão das *plantations* em várias partes da América, o que qualificaria a agricultura como setor dominante a partir dessa época (Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano, p. 161 e 163).

Entretanto, não apenas o quadro demográfico atua sobre o assentamento. Igualmente a perspectiva de lucratividade do empreendimento nas novas terras influi na velocidade e profundidade do processo de instalação. Certos atrativos naturais, como a existência de jazidas de metais preciosos, elegem determinados sítios e imprimem direções a esse processo. Vale lembrar que a extração dos minérios e o abastecimento das zonas mineiras criam novos circuitos e assentamentos, que geralmente envolveram amplos deslocamentos de populações. Assim foram povoadas áreas naturalmente desfavoráveis como hábitats humanos. Isso pode revelar certa primazia desse vetor em relação ao anteriormente mencionado. Enfim, a força do valor contido — o *valor do espaço*[25] — exprime-se tanto na riqueza natural depositada em dado lugar, quanto no trabalho morto acumulado *in situ*; e ainda no contingente populacional presente em cada região. O espaço do colonizador contém recursos naturais, heranças entesouradas e pessoas agrupadas; estes são os principais vetores da atração.

Se por um lado, a perspectiva de lucro antevista comanda a instalação do colonizador, por outro, o efetivo estabelecimento da produção (seja ela qual for, extrativa, agrícola, mineradora) só ocorre com a disponibilidade do fator trabalho. É ele a mediação inelutável entre a riqueza potencial e a mercadoria, sendo a população autóctone o "espólio privilegiado da conquista".[26] Portanto, a intenção do lucro só se realiza com o acesso a estoques de mão-de-obra. Nesse sentido, a produção de um território colonial, notadamente onde o colonizador não se defronta com estruturas produtivas sólidas preexistentes, importa uma faceta de povoamento. O tipo de povoador, como visto, variou bastante no caso americano, assim como variaram as relações de trabalho a que estes estavam submetidos.[27] Contudo, mecanismos de

[25] Sobre esse conceito, ver Antonio C. R. Moraes & Wanderley M. Costa. Espaço, valor e a questão do método, e A geografia e o processo de valorização do espaço.

[26] Pierre Chaunu. *Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 243. J. C. Garavaglia conclui: "A experiência histórica nos demonstra que, no caso dos espaços coloniais, a forma de trabalho excedente esteve no geral acompanhada pela imposição de relações laboriais marcadas por aspectos servis, onde o elemento distintivo será o uso da força, quer dizer, a coação extra-econômica (Introducción. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, p. 11).

[27] Além das modalidades básicas examinadas no capítulo anterior (servidão, escravização, e servidão "sob contrato"), vale adicionar o endividamento como um mecanismo central de coerção laborial sobre trabalhadores formalmente livres, como moradores e peões (S. Kalmanovitz. *El desarrollo tardío del capitalismo*, p. 54). Alguns autores vão mesmo tipificá-lo numa forma de relação específica — o *colonato*, bastante recorrente na América Latina (ver C. Morin, apud Chiaramonte. *Formas de sociedad y economía en Hispanoamérica*). Sobre tal relação no Brasil, consultar José de Souza Martins. *O cativeiro da terra*.

coerção extra-econômicos eram comuns aos várias arranjos regionais, tornando o trabalho compulsório um traço unificador ante a diversidade das formações coloniais americanas.

Assim, a valorização colonial do espaço tem no controle do fator trabalho um elemento nodal. As diferentes formas de que se reveste a coerção não devem enturvar a recorrência e centralidade dessa determinação, num quadro onde mesmo o escravismo — apesar de sua força caracterizadora — vai aparecer como *modalidade* de trabalho compulsório.[28] Portanto, o povoamento colonial (estrito senso) foi, na maior parte, um fluxo migratório forçado. Seja o servo sob contrato branco (aprisionado, comprado ou raptado na Europa), seja o escravo africano, seja ainda o índio (aldeado ou escravizado), todos pertencem a populações deslocadas compulsoriamente de seu hábitat original e submetidas a novo ordenamento social e espacial, que as requalifica por mecanismos de exclusão como os impedimentos raciais e a seletividade territorial.[29]

A fixação dessas populações obedece, obviamente, à localização das unidades produtivas instaladas, e essa é comandada pela taxa de remuneração do capital investido em cada lugar. Onde a lucratividade

[28] Maria Sylvia C. Franco afirma: "No Brasil colonial, a escravidão não pode ser considerada como um princípio que unifica todo o sistema", sendo "uma instituição que esteve submetida a outras determinações, e que lhe imprimiram sentido" (op. cit., p. 173). Salomón Kalmanovitz, enfocando a história colombiana, conclui que a escravidão só pode ser considerada "dominante" em certos âmbitos regionais restritos (op. cit., p. 62). Ciro F. Cardoso identifica entre as condições para sua vigência: a potencialidade produtiva local em face da demanda mercantil (de produtos tropicais), a carência demográfica, o pouco estímulo ao assalariamento, e a disponibilidade de escravos a baixo custo (El modo de producción esclavista en América, p. 222).

[29] Como visto, são mecanismos de dominação política que propiciam o controle dos fatores de produção, como as vantagens monopólicas no comércio, a coerção extra-econômica sobre a mão-de-obra, ou o domínio do acesso a terra. Tal fato anima vários autores a definir a estrutura social das colônias como uma organização estamental, pois assentada em relações jurídicas de exclusão. Chiaramonte, citando Morin, fala da "renda" colonial como "expressão de um poder jurídico do qual se obtém um direito de extração sobre os homens a partir do controle da terra" (op. cit., p. 234). Para a discussão sobre o caso brasileiro, ver Sedi Hirano. *Pré-Capitalismo e capitalismo*, p. 93 a 95 e 237).

mam, portanto, uma verdadeira "área-tampão" entre as duas frentes colonizadoras ibéricas.[19]

Além das missões, as áreas de fronteira abrigam algumas outras formas de assentamento específicas, como os *fortes* e os *ranchos*, estes atuando como pontos de pouso de viajantes e como núcleos de difusão no avanço do povoamento ou do alargamento das zonas de visitação.[20] Um padrão pontual, disperso, e por vezes intermitente, marca tais manifestações da presença européia na hinterlândia americana. Trata-se de ocupação frágil e provisória, que conhece freqüentes deslocamentos dos núcleos, os quais apresentam baixo nível de enraizamento local e de fixação de valor ao solo.[21] A ocupação militar das franjas pioneiras das colônias também vai gerar formas de instalação e de organização peculiares.[22]

Restaria falar dos assentamentos "ilegais", que escapam ao controle metropolitano, gerando zonas de extraterritorialidade nas áreas

espaço econômico", onde é praticado um "coletivismo agrário" (op. cit., p. 252 e 254). Sobre o comércio da erva-mate produzida nas missões paraguaias, consultar J. C. Garavaglia. *Mercado interno y sistema colonial*).

19 A existência de uma geopolítica do Vaticano referente à atividade missionária na América reforça-se com a criação da Sagrada Congregação para a Propaganda da Fé (o *Propraganda Fides*) em 1622, tendo como tarefa dirigir o trabalho e a difusão das missões. Como afirma Boxer, a "relativa indiferença" dos papas seiscentistas para com a Igreja de além-mar "não foi partilhada pelos seus sucessores do século XVII" (op. cit., p. 101). Sobre o ideal missionário, ver Luiz Felipe Baêta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*.

20 Como bem salienta Laura de Mello e Souza, "Foi nos espaços abertos e nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização lusitana na América" (Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações, p. 42).

21 A colonização do vale amazônico aparece como bom exemplo de migração das sedes dos núcleos de ocupação, sejam os portugueses ou, especialmente, os resultantes das várias tentativas de assentamentos extralusitanos (ver Lia Osório Machado. *Mitos y realidades de la Amazonia brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540-1912*). Falando da fronteira setentrional da Nova Espanha, H. Florescano observa que o agrupamento de quinze *vecinos* bastava para legalizar uma "vila", e a agregação de cem já fornecia o *status* de "cidade" ao núcleo (op. cit., p. 59).

22 A ocupação militar das zonas limítrofes da conquista imprime características aos espaços onde se realiza, tornando-as áreas de apressamento indígena, nas quais tendem a predominar os latifúndios "abertos" e a pecuária extensiva. Um exemplo no caso do Chile pode ser vista na obra citada de Álvaro Jara; para o norte do México consultar o trabalho indicado de Enrique Florescano. Para um conjunto de casos de fronteira, ver Á. Jara (org.). *Tierras nuevas. Expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*.

coloniais. São os territórios *cimarrones*, mencionados nos capítulos anteriores, constituídos basicamente por fugitivos dos mecanismos de trabalho compulsório.[23] Conforme as características das populações desses lugares, e as conformações do quadro natural defrontado, variam um pouco as formas de assentamento e produção praticadas: os *palankas* caribenhos buscam recriar os hábitats africanos, compondo as aldeias segundo os padrões ancestrais de cada cultura envolvida; já os *quilombos* brasileiros têm na multietnicidade um condicionante que conforma uma organização social singular; como visto, no Caribe e na costa atlântica colombiana chegam a se formar cidades *cimarronas*.[24] Os núcleos de pirataria e as bases "invasoras" de outras nações (na perspectiva de cada metrópole) completam a tipologia proposta.

No que tange à vida econômica entabulada pelo colonizador, fato que já pressupõe certa perenidade da instalação (logo, um relativo êxito da conquista), dois vetores emergem com relevância na explicação das distintas estruturas construídas. Um reside nas características do povo submetido, outro nos atrativos e riquezas defrontadas. Como posto, a densidade demográfica e a organização social da população encontrada atuou fortemente nas formas de assentamento europeu no Novo Mundo. Nas zonas de maior concentração (logo com divisão do trabalho mais complexa), o conquistador depara-se com territórios formados (com hierarquias locacionais e circuitos definidos), e a obra colonizadora traduz-se inicialmente na apropriação dessas estruturas preexistentes. Nas áreas de população menos adensadas (divididas em unidades políticas menores), a colonização efetiva-se na destruição direta dos gêneros de vida tradicionais e na escravização da força laborial indígena. Nos dois casos, o controle dos habitantes emerge como a chave da conquista.

23 A maioria destes "enclaves" tende a se aproximar das formas comunitárias de pequena produção agrária, que Ciro F. Cardoso denomina de "brecha camponesa", sendo formados basicamente por escravos africanos e indígenas homiziados (*Agricultura...*, p. 136). O autor estabelece como áreas (às vezes, consentida) dessa prática: a Jamaica, Cuba, o Caribe francês, as Guianas e as costas do Istmo e a venezuelana. Segundo Cardoso tal tema é ainda pouco estudado no Brasil (*Escravo ou camponês?*, p. 91, 93 e 97).

24 Para um quadro da variedade de tais assentamentos, ver Richard Price (comp.). *Sociedades cimarrones*. Um exemplo de cidade rebelde pode ser encontrado em Orlando Fals Borda. *Mompox y Loba. Historia doble de la costa*. Um painel dos estudos sobre o tema referindo-se ao caso brasileiro, pode ser visto em J. J. Reis & F. S. Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*.

tituem uma forma de produção colonial de razoável importância, notadamente na colonização espanhola, que manifestam em terras americanas o fenômeno já abordado da "proto-industrialização".[11] No que importa aos equipamentos produtivos, cabe também mencionar os *engenhos*, que constituem instalações de porte e representam significativo investimento de capital.[12] Falta ainda lembrar nesse universo o papel das *minas*, como visto, pólos extremamente dinâmicos na estruturação dos espaços coloniais ibero-americanos.[13]

A atuação da Igreja Católica no processo colonizador também gera algumas formas de assentamento peculiares. Em primeiro lugar, se podem mencionar os *aldeamentos*, que constituem um tipo específico de assentamento gerado pela colonização.[14] Esses agrupamentos de índios "pacificados", dirigidos por agentes eclesiásticos, cumprem funções vitais para a vida das colônias, seja como receptáculos de estoques de mão-de-obra, seja no abastecimento de produtos indígenas, seja ainda na defesa das instalações européias. Geralmente, as populações aldeadas localizam-se nos entornos dos outros tipos de

funções portuárias e político-administrativas, "sintetiza o exercício da dominação metropolitana sobre a região colonial" (*O tempo Saquarema*, p. 25 e 30). Sobre o tema, ver também J. L. Romero. *América Latina: la ciudad y las ideas*.

11 Ciro F. Cardoso fala de "regiões manufatureiras na América espanhola, listando como as de maior expressão Quito, Puebla e Tucumán. Ele também salienta a indústria de construção naval, apontando Cartagena, Guaiaquil, Panamá e Havana como seus centros (*O trabalho na América Latina colonial*, p. 65-6). Para um quadro geral da distribuição das *obrajes*, ver Manuel M. Grijalva. *La protoindustria colonial hispanoamericana*. Para uma introdução ao caso brasileiro, ver Heitor Ferreira Lima. *Formação industrial do Brasil. Período colonial*, cap. 5.

12 O engenho — "máquina e fábrica incrível", na conhecida expressão do padre Vieira — representa uma complexa estrutura de produção, com divisão do trabalho, maquinaria e uso de forças motrizes requintadas para a época (ver Rui Gama. *Engenho e tecnologia: contribuição à história da técnica no Brasil*; e Manuel Moreno Fraginals. *O engenho*). Trata-se, portanto, de uma produção sistemática e organizada, que envolve altos investimentos de capital (Maria Sylvia C. Franco. A organização social do trabalho no período colonial, p. 176).

13 Assadourian, por exemplo, trabalhando o caso peruano, credita à atividade mineradora a formação do "mercado interno colonial", afirmando que a especialização produtiva regional responde à demanda mineira. Diz ele: "O sistema colonial está fundado numa base material [...] e seus pontos de apoio são o ouro e a prata" (La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial, p. 224). Ver também p. 234 e 225.

14 Sobre as idéias que presidem a instalação deste tipo de assentamento no Brasil, ver José Maria de Paiva. *Colonização e catequese, 1549-1600*.

assentamentos comentados, constituindo prolongamentos de tais núcleos.[15]

Uma outra forma de ocupação derivada da ação colonial da Igreja é a *missão*, uma "instituição de fronteira" estabelecida nas zonas sem grandes atrativos para a colonização ou nos limites dos territórios coloniais.[16] A principal diferença desse tipo de assentamento eclesiástico em relação ao anterior reside na busca de autonomia e isolamento que orienta a organização dos núcleos missionários, quase sempre localizados em áreas marginais aos grandes eixos de circulação das colônias.[17] No caso da América do Sul, há claramente uma estratégia geopolítica na instalação das missões, que avançam pelas zonas de interface provável entre as expansões portuguesa (no sentido leste—oeste) e espanhola (vinda no sentido contrário). Nesse movimento, as missões interiorizam-se nas bacias do Prata, do Orinoco e Amazônica, adentrando nos *llanos* colombianos e no pampa gaúcho, bordejam o Pantanal, e constituem uma zona de adensamento no Paraguai (onde constroem quase um Estado territorial autônomo).[18] Confor-

15 Uma exemplificação para o caso de São Paulo, numa ótica geográfica, pode ser obtida em Pasquale Petrone. *Aldeamentos paulistas*. Vale assinalar a maior importância dos aldeamentos administrados pela Igreja na América portuguesa, em relação à hispânica, na qual as instituições da *encomienda* e do *repartimiento* põem a administração dos índios nas mãos de segmentos laicos (particulares na primeira, estatais na segunda).

16 Charles Boxer considera que "a missão como instituição de fronteira era uma característica da colonização ibérica em muitas regiões", sendo em várias delas "o esteio do domínio colonial" (*A Igreja e a expansão ibérica*, p. 92 e 95). Este autor adiciona que com a promulgação da *Prudente Injunção*, proibindo as "entradas" em terras americanas, "a responsabilidade da pacificação das regiões de fronteira foi dada principalmente aos missionários das ordens religiosas" (p. 93). Boxer lembra ainda que, a partir dessa época, a palavra *conquista* é substituída pelo termo *pacificação* nos documentos oficiais espanhóis.

17 Segundo Richard Konetzke, as missões instauram "novos caminhos da colonização", com o projeto de "fundar comunidades cristãs exclusivamente índias", que interessa aos Estados metropolitanos pois se instalam em áreas isoladas (*América Latina. La época colonial*, p. 244). Enrique Florescano também comenta a estratégia missionária de agrupamento indígena em *pueblos*, com uma economia autosuficiente e certo isolamento, e exemplifica: "Os jesuítas de Sinaloa e Sonora esforçaram-se por manter os espanhóis distantes das missões e povoações de índios" (Colonización, ocupacción del suelo y frontera en el norte de Nueva España, p. 65). Mesmo assim, "atrás dos missionários se instalaram criadores, agricultores e colonos espanhóis" (p. 51).

18 Segundo Konetzke, o "Estado missionário" abarca "um território dotado de amplo

dos vão constituir-se no elemento básico para se entender a *forma* da instalação e o *arranjo* social gerado em cada caso.[5]

Vale observar que existem objetivos comuns aos centros difusores, móveis metropolitanos animados pela dinâmica da *transição* que, em essência, perseguem a remuneração do capital comercial, isto é, o lucro mercantil do empreendimento. Todavia, o tônus mercantilista objetiva-se mediante combinações de interesses amarrados em quadros estatais nacionais. Tais arranjos redundam em projetos próprios a cada Estado, num quadro internacional pensado em termos essencialmente bélicos. Isso se explicita em diferentes geopolíticas ultramarinas. Estas, por sua vez, exercitam-se em meio a realidades também variadas. Os territórios coloniais são erigidos na plasticidade dessa interface. Os desígnios geopolíticos metropolitanos devem aplastar-se com o defrontado, tendo na adaptabilidade um elemento de eficiência.

Quando se acata esse raciocínio, de imediato fica difícil equacionar a realidade colonial numa ótica que trabalhe com a oposição interno/externo. Pois a colônia é, em si, resultado da instalação do agente externo, sua internalização na nova terra, mediante a conquista dos lugares e da subordinação dos antigos ocupantes. Assim, sem submeter a população encontrada não há colonização, fato que situa — como visto — as feitorias seiscentistas portuguesas na Ásia fora da economia-mundo capitalista.[6] O estabelecimento de uma colônia implica necessariamente domínio da terra (soberania), e essa é impossível sem algum nível de submissão de seus primitivos habitantes.

Nesse sentido, a eliminação e/ou incorporação das populações autóctones não pode ser avaliada como um aspecto a mais da expansão colonial mercantilista, pois está em seu centro. O recurso a uma das duas alternativas apresentadas repousa, em muito, na reação indígena

[5] Álvaro Jara lembra os níveis de produtividade extremamente variados das economias pré-hispânicas dos grupos americanos, considerando que a diversidade das formas de colonização aí praticadas é bastante condicionada "pelas características do substrato indígena, que sempre apresenta adjetivações próprias e singulares em cada região da América" (Ocupacción de la tierra, poblamiento y frontera. Elementos de interpretación, p. 3).

[6] Vale relembrar a distinção efetuada por Wallerstein entre "periferia" e "arena exterior" na montagem da economia-mundo capitalista (*El moderno sistema mundial*, vol. 1). Cabe também recordar que Fernando Novais deixa fora da "colonização" as meras ações de pilhagem e intercâmbio comercial (op. cit.).

ante o conquistador. No geral, se pode afirmar — apoiado nos autores consultados — que onde a estrutura social dos grupos defrontados era mais complexa a conquista foi mais rápida, ao passo que nas áreas de tribos nômades os colonizadores encontraram maiores dificuldades de instalação.[7] De todo modo, a submissão efetiva impõe-se em todos os casos, independente do nível político-cultural ou do contingente demográfico de cada sociedade conquistada. Essa variedade vai influir, isto sim, e muito, na forma de exploração desenvolvida em cada região.[8]

Cabe breve alusão aos tipos de assentamentos gerados no solo americano pelo processo colonial, antes de prosseguir na argumentação. Como visto, os estabelecimentos produtivos típicos criados pelos colonizadores ibéricos no Novo Mundo foram: a *hacienda*, a *plantation* e a *estancia*.[9] Porém, além dessas três modalidades, deve-se assinalar outros tipos de instalação humana construídos no decorrer da ocupação européia da América, alguns até que escapam ou mesmo se contrapõem às orientações geopolíticas metropolitanas.

Numa posição de realce, devem ser lembrados os *núcleos urbanos*, pois as vilas e cidades cumprem papel articulador básico em todas as regiões coloniais.[10] Alocadas ou não no meio citadino, as *obrajes* cons-

[7] Os gêneros de vida nômades, associados a vastas extensões territoriais não conhecidas e/ou apropriadas pelos europeus, tornam a migração para a hinterlândia uma alternativa de sobrevivência para os grupos indígenas autóctones (ver Florestan Fernandes. Os tupis e a reação tribal à conquista). Quanto à diferença entre tais grupos e as sociedades sedentárias, ver Álvaro Jara. Op. cit., p. 6.

[8] Cabe apoveitar esta menção ao conceito de "região" para afirmar sua adequabilidade na análise dos espaços coloniais americanos no período enfocado, pois estes se apresentam como manchas de ocupação (de variáveis extensões), organizadas por eixos de circulação que circunscrevem conjuntos bem delimitados. Tais conjuntos funcionais apresentam identidades e repartimentos que não correspondem diretamente às dilatadas fronteiras administrativas definidas pelas metrópoles. Nesse sentido, constituem unidades regionais (utilizando-se a concepção clássica deste conceito). Vale lembrar que todas as iniciativas de colonização manifestam-se como "enclaves" no início de sua instalação, cujo êxito e expansão acabam por definir regiões. Sobre tal conceito, ver Etienne Julliard. Região: tentativa de definição. Para sua problematização, consultar Antonio C. R. Moraes & Marcelo Escolar. Pierre George: fragilidad teórica, compromiso político y temática regional.

[9] Um quadro comparativo destes tipos de estabelecimento em diferentes partes da América hispânica, pode ser encontrado em Enrique Florescano (org.). *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina.*

[10] Ilmar R. Mattos, vendo a região como "um espaço de dominação" e como um "resultado da ação colonizadora", considera que a cidade americana, dadas suas

Capítulo 9

A DIMENSÃO TERRITORIAL NAS FORMAÇÕES LATINO-AMERICANAS

O apelo à espacialidade, vista como mediação particularizadora, adquire respaldo ontológico no estudo da história da América Latina, quando se acata a centralidade dessa dimensão no objetivar-se dos processos de colonização. Tome-se, pois, a formação do sistema colonial moderno — e a construção da América, especialmente — como, antes de mais nada, um processo interessando a relação sociedade/espaço.[1] Disto deriva que é no apetite territorial de certas sociedades européias que se deve buscar o móvel primeiro da expansão marítima efetuada no "longo" século XVI. E é igualmente na capacidade plástica de se apropriar de lugares os mais diversos e moldá-los segundo seus interesses, que se pode avaliar o êxito ou fracasso dos vários empreendimentos coloniais.

Parte-se, assim, da constatação inicial de que qualquer colônia é o resultado de uma *conquista territorial*. Ela é um espaço *novo* na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho da natureza, de outros po-

[1] Fundamentos teórico-filosóficos para equacionar tal relação, podem ser obtidos em Milton Santos. *Sociedade e espaço*. *Ensaios* e *Pensando o espaço do homem*. Sobre o processo de colonização, equacionado numa ótica geográfica, ver Max Sorre. *La migration des peuples*. Uma aproximação dessa ótica na análise das colônias americanas encontra-se em: Fernando Novais. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica.

vos e de outros Estados.[2] Trata-se de uma *adição* de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso, uma determinação básica da colônia é a conquista, entendida como relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão.[3] A violência e a expropriação são, portanto, dados irredutíveis do processo colonial, variando em grau mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica assim, estruturalmente, uma hierarquia entre sociedades e entre lugares.

Observa-se que a formação colonial expressa, já em sua gênese, uma qualidade de subordinação. Ela é um resultado de uma ação que lhe é externa, motivada por anseios sociais que têm origem em outro lugar. Pois a colônia é não um domínio abstrato (formal), mas a efetiva *instalação* do colonizador, em outras palavras, a objetivação da conquista. As "novas terras" só são assim designadas pelos que chegam, obviamente não o são para as populações autóctones.[4] Estas também aparecem, aos olhos do colonizador, como verdadeiros atributos do lugar, que devem ser submetidos como parte da natureza a ser ganha. E a subordinação primeira necessária ao se instalar é, exatamente, a dos *naturais*. E, em função disso, os quadros demográficos defronta-

[2] Nesse sentido, Carlos Meléndez Chaverri está correto ao afirmar: "Em termos gerais, toda conquista envolve a ação dominadora de um grupo humano sobre outro mais vulnerável... A conquista é fruto de um enfrentamento armado, [...] a perda de liberdade para os vencidos" (Las conquistas frustradas: el caso de la América Central, p. 154). Vale assinalar que a conquista é um movimento físico de avanço territorial.

[2] A colonização impõe uma situação estrutural de "fronteira" (*frontier*) para o colonizador, que se perpetua conforme avança a apropriação de novas terras. No momento da instalação inicial do europeu, tal situação é única e plena no solo americano, constituindo portanto uma determinação *geral* dos vários processos. Para uma discussão conceitual da matéria na geografia, ver André R. Martin. *Fronteiras e nações*. Sobre a importância da fronteira na colonização americana (com a discussão da "tese de Turner"), consulte-se Otavio G. Velho. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Para uma análise da sociabilidade da fronteira, ver José de Souza Martins. Frente pioneira: uma caracterização sociológica.

[4] Nesse sentido, as noções de "Novo Mundo", "América" ou "Índias" são construções da cultura européia. Sobre este processo, pode-se consultar Tzvetan Todorov. *La conquista de América*; e Edmundo O'Gorman. *La invención de América*. Sobre o tema, estudando outro contexto geográfico, ver Edward Said. *Orientalismo*. Sobre o imaginário da expansão portuguesa, consultar Luís Filipe Barreto. *Os descobrimentos e a ordem do saber*.

uma sociabilidade de vigilância constante e um caráter repressivo e violento seriam também traços estruturais de tais sociedades.

E é no exercício da dominação, especificamente, que alguns autores vão buscar elementos para diferençar as sociedades escravistas da América. Eugene Genovese, por exemplo, respondendo à sua própria questão (anteriormente levantada), distingue os lugares onde o uso do trabalho escravo gera uma classe e uma cultura específicas, daqueles onde ele se manifesta com uma índole "burguesa".[119] Fazendo uso também dos conceitos weberianos, o autor qualifica o primeiro caso como um escravismo *patriarcal*, em que impera um *ethos* aristocrático e uma tendência autárquica.[120] Atenuando esta distinção, pode-se lembrar que o estatuto da escravidão, em todas suas manifestações, acaba por envolver o conjunto da estrutura social, influindo mesmo no relacionamento bilateral dos segmentos não escravos.[121] A hierarquização rígida, os impedimentos estamentais, o menosprezo pelo trabalho, são traços de identidade de um padrão societário presente nos vários lugares onde vigora o escravismo. Nesse sentido, afirma-se uma sociabilidade comum aos regimes escravistas, onde a "benevolência" ou "crueldade" na exploração dos escravos vincula-se mais às conjunturas do mercado internacional e ao engate de cada região no sistema mundial.

Restaria comentar a espacialidade do escravismo americano no contexto da formação da economia-mundo. Na bibliografia revisada, o autor que melhor se detém no tema é Antônio Barros de Castro, que elabora uma teorização na qual distingue três tipos de regiões escravistas: "superdotadas, membros efetivos e residuais".[122] As regiões

variadas regiões, ver R. Konetzke. Op. cit., p. 73; F. Bowser. Op. cit., p. 242; R. Mellafe. Op. cit., p. 82 e O. Fals Borda. Op. cit., p. 60b e 68-9a.

[119] *O mundo...*, p. 41. No caso brasileiro, segundo Genovese, existiriam as duas vias: a do escravismo patriarcal do século XVII no nordeste e a do escravismo capitalista do século XIX no sudeste (p. 83-4).

[120] Este "paternalismo que associamos à fazenda patriarcal" teria se manifestado com maior clareza no sul do E.U.A. e no nordeste brasileiro (E. Genovese. *O mundo...*, p. 162, 102 e 106). Nas palavras do autor, atenuando a distinção: "A colonização do Novo Mundo recriou regimes arcaicos plasmados pela fazenda patriarcal, cuja tendência dominante era o patriarcalismo. Todos os regimes escravistas mostraram esta tendência, pois era inerente à relação senhor-escravo" (p. 125).

[121] Ver Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*.

[122] As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial, p. 55. Segundo Castro, os empreendimentos coloniais conhecem uma primeira etapa de instalação e expansão até chegar a um tamanho adequado à exploração praticada (p. 56). Segue-se uma segunda etapa de consolidação técnica da produção, que envolve também ações políticas ao nível da circulação (p. 57). A terceira etapa é a da maturidade produtiva, escorada sempre numa situação estrutural de equilíbrio precário (p. 58). Tal situação decorre da contínua abertura de novas fronteiras, que anima uma forte concorrência entre as regiões escravistas.

superdotadas, qualidade advinda de condicionantes (acessibilidade, proximidade do mercado, fertilidade natural etc.), definem o preço do escravo, pela capacidade de financiamento de sua demanda, cuja satisfação estabelece o custo médio dessa fundamental mercadoria. As regiões de produção já estabilizada ajustam-se à diversificação da concorrência, decorrente da abertura de novas áreas de produção escravista. Nesse sentido, tais regiões atuam visando o congelamento da expansão. Em face do custo atualizado do escravo se requalificam todas as áreas produtoras, algumas não revelando viabilidade na nova situação. Essas tornam-se "áreas residuais", de exploração inviável no sentido do cálculo capitalista (em termos ricardianos, estariam abaixo da "margem").[123] O autor conclui que esse mecanismo de relação entre as "velhas" e "novas" áreas acaba sendo nocivo ao desenvolvimento do setor produtivo em ambas.

Enfim, este capítulo que iniciou com a análise das formas de trabalho compulsório na América, encerra apontando outra determinação importante na conformação das sociedades coloniais: a dimensão espacial. A conquista e a ocupação do espaço, inexoravelmente associadas a colonização, trazem a formação dos territórios para o centro da discussão sobre as características da "via colonial". Elucidar melhor tal tema é o objetivo do próximo capítulo.

[123] Ibidem, p. 61. Segundo Castro, as áreas residuais atuam deprimindo o preço dos produtos coloniais, pois liquidam suas safras a baixos valores, para tentar manter os empreendimentos instalados. No limite, acabam vendendo seus plantéis, animando o comércio inter-regional de escravos (p. 63).

tão de classe com profunda dimensão racial".[107] Genovese não nega contudo a possibilidade de coexistência de castas e classes, no que é acompanhado por Herbert Klein, que fala da "sociedade altamente estratificada de classe e casta criada na América Latina".[108] E, finalmente, Bartolomé Bennassar considera que a sociedade colonial "não foi uma sociedade de castas formada por grupos fechados e endogâmicos... nem uma sociedade de classes".[109]

Observa-se que todas as posições teóricas matriciais estão presentes no debate, tanto na negação ou afirmação das três possibilidades básicas (casta, estamento e classe) quanto nas várias combinações possíveis. Na verdade, a caracterização estritamente sociológica acaba por remeter à questão maior do caráter do próprio modo de produção vigente nas colônias, tema já discutido no Capítulo 4. Aqui, vale ressaltar dois pontos de relativa concordância entre os autores analisados.

O primeiro diz respeito à singularidade das sociedades escravistas americanas. Estas seriam formações ímpares, não redutíveis a modelos de caracterização gerados em outras realidades históricas.[110] Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, vê "as sociedades coloniais como formações econômico-sociais passíveis de teorização, cuja racionalidade não pode ser reduzida às suas relações com as metrópoles e só pode ser descoberta associando a análise de sua dependência — o fato colonial — à de suas estruturas internas específicas".[111] Octavio Ianni reforça que a "formação social escravista" é uma "estrutura político-econômica singular... não apenas um apêndice do sistema mercantilista", é uma "totalidade singular" explicável em suas "relações internas e externas".[112] E aqui o autor já realça o segundo ponto a ser considerado: a subordinação da sociedade colonial a um movimento maior que a influencia. Nos termos de Ianni, trata-se de "uma configuração histórico-estrutural que se forma e desenvolve no

[107] *O mundo...*, p. 126.

[108] E. Genovese. Ibidem, p. 121, e H. Klein. Op. cit., p. 189. O último autor define, em certa passagem, os negros como uma "casta inferior", pois sujeitos a impedimentos de cor mesmo quando livres (p. 238).

[109] Op. cit., p. 204. Segundo Bennassar, a "divisão formal" em castas encobria na verdade uma "pigmentocracia" (p. 208).

[110] Como visto em nota anterior, essa é a posição sugerida por Chiaramonte, ao final de sua detalhada revisão sobre o tema.

[111] *Escravo...*, p. 43. Segundo Cardoso, a colônia não poderia ser vista como simples "projeção", mas avaliada em suas "contradições internas" (p. 34).

[112] Op. cit., p. 13 e 99.

interior do mercantilismo", e, nesse sentido, a escravidão na América "estava dinamicamente relacionada com o processo de gestação do capitalismo na Europa".[113] E Eugene Genovese completa: "A economia escravista desenvolveu-se dentro do mercado capitalista mundial".[114] Portanto, as sociedades escravistas americanas teriam caráter histórico particular e subordinado.

Estas formulações remetem ao tema da unidade ou diversidade dos sistemas escravistas do Novo Mundo. Ciro Flamarion Cardoso está entre os autores que mais enfatizam a existência de grandes semelhanças entre suas diversas ocorrências. Haveria, segundo ele, traços estruturais recorrentes nas várias manifestações do sistema, sendo a *brecha camponesa* um deles.[115] Esta possibilidade do escravo de atuar como pequeno produtor autônomo estaria presente em todas as regiões escravistas, mesmo nas em que era juridicamente proibida.[116] A funcionalidade dessa atividade residiria no rebaixamento do custo de reprodução do escravo (diretamente) e da sociedade escravista (pela comercialização do excedente produzido).[117] Outra característica geral observada, associada ou não à brecha camponesa, a fuga ou *cimarronage* "foi uma ocorrência comum desde os primeiros dias em todas as sociedades escravocratas americanas".[118] E, por conseguinte,

[113] Ibidem, p. 98 e 12. Ciro F. Cardoso, em trabalho mais recente, acata crítica às suas teorizações pela ausência de uma visão da integração metrópole-colônia (*Escravo...*, p. 35).

[114] *A economia...*, p. 24. Genovese está referindo-se ao sul do E.U.A., e adiciona que apesar dessa inserção não houve um "desenvolvimento capitalista interno" (p. 26). Posição referendada por Ianni, ao dizer que uma "gênese burguesa" não significa um "desenvolvimento burguês" (op. cit., p. 14).

[115] Nas palavras de C. F. Cardoso: "independente de qual fosse a nação colonizadora, as colônias que se encontravam num mesmo grau de desenvolvimento da economia colonial... apresentavam sistemas escravistas quanto ao essencial" (*Agricultura...*, p. 100). Sobre o caráter estrutural da brecha camponesa no escravismo, ver *Escravo...*, p. 97.

[116] C. F. Cardoso. *Escravo...*, p. 60 e *Agricultura...*, p. 138.

[117] Segundo C. F. Cardoso, o que variava de situação à situação era a centralidade dos produtos da brecha no abastecimento das várias colônias (*Escravo...*, p. 88). O autor lembra que a brecha também existia nas áreas de escravidão indígena (p. 97). O caso da Jamaica seria o de maior desenvolvimento dessa economia camponesa, chegando a dispor de 20% da moeda em circulação na ilha (ibidem, p. 75 e *Agricultura...*, p. 145 e 148).

[118] H. Klein. Op. cit., p. 216. Este autor lembra que a fronteira aberta permitia uma saída camponesa para as comunidades fugitivas (p. 224). Sobre os *cimarrones* em

fletida pela oposição clássica entre os homens livres dominantes e os homens pretos dominados".[98]

Antes de entrar no debate sobre o caráter específico das sociedades criadas pela instalação européia na América, vale buscar algumas indicações teóricas no material já exposto, assim como tentar estabelecer uma direção apropriada para o tratamento de temática tão polêmica.

O esboço de uma geografia das relações de trabalho coloniais americanas no longo século XVI, apresentado no capítulo anterior, permite concluir que a coerção extra-econômica sobre a força de trabalho não foi fator secundário nos vários processos enfocados. Ao contrário, foi algo vinculado a sua essência, daí sua recorrência em *todos* os lugares analisados, pelo menos nesse período inicial de *instalação*. Carlos Assadourian define com presteza o "trabalho forçado, símbolo maior da exploração mercantil colonial".[99]

Observou-se também que a modalidade específica de compulsão respondia às condições demográficas locais e metropolitanas, e que apenas quando não existiam os estoques populacionais necessários nas colônias ou nos países colonizadores é que a importação de africanos — sempre presente — adquiria relevo. Assim, a escravidão negra era uma alternativa na determinação geral de controle dos meios de produção, e da força laborial em particular. Do ponto de vista lógico, a qualidade de *colonial* pressuporia o trabalho compulsório, sobrepondo-se ao escravismo que restaria no plano das modalidades. Aqui, a questão levantada por Eugene Genovese repõe-se: em quais casos a escravidão gerou *sociedades escravistas*?

Outra pista para a análise emerge da constatação de que, apesar da existência de zonas de adensamento, a difusão do escravismo e do elemento africano gerou toda uma gama complexa de estruturas que combinavam diferentes relações de trabalho. Foi visto que escravos, servos e trabalhadores temporários podiam conviver numa mesma unidade produtiva. Isso traz dificuldade para a identificação de uma

[98] Op. cit, p. 123. Sobre a escravidão urbana no Brasil, ver p. 109-10.

[99] Op. cit., p. 293. Em outro texto, Assadourian questiona a postura de unificar distintas relações de trabalho "sob o único rótulo de trabalho forçado" (La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial, p. 237). S. Kalmanovitz comenta o tema: "Queremos aqui insistir em que os colonos não trazem um modo de produção em sua bagagem, para reproduzi-lo com exatidão no território a que chegam"; a questão posta para eles é a de como extrair sobretrabalho na situação defrontada, sendo a coação extra-econômica o caminho para tanto (*Economía y nación. Una breve historia de Colombia*, p. 25).

economia especificamente escravista. Todavia, a extensão e a centralidade do trabalho escravo em dadas regiões reafirma um traço unificador.[100] Enfim, a densidade da população negra aparece como critério para delimitar a Afro-América.

Em face dos objetivos gerais do presente estudo, é a sociedade gerada neste universo, onde as relações especificamente escravistas foram dominantes, que será problematizada. Sem abdicar do horizonte maior da determinação colonial, interessa compreender a organização social na qual o trabalho compulsório se objetiva de forma menos mediatizada,[101] na qual a produção repousa na propriedade integral da pessoa do trabalhador.

Nessa perspectiva, uma primeira indagação diz respeito à caracterização sociológica do escravo e da sociedade escravocrata. No trato dessa temática reina enorme polêmica, bem resenhada no caso brasileiro em trabalho de Sedi Hirano.[102] Este autor, por exemplo, conclui — seguindo a indicação de Max Weber — que a condição escrava refere-se a um *estamento*, e portanto define o Brasil escravista como uma "sociedade estamental".[103] Já Octavio Ianni vê a "formação social escravista" constituída por duas *castas* básicas, a dos senhores e a dos escravos, os escravos representando a "casta subalterna".[104] Florestan Fernandes, por outro lado, situa o escravo como casta, mas considera que o colonizador português se estrutura de forma estamental, gerando uma "dupla ordem de estamentos e castas".[105] Ciro Flamarion Cardoso critica incisivamente essas visões, vendo o escravo e o "escravismo colonial" como inseridos em relações de *classe*.[106] Esta também é a posição de Eugene Genovese que fala da escravidão americana como "uma ques-

[100] Ciro F. Cardoso identifica o escravismo como um "sistema econômico específico" que se manifesta em áreas delimitadas da América: Brasil, Antilhas, sul do E.U.A. e algumas regiões da América hispânica (*Agricultura...*, p. 95).

[101] O. Ianni fala da "dupla alienação" do escravo, lembrando que na produção escravocrata "a mercadoria aparece diretamente como produto alienado de um produtor alienado"; e conclui que não há o fetiche da mercadoria no escravismo (op. cit., p. 39 e 40).

[102] *Pré-Capitalismo e capitalismo. A formação do Brasil colonial.* Uma resenha mais rápida das opiniões sobre o tema também aparece em R. Vainfas. Op. cit., p. 109.

[103] Op. cit., p. 363 e 365. Segundo Hirano, a estruturação estamental faria da colônia uma "formação pré-capitalista".

[104] Op. cit., p. 13, 30, 35 e 90.

[105] F. Fernandes, apud S. Hirano. Op. cit., p. 347.

[106] Ver *Agricultura...*, p. 96 e 105 e *Escravo...*, p. 35 e 36. Também Vainfas defende esta visão classista (Op. cit., p. 108).

breve, posto que esta colônia será o objeto central de análise dos últimos capítulos.

Inicialmente, vale lembrar a escravidão indígena que, às vezes, tem recebido pouca atenção dos autores que analisaram a colonização portuguesa na América. De acordo com os números fornecidos por Herbert Klein, até 1570 os escravos índios representavam a totalidade da força de trabalho dos assentamentos mais meridionais e cerca de quatro quintos da assentada no nordeste brasileiro, o elemento africano só se tornando mais numeroso após essa data.[89] Todavia, a partir, daí o fluxo de escravos para o Brasil sobe exponencialmente, desembarcando em seus portos — ainda segundo Klein — cerca de 4.000 negros por ano na primeira metade do século XVII e por volta de 7.000 na segunda, cifra que atinge a marca de 20.000 ao ano no século XVIII.[90] Robert Conrad faz ampla revisão nos autores que trataram da matéria e, relacionando os dados dos embarques na África e desembarques no Brasil, chega a um total de cinco milhões de escravos envolvidos no tráfico para esta colônia, até sua extinção em meados do século XIX.[91] No período analisado, como visto, foi quase que exclusivamente a cana-de-açúcar que animou essa demanda.[92]

No que toca ao abastecimento negreiro das terras brasileiras, um fato que ressalta de imediato é a relativa independência e autonomia que tal circuito experimentou. É novamente Klein quem observa: "O maior tráfico atlântico de escravos realizado pelos portugueses nunca envolveu Portugal diretamente. Eram navios de proprietários brasileiros que transportavam bens brasileiros, asiáticos ou europeus para a África e retornavam diretamente aos portos brasileiros com seus escravos".[93] Cabe recordar que do Brasil se ia à África sem escalas, uma viagem entre Recife e Angola sem pegar calmarias envolvia cerca de 35 dias, o Rio de Janeiro distando por volta de cinqüenta dias de Luanda.[94] Isso estimulou um "tráfico privado e flexível", animado pela boa aceitação do fumo e da aguardente brasileiros nos mercados africanos.[95] Internamente, Salvador e Recife disputavam a primazia como centro redistribuidor, o Rio de Janeiro articulando-se com a rota escravista do Prata.[96]

No Brasil, como afirmado anteriormente, os escravos negros foram alocados sobretudo nos engenhos e plantações de cana-de-açúcar, algumas unidades produtivas chegando a possuir grandes plantéis de africanos. Herbert Klein aponta o fato de que foi a facilidade do abastecimento negreiro que favoreceu os produtos brasileiros no mercado mundial.[97] Assim, a população negra acompanhou inicialmente a agricultura canavieira — numa distribuição espacial que será matéria dos últimos capítulos. Aqui cabe relevar que, apesar dessa concentração em algumas áreas, o elemento negro vai difundir-se por toda a colônia. Mais raros no sertão, muito caros nos assentamentos meridionais (em face do preço estabelecido em Buenos Aires), os escravos vão ser numerosos também nas poucas cidades brasileiras — onde em seu papel, na prática do aluguel e na possibilidade de libertar-se, observa-se o mesmo padrão hispânico. Nesse processo de difusão o escravo foi envolvido, também como alhures, em variadas estruturas que combinavam relações de produção distintas. Como bem observa Katia Mattoso, "As relações sociais no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX são, pois, complexas, bem mais do que a imagem simplificadora re-

[89] Op. cit., p. 55-6. Nas palavras de Klein: "De 1540 a 1570 os escravos indígenas eram os produtores principais do açúcar no Brasil" (p. 55). Ver também B. Bennassar. Op. cit., p. 125.

[90] Op. cit., p. 168. Klein lembra que já em 1620 o Brasil importa mais africanos que a América hispânica (p. 57). Entre o século XVI e 1850 entraram no Brasil cerca de 3,5 milhões de escravos negros, representando 38% do total desembarcado na América (Katia Q. Mattoso. Op. cit., p. 53).

[91] Op. cit., p. 43. Segundo Conrad, A. de Taunay fala em 3,6 milhões, número próximo ao defendido por Sérgio B. de Holanda e por D. Curtin, e também não distante do estimado por R. Simonsen: 3,3 milhões. Caio Prado Jr. afasta-se destas estimativas falando em seis milhões, cifra elevada para oito milhões por P. Calmon (p. 35).

[92] K. Mattoso. Op. cit., p. 23. Esta autora também argumenta que foi a falta de atrativos que não animou antes a entrada de escravos, visto que os portugueses dispunham do tráfico (p. 19). Esta carência inicial gerou "uma monocultura exigente" que teve no africano "uma mercadoria absolutamente indispensável" (p. 24). Nas últimas décadas do século XVI, só Pernambuco e Bahia teriam importado 30.000 escravos da Guiné, chegando à cifra de 500.000 em 1640 (p. 53).

[93] Op. cit., p. 164. Ver também K. Mattoso. Op. cit., p. 58.

[94] K. Mattoso. Op. cit., p. 39 e 47. A autora lembra que o Brasil abastecia Luanda quase que integralmente, havendo comerciantes estabelecidos em Salvador e nesta cidade (p. 37). A estimativa do tempo de viagem também é aceita por R. Conrad. Op. cit., p. 46.

[95] K. Mattoso. Op. cit., p. 32-3.

[96] Ibidem, p. 35 e 78.

[97] Diz Klein: "O açúcar no Brasil foi favorecido pelo fato de que Portugal ainda dominava o comércio atlântico de escravos a esta época" (op. cit., p. 52). K. Mattoso mostra, contudo, uma alta constante do preço do escravo em relação ao do açúcar (op. cit., p. 89 a 91). Com a descoberta das minas, a concorrência na demanda acaba por prejudicar a economia açucareira do Brasil (p. 92).

guns teóricos dos modos de produção na América Latina tanto almejam.[82]

Antes de retomar o debate sobre a caracterização das sociedades geradas na colonização do Novo Mundo, cabe comentar o escravismo nas colônias extra-ibéricas e no território português, visto englobar este conjunto parte considerável da Afro-América.

Como já observado, a Inglaterra, a França e a Holanda — os três partícipes não ibéricos de maior efetividade na ocupação européia do Novo Mundo — chegam relativamente tarde na primitiva partilha do continente americano. E, no geral, defrontam-se com áreas carentes ou rarefeitas demograficamente. Assim, não contaram com populações locais para tocar o empreendimento colonial, sequer em sua fase de instalação. Foi visto também que, no caso da colonização britânica, o recurso inicial utilizado foi a mão-de-obra branca dos servos contratados, e os escravos africanos só adquiriram relevo a partir da segunda metade do século XVII.[83] Eric Williams comenta que, apesar de a primeira expedição negreira inglesa datar de 1562, foi somente com a plena instalação nas Antilhas, no século seguinte, que o tráfico se tornou regular.[84] Os holandeses, apesar da proeminência no tráfico atlântico do Seiscentos, não ensaiaram muitas tentativas de efetiva colonização no período. Aparentemente tinham por estratégia a tomada de colônias já estabelecidas e o controle de certos circuitos marítimos.[85] Nova Amsterdã e Curaçau eram, mais

[82] José Carlos Chiaramonte, após fazer uma minuciosa revisão do debate sobre a "transição" e sobre os "modos de produção na América Latina" (abordado na Primeira Parte deste estudo), sugere ser mais interessante buscar as "formações sociais" historicamente singulares, do que os "modos de produção dominantes", na caracterização das sociedades coloniais ibero-americanas (ver *Formas de sociedad y economía en Hispanoamérica*).

[83] H. Klein exemplifica com Barbados que, em 1645, possui 5.680 escravos africanos, número que sobe para 37.000 já em 1680 (op. cit., p. 64). D. Mannix & M. Cowley apontam que foi somente na virada do século XVII para o XVIII, com o desenvolvimento das *plantations* sulistas, que se iniciou uma entrada maciça de africanos no E.U.A. Antes dessa época, a presença de escravos negros era difundida, porém pouco expressiva. Ainda segundo estes autores, em 1714 a população escrava da América britânica estava em 39.000 habitantes, e em 1754 alcança a cifra de 298.000 só no E.U.A. (op. cit., p. 71 a 79).

[84] Op. cit., p. 35. De acordo com Williams, a Real Companhia Africana, fundada em 1663, transportou entre 1680 e 1686 cerca de cinco mil escravos por ano (p. 37).

[85] A ocupação do Nordeste brasileiro ilustra tal estratégia. Para a região, a Companhia das Índias holandesa levou 15.430 africanos entre 1619 e 1623 (Mannix & Cowley. Op. cit., p. 69).

do que colônias de exploração, centros mercantis de distribuição de escravos.

Cabe observar que os processos acima mencionados envolvem as metrópoles que imprimiram às suas iniciativas de colonização uma dinâmica essencialmente capitalista.[86] Essa expressa-se, por exemplo, na rápida instauração no Caribe anglo-holandês de formas capitalistas de propriedade da terra, distintas do "caráter patrimonial, mesmo dominial" desta relação nas colônias francesas e ibéricas do Novo Mundo.[87] Assim, o escravismo nesses casos esteve associado a um ritmo e a uma política colonial diferentes, gerando, por conseguinte, arranjos também singulares. Recortando tais conjuntos, Eugene Genovese equaciona uma distinção entre as áreas nas quais o uso do trabalho escravo gerou uma "sociedade escravista" e as zonas onde conviveu com outras relações laboriais. O absenteísmo ou não dos proprietários, o seu grau de vinculação e dependência em face do mercado mundial, o nível de auto-suficiência alcançado, seriam outros fatores que, segundo o autor citado, circunscreveriam a caracterização mencionada.[88]

Antes de avançar nessa questão, cabe breve referência ao Brasil —

[86] E. Genovese. *O mundo...*, p. 54. Este autor vai diferençar estes processos dos da colonização ibérica, marcadamente "senhoriais" (p. 66). Diz ele: "Para Espanha e Portugal, o colonialismo em geral e a escravidão das fazendas em particular, forneceram o saldo econômico necessário à estabilidade de uma classe dominante que permaneceu essencialmente senhorial" (p. 63). Isso fez com que tais países não utilizassem de "modo capitalista" as riquezas geradas nas colônias (p. 64). Por outro lado: "O colonialismo em geral e a escravidão das fazendas em particular, coincidindo como coincidiram com as mudanças estruturais internas na Inglaterra e na Holanda, contribuíram sem dúvida de maneira significativa para a solução do problema do acúmulo de capital para a indústria capitalista" (p. 65).

[87] C. F. Cardoso. *Agricultura...*, p. 112. Este autor reafirma noutra passagem que, no século XVIII, as colônias ibéricas *ainda* eram senhoriais (p. 40-1). E. Genovese situa as colônias francesas num sistema intermediário entre o britânico capitalista e o ibérico senhorial (*O mundo...*, p. 54).

[88] E. Genovese observa que os senhores do Caribe britânico e holandês eram "os mais burgueses de todas as classes escravocratas modernas"; eles não moravam nas plantações ou mesmo nas colônias (três quartos da terras da Jamaica pertenciam a não-residentes), que tocavam suas fazendas como empresas. E "o regime resultante tinha a marca nítida de empresa capitalista" (*O mundo...*, p. 43 e 44). Sobre as duas zonas, p. 66.

Também na organização do tráfico negreiro a Coroa espanhola tentou impor o sistema de porto único. Durante o século XVI, os escravos deveriam ser desembarcados somente em Cartagena, cidade que os redistribuiria para toda a América hispânica.[72] De acordo com as estimativas de Bowser, a viagem dos pontos de embarque na África até este porto podia chegar a dois meses, um período dilatado para a estada nos "tumbeiros".[73] Em Cartagena os escravos eram divididos em lotes, e alguns já seguiam pelos circuitos terrestres de distribuição.[74] Outros são enviados por mar para Portobelo (cerca de dez dias mais de viagem), onde atravessam por terra para o Panamá (num percurso conhecido pelas tentativas de fuga). Daí até Callao eram mais trinta dias de viagem marítima. O sistema Panamá—Callao, comandado por Lima, redistribuía os escravos para as zonas mineiras e para a costa do Pacífico.[75] Este circuito, como observa Herbert Klein, dobrava a distância entre África e América em relação ao tráfico atlântico. O que, como visto, animou o contrabando de escravos notadamente pela rota de Buenos Aires.[76]

Restaria indagar acerca de dois pontos fundamentais: Qual o papel do trafico negreiro em face dos circuitos coloniais espanhóis? E qual a importância real do braço africano na exploração econômica dessas colônias? Existem interpretações díspares em relação aos dois pontos. Quanto ao primeiro, diz Rolando Mellafe, por exemplo, que "o comércio negreiro se efetuou nos chamados *navios fora da frota*", logo "um tanto independentes do ritmo comercial geral do império espanhol"; já Pierre Chaunu considera que "na América espanhola... o tráfico negreiro obedece à conjuntura longa dos negócios, diferindo do que se passa na América portuguesa".[77] No que tange ao segundo

[72] R. Mellafe. Op. cit., p. 36. Este autor afirma que em 1615 são autorizados desembarques também em Vera Cruz, lembrando que o sistema convive com um alto contrabando. E indica que os portos efetivamente utilizados foram, além dos dois citados, também os de Buenos Aires e de Havana, estes responsáveis basicamente pelo fluxo ilegal (p. 61 a 64).

[73] Op. cit., p. 77. Bowser lembra que a mortalidade no mar chegava a trinta por cento da carga (p. 78).

[74] Ibidem, p. 82. R. Mellafe fala das duas etapas do tráfico: a entre África e a América, e a distribuição americana (op. cit., p. 51). Lembra ainda que, no caso hispânico, são sujeitos distintos que realizam cada etapa (p. 61).

[75] F. Bowser. Op. cit., p. 96, 84 e 98. Ver também R. Mellafe. Op. cit., p. 62.

[76] H. Klein. Op. cit., p. 42. R. Mellafe lembra a tentativa da Coroa de criar a aduana seca de Córdoba para controlar o tráfico ilegal, pela rota do Prata (Op. cit., p. 65).

[77] R. Mellafe. Op. cit., p. 52 e P. Chaunu. *Sevilha e a América*, p. 47.

ponto, se pode opor Frederic Bowser a Eugene Genovese, pois enquanto este considera que "a escravidão no território da América hispânica existia na área periférica da sociedade",[78] aquele conclui que "seria difícil subestimar a contribuição do trabalhador negro à economia peruana".[79]

Enfim, independente da centralidade que se atribua ao elemento africano na colonização hispânica, não há como negar sua significativa presença, majoritária mesmo em algumas zonas do império americano. E há que considerar também sua vasta difusão em convivência com as populações indígenas, gerando singularíssimos arranjos sociais de produção.[80] Vale lembrar que essa convivência de distintas relações de trabalho, articuladas numa mesma estrutura produtiva, vai ocorrer por toda a parte na América hispânica. Orlando Fals Borda, por exemplo, estudando o latifúndio da Loba próximo à costa colombiana, identifica a coexistência de escravos, moradores, jornaleiros e meeiros.[81] Tais *combinações* parecem ser mais comuns do que se tem enfatizado, objetivando arranjos locais que não apresentam uma pureza no tipo de relação dominante que — como visto — al-

[78] E. Genovese. *O mundo...*, p. 74. O autor faz a ressalva das ilhas, apontando que em Cuba por exemplo a escravidão foi central (p. 76). E reafirma: "a escravidão espanhola continental não criou uma sociedade escravista... mas tornou possível grande número de concentrações de fazendas e minas que utilizavam mão-de-obra negra para criar *bolsões* de senhores e escravos dentro da sociedade mais ampla" (p. 73).

[79] F. Bowser. Op. cit., p. 397. Diz Bowser: "No começo do período colonial os espanhóis viam os africanos que chegavam ao Peru como de importância marginal e transitória para a empresa de conquista e colonização" (p. 393). Todavia, com o rápido despovoamento indígena e com a demanda mineira dos braços restantes tomam consciência de sua importância (394). Assim, após 1580, "o escravo negro havia se transformado numa das chaves para o desenvolvimento econômico do Peru" (p. 47).

[80] B. Bennassar comenta a existência, no Peru, de índios proprietários de escravos africanos e de agricultores negros com servos indígenas (op. cit., p. 209). R. Konetzke fala de caciques mexicanos possuidores de muitos escravos negros (op. cit., p. 73). R. Mellafe lembra o caso de comunidades indígenas que pagam seus tributos com o recurso ao trabalho de escravos africanos (op. cit., p. 77). Bowser conclui: "As realidades econômicas e demográficas do Peru transformaram a *mita* e a escravidão africana em instituições complementares e duráveis" (op. cit., p. 171). O autor lembra o uso conjunto de braços negros e índios em algumas propriedades peruanas (p. 131).

[81] Op. cit., p. 60a e 67b. René B. Ramírez também aponta a ocorrência do mesmo fato na Nova Espanha (op. cit., p. 72).

a lucratividade compensava o investimento. A grande plantação, nas áreas de população rarefeita, vai emergir (não apenas nos territórios espanhóis, mas em toda a América) como as zonas de maior atração da mão-de-obra africana. O braço negro vai estar intimamente ligado à cana-de-açúcar, ao tabaco, ao algodão, e mesmo à agricultura de abastecimento de grande porte.[62] Na mineração, o escravo africano associou-se mais à extração do ouro do que da prata, fato que — conforme Frédéric Mauro — estaria ligado à difícil adaptação deles nas terras altas.[63] Outros setores onde essa mão-de-obra era predominante, foram o de circulação (as tropas de mula, o transporte fluvial, a cabotagem, a estiva, tudo era tocado pelo elemento negro) e o de construção civil.[64] Todavia, o escravo aparece um pouco por toda parte na América espanhola.

Um realce deve ser dado à presença negra no meio urbano, como visto, espaço importante na colonização hispânica e um dos *locii* de concentração de africanos. Basta lembrar a cidade de Lima que, em 1639, possuía população negra de 13.000 habitantes para um contingente de 10.000 brancos.[65] Nesta, como noutras cidades ibero-americanas, o escravo era utilizado numa ampla gama de atividades que

pesos em Lima em 1536, baixando para 100 e 140 respectivamente em 1540 e 1548 (op. cit., p. 67). Ainda segundo este autor, um escravo custa no Chile duas vezes mais que em Lima, três vezes mais que no México e cinco vezes mais que no Caribe (p. 68). Em 1630 um escravo vale 800 pesos em Potosí, demonstrando uma tendência altista em seu preço durante todo o século XVII (p. 69).

62 E. Williams. Op. cit., p. 25 a 28 e D. Mannix & M. Cowley. Op. cit., p. 58. Quanto ao último ponto, ver F. Bowser. Op. cit., p. 128. Este autor aponta o uso do braço escravo nas grandes propriedades do Peru, onde "escravidão e agricultura em grande escala não foram sinônimos de monocultura" (p. 129). Todavia, Mellafe salienta que foi a *plantation* exportadora que "consumiu mão-de-obra negra de forma maciça" (op. cit., p. 73-4).

63 Op. cit., p. 92. Mesmo assim haveria, em 1611, cerca de seis mil negros em Potosí entre escravos e libertos (H. Klein. Op. cit., p. 45). Este autor lembra que, num primeiro momento, o número de negros nas minas de prata do norte do México aproximou-se do de trabalhadores indígenas (3.700 em 1570), caindo contudo em seguida (p. 48). Sobre a presença negra nos "ciclos do ouro" das Antilhas, do México e do Chile, ver R. Mellafe. Op. cit., p. 70. Sobre os escravos negros na mineração da Colômbia e do Equador, ver B. Bennassar. Op. cit., p. 203.

64 Ver F. Bowser. Op. cit., p. 139 e 175.

65 Ibidem, p. 411. Diz Bowser: "A escravidão africana no Peru foi, antes de tudo e fundamentalmente, uma instituição urbana centrada em Lima" (p. 397). H. Klein fornece as seguintes cifras para a população escrava de Lima: 4.000 em 1586, 11.000 em 1614 e 20.000 em 1640 (op. cit., p. 44-5).

iam do artesanato à prestação de serviços, sendo comum a figura do *escravo de aluguel*. O pequeno comércio era também um setor onde o trabalhador negro predominava.[66] Vale apontar que a vida citadina representava certo atenuamento do controle do cotidiano e abria mais possibilidades para o africano superar a condição escrava. Na cidade, muitas vezes o escravo possuía domicílio próprio e pagava ao senhor uma renda fixa em dinheiro, podendo com isso dispor do uso de seu trabalho. Esse quadro acarretou o aparecimento de significativa população livre de cor nas cidades crioulas.[67]

Até aqui falou-se em escravidão africana na América espanhola, porém sua distribuição interna nesse espaço colonial revela-se bastante desigual. Uma primeira distinção geral opõe a "serra indígena" à "costa africana". Como bem observa Mellafe, a densidade indígena influi na entrada de negros seja no México seja no Peru.[68] Assim, os escravos vão estar adensados nas zonas de rarefação índia: em algumas ilhas, nas áreas costeiras e nos vales quentes do Peru e nas terras baixas do México.[69] Há também uma distinção geral de volume que diferencia o significado do trabalho africano nas duas grandes colônias continentais, pois em meados do século XVII havia cerca de 35.000 escravos no México contra mais de 100.000 no Peru.[70] Neste último vice-reino, afora Lima, destacam-se duas regiões de grande concentração escrava: uma na costa atlântica da América hispânica, outra nos vales do litoral pacífico do Peru. A primeira tem por epicentro Cartagena, o "grande porto negreiro", centro redistribuidor onde desembarcam todo ano, no início do século XVII, de 3.000 a 5.000 escravos.[71]

66 Ver F. Bowser. Op. cit., p. 143 e 152; e R. Mellafe. Op. cit., p. 76.

67 F. Bowser. Op. cit., p. 172 e 197. Segundo este autor, por volta de 1650, cerca de 10% da população negra do Peru era livre (p. 367). Octavio Ianni comenta que o escravismo se deteriora no meio urbano (op. cit., p. 41).

68 Op. cit., p. 29. Diz Mellafe: "Nos decênios finais do mesmo século [XVI] começa a se notar uma distribuição mais ou menos característica da densidade de população negra... fenômeno que se acentua no XVII e se fixa geograficamente na última centúria da colônia" (p. 28). F. Bowser também observa a dicotomia entre a serra e a costa (op. cit., p. 171).

69 H. Klein. Op. cit., p. 43 e 48.

70 Conforme Klein. Op. cit., p. 49. A cifra para o México é referendada por R. Konetzke. Op. cit., p. 72.

71 F. Bowser. Op. cit., p. 84 e 107. O autor define Cartagena como "o principal depósito de escravos da zona adjacente e do Peru" (p. 54). Segundo O. Fals Borda a província de Cartagena possuía cerca de 20.000 negros em 1621 (op. cit., p. 51b).

Assim, aos países sem disponibilidade populacional interna o braço africano vai despontar como a fonte de energia humana necessária para tocar os empreendimentos coloniais, ali onde a demanda de força de trabalho for imperiosa.[51] Eric Williams aponta com clareza: "Quando a escravidão é adotada, não é adotada como uma escolha em detrimento do trabalho livre. Não há nenhuma escolha". E Katia Mattoso conclui bem, ao definir a África como "território *repleto* que ninguém ainda pensa em conquistar ou colonizar... sua grande reserva, o homem preto... a fortuna essencial do continente negro".[52]

O elemento africano foi um componente constante no processo de instalação das colônias ibéricas na América, os primeiros escravos estando presentes já nas caravelas de Cristóvão Colombo.[53] E foi exatamente nas ilhas caribenhas que se desenvolveu a primeira concentração escravista do Novo Mundo, os negros gradativamente substituindo a população indígena em rápido descenso, primeiro na Hispaniola depois em Cuba.[54] Rolando Mellafe observa que também em face desta relação — assim como a quase tudo na colonização espanhola — as Antilhas aparecem como o "laboratório de aclimatação",[55] e durante certo tempo vão cumprir papel de foco de irradiação também da escravatura. Este repovoamento com o braço negro — de início com os espanhóis, depois com os franceses, ingleses e holandeses — situou o Caribe claramente como zona integrante da Afro-América.

A presença africana na América hispânica não se restringe, contudo, ao cenário insular. Já Cortés e Pizarro contavam com significativos contingentes negros em suas hostes,[56] situação que se repete em

[51] Como observa Klein, "os africanos iriam se definir quase exclusivamente como a força de trabalho disponível do século XVI"; e completa: "uma força de trabalho extremamente móvel e ajustada" (op. cit., p. 40 e 46).

[52] E. Williams. Op. cit., p. 10, e K. Mattoso. Op. cit., p. 17.

[53] R. Mellafe. Op. cit., p. 15. Sobre a presença de escravos negros em outras expedições exploradoras, ver p. 18.

[54] Ver Salvador Morales. Op. cit. , p. 29. Este autor lembra que o emprego dos negros no Caribe datava já da década de 1510, mas generaliza-se após 1540 (p. 38-9). H. Klein enfatiza que a queda demográfica indígena agiu como estímulo das experiências escravistas da America hispânica (op. cit., p. 38).

[55] Op. cit., p. 19. Diz Mellafe: "A escravidão negra se impôs nas Antilhas, na primeira etapa da expansão espanhola na América, como uma solução imperativa para a escassez de mão-de-obra provocada pelas próprias necessidades da expansão" (p. 21).

[56] H. Klein comenta que Pizarro contava com cerca de dois mil escravos negros em seu exército (op. cit., p. 41). Também F. Bowser aponta o fato (op. cit., p. 21 a 24). D. Mannix & M. Cowley falam que Cortés possuía trezentos escravos negros em seu exército (op. cit., p. 62).

quase todos os processos de conquista de fronteiras no continente. Cabe mencionar que na atividade fronteiriça foi mais fácil para o escravo alcançar a liberdade e estabelecer-se.[57] Foram também os conquistadores os beneficiários das primeiras *licenças* para importação de africanos. Tal sistema, criado em 1513, dava à Coroa o controle da importação e distribuição dos escravos, constituindo esse direito um "instrumento econômico e político de primeira ordem".[58] Na verdade, o governo espanhol não via com bons olhos a introdução do imigrante africano em terras americanas e só acatou esta opção laborial premido pelas circunstâncias. Assim, o recurso a tal força de trabalho foi oficialmente posto como secundário, complementar e controlado. E como alerta F. Bowser: "A Coroa insistentemente estabeleceu quantidades do tráfico legal de escravos em cifras demasiado baixas para satisfazer a demanda colonial".[59]

A perspectiva do colono nessa questão era antípoda à metropolitana, pois cedo "o africano revelou-se amplamente superior ao índio em capacidade de trabalho, resistência e docilidade".[60] Entretanto, as limitações para adquiri-lo eram mais da ordem financeira do que legal. Os escravos eram muito caros na América hispânica no início da conquista e representavam uma imobilização de capitais excessiva para muitos colonos.[61] Assim, seu adensamento só ocorreu nos setores onde

[57] R. Mellafe. Op. cit., p. 25. Segundo este autor, alguns negros libertos na conquista tornam-se encomendeiros no Chile.

[58] Ibidem, p. 30. Em 1532, o controle do tráfico foi alocado no monopólio de Sevilha sendo a Casa de Contratação que, até 1589, vai emitir as licenças (p. 31). Em 1595 foi criado o *asiento*, pelo qual a Coroa alugava o tráfico a particulares (p. 35). F. Bowser lembra a grande especulação com as licenças conforme ascende a demanda americana de escravos (op. cit., p. 50). Sobre o assunto ver também R. Konetzke. Op. cit., p. 67 a 69.

[59] Op. cit., p. 61. Mellafe aponta bem os limites da ótica metropolitana: "A escravidão negra é introduzida na América com o propósito de recolocar nas Antilhas uma população indígena que se extinguia rapidamente e de reforçar a força de trabalho debilitada em outros lugares do continente" (op. cit., p. 8). O amplo contrabando suscitado pela limitação do tráfico legal é apontado por todos os autores.

[60] R. Konetzke. Op. cit., p. 66. Isto se evidencia no fato, apontado por Williams, de que na América hispânica um escravo negro valia em média quatro índios (op. cit., p. 13).

[61] R. Mellafe dá alguns números: o escravo custa 200 pesos em 1525 no México e 360

cio do tráfico que a captura de cativos passa a ser o expediente econômico de alguns reinos africanos. Como observam Mannix & Cowley: "Durante o século XVII, a vida política, social e econômica da África ocidental foi organizada com o fim de obter uma corrente constante de escravos para os barcos ancorados na costa".[43]

Como já foi observado, os traficantes europeus de escravos raramente embrenhavam-se pela hinterlândia africana, adquirindo suas cargas em feitorias localizadas no litoral.[44] Também já se observou que, durante o século XVI, o tráfico negreiro foi quase um monopólio português, conhecendo na virada do século crescente concorrência; numa boa parte do século XVII vão predominar os holandeses no controle dos circuitos africanos, e finalmente — no século seguinte (o de maior volume no tráfico) — a Inglaterra comanda esse lucrativo comércio.[45] Os números do tráfico são ascensionais durante todo o período colonial americano, uma progressão que avança com a fronteira e na extensão e ritmo da produção no Novo Mundo.[46]

bém enfatiza a diferença, definindo a escravidão africana como "patriarcal" (op. cit., p. 25 e 98).

43 Op. cit., p. 42. Estes autores reafirmam: "Abastecer de escravos as potências européias era a profissão e distração de muitos reinos nativos" (p. 41). E concluem que o escravismo americano estimulou um "estado de beligerância contínua" no continente negro (p. 10). Katia Mattoso observa que foi gestada uma nova organização territorial na África "para servir às necessidades do tráfico" (op. cit., p. 27). Segundo a autora, instala-se uma circularidade perversa, que orienta a lógica do comércio africano: alguns reinos necessitam de armas para capturar escravos que eram trocados por armas (p. 29).

44 Sobre o circuito de captura e venda de cativos na África, ver Katia Q. Mattoso. Op. cit., p. 30-1. Sobre o sistema de feitorias: ibidem, p. 41. H. Klein conclui: "O estudo do tráfico mostra também não haver dúvida de que os africanos dominavam as condições de suprimento de escravos" (op. cit., p. 164).

45 K. Q. Mattoso. Op. cit., p. 20-2 e D. Mannix & M. Cowley. Op. cit., p. 39-40. Sobre o crescimento de Liverpool e sua íntima vinculação com o tráfico, ver E. Williams. Op. cit. p. 69-70.

46 Segundo Klein, até 1500 eram embarcados de quinhentos a mil escravos por ano na zona do Senegal-Gâmbia, passando após esta data a dois mil por ano (op. cit., p. 26). Após 1530, o principal ponto de embarque português é São Tomé, que mantém sempre uma "reserva" estocada de 5.000 a 6.000 escravos (p. 31). No último quartel do século, Angola vai ganhando espaço, até tornar-se no século XVII a "base essencial do comércio de escravos" português (K. Q. Mattoso. Op. cit., p. 29). Segundo Mannix & Cowley, entre 1575 e 1590, cerca de 52.000 escravos foram enviados de Angola para a América ibérica (cerca de 5.000 ao ano na última data), e só em 1617 foram embarcados 28.000 (op. cit., p. 42). F. Bowser estima em

O cálculo da quantidade de africanos transplantados de continente conhece relativa concordância: Herbert Klein estima uma cifra entre dez e quinze milhões de imigrantes escravos, sendo 2,2 milhões antes de 1700.[47] Frederick Bowser dá um número mais preciso: seriam 9.566.100 escravos embarcados entre 1451 e 1870, destes 1,5 milhões para a América hispânica.[48] Katia Mattoso se aproxima desses valores, falando em 9,5 milhões de escravos existentes na América entre 1502 e 1860, sendo 6,2 milhões só no século XVIII. E Octavio Ianni também acata este último número, estabelecendo a seguinte distribuição: 38% localizados no Brasil, 17% no Caribe francês, outro tanto no inglês, também 17% na América hispânica, e 6% no sul dos Estados Unidos.[49] Nota-se que havia um estoque populacional disponível, o que torna inútil a discussão de se foi a demanda que criou o tráfico negreiro ou se foi este que criou a opção escravista na América.[50] Trata-se, na verdade, de movimentos articulados numa mesma dinâmica, em que, sem dúvida, os lucros gerados por este rendoso comércio desempenham papel central.

cerca de 15.000 o número de escravos embarcados em Angola por ano no início do XVII (op. cit., p. 54).

47 Op. cit., p. 158. Segundo Klein, até o final do XVII, o Brasil havia recebido entre 500.000 e 600.000 africanos; o Caribe não ibérico cerca de 450.000; a América hispânica entre 330.000 e 400.000; e a América do Norte extra-espanhola cerca de 30.000 (p. 66).

48 Op. cit., p. 17. R. Konetzke calcula em 40.000 o número de africanos na América hispânica por volta de 1570, quantidade que se eleva para 850.000 em 1650, subindo ainda para mais de dois milhões no fim do período colonial (op. cit., p. 72). Estes valores são referendados por B. Bennassar. Op. cit., p. 125. Rolando Mellafe estima em cerca de 350.000 o plantel de escravos desembarcados nas Índias de Castela entre 1551 e 1640, sendo apenas 100.000 de forma legalizada; em todo o período colonial seriam três milhões (*La esclavitud en Hispanoamérica*, p. 59).

49 K. Mattoso. Op. cit., p. 19; e O. Ianni. Op. cit., p. 7. D. Mannix & M. Cowley falam em 900.000 escravos embarcados no século XVI e dois milhões e 750.000 no século XVII (op. cit., p. 43). Valores referendados também por F. Mauro. Op. cit., p. 32.

50 Ciro F. Cardoso defende que a demanda colonial criou o tráfico negreiro, criticando a posição contrária (*Escravo ou camponês?*, p. 11). De acordo com E. Williams foi o baixo preço relativo do escravo que animou a opção escravocrata de colonização (op. cit., p. 24). Esta opinião também é defendida por Robert Conrad, que adiciona o fato de que uma vez instalado o sistema escravista este garante a reprodução do tráfico, animado pela necessidade constante de reposição do braço escravo (*Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*, p. 15, 11 e 33). Este autor mostra ter sido sempre alta a porcentagem de africanos natos nas populações negras da América (p. 22-3).

Essa "exportação de trabalhadores" envolveu, conforme Eric Williams, cerca de 250.000 trabalhadores na América britânica ao longo do período colonial.[33] E isso acarretou que "a exportação dos servos da raça branca contratados se converteu num grande negócio em muitas comunidades inglesas assemelhando-se ao tráfico de escravos africanos".[34] Diga-se de passagem que, segundo os autores consultados, as condições de transporte desses imigrantes eram piores do que a dos navios negreiros;[35] pois o africano — ao contrário do servo branco — era uma mercadoria que havia sido comprada, e cujo valor só se realizaria com a venda após o desembarque. Essa mesma lógica comandava a utilização da força laborial desses servos, pois o seu tempo de trabalho não utilizado — também ao contrário do escravo — se perdia de forma absoluta, na ótica do contratador. Assim, o servo contratado estava submetido a uma jornada ainda mais árdua que a do escravo.[36] Portanto, observa-se que esta "servidão transformou-se numa instituição que se aproximava em certos aspectos da verdadeira escravidão".[37]

Cabe lembrar que no caso da colonização britânica o escravo vem substituir (ou coexistir com) o servo, basicamente a partir da segunda metade do século XVII, num sistema já instalado, isto é, nestas colônias "a servidão branca foi a base histórica em que se ergueu a escravidão negra".[38] Mesmo o sul dos Estados Unidos — onde, segundo

colônias inglesas foi a utilização maciça de servos contratados; quer dizer, homens e mulheres vinculados a seus amos por muitos anos, às vezes por toda a vida" (D. Mannix & M. Cowley. Op. cit., p. 63).

33 Op. cit., p. 19 e 15. De acordo com Williams, os servos contratados constituíam a sexta parte da população da Virgínia ainda em 1683 (p. 15).

34 D. Mannix & M. Cowley. Op. cit., p. 64.

35 Ibidem, p. 65, e E. Williams. Op. cit., p. 18.

36 Não é raro nos sistemas escravistas o uso de trabalhadores livres, que não representem investimento de capital constante, nas tarefas mais perigosas.

37 E. Williams. Op. cit., p. 21. Este autor salienta as condições brutais a que estavam submetidos os servos contratados nos Estados Unidos e Barbados (p. 22). Ele afirma ainda que a única distinção de monta entre este servo e o escravo é o fato de esta condição não atingir os descendentes. O autor argumenta que esses descendentes livres vão formar a frente povoadora americana, de claro perfil democrático (p. 23).

38 E. Williams. Op. cit., p. 24. Este autor dá o exemplo de Barbados que, em 1645, possuía 5.680 escravos africanos e em 1667 já cerca de 82.000, contra um decréscimo da população branca de 18.000 para 8.000 habitantes no mesmo intervalo (p. 280). Mannix & Cowley concordam com a interpretação, mas fornecem um número diferente de escravos em Barbados: 46.000 em 1666 (op. cit., p. 59). Eles também apontam a pouca quantidade de africanos no E.U.A. até o quartel final do século XVII (p. 63 e 71).

Eugene Genovese, se desenvolveu "o mais originalmente burguês dos países escravistas" — conheceu a servidão sob contrato.[39] Assim, também o "pioneiro" branco esteve originalmente submetido ao trabalho coercitivo que, dessa maneira, vai firmando-se como componente comum a todos os primitivos assentamentos europeus no Novo Mundo. Neste quadro o escravismo inicialmente representa apenas uma modalidade, e, como bem aponta Klein, é a falta total de laços que distinguirá a escravidão negra das demais formas de trabalho compulsório.[40]

Antes de entrar na geografia do moderno escravismo americano, vale enfocar as condições africanas que possibilitaram a essa instituição aparecer como opção para os problemas laboriais da colonização européia da América. Em primeiro lugar, se deve salientar que "a escravidão na África era uma instituição antiga e muito difundida",[41] ao mesmo tempo que não se pode perder de vista que "a escravidão africana diferia da do Novo Mundo em muitos aspectos", entre eles o fato de não orientar-se para a acumulação de capital.[42] É somente com o iní-

39 Eugene Genovese. *O mundo dos senhores de escravos*, p. 105. Genovese parece minimizar esta base inicial da colonização do sul do E.U.A., pois sustenta que ali o escravismo pôde desenvolver-se sem amarras senhoriais (presentes na colonização ibérica) numa moldura capitalista que por paradoxo lhe permitiria crescer mesmo com sua essência antiburguesa (p. 106). Noutra passagem define a economia sulista como a que "chegou mais perto da escravidão completa como modo distinto de produção" (p. 101-02). A explicação de Williams vai no sentido de que é a *plantation* (que se desenvolve no E.U.A. só no final do século XVII) que expulsa o trabalhador branco, exatamente por operar uma concentração fundiária que não deixa espaço para o pequeno produtor, processo vivenciado tanto por Barbados quanto pela Virgínia (op. cit., p. 29 a 31).

40 Op. cit., p. 12. Klein diz que os escravos "em todas as sociedades nas quais existiram eram também a mais móvel força de trabalho disponível" (p. 11). Williams observa que o servo branco ambicionava o acesso à terra no fim do contrato, ao passo que o negro "podia ser permanentemente divorciado da terra" (op. cit., p. 24).

41 D. Mannix & M. Cowley. Op. cit., p. 52. Segundo os autores, a condição escrava, na África, era atribuída a: indivíduos vendidos pelo chefe tribal ou pela família, seqüestrados, criminosos e prisioneiros de guerra (p. 50).

42 Eugene Genovese. *A economia política da escravidão*, p. 71. Este autor observa que o escravo na África é mais uma categoria social que econômica, e relembra que "a escravidão só se torna brutal com a mercantilização" (p. 75). Katia Mattoso tam-

tatal da força laborial indígena.[22] Neste sistema, cada comunidade aldeã deveria fornecer à autoridade competente — o *corregedor dos índios* — um determinado número de trabalhadores por um tempo delimitado, e esta os redistribuiria com base nas requisições dos colonos, que pagariam um salário para utilizá-los[23]. As Novas Leis originaram forte resistência dos colonizadores que viam "o trabalho dos índios na *encomienda*" como "a principal riqueza" da terra, e não concebiam o fato de a Coroa retirá-lo de suas mãos[24]. Mesmo assim, após 1550, o sistema já está instaurado na Nova Espanha, onde permanecerá inalterado até 1632[25]. No Peru a situação não foi tão tranqüila, estando a implementação da nova legislação entre os *leitmotiv* da guerra civil.

Com a vitória das forças metropolitanas, na gestão do vice-rei Toledo, organizou-se no espaço peruano "uma gigantesca redistribuição compulsória da população indígena", com o aparelho de Estado abrigando "um sistema de distribuição sazonal da energia camponesa".[26] Aqui, ante a enorme demanda de braços da mineração, Toledo vai lançar mão de um sistema de tributação preexistente — a *mita* — uma prestação em trabalho para o inca, que será transferida (também pela Coroa) prioritariamente para a atividade mineira.[27] Esta relação, revivida do passado incaico, também articula assalariamento e trabalho compulsório, fazendo do *mitayo* — nas palavras de Pierre Vilar — "meio servo, meio proletário".[28] Esta instituição, apesar de

[22] Segundo Konetzke o *repartimiento* era usado nas Antilhas desde uma regulamentação de 1503, e reafirmado nas "Leis de Burgos" de 1512, constituindo uma modalidade de "tributo em trabalho" (op. cit., p. 160, 163 e 176).

[23] B. Bennassar. Op. cit., p. 117. Como observa R. B. Ramírez, "A mão-de-obra é alugada, mas é trabalho forçado sob o controle direto da autoridade" (op. cit., p. 84).

[24] P. Lafaye. Op. cit., p. 211 e 87. Este autor ilustra a visão do índio pelos colonos com a exemplar frase de Oviedo: "Quem haverá de duvidar que a pólvora queimada contra os infiéis seja incenso ante ao Senhor" (p. 143).

[25] R. B. Ramírez. Op. cit., p. 84.

[26] C. S. Assadourian. *El sistema de la economía colonial*, p. 283 e 285. Como observa F. Bowser: "Nos fins da década de 1570 estava claro para todos que era a Coroa que teria o controle sobre os índios, e não os conquistadores nem seus descendentes" (op. cit., p. 34).

[27] Sobre a *mita*, ver F. Bowser. Op. cit., p. 46 e 163-6. E Maurice Godelier. Conceito de formação econômica e social: o exemplo dos incas.

[28] *Ouro e moeda na história*, p. 158. R. B. Ramírez critica a idéia da *mita* como "salário abastardado" (op. cit., p. 84), e Assadourian, falando da "*mita* têxtil" e das *obrajes*,

centrada no suprimento das minas, vai estender-se também por outros setores da economia peruana. As autoridades coloniais, contudo, não perdem de vista o objetivo central, o que implicou buscar outras alternativas laboriais para as demais atividades produtivas nos momentos de escassez relativa da mão-de-obra.

A última questão leva ao tema das populações imigradas, no geral trazidas para o Novo Mundo para ocupar as áreas de baixa densidade demográfica ou despovoadas no próprio processo colonizador. Como posto, nas áreas densamente habitadas predominou uma modalidade americana de "servidão" que — por distintas formas — dominou a força de trabalho disponível nas zonas que delineiam a *Indo-América*.

Quando se fala em trabalhadores trazidos de além-mar, pensa-se logo no escravo africano, que qualificou outro grande conjunto continental: a *Afro-América*. Entretanto, ao se analisar os movimentos populacionais coloniais, nesse período inicial de instalação européia no Novo Mundo, outro tipo de imigrantes também emerge com clareza (se bem que mais esquecidos nas discussões teóricas sobre a colonização). Trata-se dos *servos sob contrato*,[29] relação de abrangência significativa notadamente nos processos de colonização extra-ibéricos.[30] Essa era na verdade também uma forma de trabalho compulsório, visto envolver na maioria das vezes "imigrantes forçados": seqüestrados, condenados e prisioneiros de guerra.[31] A disponibilidade destes efetivos na Inglaterra e na França minimizou a importância do braço africano nos pioneiros projetos de colonização americana levados a cabo por estes países.[32]

considera o assalariamento como "elemento subordinado, acessório, dentro do sistema geral de trabalho compulsório" (op. cit., p. 240).

[29] Ver Eric Williams. *Capitalismo e escravidão*, p. 14; e D. Mannix & M. Cowley. Op. cit., p. 11; e F. Mauro. Op. cit., p. 31.

[30] Herbert Klein argumenta que as distintas orientações metropolitanas quanto à matéria originam-se da inexistência de "um fundo de mão-de-obra ibérica barata", ao contrário da França e Inglaterra que só vêem minguar este fundo no século XVIII (op. cit., p. 36).

[31] Depois de lembrarem o alto número de seqüestros e de compra de órfãos, D. Mannix & M. Cowley listam os soldados capturados entre as "cargas" de servos sob contrato; exemplificando: "Em 1652, 270 escoceses capturados na batalha de Dunbar foram vendidos em Boston..." (op. cit., p. 64). Os autores lembram que a colonização inicial de Barbados apoiou-se basicamente em cativos escoceses e irlandeses (p. 59). E. Williams lembra as deportações para a Jamaica e Virgínia, bastante freqüentes (op. cit., p. 16).

[32] "É possível que o motivo principal do lento crescimento do tráfico escravista nas

dios foi num primeiro momento a solução óbvia para o problema laborial que a colonização do Novo Mundo apresentava".[13]

Esta "servidão" americana só formalmente pode ser aproximada de qualquer de suas congêneres européias, até porque se fundamenta em "sistemas tributários pré-coloniais", os quais "permitiram a extração do sobretrabalho aldeão sem recurso à escravidão".[14] Não apenas o tributo em trabalho, mas outras relações de exploração laborial presentes, notadamente nas áreas dos grandes impérios, vão ser assimiladas no processo colonizador. Pode-se lembrar, por exemplo, a servidão (voluntária ou por dívida) dos *naboios* no México e dos *yanaconas* no Peru,[15] que chega a ser a relação preponderante no quadro agrário de algumas regiões. E além disso, não se pode olvidar a escravidão indígena, instituição que, em maior ou menor grau (de forma mais visível ou encoberta), esteve sempre presente na colonização ibérica do Novo Mundo.[16]

Vale lembrar que, na verdade, em muitos momentos e/ou lugares, esta divisão dos índios só no estatuto jurídico não se configurava como uma relação escravista. Até porque as populações "apaziguadas" eram juridicamente súditos da Coroa espanhola, sendo proibida sua escravização já em 1500.[17] Entretanto, na prática a administração

[13] Op. cit., p. 189. Konetzke considera que com a *encomienda* "se introduz [na América] a servidão... Esta instituição devia agora assegurar, em solo colonial, a exploração da força laborial indígena" (p. 164). Seria uma "servidão colonial" (p. 178). Frédéric Mauro afirma que a *encomienda* articula elementos do tributo indígena e da corvéia européia (*Origem da desigualdade entre os povos da América*, p. 26). P. Chaunu acentua a sua vinculação com o direito senhorial (op. cit., p. 242).

[14] R. Vainfas. Op. cit., p. 61. Orlando Fals Borda, analisando a costa colombiana, argumenta: "O regime senhorial tolerou e utilizou, para seu próprio benefício, o repertório de formas indígenas de produção e trabalho nas condições em que se encontravam" (*Loba y Mompox. Historia doble de la costa*, p. 46b).

[15] B. Bennassar. *La América española y la América portuguesa. Siglos XVI y XVII*, p. 123. Segundo o autor havia cerca de 25.000 *yanaconas* só na audiência de Charcas em 1601 (p. 124). Bennassar lembra que, mediante a tributação em trabalho, legitimam-se variadas modalidades de trabalho compulsório (p. 117); fato também apontado por Ramírez no caso da Nova Espanha (op. cit., p. 82).

[16] R. B. Ramírez aponta que a condição escrava podia advir da captura em "guerra justa", da compra, ou do fato de já ser escravo antes da chegada do conquistador; e lembra que só da guerra do Jalismo (na conquista de Iucatã) são enviados às Antilhas cerca de 15.000 cativos ao ano (op. cit., p. 76).

[17] Sobre as sucessivas proibições e sua ineficácia prática, ver R. Konetzke. Op. cit., p. 155 a 157. Essa ineficácia leva P. Lafaye a considerar que "a escravidão de direito ou de fato era a base da sociedade colonial" (*Los conquistadores*, p. 80).

metropolitana não tinha condições efetivas de coibir a coação laborial que o móvel mercantilista impunha ao assentamento nas colônias. E os resultados demográficos do trabalho forçado sobre os ameríndios são sobejamente conhecidos. A população índia da Nova Espanha cai de 25 milhões de habitantes em 1519 para cerca de 1 milhão em 1603, a do Peru registra queda de 6 milhões a 1,5 milhão no intervalo entre 1525 e 1571, configurando o que Richard Konetzke qualifica de "catástrofe demográfica indígena".[18] Gera-se, assim, uma contradição interna da conquista: a necessidade imperiosa de mão-de-obra em face da capacidade muito veloz de destruir os estoques existentes.[19]

O caso antilhano é talvez o mais radical. Como mencionado, a população da ilha Hispaniola extingue-se após apenas duas décadas de exploração colonial. E é a vivência dessa situação que anima a polêmica sobre o direito dos índios, que teve na ordem dos dominicanos o principal defensor das populações autóctones. O famoso sermão de Montesinos em Santo Domingo, no ano de 1511, criticando o trato dado aos índios como anticristão, dá início a uma contenda teológico-jurídica que, passando pelos escritos e gestões de Bartolomeu de Las Casas, culmina com o célebre debate entre o padre Vitória e o jurista Sepúlveda na Universidade de Salamanca.[20] A Coroa e o Conselho das Índias atentos às dificuldades que a escassez de mão-de-obra traria à empresa colonizadora tomam consciência da necessidade de "administrar a força de trabalho existente".[21] Tal visão expressa-se nas "Novas Leis", editadas em 1542, e que suscitam vivos protestos nas colônias.

Esta legislação acaba formalmente com as *encomiendas*, afirmando o sistema de *repartimiento*, que apresenta uma diretriz de controle es-

[18] Op. cit., p. 94-5. Segundo Konetzke, a queda estaria associada mais a "causas naturais" (p. 96), posição que também é referendada por Bennassar, que considera o despovoamento como resultado de "guerras bacteriológicas involuntárias" (op. cit., p. 114). Os dados sobre Nova Espanha são de R. Ramírez. Op. cit., p. 102; os sobre o Peru estão em Frederick Bowser. *El esclavo africano en el Perú colonial, 1524-1650*, p. 40.

[19] R. B. Ramírez. Op. cit., p. 37. Conclui este autor que "o aspecto demográfico se encontra na base da restruturação política da utilização da mão-de-obra" (p. 85).

[20] A obra clássica que historia todo esse debate é a de Lewis Hanke. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Uma coletânea de textos da época pode ser encontrada em Ramón Xirau (org.). *Idea y querella de la Nueva España*.

[21] R. B. Ramírez. Op. cit., p. 77.

colonial vêm ao centro da explicação do trabalho compulsório. E estes objetivos inscreviam-se, como visto, na lógica do mercantilismo e da reprodução do capital comercial.[8]

Foi observado anteriormente que a expansão ultramarina cumpre importante papel para a acumulação primitiva na Europa. As economias coloniais são criadas para fornecer riquezas para as metrópoles. Isso exigia dos colonizadores total controle dos fatores de produção nas colônias; em suma, o monopólio da terra e do trabalho. E mais, tal criação deveria não apenas custear sua continuidade, como também fornecer ingressos a curto prazo para amortizar o capital investido. Assim, também aqui, o capital mercantil subordina a produção aos seus desígnios, gerando formas de apropriação e exploração singulares sob sua órbita.[9] Toda a ambigüidade apontada da dominação mercantil na *transição* vem à tona no cenário americano deste processo.

Essa diversidade das formas de produção instaladas no Novo Mundo deriva, como também já apresentado, de realidades diversificadas encontradas pelo europeu. Como explicita René Barbosa Ramírez em sua análise sobre a Nova Espanha: "A administração dos conquistadores formará tantos tipos de exploração quantas possibilidades lhe forem oferecidas pelos recursos naturais... e pelo desenvolvimento de sua própria técnica. Nessas condições a mão-de-obra indígena revela-

Cardoso cita Marx, lembrando que o grau de exploração do trabalho compulsório nas colônias está diretamente relacionado com o grau de integração da economia local ao mercado mundial (*Agricultura, escravidão e capitalismo*, p. 100). Noutro texto, este autor aponta três condições para o escravismo: controle da terra, produção mercantil e carência de mão-de-obra (*Escravo ou camponês? o protocampesinato negro na América*, p. 12).

[8] Octavio Ianni é bastante enfático neste ponto, ao dizer que "foi o capital comercial que gerou as formações econômico-sociais construídas nas colônias do Novo Mundo", ou "foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo", ou ainda "foi o capital comercial que comandou a constituição e o desenvolvimento das formações sociais baseadas no trabalho compulsório nas colônias européias do Novo Mundo" (op. cit., p. 3, 6 e 8).

[9] Como aponta Octavio Ianni, citando Marx: "Nos primórdios, o capital mercantil é movimento mediador entre extremos que não domina e pressupostos que não cria" (op. cit., p. 10). Apontar esta dominância não implica necessariamente cair na "visão das colônias como uma espécie de simples quintal das metrópoles, só importando vê-las em função da economia européia, da acumulação primitiva e do sistema mercantilista", bem criticada por Ciro Flamarion Cardoso. *Escravo...*, p. 17.

se o laço entre os recursos e a exploração dos recursos".[10] O autor toca no ponto nodal: sem trabalho a riqueza americana não se objetiva. Por isso, as condições demográficas com que se defrontam os colonizadores definem em muito o tipo de instalação da economia européia em terras americanas.

Vale realçar que as populações autóctones encontradas aparecem aos olhos do colonizador como um dos atrativos naturais das áreas conquistadas, um recurso disponível facilitador da instalação. Assim, nas zonas de alta densidade demográfica da América hispânica (Caribe, impérios asteca e inca, parte do império maia e área chibcha), o estabelecimento dos europeus foi antes de mais nada, como alerta Pierre Chaunu, uma "divisão dos índios", as populações ameríndias aparecendo como "o espólio privilegiado da conquista".[11] Este *sentido* da colonização aparece, já na primeva ocupação das ilhas caribenhas, com a distribuição de seus habitantes entre os conquistadores, atitude que se estenderá por toda a zona de ocupação hispânica no Novo Mundo.

Tal distribuição foi normatizada, já na primeira década do século XVI, na *encomienda* — "instituição que tem como fundamento teórico a inferioridade social ou natural dos indígenas e como base real a necessidade de retribuir ao conquistador, fixando-o como guardião da terra submetida".[12] Observa-se que o controle da força de trabalho, mais do que o da terra, será o eixo desta relação estruturadora da instalação espanhola na América, sendo os encomendeiros os principais sujeitos do processo. A extração de riquezas exigia o acesso à mão-de-obra existente, e, como aponta Richard Konetzke, "a servidão dos ín-

[10] *La estructura económica de la Nueva España (1519-1810)*, p. 134. Falando também sobre a conquista do México, observa P. Chaunu que esta "não implicou ação alguma sobre o solo, não acarreta esforço algum em profundidade para estabelecer um novo diálogo entre o homem e a terra. A conquista não visa a terra, mas unicamente os homens" (*Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 149).

[11] P. Chaunu. Op. cit., p. 242-3. Cabe lembrar com R. Vainfas que "a conquista espanhola em todas as regiões onde se viu coroada de êxito, conduziu a um processo de crise geral das culturas submetidas" (*Economia e sociedade na América espanhola*, p. 40).

[12] René B. Ramírez. Op. cit., p. 43. Falando sobre Cuba, diz Salvador Morales: "A *encomienda* baseada na servidão forçada era um sistema ocasional para dar aparência legal à escravidão mal encoberta" (*Conquista y colonización de Cuba. Siglo XVI*, p. 26). R. Vainfas observa que "a *encomienda* reuniu, em sua estrutura, aspectos da tradição senhorial ibérica com costumes tributários do passado pré-colonial mesoamericano e andino, sendo impossível chamá-la de feudal, quer (muito menos) de escravista" (op. cit., p. 62). Tratar-se-ia, de uma estrutura original (p. 65).

Capítulo 8

TRABALHO COMPULSÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS COLÔNIAS

É bastante conhecida a teorização de Marx que relaciona a disponibilidade territorial à necessidade do trabalho compulsório nos processos da *moderna colonização*.[1] A argumentação é simples: para que um indivíduo venda a força de trabalho livremente no mercado é preciso que seu acesso aos meios de produção esteja vedado, o que o impede de gerar os produtos necessários a seu consumo; com a abundância de terras tal situação estruturalmente não se configuraria nas áreas coloniais. Esta seria a base fundamental do recurso ao trabalho obrigatório na ocupação européia do Novo Mundo.[2] Todavia, outros elementos também atuam na explicação de sua vigência.

Inicialmente cabe lembrar que na própria Europa seguiam existindo relações de trabalho coercitivas, a mão-de-obra sendo recrutada por mecanismos extra-econômicos. Basta lembrar, como já observado no primeiro capítulo, as "leis da vadiagem" nos vários países e o avanço da *segunda servidão* em boa parte deste continente. E mais, mesmo o

[1] Karl Marx. *O capital*, livro 1, vol. 2, cap. XXV — Teoria moderna da colonização.

[2] Octavio Ianni está entre os autores que acatam esta necessidade de "atar" a força de trabalho aos meios de produção nas colônias americanas. Diz ele que o trabalhador "não pode ser assalariado porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse transformando-se em produtor autônomo. Daí a escravidão aberta ou disfarçada" (*Escravidão e racismo*, p. 10).

escravismo permanecia como uma relação juridicamente estabelecida na maior parte dos reinos europeus, ganhando no período enfocado certa difusão e incremento nas ilhas e na borda do Mediterrâneo, onde, como indica Herbert Klein, "a identificação do açúcar com a escravidão estava bem estabelecida muito antes da conquista da América".[3] Assim, o recurso ao trabalho compulsório era um mecanismo presente na atividade econômica dos conquistadores.

Como também já foi visto, notadamente na península ibérica o uso da mão-de-obra escrava era corrente na época dos descobrimentos. Em Castela, a legislação escravista — que será usada nas colônias — estava copilada desde o século XIII nas *Sete Partidas* de Afonso o Sábio. Aí, como em Portugal, a guerra ao Islã e a reconquista haviam tornado a escravatura uma instituição habitual, sendo comum o uso de mouros e de negros nas lides agrícolas, no artesanato e no trabalho doméstico.[4] De modo especial, as "terras libertadas", nas áreas meridionais dos dois países, eram exploradas com ampla utilização do braço escravo. Enfim, as nações colonizadoras tinham familiaridade com a escravatura, podendo-se mesmo aventar — como fazem D. Mannix & M. Cowley — que "foi a abundância de mão-de-obra barata o que impediu, na própria Europa, que a escravidão dos negros se convertesse numa instituição importante".[5]

Entre a existência residual da escravatura — cabe lembrar, nunca extinta totalmente na Europa — e a organização de uma economia baseada fundamentalmente em relações escravistas, há contudo diferença de grau, de magnitude. Historicamente, a generalização do trabalho escravo esteve associada à mercantilização da vida econômica. Como argumenta Herbert Klein, "É este problema tradicional da expansão de mercado, combinado a um suprimento limitado de mão-de-obra, o criador da condição ideal para a escravidão ou para outros esquemas de trabalho servil".[7] Desse modo, os objetivos da empresa

[3] Herbert Klein. *A escravidão africana. América Latina e Caribe*, p. 19. Katia de Queiroz Mattoso estima em 25.000 o número de escravos no Velho Continente por volta de 1500 (*Ser escravo no Brasil*, p. 18).

[4] R. Konetzke lembra a figura dos "negros do rei", que faziam serviços públicos nas cidades espanholas (*América Latina. La época colonial*, p. 65-6). H. Klein estima em 15.000 o número de escravos na capital portuguesa em 1530 (op. cit., p. 29).

[5] *Historia de la trata de negros*, p. 65.

[6] H. Klein. Op. cit., p. 14. Conclui este autor: "A história da escravidão na América Latina foi parte integrante da história da colonização européia e do desenvolvimento de mercadorias americanas para o mercado europeu" (p. 157). Ciro Flamarion

relevo.[218] Não há na colonização portuguesa o mesmo afã urbanizador, tanto que os núcleos urbanos são pouco numerosos no Brasil colônia.[219] As cidades criadas sendo — antes de tudo — os pontos terminais (necessariamente em sítios portuários) de uma rede capilar de circulação que organiza um povoamento disperso, objetivando o padrão espacial conhecido como *bacia de drenagem*.

Além da produção de açúcar, cabe salientar a pecuária, uma atividade secundária mas que "contribuiu fundamentalmente para que a dominação portuguesa se estendesse sobre o dilatado interior brasileiro".[220] De início um empreendimento complementar, de abastecimento, a criação acaba por constituir o principal elemento de interiorização do povoamento, dado o seu caráter extensivo e multiplicador. É em grande parte o gado que cria os caminhos terrestres do Brasil no período colonial, sendo o século XVII uma época de expansão da pecuária em várias regiões da colônia.

Observa-se, finalmente (uma vez que este tema será o objeto de toda a última parte do presente estudo), que a economia brasileira conhece no século XVII uma era de florescimento, também no contrafluxo da conjuntura metropolitana. Após uma muita lenta instalação, vivencia após a virada do século uma aceleração do povoamento que gera assentamentos e eixos de penetração em vários quadrantes do espaço sulamericano, inaugurando um processo que acaba por extravasar bastante o território originalmente estabelecido em Tordesilhas. Como conclui Bennassar, o Brasil conhece "um nascimento discreto e um desenvolvimento progressivo ao ritmo da ocupação territorial".[221]

[218] R. Konetzke. Op. cit., p. 49. Este autor lembra que, também no Brasil, as cidades gozavam de maior autonomia que no reino (com os "homens bons" elegendo diretamente a câmara), todavia, apesar de ser a sede da autoridade, o verdadeiro poder econômico e político está disperso no campo, pois "os senhores feudais das grandes plantações residiam fora da cidade" (p. 135). Ver também: B. Bennassar. Op. cit., p. 107.

[219] Ver Aroldo de Azevedo. *Vilas e cidades do Brasil colonial*. Caio Prado Jr. ainda adiciona que algumas *vilas* da colônia o eram apenas nominalmente (*Formação do Brasil contemporâneo*, p. 303). Este tema será retomado na Quarta Parte.

[220] R. Konetzke. Op. cit., p. 301.

[221] Op. cit., p. 270. Bennassar considera que "a evolução econômica do Brasil foi muito diferente da América espanhola" (p. 157). Mauro observa que a América hispânica é mais medieval, com um "sistema feudal completado por um verdadeiro sistema senhorial, já que a *hacienda* é uma espécie de senhoria" (op. cit., p. 102 e 84); já na América portuguesa, "aparentemente estamos diante de uma sociedade patriarcal e senhorial. Mas de fato trata-se de uma economia capitalista", que combina uma "economia de plantagem especulativa e comercial" na costa com "fazendas feudais" no interior, com o comando do poder local estando nas mãos dos "donos de engenho capitalistas" (p. 18).

Como visto, as diferenças entre a ocupação portuguesa da América e a espanhola são numerosas e significativas, porém comparáveis à própria diversidade interna encontrada nas Índias de Castela. Diferentes realidades defrontadas, diferentes interesses metropolitanos, diferentes ritmos e padrões. Alguma similitude se manifesta exatamente com as áreas mais secundárias do império hispano-americano, em particular com as da costa atlântica da América do Sul. É no período da união ibérica, apesar de a manutenção formal das fronteiras e de a administração permanecer totalmente dividida, que se entabulam as maiores relações entre os dois conjuntos, num processo que será bastante abalado com a Restauração portuguesa em 1640. Tais relações se estabelecem como rotas de contrabando, mostrando, na tentativa de fugir ao controle metropolitano, um dos pontos de identidade entre as colônias portuguesas e espanholas.[222]

Há um fator, entretanto, que parece unificar a colonização ibérica das terras americanas: trata-se da imperiosa necessidade de controlar o fator trabalho, para estabelecer qualquer atividade econômica. Como observa Konetzke, em todos os lugares, "sem trabalhadores, a terra não tinha valor algum".[223] Assim, o domínio da força de trabalho vai estar no centro da vida colonial, a apropriação dos recursos naturais o tem como condição. As modalidades de resposta a esta determinação constituem o elemento básico de conformação das sociedades coloniais, tema a ser abordado no próximo capítulo.

[222] Vale assinalar o peso do contrabando na economia colonial brasileira. Chaunu considera que o "Atlântico estreito, que isola mal o Brasil da Europa, não se presta ao controle de um monopólio eficaz" (*Conquista...*, p. 315). Bennassar adiciona que mesmo a produção do açúcar "foi um comércio livre, dentro dos limites do pacto colonial" (op. cit., p. 160).

[223] R. Konetzke. Op. cit., p. 160.

processo que apresenta certos paralelos com a ocupação costeira da Terra Firme).[211] Nesse povoamento inicial definem-se apenas alguns núcleos como pontos de assentamento mais efetivo, e centros de irradiação local. Cabe assinalar que, nas terras brasileiras, o colonizador lusitano não se defronta com impérios organizados como ocorreu nas possessões espanholas, nem com densidades populacionais significativas. E também não encontra metais preciosos entesourados, ou mesmo pepitas de aluvião em quantidade significativa, apenas vagas indicações da existência de ouro em longínquas hinterlândias. Assim, o móvel mais forte da ocupação colonial está ausente, e também inexiste uma estrutura social anterior com base na qual se possa organizar a colonização. Não havendo extração mineral, obviamente não aparece o dinamismo causado por esta atividade, o que distingue bastante o Brasil dos principais núcleos coloniais da América hispânica.

Uma administração centralizada da colônia só é criada no fim da primeira metade do século XVI quando, como visto, nos territórios hispânicos concluía-se o ciclo da conquista. Assim, o "Estado do Brasil" aparece como uma realidade relativamente tardia no contexto da ocupação ibérica da América. E mesmo com a instalação do "governo geral", o poder da Coroa permanece mais frágil aqui, não alcançando a centralidade obtida nos vice-reinos espanhóis.[212] Do ponto de vista político-administrativo, como observa Bennassar: "À simples vista, o Brasil do século XVI era de natureza feudal".[213] Entretanto, seria isso o bastante para a afirmação plena da feudalidade imperante na colônia?

Como afirmado no início deste texto, os processos em foco movem-se no universo da *transição*, no qual a colonização da América é importante capítulo que manifesta as aludidas qualidades desse período. Continuando com Bennassar: "Porém, a forma das instituições oculta a implantação de um sistema capitalista", no qual "a sesmaria,

[211] Paralelos que, segundo Chaunu, se acentuam com o desenvolvimento das *plantations* em ambas as regiões no século XVII (*Sevilha*..., p. 106).

[212] Como diz Konetzke: "A burocracia não alcançou no Brasil a mesma gravidade que na América hispânica" (op. cit., p. 144).Chaunu lembra que a colonização do Brasil também foge ao padrão lusitano, no geral mais estatal que o espanhol (*Conquista*..., p. 236). Também Mauro comenta que a "administração é menos pesada" no Brasil (op. cit., p. 81).

[213] Op. cit., p. 271. Bennassar argumenta que isto se deve à modalidade de colonização empreendida, feudal, criando "colonos-vassalos". Mauro também afirma o caráter feudal na armação institucional da relação metrópole/colônia (op. cit., p. 75).

mais que uma tenência é uma concessão a um empresário capitalista para um monocultivo de exportação"; e conclui: "A exploração econômica dirigiu a ocupação do solo".[214] A esta combinação de uma organização política feudal com interesses essencialmente mercantis, Pierre Chaunu qualifica de "capitalismo senhorial", e Frédéric Mauro define a América portuguesa como ao mesmo tempo "medieval e capitalista".[215]

Deixando a polêmica caracterização das relações dominantes nas colônias, cabe assinalar que uma exploração econômica de relevo só começa a surgir em terras brasileiras no último quartel do século XVI, com a produção açucareira. Esta é a responsável pela conquista de espaços e pelo aumento da imigração (voluntária ou forçada) para a colônia no "século do açúcar" do Brasil.[216] A agricultura açucareira espalha-se, inicialmente, nas planícies costeiras do litoral nordestino, gerando um povoamento disperso no qual as sedes de fazenda nucleavam o processo de ocupação do solo. A produção açucareira articulava os latifúndios monocultores com o *engenho*, cujo alto custo de instalação pressupunha "uma indústria controlada por proprietários de alto poder financeiro".[760] Observa-se que este será, sem sombra de dúvida, o setor dinâmico da economia colonial brasileira no "longo" século XVI.

Cabe mencionar que a forma de ocupação do espaço desenvolvida nas terras brasileiras traz outra diferença com o padrão de instalação dominante na América hispânica: a cidade, apesar de mais autônoma perante o poder central, não possui aqui o mesmo papel de

[214] B. Bennassar. Op. cit., p. 171-2.

[215] P. Chaunu. *Conquista*..., p. 319 e F. Mauro. Op. cit., p. 104.

[216] Bennassar delimita tal período entre 1570 e 1670, lembrando que no primeiro ano assinalado residem cerca de vinte mil portugueses no Brasil, e em 1650 já se contam setenta mil (op. cit., p. 158 e 201). Quanto à imigração forçada de africanos, Konetzke oferece os seguintes dados: em 1570 são entre 2.000 e 3.000 os habitantes negros do Brasil, em 1600 já somam de 13.000 a 15.000, e em 1650 chegam a 200.000 (op. cit., p. 74). Lembra este autor que durante todo o período colonial entram quatro milhões de africanos no Brasil. Ele realça também o importante fluxo migratório das ilhas atlânticas portuguesas para o Brasil (p. 64).

[217] B. Bennassar. Op. cit., p. 160. Este autor comenta que, se a sesmaria tem índole feudal, "o engenho açucareiro é uma verdadeira empresa capitalista" (p. 159). Konetzke define a produção açucareira, espalhada por toda América, como uma "exploração agrária capitalista" (op. cit., p. 90; e também p. 300). F. Mauro lembra a necessidade de capitais volumosos para a instalação do engenho, qualificando-o como uma proto-agroindústria (op. cit., p. 47 e 51).

econômicos pode-se apontar os de índole fiscal, lembrando que mesmo com o controle citadino ampla parte da riqueza escapa do fisco real pelas mencionadas rotas de contrabando.[202] Enfim, o afã urbanizador fica evidente no caráter planejado das cidades espanholas na América, tão em contraste com a ocupação portuguesa.[203] Cabe, por último, indicar as tentativas espanholas de urbanizar os índios.[204]

Assim, em meio à variedade dos processos, vão delineando os resultados da geopolítica da Coroa, que se inscreve inicialmente dentro do projeto imperial de Carlos V, que tem por eixo "ocupar o mais rapidamente possível, com um punhado de homens, um continente, e nele instalar cidades, estradas para ligar as cidades, uma hierarquia administrativa e militar, judiciária e financeira, em suma, estatal — utilizando como suporte estas estradas e cidades".[205] Tal política acabou por gerar um padrão de ocupação que muitas vezes escapa aos objetivos metropolitanos, com a Coroa posteriormente lutando para reverter a situação gerada. Isso se expressa bem em certas leis promulgadas na metrópole que se tornam "letra morta" ao atravessarem o Atlântico.[206] De todo modo, estas estratégias e este padrão acabam por conformar certa particularidade para o conjunto da ocupação hispânica do novo continente, dando-lhe alguns atributos singulares. Cabe ver o quanto estes diferem ou se aproximam da produção do território colonial brasileiro.[207]

A soberania portuguesa sobre as terras brasileiras, apesar do acordo de Tordesilhas, só é plenamente reconhecida em 1522 na conferência de Badajoz.[208] Por outro lado, a Coroa lusitana vivendo o período áureo do monopólio da rota do Cabo, demonstra pouco interesse por suas possessões americanas — o que se atesta nos sucessivos arrendamentos dos tratos destas terras (como observado em capítulo anterior). O litoral do Brasil permanece, assim, até por volta de 1530, como área de visitação de barcos de diferentes nacionalidades que entabulam escambos com as populações indígenas. Para Portugal, trata-se de uma reserva de madeira e de boas aguadas para a Carreira da Índia, uma escala, nem sequer uma feitoria de tipo africano (conforme Pierre Chaunu).

Uma efetiva ocupação só se inicia na década de trinta com o projeto de divisão da costa brasileira em *capitanias* — "feudos costeiros" no dizer de Bennassar.[209] Richard Konetzke, acentua bem que a colonização é animada pela necessidade de defesa da soberania portuguesa, avaliando que o sistema — ao aplicar as "Leis de Sesmarias" do reino (do século XIV) nas terras brasileiras — inaugura de fato "colônias de assentamento".[210] De todo modo, o realizar-se do projeto é lento no Brasil. Muitas tentativas de instalação falham, alguns donatários nem iniciam a ocupação de seus domínios. Um processo que será descrito em detalhe na última parte do livro.

Esta pioneira tentativa — marcadamente privada — de colonização do Brasil gera uma presença pontual na costa, entremeada de grandes vazios. Enclaves litorâneos, verdadeiras "ilhas" continentais (num

---

com uma média de 2.000 a 3.000 por ano (p. 192). Para ele, em 1574 havia entre 138.000 e 220.000 espanhóis no Novo Mundo, em 1622 já se contam 465.000 (p. 194). Estes números são acatados por Konetzke (op. cit., p. 61). Lafaye estima em 20.000 o número de espanhóis imigrados para a América no período inicial, entre 1509 e 1558 (op. cit., p. 75).

202 P. Vilar estima que o monopólio sevilhano cobre apenas 30% da riqueza gerada na América (op. cit., p. 172).

203 Ver Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, cap. 4 — O semeador e o ladrilhador. Sobre a urbanização espanhola, ver José Luís Romero. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*.

204 R. Konetzke. Op. cit., p. 134.

205 F. Mauro. Op. cit., p. 83. O autor observa que tal móvel é temerário, pois, dada a extensão da área conquistada, a administração espanhola "não pôde responder às demandas deste espaço por serviços de Estado" (p. 83). Por isso, segundo ele, a estrutura estatal fracassa e aflora a feudalidade em terras americanas.

206 Entre elas podem ser lembradas as "Novas Leis para as Índias", de 1545, que proibiam o trabalho forçado indígena, e que, *grosso modo*, não foram aplicadas no século XVI: "o argumento era que o futuro econômico de todo o sistema seria comprometido pela aplicação exata das leis de proteção ao índio, e que o importante era proteger a obra colonizadora contra as visões não realistas da metrópole" (P. Vilar. Op. cit., p. 159). Pode-se lembrar também as leis que proibiam aos funcionários reais contrair matrimônio na colônia nem aí possuir bens de raiz (R. Konetzke. Op. cit., p. 139).

207 Sendo a formação brasileira o tema específico da Quarta Parte deste estudo, agora vamos apenas indicar como os autores até aqui trabalhados interpretam as diferenças entre a colonização espanhola da América e a portuguesa.

208 M. Mahn-Lot. Op. cit., p. 70.

209 Bennassar observa que em face da "decisão de colonizar, para consegui-lo Portugal vai estimular e liberalizar a iniciativa privada, criando deliberadamente um feudalismo colonial" (op. cit., p. 105). F. Mauro adiciona: "Na realidade este sistema *feudal* escondeu um projeto muito moderno para o século XVI: valorizar a terra virgem", com culturas destinadas ao comércio internacional (op. cit., p. 86). P. Chaunu lembra que este era o sistema de mais baixo custo para a Coroa (*Conquista...*, p. 240).

210 R. Konetzke. Op. cit., p. 48, 49 e 62.

ção fundiária, a respeito do qual Lafaye observa: "Os latifúndios que se foram formando lentamente, pelo agrupamento de vastas *encomiendas* e em detrimento das comunidades indígenas, eram com freqüência obra de espanhóis chegados depois da conquista".[192]

Nas áreas dos grandes impérios (as de maior densidade populacional), a posse indígena da terra foi em parte mais respeitada, também como forma de não desorganizar a agricultura preexistente.[193] As comunidades indígenas estavam juridicamente vinculadas ao seu espaço, numa modalidade americana de servidão. Assim, os índios eram legalmente considerados súditos da Coroa, à qual deveriam pagar um tributo, cuja arrecadação — na maior parte dos casos — era repassada a particulares por venda ou doação dos direitos régios. Esse tributo deveria ser pago em metais, em espécies, ou — caso bastante comum — em trabalho.[194] Cabe ressaltar, contudo, a ampla variedade dos arranjos regionais: no México, por exemplo, as grandes *haciendas* vão formar-se basicamente mediante a aquisição das terras indígenas, ao contrário do Peru ou de Nova Granada onde estas têm majoritária origem nas *mercedes* reais.[195]

Enfim, a estrutura fundiária que se consolida na América hispânica, ao longo do século XVI, apresenta diferentes formas de possessão do solo, todas marcadas por grande fixidez. Em algumas partes, a terra é um bem inalienável, noutras, aparentemente inesgotável (logo desprovida de valor venal) — os dois casos levando à não-criação de um mercado fundiário no período. É somente no século XVII que a Coroa, às voltas com problemas financeiros, inicia a venda de terras

[192] Op. cit., p. 212. Lafaye conclui que a mentalidade feudal dos *conquistadores* (estrito senso) levou à sua inadaptação e ruína na América (p. 218).

[193] R.Vainfas observa que "desde o início da colonização, e sobretudo na segunda metade do século XVI, definiu-se uma política régia no sentido de conservar a comunidade indígena como núcleo de produção agrícola e célula de trabalhadores para as atividades coloniais" (op. cit., p. 56). Assim, os *pueblos* estavam "claramente inseridos nos circuitos internos coloniais", entretanto, a "função abastecedora das aldeias foi progressivamente declinando, ao longo do século XVII, em razão da queda populacional indígena" (p. 56 e 57).

[194] A análise das modalidades de trabalho compulsório na América hispânica e portuguesa constitui a matéria central do próximo capítulo.

[195] B. Bennassar. Op. cit., p. 144. Mesmo assim, em ambos os casos assiste-se, no século XVII, a "um largo processo de apropriação, usurpação e concentração fundiária na América espanhola" (R. Vainfas. Op. cit., p. 58). Trata-se, como visto, da época de grande expansão das *haciendas* em diferentes regiões do império.

nas colônias. Nesse momento, o solo se torna uma mercadoria por meio da ação estatal.[196] Resta lembrar o amplo fundo dominial da Igreja na América hispânica, onde, durante o século XVI, vão constituindo-se grandes latifúndios eclesiásticos.[197]

Ainda quanto às características gerais, é interessante assinalar que a diretriz metropolitana de tentar evitar a formação de senhorios feudais em terras americanas, foi essencial para a afirmação de um padrão urbano de assentamento.[198] A colonização espanhola é fundamentalmente um movimento centrado em cidades, sendo estas por lei "o sítio de residência de todos os espanhóis na América".[199] Existem, sem dúvida, motivos militares, políticos e econômicos que impelem à forma urbana de ocupação do espaço.[200] Entre os primeiros, encontra-se a necessidade de não dispersar o pequeno contingente de espanhóis ante a amplidão dos territórios conquistados. Entre os motivos políticos está a vigilância das populações das colônias, associado a um sistema de controle dos embarques para o Novo Mundo.[201] E, entre os

[196] Konetzke lembra que a Coroa age para revogar as doações de terras, para vendê-las (op. cit., p. 42-3). P. Vilar assinala que esta é uma época não apenas da venda de cargos públicos, mas também da ampla disseminação dos *asientos*, uma hipoteca de direitos de arrecadação ou exploração de um bem da Coroa, desde um tributo até uma mina, por exemplo (op. cit., p. 181). Segundo Ramírez há uma clara política metropolitana de especialização da produção colonial, que articula a legalização das propriedades e a regulamentação do trabalho, bases do surgimento das grandes propiedades (op. cit., p. 141).

[197] Segundo Konetzke, no início do século XVII, as ordens religiosas detêm um terço das propriedades imóveis da Nova Espanha (op. cit., p. 46).

[198] Nas palavras de Konetzke: "A Coroa recorreu à concessão de liberdades urbanas para contra-atacar as tendências feudais dos primeiros descobridores e conquistadores, assim como para atrair colonos" (op. cit., p. 129). O autor lembra que as cidades americanas gozavam de certos direitos que já não existiam na metrópole, como a eleição direta do alcaide pelos *vecinos*.

[199] Ibidem, p. 128. Bennassar fala do município como a "célula básica da sociedade colonial" (op. cit., p. 97). Este autor lembra que a média de *vecinos* nas cidades americanas se eleva de 121 em 1574 para 470 em 1628 (p. 194), realçando que *vecino* era apenas o cidadão de "plenos direitos", o proprietário de bens de raiz que comandava o poder local (p. 99).

[200] F. Mauro afirma: "O sistema urbano e viário das Índias de Castela é primeiramente estratégico e político e só depois econômico" (op. cit., p. 83).

[201] R. Konetzke. Op. cit., p. 50. O autor lembra que o controle endurece ou se afrouxa conforme as conjunturas do reino (p. 51). Sobre o controle geral da imigração, consultar ibidem, p. 57; e B. Bennassar. Op. cit., p. 190. Este autor calcula que entre 200.000 e 300.000 reinóis imigraram para as colônias americanas no século XVI,

Mauro é um dos poucos autores que discordam desta avaliação.[186] No contraste, Carlos Assadourian, mesmo aceitando que o "capital produtivo mineiro" se submete ao "capital comercial" da colônia (e este ao "capital mercantil" metropolitano), aponta a mineração como *setor dominante* da economia da América hispânica, observando que "o ciclo do capital mineiro se sustenta, em altíssima proporção, no consumo de mercadorias regionais, quer dizer, produzidas no próprio espaço colonial", o que explica sua função dinamizadora "no processo de reprodução do mercado interno".[187] Assim, é o abastecimento das áreas mineiras que comanda a instalação de colônias agrícolas e anima a pecuária. Como foi apresentado, várias regiões americanas se desenvolvem numa complementaridade com a economia mineira, gerando fluxos internos, interesses locais e um dinamismo endógeno que, muitas vezes, se antagoniza com as próprias diretrizes emanadas da metrópole.

É a capacidade de internalização destas estruturas (seu poder de retenção de parte do valor produzido) que define, em grande medida, o destino imediato das várias regiões quando a Coroa espanhola e o monopólio de Sevilha entram em crise em meados do século XVII. Neste particular, a variedade de "respostas" à conjuntura é bastante grande. No geral, como avalia Chaunu: "A passagem da *fase A* para a *fase B*, do século XVI ao século XVII, significa, primeiro, na América, concentração sobre si mesma... menor dependência no que diz respeito à Europa".[188] Trata-se de um período de disseminação das missões no Paraguai

pandiu no espaço, levando à construção de cidades e à diversificação da economia colonial"; por outro lado, foi também a presença das minas que "estimulou, no próprio século XVI, uma política de colonização mais sistemática por parte da Espanha" (op. cit., p. 53). Lafaye observa que "a geopolítica do império espanhol das Índias teve, sem dúvida, como centro as minas do Peru" (op. cit., p. 133).

186 Mauro argumenta que a mineração não levou ao desenvolvimento, e que "o comércio é rei na América colonial. É o reino do capitalismo comercial, onde as atividades agrícolas e industriais, no que têm de mais dinâmico, dependem dos comerciantes que, de um modo ou de outro, são seus comandatários" (op. cit., p. 95 e 72).

187 *El sistema...*, p. 245 e 271. Falando do caso peruano, Assadourian lembra a existência de dois fluxos de envio de prata à Europa: um direto dos centros mineradores às cidades portuárias (o mais estudado); e outro dos centros mineradores às economias regionais e destas às cidades portos, onde realiza o intercâmbio com mercadorias metropolitanas (p. 305). Ele também enfatiza que a demanda mineira atua na mercantilização do setor agrário, acelerando a divisão do trabalho (p. 260).

188 *Sevilha...*, p. 198. Chaunu diz claramente que a América é mais livre no século

e na Amazônia, de difusão das *plantations* monocultoras na Venezuela e em Cuba, de ativação mercantil no México e de estagnação no Peru. Enfim, os quadros regionais são díspares, e a existência de prosperidade em alguns setores sustenta a conclusão de Bennassar: "Assim, a chamada *depressão* concernia sobretudo à Europa... na América é melhor falar de transformação que de depressão".[189]

Outro traço genérico da instalação espanhola no Novo Mundo reside na falta quase total de valor atribuído à terra no século XVI. De imediato, toda terra conquistada pertence à Coroa, sendo juridicamente agregada aos bens do reino de Castela. Cabe observar que "desse direito de soberania se depreende que a propriedade pública ou privada do solo na América só poderia ser conseguida mediante a mercê da concessão real".[190] E o rei faz diferentes tipos de doação animando uma colonização basicamente tocada por particulares. Inicialmente aos conquistadores cabe uma série de vantagens, que a Coroa posteriormente — em todos os casos — tentará restringir, buscando impedir a consolidação de "domínios senhoriais" em terras americanas.[191] Para tanto, estimula a colonização com uma política ampla de doações de terras, e fornece translado gratuito aos colonos. E é somente na virada do século XVI que se assiste a um processo efetivo de concentra-

XVII. R. Romano acha discutível falar em crise em vários contextos americanos no período (*Coyunturas...*).

189 Op. cit., p. 150. Konetzke aponta a existência, já na época, de "um comércio intra-americano mais intensivo, sobretudo entre zonas climáticas díspares", lembrando por exemplo os "estreitos nexos" existentes entre a pecuária e a mineração (op. cit., p. 287-8). Chaunu salienta a grande cabotagem na costa do Pacífico no século XVII (*Sevilha...*, p. 187).

190 R. Konetzke. Op. cit., p. 34. Este autor comenta as diferentes modalidades de doação: *lambranzas*, *peonías*, *caballerías* etc. (p. 40-1). De acordo com Mauro, estas doações consitiram na "primeira etapa da formação do sistema agrário hispano-americano" e que a segunda etapa foi a da formação das *estancias* — no terceiro quartel do século XVI — com a concentração das *mercedes* (op. cit., p. 14-5). No século XVII aparecem as *haciendas*, com a legalização e concentração das posses, com produção mais diversificada (a estância dedicava-se apenas à pecuária) porém com uma "economia mais fechada", sendo — segundo Mauro — quase uma "senhoria medieval" (p. 15).

191 R. Konetzke. Op. cit., p. 36. Vide os casos de Colombo e Cortés, por exemplo, que têm os direitos contidos em suas *capitulações* questionados posteriormente pela Coroa. Ramírez observa que se trata de uma tentativa de, na colônia, "evitar a formação de uma nova nobreza no estilo espanhol, que comprometeria o esquema do absolutismo" (op. cit., p. 70).

das áreas mineradoras do altiplano que anima a vida econômica regional, definindo seu ritmo e vitalidade.[178]

Vale lembrar que, no decorrer do século XVII, a difusão paraguaia para leste não apenas estanca, mas acaba sendo destruída pelo avanço paulista.[179] O fato mais marcante da ocupação dessas terras, no período, é o estabelecimento dos territórios missionários de maior densidade na América, que — desconhecendo soberanias — espalham-se por zonas espanholas e portuguesas ao longo das bacias do Paraguai e do Uruguai. As primeiras missões na área do Guaíra instalam-se a partir de 1610, e vinte anos depois contam treze estabelecimentos agrupando mais de 100.000 índios.[180] Por envolver atuais áreas do território brasileiro, a análise da colonização missionária será retomada ao se discutir a formação dessa colônia, na Quarta Parte.

Este é um quadro sucinto da instalação espanhola no Novo Mundo. Cronologicamente, observa-se que, ao findar o *primeiro* século XVI, a conquista propriamente dita está concluída. Isso não implica dizer que inexistam áreas de resistência indígena, vazios de povoamento e fronteiras em movimento. Muito ao contrário, como foi visto. Todavia, nessa época, a presença hispânica já se sedimentou, elegendo lugares, produtos e percursos numa irreversível fixação ao solo ameri-

[178] R. Konetzke. Op. cit., p. 235 e 294.

[179] Com a unificação ibérica, a Coroa proíbe em 1595 o avanço espanhol adiante de Santa Cruz de la Sierra (S. B. Holanda. *O extremo...*, p. 126 e 131). Todavia, os contatos paraguaios e vicentinos continuam intensos, e as cidades espanholas acabam caindo sob a órbita da polarização paulistana. As que se recusam acabam destruídas pelos ataques das bandeiras, como Santiago de Xerez em 1632. Em meados do XVII, a província do Paraguai está reduzida à zona de Assunção (p. 150).

[180] Ibidem, p. 251-2. Bennassar afirma que já em 1614 existem cinco desses assentamentos na região, nos quais observa "uma organização econômica e social de corte socialista" (op. cit., p. 183). É conhecida a história destas missões, que, fustigadas pelos "bandeirantes" em 1628 e 1631, se transferem para o alto Paraguai e o Paraná, onde os missionários organizam um exército indígena que derrota as forças portuguesas na batalha de Mboreré, em 1641 (p. 184). J. C. Garavaglia comenta que o sistema de reduções criado pelos jesuítas agrupa as populações indígenas em unidades de produção que geram considerável excedente, e observa que, mesmo com a destruição das missões, os colonos da região tentam manter o sistema dando-lhe feição mais mercantil, em comparação à relativa autarquização da unidade missioneira (Un modo de producción subsidiario: la organización de las comunidades guaraníes en los siglos XVI-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense, p. 162 a 164 e 167).

cano.[181] Tal processo, bastante diversificado em suas manifestações singulares,[182] apresenta contudo algumas determinações gerais recorrentes.

A primeira característica que salta à vista é o enorme poder de atração dos metais preciosos. Como bem observa Bennassar, esta riqueza "suscitou a obstinada busca dos descobridores, monopolizou a atenção dos representantes da Coroa, fez surgir cidades e acampamentos, criou fortunas, originou fortes deslocamentos, dominou o tráfico com a Europa".[183] Cabe lembrar que a mineração de fato — implicando uma exploração produtiva, e não apenas bélica e mercantil — só surge com a conquista concluída, a partir da segunda metade do século. Antes há no máximo garimpo, com o ouro sendo obtido por troca, pilhagem ou em pepitas de aluvião.[184] Enfim, na busca dos metais amplos espaços são percorridos, na sua exploração assentamentos são criados (mesmo em lugares pouco propícios à instalação humana), e é sua localização que comanda o ordenamento da circulação e a dinâmica populacional nas colônias hispânicas — seja no direção dos fluxos imigratórios, seja na dilapidação das populações autóctones.

Postos os metais como atrativos básicos da ocupação espanhola, outra característica significativa é o poder dinamizador da atividade mineradora sobre a vida econômica colonial.[185] Como já visto, Frédéric

[181] Tanto que, em 1559, Filipe II publica a *Prudente Injunção*, proibindo o avanço espacial da colonização, medida referendada por Filipe IV em 1639. De acordo com Chaunu, nesta data, os limites do império já estão, *grosso modo*, definidos em marcos só ultrapassados no século XIX (*Conquista...*, p. 176-7). J. L. Abellán comenta que, após 1550, "acaba a etapa dos conquistadores e começa a da colonização propriamente dita" (op. cit., p. 44). J. Lafaye concorda com a periodização proposta, afirmando que, em 1545, os espanhóis já transitam desde o paralelo 45 norte até o 55 sul do continente americano (op. cit., p. 29).

[182] Nas palavras de Vainfas: "As estruturas socioeconômicas da América espanhola foram, assim, muito diversificadas no espaço, variando conforme os recursos naturais de cada região e o nível das populações submetidas à conquista" (op. cit., p. 51).

[183] Op. cit., p. 133. Bennassar delimita o *boom* metálico hispano-americano entre 1550 e 1630. P. Vilar situa o auge da prata, no que se refere à sua entrada em Sevilha, entre 1580 e 1600 (op. cit., p. 149).

[184] P. Vilar. Ibidem, p. 139. O autor lembra que a passagem do garimpo à mina é também a do ouro à prata. M. Mahn-Lot argumenta que a conquista teve sua extensão ampliada pelo fracasso da colonização (estrito senso) nas ilhas, e que, até a descoberta das minas, esta avança militarmente como uma economia de saque (op. cit., p. 83).

[185] Como observa Vainfas: "foi sob o impacto da mineração que a colonização se ex-

do gado *cimarrón* sua principal atividade.[165] Forma-se, assim, uma rede de "cidades de estrada".[166]

Dadas suas relações com o Brasil e com Potosí, Buenos Aires acaba cumprindo uma função integradora no fluxo entre estes lugares, tornando-se — o que é facilitado pela união das coroas ibéricas no ano de sua segunda fundação — um elo de articulação de um ativo circuito que põe a prata peruana nas praças brasileiras. Oficialmente negociam-se apenas escravos nesse circuito, com a autorização dada, em 1595, aos barcos negreiros portugueses de aportarem no rio da Prata para tal comércio.[167] Todavia, várias mercadorias fluem em busca do metal, que escoa célere também por esta via dada a demanda consumidora de Potosí. Como carga de retorno, Buenos Aires envia ao Brasil carne, couro, vinho, azeite e cereais.[168]

Cabe apontar que, assim como o Chile, esta é uma área de difícil abastecimento pelos circuitos metropolitanos hispânicos, na qual as mercadorias vindas do reino são caras e escassas.[169]

Daí a possibilidade de sua satelitização pela economia brasileira, notadamente pelos seus núcleos meridionais.[170] A presença portuguesa vai hegemonizar-se não só em Buenos Aires, mas ao longo de todo esse caminho, através dele se fazendo sentir em Santiago, em Lima e mesmo em Cartagena.[171] Enfim, como argumenta Pierre Chaunu:

[165] B. Bennassar. Op. cit., p. 145. Cabe assinalar o rápido crescimento do gado bovino e eqüino, onde algumas reses deixadas na primeira fundação de Buenos Aires espalharam-se nos pampas, convertendo-se num rebanho estimado em 80.000 cabeças em 1585 (p. 146). Ver também: R. Konetzke. Op. cit., p. 297. Assadourian completa: "O mercado mineiro converteu o gratuito presente do gado *cimarrón* em um fluxo constante de ingressos para os *vecinos* de Córdoba e de outras regiões argentinas" (*El sistema*, p. 36).

[166] Conforme A. Canabrava. Op. cit., p. 58.

[167] R. Konetzke. Op. cit., p. 310.

[168] Assadourian aponta que "a única conjuntura positiva que a Argentina colonial possui para a expotação de cereais é o Brasil daqueles tempos" (El sistema..., p. 87). S. Buarque de Holanda lembra que São Paulo, em fins do XVI, recebia tecidos de algodão de Tucumán, através de Buenos Aires (*Caminhos e fronteiras*, p. 254).

[169] R. Konetzke. Op. cit., p. 276.

[170] Assadourian discorda desta avaliação, considerando que "por especialização, nível de ingresso, população ocupada, estrutura das estâncias, Córdoba, Santa Fe e Buenos Aires são mais dependentes do centro alto-peruano durante todo o século XVII, ao passo que o fluxo atlântico ocupa lugar subordinado" (*El sistema...*, p. 218).

[171] Basta lembrar que esta população luso-brasileira vai ser o alvo principal da Inquisição espanhola na América do Sul. Canabrava observa que dos 1.500 habitantes de Buenos Aires, em 1643, 370 são portugueses oriundos do Brasil (op. cit., p. 162). Friede fala de "não poucos portugueses" em Cartagena, em 1573 (La conquista..., p. 197).

"Buenos Aires no século XVII é portuguesa, brasileira, pelo menos tanto quanto espanhola".[172]

Restaria falar do Paraguai, outro destes "mundos marginais", que escapam quase totalmente ao monopólio de Sevilha.[173] Esta extensa província abrangeria as terras baixas na vertente oriental dos Andes desde o Rio da Prata até a Amazônia. Sua capital, Assunção, fundada em 1537, atuou como centro difusor de expedições que geram uma "ocupação intermitente" para o norte e para o leste.[174] Na primeira direção, já em 1543 os espanhóis trafegam pelo Pantanal e, em 1561, fundam Santa Cruz de la Sierra. Para o leste, a expansão paraguaia busca o litoral atlântico, numa rota que tem como destino a costa de Santa Catarina.[175] Contudo, apesar da expansão territorial, algum desenvolvimento dessa região só viria no final do século XVI, inicialmente com a produção de açúcar e vinho destinado ao mercado andino.[176] Em seguida, como observa Carlos Assadourian: "Para integrar-se ao espaço do vice-reinado peruano, o Paraguai do século XVII deverá modificar sua produção, concedendo primazia ao algodão e impondo o consumo da erva-mate".[177] Enfim, é também o consumo

[172] *Sevilha...*, p. 203.

[173] Ibidem, p. 203. P. Vilar aponta a região como uma das áreas com pouca vida monetária, e ironiza: "nesta América dos metais preciosos existam zonas sem moeda" (op. cit., p. 170).

[174] S. B. Holanda. *O extremo...*, p. 110 e 49. Sobre a fundação de Assunção, p. 119.

[175] Ibidem, p. 102. S. B. Holanda fala de Santiago de Xerez, entreposto no caminho de Santa Cruz, que no final do século XVI conta com trinta *vecinos* (p. 136). No sentido ocidental, os espanhóis fundam Ortiveros em 1554, Ciudad Real em 1556, e Vila Real do Guaíra em 1570, e tentam estabelecer-se no porto de São Francisco do Sul (p. 129).

[176] Assadourian afirma que o açúcar paraguaio ia para Tucumán, através de Santa Fe ou Buenos Aires, seguindo daí para Potosí, e detinha a "hegemonia" neste circuito — mais que o Brasil — até o início do século XVII (*El sistema...*, p. 174). Sobre a pobreza anterior, Konetzke lembra que nem os tributos indígenas eram inicialmente obtidos aqui, pois "os índios não possuíam outra coisa útil... que sua força de trabalho" (op. cit., p. 178).

[177] C. Assadourian. *El sistema...*, p. 86. O autor ressalta o papel da erva-mate, "a mercadoria que engata a região paraguaia com todo o imenso conjunto do espaço peruano" (p. 198), lembrando a peculiaridade desse produto que, de uma só região, se irradia por quase toda a América hispânica (p. 134). Para uma análise da zona de produção do mate, no período, e dos circuitos de sua distribuição, ver J. C. Garavaglia. *Mercado interno y economía colonial.*

A vida do Chile vinculava-se, portanto, diretamente à dinâmica peruana, seu destino estando nas mãos de Lima. Era apenas por "elos indiretos" que o Chile se relacionava com a Espanha, sendo pois uma "colônia por reflexo", uma vez que era "uma colônia do Peru colonial".[155] Enfim, trata-se — no dizer de Pierre Chaunu — de um "fim de mundo", estes "rudes microcosmos" que "escapam na essência à conjuntura mundial".[156]

Mais isolado ainda em relação à Carreira das Índias, encontravam-se os assentamentos espanhóis nos territórios platinos. Nas palavras de Bennassar: "A região do rio da Prata, durante os séculos XVI e XVII, não foi mais que um subproduto dos descobrimentos".[157] Também aqui a resistência das tribos nômades é acirrada, o que se ilustra na própria história de Buenos Aires, que conhece uma primeira instalação entre 1536 a 1541, ano em que é abandonada em decorrência de um ataque indígena. A segunda fundação da capital portenha, a mais meridional cidade da América hispânica, em 1580, está diretamente ligada aos interesses que animam a frágil vida econômica destas paragens: Buenos Aires é o porto da mais ativa rota de contrabando da prata de Potosí.[158]

Descendo a cordilheira, pelo oriente, encontra-se a *gobernación* de Tucumán, "uma das distintas economias regionais que integram o mercado interno do vice-reinado peruano".[159] Nessa região, a colonização avança claramente por ciclos de produtos dominantes, determinados pela demanda da região mineira — da qual constitui outro piemonte.[160] Primeiro a madeira (uma "matéria-prima básica da economia colonial", essencial para a vida de Potosí),[161] depois uma especialização na pecuária ovina e no cultivo do algodão, que estimulam a atividade têxtil, a qual "domina e imprime sua marca na economia tucumana durante todo o século XVI e parte do XVII".[162] Com a crise do setor, entre 1615 e 1630, a zona de Córdoba "converte-se em região monoprodutora de mulas, processo estimulado pelo mercado", mudança que demonstra como "a região se amolda plasticamente ao novo estímulo".[163] Apesar desta clara mercantilização da vida regional, no que tange à estruturação interna, Tucumán segue o padrão já apontado das periferias das economias coloniais.[164]

De Tucumán partem dois caminhos: um por Santa Fe e Corrientes vai demandar o Paraguai (sendo a rota de escoamento dos produtos dessa área para as zonas andinas), outro tem por ponto terminal o porto de Buenos Aires, cabendo lembrar que este dista 1.700 quilômetros de Potosí (contra os 2.500 quilômetros que separam o centro mineiro da cidade de Lima). Esta rota vai constituir-se num dos principais caminhos de abastecimento das minas, seja no envio dos produtos pampianos ou, sobretudo, ao criar um novo engate entre o Peru e os fluxos atlânticos. Ao longo desses percursos vai se instalando uma "ocupação espontânea", sem títulos jurídicos, que tem na exploração

[155] P. Chaunu. *Sevilha*..., p. 201. Lafaye também afirma que foi o Peru que colonizou o Chile (op. cit., p. 139).

[156] *Sevilha*..., p. 200.

[157] Op. cit., p. 266. R. Romano aponta a região platina como exemplo de terra sem valor nos quadros da conquista (*Mecanismos*..., p. 61). Um quadro do período inicial de instalação nestas paragens pode ser obtido com a leitura dos textos coevos publicados na coletânea de Alberto Salas & Andrés Vázquez (orgs.). *Relación varia de hechos, hombres y cosas de estas Indias Meridionales.*

[158] R. Konetzke. Op. cit., p. 310. P. Chaunu estima que por tal circuito foi escoado de 10 a 25% da produção argêntea, lembrando que, para Sevilha, Buenos Aires aparece como a "ladra de Potosí", assim como Manilha é a "sanguessuga da prata de Zacatecas" (*Sevilha*..., p. 203). Sérgio Buarque de Holanda concorda com os valores mencionados (*O extremo oeste*, p. 164), e lembra que esta rota é conhecida pelos espanhóis desde a expedição de 1543 que, partindo de Cusco, perfaz este roteiro. Segundo o autor, em 1555, o volume do contrabando já era aí significativo (p. 127).

[159] C. R. Assadourian. El sistema..., p. 21. Diz o autor que, enquanto "no zoneamento político conhecido como Capitania do Chile... o grosso de sua produção mercantil tinha como mercados principais os distritos mineiros de Charcas e o grande centro urbano de Lima", "a região de Córdoba apresentava no século XVII uma produção mercantil totalmente orientada para um mercado cuja base era Potosí" (p. 14-5).

[160] Santiago del Estero é fundada em 1553, San Miguel del Tucumán em 1565, Santa Fe em 1573 e Córdoba em 1577 (S. B. de Holanda. Op. cit., p. 128).

[161] C. S. Assadourian. El sistema..., p. 205-06 e 203.

[162] Ibidem, p. 25, e também 231. Notadamente Santiago del Estero torna-se centro produtor de algodão, e Córdoba concentra muitas *obrajes* a partir de 1580 (p. 28). Em 1600, essa cidade possui cerca de duzentas casas de espanhóis (p. 60).

[163] Ibidem, p. 29. Assadourian comenta o fato de a criação de muares fixar mais do que a do gado bovino, pois envolve o adestramento dos animais (p. 47). As exportações de mulas aumentam continuamente, de 1610 a 1645, porém, ao crescimento do volume exportado, acompanha uma queda do seu preço no decorrer do século XVII (p. 48 e 51).

[164] Assadourian observa "o traço dominante de uma produção de valores de troca para mercados situados fora da região, ao passo que a divisão do trabalho e as trocas no interior da região são de débil intensidade" (ibidem, p. 57). Este caráter autárquico da produção local leva a uma quase desmonetização da economia regional quando da crise, na segunda metade do século XVII.

ração para resistir aos espanhóis[145] — imprime particularidades à ocupação da região.[146] Como observa Bennassar, o Chile "representou um caso particular: fronteira movediça e insegura, fronteira militar, econômica e técnica".[147] As sucessivas expedições bem armadas (Almagro em 1535, Valdivia em 1542 e Mendonça em 1558) não conseguem bilizar a fronteira além dos limites antes atingidos pelo império in no rio Biobío. A segunda destas empresas, que funda Santiago, ilus bem as dificuldades vividas: Valdivia transita durante treze anos pelo território chileno guerreando com os índios no que J. Lafaye qualificou como uma conquista incerta, alimentada por mitos.[148]

Mesmo assim, algum assentamento se efetiva: passado o breve ciclo do ouro, entre 1545 e 1560, instala-se uma economia também de abastecimento das regiões andinas, notadamente voltada para o abastecimento da zona de Lima, por uma via marítima. Salienta-se a produção de cereais e de vinho, a pecuária (inicialmente bovina, e ao final do século XVI, cada vez mais especializada na criação de muares), e até mesmo a atividade têxtil.[149] O grande ataque indígena, em 1598,

[145] Bennassar lembra a assimilação rápida do cavalo por tais tribos como um trunfo militar (op. cit., p. 229). Lafaye considera que a "conquista extensiva" parou no Chile, onde "a onda dos colonizadores tropeçou desta vez com um muro de guerreiros indígenas e não apenas com um limite natural (op. cit., p. 128). Para este autor, "a resistência dos araucanos foi a mais tenaz do Novo Mundo" (p. 135), e que por isso o "Chile apresenta o caso mais puro de conquista militar, posta sem cessar em perigo" (p. 152).

[146] Diz Álvaro Jara: "O território ocupado primitivamente por esses indígenas de escasso desenvolvimento econômico e social transforma-se numa zona de guerra fluida, numa verdadeira fronteira militar, onde predomina a guerra privada de estilo espanhol" (Ocupación de la tierra, poblamiento y frontera. Elementos de interpretación, p. 8). É deste autor o estudo mais específico sobre o processo em foco: *Guerre et societé au Chili*.

[147] Op. cit., p. 70. A. Jara também qualifica o Chile como uma "fronteira militar", e acrescenta: "Nesse caso, a ocupação da terra e o povoamento estão condicionados ao extremo pelas características senhoriais da conquista, pelo financiamento privado da empresa bélica espanhola, pelo sistema de retribuições e prêmios para os conquistadores" (Ocupación..., p. 3). Ele salienta os deveres militares dos encomendeiros na região, criando uma "rede de segurança, uma rede de poder militar" (p. 7).

[148] Op. cit., p. 141-2. Jara realça a dificuldade de submeter as populações autóctones "rebeldes"; em suas palavras: "apesar de os espanhóis haverem estabelecido várias cidades e repartido os índios em *encomiendas*, não conseguiram incorporá-los de maneira estável a suas empresas econômicas" (Ocupación..., p. 8).

[149] C. S. Assadourian. El sistema..., p. 67, 214 e 232. Este autor comenta que a vitória da guerra indígena destrói as florescentes *obrajes* da zona de Concepción. Diz Cristóban Kay: "No Chile, foi o crescimento da exportação de subprodutos da pecuária para o Peru, o que deu o primeiro ímpeto à produção senhorial nos primeiros tempos da época colonial" (*El sistema señorial europeo y la hacienda latinoamericana*, p. 46).

arrasa todos os núcleos coloniais ao sul do Biobío, desorganizando esse primeiro sistema da colonização chilena, e findando o "período da guerra privada, de estilo senhorial".[150] Tal episódio, contudo, vai alertar as autoridades peruanas quanto à importância geopolítica dessas terras, o que resulta na criação de um exército estatal no Chile, e em sua definição como uma administração militar (uma "capitania").[151]

Assim, uma segunda etapa de ocupação da região ocorre no início do século XVII, quando as terras chilenas vão conhecer uma exploração econômica novamente de abastecimento para o Peru mineiro, em essência, com os mesmos produtos anteriores, acrescidos dos escravos capturados na "guerra justa".[152] Nesse período, o Chile vai conhecer a formação de um capital comercial local especializado, distinto do capital produtivo, processo raro — segundo Assadourian — no quadro das economias regionais periféricas.[153] As possibilidades de um caminho marítimo (e seu baixo custo em relação às rotas terrestres), faz de Santiago também um centro reexportador, por onde chega a escoar o açúcar brasileiro com destino a Lima e aos altiplanos.[154]

[150] Á. Jara. Ocupación..., p. 9. Segundo o autor, nessa primeira fase, "o motor, o elemento dinâmico da expansão, foi o jogo provocado pela inversão dos particulares nas empresas conquistadoras", o que afirma o "caráter senhorial" do processo (p. 4). Lafaye avalia que a ocupação extensiva, muito dispersa e organizada em verdadeiros feudos, distantes entre si, foi a razão básica do fracasso espanhol ante a guerra de guerrilha das tribos nômades" (op. cit., p. 135).

[151] Como conclui Bennassar: "o Chile se converteu num oneroso prolongamento da conquista, que se manteve por seu valor estratégico" (op. cit., p. 234). Jara, todavia, lembra que este exército estatal se especializa no apresamento de índios, tornando essa região uma fronteira de aprisionamento de mão-de-obra escrava" (Ocupación..., p. 9).

[152] R. Konetzke. Op. cit., p. 287 a 289. Assadourian lembra que o cobre vai ser adicionado com maior peso na pauta de exportações chilena (*El sistema...*, p. 252). Sobre o comércio dos índios capturados, ver P. Lafaye. Op. cit., p. 133.

[153] El sistema..., p. 75. De acordo com Assadourian, este capital atua num circuito de circularidade completa que, no intercâmbio de distintas mercadorias, articula a rota terrestre Santiago—Tucumán—Potosí—Lima com a rota marítima Valparaíso—Callao (p. 72).

[154] Ibidem, p. 69. Diz Assadourian que Santiago acaba por tornar-se "um trampolim para que portugueses e *vecinos* espanhóis de Córdoba cheguem a Lima" (p. 72).

Juan Friede oferece uma boa síntese do estágio de ocupação do espaço de Nova Granada, no início do século XVII, ao comentar: "Os territórios que pelo clima, vias de comunicação e fertilidade do solo estavam aptos para a colonização, se encontravam... nas mãos de brancos, e as principais rotas de acesso para o exterior estavam abertas, ficando reservadas para futura colonização as terras que bordeavam o Pacífico, as selvas e os *llanos* orientais, e os bolsões no interior ocupados pelos indígenas; territórios que pouco a pouco se abriam à colonização".[133] Enfim, a partir dessa época, assiste-se a "uma colonização de grandes propriedades que avança em meio a vazios de exploração econômica".[134] E, entremeados nas margens dos circuitos, os *palenques*,[135] territórios rebeldes.

Se esta porção mais colombiana de Nova Granada conhece significativa ocupação no período analisado, o mesmo não pode ser dito do espaço venezuelano. Como visto, a Coroa vai inicialmente concedê-lo à casa bancária alemã Welser, entre 1528 e 1541, que tenta sem êxito explorá-lo (fomentando até a imigração de mineiros alemães).[136] Aqui, os colonizadores vão defrontar-se com comunidades nômades que fazem uma resistência eficaz mediante verdadeira guerra de guerrilha.[137] É somente na segunda metade do século XVII que essas

[133] La conquista..., p. 221. Segundo Friede, no final do XVI, "o ciclo histórico da conquista, como ação militar, havia-se encerrado" (ibidem, p. 221).

[134] G. Colmenares. *Cali...*, p. 27. Falando do vale do Cauca, o autor realça a imensa concentração de terra contrastando com a pobreza das fazendas (p. 32). Para ele, a pecuária vai ser a atividade dominante nestas "áreas solitárias" (p. 27). Kalmanovitz aponta a importância de uma colonização de pequenos proprietários livres nas áreas de vazio demográfico (op. cit., p. 32). Tais áreas convivem com outras de grande concentração fundiária, como por exemplo a *sabana* de Bogotá, que no final do século XVI tinha um terço de suas terras ocupada por uma só fazenda (p. 32).

[135] Esses territórios rebeldes, constituídos por escravos fugidos, brancos pobres e índios, aparecem ao longo de todo o espaço considerado. Segundo Fals Borda, apenas na região momposina, entre 1599 e 1788, registra-se a existência de 21 *palenques* fortificados, alguns com milhares de habitantes controlando minas e fazendas (op. cit., p. 52b). Este autor exemplifica com a cidade rebelde de San Martín da Loba, fundada em 1660, e com as minas de San Lucas e San Juan, controladas por *cimarrones* (p. 60 e 69b). Sobre a área de Zaragoza, ver J. Parsons. Op. cit., p. 74.

[136] Para uma análise deste processo, ver J. Friede. *Los Welser en la conquista de Venezuela*. Para comentários: P. Chaunu. *Conquista...*, p. 135; e *Sevilha...*, p. 106; e P. Vilar. Op. cit., p. 133.

[137] Sobre os ataques indígenas na costa e no interior dessa região, ver B. Bennassar. Op. cit., p. 235; P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 112; e R. Konetzke. Op. cit., p. 14-5.

áreas vão conhecer um desenvolvimento econômico, com as plantações de tabaco, cacau e cana-de-açúcar na costa, e a pecuária e a agricultura de cereais no interior. Tal cronologia leva Pierre Chaunu a comentar que a economia venezuelana cresce "contra a conjuntura".[138] Até essa época, Caracas, fundada em 1567, "está à frente de uma província pobre, subadministrada", uma das "áreas sem moeda" da América, "parente pobre" da Carreira das Índias.[139]

Além das regiões mencionadas, o "conjunto" de Nova Granada também apresenta territórios que se manterão como "áreas de fronteira" (estrito senso) durante todo período colonial. Trata-se de zonas até mesmo visitadas pelos colonizadores, mas de ocupação tênue, nas quais a presença de espanhóis é diminuta e a estatal inexistente.[140] A região dos *llanos* exemplifica bem tal situação: transitada precocemente por expedições que partem tanto do altiplano quanto da costa, só conhece um estabelecimento razoavelmente estável em 1555, com a fundação de San Juan de los Llanos.[141] Esse núcleo atua como uma base para as empresas que, na longínqua selva, buscam o mítico El Dorado.[142] Além desses aventureiros, apenas o trabalho missionário efetiva a presença européia nessas paragens.[143]

Outro anexo peruano é o Chile, verdadeiro "finisterra da conquista".[144] Nestas terras meridionais do ocidente sul-americano, a resistência dos araucanos — tribos nômades que se unificam numa fede-

[138] *Sevilha...*, p. 113. Vale assinalar que a porção andina do atual território venezuelano, no período, aparecia como uma fronteira do sistema anteriormente analisado, mais do que como parte do conjunto em foco, sendo Mérida polarizada por Cartagena.

[139] Ibidem, p. 112. Tanto que o porto de Caracas — Gayra — só foi construído em 1603.

[140] Ver J. Eduardo Rueda. El desarrollo geopolítico de la Compañía de Jesús en los Llanos Orientales de Colombia, p. 185.

[141] J. Ignacio Avellaneda Navas. San Juan de los Llanos: primera ciudad de los Llanos Orientales, p. 87.

[142] Diz Navas: "a lenda do El Dorado nascida na província de Quito haveria de continuar associada aos lhanos durante os anos vindouros" (op. cit., p. 89). Ver também Mariano Losada. Op. cit., p. 13, 29 e 48-9.

[143] Rueda defende que os jesuítas possuem um projeto explícito de "domínio comercial e geopolítico da região lhaneira" e que já em 1625 tentam "formar uma linha comercial desde a cordilheira até os lhanos" (op. cit., p. 187). Vê-se novamente a "missão" como "instituição de fronteira", tal como no setentrião mexicano.

[144] P. Chaunu. *Conquista...*, p. 188. Em outro livro, este autor lembra que o Chile está dez vezes mais longe da Europa que Cuba, e que a viagem do Panamá ao Chile dura nove meses (*Sevilha...*, p. 201 e 187).

riqueza entesourada, boa parte é extraída de aluviões (com alguns rios sendo explorados por décadas), porém merecem registro — no período — as minas de Buritica, descobertas em 1550.[126] Enfim, a dispersa produção mineira dinamiza várias áreas no espaço regional enfocado, gerando um sistema que Germán Colmenares qualifica como uma "economia de ilhas", de problemática centralidade.[127] Um sistema, contudo, que demanda ampla base de abastecimento.

Os caminhos dessa circulação geraram circuitos regulares e estáveis, em cujos trajetos vão aparecer assentamentos ligados ao consumo das concentrações mineradoras. A grande dificuldade de instalação de atividades produtivas complementares residiu no contingente demográfico disponível. Cabe lembrar a grande queda populacional também observada na fase de ocupação da Nova Granada,[128] decorrente da superexploração das *encomiendas*, que envolviam tributação em trabalho, em espécie e em moeda. Isso acarreta em várias zonas, como observa Germán Colmenares para o vale do Cauca, que rapidamente não existem mais excedentes agrícolas indígenas que "possam ser apropriados sob a forma de tributos", além da situação de "escassez crônica" de mão-de-obra.[129]

A escravidão africana — que, como visto, já era a relação de trabalho básica na costa — vai difundir-se por todos esses circuitos. Tanto na exploração de Buritica quanto na mineração no rio Nechi encontra-se a força de trabalho escrava.[130] O tráfego fluvial também se assenta no trabalhador negro. No que importa às explorações agrárias, de início somente alguns produtos de alto valor, para o abastecimento das áreas mineiras e dos núcleos urbanos, podiam lançar mão de tão cara mercadoria, como eram as "peças da Guiné".[131] Todavia, com o avanço da colonização, as possibilidades de suprimento demográfico das *encomiendas* esgotam-se, impondo a gradativa introdução de escravos africanos, processo que conforma — ao longo do século XVII — o estabelecimento de *plantations* nas "terras quentes" e estâncias nas zonas temperadas da região.[132]

tra-se a menor quantidade extraída na região em todo o período colonial (op. cit., p. 19, 20 e 33). Colmenares concorda com estas datas, definindo um primeiro ciclo de produção entre 1550 e 1640, cujo auge estaria entre 1590 e 1610, seguido de queda brusca nas taxas de exploração, cujos níveis se mantêm baixíssimos até o início do século XVIII (La economía..., p. 237 a 240).

126 Na verdade, trata-se de um conjunto de veios auríferos dispersos pela região de Antioquia, com as minas de Buritica sobressaindo-se em produção — sendo a maior zona produtora de ouro da América hispânica (James Parsons. *La colonización antioqueña en el occidente de Colombia*, p. 64). Parsons lembra que a produção maior desta zona ocorre antes de 1630, e que, quando as minas decaem no século XVII, entram em cena os aluviões do centro da Antióquia (p. 71). Ver também: G. Colmenares. *Cali*..., p. 31. Em outra obra, este autor lembra a extração da prata em Mariquita no século XVII (La economía..., p. 250). J. Friede fala também das minas de esmeraldas de Muzos, descobertas em 1589 (La conquista..., p. 185).

127 La economía..., p. 243. Este autor aponta a grande competição entre Tunja e Bogotá pelo controle do sistema, e menciona os conflitos com Quito acerca da jurisdição sobre a zona de Popayán (p. 242).

128 S. Kalmanovitz considera que, no início do século XVII, restava apenas entre 15% a 20% da população existente em Nova Granada na época da conquista (op. cit., p. 17). Colmenares rebaixa tal estimativa, afirmando estar a população indígena reduzida a 10% da original, já em 1590 (La economía..., p. 259). Mesmo acusando essa queda, o autor conclui: "Os regimes de *concierto* (ou trabalhadores permanentes) e *alquiler* (trabalhadores sazonais ou temporários, em maior número que o anterior) provê de mão-de-obra as propriedades durante todo o século XVII" (ibidem, p. 263). J. Friede lembra que a tributação em moeda leva os índios para a mineração (La conquista..., p. 179).

129 G. Colmenares. *Cali*..., p. 29 e 27. Kalmanovitz observa que a população indígena das áreas mineiras cai de 331.000 habitantes em 1540 para 29.000 em 1580. Em Tunja, uma população estimada em 196.000 extingue-se em cinqüenta anos; na zona de Pamplona, a população índia decresce em 86% de 1560 a 1640 (op. cit., p. 28). No geral, o despovoamento vai gerando, tanto a importação de escravos africanos, quanto a vinda de imigrantes reinóis, durante o século XVII, o que vai acarretar grande diferenciação regional no que toca à posse da terra e às relações de produção no território enfocado (p. 23-4).

130 J. Parsons. Op. cit., p. 67-8, 71-2 e 75. Segundo este autor, em 1582 havia trezentos escravos africanos trabalhando em Buritica, e cerca de 3.000 a 4.000 nas minas de Zaragoza — para cerca de trezentos espanhóis (p. 67 e 68). Ver também P. Vilar. Op. cit., p. 143; e G. Colmenares. La economía..., p. 240.

131 Kalmanovitz aponta a política deliberada de guardar a mão-de-obra indígena para o trabalho agrícola, forçando o uso de africanos na mineração (op. cit., p. 34). Nas suas palavras: "os escravos negros foram concentrados nas minas, enquanto os indígenas abasteciam-nas, com suas *lambanzas* e com o trabalho nas estâncias" (p. 36). Segundo Colmenares, mesmo esse setor de abastecimento agrícola, passa a sentir a situação de falta de braços, no final do século XVI, passando a utilizar também escravos africanos (La economía..., p. 251).

132 De acordo com Colmenares, as *encomiendas* esgotam-se entre 1590 e 1610, gerando uma crise de abastecimento agrícola nas zonas mineiras (La economía..., p. 233). Ele salienta o avanço da produção canavieira nas *tierras calientes* da costa e dos vales interandinos, gerando típicas *plantations* (p. 264 a 264). E também relaciona a formação das estâncias com a pecuária e a produção de cereais (p. 259 a 261). E lembra ainda que os novos fazendeiros são, basicamente, os antigos encomendeiros (p. 260).

dade de pedra" — a terceira em importância na América hispânica, segundo Pierre Chaunu — é a "base militar do sistema" sul-americano,[116] atuando como guardiã do Panamá e do caminho do Peru, uma capital militar, sede da esquadra fixa que policia o mar do Caribe, sendo ainda o "armazém dos tesouros americanos",[117] e "um dos principais portos escravistas do continente".[118]

Cartagena beneficiou-se da posição portuária associada ao fácil acesso aos altiplanos pelos vales do Cauca e do Madalena. Por eles, a cidade vai relacionar-se com os fluxos exploradores que, partindo de Quito, avançam pela cordilheira. Este fluxo explorador, que trafega pelos altiplanos, vai estabelecendo em seu trajeto núcleos que articulam um sistema de circulação hispânico no setentrião andino.[119] Por aí atinge-se a região dos *chibchas*, ponto de confluência desse fluxo com os que partem dos núcleos costeiros.[120] Este processo de ocupação vai ter por pólo Santa Fe de Bogotá, fundada em 1538 e sede de audiência a partir de 1550. Os conquistadores defrontaram-se aqui com um território dotado de um quadro social bastante diversificado, com comunidades variadas que iam desde agricultores sedentários com relativa divisão do trabalho até tribos nômades coletoras.[121]

[116] P. Chaunu. *Sevilha*..., p. 169, 172 e 173. Referindo-se à segunda metade do século XVI, afirma Friede: "gozando de um amplo *hinterland* e de uma posição-chave no norte do continente, Cartagena seguiu progredindo" (La conquista..., p. 196).

[117] B. Bennassar. Op. cit., p. 215.

[118] O. Fals Borda. Op. cit., p. 53a. Este autor estima a população de origem africana de Cartagena, em 1621, em cerca de 20.000 habitantes (p. 54a).

[119] Friede comenta o surto de fundação de núcleos nessa região da cordilheira, ocorrido nas décadas de 1530-1540, listando entre outras povoações: Pasto, Popayán, Cali, Neiva, Cartago, Anserma, Antioquia, Vélez, Tunja, Málaga e Pamplona (ver os mapas apresentados por este autor em La conquista..., p. 169 e 211).

[120] Na *sabana* de Bogotá encontram-se, em 1539, as expedições de Quesada (que partira de Santa Marta em 1536), de Belalcázar (saída de Quito em 1538), e de Federman (oriunda da costa venezuelana). A primeira destas expedições chega a avistar os *llanos*, e funda Santa Fe de Bogotá (ibidem, p. 142 a 144). A segunda explora o território da futura *gobernación* de Popayán (p. 146). A terceira, a serviço dos Welser, explora o Guajira e funda Riohacha (p. 147).

[121] "As organizações sociais encontradas pelos espanhóis no território de Nova Granada eram múltiplas e distintas" observa Salomón Kalmanovitz (*Economía y nación. Una breve historia de Colombia*, p. 22). E ressalta que, como em outras partes da América, as tribos sedentárias foram mais fáceis de submeter que as nômades (p. 23). O autor sustenta que o assentamento espanhol se fez, nesta região, basicamente pela divisão das populações sedentárias que foram submetidas a tributação em trabalho e espécie (p. 16).

O padrão de instalação nessas áreas vai ser o típico andino, com uma rede de cidades articuladas em alguns eixos de circulação, tributação das sociedades indígenas, e com os encomendeiros gozando inicialmente de grande autonomia.[122] A partir do final do século XVI, assiste-se também aqui ao processo de formação de fazendas, mediante a legalização das propriedades territoriais, com as *composições* se alastrando nos altiplanos central e oriental.[123] Um certo condicionalismo natural vai estimular a definição desses eixos de circulação, os quais trafegam pelo alto dos maciços que compõem os três braços da cordilheira na região, e fazem suas relações com as áreas costeiras há pouco analisadas.

O fundamento de todo este processo colonizador é a atividade mineradora, no caso com realce à exploração aurífera, a qual se pratica aqui de várias formas e num vasto e disperso território.[124] A penetração pelos vales do Madalena e do Cauca, por exemplo, alimentaram-se da descoberta do ouro em seus trajetos, o qual estimula e financia os empreendimentos conquistadores durante todo o "longo" século XVI.[125] Uma quantidade do metal obtido advém do saque da

[122] Germán Colmenares. *Cali: terratenientes, mineros y comerciantes*, p. 24. Este autor lembra também a disseminação dos *aposentos*, propriedades de não-encomendeiros, que batalham pela regumentação do mercado de trabalho indígena, conseguindo sua efetivação nos altiplanos de Nova Granada já no final do século XVI (p. 25).

[123] Colmenares comenta: "Juridicamente as composições embasavam-se no fato de que as terras apropriadas individualmente na América não haviam saído do domínio real", tendo portanto as doações dos *cabildos* pouca base legal (op. cit., p. 30). Colmenares contrapõe a rapidez desse processo nos altiplanos — onde a titulação foi executada com a mediação dos cabildos — em oposição às resistências desencadeadas em Popayán e no vale do Cauca — onde a negociação era feita com cada fazendeiro, alongando-se até 1637. Sobre o tema, ver também S. Kalmanovitz. Op. cit., p. 30-1.

[124] Como afirma Colmenares: "A economia dos territórios que hoje constituem a Colômbia... foi, durante mais de três séculos, uma economia do ouro"; e completa: "Praticamente todas as cidades fundadas nas regiões andinas, ao longo do século XVI, possuíam distritos mineiros tributários" (*La economía y la sociedad coloniales 1550-1800*, p. 235 e 243). Este autor salienta o caráter disperso da extração mineral colombiana, em comparação com as outras zonas de produção da América hispânica; em suas palavras: "a economia do ouro não se desenvolveu uniformemente, com um centro único ou dentro de uma unidade territorial, e nem sequer no interior de um marco administrativo centralizado" (ibidem, p. 242).

[125] Segundo Kalmanovitz, o ápice da produção aurífera em Nova Granada ocorreu na década de 1590, quando se extrai uma média de três toneladas por ano. No século XVII, essa produção entra em progressiva decadência, e, na década de 1660, regis-

des e guerreiras, a ocupação vai enfrentar grande resistência, ficando São Tomé na dependência do difícil abastecimento de Bogotá ou Caracas, do escambo com as populações locais, ou mesmo do comércio com os holandeses (inimigos da Espanha).[107] Enfim, essa região aponta no período estudado como "uma periferia dentro da periferia" (utilizando uma expressão de Mariano Losada), sendo inexistentes os assentamentos espanhóis mais para o interior.

Avançando-se para o oeste, na costa venezuelana, se vai encontrar uma ocupação animada pela "Potosí das Pérolas", na costa do Cumaná, em Cubagua e na ilha Margarita.[108] E caminhando mais para o ocidente, há um grande vazio de colonização apenas quebrado por presenças esporádicas ou pequenos enclaves ligados à economia antilhana. É novamente a exploração das pérolas a atividade responsável pelo outro núcleo de ocupação mais significativo nessa região — Riohacha — já adentrando no litoral colombiano.[109]

É a partir dessa localidade que começa uma zona de maior adensamento da presença espanhola no litoral setentrional atlântico da América do Sul, aparecendo uma ocupação pontual numa faixa contínua de cerca de quinhentos quilômetros, até a costa do Calamar, já na fronteira com o Istmo.[110] Santa Marta, fundada em 1525, na margem direita do estuário do rio Madalena, atua como um centro pioneiro de irradiação para toda a zona colombiana de planície costeira, e como porta de entrada para uma vasta hinterlândia. A rápida apropriação desse espaço pode ser medida pelo alto número de *encomiendas* aí estabelecidas, entre 1537 — data de fundação de Mompox — e 1540.[111]

Também na região momposina, a população autóctone rapidamente decresce apesar da tentativa de manutenção de algumas reservas de terras comunais, os *resguardos*. Para manter a produção agrária em atividade são introduzidos escravos africanos, gerando aí uma grande concentração de população negra.[112] O escravismo, aliado a um padrão monopolista de propriedade da terra e a uma produção especializada para o mercado, gera um tipo de exploração distinto da *hacienda*, sendo mais uma modalidade de *plantation*.[113] A economia regional se desenvolve numa função de abastecimento dos núcleos urbanos da costa e dos altiplanos, pela rota do rio Madalena.

Apesar de seu pioneirismo, e do desenvolvimento que se estabelece no seu entorno ampliado, Santa Marta conhece uma precoce decadência, ocasionada pela concorrência de Cartagena, fundada em 1532, na margem esquerda do delta do Madalena,[114] que acaba por atrair os fluxos fluviais de circulação às terras do interior.[115] Essa "ci-

geopolítica hispânica da época", pois representa uma extremidade do domínio espanhol no litoral guianense, o qual, nesse período, está sendo objeto de conquista de outras nações, notadamente da Holanda que, em 1580, havia construído um forte às margens do rio Pomerun e estabelecido uma aliança com as tribos da região (op. cit., p. 41, 42 e 45).

107 Como observa Losada, aqui "o controle do espaço e a submissão de seus habitantes não ia ser uma empresa tão rápida e relativamente fácil como a andina" (op. cit., p. 43). Na verdade, a colônia persiste no século XVII apenas como base para a conquista do El Dorado, que na época se acreditava localizar-se nas Guianas (p. 39 e 48-9). São Tomé, pobre e isolada, vive do contrabando, e acaba sendo abandonada em 1668 (p. 52).

108 P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 108. O auge da extração das pérolas na região ocorreu, segundo R. Konetzke, entre 1530 e 1535 (op. cit., p. 284).

109 Ver Juan Friede. La conquista del territorio y el poblamiento. In: *Manual de historia de Colombia*, vol. I, p. 190.

110 A expedição de Ojeda, vinda de Santo Domingo, explora esta zona, fundando Urabá em 1509, limite ocidental da costa atlântica sul-americana. Balboa funda Santa María del Darién, na foz desse rio, partindo daí suas incursões para a costa do Pacífico (J. Friede. La conquista..., p. 126 a 128).

111 Ver Orlando Fals Borda. *Mompox y Loba. Historia doble de la costa*, p. 38 a 41a. Este autor identifica Mompox como "base militar de ocupação e colonização" da região (p. 40a).

112 Ibidem, p. 44b e 52a. Segundo Fals Borda, "em 1600 a presença negra já era considerável na região" (p. 45a). Além da agricultura, os escravos eram utilizados no transporte fluvial e na incipiente mineração.

113 Diz Fals Borda: "Na região momposina, onde o extermínio dos índios não permitiu o estabelecimento da *hacienda* senhorial clássica — como ocorreu no interior do país e nas *sabanas* de Sinú — os senhores tiveram de importar escravos desde cedo e admitir moradores e jornaleiros como *vecinos* livres e não vinculados" (op. cit., p. 67b). O autor ainda lembra que, nessa zona, ao lado da grande propriedade, assiste-se à instalação de posseiros, que criam uma "sociedade minifundista", bastante importante como agente povoador (p. 70 e 71b).

114 J. Friede. La conquista..., p. 190. Friede lembra que o rio foi usado como fronteira entre duas *gobernaciones*: Santa Marta e Cartagena (p. 131). Portanto, eram portos estruturalmente em concorrência, e venceu Cartagena que, "por sua situação geográfica privilegiada e como via de penetração cômoda ao interior do país, adquiriu um posto de destaque no Caribe" (p. 195).

115 Friede aponta o saque do ouro entesourado nas tumbas indígenas como uma das alavancas desse desenvolvimento, lembrando que a cidade conta com cerca de oitocentos *vecinos* já em 1535 (ibidem, p. 137). Santa Marta, por outro lado, encontra-se quase abandonada no final do século XVI, sem condições de manter sequer a guarnição do forte (p. 194). Tanto que sua costa vai figurar como zona de *palenques* e núcleos *cimarrones* no século seguinte.

lizam numa economia de abastecimento. É o caso típico do vale de Cochabamba, que abastece o mercado de Potosí em cereais, ou das "terras quentes" próximas a La Paz e Cusco, que fornecem o açúcar, ou ainda dos vales de Pisco e do Ica, na franja do deserto peruano, que fornecem vinho.[98] Também as planícies litorâneas da costa pacífica vão conhecer uma função abastecedora especializada, com *plantations* de cana-de-açúcar e uma disseminada atividade pesqueira com fins mercantis (por exemplo, de Arica para Potosí).[99] Os exemplos poderiam multiplicar-se, neste primeiro círculo de sustentação, enfocando variadas áreas e produtos.

Num segundo círculo, envolvendo um raio maior de circulação, assoma a especialização complementar da região equatoriana. Quito, sua capital, fundada em 1534, atuou como cabeça de ponte da conquista setentrional da cordilheira;[100] além disso, passa a cumprir importante papel no abastecimento do Peru mineiro. Até cerca de 1630, a zona quitenha foi a principal exportadora de carne bovina e ovina para Lima, para onde também enviava tecidos e artefatos de couro.[101]

[98] C. S. Assadourian. *El sistema...*, p. 43, 170, 173 e 178. O autor afirma que havendo crise ou déficit nestes setores, tais produtos vão ser buscados em zonas mais longínquas. Ele salienta ainda a peculiaridade da produção vinícola peruana, com as vinhas sendo trabalhadas por escravos africanos, que em 1600 somavam 20.000 nos vales mencionados, lembrando que esse vinho chega a ser exportado para a Nova Espanha (p. 178 e 181).

[99] Ibidem, p. 172-3 e 220. Assadourian aponta a introdução do escravo africano nestas áreas, acompanhando a produção de açúcar na costa e na serra. Quanto à especialização regional e à difusão de monoculturas, Mellafe sustenta que tal processo "só é claramente perceptível no Peru nos últimos decênios do século XVI" (op. cit., p. 14).

[100] Quito foi sede de uma audiência que englobava a *gobernación* de Popayán e as terras do Alto Amazonas (O. Hurtado. *O poder político no Equador*, p. 36). A conquista da região equatoriana levou dezesseis anos e envolveu a submissão de uma população nativa estimada em cerca de 500.000 habitantes (p. 23). Aqui, a ausência de recursos minerais de monta faz do contingente demográfico o grande atrativo da conquista, e rapidamente se organizaram as *encomiendas* na região: somam 81 em 1573 para elevar-se a 156 já em 1591 (p. 28). Em fins do século XVI, há cerca de 200.000 índios e 10.000 brancos no Equador, segundo Hurtado.

[101] C. S. Assadourian. *El sistema...*, p. 210. Este autor salienta o alto desenvolvimento têxtil de Quito, entre 1560 e 1610, que a afirma como principal área têxtil do Peru colonial (p. 234). A segunda concentração de *obrajes* ocorre na serra peruana, entre Cajamarca e Huánuco; e também destacam-se como centros têxteis La Paz e Cochabamba (p. 236-8). Hurtado lembra que Quito possui cerca de quatrocentos estabelecimentos comerciais, no final do século XVII, quantidade que cai para sessenta em 1720, o que evidencia a crise vivida pela região na época (op. cit., p. 41).

Na costa, Guaiaquil, com a produção cacaueira, representa um quadro precoce de especialização agrária, chegando a exportar chocolate para a Nova Espanha no início do século XVII.[102] Enfim, no âmbito deste segundo círculo da economia "peruana" as trocas são intensas e regulares.

Antes de tratar de outros "anexos" mais distantes do Peru, cabe prosseguir no enfoque do conjunto que, em 1717, irá constituir o vice-reinado de Nova Granada; agregando, além do Equador, os territórios atuais da Colômbia, do Panamá e da Venezuela. Na verdade, a designação de "conjunto" é inadequada para indicar essas terras no período analisado. Trata-se antes de um agregado de áreas heterogêneas e desconectadas entre si, que não apresentam unidade geográfica.[103]

Mesmo no que tange apenas à ocupação litorânea, a Terra Firme, como visto, "não constitui uma frente contínua... da presença espanhola".[104] A porção mais oriental deste litoral — a costa leste da atual Venezuela e das Guianas — não conhece uma ocupação européia estável no decorrer de século XVI, permanecendo como área de exploração e visitação esporádica, no mais das vezes raides para aprisionar mão-de-obra indígena. É apenas no último quartel do século que se ensaiam algumas tentativas de instalação hispânica na região, atingida por um fluxo exploratório que parte de Bogotá buscando o El Dorado, pousa em San Juan de los Llanos, e pelo sistema Meta-Orinoco atinge o Atlântico.[105] A expedição de Berrio percorre esse caminho, em cuja extremidade funda — no ano de 1590 — São Tomé da Guayana, quase na foz do Orinoco, e na ilha de Trinidad o povoado de São José de Oruña.[106] Todavia, nessa região de tribos nôma-

[102] C. S. Assadourian. *El sistema...*, p. 200-01. Este autor destaca ainda a dinâmica atividade de construção naval em Guaiaquil (p. 204). Ver também O. Hurtado Op. cit., p. 40-1.

[103] Todavia, a própria heterogeneidade de Nova Granada e a existência aí de alguns quadros, *grosso modo* similares, animam sua análise com maior detalhe num trabalho que visa a construir uma base comparativa para se pensar a colonização do Brasil.

[104] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 103.

[105] Já em 1535, Herrera adentrara pela foz do Orinoco, chegando ao rio Meta. Também por esse caminho, várias outras expedições vão buscar o piemonte andino, algumas constituídas de exploradores alemães financiados pelo banco Welser, que têm um empreendimento em Coro (Mariano Useche Losada. *El proceso colonial en el Alto-Orinoco-Río Negro (siglos XVI a XVIII)*, p. 23 a 25). Sobre a ação dos banqueiros alemães, consultar Juan Friede. *Los Welser en la conquista de Venezuela*.

[649] São Tomé, segundo Losada, constitui uma cidade de "significado crucial na

ração era integralmente tocada por particulares que, todavia, entregavam sua produção aos representantes reais que embarcavam a prata para Sevilha, retirando antes a parte concernente ao pagamento do aparelho administrativo e militar.[90]

A empresa mineradora não envolveu, de início, investimentos muito elevados em capital fixo, seu fator essencial era o trabalho e seu atrativo básico era dado pela "riqueza intrínseca da fonte de produção".[91] Potosí, no auge de sua produção, necessitava de 4.000 a 5.000 trabalhadores para a extração da prata, o que somando a rotação dos turnos dá uma necessidade anual de 13.000 braços.[92]

Para suprir essa demanda de força de trabalho, os mineradores vão recorrer ao trabalho forçado das populações indígenas. A *mita*, "recrutamento de forças laboriais para o Inca", é retomada e dirigida para a atividade mineradora.[93] As condições de trabalho reinantes — em vista da temperatura, rarefação do ar etc. — tornam tal atividade um sorvedouro de braços, o que se expressa diretamente na grande crise demográfica do Peru mineiro no final do século XVI.[94]

[90] Chaunu ressalta o aumento gradativo dos custos de defesa, com a necessidade cada vez maior, no século XVII, de proteção da rota do Istmo e dos comboios (*Sevilha*..., p. 196-8). Assadourian avalia que a Coroa ficava com 20% do valor da produção mineira, sem arcar com nenhum custo de produção direta (*El sistema*..., p. 150). Em outro texto, este autor estima que com ciclo aberto com a utilização do mercúrio, a Coroa triplicou seus ingressos coloniais de prata (La producción..., p. 281).

[91] R. Romano. *Mecanismos*..., p. 102. Vilar levanta certa discordância quanto ao custo do investimento minerador, concordando todavia com a centralidade do fator trabalho (op. cit., p. 155). Mauro observa que os mineiros peruanos são carentes de capital, o que os situa sob controle dos aviadores de Lima (op. cit., p. 47). Assadourian salienta, novamente, as diferenças entre os dois períodos assinalados, apontando como característica do segundo a elevação do gasto em capital fixo (La producción..., p. 228 e 251).

[92] Bennassar. Op. cit., p. 118; e Konetzke. Op. cit., p. 185.

[93] R. Konetzke. Op. cit., p. 184; também P. Vilar. Op. cit., p. 151; e F. Mauro. Op. cit., p. 42. Assadourian afirma que a monetarização dos tributos foi a grande estratégia de direção da força laborial; em suas palavras: "O processo peruano de monetarização da renda camponesa [...] consiste na singular manipulação que o Estado realiza sobre a energia excedente que dispõe o processo de reprodução comunal" (La producción..., p. 259 e 263). Este autor lembra que, em 1603, 87% dos *mitaios* trabalhavam nas minas (p. 271).

[94] P. Chaunu. *Conquista*..., p. 330. Assadourian põe entre as medidas inovadoras, introduzidas pelo governador Toledo para organização do setor, a regulamentação do trabalho indígena, com a tentativa de extinção das *encomiendas*, e de instauração da *mita* mineira. Para ele, houve "uma extraordinária ampliação da força de trabalho compulsória, através da *mita*, sistema com o qual se transmite um forte financiamento pela economia camponesa dos custos da produção da prata" (La producción..., p. 281, 259 e 268).

A discussão acerca das relações de trabalhos existentes vai ser retomada no próximo capítulo, mas cabe salientar aqui que, em comparação com o México, no Peru é menos expressivo o mercado de trabalho livre. Em conseqüência, é também menor a imigração de reinóis (e o número de brancos), e mais frágil o mercado interno. Como assevera Carlos Assadourian, apesar do seu elevado nível de auto-sustentação,[95] o conjunto peruano — em virtude das limitações introduzidas pela política metropolitana (notadamente no que tange à atividade industrial) — realiza uma "auto-sufuciência desequilibrada", em que as economias regionais especializadas produzem todas "para fora", para o mercado do eixo minerador.[96]

Com a queda da produção mineira, consoante com a crise espanhola no século XVII, o Peru vai encontrar-se com uma economia menos dinâmica e um território menos equipado que o México. Uma economia que internalizou menos, com um valor fixado que se dispersou mais espacialmente. A crise no centro leva a uma fragmentação dos circuitos tradicionais, com as economias regionais se "adequando" à queda da demanda mediante um progressivo desentesouramento, da retração das importações, da extensão do setor de subsistência, e de uma ruralização da vida econômica.[97] Enfim, a crise do "Peru Mineiro", o centro do sistema, atua para a relativa autonomização de seus "anexos" (conforme a denominação de Pierre Chaunu).

Tomando-se o eixo minerador, no qual se destacam os grandes mercados de Lima e Potosí, um primeiro entorno de produção complementar vai envolver áreas da própria cordilheira que se especia-

[95] "As características significativas do espaço peruano no século XVII são seu alto grau de auto-suficiência e seu máximo nível de integração regional" (C. S. Assadourian. *El sistema*..., p. 130). O autor enfatiza a clara "divisão regional do trabalho" existente e a forte "interdependência das diferentes regiões" (p. 131).

[96] Ibidem, p. 162 a 165. Mostra Assadourian que, internamente, estas economias regionais são constituídas de "unidades de produção autárquicas", com um nível de auto-sustentação que impede a formação de um mercado local (p. 166). As *haciendas*, estâncias e plantações são dotadas de um grande setor de subsistência, que as auto-abastece.

[97] Ibidem, p. 147. Para Assadourian, "a crise de Lima é a perda gradual de sua capacidade de dominar comercialmente todo o espaço do vice-reinado" (p. 141).

para construir a "cidade mais fantástica da América colonial".[81] Já em 1572, a "cidade real" possui 100.000 habitantes, e em 1611 atinge a cifra de 150.000, o que a torna disparadamente a maior concentração urbana da América e em posição de relevo mesmo em âmbito mundial.[82] A característica mais singular dessa aglomeração está no fato de que em Potosí tudo é importado, a cidade nada produz, todo abastecimento é externo, e, como diz Ruggiero Romano, ali "tudo é raro, tudo é caro".[83]

A singularidade apontada acarreta o desenvolvimento de uma série de circuitos que de Potosí partem na demanda dos vários produtos. Um vai buscar o trigo chileno, outro a carne bovina e os muares nas audiências de Charcas e La Plata, uma série de circuitos vai obter víveres nas terras quentes das vertentes orientais dos Andes (de Santa Cruz a Córdoba) e nos vales internos da cordilheira (como o de Cochabamba). O abastecimento de coca para o trabalho nas minas também articula trocas com as zonas tropicais do piemonte andino, a erva-mate é trazida do Paraguai. Como visto, do México também se recebem algumas mercadorias, e do Brasil chegam os escravos africanos.[84] Enfim, este mercado dinamiza uma vasta circulação. Como conclui Konetzke: "A prata

[81] B. Bennassar. Op. cit., p. 216. Diz este autor: "Uma enorme concentração urbana a 4.000 metros de altitude, numa paisagem estéril, só se explica pela existência da prata" (p. 217).

[82] Estes são os números oferecidos por Bennassar, que aponta o rápido decréscimo populacional com o esgotamento das minas, chegando a 22.000 habitantes em 1776 (op. cit., p. 216 e 218). Chaunu fala em 120.000 habitantes em 1580 e em 160.000 em 1650 (*Sevilha*..., p. 194), porém em outro trabalho dá a cifra de 160.000 habitantes para o ano de 1610 (*Conquista*..., p. 332). Assadourian dá os seguintes valores: 20.000 em 1550, 50.000 em 1580, e 150.000 em 1611 (*La producción*..., p. 230). Cabe lembrar que na época Sevilha, a maior cidade da Espanha, conta com 100.000 habitantes.

[83] R. Romano. *Mecanismos*..., p. 110. Ver também P. Vilar. Op. cit., p. 151. Segundo Chaunu, a cidade apresenta um grande setor terciário, o que se exemplifica com a existência de setecentos a oitocentos bordéis no início do século XVII (*Sevilha*..., p. 195).

[84] Este ultimo circuito é estudado por Alice Canabrava (*O comércio português no rio da Prata, 1580-1640*). Assadourian lista as demandas do processo produtivo e de reprodução social de Potosí, salientando o elevado nível de auto-suficiência da economia peruana (La producción..., p. 228 e 235). Diz este autor: "O setor mineiro, ao criar zonas e regiões especializadas para satisfazer as necessidades de consumo produtivo, realiza um de seus feitos mais notáveis: a formação de um vasto espaço econômico, de um conjunto de regiões integradas pela divisão do trabalho e a conseqüente circulação mercantil" (p. 229).

de Potosí deu lugar ao surgimento de um amplo espaço agrário que se expandia do Pacífico até o Atlântico".[85] A dependência de todo esse sistema para com o centro minerador é evidente, Potosi é um pólo, o "setor dominante de todo o conjunto produtivo do vice-reinado".[86]

A variedade de circuitos mostra que uma parte da produção argêntea escapa ao fluxo de Lima, logo ao monopólio de Sevilha. Mesmo assim, é este circuito que distribui a maior parte do metal extraído: a prata é enviada de Potosí a Lima, daí a Callao, onde é embarcada para o Panamá, atravessa o istmo em tropas de mula, chegando finalmente ao complexo Nombre de Dios-Portobelo, onde é enviada a Havana, lugar de agrupamento do comboio para Sevilha. Bennassar estima que o percurso Lima—Sevilha—Lima não durava menos de dezoito meses.[87] Vale lembrar que a prata peruana consistiu parte substancial do valor transportado na Carreira das Índias.[88]

Para completar o quadro do Peru mineiro cabe enfocar, mesmo que rapidamente, o mundo da produção. As minas pertenciam à Coroa, que concedia licença para sua exploração. Os "mineiros", agraciados com as concessões, muitas vezes as arrendavam a terceiros.[89] A explo-

[85] R. Konetzke. Op. cit., p. 288. R. Romano observa que Potosi acentua a característica das cidades mineradoras de estabelecerem ligações geográficas muito vastas (*Mecanismos*..., p. 110-1). Segundo Mauro, Potosí é para vários fluxos um "fim de caminho" (op. cit., p. 41). Quanto ao espaço agrário, R. Mellafe mostra que o mercado fundiário vai firmando-se no final do século, abarcando inicialmente as melhores situações locacionais: beira dos caminhos, entorno das cidades, proximidade das minas (op. cit., p. 29).

[86] C. S. Assadourian. *El sistema*..., p. 132. Este autor lembra que a queda da mineração é sentida por todos os setores da economia colonial peruana (p. 266-7). Cabe apontar que, já no final do século XVII, a população de Potosí havia baixado para cerca de 70.000 habitantes, sintoma claro da decadência (p. 140).

[87] B. Bennassar. Op. cit., p. 129. O autor aponta que o tempo despendido obrigava a armação de duas frotas para se ter uma troca por ano (p. 128). Assadourian lembra a "recoleção" da prata nos vários circuitos americanos como meio de pagamento das mercadorias européias, efetuada basicamente pelo "capital mercantil importador", que a envia a Sevilha (La producción...", p. 235).

[88] Chaunu avalia: "tendo em conta a parte dos tesouros nas exportações da América para a Europa, a prata representa... um pouco mais de 50% do valor das exportações das Índias" (*Sevilha*..., p. 141). E a produção peruana, no auge de Potosí na virada do século, abarca cerca de 65% do volume exportado.

[89] P. Vilar. Op. cit., p. 152-3. Assadourian insiste nas diferenças da organização da produção antes e após a introdução da técnica do amálgama, lembrando que no segundo momento ocorre grande concentração no setor mineiro, que passa a ser operado por "empresas" (La producción...).

nos altiplanos andinos (de grande densidade populacional)[71] e áreas satélites nas diferentes direções polarizadas por Lima. O Vice-Reinado do Peru é, nas palavras de Carlos Assadourian, "tanto uma divisão política do império espanhol como um espaço econômico que chega, nos fins do século XVI e durante todo o XVII, a ostentar um alto grau de auto-suficiência e integração regional", sendo assim uma "unidade geográfica", um "conjunto" ou "sistema de economias regionais".[72]

O centro deste sistema está localizado em Lima, a "capital política e comercial" que comanda "um crescimento regional polarizado".[73] Todavia, apesar da sua grande polarização, a capital peruana não atinge o grau de centralidade da Cidade do México, com vários circuitos de sua jurisdição legal fugindo ao seu controle (como será visto adiante). Entretanto, não há dúvida de que Lima organiza "a atividade dos distritos mineiros", apresentando em seu desenvolvimento total correspondência com a evolução econômica desta atividade.[74]

O poder relativamente menor de polarização da capital peruana expressa-se na existência de uma rede urbana, na qual algumas cidades comandam diretamente sua área de influência (tecendo relações próprias, que não passam pelo controle limenho). Não é necessário buscar um exemplo na distante Buenos Aires (um entreposto do Rio de Janeiro mais que de Lima); basta anotar a relativa autonomia de Quito que organiza um vasto espaço de relações.[75] Desta cidade partem fluxos que demandam a *gobernación* de Popayán, os quais são conectados com a metrópole diretamente através de Guaiaquil, o porto

[71] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 177.

[72] Carlos Semplat Assadourian. *El sistema de la economía colonial. El mercado interior, regiones y espacio económico*, p. 65, 129 e 165. Este autor põe os territórios do futuro vice-reinado do Rio da Prata e do Equador dentro desse conjunto, mas deixa fora dele as demais regiões do futuro vice-reinado de Nova Granada.

[73] Ibidem, p. 65. Assadourian põe "Lima como centro político... e como centro privilegiado pelo monopólio comercial metropolitano" (p. 132).

[74] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 184. Esta correspondência pode ser aferida na evolução urbana: Lima conta no auge da prata, em 1611, com 60.000 habitantes (B. Bennassar. Op. cit., p. 200), caindo para 37.000 no final deste século, consoante com o declínio da mineração (Assadourian. Op. cit., p. 140).

[75] Chaunu situa Quito como "o ponto de concentração secundário mais importante de um Peru colonial largamente expandido", verdadeiro "centro de irradiação do povoamento colonial" (*Sevilha...*, p. 180). A cidade possui, em 1737, entre 30.000 e 40.000 habitantes, sendo um terço da população, branca (B. Bennassar. Op. cit., p. 214).

de Quito.[76] Pode-se lembrar ainda toda uma série de circuitos que, através dos rios que deságuam no Atlântico, vão atingir diretamente Cartagena, escapando ao controle de Lima.

Enfim, já em 1570, o Peru conta com nove cidades e cerca de 30.000 habitantes espanhóis, além de 1,3 milhões de índios submetidos.[77] Também aqui o crescimento da imigração está diretamente ligado à atividade mineradora que, todavia, não atrai tantos renóis como o México. Afora o ouro colombiano (que será visto a seguir), é a obtenção da prata que estimula o processo povoador. A prata que conforma o "Peru mineiro", a "zona motriz da economia colonial peruana".[78] Aqui, a ocupação segue um eixo que vai das minas de mercúrio de Huancavelica, trezentos quilômetros ao norte de Lima, passando por esta cidade, e avançando num sentido sul para a velha região mineira de Cusco, até atingir o *cerro* de Potosí (a cerca de 2.000 quilômetros de Lima), a montanha de prata descoberta em 1545, a quatro mil metros de altitude. Tal rota latitudinal firma-se com a introdução da técnica do amálgama na extração mineira, em 1572, a qual torna Huancavelica "uma condição de Potosí".[79]

Potosí, a "cidade da loucura da prata", um dos "lugares históricos do nascimento do capitalismo".[80] Só mesmo os riquíssimos filões argentíferos para atrair uma grande população a um lugar tão ermo, e

[76] Cabe lembrar que esse sistema de circulação, no qual a cada área de assentamento no planalto corresponde um porto no Pacífico, acaba por gerar uma ocupação pontual do litoral desde o Panamá até Callao, o porto de Lima (Chaunu. *Sevilha...*, p. 178).

[77] Ibidem, p. 185.

[78] Ibidem, p. 190. Chaunu ainda lembra que as minas peruanas encontram-se, relativamente às do México, mais próximas das áreas de adensamento indígena. Assadourian observa que os movimentos do pólo minerador se transmitem no espaço e comandam as flutuações econômicas das suas regiões polarizadas, e lembra que o eixo da economia mineira se assenta sobre o antigo espaço inca (op. cit., p. 54 e 161).

[79] P. Vilar. Op. cit., p. 165. As minas de Huancavelica foram descobertas em 1563, e fornecem, segundo Chaunu, dois terços do mercúrio consumido em Potosí (*Sevilha...*, p. 192). Ver também F. Mauro. Op. cit., p. 45-6. Sobre a introdução da nova tecnologia de extração da prata e seus efeitos na organização dessa produção, ver Carlos Semplat Assadourian. La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial: el caso del espacio peruano, siglo XVI", p. 51 e ss.

[80] P. Vilar. Op. cit., p. 161. O autor afirma isso em função da atmosfera de especulação reinante na cidade, com o altíssimo preço dos produtos escassos atuando, em sua opinião (como visto), como alavanca da "revolução dos preços" na Europa.

tar que data do século XV igualmente.[61] Também aqui o conquistador vai utilizar as dissensões internas existentes, e o império inca se encontrava no momento da conquista imerso numa crise sucessória, verdadeira "guerra civil" segundo Pierre Chaunu.[62] Em 1533 Pizarro toma Cusco, a capital que comanda uma eficaz rede de circulação.[63] Também aqui, a ocupação vai utilizar "a administração e as estruturas sociais incaicas" preexistentes.[64]

Porém, ao contrário do ocorrido no império asteca, no Peru os espanhóis vão defrontar-se e conviver com uma aguerrida resistência indígena. Apesar da rápida vitória inicial, quando põem em debandada o exército inca (incrivelmente superior numericamente, com mais de 30.000 homens), os conquistadores vão em seguida conhecer uma oposição organizada em torno do inca Manco Capac. Este movimento, entre 1536 e 1572, controla um território significativo, chegando Capac a sitiar Cusco com cerca de 50.000 homens.[65] Mesmo com es-

[61] Diz R. Konetzke: "Os grandes impérios da América primitiva fundaram-se com base na conquista guerreira e mantiveram sua coesão por meio do poder brutal" (op. cit., p. 4). Menos sanguinário que o asteca, o império inca também era governado despoticamente, conhecendo a escravidão, a servidão, e uma rígida hierarquia social (p. 6). De acordo com Lafaye, este império era mais vasto e mais centralizado que o asteca (op. cit., p. 45). Maurice Godelier considera que o império inca apresentava uma organização próxima à do "modo de produção asiático" (Conceito de formação econômica e social: o exemplo dos incas, p. 14). Aí, segundo este autor, o Estado assumia o papel das comunidades aldeãs como proprietário dos meios de produção, porém mantendo a aparência do antigo modo de produção comunitário subjugado (Da não-correspondência entre formas e conteúdos das relações sociais: nova reflexão sobre o exemplo dos incas, p. 27-8).

[62] Diz ele, concluindo: "A conquista decorre, antes de tudo, das divisões rapidamente reconhecidas e habilmente exploradas do mundo indígena" (*Conquista...*, p. 163). Também no Peru há um movimento messiânico que vai assimilar os espanhóis ao herói vingador Viracocha (Bennassar. Op. cit., p. 74 e Lafaye. Op. cit., p. 189). M. Godelier enfatiza que é sobre a conquista inca que se instala a dominação espanhola (Conceito..., p. 17).

[63] R. Konetzke. Op. cit., p. 15 a 17. Ver também P. Chaunu. *Conquista...*, p. 182. Rolando Mellafe propõe as seguinte etapas na ocupação do espaço peruano: de 1532-1548, 1548-1564, e 1564-1581; concluindo que, após a última data, a colônia está consolidada (Frontera agraria: el caso del virreinado peruano en el siglo XVI, p. 12).

[64] B. Bennassar. Op. cit., p. 67. E Chaunu completa: "O espaço do Peru colonial é quase exatamente o antigo espaço inca" (*Sevilha...*, p. 177). Este autor ressalta o sentido norte—sul da ocupação efetuada, dado pelo condicionalismo do relevo.

[65] B. Bennassar. Op. cit., p. 226. As dificuldades de abastecimento das tropas, e tam-

tas dificuldades de afirmação no centro de difusão, os espanhóis vão rapidamente expandir-se por um vasto território. A cidade de Lima, fundada em 1535, torna-se o foco das explorações nas regiões adjacentes. Daí parte, por exemplo, Belalcázar que visita a "sabana" de Bogotá, também Orellana que percorre a Amazônia, e Almagro que faz incursões no Chile.

O saque dos tesouros incaicos anima a conquista do Peru, sendo considerado por Pierre Vilar o ato isolado mais importante da acumulação primitiva.[66] Isso dá um ar de rapina na primeva colonização peruana, gerando uma sociedade fruto de uma "conquista arcaica" — utilizando a expressão de Chaunu — bem distante da "associação capitalista do renascimento".[67] Tal caráter acarreta um clima de tensão nas relações colônia/metrópole, com forte autonomismo marcando a instalação espanhola na América do Sul.[68] Os choques internos entre grupos rivais (encabeçados pelos clãs Pizarro e Almagro) completam o quadro peruano, no qual a Coroa espanhola tem de realizar uma verdadeira reconquista para reafirmar sua soberania sobre estas terras. Tal ação é levada a cabo nos anos de 1544-5, e só se efetiva plenamente em 1555.[69]

Em 1543 é criado o Vice-Reinado do Peru, abarcando o território meridional da América hispânica (com exceção dos enclaves costeiros ligados à economia antilhana). O vice-reino é dividido, ao longo do período colonial, em nove audiências, a saber: Panamá, Lima, Bogotá, Charcas, Quito, Chile, Buenos Aires, Caracas e Cusco.[70] Este conjunto, na verdade, envolve uma região de povoamento contínuo

bém uma crise sucessória, são as causas da derrota desse movimento, porém um clima de resistência vai permanecer durante todo o período colonial no Peru (o que pode ser atestado pelo movimento de Tupac-Amaru no século XVIII). Cabe relembrar que também os incas viviam um movimento milenarista na época da conquista.

[66] Diz P. Vilar que, até a descoberta de Potosí, o Peru "vomitou ouro entesourado" (op. cit., p. 137).

[67] *Conquista...*, p. 187.

[68] Cabe lembrar que o Peru está três ou quatro vezes mais longe de Sevilha que a Nova Espanha, sendo inicialmente colonizado por esta. Ante as condições de circulação da época, Lima está três vezes mais longe da Europa que o Panamá, e cinco vezes mais que Havana (P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 176 e 201).

[69] B. Bennassar. Op. cit., p. 187-8. Lafaye lembra ainda que o clima de guerra civil no Peru deixa a luta contra a resistência incaica num segundo plano (op. cit., p. 131).

[70] R. Konetzke. Op. cit., p. 123.

duração que a produção peruana.[54] Pierre Vilar argumenta que a mineração mexicana se organiza num padrão mais empresarial, sendo tecnicamente superior à exploração do Peru, o que se evidencia no fato de apenas 7% dos trabalhadores envolvidos nessa atividade serem escravos.[55] Isso não significa que formas de trabalho compulsório inexistissem aqui (ao contrário, como será visto no próximo capítulo). A localização das minas, em regiões áridas e pouco povoados, torna a demanda de trabalho um fator central dessa produção. Na verdade, a mineração força um avanço do povoamento para além das zonas úmidas gerando uma ocupação descontínua, "por pontos, por estradas. Entre as malhas desta rede, imensos territórios rebeldes".[56] As necessidades de abastecimento compelem os estabelecimentos mineiros a envolver um amplo espaço de relações, que dinamiza a economia mexicana como um todo.[57]

[54] P. Chaunu estima que a produção mexicana de prata foi, no período enfocado, cerca de 65% da peruana (*Sevilha...*, p. 145). As minas do México localizavam-se nas terras áridas do norte, a "*Gran Chichineca*, esse imenso território que se estende do rio Lerma até o Texas", sendo a maior delas — Zacatecas — descoberta em 1546; "Esta cidade da prata foi a *mãe do norte*, a ponta de lança que promoveu a expansão posterior a terras mais setentrionais e a colonização do território intermediário que a separava de seus centros de abastecimento: México e Guadalajara" (Enrique Florescano. Colonización, ocupación del suelo y frontera en el norte de Nueva España, 1521-1750, p. 45). Os demais centros mineiros da região são: Guanajuato em 1555, Durango em 1563, Santa Bárbara em 1567, Mazapil em 1568, Charcas em 1573, e San Luís de Potosí em 1592 (p. 47). Bennassar diz que até o século XVIII ainda se extrai prata do subsolo mexicano (op. cit., p. 111).

[55] Op. cit., p. 147. Bennassar argumenta que o assalariamento e o mercado livre de trabalho são o que fazem o México atrair mais emigrantes que o Peru (op. cit., p. 122). Chaunu lembra que, ao contrário do Peru, aqui os índios estavam longe das minas (*Sevilha...*, p. 145-6). Também Mauro aponta o fato: "No México o problema da mão-de-obra nas minas permaneceu pela ausência ou quase ausência de populações nas regiões de minas", o que estimula o assalariamento (op. cit., p. 43).

[56] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 141. Bennassar avalia que a conquista só é plena na zona úmida, porém lembrando que "a fronteira de colonização vai ser estabelecida pela geografia mineira" (op. cit., p. 70). Florescano fala do "processo febril de colonização e ocupação do solo que as minas desencadeiam" e conclui: "O que ocorre em Zacatecas no século XVI, se repete em escala maior nos anos seguintes sob influência de outras minas" (op. cit., p. 56).

[57] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 146. Barbosa Ramírez também conclui: "O trabalho mineiro é a atividade econômica mais importante da colônia, é o responsável por uma distribuição social da força de trabalho assim como do desenvolvimento das atividades econômicas dos outros setores, em particular a agricultura" (op. cit., p. 57).

Completando este breve quadro, cabe assinalar que os entornos dos espaços mineradores da Nova Espanha constituíram as fronteiras setentrionais da conquista ibero-americana, os limites ao norte do império espanhol na América. Trata-se dos territórios dos atuais estados americanos do Texas, Novo México, Arizona e Califórnia, onde os agentes básicos da colonização foram a atividade pecuária de grande porte[58] e as missões religiosas.[59] Monterrey, El Paso e Santa Fe, fundadas no final do século XVI, representam os assentamentos estáveis mais avançados da ocupação espanhola na América do Norte, áreas limítrofes do espaço analisado, que adentram no século XVIII ainda como regiões de fronteira.

A conquista do Peru apresenta alguns paralelos com o processo mexicano. Os homens que partem, do Panamá, com Pizarro em 1531 (quando já terminara o ciclo da conquista estrito senso no México) são também experientes exploradores.[60] E se defrontam com um império organizado e centralizado que se derrama pelos altiplanos dos Andes. Um império também recente, fruto de uma dominação mili-

E ainda Florescano: "Real de minas, centros agrícolas, estâncias pecuárias, bosques, carvoarias, salinas, aldeias indígenas, ficaram comunicados por uma rede de caminhos [...] que impulsionaram o comércio regional e unificaram esse complexo geograficamente próximo e economicamente independente" (op. cit., p. 58). F. Mauro, entretanto, distoa dessas interpretações, avaliando que foram pequenos os capitais transferidos da mineração para a agricultura, o que segundo ele revela "uma nova prova do caráter marginal da atividade mineradora no sistema hispano-americano" (op. cit., p. 46). Essa questão será retomada.

[58] E. Florescano fala da formação dos latifúndios na região como "verdadeiros Estados", exemplificando com a *hacienda* de Ibarra, em Trujillo, que em 1586 marca 33.000 bezerros (op. cit., p. 62). Diz este autor: "A esta determinação de homens poderosos do norte por adquirir terras, fundar *mayorazgos*, atrair colonos e difundir a agricultura e a pecuária, se deve a ocupação estável dos vastos territórios de Nueva Vizcaya, Chihuahua, Loahuila e Nuevo León" (p. 63). Ele lembra que tais latifúndios permanecem mesmo com o declínio das minas.

[59] Definindo as missões como "instituição típica da fronteira", Florescano conclui: "Os missionários... desenvolveram sua ação evangelizadora e colonizadora nas terras mais isoladas e setentrionais do norte da Nova Espanha... ali onde não havia minas, onde a terra era mais avara, e onde os nômades mostravam mais reação ao contato com os europeus" (ibidem, p. 63). Este autor lembra que se deve aos missionários a introdução da vinha e a instalação de pequenas *obrajes* na Califórnia, no Novo México e no Arizona (p. 66).

[60] Bennassar fala de um "processo similar" ao mexicano (op. cit., p. 62). A expedição de Pizarro conta com 180 homens, distribuídos em três barcos armados na colônia do Istmo (P. Chaunu. *Conquista...*, p. 177).

lônia.[44] Vale lembrar que este vice-reino, ademais do México, abarcava as audiências de Santo Domingo, Guatemala e Guadalajara, envolvendo uma área de jurisdição que englobava as Antilhas, o Istmo (com exceção do Panamá) e a Venezuela, além de todo o território extramexicano ao norte e a Baixa Califórnia.[45]

Tal dinamismo mexicano vai propiciar a emergência de fortes interesses locais, que implicam maior internalização do valor produzido na colônia (tanto em si, quanto em relação à economia peruana).[46] Em Nova Espanha desenha-se um mercado interno, um relativo surto industrial (com a produção de panos grosseiros e de seda), e uma sólida rede mercantil, num quadro que se reforça com a "crise da economia atlântica" no século XVII.[47] A precoce tentativa de criação da *mesta* em solo americano, já em 1537, mostra bem — no caso na pecuária — esta organização dos interesses *criollos* e da própria economia mexicana.[48] Uma contínua corrente imigratória oriunda da metrópole (logo uma significativa população branca)[49] e a precoce formação de um mercado de trabalho livre (com o assalariamento) desenham o quadro das particularidades da colonização na Nova Espanha.

Seria interessante assinalar alguns elementos da história fundiária do México colonial, pois seu movimento revela traços comuns da instalação hispânica na América. Num primeiro período, que Barbosa Ramírez delimita até 1536, não há exploração agropecuária significativa pelos conquistadores, a divisão da terra dizendo respeito apenas à partilha das áreas de tributação, sendo a apropriação da produção indígena o móvel da ação colonial.[50] Em meados do século, assiste-se a uma alta dos preços agrícolas que anima uma exploração, a qual se adapta aos diferentes quadros fisiográficos: nos planaltos intermediários pouco povoados instalam-se as *estancias*, dedicadas basicamente à pecuária, nas terras baixas surgem as *plantations* com o plantio da cana-de-açúcar e do índigo, a cultura do trigo começa a se estender nas terras altas substituindo cultivos tradicionais.[51] Todo este sistema agrário volta-se prioritariamente para o abastecimento urbano e mineiro, como observa Ramírez: "O mercado colonial que se desenvolveu graças à divisão do trabalho e ao auge mineiro ficará profundamente dependente deles".[52] A partir daqui, observa-se um processo lento e progressivo de concentração fundiária que se corporificará na "unidade produtiva mais típica do século XVII: a *hacienda*".[53]

Cabe apenas uma última alusão à atividade mineira no México, notadamente a mineração da prata, de menor volume, mas de maior

---

[44] B. Bennassar. Op. cit., p. 90. Diz este autor: "Governadores, audiências e, para coroar o edifício, vice-reis, foram os representantes diretos da Espanha colonizadora, emanação direta do poder central" (p. 97). Porém, este autor não deixa de lembrar que esse poder se dilui com a distância.

[45] R. Konetzke. Op. cit., p. 122. Cabe ainda lembrar a jurisdição mexicana sobre as Filipinas, implicando a obrigação de defesa militar do arquipélago, reafirmada por Filipe III em 1607 (L. Bauzon. Op. cit., p. 80). Jurisdição que também é exercida na ação missionária e da Inquisição (p. 81-2).

[46] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 140. Este autor ressalta que o México consegue atrair e fixar parte da prata peruana. Para uma visão geral do processo de acumulação mexicano, ver: François Chevalier. *La formación de los latifundios en México.*

[47] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 132 e 133. Chaunu ainda lembra que essa crise reforça as rotas pacíficas, representando um redirecionamento da economia mexicana (p. 138 e 148). Bennassar concorda com tal avaliação achando discutível falar em "depressão" no caso da economia mexicana no século XVII (op. cit., p. 149). Essa posição também é assumida por Ruggiero Romano. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica.*

[48] R. Konetzke. Op. cit., p. 299 e B. Ramírez. Op. cit., p. 63-4. F. Mauro lembra tratar-se de *mestas* sobre controle municipal, num sistema legalizado para as colônias já em 1529 e difundido na década de quarenta (op. cit., p. 14-5). Além da pecuária, P. Chaunu ressalta também a organização de uma agricultura mercantil de abastecimento (*Sevilha...*, p. 146).

[49] F. Mauro estima em 63.000 o número de brancos na Nova Espanha em 1570, e que, em 1646, já somariam 125.000 (op. cit., p. 91), Já o contingente indígena cai, de 35 milhões na época da conquista, para 1,1 milhão em 1605 (p. 89).

[50] Diz Ramírez: "O tributo é a parte do produto apropriada pelos espanhóis e que servirá de fundo de consumo e inversão" (op. cit., p. 56), por isso nesse primeiro período "as formas de apropriação são muito mais importantes que as formas de propriedade" (p. 91). Segundo o autor, com a exploração agrícola se passa da conquista à colonização (p. 54-5).

[51] Ibidem, p. 55 e 91-2.

[52] Ibidem, p. 94. Ramírez acentua que "a agricultura não é, neste período, o setor econômico fundamental" (p. 57), e salienta que, nesse momento, começam a aparecer novas formas de propriedade da terra (p. 91).

[53] Ibidem, p. 98. Segundo o autor, nesse período, além da hiperconcentração das terras ocorre também sua legalização pela Coroa que, em uma mesma estratégia de colonização, também organiza o mercado de trabalho e os tributos (p. 96-7). Ramírez ainda observa que, com a crise do século XVII, as *haciendas* tendem a se isolar, mantendo a produção nos limites do mercado retraído (p. 149 e 150). Trabalham com baixa lucratividade, porém com custo também baixo (p. 147), pois o setor mercantilizado convive com uma economia natural de auto-sustentação (p. 152). A tese central de F. Chevalier é que os capitais mineiros migraram para as atividades agropecuárias (op. cit.).

cluirá o período colonial. O vice-reino conta, nesta data, com 1.345 espanhóis, e em 1570 já somam 57.000 os colonizadores.[36] Tal crescimento da emigração deve-se, sem dúvida, à descoberta das minas de prata quando o ouro do saque já escasseava — primeiro, o "circuito mineiro" de Taxco a Tlalpujahua em 1532, depois as minas de Zacatecas em 1547, e as de Guanajuato em 1554, que atraem populações da metrópole e das ilhas.

Todo este conjunto mexicano está organizado em torno de dois eixos de ocupação. Um articula o "caminho de Castela" com o "caminho da China", ligando o Atlântico e o Pacífico no itinerário Vera Cruz—México—Acapulco, num sentido *grosso modo* leste—oeste. O outro eixo define o "caminho real" que liga as zonas agrícolas do México úmido com as áreas mineiras das regiões áridas, num sentido claramente norte—sul. Vera Cruz é a porta de Nova Espanha, o porto onde desembocava "todo o sistema do México colonial".[37] Acapulco é a base dos circuitos do Pacífico, ponto de descarga do "galeão de Manilha", e "outro escritório do México".[38]

Cabe um comentário acerca deste circuito que escapa da Nova Espanha pelo oeste e, demandando o oriente, estabelece o maior eixo da expansão hispânica, com a rota Sevilha—Manilha—Sevilha envolvendo uma viagem de cinco anos. O "projeto oriental", de buscar o trato com a Ásia, já está posto por volta de 1524, porém só se efetiva quando Urdaneta, em 1560, descobre a rota da difícil "volta" do Pacífico.[39] Por este percurso, a prata mexicana — como visto tão

[36] Ibidem, p. 62. Lafaye conclui: "A conquista do México desencadeou a penetração profunda na América" (op. cit., p. 100).

[37] P. Chaunu. *Sevilha*..., p. 121. O autor fala que, apesar da sua importância, Vera Cruz tratava-se de outra "cidade episódica", com população flutuante de cerca de 5.000 habitantes (p. 125). Segundo ele, no período analisado, este porto contribui com cerca de 37% do movimento global do monopólio de Sevilha, e a Nova Espanha como um todo com 40 a 43% (p. 121).

[38] Ibidem, p. 147.

[39] P. Chaunu. *Conquista*..., p. 226. Segundo Chaunu, as Filipinas vão tornar-se "um prolongamento longínquo da Nova Espanha" (p. 175), lembrando que em 1572 já existe colonização espanhola desse arquipélago (p. 227). Leslie Bauzon aponta que o domínio efetivo da região ocorre, a partir de 1565, com a expedição de Legazpi, e lembra tratar-se de área sem grandes atrativos imediatos para o colonizador. Por isso, até o final do século, "a colônia insular foi literalmente reduzida a um mero distrito do México" (Amplia perspectiva: relaciones intercoloniales mexicano-filipinas, p. 79 77). Este autor ainda acentua que o "modelo mexicano" de ocupação, com a dispersão do poder local numa classe dirigente indígena foi inte-

valiosa nos mercados do Extremo Oriente — atinge a China, a "bomba aspirante" do argênteo metal.[40] Enfim, este é um circuito importante para a economia do México, que se dinamiza quando da crise atlântica.

É necessário salientar a centralidade da capital da Nova Espanha, construída sobre a capital asteca de Tenochtitlán, localizada no entroncamento entre o caminho mercantil leste—oeste e o caminho produtivo norte—sul.[41] A Cidade do México consegue de fato polarizar um espaço mais amplo do que a Nova Espanha, controlando diferentes circuitos e impondo-se — no dizer de P. Chaunu — como a "maior cidade *criolla* da América".[42] Esta centralidade advém da função de comando num número bastante grande de circuitos: é através da Cidade do México que as regiões agrícolas abastecem as áridas zonas mineiras, é ela um entreposto final da Carreira das Índias, e também do galeão de Manilha, e ainda a sede de um conjunto de fluxos do Pacífico americano.[43] Além desse papel de "capital econômica", a Cidade do México vai exercer também uma função político-administrativa como sede de Audiência já em 1529, e, desde 1535, corte do vice-reinado de Nova Espanha — instância máxima de poder na co-

gralmente adotado na colonização filipina (p. 80), e conclui que o ativamento do comércio do México com o Oriente foi uma estratégia de aumentar os ingressos nesta zona longínqua do império (p. 83).

[40] Bennassar considera que pelo galeão de Manilha escapa, após 1630, de 29 a 35% da produção mexicana de prata (op. cit., p. 131). L. Bauzon, depois de dizer que "as navegações transpacíficas concluíram com a ocupação das Filipinas", salienta o comércio da seda chinesa como dos mais lucrativos do circuito (op. cit., p. 77 e 83). Dados sobre este comércio podem ser obtidos em: M. L. Díaz Trechuelo. Relaciones en Oriente en la Edad Moderna: veinte años de comercio entre Filipinas y China. F. Mauro avalia, numa perspectiva de longo prazo, que este fluxo não foi benéfico para a economia da Nova Espanha (op. cit., p. 59).

[41] P. Chaunu. *Sevilha*..., p. 129. Cabe lembrar que, segundo as estimativas, Tenochtitlán possuía cerca de 300.000 habitantes em 1519, o que a situa como uma das maiores cidades do mundo na época (R.Vainfas. Op. cit., p. 26). A capital asteca havia sido fundada em 1352, conforme Barbosa Ramírez (op. cit., p. 21).

[42] *Sevilha*..., p. 139 e 136. Em 1570 a Cidade do México tem cerca de 75.000 habitantes, em 1630 sua população total é da ordem de 90.000 habitantes, contando em meados do século XVII com 48.000 habitantes brancos (B. Bennassar. Op. cit., p. 212).

[43] P. Chaunu considera que "o Peru, país caro em relação ao México, recebe produtos do trabalho mexicano", e que, em certo sentido, "a Cidade do México é a metrópole do Peru, tal como Sevilha é, sob certo aspecto, a metrópole da Cidade do México" (*Sevilha*..., p. 139).

as trocas interoceânicas, vai deter 60% do intercâmbio entre a América e a Espanha no período analisado.[27]

Enfim, uma ocupação continental mais significativa só ocorrerá com a conquista dos impérios asteca e inca, processo no qual os núcleos insulares pioneiros servirão de base de difusão.

Deslocavam-se de Cuba as expedições que visavam à conquisa do México, tendo havido tentativas anteriores à empresa de Cortés, que chega em 1519.[28] O avanço nesta parte do continente foi rápido, com os espanhóis em pouco tempo ocupando todo o território da confederação asteca. Em 1522, Cortés já controla uma área de cerca de quinhentos quilômetros quadrados, onde se sobrepõe a uma rede de dominação anterior que, vale lembrar, cobra tributos num espaço que apresenta a mesma densidade demográfica das regiões mais povoadas da Europa (com cerca de cinqüenta habitantes por km²). Para entender a velocidade da conquista cabe apontar que o sistema de dominação encontrado era recente (do século XV) e que "a hegemonia asteca não havia suprimido totalmente a estrutura federal do império".[29] Segundo Barbosa Ramírez, este era mais uma unidade fiscal que uma unidade política, pois os astecas não absorviam os povos subjugados, logo não criavam uma "coesão política do espaço conquistado".[30] Tratava-se, na verdade, de uma federação sob o comando de Tenochtitlán, que exercia um poder fiscal e uma dominação bélica, onde não eram raras as rebeliões e a necessidade de expedições punitivas para reafirmar o domínio asteca. Cortés, assimilado ao herói mítico

agrícola fazem deste um "lugar de passagem", pobre, sem equipamentos. P. Vilar diz que o istmo do Panamá "converteu-se no primeiro campo de experiência continental da colonização espanhola" (op. cit., p. 132).

27 P. Chaunu. *Sevilha*..., p. 155. O autor trabalha o intervalo de 1511 a 1650, isto é, cobrindo o "longo" século XVI.

28 B. Bennassar. Op. cit., p. 54; e J. Lafaye. Op. cit., p. 100.

29 Na época da conquista o império asteca contava com 38 "províncias cidades" (R. Konetzke. Op. cit., p. 11). Ver também P. Chaunu. *Conquista*..., p. 160. Vainfas observa tratar-se de "uma sociedade em transformação, processo violentamente abortado pelo impacto da conquista" (op. cit., p. 27).

30 A. René Barbosa Ramírez. *La estructura económica de la Nueva España (1519-1810)*, p. 19. Este autor alerta para a significativa diversidade étnica das populações que habitavam a Meso-América (p. 20 e 113), e completa: "A economia colonial inicia-se num espaço que vai definindo-se ele mesmo à proporção que o colonizador avança num território que é uma unidade geográfica e não uma unidade social" (p. 18).

Quetzalcoatl,[31] organiza uma "aliança antiasteca", pela qual várias tribos auxiliam os conquistadores.[32] Em 1523 já domina a situação, com a soberania espanhola se efetivando por intermédio da "autoridade intermediária dos caciques".[33]

Em pouco tempo, a expansão hispânica extrapola o território asteca. Ao norte, por exemplo, Cabeza de Vaca — depois de um périplo terrestre de oito anos, iniciado numa malograda expedição à Flórida — atravessa o Texas e, em 1536, se encontra com uma frente exploratória vinda do México.[34] Pode-se também lembrar H. de Soto que visita o Mississípi, e Esteban que em 1539 explora o Arizona, ou ainda Coronado que abandona — no ano seguinte — gado nas pradarias americanas. Ao sul, desde 1526 há contatos regulares com o Panamá, e, apesar da resistência, avança a exploração de Iucatã, com Mérida sendo fundada em 1542.[35] Enfim, em 1545 a conquista da Nova Espanha está terminada, com a definição das fronteiras com que con-

31 Ver B. Bennassar. Op. cit., p. 56; P. Chaunu. *Conquista*..., p. 162; e J. Lafaye. Op. cit., p. 44. Este último autor observa que o mundo indígena "se deixou vencer, antes de ser vencido" (p. 47) e que "os conquistadores haviam sido precedidos, sem o saber, por prodígios e profecias que anunciavam a decadência das sociedades indígenas" (p. 181). Situação que se repete no Peru.

32 P. Chaunu. *Conquista*..., p. 171; e R. Konetzke. Op. cit., p. 13. Este autor lembra, para justificar a grande adesão indígena, que apenas na inauguração da pirâmide do México foram imoladas 20.000 pessoas em quatro dias, sendo os sacrifícios humanos uma constante. Lafaye considera a conquista do México "um êxito mais político que militar", lembrando que as tropas de Cortés — na tomada de Tenochtitlán — contam com 1.200 soldados espanhóis e com cerca de 35.000 guerreiros índios (op. cit., p. 39).

33 P. Chaunu. *Sevilha*..., p. 119. Bennassar, apontando a grande diversificação social do império asteca (onde havia servos e escravos), avalia que "esta hierarquia e a distribuição das funções econômicas, prudentemente mantidas pelos espanhóis, favoreceu indubitavelmente a dominação colonial" (op. cit., p. 20). Barbosa Ramírez completa: "À chegada dos espanhóis existe uma forma de propriedade e uma forma de produção constituídas pela economia indígena. Os conquistadores pedirão a este mundo tributos compostos tanto de produtos como de serviços pessoais" (op. cit., p. 53); e sobre a utilização política das camadas intermediárias da hierarquia asteca (p. 129).

34 J. Lafaye. Op. cit., p. 16 e 170. Este trabalho discute em detalhe a trajetória do autor de *Naufrágio* e futuro explorador do Prata e do Paraguai.

35 B. Bennassar. Op. cit., p. 70 e 61. Mais ao sul, pode-se mencionar a expedição de Gil Dávila, já em 1522-1523, levantando a costa pacífica do Istmo, e as ações de conquista de Pedrarías na Nicarágua e de Coronado e Contreras na Costa Rica, na década seguinte (op. cit., p. 160).

da ilha).[18] Enfim, no século XVII começa a se desenvolver, com estímulo estatal e também apoiado no trabalho escravo dos africanos, o cultivo da cana-de-açúcar que acabará por tornar-se a atividade preponderante da ilha no século seguinte.[19]

A ilha de Boriquém, ou Porto Rico, segue no geral o mesmo padrão antilhano, apenas atrasado pela resistência acirrada dos índios caraíbas. Baamas e Bermudas, as "ilhas do retorno", permanecem pouco exploradas, sendo apenas "pontos de referência". Finalmente a Jamaica, também pouco explorada, acaba por ser totalmente abandonada em 1636 — processo recorrente que bem mostra a decadência do conjunto hispano-antilhano no século XVII.[20] A rápida dilapidação dos recursos imediatos, e sobretudo da população autóctone, leva os colonizadores à necessidade de avançar a conquista, num verdadeiro processo de "fuga para a frente".[21] Assim, o movimento exploratório incrementa-se com a crise insular, tendo por alvo diferentes quadrantes do território continental.

Das ilhas partem expedições que demandam a Flórida (visitada por Ponce de León em 1512), o Istmo (Balboa vê o Pacífico em 1513) e os diferentes pontos da costa da Terra Firme, que vão constituir os enclaves continentais do povoamento insular, os "anexos" do complexo antilhano como denomina Pierre Chaunu (que os considera também "ilhas", em certo sentido, visto só se comunicarem inicialmente por via marítima).[22] O caráter insular da Flórida é mesmo matéria con-

[18] Morales mostra que a construção de fortificações avança até o século XVII (op. cit., p. 54 a 57). Este autor lembra, ainda, que há mais cuidado com o africano do que houve na "escravidão predatória" das populações autóctones (p. 84).

[19] Ibidem, p. 70-1. Sobre o auge do açúcar em Cuba, no século XVIII, ver Manuel Moreno Fraginals. *O engenho. Complexo sócio-econômico açucareiro cubano.*

[20] P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 91-3, 100 e 99. A Jamaica vai ser tomada pelos ingleses em 1655, que aí instalam a "capital do sistema caraíba britânico" (p. 99). As várias bases espanholas abandonadas tornam-se covis de bucaneiros, que fazem as águas do mar do Caribe bastante perigosas (p. 73).

[21] P. Chaunu. *Conquista...*, p. 150-1 e B. Bennassar. Op. cit., p. 52. Ronaldo Vainfas observa que a crise antilhana "foi completada por um deslocamento dos interesses econômicos e militares espanhóis para a terra firme", e, assim, "o relativo abandono das Antilhas explica-se também pela conquista continental" (*Economia e sociedade na América espanhola*, p. 36). Lafaye lembra que a insatisfação com os resultados da partilha vai ser sempre um motor para o avanço da conquista (op. cit., p. 32).

[22] *Sevilha...*, p. 70-1. O autor mostra a existência de uma ocupação pontual do litoral que vai da foz do rio Madalena à do Orinoco; em suas palavras: "a costa oriental da Terra Firme nunca foi (nesta primeira fase da ocupação) mais do que uma série de posições isoladas, um arquipélago mal agarrado ao continente e cujas *ilhas* ameaçadas só se comunicavam entre si pelo mar" (p. 104). Vale comentar que, na América central, a ocupação espanhola avançou muito mais rapidamente na costa do Pacífico do que no litoral atlântico. Tal fato, segundo Carlos Meléndez Chaverri, deve-se a condicionantes ecológicos e demográficos diferenciadas: nas terras que defrontam o Caribe predominam tribos nômades e ecossistemas tropical-úmidos (ambos bem hostis ao conquistador); já no ocidente, os bosques secos e as comunidades de agricultores sedentários favorecem a instalação (Las conquistas frustradas: el caso de América Central, p. 161-2).

troversa até o final do século XVI.[23] No Istmo, os colonizadores encontram efetiva resistência indígena, primeiro na região do império maia — de Iucatã à Guatemala — cuja civilização já mostrava sinais de decadência à época da chegada dos espanhóis.[24] Também nas montanhas da Costa Rica há resistência — uma área que não chegou plenamente a "ser submetida durante o período colonial".[25] Enfim, do rebordo mexicano ao planalto de Bogotá, aparece uma área de vazios quebrada pelas "passagens" do Atlântico ao Pacífico, com um povoamento ralo e pontual. Algum destaque só aparece no núcleo povoador do Panamá, fundado em 1519, de onde se difunde o avanço para a região andina cuja conquista animará a vida desta porção do Istmo.[26] O complexo portuário Nombre de Dios/Portobelo/Panamá, articulando

[23] J. Lafaye. Op. cit., p. 31. Este autor aponta a dificuldade de colonização desta área em face da resistência indígena, quadro que se estende pela costa do golfo do México (p. 38). Citando o Inca Garsilaso, estima que mais de 1.400 espanhóis morreram na conquista da Flórida (p. 79).

[24] B. Bennassar. Op. cit., p. 33. P. Chaunu aponta a relativa afirmação do espaço hondurenho, onde Porto Cavallos vai aparecer como um porto secundário de algum destaque na região (*Sevilha...*, p. 151). Meléndez Chaverri salienta a situação pontual e singular desse entreposto voltado para o Caribe (op. cit., p. 161). Este autor, comenta a grande brutalidade da expedição de Pedro de Alvarado na Guatemala, em 1524-1930, implicando ampla escravização dos *mayaquiché* (p. 155).

[25] B. Bennassar. Op. cit., p. 68 e 227. O autor lembra que Cartago só foi fundada em 1564, e que em 1573 só havia 65 espanhóis em toda Costa Rica (p. 260). Enfim, desenvolve-se aí apenas uma economia de subsistência, sem vida monetária (p. 262). P. Chaunu observa que a Costa Rica, e também a Nicarágua, encontram-se numa "posição ambígua, no ponto de confuência de vagas colonizadoras que chegaram esgotadas, tanto uma quanto a outra" (*Sevilha...*, p. 154). Meléndez Chaverri põe o choque entre os fluxos conquistadores (um vindo do México, outro do Panamá) como importante fator do fracasso da colonização destas regiões (op. cit., p. 157-8).

[26] P. Chaunu. *Conquista...*, p. 147. O autor lembra que, em 1570, o Panamá conta com cerca de 7.000 a 8.000 habitantes, sendo oitocentas famílias espanholas e quatrocentas índias (*Sevilha...*, p. 161). Ele menciona que a insalubridade e a esterilidade

O ciclo do ouro nas Antilhas, que vai da descoberta até cerca de 1525, acarreta, onde se verifica, a total destruição da população ilhéu. Como avalia Chaunu: "esta primeira colonização do Mediterrâneo americano é ávida bem mais de homens do que de espaço".[8] Foi fantástico o custo humano do pouco metal arrecadado, contudo ele bastou para alimentar a esperança e a avidez dos conquistadores e para sedimentar certa fixação da presença hispânica. Na ilha Hispaniola, a pecuária e, posteriormente, a cana-de-açúcar vão constituir-se nas atividades predominantes, apoiadas agora no trabalho de escravos africanos. Em 1575, esta ilha tem seis mil brancos, vinte mil negros e cerca de quinhentos índios, e quarenta bois por habitante.[9] Santo Domingo, o ponto de maior concentração insular, goza das vantagens de ser uma capital administrativa e sede da primeira *audiencia* americana. É o foco pioneiro difusor da colonização hispânica na América.

Cuba, circunavegada em 1509 e povoada a partir do ano seguinte, em menos de uma década já está ocupada.[10] É a lavra do ouro que alimenta a rápida colonização da ilha, responsável pela breve prosperidade da costa meridional e de Santiago, a primitiva capital fundada em 1515.[11] No geral, a ocupação da ilha Fernandina não difere muito da ocorrida na Hispaniola, na verdade um padrão comum de todo o sistema insular.[12] Com o esgotamento do ouro e a escassez da mão-de-obra desenvolve-se uma economia de abastecimento voltada para

mina em Cuba; em 1511 já se esgotou na primeira das ilhas, na década de 30 está em decadência na última (*Conquista y colonización de Cuba. Siglo XVI*, p. 13). Para os valores do ouro embarcado, ver Ibidem, p. 28, e também F. Mauro. Op. cit., p. 44.

8 *Conquista...*, p. 142. O decréscimo populacional na Espanhola é de 80 a 90% em quinze anos (P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 81-2).

9 P. Chaunu. *Sevilha...*, p. 86. Este autor lembra que, além da pecuária, destaca-se na ilha a presença da cana, que faz de Santo Domingo a "pátria precoce do açúcar americano" (p. 331).

10 S. Morales. Op. cit., p. 20. Este autor observa que, num primeiro momento, a colonização concentra-se na ilha Espanhola, com Cuba restando como ponto de apresamento de mão-de-obra indígena (p. 9), o que acarreta a hostilidade dos *tainos* quando do povoamento desta ilha (p. 12).

11 Ibidem, p. 28. Nas palavras de Morales: "nos primeiros anos da colonização, a atividade econômica e militar se realizou na costa meridional" (p. 22).

12 Diz Chaunu: "A economia colonial das ilhas, após fulgurante expansão, é primeiro uma economia recessiva e depois estagnada" (*Sevilha...*, p. 72); e conclui que as Antilhas são num "instante conquistadas e virtualmente abandonadas pela marcha em direção ao oeste de uma colonização insaciável de espaço" (p. 68).

a demanda do próprio movimento conquistador, que tem a pecuária como atividade fundamental.[13] Em meados do século XVI, a ilha tem grandes rebanhos de gado e de suínos, sendo um centro exportador de banha, couros e outros produtos relacionados à atividade pecuária. Paralelo a isso, organizam-se as estâncias, num ritmo em que "em teoria, no fim do século XVI, em Cuba já não havia terra livre disponível".[14]

Esta função abastecedora de Cuba articula-se, assim, ao seu papel de foco de difusão da conquista. Chaunu destaca a "excepcional posição estratégica" como "elemento dominante da economia cubana", e lembra que a ilha funcionou "como um laboratório onde se forjaram as armas e os homens da conquista do continente".[15] Este papel se reforça enormemente após 1561, quando é regulamentada a organização das frotas, que tem Havana como ponto de união das naus que vêm do México e do Peru — um elemento mercantil de ativação da economia cubana.[16] Além da pecuária desenvolve-se uma agricultura de abastecimento (na qual a mandioca e o tabaco aparecem como cultivos principais), e algumas atividades complementares como por exemplo o reparo dos navios, que origina uma florescente indústria naval em Cuba colonial. Os estaleiros por sua vez animam a mineração do cobre existente na ilha.[17]

Completando a caracterização do quadro cubano, cabe apontar a precoce importação de escravos africanos — os primeiros desembarcando já na década de 1510 — que se intensifica a partir de meados do século. O braço escravo vai ser utilizado em todos os setores econômicos: na pecuária, na agricultura e na mineração, e ainda na construção civil (um setor importante dadas as necessidades defensivas

13 S. Morales. Op. cit., p. 44 e 62. Sobre a dilapidação da população indígena em Cuba, ver p. 24-5 e 38-9.

14 Ibidem, p. 65.

15 *Sevilha...*, p. 98 e 94. Diz ele ainda que "de longe a maior das Antilhas é de todas as ilhas a mais estreitamente comprometida com a massa continental" (p. 94). B. Bennassar lembra a competição de Havana com Santo Domingo pela posição de principal base insular do império americano (*La América española y la América portuguesa, siglos XVI-XVIII*, p. 52).

16 Morales observa que tal organização implica uma estada prolongada de cerca de 6.000 a 9.000 homens por até seis meses na ilha (op. cit., p. 47). M. Mahn-Lot chega a definir Havana como a "chave do império espanhol" (op. cit., p. 74), e P. Chaunu descreve esta cidade como o melhor porto das Antilhas (*Sevilha...*, p. 97).

17 S. Morales. Op. cit., p. 58 a 60.

a seu projeto (um dos motivos da recusa portuguesa de financiá-lo). Quando desembarca nas Antilhas, crê haver chegado ao arquipélago japonês, a "Cipango" de Marco Pólo, que se defronta com o mundo oriental. No geral, mantém essa crença mesmo sem referendá-la em nenhum indício, aferrando-se numa "suposição *a priori*".[2] Contudo, rapidamente outros exploradores vão conscientizando-se de estarem ante uma *terra incognita*, não contemplada na visão medieval do ecúmeno. Já em 1503, Américo Vespúcio, na famosa carta a Lourenço de Medicis, aponta a idéia da descoberta da "quarta parte do mundo", vagamente indicada pela geografia ptolemaica. Começa a se delinear o "Novus Mundus", rapidamente incorporado na cartografia da época.[3]

É interessante também assinalar que já na segunda viagem de Colombo, em 1494, se define a rota que será utilizada neste percurso. Uma rota marcada por profundo condicionalismo de ventos e de correntes, à qual só escapam os circuitos brasileiros e do tráfico negreiro. Assim, já de início se desenha o caminho marítimo da *Carreira das Índias*, que elege as bases de seu itinerário definindo lugares que atuarão como centros de difusão na conquista e colonização americanas. Um papel de relevo na circulação atlântica estará reservado aos arquipélagos que, em certo sentido, fracionam a viagem oceânica. As Canárias e os Açores, notadamente, são as "bases avançadas" da Europa; as Antilhas são a "porta de entrada" do Novo Mundo. O Caribe qualifica-se, assim, como um ante-ato da conquista continental, verdadeiro "Mediterrâneo americano".[4]

[2] E. O'Gorman. Op. cit., p. 32. Este autor historia a evolução das concepções de Colombo e de Américo Vespúcio ao longo de suas viagens, mostrando que este último navegador, ao explorar as costas meridionais do continente até o rio da Prata, abandona a tese colombina da existência da "segunda península" na Ásia (além da Indochina), falando da América como um "ser original" (p. 61 e 67). Ver também J. L. Abellan. Op. cit., p. 30 e 35, e J. Lafaye. Op. cit., p. 14.

[3] O globo de Martim Behaim, executado em 1494 já indica as Antilhas (M. Mahn-Lot. *A descoberta da América*, p. 35). O mapa de Cantino, de 1502, já incorpora as descobertas de Vespúcio, mas ainda ignora o Pacífico. Em 1507, na *Cosmographiae Introductio*, aparece o termo *América*, que a carta de Mercartor, de 1538, vai consagrar (E. O'Gorman. Op. cit., p. 72). Este autor considera que se deve a Vespúcio a visão do Novo Mundo como uma unidade geográfica (p. 71), alertando todavia que Colombo chega a aceitar a hipótese de um "continente austral" (p. 51).

[4] P. Chaunu. *Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 132. Este autor divide, na perspectiva colonizadora, em três partes o "espaço atlântico": as "ilhas próximas", as Antilhas e a América; destacando a importância dos Açores no percurso de volta à Europa (*Sevilha e a América*, p. 49 e 50). M. Mahn-Lot coloca as Antilhas como a "cabeça de ponte" da exploração americana (op. cit., p. 74). P. Lafaye observa que os principais conquistadores do continente fazem "uma etapa de aprendizagem colonial" nas Antilhas, por isso salienta "o papel da Ilha Espanhola e de Cuba como um posto avançado do Novo Mundo" (op. cit., p. 71). E Frédéric Mauro lembra que a existência deste Mediterrâneo permite abarcar "uma faixa costeira muito longa e, por conseguinte, uma superfície de colonização muito vasta" (*Origens da desigualdade entre os povos da América*, p. 60).

A cidade de Santo Domingo, fundada por Colombo na ilha Hispaniola, será o centro inicial do movimento expansionista. Essa cidade vai abrigar, já em 1500, a primeira sede do Estado espanhol em solo americano — o governo-geral que põe fim à "dominação patrimonial" de Colombo, iniciando a "administração burocrática da América".[5] A partir deste núcleo colonizador desenvolvem-se dois movimentos, um de conquista e exploração interna da ilha e das outras adjacentes, e outro demandando descobrimentos na costa. Apesar da precoce presença estatal, tais movimentos são basicamente tocados por particulares.[6] É a partir da Hispaniola que os conquistadores se expandem para Porto Rico, Jamaica e Cuba. O móvel primeiro desse avanço é a captura do ouro, seja pelo saque, seja pelo escambo do que haviam acumulado os indígenas, seja pela drenagem das pepitas de aluvião.[7]

[5] Richard Konetzke. *América Latina. La época colonial*, p. 116. Este autor lembra que, na verdade, a causa judicial entre a Coroa e a família Colombo arrasta-se até a assinatura de um acordo em 1536. M. Mahn-Lot comenta as tentativas do Almirante de fazer da América seu "feudo" (op. cit., p. 56). P. Chaunu conclui que a América nasce de fato com o fim do monopólio colombino em 1498, e reforça que todas as tentativas de colonização, até 1516, partem de Santo Domingo (*A expansão européia*, p. 168 e 173).

[6] R. Romano está entre os autores que apontam este "caráter essencialmente privado" da organização da conquista da América (*Os mecanismos da conquista colonial*, p. 34). Ele lembra também a legitimação dessa ação no direito feudal, que normatizava a "cavalgada" e a divisão dos saques (p. 33). Konetzke também aponta o fato de a conquista ser empreendida por exércitos privados sob o comando de um chefe, o que criaria uma "vassalagem feudal de organização militar" (op. cit., p. 146). Lafaye define as conquistas como "expedições privadas", em que o lucro de uma empreitada financia as novas incursões (op. cit., p. 54-5), e observa que tais "organizações feudais" buscaram legitimar-se perante a Coroa (p. 57) num quadro em que "se quisermos resumir em poucas palavras as relações entre os conquistadores e o Estado espanhol, temos de dizer que os primeiros correm com todos os riscos e o segundo tomou sua parte em todos os benefícios" (p. 61).

[7] Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história*, p. 84-5. Salvador Morales comenta que o "ciclo do ouro" antilhano inicia-se na ilha Espanhola, passa por Porto Rico e termi-

Capítulo 7

GEOGRAFIA DA INSTALAÇÃO IBÉRICA NA AMÉRICA

Alguém poderia questionar — e com razão — o título acima enunciado, lembrando que é a ocupação européia que cria a América. Como bem argumenta Edmundo O'Gorman, os europeus defrontam-se com uma terra desconhecida e é no relacionamento com esta que vão construindo a idéia de "América". Assim, ontologicamente falando a América é uma "invenção européia".[1] O Novo Mundo qualifica-se pela existência de um *velho* continente, num processo que não é evidente de imediato. Vale destacar alguns fatos.

O propósito de Colombo era atingir a Ásia pelo ocidente, avançando para oeste no Atlântico. Concebia a Terra como bem menor e dilatava a extensão do continente asiático, daí a crítica de vários eruditos

[1] Edmundo O'Gorman diz que a América foi sendo construída no imaginário europeu, e que a individualização do continente tem por arquétipo a cultura da Europa (*La invención de América*, p. 93 a 97). Para um amplo painel desse processo, ver José Luis Abellán. *La idea de América: origen y evolución*. Diz este autor: "Na historiografia tradicional, já se parte da existência da América; no enfoque historicista, da situação mental e cognoscitiva dos homens daquele tempo, os quais, por suposição, não tinham a menor idéia da existência da América" (p. 23). E Jacques Lafaye completa: "O que deu nascimento à América enquanto espaço geograficamente limitado, entidade consciente de si mesma — e, sobretudo, entidade na consciência dos europeus — em uma palavra, realidade geopolítica, foi a colonização hispânica e portuguesa" (*Los conquistadores*, p. 26).

Terceira Parte

A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COLONIAIS IBERO-AMERICANOS

básica da economia imperial".[124] E é com base nos interesses gerados por este complexo que se gestam os nódulos afirmadores da nacionalidade portuguesa, evitando sua diluição numa Ibéria toda submetida por Castela. A Restauração portuguesa apóia-se sobretudo nos portos dos reinos que se articulam com os engenhos brasileiros.[125] Pois é sobre esse comércio florescente que avança a tributação madrilenha, triplicando a carga fiscal do reino nos sessenta anos de domínio espanhol; não por acaso as primeiras agitações autonomistas, em 1638, são capitaneadas pela burguesia do Porto.[126] Enfim, Jaime Cortesão define o Brasil durante o período filipino como "fonte de regeneração econômica e moral de Portugal".[127]

Assim, o golpe é grande para o reino quando as mais ricas terras brasileiras se vêem envolvidas na disputa da Holanda com a Espanha, que, como observa Boxer, é conduzida numa estratégia de guerra mundial, travada nos quatro cantos do mundo.[128] Cabe ainda apontar que o acordo de Münster, em 1648, que sela a paz entre Espanha e Holanda, deixa Portugal lutando contra duas potências européias: a antiga e a emergente.[129] Portanto, com a Restauração, claramente o Estado lusitano teve de optar entre o Brasil ou o Oriente,[130] inaugurando uma nova etapa da geopolítica da Coroa portuguesa para o território brasileiro.

A inversão do foco, da metrópole para a colônia, permite aprofundar a análise desenvolvida, vendo os resultados de tais orientações geopolíticas no espaço americano. Antes, contudo, de operar esta mudança de perspectiva, vale tentar um esboço do conjunto da instalação ibérica no Novo Mundo, o qual servirá de cenário geral e base comparativa para a investigação da formação territorial brasileira.

---

[124] J. Cortesão. *Teoria...*, p. 70 e V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 219. Cortesão cita Luís Mendes de Vasconcelos que, em 1608, diz que "destas terras recebemos o benefício que a conquista da Índia nos nega" (ibidem, p. 77).

[125] Godinho argumenta que os interesses restauradores ligam-se ao trato do açúcar do Brasil, do sal de Setúbal e da pesca do bacalhau (*A estrutura...*, p. 14-5).

[126] Armando Castro. *Lições...*, p. 103 e 105. E Oliveira Marques. *História...*, p. 162.

[127] *Teoria...*, p. 69. Este autor lembra a grande imigração de reinóis para o Brasil com a perda do Oriente e a dominação espanhola na metrópole (p. 47).

[128] C. Boxer. Op. cit., p. 129. Este autor lembra que os holandeses lutam em Flandres, no mar do Norte, no Amazonas, no Chile, em Angola, no Timor etc. E conclui que a Holanda ganha na Ásia, empata na África e perde na América.

[129] C. Boxer. Op. cit., p. 134. Este autor lembra que isto impele Portugal para a órbita da diplomacia inglesa, na qual permanecerá durante séculos. Oliveira Marques também aponta esta rendição aos interesses ingleses, que controlam 50% do tráfico portuário português, e conclui que "a Restauração de 1640 não beneficiou grandemente o comércio externo" (*História...*, p. 94). Para uma visão de síntese dessa aliança, ver Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, cap. 1 — Política de neutralidade.

[130] Oliveira Marques. *História...*, p. 236.

Em função da liberdade de comércio do açúcar, os engenhos brasileiros vão articular-se na metrópole a toda uma rede de portos secundários — também ao contrário dos circuitos orientais unipolarizados por Lisboa. Assim, no reino, a produção brasileira anima uma burguesia provincial, que se desenvolve nos interstícios da economia dominada pelo controle estatal. Tanto que ocorre relativa decadência da pesca, com os núcleos litorâneos sendo "aliciados pelo trato do açúcar brasileiro".[115] Este circuito vai sedimentando-se, adquirindo grande volume e regularidade, importando cada vez mais no conjunto do império. Quando o corso se intensifica, em fins do século, é adotado o sistema de comboios, com a organização da *frota do Brasil*, composta de navios de pequena tonelagem, mas chegando a contar com cerca de cem embarcações.[116] Enfim, "o Brasil convertera-se em grande colônia de povoamento, com futuro fantástico tanto para a colonização como para o comércio", e que dava um "bom saldo" à economia do reino.[117]

Resta falar da gradativa presença luso-brasileira na América hispânica, notadamente no comércio andino. Tal tema será matéria dos próximos capítulos, contudo cabe aqui ressaltar o significado desse circuito. Nessa rota de abastecimento das regiões mineiras do Peru, os portugueses comerciam a escravaria africana,; avaliando Magalhães Godinho que "nos sessenta anos da União Dinástica, o trato português não forneceu às escápulas espanholas de além-oceano menos de 400.000 escravos".[118] No retorno trazem os metais, que pagam as "pe-

brasil, dos metais preciosos, do comércio de escravos, do sal e do tabaco (cujo trato geralmente arrenda). Ver também J. L. de Azevedo. Op. cit., p. 240.

115 V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 127. Conforme o autor, o trato do Brasil "anima os portos secundários e a burguesia provincial, ao contrário do trato da rota do Cabo, que favorecia a concentração capitalista" (p. 113). Ele destaca o desenvolvimento das cidades do Porto e de Viana, diretamente ligadas a este comércio (*A estrutura...*, p. 30).

116 C. Boxer. Op. cit., p. 253. Segundo o autor, a viagem de Lisboa a Salvador levava três meses. E, para atravessar o Atlântico, se juntavam três comboios — o do Rio de Janeiro, o da Bahia, e o de Pernambuco — que, por sua vez, centralizavam várias áreas de produção. O ouro e a prata, quando existiam, eram embarcados nos navios de guerra que escoltavam a frota (p. 253).

117 Oliveira Marques. *História...*, p. 245. Este chega a ser o setor mais ativo do império português na época da "União Dinástica" (p. 170-1). Godinho mostra que, ao longo do século XVI, as receitas do açúcar vão ultrapassando as do comércio de especiarias nas finanças do reino (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 49).

118 V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 180. Este autor lembra que "a Res-

ças africanas".[119] Assim, também através do Brasil se entabulam relações que fundamentam a união ibérica. Também aqui se apresenta a polarização da economia espanhola sobre as colônias portuguesas, embasada na grande disponibilidade metálica.[120]

Como observado, a "União Dinástica" mantém a unidade de administração dos territórios portugueses, e mesmo a identidade política do império. Todavia, em longínquos rincões — onde se conformavam fluxos e lucros — as fronteiras tornam-se mais tênues, com relações mais freqüentes entre Malaca ou Macau e Manila, entre São Paulo e Buenos Aires, ou entre o Rio de Janeiro e Potosí. Pode-se aventar que alguns fluxos não se dinamizam mais tão-somente porque o império espanhol também começa a perder vigor e a se fragmentar no período.[121]

Em Portugal, satelitizado no império espanhol, o "capitalismo de Estado" vai sendo substituído por organizações particulares de comércio. Isto implica um déficit crescente das finanças públicas, agravado pela queda da renda colonial.[122] O acirramento da concorrência no Oriente, e a perda de possessões e rotas na Ásia e África só são amenizadas pelo florescimento das explorações em terras americanas. Os autores consultados são unânimes nesta avaliação: J. Cortesão, por exemplo, diz: "Se ao comércio do açúcar juntarmos o do pau-brasil... logo seguido das especiarias e drogas do vale amazônico, bem podemos concluir que Portugal formou no Brasil, durante o período filipino, um substituto ao tráfico oriental"; e Oliveira Marques completa: "Foi o açúcar que permitiu a Coroa portuguesa abandonar a Índia sem perturbações de maior para a economia da metrópole".[123]

Enfim, no século XVII, o império português se tornara *ocidental* e *atlântico*, tendo o complexo brasileiro-angolano como a "armadura

tauração atrofiou estes núcleos portugueses incrustados no império espanhol mas não os erradicou por completo" (*A estrutura...*, p. 49).

119 *Os descobrimentos...*, vol. II, p. 64. Sobre a progressiva dependência portuguesa da prata espanhola, ver p. 62, 94 e 109.

120 Ibidem, vol. IV, p. 218, e vol. II, p. 97.

121 Como visto, o auge espanhol ocorre por volta da década de 1570, com as máximas chegadas de prata americana entre 1580 e 1600. Pode-se ressaltar que o desastre da "Invencível Armada", ocorrido em 1588, prenuncia a crise dos impérios ibéricos (Armando Castro. *Lições...*, p. 45).

122 Oliveira Marques. *História...*, p. 93, 99 e 98.

123 J. Cortesão. *Teoria...*, p. 70, e Oliveira Marques. *História...*, p. 245. Ou ainda Armando Castro. *Lições...*, p. 96.

estrutura, num processo de endividamento progressivo. Quando no último quartel do século diminuem os ingressos do ultramar, o reino está às portas da bancarrota. E o grande comércio do país está "em larga medida nas mãos do capital estrangeiro".[105]

E é nesse momento que se aguça a cobiça estrangeira pelos circuitos do além-mar, o que leva a metrópole lusitana a uma relativa mudança em sua política para o Brasil. A necessidade de defesa anima um reforço na colonização, de que é parte a criação do governo-geral e o estímulo à ação missionária. E, com realce, um enfoque mais sério na introdução do cultivo da cana-de-açúcar. Como avalia J. Lucio de Azevedo: "importava regressar à tradição agrícola, abandonada pela aventura comercial, e cujos méritos justificava a experiência insular".[106] E a resposta dá-se na rapidez de difusão da produção açucareira, que reedita em terras brasileiras o sistema desenvolvido na Madeira, e aprimorado em São Tomé.[107]

A quantidade de açúcar produzida no Brasil, em 1570, dobra em 1590, e dobra novamente em 1614, revelando bem a velocidade do processo de difusão dessa atividade, que será analisado em detalhe na Quarta Parte do trabalho. Consoante com este impulso econômico tem-se, obviamente, um incremento demográfico correspondente. Basta lembrar que, no último quartel do século, há maior emigração portuguesa para o Brasil que para as Índias.[108] Já em 1584, há cerca de

tantes dois setores da classe senhorial, e numa estreita simbiose entre si... uma autêntica bomba aspirante de lucros mercantis ultramarinos e coloniais" (p. 119).

105 Ibidem, p. 63. Tem-se então um quadro onde se combinam "relações feudais internas" com relações "mercantis e financeiras de subordinação e dominância externa" (p. 72). Enfim, o controle nobre inviabilizara um desenvolvimento burguês (p. 125). Godinho avalia que se tem aqui uma "sociedade de ordens", porém "modelada por uma economia mercantilista", um quadro no qual "impera o mercantilismo, mas sem uma mentalidade burguesa" (*A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, p. 64 e 75).

106 J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 223. Este autor diz que a produção do açúcar torna-se a meta explícita da colonização do Brasil (p. 235), e com o sistema de capitanias a Coroa não investe no Brasil "dando terras e privilégios, se desinteressa do resto, e deixava aos donatários o encargo da colonização" (p. 239).

107 C. Boxer. Op. cit., p. 112. Cortesão lembra que este último arquipélago já cumpria papel de centro penal, redistribuidor de degredados, sendo assim "uma estação experimental de adaptação aos trópicos" (*Os descobrimentos...*, p. 1.012).

108 C. Boxer. Op. cit., p. 114. Este autor lembra que, desde meados do século, há um fluxo maior de colonos voluntários que de degredados no povoamento brasileiro. Segundo Armando Castro, entre 1500 e 1580, cerca de 280.000 portugueses emigram, e, em meados do século XVI, 20.000 estão instalados nos Açores e na Madeira, 30.000 no Marrocos, 16.000 no Oriente, e cerca de 2.000 estão no Brasil (*Camões...*, p. 76 e 77). Estes números são referendados por Godinho, que estima em cerca de 30.000 os portugueses instalados no Brasil em 1600, e em 50.000 em 1615 (*A estrutura...*, p. 46). Oliveira Marques fala de 2.000 portugueses no Brasil na década de 1540, e 25.000 na virada do século (*Portugal quinhentista*, p. 179, n. 100).

25.000 habitantes brancos nas terras brasileiras.[109] A população africana também cresce exponencialmente, paralela à produção açucareira, que tem no braço escravo o seu motor. O desenvolvimento dessa produção estimula e atrai os fluxos do tráfico negreiro do outro lado do Atlântico, ativando as capturas na Guiné, no Congo e em Angola.[110]

Desse modo, no reinado de D. Sebastião, o Brasil já aparece como uma "entidade econômica" no império português, e mais, intimamente relacionada com as possessões da África ocidental — o "império do Brasil" e suas "conexões africanas", nas palavras de Jaime Cortesão.[111] Mesmo assim, do ponto de vista da geopolítica da Coroa portuguesa, "apesar de toda a sua riqueza e desenvolvimento, o Brasil continuava a ser uma colônia de segunda ordem, longe de atrair as atenções de uma Índia ou de um Japão".[112] Isso se expressa na não-alteração do fundamento privado do empreendimento de sua colonização. Apesar de uma presença um pouco mais sensível do governo metropolitano no avançar do século, o grosso da ocupação brasileira ainda provinha de iniciativas de particulares.[113] Além disso, ao contrário do comércio oriental, onde o monopólio estatal "subordinou à realeza a economia da nação", o trato do açúcar brasileiro era aberto a todos os súditos do reino.[114]

109 C. Boxer. Op. cit., p. 127. Este autor indica a existência na colônia de 18.000 índios domesticados e cerca de 14.000 escravos negros. Ver também Oliveira Marques. *História...*, p. 237.

110 V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 166.

111 *Teoria...*, p. 76 e 73. Nas palavras de Armando Castro: "Daí que a Coroa passasse a concentrar atenção na exploração nesse enorme país que era o Brasil... acelerando-se a exploração açucareira assegurada pela mão-de-obra escrava... com a viragem atlântica para o Brasil, surge [...] um sistema de tipo colonial" (*Camões...*, p. 108).

112 Oliveira Marques. *História...*, p. 254.

113 Daí, pois, mais uma dificuldade na caracterização rígida da estrutura econômica gerada pela produção açucareira. Para P. Chaunu, a *plantation* cria no Brasil, a partir da segunda metade do século XVI, um "capitalismo senhorial" (op. cit., p. 319). Já E. Hobsbawm, entre outros, como visto anteriormente, vê no engenho a estrutura mais próxima à dinâmica capitalista entre as existentes no mundo colonial. Esse tema será rediscutido nos próximos capítulos.

114 J. Cortesão. *Teoria...*, p. 68. A Coroa mantém, nessa colônia, o monopólio do pau-

do que os portugueses nesta data já possuíam alguma consciência de seus contornos e extensão.[97] Isto alimentaria as gestões em Tordesilhas e a intencionalidade da rota de Pedro Álvares Cabral.

Se não antes do Quinhentos, muito rapidamente nos primeiros anos desta centúria, os portugueses delineiam os contornos da costa americana do Atlântico meridional. A carta de Lopo Homem, de 1519, já oferece uma imagem fidedigna do litoral da "Terra Brasilis", da bacia do Prata à foz do Amazonas.[98] Este conhecimento inicial advinha fundamentalmente da ação de particulares, pois logo em 1502 a Coroa havia arrendado o trato das coisas das novas terras — basicamente o escambo do pau-brasil, e alguns papagaios — a um grupo de mercadores capitaneados pelo fidalgo Fernão de Loronha, com a obrigação de desbravá-las.[99] Este contrato dura dez anos, e é seguido por outro firmado com Jorge Lopes Bixorda em termos semelhantes.

Observa-se que nesse primeiro quartel do século, há pouquíssimo povoamento do Brasil. A Coroa, envolta com o objetivo de firmar a presença lusitana no Oriente e de solidificar a rota do Cabo, não se interessa por mais esse empreendimento — seus atrativos econômicos imediatos são irrisórios se comparados com os lucros do comércio oriental. Assim, a pouca ação desenvolvida prende-se mais a objetivos geopolíticos,[100] e esta praticamente se limitou ao policiamento costeiro com a instituição em 1516 de uma "armada guarda-costa".[101] Mesmo assim, o escambo vai gerando certa fixação, e na segunda década

[97] Ver V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. I, p. 22, e *A economia...*, p. 161. Sobre as controvérsias acerca do mapa de Cantino, ver J. Cortesão. *Os descobrimentos...*, cap. 7 — O mapa de Cantino e o reconhecimento dos litorais brasileiros.

[98] Ibidem, p. 1.114-5 e 1.126.

[99] Ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 54; e J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 238.

[100] Como avalia Cortesão: "De começo, e fosse qual fosse, após a exploração cabralina, a importância dos conhecimentos geográficos sobre o Brasil, o interesse de D. Manuel pelos seus novos territórios da América foi, ao que parece, mais de ordem estratégica que econômica" (*Os descobrimentos...*, p. 1.086). O autor comenta que Portugal possuía na época cerca de 1,3 milhões de habitantes, "com os quais ele tinha de exercer e defender o monopólio marítimo e comercial em dois oceanos" (p. 1.087). D. Peres lembra que na carta aos Reis Católicos acerca da descoberta do Brasil, D. Manuel refere-se às novas terras como "escala mui conveniente e necessária à navegação da Índia" (*O descobrimento...*, p. 137).

[101] Oliveira Marques. Op. cit., p. 56. Segundo o autor, esta armada articulava-se com uma rede de "postos de resgate", que se distribuíam entre Pernambuco e Cabo Frio.

do século já existem núcleos de portugueses em Pernambuco, Porto Seguro, São Vicente e Salvador. Todavia, é apenas no reinado de D. João III que começa um plano efetivo de colonização dessas terras.

Como visto, em meados do Quinhentos inicia-se a viragem do império lusitano, o qual conhece o apogeu e a decadência num movimento modal no decorrer do "longo século XVI". O fechamento da feitoria de Antuérpia, o abandono de praças marroquinas, o assédio do corso francês, o esgotamento da Mina e a progressiva dependência dos metais hispano-americanos, são elementos que apontam para uma crise que os lucros do comércio oriental encobrem de início. Vale rememorar as razões internas da crise portuguesa para compreender sua projeção no ultramar. Como aponta Armando Castro, o Portugal quinhentista tem sua "estrutura social básica assentada no privilégio argamassado no controle de todo espaço territorial e da generalidade das instalações fixas, desdobrado e completado pelo controle extra-econômico", e "era com as estruturas de exploração metropolitanas de tipo feudal que se combinava o novo sistema criado pela expansão ultramarina".[102]

Havia, assim, um domínio senhorial da economia do país que canaliza as rendas nacionais para a manutenção de um imenso "terciário antigo", nobiliárquico-eclesiástico.[103] Com a revolução dos preços, e a conseqüente queda das rendas fixas, é cada vez mais o lucro mercantil e colonial que, por intermédio da Coroa,[104] vai sustentar essa

[102] Armando Castro. *Camões e a sociedade do seu tempo*, p. 48 e 119. Diz ainda o autor: "Se neste período histórico sobrevieram modificações que se não podem ignorar, o certo é que a argamassa em que se assentava a classe senhorial era a que vinha da época medieval" (p. 43). E completa: "Quando chegamos a cerca de meados do século XVI, a grande aristocracia senhorial assegurara-se dum domínio hegemônico singularmente reforçado pelas correias de transmissão da centralização do poder político e administrativo da Coroa, pelo controle da alta organização da Igreja e duma parcela substancial dos seus rendimentos" (p. 124).

[103] V. Magalhães Godinho. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, p. 87. Segundo este autor, cerca de 40% da população do país era totalmente improdutiva, lembrando que no século XVII há um padre para cada 36 habitantes (p. 68) e que 95% do solo ibérico está nas mãos do clero e da nobreza (p. 72). E conclui que o bloqueio econômico fundamenta-se nesta reação nobre (p. 91). Ver também *Os descobrimentos...*, vol. IV, p. 223. Armando Castro lembra que o clero apenas representava cerca de 12% da população ativa portuguesa, e que o número de mosteiros cresce de 115 em 1320 para 450 em 1628 (*Camões...*, p. 71 e 54).

[104] Ibidem, p. 112-3. Diz Castro: "A Coroa virá na verdade a revelar-se como o grande aparelho centralizador, tanto econômico como social e político, ao serviço dos res-

Dois fortes argumentos são levantados em apoio a esta tese. O primeiro diz respeito à área de circulação dos portugueses no Atlântico sul. Buscando um bordo a oeste para fazer a volta da Guiné, e posteriormente a volta do Cabo, os navegantes tinham grande oportunidade de vir bater na costa brasileira — avistando algum dos cabos da porção mais oriental do litoral nordestino.[88]

Todo um condicionalismo de ventos e correntes marítimas vem trazer reforço a esta linha de argumentação. E também toda uma tradição exploratória dos açorianos e madeirenses que, como visto, transitam pelos diferentes quadrantes do Atlântico. Jaime Cortesão comenta ainda que os materiais que se depositavam nas praias dos Açores indicavam a existência de terras a ocidente.[89]

Cabe também ressaltar que tais terras aparecem bastante indicadas quer na cartografia quer na "geografia fantástica" medieval. Desde a referência de Ptolemeu à "quarta parte do mundo" até a "Antília" ou a "Ilha Brasil" dos mapas medievos. Ou ainda a "Ilha das Sete Cidades" ou as "Ilhas Afortunadas", todas localizadas no Atlântico ocidental.[90] Damião Peres comenta vários documentos (cartas de doação, mapas, relatos) do século XV, que apresentam esta indicação, detendo-se na carta de André Bianco de 1448 que identifica nesta localização a *ixola otinticha* (ilha autêntica), a qual o autor considera uma das grandes Antilhas.[91]

O segundo argumento é de cunho mais político. Trata-se da ação portuguesa em torno do tratado de Tordesilhas. E é ainda Cortesão

À la recherche de la specificité de la renaissance portugaise. A tese da *política de sigilo* é desenvolvida por Jaime Cortesão. *Os descobrimentos portugueses*, p. 932-3. Para uma bibliografia comentada acerca dessa polêmica, ver: Alfredo Pinheiro Marques. *Guia de história dos descobrimentos e expansão marítima*, p. 148 a 151.

88 Ver J. Cortesão. *Teoria...*, p. 41. Segundo o autor, entre 1492 e 1494, Pero de Barcelos e João Fernandes Labrador, partindo da Terceira, haviam explorado essas paragens. Gago Coutinho credita a Bartolomeu Dias as primitivas explorações nestas águas, e Pereira da Silva e Barradas de Carvalho (entre outros) avaliam que Duarte Pacheco Pereira as visitaram sem dúvida (Idem. *Os descobrimentos...*, p. 1.009).

89 Ibidem, p. 931. D. Peres conclui: "Se a terra brasileira não era efetivamente conhecida antes de 1500, da sua existência fortemente se suspeitava desde os tempos de D. João II" (*O descobrimento...*, p. 132).

90 Para a "geografia fantástica" do Atlântico ver: Marianne Mahn-Lot. *A descoberta da América*. Para o Brasil, consultar: Laura de Mello e Souza. *O diabo na Terra de Santa Cruz*.

91 *O descobrimento...*, p. 23-4 e 29 a 36.

quem elabora a teorização mais enfática. Segundo ele, os equívocos da concepção geográfica de Cristóvão Colombo são "o quadro indispensável às negociações do tratado", e os reis católicos o assinam certos de que aquele navegante havia de fato chegado à Ásia.[92] Tal erro não era compartilhado pela Coroa portuguesa, que assim — acatando a divisão por um meridiano em vez de um paralelo (como a sugestão inicial discutida) — acaba por ceder algo no ocidente, mas torna a rota do Cabo exclusivamente lusitana (além disso, o contrameridiano deixava toda a Ásia como área de ação de Portugal).[93] Tal estratégia supõe informações seguras sobre o caminho das Índias e sobre as terras americanas.

Mesmo sem se concordar na íntegra com a argumentação deste autor, há fortes evidências de apoio à sua tese. As indicações de Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo in Situ Orbis* atuam nesse sentido: "Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde achada e navegada uma tão grande terra firme...".[94] Note-se que o texto foi redigido entre 1505 e 1508, referindo-se a viagens efetuadas em 1498.[95] O fato de Pacheco ter sido o cosmógrafo da delegação portuguesa nas negociações de Tordesilhas reforça a interpretação.[96] No terreno da cartografia, já o mapa de Toscanelli de 1474 indica terras a ocidente no Atlântico, também o globo de Martim Behaim de 1492, e sem dúvida no planisfério de Cantino, de 1502, o continente americano está bem demarcado, demonstran-

92 J. Cortesão. *Os descobrimentos...*, p. 943 e 977. Sobre as concepções geográficas de Colombo, ver Edmundo O'Gorman. *La invención de América*.

93 J. Cortesão. *Os descobrimentos...*, p. 979 a 997. Este autor lembra que quando Vasco da Gama retorna, a Coroa espanhola tenta argumentar que o tratado só seria válido para o Atlântico, com o famoso parecer de Ferer (p. 998-9). O tema volta à tona na "questão das Molucas".

94 Apud: J. Cortesão. Ibidem, p. 1.008. D. Peres revisa as hipóteses clássicas dessa polêmica: L. Pereira da Silva levantando a tese de a terra descrita ser o Brasil e Duarte Leite entendendo tratar-se da Flórida (*O descobrimento...*, p. 113).

95 Conclui J. Barradas de Carvalho: "Em 1498, D. Manuel encarregou-o de uma expedição secreta, com o objetivo de reconhecer as zonas situadas além da linha de demarcação de Tordesilhas, expedição que teria culminado com a descoberta do Brasil" (*A descoberta do Brasil através dos textos*, vol. II, p. 90).

96 Ibidem, p. 30. Barradas de Carvalho considera o *Esmeraldo in Situ Orbis* uma "obra síntese" da tendência científica presente na literatura de viagens portuguesa no período, que tem a experiência como "critério de verdade" (*Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico*, p. 52 e 63).

te do galeão de Manila no Extremo Oriente, e do revigoramento do comércio nas rotas do Levante, Portugal vê os navios holandeses e ingleses transitando na rota do Cabo nos primórdios do Seiscentos. Os ataques se sucedem, assim como a perda de praças. A metrópole — agora satelitizada no império espanhol[81] — envia poucos reforços ao longínquo Oriente (fora as dificuldades vividas na própria Europa, a concorrência intra-imperial explicaria tal política). Enfim, na época da Restauração, a presença portuguesa na Ásia está restrita a Goa, Damão, Diu, Beçaim, Macau, Timor e mais "meia dúzia de fortes".[82] O império português do Oriente acabara.

A essa altura a expansão portuguesa já amainara, ocorrendo mesmo um retraimento na circulação ultramarina deste país. E o movimento traduz-se no retorno à estruturação de um império a ocidente, apoiado numa circulação atlântica. À "estagnação e contração no Oriente", segue-se o "renascimento e expansão no Ocidente".[83] E o móvel deste trânsito reside fundamentalmente na atividade canavieira, e a "indústria do açúcar está na origem do império português no Atlântico".[84]

Tal movimento expressa-se primordialmente na colonização efetiva das terras brasileiras, mas também em ações nos territórios ocidentais africanos. A busca de metais preciosos no interior e a captura de escravos eram atividades complementares, que animaram expedições

nal ao livre trânsito nos mares. Serafim de Freitas responde em 1621 com o *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico*, no qual reafirma a legitimidade do monopólio português. Porém, a Reforma já se consolidou em boa parte da Europa, onde os éditos papais que resguardam o direito português de pouco valem (ver Oliveira Marques. Op. cit., p. 196).

81 J. H. Elliott, considerando que a anexação "foi possível graças à prata americana", avalia que Portugal torna-se mais uma peça no "patrimônio ingovernável" dos Habsburgos (*España imperial*, p. 294 e 300). Este tema será retomado no Capítulo 11.

82 Oliveira Marques. Op. cit., p. 199. Ver também Armando Castro. *Lições...*, p. 99. Nas palavras de Godinho: "Se extinguiu no ocaso do século XVI e em começos do XVII a hegemonia portuguesa sobre o Índico e uma imensa área do Atlântico, até então incontestada" (*Os descobrimentos...*, vol. III, p. 46).

83 Tomando-se os títulos dos capítulos 6 e 7 da obra citada de Charles Boxer.

84 Jaime Cortesão. *A expansão...*, p. 35. Godinho estima que em 1627 a receita do açúcar já é a maior do reino (*Os descobrimentos...*, vol. I, p. 49). Diz este autor: "É o açúcar um dos vetores da construção do mundo atlântico, e isto desde cedo, sobretudo atendendo à lentidão com que este espaço vai sendo definido" (vol. IV, p. 101).

exploratórias em Angola e na Guiné, e na sua seqüência uma certa internalização e fixação em algumas áreas.[85] A dependência do braço escravo pela indústria canavieira, integra estas ações com as desenvolvidas do outro lado do oceano. Assim, forma-se o *complexo luso-afro-brasileiro*.

Antes de terminar este capítulo, cabe tecer alguns comentários introdutórios acerca do espaço brasileiro, mesmo sendo a formação desse território colonial o objeto precípuo da Quarta Parte deste estudo. Em outras palavras, pontuar alguns delineamentos gerais da relação do Brasil com a história de Portugal quinhentista, sem pretender aprofundar a análise dos temas abordados.

Os principais autores da historiografia portuguesa contemporânea estão de acordo ao considerar que antes da esquadra de Pedro Álvares Cabral, a Coroa lusitana possuía informações acerca de territórios desconhecidos no outro lado do Atlântico. Oliveira Marques, por exemplo, afirma enfaticamente: "Não há dúvida de que no começo da década de 1490, se difundira amplamente entre os portugueses, em especial os que viviam nos Açores e Madeira, a crença na existência de terras a ocidente".[86] Grupo um pouco mais restrito de autores acata que tal conhecimento era bastante efetivo, e que sua não-divulgação estaria ligada a uma política deliberada de Portugal, uma *política de sigilo* claramente seguida pelo menos por D. João II. Sigilo "bem compreensível" em face das ambições de Castela.[87]

85 V. M. Godinho. Ibidem, vol. II, p. 104 a 106. O autor comenta: "Uma das condições estruturais de maior alcance da geografia social e econômica que a partir do século XV modela todo o globo é a transformação do continente negro num vasto e inesgotável reservatório de mão-de-obra" (vol. IV, p. 188). E avalia que, com cerca de 200% de lucro líquido, o tráfico negreiro aparecia como "um dos melhores negócios do mundo" (vol. II, p. 98), sendo no século XVI um quase monopólio português (vol. IV, p. 177).

86 Op. cit., p. 11. O. Marques acata, assim, a tese de uma descoberta pré-cabralina do Brasil (p. 14). J. Cortesão lista vários autores que concordam com este ponto de vista, e entende que a viagem de Cabral foi minuciosamente planejada (*A expansão...*, p. 25 e 28). D. Peres acata a tese da intencionalidade da rota seguida por Cabral, deixando em aberto contudo o tema de uma descoberta pré-cabralina do Brasil. E mostra como foi sendo construída a tese da "casualidade" do desvio a oeste, apresentando argumentos para sua contestação (*O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Antecedentes e intencionalidade*, p. 118 a 145).

87 Damião Peres. *História...*, p. 110. A tese da descoberta pré-cabralina do Brasil foi defendida por diferenciados autores, como Luciano Pereira da Silva e Gago Coutinho; uma formulação mais recente aparece em Joaquim Barradas de Carvalho.

dominância desse fluxo que, articulando-se com várias rotas terrestres, abastece mercados tanto asiáticos quanto europeus. Por isso, segundo Magalhães Godinho, "em começos do século XVII, Ormuz foi provavelmente o maior empório do Oriente".[69]

A África Oriental representa outro complexo dentro do império português no Índico. Aqui, as bases árabes de comércio são antigas, constituindo uma rede de pequenos reinos islâmicos baseados em cidades litorâneas, que traficam com os potentados negros do interior. Esta rede é bem hierarquizada, tendo Quiloa no vértice. A ação lusitana na região instala-se rapidamente com a quebra dessa hierarquia, numa política de aliança com as cidades mais fracas (que almejam soberania).[70] A tomada de Quiloa e a destruição de Mombaça, em 1505, coroam o processo de instalação, que segue o padrão das feitorias e fortes ao longo da costa. Todavia, os atrativos locais não se revelam muito lucrativos, sendo de longe ultrapassados pelos dos demais circuitos. Tanto que, com raras exceções, a presença portuguesa na área vai prender-se a razões de cunho geopolítico — sendo uma presença basicamente militar.[71]

A exceção vem por conta do ouro do Monomotapa, que anima uma relativa interiorização. A captura desse metal fazia a fama da "dourada Sofala".[72] O ouro estava distante e era de difícil obtenção, entretanto os termos do escambo eram altamente vantajosos pois o fúlvido metal era trocado por mercadorias de baixo valor; como observa Magalhães Godinho: "Os panos de algodão e as contas de vidro desempenharam aqui o mesmo papel que o sal e o cobre na África atlântica".[73] Isso estimula a fundação das feitorias portuguesas no sertão: Sena em 1531 e Tete em 1544, onde além do ouro são adquiridos escravos e marfim. Com a falência prematura de Sofala, esta hinterlândia vai articular-se com Quelimane, na costa. Resta relembrar que o ouro do Monomotapa não entra nos circuitos atlânticos.

A perenização dos escambos nessa região leva a uma relativa fixação, gerando uma forma de ocupação bastante singular nos quadros da expansão lusitana. O avanço pelo vale do Zambeze é levado por

[69] Ibidem, vol. III, p. 127.
[70] Ibidem, vol. I, p. 189 a 193.
[71] Ver J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 203. E Oliveira Marques. Op. cit., p. 48.
[72] V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. I., p. 183. Ver o cap. 4 — Ouro do Monomotapa e o ouro do Extremo Oriente.
[73] Ibidem, vol. I, p. 196 e ss; e vol. II, p. 135.

particulares, com participação bastante restrita da ação estatal.[74] A autonomia acarreta a revivência de formas que se aproximam do "baronato medieval", segundo Boxer.[75] A meta de controlar as fontes do ouro do Monomotapa anima várias expedições conquistadoras até meados do século XVII.[76] Os resultados alcançados, contudo, jamais se aproximaram dos lucros obtidos nos grandes circuitos da Guiné e da Índia. Apesar da instalação mais efetiva, o que se tem aqui são na verdades manchas povoadoras, largos enclaves, "sem proceder a ocupação de vastos territórios contínuos".[77]

Observa-se que o império oriental tem em si uma unidade dada pela circulação no Índico, que preexiste à presença portuguesa. Trata-se de um sistema complexo de relações, articulando produtos, lugares e fluxos variados. A perenização da presença lusitana nos diferentes circuitos acaba por gerar antagonismos entre os interesses locais e os metropolitanos, com a integração dos *casados* representando também sua autonomização em face da economia do reino. A distância, e a dificuldade de controle decorrente, levam muitas vezes a que os embarques para os circuitos regionais e de contrabando prejudiquem a carga destinada à metrópole.[78] Desse modo estabelece-se uma contradição entre a rota do Cabo e o "complexo luso-indiano". Não resta dúvida, contudo, que os mares do Oriente conheceram efetiva hegemonia portuguesa durante todo o século XVI, e, com menor força, durante todo o "longo século XVI".[79]

Como visto no capítulo anterior, ao fim deste século, a competição européia transborda para o ultramar, gerando concorrência nos mercados coloniais e disputa pelas rotas.[80] Além da concorrência crescen-

[74] Na África Oriental, como um todo, a Coroa paga os cargos públicos com licenças de comércio e exploração, gerando uma "semilegalidade das atividades mercantis privadas dos agentes régios" (V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. I, p. 201).
[75] Op. cit., p. 166. C. Boxer lembra que alguns senhores chegam a constituir exércitos privados de até 25.000 homens (p. 168).
[76] J. Lucio de Azevedo. Op. cit., p. 196 e ss.
[77] V. M. Godinho. *Os descobrimentos...*, vol. I, p. 200. A dificuldade de ocupação expressa-se no estimulo que a Coroa dá ao liberar o comércio desta região em 1584.
[78] Ibidem, vol. III, p. 30-1 e 129.
[79] Oliveira Marques considera que a "riqueza da Índia" aumenta "até quase o final do século XVI" (op. cit., p. 30) e estabelece duas crises no comércio asiático: a primeira, em 1591, acarreta o fim do monopólio da Coroa portuguesa; na segunda, em 1650, acaba o império (p. 212).
[80] Em 1618, Hugo de Groot publica *Mare Liberum* defendendo o direito internacio-

Efetivar a posse da fachada litorânea parece ter sido uma diretriz básica da geopolítica lusitana. Isso transparece, nas cartas de doação das capitanias, na proibição explícita de se fundarem núcleos distantes da costa. As entradas para o interior deveriam ser especificamente exploratórias e, mesmo assim, dependentes de autorização real. Tal diretriz foi reafirmada nos governos gerais, que mantêm a necessidade de licenças para a penetração na hinterlândia da colônia.[76] Obviamente, não se obedeceu a essa interdição, até pelos atrativos apontados em parágrafo anterior, o que pode ser observado no dinamismo do processo que Basílio de Magalhães denominou de "ciclo espontâneo" de expansão geográfica.[77]

Além das visitações ao interior, que acabam por definir *áreas de transito*, a colonização lusitana do Brasil conheceu na segunda metade do século XVI uma expansão aureolar com base nos núcleos costeiros. Esse processo, apoiado na agricultura, originou um conjunto de "pequenos sistemas autônomos",[78] que articulavam um porto com

fixaram mais a direção da expansão paulista que o curso dos rios (*Caminhos e fronteiras*, p. 34 e *Monções*, p. 24). Este autor lembra, entre outros, o caminho de Piabiru para o Guairá e o caminho do Guaianá que demandava o sudoeste de Minas Gerais, o primeiro trafegado pelas bandeiras de ataque às missões, o segundo trilhado por Martim de Sá (*Caminhos...*, p. 24 e 34).

76 S. B. de Holanda observa que Tomé de Sousa, apesar de organizar algumas expedições de reconhecimento do interior, proíbe as entradas "tratando de estorvar o povoamento do sertão" (A instituição do governo-geral, p. 126 e 130). Este autor lembra que a fundação de Santo André, por este governador, visava ao controle do caminho para o Paraguai; assim: "não se tratava na verdade de promover o povoamento do campo mas, ao contrário, de evitar que por ali se dispersassem os moradores da costa, necessários a sua defesa e segurança" (p. 128). É interessante observar que, apesar de acatar a dimensão geopolítica do domínio (como visto), S. B. de Holanda, novamente fazendo a comparação com a América hispânica, conclui que os portugueses na terra brasileira instalam-se "à beira-mar, como se dela quisessem partir depressa" (p. 133). Segundo ele, fariam isso, não por uma estratégia de instalação, mas por "tradicionalismo". Sobre as proibições de adentrar na hinterlândia, ver R. Garcia. Op. cit., p. 70.

77 De acordo com B. Magalhães, o "ciclo oficial" — o oriundo da ação estatal — operou quase que só dentro dos limites definidos em Tordesilhas, tendo a dilatação destes sido obra do "ciclo espontâneo" (op. cit., p. 13). Em suas palavras: "Se a dilatação das fronteiras do Brasil houvesse ficado apenas confiada aos esforços da metrópole pouco, muito pouco, teria ela transposto a linha de Tordesilhas" (p. 54).

78 Caio Prado Jr. Op. cit., p. 237. Trata-se claramente do mencionado padrão da *bacia de drenagem* de Kayser, comentado no capítulo anterior como próprio da espacialidade da economia colonial. Tais sistemas são as bases das *regiões* coloniais, no sentido

uma zona de produção que se estendia (por distâncias que variavam conforme o núcleo analisado) até a área incerta da fronteira de ocupação propriamente dita. Esses sistemas se relacionavam através da navegação de cabotagem, e não são poucos os casos em que um núcleo, acossado por tribos hostis ou por navios estrangeiros, recebeu por mar auxílio dos demais, fato que minimiza o isolamento relativo das unidades entre si.

Em três áreas, basicamente, a proximidade e o nível de articulação entre os núcleos (revelando mesmo certa hierarquia, com o núcleo central exercendo clara polarização) permitem que se fale em *zonas de povoamento*, isto é, espaços contíguos de ocupação e exploração econômica. Tais áreas são os pioneiros centros de irradiação na formação territorial do Brasil.[79] Cabe, assim, detalhá-las tendo como referência o início do último quartel do século XVI, o período próximo à perda da autonomia política de Portugal.

A primeira zona tinha por epicentro a capitania de Pernambuco, mais especificamente a povoação de Olinda, fundada em 1537 por seu donatário, Duarte Coelho, para ser a sede de seu empreendimento.[80] Aqui, a difusão do povoamento ocorreu como mancha de óleo, a lavoura canavieira ocupando os solos de "massapê" num percurso paralelo à orla litorânea. Nesse caminho o movimento tanto criou núcleos novos de ocupação como agregou áreas de antigas feitorias com seus entornos cultivados.[81] Inicialmente, a expansão foi mais dinâmi-

definido naquela passagem. Cabe salientar que estas unidades são "autônomas" do ponto de vista geográfico, mas plenamente "integradas" no que importa à economia. Tampouco, são áreas "isoladas", na concepção ratzeliana do termo.

79 Como sintetiza Manuel Correia de Andrade: "O processo geopolítico se caracterizou, desse modo, pela ocupação de pontos esparsos, a princípio no litoral e, em seguida, nos eixos fluviais e nos caminhos, utilizando estes pontos como áreas de apoio à difusão do povoamento e da exploração do território. E o processo, iniciado no século XVI, tem tido continuidade até os dias atuais, no início do século XXI" (*A questão do território no Brasil*, p. 41).

80 Para uma visão de síntese da formação da "Nova Lusitânia", indica-se: Manuel Correia de Andrade. *Economia pernambucana no século XVI*.

81 Pode-se lembrar os núcleos de Igaraçu e Conceição, na ilha de Itamaracá (já nas terras de Pêro Lopes de Sousa), organizados antes mesmo da adoção do sistema de capitanias (Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 367). Este autor ainda lembra que Duarte Coelho levantou rapidamente cinco fortins para proteger seus domínios. Manuel C. Andrade fala de "um ciclo pernambucano do pau-brasil" anterior à instalação duartina, alertando que a extração desse produto teve a região em tela como seu centro produtor; em suas palavras: "O litoral pernambucano era o mais

ca no sentido setentrional, gerando espaço contínuo de produção desde os arredores de Olinda até a ilha de Itamaracá. No período enfocado, esta frente exploradora já se adentrou nas terras paraibanas, ponteando um trajeto que no início do século XVII avança sobre o Ceará.[82]

O avanço para o sul foi inicialmente mais lento, porém dinamiza-se na década de 60, na campanha punitiva aos índios caetés, que se haviam sublevado desde 1553. A orientação adotada pelo segundo donatário foi afastar os índios das povoações portuguesas, o que implicou — ao mesmo tempo — a liberação de amplas terras para a colonização e a obtenção de numerosos braços para a lavoura.[83] E a ocupação rapidamente expande-se no sentido meridional, ocupando as várzeas dos entornos do cabo de Santo Agostinho, do vale do Serinhaém, até atingir a foz do São Francisco ainda na década de 1570. Porto Calvo vai constituir o centro da colonização de Alagoas, na época área de fronteira do sistema enfocado.[84]

Como já mencionado, foi a economia açucareira que animou esse movimento, com a relativamente rápida instalação de lavouras e engenhos na região, notadamente a partir do último quartel do século XVI. Em 1570, Pernambuco possuía 23 engenhos, número que se eleva para 66 já em 1585, numa triplicação da capacidade produtiva.[85]

procurado por ser o mais próximo da Europa e por se encontrar... o melhor pau-brasil" (*Economia...*, p. 16 e 81).

82 Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 355 a 359. Filipéia (berço da atual João Pessoa) foi fundada em 1585 com o *status* de "cidade real", o forte dos Reis Magos (donde se origina o núcleo de Natal) foi erguido em 1596, e o que deu nome à atual Fortaleza em 1611 (ver H. Vianna. Op. cit., p. 30 e B. Magalhães. Op. cit., p. 25). A expansão pelas terras paraibanas estabelece-se na repressão ao levante potiguara iniciado em 1578 (M. C. Andrade. *Economia...*, p. 49).

83 M. C. Andrade. *Economia...*, p. 39, 41 e 75. B. G. Dantas et al. consideram que ao final do século XVI toda a costa oriental do nordeste já está conquistada, com o domínio da zona estuarina do São Francisco em 1590 (op. cit., p. 437).

84 M. C. Andrade. *Economia...*, p. 48, 56-7. Andrade salienta que estas terras mais meridionais foram inicialmente destinadas à policultura de abastecimento e à pecuária (p. 62 e 101).

85 A. Marchand. Op. cit., p. 111. Uma produção que equivalia a um embarque de cerca de quarenta navios por ano (p. 116). Vera L. A. Ferlini data a fundação do primeiro engenho em Pernambuco em 1535, quinze anos depois já existem quatro, e em 1570 contam-se trinta, chegando a 140 no ano da ocupação holandesa (op. cit., p. 24). M. C. Andrade fala da existência na capitania de cinco engenhos em 1550 e 66 em 1584 (*Economia...*, p. 92). Este autor diferencia os "engenhos d'água" das "engenhocas" e "trapiches", de menor porte e movidos a tração animal (p. 93).

Entre outros fatores, cabe lembrar que esta zona beneficiou-se da maior proximidade com a Europa, assim como de certa favorabilidade natural para essa navegação. A favorabilidade também das condições ecológicas para a lavoura aliada à já mencionada disponibilidade de capital completam a explicação do seu desenvolvimento. Vale lembrar que a produção do açúcar, além das plantações e dos engenhos, animava uma série de atividades complementares que contribuíam para o crescimento da capitania duartina.[86] Olinda, a capital do sistema, conta na metade da década de 80 com cerca de duas mil casas de portugueses, e mais mil em seus arredores imediatos.[87]

Completando o quadro dessa primeira zona de povoamento e difusão, cabe lembrar que se inicia, no período enfocado, a expansão da pecuária nas terras mais secas do interior nordestino. Este processo, complementar à zona canavieira,[88] progrediu de forma extensiva ocupando — partindo da costa pernambucana basicamente e num percurso paralelo a esta — a área que Capistrano de Abreu definiu como o "sertão de fora" (distinguindo do "sertão de dentro", de colonização baiana).[89] Para terminar, vale salientar que a força de trabalho envol-

86 Entre outras ocupações demandadas pela indústria açucareira, cabe mencionar a extração madeireira (para gerar lenha para as caldeiras, e madeira para construções e equipamentos), a fabricação de caixas, a indústria naval (para transporte local da cana), além é claro da pecuária e da agricultura de abastecimento. Também o comércio e as finanças se desenvolvem com os negócios ocasionados pela produção e exportação do açúcar.

87 A. Marchant. Op. cit., p. 116. M. C. Andrade, citando Gabriel Soares de Sousa, fala de setecentos habitantes em Olinda e duzentos em Igaraçu por volta de 1587 (*Economia...*, p. 53).

88 Celso Furtado observa que a contigüidade de terras disponíveis para a produção canavieira na fachada litorânea desestimula uma interiorização desta lavoura, tornando a hinterlândia *locus* de um sistema complementar, basicamente apoiado na pecuária (op. cit., p. 61-2). Vera Ferlini observa: "No Nordeste, a formação de vilas e cidades, a defesa do território, a repartição das terras, o trato com os índios, as relações entre as várias categorias sociais, todas as instâncias da vida colonial delinearam-se, desde o século XVI, a partir do complexo produtor do açúcar"; as várias atividades "interligavam-se no processo produtivo em que o centro e a unidade eram o engenho" (op. cit., p. 28 e 30).

89 *Capítulos...*, p. 150. Esta ocupação ocorreu numa faixa interiorana paralela à costa, ao longo do litoral nordestino. Segundo Abreu, o gado era a única solução para essas áreas do interior, pois "os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimento cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente... só próximo ao mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis... a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória"

vida na montagem de todo esse sistema foi o escravo indígena, e por isso as sociedades autóctones conheceram aí rápido decréscimo populacional, o que levou essa região a experimentar as pioneiras entradas maciças de africanos, exatamente no período enfocado.[90]

Enfim, Pernambuco, nas últimas décadas do século XVI, já conforma uma região colonial em formação, com uma rede de núcleos, uma estrutura de circulação, áreas de produção especializadas, divisão espacial do trabalho, e zonas de expansão definidas. Como assinala Manuel Correia de Andrade, "A capitania, por ser bem povoada e dispor de recursos econômicos, tornou-se, finalmente, o centro da expansão pelo litoral norte".[91] Olinda, e Recife posteriormente, polariza uma rede de fluxos que cobrem vasta porção do espaço colonial brasileiro.

Outra grande zona de irradiação da colonização foi a Bahia, entendida originalmente como a cidade de Salvador — fundada em 1549 por Tomé de Sousa para abrigar a sede do governo geral — e seu entorno imediato, o Recôncavo, área que conheceu rápida ocupação.[92] Até por abrigar a capital da colônia, tal núcleo consagra-se já na segunda metade do século XVI como o "porto do Brasil", importante praça na geopolítica imperial lusitana, como pouso para as naus da Carreira da Índia, como baluarte de defesa do Atlântico sul e como centro difusor e coordenador da colonização portuguesa nas terras sul-americanas.[93]

(p. 144). Sobre essa via terrestre paralela à costa (que acaba por ligar Pernambuco ao Maranhão ainda no período colonial) criada pelo gado, ver também Caio Prado Jr. Op. cit., p. 243.

90 A. Marchant. Op. cit., p. 115. Vale lembrar que, já em 1542, o donatário Duarte Coelho pleiteava, numa petição ao rei, isenção de impostos para a importação de africanos (Orlando R. Pinto. Op. cit., p. 48). Todavia, segundo S. Schwartz, em 1560 ainda quase não havia negros em Pernambuco, porém em 1580 já somam cerca de 2.000 (op. cit., p. 68). R. Garcia indica que o primeiro grande contrato de abastecimento de africanos para Pernambuco data de 1583. Este autor cita o padre Anchieta que oferece, para o ano de 1585, a cifra de dez mil escravos negros nessa capitania (op. cit., p. 134).

91 *Economia...*, p. 68.

92 Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 270 e S. Schwartz. Op. cit., p. 77 a 79. A capitania da Bahia, que abrangia da margem direita do São Francisco à ponta meridional da baía de Todos os Santos, foi inicialmente doada a Francisco Pereira Coutinho, que, em função dos ataques indígenas e de desavenças entre os colonos, não conseguiu consolidá-la, sendo comprada de seus herdeiros pela Coroa, que resolveu aí instalar sua sede.

93 Ver J. R. do Amaral Lapa. *A Bahia e a Carreira da Índia*, p. 1. Diz este autor ser "o

Esse centro povoador possuía em 1570 cerca de 1.100 casas de portugueses, número que se eleva para cerca de 3.000 em 1585 (destas, oitocentas na área urbana de Salvador).[94] Aqui também a principal produção empreendida foi a do açúcar;[95] todavia a região conheceu uma estrutura econômica um pouco mais diversificada que a anteriormente analisada. Ao lado da lavoura canavieira, o plantio do tabaco também conheceu relativa especialização nas terras do Recôncavo.[96] Salienta-se ainda a existência de alguma agricultura comercial de abastecimento mais organizada, as chamadas "roças de mantimentos",[97] e mesmo de atividade extrativista mais regular.[98] Sem falar da pecuária que será analisada adiante.

Assim, toda uma área adjacente a Salvador conheceu adensamento

porto da Bahia, uma espécie de pulmão por onde respira a colônia", apontando os motivos dessa posição: "a cidade era a cabeça política e administrativa da colônia americana; possuía bom ancoradouro, relativamente abrigado; ficava aproximadamente no meio da extensa orla litorânea; estava mais perto do Reino que os portos do sul; oferecia facilidade de contato com as colônias da África ocidental portuguesa, estimulado pelo tráfico de escravos; exportava, entre outros produtos, tabaco, açúcar, madeiras, especiarias e fibras tropicais; era de fácil acesso para abastecimento e refresco dos navios; apresentava recursos em matérias-primas; e proporcionava eventuais socorros de sua praça de guerra" (p. 2).

94 A. Marchant. Op. cit., p. 117. O autor apresenta uma boa descrição da vida da cidade na época (p. 118-9). M. L. Marcilio apresenta os seguintes números para a população do Recôncavo em 1587: dois mil europeus, seis mil índios e quatro mil negros (op. cit., p. 18). S. Schwartz fala em duas mil "famílias" na região, e confirma o número de oitocentos "vizinhos" em Salvador, porém no ano de 1587 (op. cit., p. 82).

95 A Bahia contava em 1570 com dezoito engenhos passando a 36 em 1585 (A. Marchant. Op. cit., p. 111). V. Ferlini fala em quarenta engenhos em 1584 (op. cit., p. 24), e S. Schwartz situa entre quarenta e cinqüenta seu número em 1590 (op. cit., p. 35).

96 Vera Ferlini diz que, ao final do século XVI, noventa por cento da produção de tabaco brasileira vinha do Recôncavo, do litoral norte da Bahia e de Sergipe (op. cit., p. 25). S. Schwartz observa que o plantio do tabaco exigia mais cuidados e menos capital em relação à lavoura canavieira, o que animou sua exploração por colonos menos providos de recursos econômicos (op. cit., p. 85).

97 A. Marchant. Op. cit., p. 89. Vale realçar a produção da farinha de trigo no entorno soteropolitano.

98 J. R. A. Lapa chega a propor um "ciclo da madeira" (plurissecular) na região, em face da prosperidade desta atividade extrativa (op. cit., p. 25) Em suas palavras: "Exportada em grande e contínua escala, a madeira do Brasil estimulou todo um sistema comercial e industrial", sendo "as que realmente supriram a construção naval metropolitana, a partir do século XVI" (p. 26 e 27).

populacional que a qualificava claramente como zona contínua de povoamento, conformando uma região colonial já no século XVI. Vale salientar que Salvador acaba por tornar-se, no século seguinte, a maior cidade colonial da América, atingindo no século XVIII a condição de segunda maior cidade do império português (ultrapassada apenas pela capital imperial Lisboa).[99] No período enfocado, essa zona já apresenta várias povoações espalhadas pela ampla baía de Todos os Santos e adjacências, com fluxos regulares entre si e com a capital do sistema.

É interessante assinalar que na Bahia a Coroa tentou originalmente levar a cabo um plano de integrar os indígenas à estrutura econômica. Alexander Marchant comenta que Tomé de Sousa proíbe a escravidão indiscriminada do gentio, normatiza o escambo e estimula a política de aldeamento levada a cabo pelos jesuítas nas imediações da cidade.[100] Tal ação, como visto, tinha intuito essencialmente geopolítico, pois "para o governo real, os índios eram valiosos para dar aos portugueses uma vantagem numérica na luta contra outros índios".[101] Entretanto esse intuito colide frontalmente com os interesses econômicos imediatos dos colonos necessitados de braços para a lavoura.[102]

[99] István Jancsó. *Na Bahia, contra o Império*, p. 57. Este autor salienta a precoce formação de um sistema regional; em suas palavras: "Voltadas para Salvador, com a qual constituíam uma rede complexa e eficiente, essas vilas representavam um elemento estratégico para articular a integração de Salvador e seu Recôncavo com o vasto interior agreste, tão diferenciado, esparsamente pontilhado por aglomerados humanos de pequeno porte" (p. 63).

[100] Op. cit., p. 69 a 71. Marchant lembra que entre 1557 e 1562 cerca de 34.000 índios foram aldeados na área (p. 94), e que, em 1585, existem por volta de 8.000 índios aldeados e entre 3.000 a 4.000 escravizados nas imediações de Salvador (p. 117). G. Thomas observa que os primeiros aldeamentos, criados na Bahia em 1552, "constituíram o exemplo de todos os métodos missionários jesuíticos posteriores na América do Sul" (op. cit., p. 81 a 84). Segundo ele, em 1561, já havia onze aldeias no Recôncavo, que cumpriam importante papel no abastecimento de Salvador. S. Schwartz estima que entre 1559 e 1583 foram batizados cerca de 60.000 índios nessa capitania, apontando que, em 1560, só o aldeamento de Santo Antônio da Bahia contava com 2.000 habitantes (op. cit., p. 48).

[101] A. Marchant. Op. cit., p. 122. Caio Prado Jr. também alude a tal visão da Coroa de fazer do índio uma espécie de colono (op. cit., p. 912). E Beatriz P. Moisés afirma que a meta de aldear era transformar os índios em "vassalos úteis" (op. cit., p. 118). E os índios do Recôncavo serão usados na "pacificação" de muitas tribos, saindo de Salvador várias expedições punitivas.

[102] Marchant lembra que a câmara de Salvador chega a discutir a adoção de um sistema de repartimento semelhante ao utilizado na América hispânica (op. cit., p. 93).

Num jogo tenso esta questão se arrasta — em evidente prejuízo das comunidades indígenas — até o período analisado, quando o número de escravos africanos ainda é relativamente pequeno na região.[103]

De todo modo, na zona *core* da colonização baiana a incorporação das tribos indígenas por meio do aldeamento foi mais efetiva que em Pernambuco, como se pode ver nos números apresentados da população aldeada.[104] Tal característica deve ser resultado da presença mais ativa das orientações metropolitanas na sede do governo geral, e igualmente no fato de Salvador constituir-se no centro de difusão e coordenação dos trabalhos da Companhia de Jesus no Brasil.[105] Assim, também o fluxo missionário vai ter essa cidade como epicentro, a qual aloja a sede do poder eclesiástico na colônia.[106] Enfim, índios e jesuítas são importantes atores no desenvolvimento da capitania baiana.

Resta falar da pecuária, que teve, sem dúvida, na Bahia o seu primeiro grande centro de irradiação, e, em função disso, importância mais notável na vida econômica da capitania.[107] Com o gado a área de

[103] S. Schwartz aponta a convivência do trabalho de índios e negros nos engenhos baianos, datando no período entre 1600-1620 a passagem da predominância de um tipo de trabalhador para outro. Também aqui, a mão-de-obra indígena foi utilizada em tarefas secundárias e perigosas, guardando-se os africanos para onde "o trabalho contínuo justificasse o capital fixo que os cativos representavam" (op. cit., p. 60). Segundo ele, importação de africanos torna-se mais regular após 1570 (p. 52). O autor estima que, em 1589, a população negra da Bahia está entre 3.000 e 4.000 habitantes (p. 62, 68 e 70). Estes números são referendados por R. Garcia, para o ano de 1585 (op. cit., p. 134).

[104] B. G. Dantas, J. A. Sampaio & M. P. Carvalho, analisando a história indígena da região, concluem: "A segunda metade do século XVI caracterizar-se-á como período de paz mais ou menos generalizada na Bahia" (op. cit., p. 438). Os autores apontam as epidemias como o grande fator da mortalidade indígena na área, salientando a queda demográfica provocada pela peste de 1562 a 1564 entre a população aldeada (p. 438). Ver também G. Thomas. Op. cit., p. 87 a 89; e S. Schwartz. Op. cit., p. 51 a 53.

[105] Os jesuítas, que chegam com Tomé de Sousa, recebem sua primeira sesmaria no Brasil (Água de Meninos) já em 1550. O primeiro engenho jesuítico também é fundado na Bahia, em 1604 (Dauril Alden. Op. cit., p. 33 e 35).

[106] A partir de Salvador, são instaladas missões no vale do São Francisco já em 1551, visando a catequização dos cariris, ação que ajuda a abrir o sertão para o avanço colonizador baiano (B. G. Dantas et alii. Op. cit., p. 435).

[107] Caio Prado Jr. considera a Bahia foco dessa frente que, com o gado, vai "se esparramando paulatinamente" (op. cit., p. 55). E releva que "as populações fixadas no sertão conservam um contato interno e geograficamente contínuo com seu centro irradiador" (p. 56). Daí sua importância na formação territorial. J. Gorender salien-

influência baiana expandiu-se notadamente para o norte e o noroeste, buscando o vale do São Francisco, por onde se esparramou — na virada do século — num movimento que acabou por colonizar o Piauí.[108] No período enfocado assiste-se ao início desse amplo movimento, cujo anteato foi a "pacificação" dos pioneiros habitantes dessas áreas, a qual gerou pela "guerra justa" os braços de que necessitava a lavoura.[109] Tal expansão colonizou o "sertão de dentro", sendo a responsável pela ocupação da caatinga, num padrão de povoamento disperso e itinerante próprio da pecuária extensiva, comandado pelos grandes senhorios baianos.[110]

Mais próximo à costa, extravasando o Recôncavo, ocorreu avanço areolar para o norte numa ampla faixa que associava pecuária e lavoura. Tal movimento vai atingir Sergipe na última década do século XVI, sendo a povoação de São Cristóvão fundada em 1590.[111] No ano se-

ta tal característica: "A pecuária distinguiu-se por formar uma espécie de tecido cartilaginoso do sistema econômico estabelecido na colônia. Enquanto as regiões plantacionistas mantinham laços frouxos entre si... a pecuária resultava de uma divisão social do trabalho de natureza interna, que obrigava a manter vínculos constantes com as diversas regiões plantacionistas e com os núcleos urbanos" (*O escravismo colonial*, p. 413).

108 Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 150. O autor afirma ser esta uma forma de "colonização autônoma", só regulamentada pela Coroa em 1699 (p. 151). Mircea Buescu & Vicente Tapajós lembram a baixa capitalização requerida pela pecuária como estímulo a sua difusão, estimando o rebanho baiano no final do século XVI entre 650.000 e 700.000 cabeças de gado (*História do desenvolvimento econômico do Brasil*, p. 35 e 36). Basílio de Magalhães data nas décadas finais do XVI a conquista do vale do São Francisco (op. cit., p. 23).

109 Sobre a "guerra justa" no sertão da Bahia, na segunda metade do XVI, ver A. Marchant. Op. cit., p. 100; e G. Thomas. Op. cit., p. 79. Sobre a relação dos "povos da caatinga" com a frente pastoril, consultar: Dantas, Sampaio & Carvalho. Op. cit., p. 433. Cabe salientar que, como em outras partes da América, também aqui as missões precedem os colonos.

110 Uma boa exemplificação é dada pelo senhorio de Garcia D'Ávila, responsável pela penetração no Piauí na segunda metade do século XVII (ver Pedro Calmon. *História da Casa da Torre*). A Casa da Ponte avança para o sudoeste, chegando suas boiadas ao rio das Velhas, em Minas Gerais, também em meados desse século (ver M. C. Andrade. *A questão...*, p. 46-7).

111 Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 25. Felisberto Freire assinala a presença francesa na costa sergipana em 1575, quando a Casa da Torre tenta criar um estabelecimento na foz do rio Real (*História de Sergipe*, p. 69). A ocupação dessa zona na década de 1590 terá por centro o arraial de São Cristóvão, na margem do rio Poxim. "Por mais de um século, Sergipe significará currais de gado, meios de subsistência e campos

guinte, a frente de expansão baiana já transitava por Alagoas, onde Salvador vai disputar centralidade com os fluxos oriundos de Pernambuco, constituindo o contínuo mais densamente ocupado das terras brasileiras na época. Restaria ainda lembrar as já mencionadas expedições que, buscando minerais e pedras preciosas, põem o núcleo baiano em comunicação com os sertões mineiros, num movimento que acaba por chocar-se — em fins do século XVII — com o originado de São Paulo.

Por último, cabe apontar a importância da navegação de cabotagem, por meio da qual Salvador relacionava-se com os núcleos e capitanias situados mais para o sul, gerando um sistema pontual litorâneo que, por um caminho marítimo, de certa forma lhe era tributário.[112] Finalmente, vale destacar que a condição de sede administrativa punha a Bahia em algum nível de contato com os demais núcleos da colônia e também com outras partes do império português.[113] A relação com a África, e notadamente com Angola, consolidada com a intensificação do tráfico negreiro no século XVII, completa essa centralidade que faz de Salvador o "porto do Brasil" e o centro da expansão espacial mais ampla da colonização das terras brasileiras na época.

O terceiro centro irradador do povoamento, responsável pela instalação lusitana nas áreas mais meridionais da colônia, localizava-se na zona inicialmente polarizada por São Vicente, primeiro núcleo urbano brasileiro, fundado por Martim Afonso de Sousa em 1532. Aqui a ocupação pioneira processou-se pela formação, nas décadas seguintes, de um cordão de núcleos costeiros que articulavam uma rede inicialmente voltada para o sul, onde se destacam as vilas de Itanhaém, Iguape e Cananéia, povoações de origem vicentina estabelecidas ainda na primeira metade do século XVI.[114] Próximo a São Vicente foi

de criação complementares para a lavoura canavieira da Bahia" (Josué M. dos Passos Sobrinho. *História econômica de Sergipe*, p. 12).

112 J. R.do Amaral Lapa comenta o caso da extração de madeiras que das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (mas também da Paraíba) são enviadas por via marítima a Salvador, para serem usadas no estaleiro baiano ou exportadas para a metrópole ou outras colônias (op. cit., p. 38).

113 Poder-se-ia lembrar, conforme J. R. A. Lapa, as infrutíferas tentativas da Coroa de impedir o pouso das naus da Carreira da Índia no porto de Salvador, o qual pela regularidade acaba estabelecendo um fluxo estável entre a Bahia e o Oriente (op. cit., p. 7 e capítulo 10).

114 Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 20. Capistrano de Abreu lembra a necessidade de desalojar, em 1534, os espanhóis estabelecidos em Iguape (*Capítulos...*, p. 193).

erigida a povoação de Santos em 1543 e toda uma série de fortificações de defesa do centro deste sistema meridional, que em sua expansão litorânea chega a polarizar da ilha de Santa Catarina ao litoral sul-fluminense. O principal produto da terra, nestas baixadas litorâneas, foi também o açúcar,[115] aparecendo a rizicultura com relativo realce entre as demais atividades produtivas.[116]

Nesta zona, um elemento diferenciador do padrão de instalação observado nas outras foi o precoce adentramento na hinterlândia,[117] com os portugueses — como já mencionado – apropriando-se dos itinerários seguidos pelas populações autóctones. Assim, rapidamente a ocupação ultrapassou o degrau representado pela serra do Mar, criando núcleos no planalto. São Paulo foi a mais importante de uma série de povoações planaltinas quinhentistas, várias delas ligadas a um núcleo correspondente na costa.[118] Estas, por sua vez, atuaram no movimento difusor como verdadeiras "bocas de sertão", num quadro em que a proximidade da orla marítima, a existência de campos naturais e a drenagem endorréica dos rios desempenharam papel que não pode ser desprezado.[119]

A mobilidade espacial e a penetração territorial rapidamente incorporaram-se na vida econômica vicentina que, como visto, também se apoiava (aí, numa situação desvantajosa no que toca à distância da Europa) na produção açucareira. A extração de algum ouro de aluvião em certos pontos da encosta da serra e no planalto[120] igualmente atuou na dinamização desse intuito expansionista, o qual encontrou nos caminhos indígenas e nas "estradas aquáticas" os meios para se objetivar.[121] Num primeiro raio dessa expansão, que recobrirá todo o século XVII, ocorreu a instalação de alguns núcleos de povoamento à beira dos caminhos, as chamadas "vilas do sertão", das quais Sorocaba tornou-se uma das mais dinâmicas.[122] Nesse movimento, as relações de São Paulo com as paragens sulinas e com o Paraguai rapidamente se estabeleceram,[123] num itinerário que pôs os paulistas

---

Estes, dois anos antes, haviam atacado São Vicente (*Caminhos...*, p. 297). Vale relevar o papel de Itanhaém, fundada em 1549 (e elevada a vila em 1561), e de Cananéia (elevada a vila em 1587) na irradiação para o sul (Orlando R. Pinto. Op. cit., p. 52).

115 Segundo John M. Monteiro, já em 1548, a capitania possuía seis engenhos, tocados por cerca de 3.000 cativos indígenas (*Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, p. 30). De acordo com Vera L. A. Ferlini, no final do XVI, existem doze engenhos na baixada santista (op. cit., p. 21).

116 Diz Sérgio B. de Holanda que o "arroz é assinalado... no litoral vicentino, já em meados do século XVI", e, em 1552 era "a principal coisa depois do açúcar" (*Caminhos...*, p. 237).

117 Sérgio B. de Holanda define a expansão paulista como "uma exceção. Em todo o restante do Brasil a regra, por muito tempo ainda, é seguir o povoamento aqueles clássicos padrões da atividade colonizadora dos portugueses" (A instituição..., p. 130). Sobre as pioneiras entradas vicentinas, ver *Visão...*, p. 80-1. Podem-se aventar dois pontos: a exceção estaria não no adentramento em si, mas em sua magnitude e relativa perenização; e que, em toda América, onde a interiorização do povoamento preexistia, o colonizador mais facilmente a seguiu.

118 Tais núcleos se associam, no caso, com aldeamentos indígenas, como nos mostra Pasquale Petrone em *Os aldeamentos paulistas*. A data mesmo de 1554 refere-se à fundação do "colégio" de São Paulo, pois a "vila" só foi criada em 1560 (J. M. Monteiro. *Negros...*, p. 42-3). Entre os aldeamentos podem-se listar, além do de Piratininga: Pinheiros, São Miguel, Barueri, Parnaíba, Itaquaquecetuba, Moji das Cruzes, entre outros. Quanto ao agrupamento de colonos, deve-se mencionar a vila de Santo André, fundada por João Ramalho em 1553. Enfim, conclui Monteiro que a ocupação planaltina "estabeleceu uma espécie de porta de entrada para o vasto sertão" (ibdem, p. 37). Janice Theodoro da Silva afirma que, em 1589, São Paulo possuía cerca de 150 habitantes, e que os limites da vila "definem fisicamente o lugar a partir do qual será iniciada a conquista" (*São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*, p. 39 e 27).

119 A favorabilidade do situação paulistana para o processo de interiorização já foi sobejamente analisada. Tome-se, por exemplo: Caio Prado Jr. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. Este autor mostra que a aceitação da favorabilidade não envolve necessariamente uma perspectiva determinista como a apresentada por Teodoro Sampaio: "O destino de cada uma das duas metades da colônia diante do problema da conquista, estava, pois, perfeitamente assinalado na constituição geográfica dos respectivos territórios. O paulista, pelo seu hábitat, tinha de ser o bandeirante por excelência. A conquista do sertão estava no seu destino histórico" (apud Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 56).

120 Sobre este ouro de lavagem, ver Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 64. Para um quadro geral: Myriam Ellis. Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista nos séculos XVI e XVII.

121 Sérgio B. de Holanda considera o papel das trilhas indígenas sobejamente superior ao dos rios na fase inicial da expansão paulista, e aponta dois caminhos mais importantes: um, rumando para o sul, demanda o "sertão dos Patos" (uma trilha tupiniquim), outro (um caminho guarani), indo para sudoeste, atinge a região do Iguaçu (*Monções*, p. 21 e *Caminhos...*, p. 15 a 23).

122 Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 293. Caio Prado Jr. considera Sorocaba ponto de irradiação de uma frente pecuária que, ao longo do século XVII, vai ocupar os Campos Gerais, a região de Curitiba, os campos dos Patos, o planalto de Lajes, chegando ao Rio Grande do Sul (*Formação...*, p. 252-3). Notadamente o comércio de muares vai fazer, no século seguinte, a fama da feira desta povoação, elevada a vila em 1661 (ver Aluísio de Almeida. *Vida e morte do tropeiro*).

123 Conforme Basílio de Magalhães, no período enfocado, as relações entre São Paulo e Assunção já eram freqüentes (op. cit., p. 95). Esta avaliação é reafirmada por H.

em contato com a colonização hispânica e com as instalações missioneiras.[124] Também o sentido norte e o oeste atraíram precocemente a atenção de expedições exploratórias saídas da capitania vicentina e de São Paulo, em particular.

Todavia, até a época em foco, não se pode falar de colonização em nenhum desses quadrantes, tratando-se — isto sim — de ampla área de trânsito e visitação. Nesse sentido se pode distiguir na área uma instalação quinhentista *vicentina*, de outra mais ampla *paulista*, que se constrói a partir dessa ao longo do século XVII, tendo por epicentro não mais São Vicente, mas diretamente São Paulo.[125] Na primeira etapa mencionada, cobrindo o período ora analisado, a vila planaltina constitui uma zona-limite do sistema, uma fronteira a partir da qual se abrem vastos espaços ainda pouco conhecidos e freqüentados pelo colonizador.

A relação com as populações indígenas bem demarca a passagem das etapas acima mencionadas. Num primeiro momento, o estabelecimento de alianças e a fixação das tribos em aldeamentos constituiu a estratégia básica da ação colonizadora no planalto, num quadro em que os "casamentos" jogavam papel essencial. Vale lembrar que o "ímpeto desbravador" dos paulistas fundamentava-se em muito na familiaridade com a terra, advinda da composição significativamente mameluca da sua população.[126] Tal orientação resultava da consciência

Vianna. Op. cit., p. 32 e S. B. de Holanda. *Visão...*, p. 88-9. O último autor lembra que a rota paraguaia (para o Peru) vai ser ultrapassada, no século XVII, pelo caminho que, passando por Tucumán e Buenos Aires, por percurso marítimo, atinge os núcleos brasileiros.

[124] Foi apontado, no Capítulo 7, o movimento expansionista paraguaio que avançava para o norte e para leste. S. B. de Holanda comenta que, ao longo do século XVI, são conhecidas 32 dessas expedições, que partindo de Assunção chegam a atingir o paralelo quinze; número que se eleva para 37 no século seguinte (*O extremo oeste*, p. 99 a 101). Como já posto, os núcleos criados por essa expansão foram, em meados do XVII, destruídos ou cooptados pelo avanço paulista (Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 97). No período enfocado esta é uma zona sem clara hegemonia (ver Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 124), sendo exatamente sua não-ocupação européia o atrativo para a instalação das missões nas primeiras décadas dos Setecentos.

[125] Janice T. da Silva diferencia este primeiro momento da vila paulistana no século XVI como de *instalação*, datando no século seguinte a *expansão*, que vai torná-la um efetivo "núcleo colonizador", e lembra que este desenvolvimento de São Paulo vai acarretar um crescimento de Santos no litoral (op. cit., p. 51 a 54).

[126] S. B. de Holanda observa que a ocupação vicentina "deixa espaço ao maior intercurso com a gente nativa" (*O extremo...*, p. 26). Entre os elementos da cultura indígena assimilados pelos paulistas, este autor lembra: a caminhada a pé e em fila (o que habilita transitar por áreas inacessíveis por outro meio), o uso das flechas (mais úteis que os arcabuzes pesados e lentos, logo inadequado ao trânsito pelos meios tropicais), a dieta (e o consumo do mel especificamente), os remédios, e tantas coisas mais (*Caminhos...*).

da necessidade de uma base indígena para o êxito de empreendimento colonial e da experiência do uso abusivo da escravidão nas instalações dos núcleos litorâneos,[127] a qual havia estimulado a união de várias tribos na Confederação dos Tamoios, rebelião que pôs em risco a colonização na região em tela.[128]

É interessante observar que o levante dos tupinambás da zona costeira impeliu os portugueses a estreitar as alianças com as tribos do planalto, coabitado originalmente por tupiniquins e pelos guainás (do grupo jê). E a estratégia adotada de instalação foi, como observado, a catequização dessas tribos pelos jesuítas e a criação de um sistema de aldeamentos tendo por centro o colégio de São Paulo.[129] E, como visto, o assentamento planaltino, ao lado do núcleo lusitano, apresentava grande número de tribos aldeadas que constituíam o grosso de sua população e os verdadeiros responsáveis pela vida econômica aí entabulada, sendo o apresamento do gentio, no século XVI, em grande

[127] Segundo Marchant, havia, já em 1545, cerca de três mil índios escravizados em São Vicente, número que se eleva nas décadas seguintes (op. cit., p. 60 e 66). Este valor é confirmado por Orlando Pinto, que estima a população da capitania, em 1548, em seiscentos brancos e três mil escravos índios (op. cit., p. 51). Tal número também é acatado por V. M. Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. IV, p. 103. Vale lembrar, com J. M. Monteiro, a existência de apenas um aldeamento no litoral, de carijós, em Itanhaém (*Negros...*, p. 43).

[128] A guerra dos tamoios, entre 1540 e 1560, envolveu a zona costeira desde Cabo Frio até São Vicente (com repercussões no planalto), constituindo basicamente uma aliança antitupiniquim. J. M. Monteiro afirma que "essa guerra refletiu mudanças importantes na estrutura dos conflitos intertribais no Brasil meridional. Se, no início, a guerra estava arraigada na lógica das relações e rivalidades intertribais, agora ficava claro que as ações bélicas passavam a ser subordinadas às pressões e demandas do colonialismo nascente" (*Negros...*, p. 35).

[129] J. M. Monteiro afirma que na década de 1560 proliferam os aldeamentos dos habitantes originais, e que na década de 1580 começam as "descidas" de índios do sertão, com a chegada dos "guarulhos" (ver Vida..., p. 29 e *Negros...*, p. 43). Na última obra, o autor comenta que em meados do século "a maior concentração de jesuítas no Brasil, achava-se em São Vicente" (p. 38). Contudo, G. Thomas observa que aqui, ao longo do XVI, os padres tiveram menor poder efetivo sobre os índios que na Bahia (op. cit., p. 90).

parte realizado pelas tribos aldeadas ou aliadas.[130] Vale apontar que a especialização nesta atividade atuou fortemente na motivação paulista de adentrar na hinterlâcandia com persistência ao longo do século seguinte.[131]

Restaria lembrar que as capitanias "de baixo", em função do maior isolamento relativo em que viviam, conheceram situação de maior autonomia em face das diretrizes metropolitanas e do próprio governo central,[132] a expansão empreendida pelos paulistas sendo, em si mesma, a maior evidência da sua grande liberdade de ação. Poder-se-ia aventar aqui, quanto à existência de uma orientação geopolítica mais autocentrada na colonização desta terceira zona de adensamento, que respondeu com maior força aos interesses locais. E estes apontavam notadamente para o apresamento do indígena, o que envolveu dilatadas áreas de circulação terrestre.[133]

[130] A. Marchant. Op. cit., p. 80. O autor realça a importância do escambo nesta capitania como forma de obter víveres, materiais, trabalho e escravos (p. 81). Segundo Basílio de Magalhães, apenas nas aldeias do Anhembi viviam cerca de trinta mil índios (op. cit., p. 90). Todavia, como alerta J. M. Monteiro, apesar de sua alta produtividade agrícola, "para desagrado dos colonizadores... os índios forneciam provisões apenas esporadicamente e de maneira limitada, ao passo que os portugueses começaram a depender mais e mais da produção e da mão-de-obra indígena para seu próprio sustento" (*Negros...*, p. 32).

[131] Nas palavras de Monteiro: "Na medida em que o escambo mostrou um modo pouco eficaz para atender às necessidades básicas dos europeus, estes procuraram reformular a base da economia colonial através da apropriação direta da mão-de-obra indígena, sobretudo na forma da escravidão" (*Negros...*, p. 33). O autor considera que "os aldeamentos mostraram-se incapazes de proporcionar as estruturas adequadas para sustentar e reproduzir uma reserva de trabalhadores" em face da demanda dos colonos (p. 46), e que por essa razão, a partir de 1580, as expedições de apresamento tornam-se regulares (p. 52).

[132] S. B. de Holanda fala que São Vicente desenvolveu-se "com mais liberdade e abandono que outras capitanias" (*Monções*, p. 20; ver também *O extremo...*, p. 29). J. M. Monteiro salienta que o sistema montado a partir do núcleo vicentino organizou uma economia não exportadora (no sentido colonial), voltada em muito para mercados americanos, logo bastante independente dos circuitos atlânticos (*Negros...*, p. 9).

[133] Diz Sérgio B. de Holanda: "A cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área de colonização lusitana" (*O extremo...*, p. 28). Para uma introdução ao tema da mitologização dos bandeirantes, consultar: Carlos Davidoff. *Bandeirismo: verso e reverso*. Para uma discussão mais profunda, ver Katia Abud. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*.

Além dessas três *proto-regiões* coloniais — com claras funções de pólos irradiadores da colonização, centrados em zonas de efetivo povoamento — se podem apontar alguns outros núcleos distribuídos pela costa, que — no período estudado — lutavam ainda para consolidar a conquista e efetivar suas instalações, não possuindo forças para se expandir. Era o caso das capitanias "do centro", imediatamente abaixo da Bahia, que, após breve florescimento, caíram em um processo de decadência e retração territorial, no qual a resistência do gentio desempenhou papel considerável.[134] As áreas das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro constituíram um hiato na ocupação da costa brasileira, apresentando na época apenas pequenos núcleos que, por via maritima, eram polarizados pela capital baiana.[135] Nestes, a falta de perspectivas, mais do que qualquer outro fator, animou uma série precoce de expedições que se embrenharam pelo sertão em busca da lendária serra de Sabarabuçu.[136] A capitania do Espírito Santo avultava-se neste quadro, conhecendo certo florescimento econômico no último quartel do século XVI.[137]

Uma evolução ímpar viveu a zona que tinha por epicentro a povoação do Rio de Janeiro, fundada em 1565 por ordem real, em meio ao processo de desalojamento dos franceses que aí tentavam criar um núcleo de colonização.[138] O estabelecimento da França Antártica re-

[134] Ver Caio Prado Jr. *Formação...*, p. 48; e também S. B. Holanda. *Raízes...*, p. 73. Maria Hilda Paraíso lembra que as tribos da região, apesar de contatadas logo ao início da colonização, só vão ser objeto de combate mais efetivo no início do século XVII, mesmo assim resistindo, até por volta de 1725, na chamada "Confederação dos Gueren" (Os botocudos e sua trajetória histórica, p. 413-4).

[135] Marchant comenta o caso da capitania de Ilhéus que conhece relativa prosperidade até ser atacada por aimorés e tupiniquins (op. cit., p. 107). A decadência pode ser apreciada nos números: Ilhéus, que chegara a ter quinhentas casas portuguesas e seis engenhos, possuía em 1580 apenas cinqüenta casas e três engenhos (p. 112). Segundo Thomas havia, no fim do século XVI, 78 portugueses e quinhentos escravos índios no núcleo de Porto Seguro, e mais alguns nos arredores (op. cit., p. 45).

[136] Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 32-4 e Rodolfo Garcia. Op. cit., p. 145 a 148.

[137] A. Marchant. Op. cit., p. 114. Tal prosperidade era recente, vista a decadência em que Mem de Sá havia encontrado essa capitania em 1560 (Orlando Pinto. Op. cit., p. 58-9). Todavia, V. M. Godinho aponta a existência de cinco engenhos no Espírito Santo já em 1545 (op. cit., vol. IV, p. 103). Isso ilustra bem a oscilação do povoamento nessas áreas de domínio ainda tênue.

[138] Como foi visto, os franceses freqüentavam a costa brasileira desde as primeiras décadas do XVI, fazendo o escambo do pau-brasil. Porém, sua presença na zona de Cabo Frio começa a se tornar regular, envolvendo de sete a oito navios em 1547,

presentou a maior ameaça externa à soberania portuguesa durante o período analisado pois, além de haver mantido a ocupação por período significativo,[139] influiu bastante nas relações políticas com as tribos indígenas.[140] A consciência do perigo que tal assentamento representava expressou-se na reação portuguesa, cujo recrutamento das tropas para desalojar o "invasor" mostrava certo nível de unidade da colônia não enfatizado por muitos comentaristas.[141]

Expulsos definitivamente os franceses da baía de Guanabara, é fundada a vila de São Sebastião em 1565 com apoio explícito da Coroa (que a torna sede de uma segunda "capitania real"), a qual responde às demandas reiteradas das câmaras de São Vicente e São Paulo e do próprio governador-geral.[142] Com a consolidação desse núcleo

e outros tantos no ano seguinte. Tais localidades aparecem, também, assinaladas com precisão na cartografia francesa do período. É com base nesses antecedentes que a expedição de Villegagnon — uma clara empresa militar — atraca na baía de Guanabara, em 1555, com o propósito de "fundar na Terra do Brasil, uma nova dimensão para o reino francês... construir os alicerces de uma França ultramarina" (Joaquim Veríssimo Serrão. *O Rio de Janeiro no século XVI*, p. 37, 46, 44 e 58).

139 Os franceses desembarcam na baía de Guanabara com seiscentos homens, em 1555, onde levantam um fortim na ilha de Villegagnon e um arraial — Henryville — em terra firme. Desalojados inicialmente em 1560, persistem na região, acoitados pelos tupinambas, e encastelando-se em Cabo Frio, de onde só foram definitivamente desalojados em 1575 (S. B. de Holanda & O. Pantaleão. Op. cit., p. 150 e 161).

140 Os franceses estimulam a Confederação dos Tamoios, participando de ataques aos portugueses e tupiniquins (J. V. Serrão. Op. cit., p. 61 e 79). A partir de Cabo Frio chegam a atacar o Espírito Santo em 1561 e o Rio de Janeiro em 1570. Marchant comenta os raides indígenas que, partindo do Rio de Janeiro, atacam os núcleos litorâneos desde Ilhéus até São Vicente (op. cit., p. 106).

141 Capistrano de Abreu comenta o fato de concorrerem ao ataque português tropas oriundas da Bahia, do Espírito Santo e de São Vicente (*Capítulos...*, p. 75). Ver também S. B. de Holanda & O. Pantaleão. Op. cit., p. 158. J. V. Serrão, além das capitanias mencionadas, fala ainda do apoio de Ilhéus e de Pernambuco (op. cit., p. 110 e 115). O último autor salienta também a clara índole militar da frota armada em Portugal para essa finalidade (p. 71). O que revela a consciência da Coroa quanto ao papel estratégico do domínio da baia de Guanabara e ao desalojamento dos franceses desse sítio.

142 J. V. Serrão. Op. cit., p. 79. Este autor cita a carta de Brás Cubas que recomenda: "o meio mais eficaz de defender as terras ao sul de Cabo Frio estava no povoamento do Rio de Janeiro" (p. 87). Serrão realça também a função desse núcleo no combate aos tamoios: "Somente a fundação de um aglomerado urbano na Guanabara poderia acabar com tamanha ameaça, impondo a autoridade do poder central e fazendo do Rio de Janeiro o centro de uma luta sem tréguas aos índios rebeldes" (p. 93).

pioneiro, a ocupação da baixada fluminense e das áreas adjacentes fez-se rapidamente num padrão semelhante ao litorâneo-vicentino porém sem a interiorização deste.[143] Em poucas décadas, o Rio de Janeiro articulava um circuito de núcleos costeiros instalados nas baixadas litorâneas desde Macaé ao norte até a baía de Angra dos Reis.[144] Nesse avanço, os campos de Goitacases se abriam como uma zona de expansão, na qual — no século seguinte — a lavoura canavieira estimulou um relativo avanço para o interior. Em 1585, a sede da capitania possuía 150 casas de portugueses e três engenhos.[145]

A consciência do caráter estratégico da conquista dessa área, e do empenho da Coroa em efetivar sua ocupação, respondem cabalmente pela velocidade ímpar da instalação portuguesa nas terras da Guanabara, e pode ser ilustrada por várias iniciativas também singulares aí desenvolvidas. O precoce levantamento de fortificações de defesa da cidade, à custa do erário real, e a armação de fortes expedições punitivas aos índios e estrangeiros, bem servem de exemplo.[146] O estímulo ao povoamento, com o envio de colonos, e o aldeamento de índios, apontam também na direção mencionada.[147] Porém, mais do que tudo, a alocação no Rio de Janeiro do governo das capitanias do sul, quando da divisão da administração colonial (entre 1572 e 1577), bem demonstra a orientação claramente geopolítica que presidiu essa ação colonizadora,[148] que explica o ritmo de desenvolvimento desse núcleo na virada do século.

143 O intuito de estimular um rápido povoamento pode ser medido pela doação de sesmarias, que somam quarenta e cinco cartas no primeiro ano de vida da colônia, outras quarenta nos dois anos seguintes e mais vinte em 1568 (J. V. Serrão. Op. cit., p. 111, 122 e 130). Este autor assinala que só no governo de Salvador Correia de Sá (entre 1578 e 1598) foram doadas mais de cem sesmarias na região (p. 153-4).

144 Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 78; e Caio Prado Jr. *Formação...*, p. 50.

145 A. Marchant. Op. cit., p. 114 e C. Boxer. *O império colonial português*, p. 127. J. V. Serrão, apoiando-se em Gandavo, fala de cento e quarenta vizinhos por volta de 1574, e, citando Anchieta, de setecentos e cinqüenta habitantes em toda a capitania em 1585, além de cem africanos e três mil índios submetidos (op. cit., p. 133 e 180-1). Este autor também confirma o número de engenhos (p. 134).

146 J. V. Serrão. Op. cit., p. 137. Este autor enfatiza que o Rio de Janeiro "surgiu como imperativo de defesa do sul do Brasil" (p. 197).

147 Conforme Serrão, existem dois grandes aldeamentos na baía da Guanabara em 1584 (op. cit., p. 158). Vale lembrar, com este autor, o estímulo dado também à rápida criação das demais instituições da Igreja na área (p. 122 e 147-8).

148 Nesse período, as capitanias setentrionais (de Ilhéus para o norte) ficaram sob administração da Bahia, e as capitanias meridionais (de Porto Seguro para o sul) eram

Resta falar dos extremos da colônia, começando pelas capitanias assentadas no litoral norte do Brasil. Estas, durante o período tratado, não conheceram tentativas exitosas de ocupação,[149] e só formalmente poderiam ser consideradas terras sob o domínio de Portugal. Na verdade, tratava-se mais de uma ampla zona de visitação de barcos das mais diversas nacionalidades (notadamente franceses), e cujo domínio efetivo ainda não se definira na virada do século. A situação dessas terras era, assim, a mesma da existente no outro extremo da colônia, onde a capitania de Santana, a mais meridional, estava também desocupada nas últimas décadas do século XVI.[150] As fronteiras da colônia nesse momento estavam assentadas no atual litoral sul de São Paulo, tendo como limite setentrional o Rio Grande do Norte.

Este seria um sumário quadro geográfico do Brasil no momento em que o império espanhol assimila o reino de Portugal, impondo à colônia uma nova metrópole. Tomando-se o Brasil como construção portuguesa no desconhecido território do Novo Mundo (um capítulo no processo de "invenção da América"), uma construção que envolvia povoamento perene e exploração efetiva — em outros termos, *fixação* — não há como contradizer a avaliação de Capistrano de Abreu: "A história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e São Vicente".[151]

governadas pelo Rio de Janeiro. Vale lembrar que a administração eclesiástica da colônia mantém esta divisão, mesmo depois da reunificação do poder temporal (J. V. Serrão. Op. cit., p. 166).

149 Ver Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 25-6; e J. F. de Almeida Prado. O regime das capitanias, p. 105-06. Carlos de Lima fala da tentativa malograda de instalação da capitania do Maranhão, em 1535, com uma expedição de dez navios e novecentos homens, na qual se associavam os três donatários do norte (*História do Maranhão*, p. 20). Ver também Raimundo Girão. *Pequena história do Ceará*, p. 32.

150 Hélio Vianna. Op. cit., p. 45. Ver também Caio Prado Jr. Formação dos limites meridionais do Brasil. J. F. de Almeida Prado comenta o núcleo criado na ilha de Santa Catarina por náufragos espanhóis, em 1515, e que uma década depois ainda continuavam aí alojados (*Os primeiros povoadores*, p. 63). Tal núcleo acaba sendo assimilado na expansão meridional paulista no século XVII. Vale relembrar que o caminho de Santa Catarina ao Paraguai era conhecido e transitado por portugueses e espanhóis. Enfim, a soberania sobre essas terras ainda não estava definida no final do século XVI.

151 *Capítulos...*, p. 68. Marchant concorda com essa avaliação: "Assim, no que concerne à colonização, o nome Brasil, em seu mais vasto sentido, só pode ser aplicado no século XVI à faixa litorânea entre os atuais estados de Pernambuco e São Paulo" (op. cit., p. 12).

Entretanto, ninguém iria igualmente questionar a constatação de que as bases do domínio lusitano na América do Sul já estão estabelecidas nese momento. Os centros de irradiação estavam definidos, e uma formidável rede de povoamentos costeiros distribuía-se numa vasta porção da fachada ocidental do Atlântico.[152] Rede que, deve repetir-se, reproduzia fielmente o padrão de instalação português nos diferentes quadrantes do globo, e cuja dilatada extensão surpreende quando se observa o contingente populacional envolvido no empreendimento.

Já foi observado que reina alguma polêmica quanto ao número de habitantes da colônia nas décadas finais do século XVI. Vitorino Magalhães Godinho estimou em 30.000 o contingente lusitano aqui presente em 1600, valor rebaixado para 25.000 na avaliação de Oliveira Marques.[153] Na verdade, as várias estimativas oscilam entre estes números, alocando-os todavia em anos diferenciados. Bartolomé Bennassar fala em 20.000 portugueses no Brasil em 1570 e 26.000 no final do século,[154] Charles Boxer fala em 25.000 brancos em 1575, Alexander Marchant entre 35.000 e 40.000 em 1580, e Orlando Pinto em 30.000 no ano de 1583, número aceito por Vera Ferlini para o final do século.[155]

Os exemplos poderiam suceder-se sem se afastar muito dos valo-

152 Como conclui R. Simonsen: "Essa primeira ocupação costeira fixou, porém, definitivamente, o europeu no Brasil" (op. cit., p. 88). F. Mauro afirma que, ao final do XVI, o território brasileiro possui quatorze vilas e três cidades (op. cit., p. 219). Nestor Goulart Reis Filho lista as seguintes vilas no Brasil quinhentista: São Vicente (1532), Espírito Santo e Porto Seguro (1535), Santa Cruz de Cabrália, São Jorge dos Ilhéus e Igaraçu (1536), Olinda (1537), Santos (1545), Salvador (1549), Vitória (1551), São Paulo (1554), Itanhaém (1561), Rio de Janeiro (1565), Iguape (1577), Filipéia (1585), Cananéia (1587), São Cristóvão (1590) e Natal (1599); ver *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*.

153 V. M. Godinho. Op. cit., vol. IV, p. 172 e A. H. de O. Marques. Op. cit., vol. II, p. 237. Segundo este autor, em 1583, os três grandes centros de povoamento apresentavam a seguinte população branca: Bahia com 12.000, Pernambuco com 8.000 e São Vicente com 1.500 habitantes.

154 B. Bennassar. Op. cit., p. 201 e 270. O primeiro valor é acatado por Maria Luiza Marcilio que, entretanto, eleva o segundo valor para 30.000 (op. cit., p. 18). R. Simonsen, por sua vez, concorda com este último número, mas estima em 17.000 a presença lusitana em 1570 (op. cit., p. 88).

155 Ver C. Boxer. *O império...*, p. 127; A. Marchant. Op. cit., p. 110; O. Pinto. Op. cit., p. 67; V. L. A. Ferlini. *Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial*, p. 17.

res apresentados. O que cabe salientar é o caráter contínuo e ascendente do fluxo povoador metropolitano e também a formação de linhagens luso-americanas.[156]

Enfim, os núcleos originários da formação do territorio colonial brasileiro encontram-se assentados na época da unificação das coroas ibéricas. Uma obra geopolítica de conquista havia sido realizada.[157] De todos os centros de assentamento assinalados, como foi observado, partiam movimentos de exploração/expansão geradores de novos núcleos de povoamento.

Tais fluxos abriam o conhecimento de novas áreas e definiam percursos, alargando o horizonte geográfico do colonizador lusitano e recortando extensas zonas de trânsito e visitação esporádica. O povoamento colonial avançava nos espaços contíguos, gerando zonas contínuas de ocupação e jogando para diante as fronteiras do território ocupado. Na sobreposição dos resultados desses dois movimentos tem-se o Brasil do final do século XVI.

Como também já visto, as expedições exploradoras moviam-se tendo por objeto o apresamento dos indígenas ou a perspectiva da descoberta de riquezas naturais. O povoamento avançava apoiado na labuta agrícola, na qual se releva amplamente a lavoura da cana-de-açúcar.[158] Esta encontra-se em plena expansão no período analisado,

[156] Cabe assinalar a existência de famílias que transferem todo o seu patrimônio para a colônia, centrando na ocupação destas terras todos os seus interesses (os casos dos Sás ou de Duarte Coelho aparecem como paradigmáticos desse fato revelador da consolidação do processo colonizador). Um exercício de análise, por amostragem (trabalhando com os relatórios das visitações do Santo Ofício), da população branca da colônia pode ser obtido em Tarcizio do Rêgo Quirino. *Os habitantes do Brasil no fim do século XVI.*

[157] Hélio Vianna salienta esse aspecto de "conquista", afirmando ser a ocupação do Brasil obra da "ação militar, administrativa e diplomática" e da "efetiva penetração" (op. cit., p. 24). B. Bennassar qualifica a formação brasileira: "um nascimento discreto e um desenvolvimento progressivo ao ritmo da ocupação territorial" (op. cit., p. 270).

[158] Celso Furtado aponta que o sentido genérico da ocupação foi a conquista dos solos tropicais, aptos para o plantio da cana (op. cit., p. 71). Vera L. A. Ferlini completa: "As preocupações com defesa, fixação de colonos e descoberta de metais preciosos mesclava-se sempre a incentivos para o desenvolvimento da produção açucareira" (*Terra...*, p. 16). V. M. Godinho também reforça: "É o açúcar um dos vetores da construção do mundo atlântico, e isso desde cedo, sobretudo atendendo a lentidão com que este espaço vai sendo definido" (op. cit., vol. IV, p. 101).

constituindo-se os engenhos no maior montante de capital fixado ao solo da colônia.[159] Importa assinalar, todavia, que o "século do açucar" no Brasil transcorre, em grande parte, sob a dominação colonial da Espanha, a qual introduz novas determinações no processo de colonização analisado.

[159] De acordo com C. Furtado, este montante era já significativo no final do século XVI (op. cit., p. 47). Além dos engenhos, o autor lembra o investimento representado pelo plantel de 20.000 escravos, estimado em cerca de 20% do capital fixo dos empreendimentos açucareiros. Ver também C. Prado Jr. *Formação...*, p. 146.

Capítulo 11

O BRASIL "HISPÂNICO" (1580-1640)

Quando o monarca espanhol assumiu a Coroa portuguesa, em 1580, incorporou a seu patrimônio um vasto império ultramarino onde se salientava o dinamismo e o rápido crescimento experimentado pelo Brasil.[1] Como foi observado no capítulo anterior, em todos os quadrantes avançava a exploração e ocupação das terras brasileiras. Expedições ao interior dilatavam as áreas conhecidas, partindo dos diferentes centros de irradiação já consolidados. Frentes povoadoras anexavam novas regiões às zonas de colonização efetiva. Um fluxo imigratório, espontâneo ou forçado, ininterrupto, adensava a população. Enfim, sedimentava-se o Brasil como entidade geográfica, agora posta sob nova soberania. Rigidamente falando: um Brasil *hispânico*.

Antes de adentrar na análise das mudanças político-jurídicas que essa nova condição implicou, vale fazer um breve quadro desse dinamismo brasileiro no período da unificação ibérica. No centro do processo encontrava-se a produção açucareira, como visto, em ampla expansão na época;[2] na verdade, assistia-se a um movimento ascenden-

[1] Para usar os termos de Charles Boxer, já citados, à retração oriental correspondeu um florescimento no ocidente do império ultramarino português (ver Capítulo 6, O caráter da expansão lusitana e o império colonial).

[2] Mircea Buescu & Vicente Tapajós afirmam que o acúcar era responsável, na virada do século, por noventa por cento das exportações brasileiras, apresentando valor

te dessa atividade, de tamanha intensidade que alguns autores vão denominar o intervalo 1570-1670 de o "século do açúcar" no Brasil.[3] Tal movimento escorava-se no alargamento do mercado europeu consumidor do produto, mas, sobretudo, na tendência altista de seu preço ao longo de toda segunda metade do século XVI e primeira do XVII.[4] E, ainda, num relativo esgotamento de algumas áreas produtoras tradicionais. Quanto ao último ponto, pode-se argumentar que o Brasil serviu de reserva de expansão para a economia açucareira das ilhas atlânticas, que, como foi visto no Capítulo 6, dominavam o setor na primeira metade do Quinhentos. Não foram poucos os capitais ilhéus envolvidos com o açúcar que migraram para o Brasil na época analisada. Enfim, nesse período, o produto brasileiro dominou o mercado mundial.[5]

Os números levantados são por demais ilustrativos do ritmo de di-

47,5 vezesmaior que o obtido no comércio de pau-brasil (*História do desenvolvimento econômico do Brasil*, p. 124 e 122). Os autores apontam que este produto representou 55,9% do valor exportado pelo Brasil durante todo o período colonial (p. 34).

[3] Charles Boxer está entre os autores que consideram que o século XVII foi para o Brasil "uma era de consolidação e progresso" (*Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, p. 403). Eulália Lobo também enfatiza: "Durante a maior parte do século XVII no Brasil houve expansão do comércio, aumento da população e incorporação de novas terras à economia de mercado" (Conflito e continuidade na história brasileira, p. 316). Frédéric Mauro, todavia, considera que nesse dilatado período houve "prosperidade relativa" e que o verdadeiro *boom* do açúcar ocorreu, na verdade, entre 1585 e 1621 (*Do Brasil à América*, p. 83). Celso Furtado também avalia que na segunda metade do século XVII a "maior rentabilidade" do sistema já havia passado (*Formação econômica do Brasil*, p. 21).

[4] Ver Roberto Simonsen. *História econômica do Brasil*, p. 113-4, e Celso Furtado. Op. cit., p. 12. Vera L. A. Ferlini aponta que o preço do açúcar no mercado europeu é ascendente desde 1550 até 1620 quando começa a conhecer oscilações, porém uma tendência baixista só se instalaria na segunda metade do século XVII (*Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial*, p. 62-3). A autora mostra que entre 1674 e 1690 o preço do açúcar baixou 45% (p. 74). Stuart Schwartz aponta a grande oscilação desses preços (com picos em 1610, 1635 e em 1650, e os pisos em 1620 e 1640), porém mantendo a tendência altista até a primeira queda em 1620 (*Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, p. 152-3).

[5] R. Simonsen. Op. cit., p. 115. Vale relembrar que o esgotamento do solo atuou forte na decadência da produção açucareira na Madeira e nos Açores. Também o rareamento das florestas, cuja madeira aparece como um recurso básico na indústria do açúcar. Nesse sentido, a simples existência do Brasil — pela atratividade que exercia — passou a atuar como fator da mencionada decadência da economia insular. Sobre o tema, ver Virginia Rau & Jorge B. Macedo. *O açúcar na Madeira nos fins do século XV*.

fusão da economia canavieira no território colonial. Apesar de alguma discrepância nos valores apresentados, todos os autores consultados apontam seu rápido crescimento. Eis alguns exemplos: João Lúcio de Azevedo estima que, em 1570, havia mais de sessenta engenhos em funcionamento no Brasil, e em 1583 estes já somavam 115, número que se elevou para 235 em 1628.[6] Charles Boxer avalia em 118 o número de engenhos em 1584, subindo para 160 em 1621, e chegando a 250 sete anos depois.[7] Vera Lúcia do Amaral Ferlini, revisando a matéria, chega aos seguintes valores: existiriam cerca de sessenta engenhos em 1570, 118 em 1580, duzentos em 1600 e quatrocentos em 1610.[8] Stuart Schwartz fala em sessenta engenhos em 1570, 115 em 1583, 192 em 1612 chegando a 346 engenhos em 1629.[9] Quanto à quantidade de açúcar produzida, Eulália Lobo indica 180.000 arrobas em 1570, subindo para 500.000 em 1582, e para 1.300.000 em 1641, até chegar a mais de dois milhões de arrobas em 1650.[10]

Os exemplos poderiam ser multiplicados e, se existem discordâncias entre os números, todos os autores consultados fundamentam a observação de Oliveira Marques de que a produção do açúcar brasileiro dobrou entre 1570 e 1590, dobrando de novo em 1614. Portanto não há exagero quando este autor conclui: "A grande cultura do Brasil nos séculos XVI e XVII, aquela que promoveu a colonização e a ocupação do solo foi a cana-de-açúcar".[11] Conclusão que possivelmente não encontrará contraditores, pois a centralidade desse produto no processo colonizador era por demais evidente.[12] Nesse sentido, a difu-

[6] J. Lúcio de Azevedo. *Épocas de Portugal econômico*, p. 244, 248 e 249.

[7] C. Boxer. Op. cit., p. 193. É interessante observar que em outro trabalho este autor afirma que em 1623 havia no Brasil mais de 350 engenhos em funcionamento (*Os holandeses no Brasil, 1624-1654*, p. 24).

[8] V. L. A. Ferlini. *A civilização do açúcar. Séculos XVI a XVIII*, p. 76. Em outro trabalho, a autora apresenta os seguintes números: sessenta engenhos em 1570, 192 em 1612 e 346 no ano da invasão holandesa (*Terra...*, p. 61).

[9] S. Schwartz. Op. cit., p. 148.

[10] Eulália Lobo. Op. cit., p. 316, nota 7. Esta autora também vai apontar o crescimento pelo número de barcos envolvidos no comércio do açúcar brasileiro, a frota elevando-se de 76 navios em 1610 a cerca de trezentos em 1618 (p. 316).

[11] *História de Portugal*, vol. II, p. 244-5.

[12] Nas palavras de R. Simonsen: "Foi o açúcar que constituiu a base econômica da implantação definitiva dos europeus no Brasil" (op. cit., p. 112). E Caio Prado Jr. indica a grande lavoura açucareira como a "base material" da colonização (*Formação do Brasil contemporâneo*, p. 144). Também Celso Furtado vai apontá-la como "base da ocupação do território brasileiro" (op. cit., p. 52).

são espacial dessa produção aparece como um elemento revelador da fixação de valor na colônia,[13] pois, como foi dito, o engenho representava grande imobilização de capital, envolvendo alto custo de instalação.

Pode-se dizer mais, que o engenho era o empreendimento mais complexo quanto à maquinaria e à organização funcional existente na América de então;[14] era uma *manufatura*, com divisão do trabalho, instrumentos especializados, linha de montagem, supervisores etc.[15] Tratava-se, assim, de "verdadeira empresa capitalista" cuja implementação supunha "uma indústria controlada por proprietários de grande poder financeiro".[16] Isso fica mais evidente quando se avalia que não bastavam as instalações (em si já custosas) sem os braços para impulsionar a produção. E o trabalho empregado aqui foi basicamente o do escravo africano, o que elevava significativamente o capital necessário para iniciar as operações.[17] Além da escravaria deve-se adicionar a

[13] S. Schwartz afirma que a economia açucareira objetivava um padrão de acumulação altamente fixador de capitais; diz ele: "A formação de um engenho era um processo de criação de capital", lembrando os consórcios unidos para esse fim (op. cit., p. 196). Buescu & Tapajós, acatando a existência de duzentos engenhos em 1600, estimam que estes representavam um investimento de dois milhões de libras, o que equivaleria ao valor da exportação de pau-brasil num período de 25 anos (op. cit., p. 122).

[14] Fato apontado por V. L. A. Ferlini: "Até o século XVIII, a produção do açúcar nas colônias americanas foi a atividade mais complexa e mecanizada" (*A civilização...*, p. 46). Schwartz também acata tal complexidade, considerando as unidades produtoras do açúcar como "percursoras das indústrias modernas" (op. cit., p. 137).

[15] Segundo V. L. A. Ferlini "a cooperação foi o princípio articulador do engenho", uma "manufatura orgânica" onde "o processo produtivo resultou da decomposição dos ofícios diversos, ligados ao fabrico do açúcar, em atividades seqüenciais, formando trabalhadores parciais agrupados e combinados num mecanismo único", tratava-se assim de verdadeira "linha de montagem" (*Terra...*, p. 104-05 e 129). Vitorino Magalhães Godinho considera o trabalho no engenho como um "processo industrial" (*Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. IV, p. 109).

[16] B. Bennassar. *La América española y la América portuguesa, siglos XVI-XVIII*, p. 159 e 160. C. Boxer salienta que o engenho "era uma empresa de alto custo" (*Os holandeses...*, p. 200).

[17] Foi visto, ao final do capítulo anterior, que C. Furtado estimou em 20% do capital total o gasto com a compra de escravos. V. M. Godinho concorda com essa estimativa (op. cit., p. 111). J. Gorender estima o custo do plantel de escravos em 28% do investimento total do engenho, e questiona a qualificação do escravo como "capital fixo", vendo-o como capital-dinheiro "esterilizado" que retorna como renda capitalizada (*O escravismo colonial*, p. 201, 181 e 188-9). F. Mauro eleva esse gasto para um terço do investimento inicial, número ainda baixo segundo a avaliação de

necessidade de algum pessoal especializado, raro e bem remunerado na colônia.[18] Somem-se ainda os animais de tiro, meio de transporte e a força motriz nos chamados "trapiches" (diferenciados dos "engenhos reais" movidos com energia hidráulica), para se estimar o investimento inicial necessário.[19] Este é tão elevado que a Coroa cria algumas medidas de isenção fiscal para estimular o estabelecimento de engenhos no Brasil.[20]

A produção do engenho demandava os adequados estoques de matéria-prima, o que implicava amplos entornos cultivados, representando as lavouras canavieiras outra quantidade de trabalho morto depositado no solo da colônia. As plantações envolviam um outro *quantum* de braços escravos, inicialmente recrutados nas populações autóctones.[21] Com o desenvolvimento do setor, suas áreas mais dinâmicas foram gradativamente substituindo o braço indígena pelo escravo negro, processo lento que implicou diferentes combinações e grande variação regional e temporal.[22] O nordeste, por exemplo, conheceu

S. Schwartz (op. cit., p. 194). Para este autor o custo do plantel de escravos excederia a metade do capital investido (p. 189).

18 S. Schwartz aponta que alguns trabalhos do engenho demandavam grande perícia e técnica, como por exemplo a função de mestre do açúcar. E esses trabalhadores especializados recebiam salários elevados (op. cit., p. 30). Segundo este autor: "Capital inicial suficiente e feitores experientes e qualificados eram fundamentais para o êxito da atividade" (p. 39). Uma descrição das funções exercidas por trabalhadores livres no engenho, pode ser vista à p. 265.

19 S. Schwartz estima em no máximo dez por cento do capital investido a parcela gasta com o rebanho, e em 20% a despendida com as edificações (op. cit., p. 187-8). Reafirma, assim, sua posição de que o gasto mais significativo se refere ao custo do trabalho. Mesmo estimando esse gasto em 17% do investimento, Buescu & Tapajós avaliam como elevada a capitalização dos engenhos com equipamentos e mão-de-obra (op. cit., p. 122 e 124). Gorender vê na compra de escravos uma "desacumulação local" (op. cit., p. 211).

20 A isenção era pelo prazo de dez anos, referindo-se aos impostos da esfera da produção (R. Simonsen. Op. cit., p. 97; C. Furtado. Op. cit., p. 45 e V. L. A. Ferlini. *Terra...*, p. 61). Buescu & Tapajós estimam que 20% do lucro da produção açucareira era gasto em tributos, e que outros 30% eram despendidos nos fretes (op. cit., p. 33). Adalgiza M. Vieira do Rosario afirma que o açucar pagava dez por cento de seu valor no porto de embarque, e mais 23% em tributações na alfândega metropolitana (*O Brasil filipino no período holandês*, p. 33).

21 Nas palavras de Schwartz: "A grande lavoura açucareira na colônia brasileira iniciou-se com o uso intensivo da mão-de-obra indígena" (op. cit., p. 57).

22 No geral, como aponta S. Schwartz: "A transição da predominância indígena para a africana na composição da força de trabalho escravo ocorreu aos poucos ao longo de aproximadamente meio século" (op. cit., p. 68).

de modo mais rápido a total substituição do índio pelo africano. Na Bahia isso ocorreu de modo mais lento, com a sobrevivência de formas de convivência entre os dois tipos de trabalhadores (com o índio sendo usado em tarefas mais perigosas, como forma de resguardar as valiosas "peças negras"). Na capitania do Rio de Janeiro conviveram as duas formas de escravidão, e na de São Vicente o escravismo indígena foi sempre majoritário. De todo modo, o braço escravo nas suas duas modalidades acompanhou o plantio da cana-de-açúcar elevando o montante de capital congelado no empreendimento.

Também cabe realçar que a plantação da cana objetivou-se mediante diferentes relações de produção, no que tange à propriedade da terra. Os engenhos moíam não apenas a cana produzida nas terras de seus proprietários, mas também a de lavradores que não possuíam maquinaria própria, de arrendatários e parceiros.[23] Todos, independente da magnitude de sua produção, tocavam-na apoiados no trabalho escravo, existindo total correspondência entre os plantéis e a quantidade de terra apropriada. Na verdade, até o século XVII, a terra era doada em função da capacidade para sua exploração que apresentava o recebedor da mercê, fundamentada na avaliação do número de escravos de que dispunha.[24] Muitas vezes, a doação, notadamente para os pequenos e médios estabelecimentos, apresentava uma cláusula de obrigatoriedade de moagem (cláusula também recorrente no que diz respeito aos contratos de venda, arrendamento e parceria) que vinculava a lavoura a um determinado engenho.[25] Com tal medida buscava-se minimizar a capacidade ociosa dos caros equipamentos instalados e restringir a concorrência.

É interessante observar que, ao lado desses objetivos de cunho econômico, razões de ordem geopolítica também orientavam a política fundiária posta em prática no Brasil. Como bem destaca Vera Lúcia Ferlini, amenizando um pouco a tese da exclusividade do latifún-

23 Tratava-se das "tarefas" de cana das chamadas "terras de partido" (V. L. A. Ferlini. *Terra...*, p. 171 e *A civilização...*, p. 32). S. Schwartz salienta a forte distinção social entre os lavradores de cana proprietários e os não proprietários, apontando a expansão do arrendamento na fase áurea da cana (op. cit., p. 249).

24 V. L. A. Ferlini. *Terra...*, p. 166.

25 Ver S. Schwartz. Op. cit., p. 251. Como observa V. L. A. Ferlini, com essas vinculações, os engenhos criam "uma delicada e abrangente rede de obrigações e dependência, a partir da propriedade da terra", num quadro em que "a venda de terras sem obrigação de cana era bastante rara" (*Terra...*, p. 175 e 185).

dio como forma ancestral da colonização brasileira: "era preciso estimular a agricultura exportadora e lucrativa em sistema de grande empresa, e ao mesmo tempo fixar colonos, povoadores e defensores. A cessão de terras deveria obedecer a esses pressupostos".[26] Assim, as doações se fizeram em diferentes magnitudes, obviamente respeitando uma capacidade mínima de recursos necessária à exploração, e tendo a "obrigatoriedade do cultivo e do aproveitamento como condição de posse".[27] O alcance dessa política pode ser medido no fato de, ao iniciar-se o século XVII, as terras mais propícias ao cultivo da cana na orla nordestina e no Recôncavo já estarem distribuídas, o que gerou o início de um mercado fundiário na colônia.[28]

No que diz respeito à localização, os números apresentados pelos autores consultados também revelam discordâncias. Todavia, em meio a estas é possível apreender algumas características unanimente apontadas. A principal delas mostra que era a região da orla nordestina a de maior dinamismo e concentração de engenhos. Stuart Schwartz aponta a existência de cinco engenhos em Pernambuco em 1550, número que se elevou para 66 trinta anos depois. Vera Ferlini fala em 55 engenhos no nordeste em 1570, e em 170 no ano de 1612. Charles Boxer afirma que em 1584 havia 26 engenhos apenas em Pernambuco, e para todo o nordeste em 1628 fornece a cifra de 140 estabelecimentos.[29] Assim, era a zona da mata nordestina a principal área açucareira da colônia até a época da invasão holandesa que, ao desorganizar essa produção, transfere tal predominância para a região do Recôncavo baiano.[30]

[26] *Terra...*, p. 162. Em outra passagem, reafirma a autora: "Fixar indivíduos na colônia acenando-lhes com a participação nos lucros do açúcar, foi das formas que o Estado encontrou para engrossar a massa branca livre da colonização" (p. 210).

[27] Ibidem, p. 164. A terra não cultivada revertia à Coroa.

[28] Nas palavras de V. L. A. Ferlini: "já no início do século XVII, as áreas férteis do litoral nordestino haviam sido doadas e o acesso à produção da cana só era possível por compra ou por arrendamento" (*A civilização...*, p. 33). Em outro texto, reafirma: "No início do XVII, praticamente toda a boa região canavieira do Recôncavo e da orla pernambucana estava doada em sesmarias" (*Terra...*, p. 171).

[29] S. Schwartz. Op. cit., p. 33; V. L. Ferlini. *Terra...*, p. 61; e C. Boxer. *Salvador de Sá...*, p. 193. V. M. Godinho fala de 23 engenhos em Pernambuco em 1570 e 66 em 1583 (op. cit., p. 104).

[30] Thales de Azevedo salienta que a população fugida de Pernambuco anima a ocupação da Bahia, em certa decadência em função dos sucessivos ataques estrangeiros sofridos nas primeiras décadas do século XVII (*Povoamento da cidade do Salvador*, p. 163).

Na Bahia a instalação do complexo açucareiro ocorreu de forma um pouco mais lenta que em Pernambuco. Segundo Schwartz, em 1570 contam-se dezoito engenhos na região, número que se eleva para quarenta na década seguinte, e para cinqüenta vinte anos após, chegando a cento e trinta em 1629.[31] O *boom* baiano foi, assim, um fato do segundo quartel do século XVII, apresentando a região antes disso capacidade produtiva que representava metade da produção açucareira pernambucana. Mais tardia que essas duas foi a formação da terceira região canavieira do Brasil, envolvendo as áreas adjacentes ao Rio de Janeiro. Aí, ao final da década de 20 contavam-se cerca de quarenta engenhos,[32] a produção local conhecendo certa especialização no fabrico de aguardente destinado ao comércio africano (ao lado do tabaco baiano, um dos melhores meios de troca nesse circuito).

Observa-se assim a ocorrência no período estudado de três centros produtores em expansão na atividade canavieira do Brasil. Além destes, outras áreas conheceram tal exploração mas de forma não duradoura ou pelo menos sem a velocidade e dinamismo das já mencionadas. Foi o caso da capitania de São Vicente, região pioneira nessa cultura que em 1548 contava já com seis engenhos instalados na baixada santista, número que apenas dobra na virada do século XVI.[33] Na verdade, a produção açucareira aparecia, em pequena monta ou em unidades isoladas, distribuída por toda costa da colônia. Porém, foi no nordeste e na Bahia que essa atividade conheceu uma magnitude que a transformou no principal negócio do Brasil e na mais importante fonte de ingressos de Portugal ao tempo da união peninsular.[34]

[31] Op. cit., p. 34 e 90. Vitorino M. Godinho concorda com o primeiro valor, e estima em 36 o número de engenhos baianos por volta de 1583-1584 (op. cit., p. 104). C. Boxer, entretanto, fala na existência de cinqüenta engenhos em 1628 (*Salvador...*, p. 193).

[32] V. M. Godinho. Op. cit., p. 105 e C. Boxer. *Salvador...*, p. 193. Em outra obra o último autor lembra que em 1585 havia apenas três desses estabelecimentos nessa região (*O império colonial português*, p. 127). S. Schwartz também salienta o dinamismo do Rio de Janeiro que passa de catorze engenhos em 1612 a sessenta em 1629 (op. cit., p. 148). J. V. Serrão fala da existência de apenas quatro engenhos na área em 1600 (*O Rio de Janeiro no século XVI*, p. 188).

[33] Ver V. M. Godinho. Op. cit., p. 103 e V. L. A. Ferlini. *A civilização...*, p. 22. J. L. Azevedo lembra que em 1533 já existia um engenho em funcionamento em São Vicente (op. cit., p. 243).

[34] Ver Oliveira Marques. Op. cit., vol. II, p. 170. Utilizando-se a conceituação desenvolvida em capítulos anteriores, pode-se dizer que a produção açucareira era o *setor*

Como visto, a produção do açúcar envolvia variados componentes, o que definia seu caráter de atividade de alto dinamismo, geradora de variados fluxos que articulavam diferenciados lugares. Celso Furtado capta bem tal qualidade: "A formação de um sistema econômico de alta produtividade e em rápida expansão na faixa litorânea do nordeste brasileiro teria necessariamente de acarretar conseqüências diretas e indiretas para as demais regiões do subcontinente que reivindicavam os portugueses".[35] A primeira dessas necessidades diz respeito ao abastecimento de mão-de-obra para os engenhos e para a lavoura canavieira. Aqui, dois fluxos dinamizaram-se em função dessa demanda.

O primeiro circuito, interno, estimulou o apresamento dos índios não apenas saindo de São Paulo (onde tal atividade chegou a ser dominante, definindo significativa especialização da economia paulista), mas também com expedições saídas da Bahia e do próprio nordeste (entre estas as que visaram à conquista do Ceará e do sertão do São Francisco) e, mais tarde, a partir de meados do século XVII, do Maranhão (onde o escravismo indígena também conheceu certa especialização).[36] Dentro desse movimento, cabe salientar as incursões dos bandeirantes paulistas nas missões jesuítas dos territórios guaranis, pois como observou Roberto Simonsen: "Os povos aldeados, dotados de noções de disciplina e trabalho organizado, constituíam, sem dúvida, presas de valor para os mercadores da época".[37] Vale lembrar que boa parte dos índios aprisionados, além de prover de bra-

dominante da vida econômica da colônia, que anima as demais atividades praticadas ao longo de todo o século XVII.

35 Op. cit., p. 59. Em outra passagem Furtado reafirma: "Portanto, mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização, deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira" (p. 46).

36 Portanto, como bem observa C. Furtado: "A captura e comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira" (op. cit., p. 46). Nesse processo, como afirma Carlos Fausto, "Em menos de dois séculos, os numerosos tupis foram varridos da costa brasileira" (Fragmentos de história e cultura tupinambá, p. 393). Vale observar que, em meados do XVII, o apresamento volta-se majoritariamente para outras tribos: cariris, guaranis, botocudos. A caça aos tupis restringindo-se, na época, às terras maranhenses (Carlos de Lima. *História do Maranhão*).

37 R. Simonsen. Op. cit., p. 211. Sobre os itinerários dos caçadores de escravos paulistas, ver Basílio de Magalhães. *A expansão geográfica do Brasil colonial*, p. 95-6.

ços a economia paulista-vicentina, tinha como destino as áreas canavieiras, notadamente as plantações do Rio de Janeiro e da Bahia.[38]

O outro fluxo ativado pela demanda de braços do complexo de produção do açúcar foi o tráfico negreiro.[39] Como visto, o escravo africano associava-se à indústria açucareira já nas ilhas atlânticas e no Caribe. Tendo tido tal procedência o sistema instituído nas terras brasileiras, era de esperar que esse trabalhador fosse o preferido pelo empreendimento. Ademas, o tráfico negreiro era um negócio que envolvia grandes interesses, entre estes o do erário português. O uso da mão-de-obra negra no trato do açúcar só não se difundiu mais nos lugares onde a disponibilidade de recursos não permitia a aquisição de muitas "peças" desta cara mercadoria.[40] No geral, a capitalização do setor açucareiro constituía-se muito no aumento constante do plantel de escravos. Na verdade este condicionava o espaço passível de ser apropriado, sendo assim o fator fundamental de uma economia essencialmente *extensiva*, que tinha no aumento da área cultivada o motor de sua reprodução ampliada. Portanto, vincula-se a isso a tendência geral de

38 R. Simonsen estima que cerca de 30% dos índios escravizados eram exportados para fora da capitania de São Vicente (op. cit., p. 214). John Monteiro considera que, apesar de este comércio existir, a maior parte do plantel tem como destino as próprias fazendas paulistas (Vida e morte do índio: São Paulo colonial, p. 32).

39 V. M. Godinho. Op. cit., p. 166. Este autor mostra o paralelismo entre a expansão da lavoura canavieira e a entrada de africanos no Brasil. Estes eram "raros" até meados do XVI, em 1570 seu número estaria situado entre 2.000 e 3.000 em toda a colônia, mas em 1589 já somam 5.000 só em Pernambuco, e outro tanto na Bahia (p. 172). R. Konetzke concorda com os primeiros valores, estimando a população negra da colônia, em 1600, entre 12.000 e 15.000 habitantes, número que se eleva para 200.000 já em 1650 (op. cit., p. 74). S. Schwartz avalia que após 1620 entram cerca de 4.000 escravos africanos por ano em Recife e entre 2.000 e 3.000 na Bahia (op. cit., p. 281) Segundo Oliveira Marques, entre 1570 e 1600 entraram pelo menos 50.000 africanos no Brasil, cifra que sobe para 200.000 no intervalo 1600-1650, e mais 150.000 entre este último ano e 1670 (op. cit., vol. II, p. 243). Maria Luiza Marcilio estima que no século XVII entraram 560.000 negros no Brasil, o que representa 41,8% do total desembarcado na América. Segundo Marcilio a população negra (livre e escrava) da colônia em 1650 atingia o total de 100.000 habitantes (A população brasileira em perspectiva histórica, p. 20-1).

40 Vale relembrar a argumentação de Antonio Barros de Castro acerca da dinâmica da distribuição dos escravos na América, onde o preço é dado pelas áreas "superdotadas" em termos relativos, geralmente zonas novas de alta produtividade. Desse modo, a renda diferencial explicaria as relações de abastecimento de braços na "rede de regiões escravistas" (As mãos e os pés do senhor de engenho. Dinâmica do escravismo colonial).

o negro ir substituindo o escravo índio nas regiões onde progrediu a produção açucareira.

Essa íntima relação entre o trato do açúcar e a escravidão negra objetivava — como já visto — um dos circuitos mais rendosos do comércio atlântico, fundamentando uma complementaridade que Jaime Cortesão denominou de "complexo luso-afro-brasileiro".[41] Tal elã ficou evidente quando os holandeses (então senhores do nordeste açucareiro), demonstrando clara consciência dessa interdependência, conquistaram as praças portuguesas na Africa ocidental. A perda de tais entrepostos escravistas foi sentida na Bahia e no Rio de Janeiro, tendo dado mesmo um grande estímulo conjuntural às empresas paulistas de apresamento indígena — fato que bem exemplifica os complexos liames entre os diferentes circuitos do mundo colonial.

A centralidade da obtenção constante de mão-de-obra africana para a empresa canavieira (foi visto que a reposição contínua era necessária) fica evidente quando se observa que era o preço do escravo o equivalente básico para se avaliar a lucratividade ou a viabilidade de uma exploração no setor. Também a ampla crise setorial experimentada pelos produtores brasileiros a partir de meados do século XVII começou a se desenhar quando o preço do escravo no mercado atlântico começa a se distanciar do valor atribuído ao açúcar.[42]

Este comércio umbilical com a África vai, nas terras brasileiras, impulsionar seus próprios circuitos específicos (secundários na ótica geral da colônia). Já foram lembradas a produção de aguardente e a lavoura do tabaco,[43] em grande parte estimuladas por esse comércio. Todavia outro fluxo bastante importante vai desdobrar-se dessa relação afro-brasileira. Trata-se do circuito que, primeiro clandestinamente

[41] Cabe salientar que estudos mais recentes mostram que o comércio negreiro era um negócio mais afro-brasileiro que português, uma vez que há pouca triangulação nos fluxos, que escapam bastante ao controle metropolitano. Ver J. L. Ribeiro Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, p. 144 e ss.

[42] V. L. A. Ferlini mostra que enquanto o preço do açúcar cai 17% no período entre 1620 e 1634, o do escravo sobe em 55%, deteriorando gradativamente o poder de troca da colônia (*Terra...*, p. 67).

[43] Sobre a lavoura do tabaco, que se expandiu no século XVII no vale do rio Paraguaçu tendo a cidade de Cachoeira como centro, ver S. Schwartz. Op. cit., p. 83 a 85. Sobre este produto diz Adalgisa M. V. Rosário: "O tabaco representa parcela importante na renda da colônia pela sua exportação e especialmente como contrapartida no escambo de escravos negros" (op. cit., p. 51).

e depois de 1595 legalizado por um *asiento* da Coroa, desviava algumas peças africanas para os mercados da América espanhola, notadamente para as minas de Potosí, pela rota do rio da Prata.[44] Esse fluxo foi simplesmente o responsável pelos estoques metálicos circulantes no Brasil, sendo sua importância medida pela "grave escassez monetária" que a Restauração portuguesa causou na colônia, ao dificultar o trânsito nesse circuito.[45] Junto com os escravos, algumas mercadorias brasileiras (como o próprio açúcar) também eram enviadas às possessões espanholas, visando à captura da prata.

Além da demanda de trabalho, a produção do açúcar também dependia de alguns outros insumos muitas vezes externos à zona canavieira. Um destes era a lenha necessária para as fornalhas do engenho. Se a busca interna de braços gerou uma ampliação da área de visitação dos colonos, destruindo as populações encontradas, a busca da lenha atuou nos entornos imediatos das áreas de plantação, devastando as matas e tornando a obtenção do produto cada vez mais distante e cara.[46] Durante um período de ocupação inicial, à derrubada da floresta correspondia uma posterior instalação da lavoura, porém, uma vez esgotados os solos propícios, esse processo avança indiscriminadamente para o interior.[47] A obrigatoriedade da entrega de lenha para a moagem da cana das "terras vinculadas" foi um dos expedientes dos engenhos para obter acesso a esse fator da produção cada vez mais escasso.[48]

[44] V. M. Godinho lembra que as Índias de Castela tradicionalmente apareciam como grandes compradoras de escravos dos portugueses, e avalia que de 1600 à época da Restauração foram enviados para a América hispânica entre 4.000 e 8.000 africanos por ano. E conclui: "Nos sessenta anos da união dinástica, o trato português não forneceu às escápulas espanholas de além-oceano menos de 400.000 escravos" (op. cit., p. 180). S. Schwartz observa que, registrados em Sevilha (logo legalmente), foram desembarcados entre 1595 e 1640 cerca de 150.000 africanos na América espanhola (op. cit., p. 281). Apenas no ano de 1628, de acordo com Alice Canabrava, desceram no porto de Buenos Aires cerca de mil e quinhentos escravos negros (*O comércio português no rio da Prata, 1580-1640*, p. 105).

[45] S. Schwartz. Op. cit., p. 178.

[46] Sobre o tema, ver Warren Dean. *A ferro e fogo. A história da devastação da mata atlântica*.

[47] J. R. do Amaral Lapa aponta a criação das "feitorias reais" como medida da Coroa para tentar preservar alguns bosques e algumas espécies muito propícias para a construção naval, lembrando a resistência dos senhores de engenho a essa ação em várias ocasiões (*A Bahia e a Carreira da Índia*, p. 32-3 e 53).

[48] V. L. A. Ferlini. *Terra...*, p. 122.

Outro insumo fundamental para o engenho eram os animais, e notadamente a pecuária bovina aparecia como elemento indispensável a sua vida.[49] Assim, a cada zona canavieira correspondia uma área complementar de criação de gado. Tal atividade, conseqüentemente, conheceu período de expansão correspondente à difusão da cana, com as boiadas e as áreas de pecuária crescendo durante todo o século XVII.[50] Como observa Celso Furtado, através do gado, o *boom* açucareiro no litoral teve como "contrapartida a grande penetração no sertão".[51] Sendo uma exploração que demandava basicamente a hinterlândia, a pecuária "contribuiu fundamentalmente a que a dominação portuguesa se estendesse sobre o dilatado interior brasileiro".[52] Aqui, cabe realce à expansão baiana que avançando pelo vale do São Francisco acabou por colonizar o Piauí, chegando às margens do Tocantins no final do Seiscentos.[53]

Enfim, observa-se, pelas várias articulações mencionadas, que o

[49] Celso Furtado, falando da necessidade de lenha e de animais, conclui: "Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país" (op. cit., p. 48). Como visto, poder-se-ia adicionar o comércio de escravos índios.

[50] Basílio de Magalhães situa entre 1590 e 1690 a "fase mais notável de irradiação" dos rebanhos, realçando a conquista do sertão baiano e do vale do rio São Francisco e o avanço sertanejo paralelo ao litoral nordestino (op. cit., p. 146). Caio Prado Jr. também confirma a plena ocupação do sertão pela pecuária já no final do XVII (op. cit., p. 194-5). M. Buescu & V. Tapajós estimam o rebanho bovino brasileiro no final deste século entre 1,3 e 1,5 milhão de cabeças (op. cit., p. 36).

[51] Op. cit., p. 64. Furtado observa que o caráter extensivo da pecuária fixa pouco valor ao solo, porém, por outro lado, envolve espaços dilatados fazendo da "economia criatória" um "fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro" (p. 62). R. Simonsen também alude a esse fato: "A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população, é uma indústria extensiva por excelência", e por isso, sendo a "primeira retaguarda econômica dos engenhos de açúcar, promoveu nos séculos XVI e XVII, a ocupação de uma vasta região do sertão" (op. cit., p. 187 e 185).

[52] R. Konetzke. Op. cit., p. 301. F. Mauro afirma que com a expansão da pecuária "aumenta rápida e consideravelmente o império do homem sobre o espaço brasileiro" (op. cit., p. 84).

[53] Ver Caio Prado Jr. Op. cit., p. 241 e C. Furtado. Op. cit., p. 64. R. Simonsen lembra que as terras às margens do São Francisco — o "rio dos currais" — já estão doadas em sesmarias ao final do século XVI (op. cit., p. 152). Em meados do XVII o gado já trafegava pela bacia do Parnaíba, e Luis B. Mott fala na existência de trinta fazendas em 1674 no Piauí, número que chega a 129 em 1697 (O patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí colonial, p. 31).

motor do desenvolvimento brasileiro no período era claramente a produção do açúcar. O engenho era o centro da vida econômica da colônia, a "fábrica que processava a cana e dava sentido à ocupação da terra" neste setor que "necessitava de uma unidade manufatureira para viabilizar a mercantilização das lavouras".[54] Ele representava grande massa de capital fixado, cuja reprodução implicava o funcionamento de uma complexa rede de circuitos subsidiários de escalas variáveis: desde os fluxos locais das "tarefas de cana" e da lenha até os mais dilatados referentes à reposição dos estoques de mão-de-obra. Pode-se falar em verdadeira rede de relações, na qual, conforme a avaliação de Stuart Schwartz, "os fluxos de renda dos engenhos para outros setores da economia... representavam grandes transferências de recursos".[55] Este tema introduz a questão da lucratividade vivenciada pela atividade açucareira.

O proprietário de um engenho auferia variadas formas de renda. A absoluta, pela exploração ou cessão da terra, agregando renda diferencial ou mesmo de monopólio pelas qualidades (naturais e locacionais) intrínsecas desta.[56] Além das fundiárias, auferia também renda de manufatura pela moagem e elaboração da cana de outrem. E ainda a resultante da utilização do trabalho compulsório de índios e negros: uma renda escravista. Todavia, mesmo somando essas parcelas, a lucratividade média era baixa em face do montante do capital investido. Vera Ferlini, estudando a contabilidade do engenho Sergipe do Conde, chega a uma taxa de retorno de dez por cento do investimento realizado. Stuart Schwartz, estima entre cinco a dez por cento a taxa de lucro do setor nos anos áureos do açúcar chegando a dois por cento em anos médios.[57] Todavia, este autor lembra que, sendo uma economia extensiva, boa parte dos lucros dos engenhos vai aparecer como ampliação de bens de capital.[58]

[54] V. L. A. Ferlini. *Terra...*, p. 170.

[55] Op. cit., p. 205.

[56] Schwartz observa a dificuldade em se falar de gasto médio dos engenhos dada a variação das despesas de cada um em função de sua situação geográfica (op. cit., p. 191). Sem dúvida o custo de transporte e a distância dos portos de embarque do açúcar atuavam marcadamente no custo de produção.

[57] V. L. A. Ferlini. *Terra...*, p. 191. Em outro trabalho a autora fornece uma taxa média de lucro de 5% (*A civilização...*, p. 81). E S. Schwartz (op. cit., p. 196) critica a superestimação da lucratividade do setor (por volta dos 80%) defendida por Celso Furtado (p. 240).

[58] Nas palavras de S. Schwartz: "O valor dos ativos crescia mais rápido que a renda"

A aquisição de novas terras, a ampliação da área de cultivo (com a formação de novos canaviais), e, sobretudo, a reposição dos estoques de mão-de-obra, constituíram os principais itens da capitalização efetuada pela economia açucareira que, como observado, se reproduzia num padrão extensivo. Vera Lúcia Ferlini faz a seguinte leitura do processo: "A atividade agrícola não consistia, para o colono, fator de acumulação de capitais mas de riquezas, no sentido de resultar na ampliação do fundo de terras e de escravos".[59] De todo modo, como bem destaca Celso Furtado, o complexo açucareiro autofinanciou a sua expansão.[60] Além de, como visto, dinamizar vários circuitos e representar uma fonte significativa de ingressos para a metrópole.

O ponto frágil dessa organização econômica não residia numa incapacidade de remunerar adequadamente o capital investido, mas na sua dupla dependência dos estímulos externos, metropolitanos ou europeus.[61] Em primeiro lugar, observa-se sua sujeição total em face das flutuações no mercado de realização da sua mercadoria, o que deixava a remuneração do produtor do açúcar ao acaso das conjunturas dos preços na Europa. Ante as oscilações ali observadas, o produtor — arcando, como visto, com os custos de um alto investimento — era o elo mais fraco quanto ao fôlego financeiro neste circuito. Não foi por outro motivo que a Coroa editou, em 1612, uma lei proibido a expropriação dos engenhos por dívida, a qual visava a dar maior flexibilidade ao ciclo do capital no setor. De todo modo, a subordinação do senhor de engenho ao comerciante de açúcar era um dado estrutural de um sistema criado — como já posto — para colonizar, mas, antes de tudo, para bem remunerar o capital mercantil.

A segunda debilidade referia-se ao abastecimento de manufatura-

(op. cit., p. 196). Em termos geográficos, a riqueza exprimia-se como apropriação de espaços e fixação de valor ao solo.

59 *Terra...*, p. 197. Em outra passagem, V. Ferlini comenta que a empresa açucareira não gera lucros de monta, mas é "cristalizadora de poder", o que garante aos senhores de engenho a hegemonia interna (p. 193). P. Chaunu vê um paradoxo nesse sistema: um "capitalismo senhorial", ávido de terras e com baixa lucratividade (*Conquista e exploração dos novos mundos*, p. 319).

60 Op. cit., p. 50. S. Schwartz observa que, no século XVII, quando não havia mais terra nem braços gratuitos ou tão baratos, a taxa de expansão do sistema açucareiro baixou de 5% para 2% ao ano (op. cit., p. 197).

61 C. Furtado enfatiza bastante essa dependência ante a demanda externa, que faz as áreas produtoras de açúcar entrar numa "letargia secular" quando da retração do mercado na segunda metade do século XVII (op. cit., p. 56 a 58).

dos. A colônia dependia, em alguns itens essenciais, quase totalmente de suprimentos importados da metrópole, uma vez que a parcela do valor criado internalizada não se destinou à instalação de atividades voltadas para suprir o mercado interno de bens mais elaborados.[62] Assim, os artefatos metálicos em geral, a pólvora, tecidos, e mesmo alguns produtos alimentares (como vinho, azeite, e tantos outros), tudo era suprido por importação. Isso tornava os termos de troca o fiel da balança da economia colonial, cuja crise se manifestava pela sobreposição de condições desfavoráveis em face das duas dependências: na conjuntura de preços baixos do açúcar e de alta das mercadorias importadas. Porém, essa é uma situação do período pós-Restauração e da segunda metade do século XVII. Aqui cabia mostrar o dinamismo da possessão colonial assimilada pelo império filipino quando da união das Coroas ibéricas.

Vale rememorar que a dominação espanhola instalou-se em meio a uma crise dinástica em Portugal. E, como visto, a nobreza lusitana em sua maior parte rapidamente aderiu à causa do rei castelhano, legitimando sua pretensão e escorando-se na crença de um reflorescimento econômico do reino advindo da participação nos negócios do rico e amplo império dos Filipes. Foi visto também que a fórmula encontrada para a incorporação mantinha uma autonomia formal da administração do reino português e de suas colônias, que passavam a ser dirigidas por um conselho — composto por elementos do clero e da aristocracia lusitanos — o qual respondia diretamente à Coroa espanhola, nos mesmos moldes do Conselho das Índias.[63]

Esta autonomia administrativa não alterava, entretanto, o fato de os territórios portugueses estarem agora inseridos numa nova rede de relações internacionais. Como bem observa Pierre Chaunu, a união ibérica punha "o espaço português a serviço dos altos desígnios da geopolítica religiosa espanhola".[64] O Brasil especificamente, apare-

62 Segundo C. Furtado, a alta especialização da atividade canavieira gera um significativo mercado, porém este se atrela quase totalmente às importações no que tange a manufaturados (op. cit., p. 60).

63 Na verdade, a estrutura imperial da Espanha implicava um modelo administrativo geograficamente setorizado, e, nesse sentido, Portugal e suas colônias passam a ser mais um componente deste complexo mosaico. Na consideração de J. H. Elliot, com a unificação, o império português torna-se mais uma peça no "patrimônio ingovernável" dos Habsburgos (*La España imperial*, p. 300).

64 Op. cit., p. 376. Pode-se dizer que, de um oligopólio ibérico, a América torna-se efetivamente um monopólio do império espanhol, no sentido mais estrito do termo.

cia, de início, para tal orientação, com uma clara função defensiva: a posse de suas terras tinha "a vantagem de garantir à Espanha as fronteiras do Peru".[65] Todavia, para as finanças portuguesas — como visto — a colônia brasileira representava bem mais. E essa dupla concepção marcou bastante a política metropolitana para o Brasil ao longo do período da unificação, sendo deveras responsável pelas tensões entre o Conselho de Portugal e a corte de Madri.

De todo modo, mesmo que formal, a separação da gestão colonial portuguesa permitia que se mantivesse certa especificidade, por exemplo jurídica, entre a América lusitana e a hispânica. Isso ficava evidente na legislação sobre o trabalho indígena: enquanto nas possessões espanholas a liberdade formal das populações autóctones era reconhecida desde 1542, no Brasil continuou a vigorar uma postura legal ambígua que possibilitava a ampla escravidão dos índios.[66] Apesar de acatar uma ótica geopolítica geral, que considerava uma boa política indigenista fator de segurança das colônias, a Coroa espanhola não modificou esse item essencial para a vida econômica brasileira.[67] Na verdade, ela atuou num jogo de avanços e recuos no que tange ao tema, sendo que, ao final, com a lei de 1611 observa-se, na opinião de George Thomas, "uma capitulação quase total da Coroa perante as exigências dos colonos brasileiros".[68] As razões de ordem econômica haviam prevalecido mantendo-se nas terras do Brasil a legalidade da

[65] Frédéric Mauro. Op. cit., p. 69. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, o Brasil aparecia inicialmente para a Coroa espanhola como "uma defesa atlântica do seu império, a barreira geográfica que o protegia" (*Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*, p. 3).

[66] George Thomas. Op. cit., p. 112. Ver também p. 130 e 134. A ambigüidade aludida fica bem exemplificada nos testamentos paulistas do período nos quais os escravos índios aparecem como um bem de relevante valor (ver John M. Monteiro. Os Guarani e a história do Brasil meridional, p. 494).

[67] Como bem aponta Beatriz P. Moisés: "Os reis, em geral, recomendam que se tente a pacificação antes de qualquer guerra, pois, se o aldeamento é a realização do projeto colonial, a guerra é, ao contrário, sua negação", todavia, o princípio da "guerra justa", ao ser reafirmado, abre a "possibilidade indiscutível da escravidão lícita" (Índios livres e índios escravos, p. 125 e 124).

[68] Op. cit., p. 154. A lei mencionada representava um claro recuo ante as legislações de 1595 e de 1609, que, assentando-se na idéia do aldeamento, faziam "dos jesuítas os responsáveis principais da política indigenista no Brasil" (p. 135). A lei de 1611 vai conceder aos colonos "co-responsabilidade na administração das aldeias", criando a figura do "capitão dos índios" responsável pela alocação da mão-de-obra aldeada (p. 155-6).

escravidão indígena por resgate ou pela guerra justa por todo o período do domínio espanhol.

O objetivo metropolitano de manter a identidade diferenciada das colônias luso-americanas trazia também em seu bojo a idéia de um controle mais eficaz do *exclusivo*, cuja vigência no mundo ultramarino espanhol era muito mais efetiva que nas possessões portuguesas, e, como visto, quase inexistente no caso do Brasil.[69] Assim, várias normas restritivas vão ser postas em prática, pela primeira vez, em terras brasileiras. As restrições ao livre comércio, a proibição aos estrangeiros de residir na colônia, e finalmente o fechamento dos portos,[70] foram medidas que respondiam a uma política imperial européia dos Filipes, e que traziam grandes alterações à economia brasileira, até então não sujeita a uma lógica monopolista, na qual o controle régio pleno estava limitado ao comércio do pau-brasil.[71] Vê-se aqui com clareza a aludida duplicidade de concepções acerca da política colonial para o Brasil.

Os resultados obtidos com a tentativa de isolamento da terra brasileira ante outras nações européias serão retomados a seguir; antes cabe analisar os efeitos locais de tal orientação, discutindo os contatos intra-americanos, isto é, entre o Brasil e a América espanhola. Aqui, apesar das proibições, a união peninsular estimulou fluxos já preexistentes que envolviam basicamente três rotas: a dos "aventureiros", fluvial e terrestre, que saindo de São Paulo demandava o Paraguai; a do "contrabando", marítima, que ligava vários portos brasileiros a Buenos Aires; e a de "curiosidade", que buscava o Peru pelo Amazonas.[72] Vale lembrar ainda que não faltaram propostas de legalização de um

[69] Brailey W. Diffie afirma que a ampla presença de personagens e interesses não lusitanos na colonização portuguesa do Brasil quinhentista colide com a idéia da vigência de um exclusivo nesta colônia (Os privilégios legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil do século XVI, p. 3-4). Susan Schneider, comentando esse texto, lembra ser a América hispânica mais hostil aos estrangeiros (Comentário, p. 27). Diz ela: "O exclusivo... não caracterizou o período inicial do imperialismo português" quando "Portugal incentivou aberta e oficialmente a participação comercial estrangeira" (p. 29).

[70] Ver S. B. de Holanda & O. Pantaleão. Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista, p. 163.

[71] R. Simonsen comenta: "As primeiras restrições ao livre comércio com o estrangeiro surgiram já no tempo em que Portugal se encontrava sob o domínio espanhol" (op. cit., p. 353). Ver também Caio Prado Jr. Op. cit., p. 86.

[72] S. B. de Holanda. *O extremo oeste*, p. 163 e F. Mauro. Op. cit., p. 70.

desses caminhos como roteiro oficial de escoamento da prata peruana.[73] De todo modo, nesse aspecto, não há como discordar de Capistrano de Abreu quando conclui que a união ibérica teve "conseqüências favoráveis" para o Brasil ao abrir a ocupação das bacias do Amazonas e do Prata, e nem de Hélio Vianna quando considera que houve nesse período um "relaxamento" dos limites.[74]

Já foi apontada a importância desses circuitos (intra-americanos e extralusitanos) no abastecimento metálico do Brasil, cabendo portanto aprofundar a análise do seu movimento, ressaltando a aceleração recebida com a união ibérica. No que toca ao mais importante deles, o que demanda Buenos Aires, vale lembrar que esta cidade — refundada em 1580, em função do dinamismo analisado — era o porto de um caminho natural que já no período pré-colombiano relacionava a zona pampiana com a cordilheira e que acaba por tornar-se (na época enfocada) o "eixo da vida colonial... na parte meridional do continente sul-americano".[75] O crescimento desta "cidade de trânsito" ao longo da primeira metade do século XVII vai atestar o dinamismo dessa rota de abastecimento de Potosí.[76] Tanto que, numa medida dúbia e paliativa, a Coroa acaba por liberar em 1602 — sob rígidos limites — a permissão para Buenos Aires comerciar com o Brasil. Tais limites, que foram ampliados com as leis mais restritivas de 1618 e 1622, acabaram por ativar o tráfico ilícito nesse circuito,[77] perenizando

[73] Sérgio B. de Holanda. *O extremo...*, p. 125. O autor lembra o projeto do governador Saavedra que, em 1607, propôs um itinerário singular para esse circuito: Santa Catarina—Assunção—Santa Cruz de la Sierra—Peru (p. 130).

[74] C. de Abreu. *Capítulos de história colonial*, p. 81 e Hélio Vianna. *História diplomática do Brasil*, p. 41. Cabe assinalar que a divisão estabelecida em Tordesilhas perdia muito do seu sentido em face da nova situação política introduzida pela unificação metropolitana.

[75] Alice Canabrava. Op. cit., p. 42; ver também p. 38-9. A segunda fundação de Buenos Aires "marcou o sucesso do plano de ligação terrestre entre o Alto Peru e o Rio da Prata pela via continental de Tucumán" (p. 60). S. B. de Holanda completa: "Buenos Aires em seus inícios e durante a maior parte do XVII, uma povoação semiportuguesa" (A instituição do governo geral, p. 130).

[76] A. Canabrava. Op. cit., p. 112 a 114. C. Boxer aponta o intenso tráfico desta via ilegal já no fim do século XVI, lembrando que nessa época Buenos Aires recebia entre quatorze e dezoito navios por ano, número igual ao do embarcadouro oficial de Portobelo (*Salvador de Sá...*, p. 91).

[77] A. Canabrava. Op. cit., p. 73 a 78. Os *asientos*, dados a comerciantes portugueses, representavam — ainda segundo Canabrava — do ponto de vista estrutural, uma "considerável brecha no exclusivo colonial" espanhol (p. 152).

uma grande rede de contrabando que não foi desalojada nem pela criação, neste último ano, da alfândega seca de Córdoba, e nem mesmo pela Restauração portuguesa em 1640.[78]

A relação de Buenos Aires se fazia com vários portos brasileiros, porém se evidenciava o fluxo com Salvador — verdadeiro "centro redistribuidor" de escravos e produtos manufaturados para o rio da Prata — e, em menor escala, com Rio de Janeiro e Recife.[79] Vale lembrar que a presença portuguesa não apenas era significativa a ponto de controlar o *cabildo* de Buenos Aires, como também se alocava ao longo de todo este circuito de distribuição, chegando a deter certa influência até na praça de Lima.[80] O abastecimento desse fluxo vai conhecer algumas dificuldades quando a marinha holandesa se assenhoreia do Atlântico sul, tornando estas águas perigosas para os barcos portugueses.[81] Esse fato, e a queda da produtividade das minas de Potosí, seriam os elementos explicativos do decréscimo deste circuito em meados do século XVII.[82]

No que tange à outra grande bacia sul-americana, a do Amazonas, a instalação portuguesa na região iniciou-se com a ação de desalojamento dos franceses no Maranhão, fato que bem demonstrava o relaxamento das fronteiras advindo da unificação ibérica, pois tal ação se processou "sem que se procurasse indagar a que Coroa estavam afeitos tais trabalhos por força da linha de Tordesilhas".[83] A presença fran-

[78] S. B. de Holanda. *O extremo...*, p. 163.

[79] A. Canabrava. Op. cit., p. 121. Além de escravos negros e índios e de manufaturados europeus, eram enviados a Buenos Aires artigos de abastecimento tanto brasileiros (como o açúcar, a marmelada, a farinha de mandioca, o arroz etc.) quanto portugueses (como o vinho, o azeite, o sal, a pimenta etc.). De Buenos Aires esses produtos eram reexportados para o Chile, para Tucumán e Potosí, sendo a prata a mercadoria de retorno dos barcos brasileiros (p. 140 a 143).

[80] A. Canabrava qualifica a rápida penetração dos portugueses no Peru como verdadeira "expansão comercial" (op. cit., p. 155 e 162). A autora exemplifica com a vasta rede de trocas comandada pelo bispo português de Tucumán (p. 84 a 86). Com a Restauração lusitana, esses comerciantes foram o alvo primeiro da Inquisição de Lima (p. 178).

[81] Tal situação estimulou um relativo reavivamento da rota fluvial e terrestre que da capitania de São Vicente demandava o Paraguai (A. Canabrava. Op. cit., p. 135-6).

[82] A. Canabrava. Op. cit., p. 182. Esta autora observa que, entre 1623 e 1636, os holandeses se apossaram de 545 navios luso-espanhóis (p. 174), e lembra que na primeira dessas datas apenas dois barcos deram entrada no porto de Buenos Aires (p. 175).

[83] R. Simonsen. Op. cit., p. 147.

cesa nessa zona era antiga, na prática habitual de escambo com as populações indígenas, porém a expedição que se instala em 1612 na baía de São Marcos apresentava claro intuito colonizador.[84] Todavia a existência da França Equinocial foi efêmera, pois a frente pernambucana de expansão animada pelo apresamento indígena avizinhava-se da região, e rapidamente se volta para o combate ao "invasor".[85] A Coroa espanhola estimulou esta ação e foi em nome dos *direitos do rei de Castela* que os portugueses atacaram São Luís em 1615, desalojando os adversários.[86]

Logo após essa vitória, um destacamento das tropas foi rapidamente enviado pelo litoral norte com a missão de consolidar a presença "luso-hispânica" na área. Este vai fundar, em 1616, o forte do Presépio na foz do rio Amazonas, marco da ocupação do vale amazônico e berço da cidade de Belém. Assim, como bem observa Celso Furtado, "foi defendendo as terras da Espanha dos inimigos desta que os portugueses se fixaram na foz do grande rio, posição-chave para o fácil controle da imensa bacia".[87] Vale todavia recordar que esta zona do delta amazônico permanecia como verdadeira terra de ninguém, conhecendo, na época analisada, estabelecimentos não apenas de franceses mas também de ingleses e holandeses; diga-se de passagem que os últimos só abandonarão seu derradeiro baluarte na região em 1646.[88]

[84] A expedição de LaTouche é composta de quinhentos homens, e logo ao desembarcar constrói uma fortificação e estabelece uma ampla aliança com as tribos tupis moradoras da região, o que bem revela o intuito de fixação (Carlos de Lima. Op. cit., p. 52 e 53).

[85] A presença francesa foi notada pela expedição exploratória de Martim Soares Moreno que do litoral nordestino avançava pelo Ceará, capturando índios para as plantações de açúcar (Basílio de Magalhães. Op. cit., p. 48 e Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 88-9). A esta expedição se deve a fundação de Fortaleza em 1611 e de Nossa Senhora do Rosário em 1613, já em terras maranhenses (H. Vianna. Op. cit., p. 43). Vale lembrar que é a Sevilha (e não a Lisboa) que Moreno acorre para alertar do perigo da França Equinocial (Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, p. 262).

[86] Ver Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 193 e 91. Capistrano lembra que, como recompensa dos serviços prestados, Martim Moreno foi nomeado capitão do Ceará (*Caminhos...*, p. 365). Quanto ao processo de desalojamento, ver Carlos de Lima. Op. cit., p. 56 e 57.

[87] C. Furtado. Op. cit., p. 72.

[88] Ver R. Simonsen. Op. cit., p. 307-8 e Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 139. Sobre o forte holandês no Xingu, ver Hermann Watjen. *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 70.

De todo modo, a partir do momento analisado a presença portuguesa na área afirma-se progressivamente.[89]

A importância estratégica do domínio do Maranhão e da foz do Amazonas foi bem avaliada pela geopolítica imperial filipina, o que se expressa nos esforços empreendidos pela fortificação e pelo povoamento da região.[90] O gradativo controle português da área também não passava despercebido das autoridades metropolitanas que, em 1621, criam o Estado do Maranhão com administração autônoma em relação à colônia brasileira.[91]

Tal medida visava claramente a uma separação geopo-lítica dos destinos das duas colônias. Entretanto, a economia em parte agiu contra os desígnios da metrópole, pois, apesar da relativamente rápida ocupação ocorrida na década inicial da nova colônia,[92] esta não conheceu uma atividade produtiva que a viabilizasse no circuito mercantil. Lia Osório Machado capta bem a situação: "sob o prisma da extensão territorial, portanto, era praticamente irrisória a infra-estrutura que materializava

[89] Ver Caio Prado Jr. Op. cit., p. 43. Lia Osório Machado aponta Belém, Cametá e Gurupá como os pioneiros núcleos de ocupação dessas paragens, o último edificado sobre um fortim holandês tomado pelos portugueses em 1623 (*Mitos y realidades de la Amazonia brasileña en el contexto geopolítico internacional (1540-1912)*, p. 28).

[90] Carlos de Lima lembra que o forte de São Luís contava com um contingente de 573 soldados em 1616, contra 140 servindo na guarnição de Salvador, a capital da colônia, na mesma época (op. cit., p. 58). Quanto ao povoamento, o autor aponta a chegada de trezentos colonos açorianos em 1618, mais duzentos em 1620, e cerca de setecentos entre essa data e 1627 (p. 59). A abertura da estrada entre Alcântara e Belém também se inscreveria nessa orientação (p. 59).

[91] Esta nova colônia abrangia desde o Ceará até uma indefinida fronteira amazônica (C. Furtado. Op. cit., p. 73). Conforme Carlos de Lima, o Estado do Maranhão abarcava duas colônias — Maranhão e Grão-Pará — divididas em onze capitanias: Maranhão, Cumã, Gurupi (ou Caeté), Vigia, Pará, Joanes, Cametá, Rio Negro, Gurupá, Cabo do Norte e Xingu (op. cit., p. 61). Demosthenes de Oliveira Dias afirma que em 1633 foram criadas as capitanias de Cumá (ou Cuman), Caeté (ou Gurupi), Cametá e Gurupá. Em 1637 foi criada a capitania do Cabo Norte, em 1665 a de Joanes (ou Marajó), e em 1685 a do Xingu (*Formação territorial do Brasil*, p. 98). Sobre a capitania do Cabo Norte que abarcava a administração da zona mais setentrional da colônia, ver H. Vianna. Op. cit., p. 44 e B. de Magalhães. Op. cit., p. 29).

[92] Ocupação que abarcava a zona litorânea entre São Luís e Belém (C. Furtado. Op. cit., p. 72) e estendia-se num povoamento ralo e disperso ao longo das áreas ribeirinhas do rio Amazonas, que se apresentavam ao colonizador como um "prolongamento do litoral" (Caio Prado Jr. Op. cit., p. 69). R. Garcia coclui: "Tirado das mãos dos franceses, em 1614, pelo esforço pernambucano, o Maranhão prontamente povoou-se" (op. cit., p. 181).

a presença portuguesa", tratava-se de um "domínio territorial difuso e frágil" apoiado no escambo e na escravidão indígena.[93] Isso acarretou grande autarquização da vida econômica, em que o apresamento de índios para a zona açucareira aparecia como uma das poucas atividades lucrativas.[94] O Ceará, mais próximo, integrou-se de forma mais orgânica ao complexo nordestino, numa função subsidiária de abastecimento de escravos e, posteriormente, de gado,[95] o que definiu sua sorte quando da invasão flamenga.

Enfim, a união peninsular propiciou ampliação do território colonial brasileiro, com expansão nucleada pelas regiões de colonização já consolidadas que ultrapassa muito as fronteiras definidas em Tordesilhas. Ao norte, completa-se a instalação na fachada atlântica, dominando a entrada do vale amazônico, o qual se abre para expedições exploratórias que por ele trafegam ao longo de todo o século XVII.[96] Nas terras meridionais, a intensificação do trânsito para o Peru alarga a área de circulação dos paulistas para o sul, perenizando certos itinerários e certos pousos.[97] E mais, o gado e o apresamento indígena expandem os espaços conhecidos da colônia em todos os quadrantes do sertão.

É interessante observar que foi nos espaços pouco ocupados das áreas de trânsito e visitação esporádica da colonização ibérica, isto é, nas zonas terminais da efetiva conquista do solo sul-americano, que a

[93] Op. cit., p. 37. Diz L. O. Machado que na Amazônia, na época analisada, não se instalou uma atividade de exportação e "em linhas gerais predominava uma economia de subsistência associada à economia natural" (p. 38).

[94] Ver C. Furtado. Op. cit., p. 73 e R. Simonsen. Op. cit., p. 308. Simonsen lembra que a interrupção deste circuito com a invasão holandesa acarretou grande penúria ao Estado do Maranhão (p. 390). Diz L. O. Machado: "Foi com os benefícios provenientes do tráfico de escravos indígenas para Pernambuco que se custeou a defesa do território e permitiu o assentamento de colonos na área, até sua interrupção pela ocupação holandesa " (op. cit., p. 29).

[95] Capistrano de Abreu. *Caminhos...*, p. 288. Este autor lembra que a comunicação terrestre entre o Maranhão e a Bahia só se estabilizou no fim do século XVII (p. 289), e salienta também a dificuldade da relação marítima entre esta colônia e o nordeste brasileiro (p. 286).

[96] As frentes de apresamento indígena, saindo de Belém, chegam ao Tapajós em 1626, ao rio Negro em 1656, e ao alto Solimões em 1690. Pedro Teixeira explora o Xingu em 1625, e em sua segunda expedição, em 1637, chega a Quito (Antonio Porro. História indígena do alto e médio Amazonas, p. 176 e 180).

[97] V. M. Godinho qualifica o "peruleiro" como "um dos tipos sociais e econômicos mais importantes da vida brasileira em fins do XVI e durante o XVII" (op. cit., p. 103).

Igreja Católica tentou pôr em prática sua política específica de colonização. Foram nas duas grandes bacias mencionadas, limítrofes entre as possessões espanhola e portuguesa, que se instalaram com maior ênfase — no período estudado — as zonas de redução indígena que constituíram os *territórios missioneiros* da América do Sul. A questão da real motivação desse projeto e da efetiva soberania sobre estes espaços permanece matéria polêmica.[98]

De todo modo, a união ibérica havia diminuído a separação entre o padroado português e o patronato espanhol, aproximando-os mais da órbita de influência do Vaticano. E esse, como visto, desenhava na época uma geopolítica sul-americana, na qual constava a idéia de um Estado-tampão entre as Américas hispânica e lusitana, propósito do qual a própria unificação peninsular retira boa parte da justificativa. A criação da Sagrada Congregação para a Propaganda da Fé, em 1622, com a função de coordenar o trabalho missionário da Igreja no além-mar, mostra o interesse colonial do papado na época.[99] Enfim, pode-se dizer que foi também no relaxamento dos limites, propiciado pela dominação hispânica, que se inscreveu a epopéia da construção das missões.

Estas se difundem por todos quadrantes da colônia a partir de meados do século XVI, porém — repetindo aqui um padrão geral de instalação, já visto — foram buscar prioritariamente aquelas áreas de penúria, sem atrativos maiores para o colonizador, logo, regiões de escasso povoamento europeu e onde se adensava a população autóctone. Ao sul, a bacia do Paraná-Paraguai, conformando o *core* da vasta região guarani, vai definindo-se nas primeiras décadas do XVII como a grande área missionária, conhecendo três zonas de adensamento no atual território brasileiro: a do Guairá (em terras hoje do estado do Paraná), a de Itatins (no Mato Grosso do Sul) e a do Tape (no Rio Grande do Sul).[100] Estas áreas foram, como visto, os alvos prioritários

[98] C. Boxer está entre os autores que realçam a efetiva autonomia das missões, considerando-as dentro da perspectiva de instalação de um Estado teocrático, "nominalmente" vinculado à Coroa espanhola (*Salvador...*, p. 84-5). Sobre as motivações missionários, ver Idem. *A Igreja e a expansão ibérica*.

[99] C. Boxer. *A Igreja...*, p. 101 e 102. Urbano VIII, especialmente, estimula a expansão do trabalho missionário. John M. Monteiro lembra que as missões recebiam um "estipêndio" do Vaticano para sua manutenção (*Negros...*, p. 71).

[100] As primeiras missões da região, no Guairá, instalam-se em 1609 e difundem-se rapidamente. Fato confirmado por todos os analistas, apesar de alguma discordância quanto aos números desse processo: Bennassar fala de cinco missões na área em 1614, e em treze em 1647, congregando cerca de 100.000 índios (op. cit., p. 183); Konetzke

de apresamento dos paulistas ao findar o primeiro quartel do Seiscentos.[101] Ao norte, notadamente ao longo dos rios amazônicos, a instalação das missões tardou um pouco mais, conhecendo seu auge na segunda metade do referido século, porém se estabelecem de forma mais perene.[102] Também nessa região, o conflito em torno da "administração" dos índios rapidamente se instalou.

Como vistos, a população autóctone era, aos olhos dos colonos, uma riqueza natural depositada, um "fruto da terra" que os missionários queriam tirar de suas mãos. Assim, o antagonismo entre os colonos e as ordens missionárias era um dado estrutural: tratava-se de projetos díspares referidos a um mesmo objeto, o indígena. Por isso, não foi à toa que a máxima radicalidade nessa tensão ocorresse exatamente naqueles centros povoadores onde o apresamento de índios se tinha tornado a empresa mais lucrativa do lugar, culminando com a expulsão dos jesuítas (a ordem também mais radical em seus objetivos) da capitania de São Vicente em 1640[103] e do Maranhão em 1661.[104]

concorda com estes números (op. cit., p. 252); G. Thomas estima a população das reduções de Guairá em 33.000 índios (op. cit., p. 181); J. M. Monteiro fala de quinze missões em 1628, com cerca de 35.000 habitantes (*Negros...*, p. 70, e Os Guarani..., p. 492). Berta Ribeiro comenta que em 1631 restavam apenas duas missões na área, com cerca de 10.000 habitantes aldeados (*O índio na história do Brasil*, p. 59).

101 J. M. Monteiro considera o período entre 1610 e 1640 o de grande apresamento de guaranis. Os dois grandes ataques ao Guairá, comandados por Raposo Tavares, ocorreram em 1628 e 1632, tendo apresado entre 33.000 e 55.000 índios (*Negros...*, p. 62, 71 e 74; ver também: Os Guarani..., p. 492). Conforme B. Ribeiro, somente no ataque a missão de Encarnación foram escravizados 15.000 guaranis (op. cit., p. 59). Em 1632-1633, os paulistas atacam as missões de Itatins, e entre 1635 e 1641 as reduções do Tape (ver R. Simonsen. Op. cit., p. 211; G. Thomas. Op. cit., p. 181-2; e B. de Magalhães. Op. cit., p. 98-9).

102 Em 1660, segundo L. O. Machado, havia 28 missões "espanholas" no Maranhão, abrigando cerca de 80.000 índios, as quais são destruídas pelos portugueses no início do século XVIII (op. cit., p. 32-3). Esta autora comenta que a Amazônia foi repartida entre as ordens religiosas: os jesuítas nos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os carmelitas no Solimões e Negro; e os franciscanos no baixo e médio Amazonas (p. 50). E. Hoornaert salienta o papel das ordens na colonização ibérica do Estado do Maranhão e do vale amazônico, observando que os carmelitas se instalam aí em 1615, os franciscanos dois anos depois, e os jesuítas em 1638 (*A Igreja no Brasil colônia*, p. 39).

103 Esta expulsão foi decidida por uma junta representativa das câmaras de São Paulo, Santos, São Vicente, São Sebastião, Itanhaém e Cananéia (G. Thomas. Op. cit., p. 197-8). Este autor lembra que os jesuítas só voltam a São Paulo em 1653, e com poderes bem mais restritos sobre os índios.

104 R. Simonsen. Op. cit., p. 316 e Carlos de Lima. Op. cit., p. 70. Lia O. Machado aponta a ambigüidade da política indigenista da metrópole na região, onde campeia a escravidão do gentio, apesar da consciência de que "a forma menos custosa para garantir o domínio do espaço amazônico, periférico às principais correntes do comércio mundial da época, era, sem dúvida, a missão religiosa" (op. cit., p. 40-1).

De todo modo, o capítulo missionário da ocupação das duas grandes bacias sul-americanas ilustra bem os desdobramentos da união ibérica em solo colonial. A facilidade e oportunidade desse projeto veio, como visto, por certa unificação do clero colonial que repunha a unidade supranacional das ordens e da Igreja em geral. Por outro lado, a oposição e a grita dos colonos também desconheceu as nacionalidades, aproximando portugueses e espanhóis no apresamento do gentio aldeado e no combate aos missionários. Vale lembrar, com Sérgio Buarque de Holanda, o significativo número de hispano-paraguaios nas bandeiras paulistas.[105] A própria dubiedade da ação régia ante os ataques sofridos pelas missões revela tais desdobramentos sobre a geopolítica colonial metropolitana.[106]

Observa-se, com o exemplo das missões, que a dominação hispânica propiciou significativa expansão da colônia, ao mesmo tempo que também introduziu elementos de fragmentação que complicam a própria soberania efetiva sobre essas terras. Nesse sentido, cabe salientar um ponto de importância seminal que a unificação ibérica trouxe para a vida colonial americana, e, mais precisamente, para a formação brasileira. Trata-se de aspecto de não somenos relevância, qual seja, a cobiça e hostilidade dos "tradicionais inimigos" da Espanha quanto ao Brasil.[107] Isto é, ocorreu a transferência para o cenário americano

105 *O extremo...*, p. 145-6. S. B. de Holanda considera que a população civil das cidades espanholas em muitas ocasiões compactuou com os ataques paulistas às missões (p. 141). Segundo ele, os jesuítas sustentaram esta acusação de conivência quando de seus reclamos a Madri (p. 149).

106 Pois, como visto, a escravidão indígena era proibida e sua discussão, já havia muito, tinha sido ultrapassada no direito espanhol. E, como avalia J. M. Monteiro: "as bandeiras tomaram a sua conta a incumbência do apresamento indígena, em flagrante desrespeito às leis do reino" (Vida..., p. 32). G. Thomas aponta os sucessivos protestos jesuítas ao rei, pedindo um castigo para os bandeirantes paulistas (op. cit., p. 186 a 189). Todavia, apenas às vésperas da Restauração, em 1639, é que o rei espanhol autoriza os jesuítas a fornecerem armas aos índios para a defesa das missões (p. 195).

107 Nas palavras de R. Simonsen: "Reunidas as Coroas de Portugal e Espanha, em 1580, passou Portugal a sofrer as investidas dos tradicionais inimigos do império espanhol" (op. cit., p. 146; e p. 354-5). H. Vianna também observa que "os inimigos da Espanha passam a cobiçar as colônias portuguesas (op. cit., p. 37). J. V. Serrão conclui: "Durante sessenta anos o Brasil português comungou as vicissitu-

das disputas pela hegemonia na Europa. Como visto, vários países europeus questionavam a partilha do além-mar pelo papa, postura que se acirrou com a Reforma, movimento que deslegitimava a própria autoridade papal. Além disso, a divisão do mundo colonial estabelecida tornara-se um único monopólio nacional, ao ocorrer a assimilação das possessões lusitanas ao império espanhol.

Tal fato estimulou a Inglaterra, a França e a Holanda a lançarem-se com maior ímpeto na exploração colonial, com as terras brasileiras emergindo nesse quadro como um dos objetos privilegiados de disputa. Oliveira Marques aponta bem o delineamento geral das ações empreendidas por cada um desses países: a França demonstrava um objetivo colonizador buscando assentar-se em áreas ainda não povoadas, os ingleses apenas saqueavam sem buscar um assentamento efetivo, e a Holanda visava à conquista atuando em áreas já produtivas.[108] A proibição aos navios estrangeiros de participar do comércio do Brasil, em 1591,[109] apareceu como *leitmotiv* de todas as ações retaliatórias praticadas, pois implicava a perda de parcela não desprezível de lucro nas respectivas economias nacionais.[110] Minar o poderio do imperialismo hispânico também agradava a todos as potências emergentes na Europa.

Como foi visto no capítulo anterior, os franceses já freqüentavam as terras brasileiras desde os primórdios da colonização. Entretanto, no período estudado, ganham novo estímulo com as cartas de corso emitidas pelo prior do Crato, D. Antônio, presumível herdeiro do trono português.[111] Elas também teriam sido dadas aos corsários ingleses que causam bastante dano no período, com os sucessivos ataques a variados pontos da costa brasileira.[112] Como visto, os ingleses não tinham intuito de domínio territorial e os franceses foram com certa facilidade banidos do Maranhão, o que, mais do que qualquer coisa, revela que o Brasil era alvo secundário na estratégia ultramarina desses povos. Contudo, o mesmo não pode ser dito da ação holandesa, a qual de fato ameaçou a soberania ibérica e lusitana sobre o território colonial brasileiro.

A centralidade do Brasil para a Holanda derivava, em certo sentido, da exacerbação de dois estímulos mencionados. Em primeiro lugar, cabe lembrar a grande presença holandesa no comércio do açúcar brasileiro, estimada por alguns autores como responsável pelo transporte de mais da metade da produção total da colônia.[113] Em segundo

des da metrópole, sendo cobiça das nações estrangeiras que, aproveitando-se da fraqueza do ainda dilatado império, procuraram fixar-se nas paragens da América do Sul" (*Do Brasil...*, p. 73).

108 Op. cit., p. 235.

109 Como visto, "o monopólio do comércio da América era um dos mais intricados aspectos da administração espanhola", e a Coroa buscou estender tais restrições ao Brasil. O alvará de 1591, por exemplo, "ordenou que somente com licença especial poderiam os navios estrangeiros dirigirem-se ao Brasil". E o alvará de 1605 reforça a legislação monopolista para esta colônia (Adalgiza M. V. do Rosário. Op. cit., p. 7 e 35). Ver também: J. V. Serrão. *Do Brasil...*, p. 73.

110 Sobre a presença estrangeira no transporte e comércio do açúcar brasileiro, ver Vera L. A. Ferlini. *A civilização...*, p. 16 e S. B. de Holanda & O. Pantaleão. Op. cit., p. 165. Estes últimos autores apontam que só na rota Rio de Janeiro—Hamburgo circulavam onze navios por ano (p. 164). E concluem que a união das Coroas ibéricas havia acabado com esse "comércio pacífico" (p. 171). Também J. V. Serrão aponta que a proibição havia acabado com um "animado comércio" (*Do Brasil...*, p. 105).

111 Segundo alguns autores, exilado na França, D. Antônio teria negociado o apoio militar francês à sua recondução ao trono, em troca da cessão de terras brasileiras à Coroa francesa (por exemplo: Orlando R. Pinto. *Cronologia da construção do Brasil*, p. 66-7). J. V. Serrão critica esta tese enfaticamente, sustentando que D. Antônio não teria aberto mão da soberania, apenas acenando com a liberdade de comércio com o Brasil (*Do Brasil...*, p. 15 e 23). H. Vianna lembra que, já em 1583, navios franceses chegam ao Rio de Janeiro trazendo apelos do prior do Crato, para que a colônia não acatasse a soberania de Filipe II (op. cit., p. 38). A câmara de Salvador já havia, contudo, aclamado o novo rei um ano antes.

112 S. Schwartz comenta que "as tentativas inglesas de comerciar pacificamente no Brasil haviam sido frustradas pelas políticas exclusivistas dos Habsburgos", e estes partem para o saque apreendendo 36 barcos luso-brasileiros entre 1588 e 1591 (op. cit., p. 159). Sobre os ataques ingleses nestas décadas finais do século, ver H. Vianna. Op. cit., p. 39, e S. B. de Holanda & O. Pantaleão. Op. cit., p. 174. Estes autores historiam bem as incursões de Cavendish que, tendo Ilhabela por base, ataca vários povoados desde o Espírito Santo até os núcleos mais meridionais, e também lembram o assalto de Lancaster a Recife, em 1595, quando são apreendidos quinze navios carregados de açúcar (p. 174-5).

113 S. Schwartz considera que, antes de 1600, dois terços do açúcar brasileiro chegava na Europa em barcos holandeses (op. cit., p. 145). E aponta que, apenas no ano mencionado, a Holanda enviou 124 navios para Lisboa e 34 para o Brasil (p. 159). C. Boxer concorda com a quantidade mencionada, só que vai relacioná-lo ao período de trégua entre Holanda e Espanha (*Os holandeses...*, p. 27-8). Capistrano de Abreu comenta o confisco dessas embarcações, em todos os portos do império, por ordem real. Ato que se repete em 1585, 1590, 1595 e 1599 (*Capítulos...*, p. 99). Destes episódios, R. Simonsen conclui que o comércio holandês "foi compelido a procurar nos próprios países de origem, os artigos que Portugal, por imposição espanhola, estava vedada com ele negociar" (op. cit., p. 147). Sobre a presença holandesa no comércio do açúcar, ver também: V. L. A. Ferlini. *A civilização...*, p. 74.

lugar, vale ressaltar que o combate à monarquia espanhola era visceral para a própria sobrevivência das Províncias Unidas como Estado soberano, pelo fato de que ele se originava da independência em face do império dos Habsburgos.[114] Assim, o interesse holandês não era aleatório e seu projeto conquistador não era superficial e momentâneo.[115] Ao contrário, as expedições para a conquista do Brasil foram amplamente debatidas e minuciosamente planejadas, num empreendimento que envolveu significativo montante de capitais, evidência maior das qualidades aludidas.

Não seria o caso aqui de historiar a invasão holandesa, nem a montagem da Nova Holanda, e mesmo a luta de reconquista, assuntos a respeito dos quais versa a bibliografia citada a seguir. Vale, isso sim, salientar alguns aspectos desse processo que durante um quarto de século submeteu uma vasta área da colônia brasileira ao domínio (incompleto e instável, cabe dizer) da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.[116] E o primeiro deles, refere-se exatamente ao sujeito deste movimento: não se tratava de uma ação estatal, mas de um empreendimento realizado por uma associação comercial particular.[117] Tal

[114] Charles Boxer aponta que o conflito entre a Holanda e a Espanha constituiu a primeira guerra de caráter mundial, pois envolveu combates e ações nos diversos quadrantes do globo (*O império...*, p. 129). E C. Furtado observa que esse conflito teve "repercussão profunda" na América, exatamente ao romper a cooperação mercantil Portugal-Holanda (op. cit., p. 19). Cabe lembrar que essa guerra desenvolve-se em duas fases: a primeira vai de 1579 a 1609, ano que foi assinada uma trégua que vigorou até 1621, quando foi reiniciado o conflito. Hermann Watjen comenta que, com a trégua, o comércio foi em parte retomado, com a Holanda enviando de dez a quinze navios por ano para a América do Sul durante o período de sua vigência (op. cit., p. 77). J. V. Serrão lembra a proibição específica de comércio com a Holanda reafirmada em 1628 (*Do Brasil...*, p. 205).

[115] Vale lembrar os vários ataques holandeses: a Ilhéus e a Recife em 1595, à Paraíba em 1597, ao Rio de Janeiro em 1599 (H. Vianna. Op. cit., p. 40). E, notadamente, o reiterado assédio a Salvador (1599, 1604, 1624, 1627, 1634 e 1648), os quais mostram que "a Bahia tornou-se o alvo primordial na luta entre portugueses e holandeses" (S. Schwartz. Op. cit., p. 78).

[116] A Companhia das Índias Ocidentais foi fundada em 1621, tendo "como objetivo a colonização e o comércio mediante conquista" (C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 9). Ela conseguiu ampla captação inicial de recursos, ao pôr ações na bolsa de valores e atrair os pequenos acionistas (p. 12-3). Seu capital inicial chegou a sete milhões de florins, quantia superior à da sua congênere das Índias Orientais (p. 18).

[117] C. Boxer, citando Edmundson, fala que a Companhia das Índias Ocidentais era "companhia de comércio no nome, corporação armada e semi-independente na realidade, visando antes de tudo lucro mais pela guerra do que pela paz" (*Salvador...*, p. 58). H. Watjen cita Sombard, para quem esta era "nada mais que a associação semibélica, organizada para fim de conquista, com direitos soberanos e amplíssimos meios ofensivos, que exercitava a pirataria em grande escala e a essa atividade principal devia verdadeiramente os seus lucros" (op. cit., p. 84). A dupla tarefa, de corso e colonização, transcendia, na opinião de Watjen, a capacidade financeira da companhia (p. 84).

característica trazia o móvel de os objetivos mercantis sobrepujarem em muito qualquer meta mais geopolítica (esta sempre mais presente nas ações orientadas pelo comando de um Estado), o que influía diretamente nas políticas coloniais adotadas.[118]

Vale relembrar que a invasão holandesa de Pernambuco estruturou-se como uma *conquista*, que visava a apropriar e a submeter uma economia em funcionamento, sem desorganizar nem destruir a produção aí realizada. Entretanto, tal fato não ocorreu. Ao contrário, o empreendimento conquistador revelou-se altamente deficitário, com a persistente guerra de guerrilha, levada a cabo pela resistência luso-brasileira, envolvendo um custo de defesa de alto ônus para os cofres da companhia.[119] Notadamente a tática de destruir os equipamentos e instalações das áreas abandonadas deixava ao conquistador um território arrasado, logo incapaz de a curto prazo custear sua manutenção.

Mais eficaz, no que tange ao ingresso de recursos, foi o controle marítimo que os holandeses conseguiram na travessia do Atlântico. O apresamento de navios portugueses e espanhóis foi uma constante, tornando essas águas pouco seguras e o transporte das riquezas ame-

[118] As diferentes óticas aparecem, com clareza, por exemplo, quando da discussão da abertura do comércio da Nova Holanda. Os representantes do Estado holandês, favoráveis a essa medida, argumentam que "numa terra tão difícil de administrar como o Brasil, o monopólio era um contra-senso"; ao que os diretores da companhia rebatem argumentando que "quem conquista um território deve ter o direito de desfrutá-lo" (H. Watjen. Op. cit., p. 453 e 455). Vale lembrar que o livre comércio para barcos holandeses é liberado em 1634, mas o monopólio volta em 1637, para cair definitivamente no ano seguinte. Permanece como exclusividade da companhia o tráfico negreiro, o trato do pau-brasil e o comércio de material bélico (p. 464). Ver também: C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 114-5. Mario Neme está entre os autores que localizam na fragilidade administrativa a causa do "malogro dos conquistadores na missão de criar bases sólidas para seu estabelecimento no Nordeste do Brasil" (*Fórmulas políticas no Brasil holandês*, p. 32). Para Neme, "desde o início o governo do Brasil Holandês funciona mal", apresentando-se como "um corpo desarticulado" (p. 30 e 34).

[119] H. Watjen lembra a necessidade constante de manter um numeroso exército na colônia, sendo este basicamente composto de tropas mercenárias (op. cit., p. 345). Isso implicava grande gasto com os soldos (p. 314). Ver C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 181-3.

ricanas muito mais arriscado.[120] Cabe lembrar que a grande capitalização realizada pela Companhia das Indias Ocidentais quando do aprisionamento do carregamento de prata da Carreira das Índias por Piet Heyn em 1629; capital que, em parte vai financiar a campanha de invasão do nordeste brasileiro.[121]

A cronologia da instalação holandesa nas terras nordestinas revela um veloz movimento de difusão que, em poucos anos, controla toda a zona litorânea da região. Numa primeira fase, após a rápida tomada de Olinda e Recife, em 1530, as tropas de invasão ficam, durante dois anos, como que entrincheiradas nessas cidades quase totalmente abandonadas pela população.[122] A partir daí, inicia-se um processo de expansão, sobretudo em direção ao norte, as povoações portuguesas caindo gradativamente nas mãos dos batavos. Em 1635, a Nova Holanda já domina um território costeiro que vai do Rio Grande do Norte ao cabo de Santo Agostinho.[123] Uma segunda vaga expansionista vai ocorrer sob o comando de João Maurício de Nassau, que assume o governo da colônia em 1637. Para norte, nesse mesmo ano submete o Ceará e, em 1641 toma o Maranhão, que por pouco tempo permanecerá sob controle holandês. Para o sul, avança até a barranca do rio São Francisco, onde funda o forte Maurício e estanca a expansão, revelando a consciência de que este rio poderia bem servir como uma "fronteira natural" da Nova Holanda.[124]

[120] V. L. A. Ferlini fala que os portugueses perdem 120 navios entre 1624 e 1626 (*A civilização...*, p. 66). S. Schwartz estima as perdas em oitenta navios entre 1626 e 1627, e 130 embarcações saídas da Bahia capturadas entre 1647 e 1648 (op. cit., p. 155 e 159).

[121] H. Watjen. Op. cit., p. 93 a 95 e Capistrano de Abreu. *Capítulos...*, p. 103. C. Boxer lembra que o valor total da presa de Heyn chegou a 12 milhões de florins, sendo que apenas o carregamento de prata foi avaliado em 8 milhões de florins (*Os holandeses...*, p. 42).

[122] C. Boxer considera que até 1632 há um "empate" na disputa, os holandeses controlando o mar e os portugueses com maior domínio em terra (*Os holandeses...*, p. 68 e 70). Todavia, também adverte que "nessa guerra de mútuo esgotamento, as vantagens a longo prazo pendiam para o lado dos holandeses", pois estes detinham uma melhor situação no que tange ao abastecimento externo, vital nesse tipo de combate (p. 65).

[123] C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 75. Na seqüência haviam caído sob domínio holandês: Igaraçu, Rio Formoso, Itaparica, o forte dos Reis Magos, e finalmente a Paraíba. No ano de 1635, é destruído o primeiro Arraial do Bom Jesus, sede da resistência pernambucana. Ver também H. Watjen. Op. cit., p. 115 a 126.

[124] Esta interpretação é defendida por H. Watjen. Op. cit., p. 148. Watjen sustenta que, em 1642, "o poder colonial holandês no Brasil havia atingido o seu máximo desenvolvimento", abarcando o litoral desde o Maranhão até Sergipe (p. 193). Cabe lembrar que, já em 1644, os holandeses são desalojados do Maranhão. C. Boxer também acata essa interpretação, dizendo que, para Nassau, o rio São Francisco "seria uma divisa fácil de defender entre o Brasil português e o holandês" (*Os holandeses...*, p. 100).

À conquista territorial, entretanto, não se seguiu imediatamente uma ocupação acompanhada do estabelecimento de atividades produtivas. Como já observado, as populações locais amiúde destruíam as instalações, as culturas e os equipamentos existentes quando se evadiam de suas propriedades. Além disso, os raides da guerrilha lusitana continuamente fustigavam os engenhos e os canaviais que se mantinham em funcionamento. Os holandeses defrontavam-se, assim, com uma economia bastante desorganizada, quando não totalmente destruída.

O governador Nassau, escorado na afirmação plena de seu domínio político, elaborou um plano para reviver a indústria do açúcar. Inicialmente, publicou um édito conclamando os antigos donos de plantações e engenhos a voltarem às suas propriedades, prometendo-lhes o respeito integral a estas (independente da nacionalidade do proprietário), além de liberdade de culto e diminuição de impostos.[125] E ainda lhes estabeleceu uma linha de crédito especial, com a companhia, para a recuperação das instalações e lavouras. Por outro lado, os engenhos não reativados foram incorporados ao patrimônio da companhia, e posteriormente vendidos.[126] Uma ação de saneamento das finanças públicas e de ordenamento do judiciário completava o plano mauricino, que como último ponto contemplava a questão do abastecimento de mão-de-obra.[127]

[125] H. Watjen. Op. cit., p. 145 e 154. C. Boxer observa que esta proposta, na verdade, já havia sido feita logo após a invasão, com escasso resultado (*Os holandeses...*, p. 76). Ver também R. Garcia. Op. cit., p. 166-7.

[126] H. Watjen. Op. cit., p. 153 e 423.

[127] Vale lembrar que a escravidão indígena era proibida na Nova Holanda, o que fundamentava uma boa política de aliança com as tribos americanas (H. Watjen. Op. cit., p. 409) Daí o voltar-se para África como fonte de suprimento de mão-de-obra, e a tomada de São Jorge da Mina em 1537 e de Luanda em 1541 expressam tal propósito, pois sabiam os holandeses que "a dependência da vida econômica pernambucana, da importação de negros, impunha uma estreita ligação entre o norte do Brasil e Angola" (p. 187). C. Boxer informa que, entre 1636 e 1645, foram desembarcados em Recife, 23.163 escravos africanos (*Os holandeses...*, p. 194). Sobre a proibição da escravidão indígena, ver p. 190 a 192.

A proposta de Nassau conheceu relativo êxito, com o retorno de alguns proprietários e com o incremento da vinda de colonos da metrópole; dos 166 engenhos existentes na Nova Holanda 120 voltaram a funcionar.[128] Porém, o sucesso foi relativamente efêmero, e as conseqüências financeiras do plano para a companhia, a longo prazo, foram desastrosas. Em função especialmente dos ataques portugueses, nenhuma grande colheita pôde ser realizada, e os senhores de engenho — altamente endividados — não puderam pagar os empréstimos e impostos devidos à companhia, que cada vez mais via a colônia brasileira como sorvedouro de recursos.[129] Esse quadro deficitário foi complicando-se ainda mais ao longo da década de 40, quando irrompeu a insurreição que acabaria por libertar Pernambuco.[130]

Do ponto de vista da formação territorial, o episódio da ocupação holandesa da costa nordestina do Brasil, implicou, antes de tudo, uma imensa destruição do capital fixado ao solo da colônia no período áureo de instalação da economia açucareira.[131] Assim, a influência maior observada teve caráter negativo. No que toca ao arranjo interno, ocorreu significativa migração de população, capitais e interesses das zonas invadidas para a Bahia, cuja economia cresceu bastante no período "às custas da desventura de Pernambuco".[132] Os braços requeridos por tal crescimento, como já comentado, estimularam a atividade de apresamento indígena em São Paulo e no Maranhão. Estímulo que se reforçou pelo domínio holandês do Atlântico e, sobretudo, quando eles submetem as praças africanas exportadoras de escravos.[133]

Vale apontar que os mútuos ataques às instalações produtivas propiciaram elevado índice de evasão da escravaria, tornando essa época a de maior relevo no que tange à formação de comunidades livres rebeldes de africanos.[134] Esses escravos fugidos buscam lugares de difícil acesso, onde tentam recriar um gênero de vida em moldes africanos. Não foi por acaso que o maior desses territórios rebeldes — o quilombo de Palmares — instalou-se na hinterlândia das Alagoas, área fronteiriça entre o domínio português e o holandês e verdadeira terra de ninguém no período.[135] E, como observa Decio Freitas, "o que fora no começo do século um simples refúgio de escravos era agora um conjunto de populosas e florescentes comunidades espalhadas por um território de selva virgem que ocupava de norte a sul um vão de aproximadamente 350 quilômetros", com população estimada entre dez mil e trinta mil habitantes.[136] Também não foi à toa que, somente após a expulsão plena dos invaso-

[128] H. Watjen. Op. cit., p. 197 e 398.

[129] H. Watjen. Op. cit., p. 345 e 323. O autor ainda lista a grande inflação vivida na Nova Holanda, em virtude da carestia e da penúria de bens (p. 329 e 387). C. Boxer aponta Recife como "uma das localidades de vida mais cara no mundo" (*Os holandeses...*, p. 210).

[130] Conforme avalia C. Boxer, com o meio rural controlado pela população luso-brasileira, agora sublevada, os holandeses vão terminar essa década ilhados nas cidades, dependendo do abastecimento marítimo (*Os holandeses...*, p. 202-3). O sítio a Recife, que se prolongou por anos, emparedou na cidade cerca de 3.000 soldados, 4.000 brancos, seiscentos judeus e de 3.000 a 4.000 habitantes entre negros e índios (p. 320). H. Watjen comenta que os holandeses mantinham o domínio do mar, mas se encontravam em situação cada vez mais difícil em terra (op. cit., p. 265). Apesar de virtualmente derrotados desde 1649, só abandonam suas posições em 1654.

[131] H. Watjen. Op. cit., p. 419 a 421. Comentando as destruições, um autor da época fala que todos agiam "como se cada lado aspirasse ficar dono de um império deserto" (citado por C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 91). Boxer lembra a expedição portuguesa de 1.300 homens que, desembarcada no Rio Grande do Norte, caminha até a Bahia incendiando plantações e engenhos (p. 134 a 137). A retaliação holandesa vem com o ataque à Bahia, onde são destruídos 27 engenhos (p. 137). Em outro ataque ao Recôncavo, em 1648-1649, são destruídos mais 23 engenhos (p. 282). Sobre a desorganização da economia baiana, no período, ver S. Schwartz. Op. cit., p. 154. M. Neme observa que os ataques à Bahia visavam "destruir o celeiro e arsenal dos revolucionários de Pernambuco" (op. cit., p. 58).

[132] S. Schwartz. Op. cit., p. 157. Este autor avalia que de 7.000 a 8.000 luso-brasileiros migraram de Pernambuco para a Bahia nesse período (p. 158).

[133] G. Thomas. Op. cit., p. 178 e R. Simonsen. Op. cit., p. 218.

[134] H. Watjen. Op. cit., p. 411 e 490-1; e C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 197. Nas palavras de Edison Carneiro: "A invasão holandesa afrouxara a disciplina de ferro da escravidão e, por toda parte... novas colunas de negros fugidos chegavam para engrossar a população do quilombo" (*O quilombo dos Palmares, 1630-1695*, p. 11).

[135] Decio Freitas observa que já nos anos finais do século XVI existem comunidades de escravos fugidos entrincheiradas na serra da Barriga, e que fazem assaltos aos engenhos das redondezas (*Palmares. A guerra dos escravos*, p. 28). E adiciona que "no princípio do XVII, o problema já apresentava bastante gravidade para merecer as atenções das autoridades coloniais" (p. 29), tanto que em 1602 foi organizada uma expedição punitiva contra o reduto palmarino (p. 30). Porém, foi com a invasão holandesa que aumentou consideravelmente o número de fugas (p. 47 a 49), concluindo Freitas que, em 1637, "quase não havia mais escravos negros nos engenhos de Pernambuco" (p. 50).

[136] Op. cit., p. 60 e 65. Freitas lembra que a capital palmarina, Macaco, tinha em meados do XVII cerca de 1.500 casas e 8.000 habitantes (p. 64). Segundo E. Carneiro, Palmares abrangia uma área de 27.000 quilômetros quadrados, tendo em 1643 uma população de 6.000 habitantes (op. cit., p. 33-4).

res, tenha sido possível destruí-lo, no processo de reconstrução da economia nordestina.

No tocante à circulação, o domínio holandês acarretou não apenas o estabelecimento de novos caminhos terrestres (no geral através de rotas mais interiorizadas), mas ainda implicou sensível ativamento dos contatos intracoloniais. Aos mencionados circuitos de abastecimento de mão-de-obra indígena, devem agregar-se os deslocamentos de tropas envolvendo um aprofundamento das relações entre as diversas capitanias.[137] Cabe destacar esse caráter local do recrutamento, o que transforma a reconquista nordestina em ação basicamente impulsionada por interesses internos à colônia.[138] Nesse sentido, pode-se aventar que a invasão estrangeira dialeticamente atuou na unificação interna da colônia, gerando maiores fluxos interiores que articulavam interesses dos habitantes de suas regiões.[139]

Restaria fazer um último comentário interessando à formação territorial brasileira no período da unificação ibérica. Trata-se da influência que o domínio espanhol exerceu sobre a demanda de minerais preciosos nas terras dessa colônia. Mais acostumados com o trato da mineração, e já conscientes do declínio da produção de Potosí, as autoridades hispânicas (mesmo que por intermédio de funcionários

[137] Pode-se exemplificar com a presença de paulistas nas tropas de libertação de Pernambuco. G. Thomas afirma que Raposo Tavares comandou um destacamento de quinhentos homens, fato pelo qual foi anistiado (de uma pena obtida pelos ataques às missões) e recebeu o título de "mestre-de-campo" (op. cit., p. 210). S. B. de Holanda aponta a alta eficácia das tropas paulistas "como se provou grandemente no Nordeste" (*Caminhos e fronteiras*, p. 147); juízo endossado também por R. Simonsen (op. cit., p. 212). J. M. Monteiro questiona a tese da presença paulista no combate aos holandeses, afirmando que esta se limitou a combates aos índios nordestinos (*Negros...*, p. 93). Diz ele: "em diversas ocasiões, governadores, senhores de engenho e conselhos municipais convocaram sertanistas de São Paulo para empreender campanhas de desinfestação contra as populações revoltadas" (p. 92).

[138] Tal interpretação é criticada por Adalgiza do Rosário: "A tese tradicional, mantida por uma grande maioria de historiadores, sobre o abandono do Brasil pela Espanha durante o período holandês... carece de qualquer fundamento histórico", sendo "forçoso reconhecer o declarado interesse da Coroa em estimular o surto histórico do Brasil" (op. cit., p. 123). Segundo a autora, Portugal é que revelou menos entusiasmo, pouco auxiliando financeiramente o socorro ao Brasil (p. 125).

[139] Como avalia Capistrano de Abreu: "Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os elementos étnicos" (*Capítulos...*, p. 119). Serrão destaca que dez anos de vitórias holandesas "não bastaram para destruir a realidade do Brasil português" (*Do Brasil...*, p. 242).

portugueses) estimularam as iniciativas com o fito de descobrir novas áreas mineradoras.[140] A normatização jurídica sobre a matéria (com as leis de 1618), a criação do cargo de superintendente das minas, e a separação do governo das "capitanias de baixo", são medidas que se inscreviam neste propósito.[141] Objetivo que, como alerta Basílio de Magalhães, permaneceu como diretriz da política colonial lusitana para o Brasil após a Restauração.[142]

Finalizando, resta somente concluir que o período da união das Coroas ibéricas, ao mesmo tempo, expandiu e fragmentou o território colonial brasileiro. Por um lado, permitiu significativa expansão, notadamente nas extremidades das áreas ocupadas da colônia, ao derrubar o sentido divisório dos limites estabelecidos no tratado de Tordesilhas. Por outro lado, ao imprimir no Brasil uma lógica imperial hispânica, atraiu para essas terras as inimizades de seus conflitos europeus. Porém, as próprias reações locais às invasões (francesa e, com maior importância, holandesa) acabam por gerar novos fluxos e articulações entre os núcleos de ocupação existentes.

De qualquer modo, ao findar o período de dominação espanhola, o território colonial brasileiro está cindido, com a soberania portuguesa em várias de suas porções ameaçada ou mesmo destituída. As terras do extremo norte estão formalmente agrupadas em uma outra unidade colonial, o Estado do Maranhão, que responde diretamente ao governo espanhol (sem passar pelo Conselho de Portugal). O litoral nordestino, do Alagoas até o Maranhão, encontra-se sob domínio holandês. Nas áreas mais meridionais da colônia, a ocupação missionária carrega — como visto — certa ambigüidade quanto à efetiva sobera-

[140] Frédéric Mauro salienta o estímulo à pesquisa mineral no período, acentuando que a prata peruana "importunou a política e a imaginação portuguesa no Brasil" (op. cit. p. 72 e 74). De todo modo, é difícil concordar com a afirmação de Oliveira Marques de que "durante dois séculos a história do Brasil foi, acima de tudo, a história de um esforço desesperado para encontrar ouro" (op. cit., p. 231).

[141] J. V. Serrão afirma que o estímulo à demanda das minas estava claro já nas instruções do governador Francisco de Sousa, que assume o governo em 1590, e anima muitas expedições ao interior (*Do Brasil...*, p. 59, 60, 66 e 85). C. Boxer aponta que o "Código das Minas" abria a possibilidade de sua exploração por particulares, estabelecendo o "quinto" como a tributação da Coroa (*Salvador...*, p. 206). S. B. de Holanda considera que não apenas essa legislação, mas também a criação do governo das capitanias de baixo anima a busca do "outro Peru" (*Visão do paraíso*, p. 92).

[142] Op. cit., p. 78-9. R. Garcia lembra a edição do regimento de 1644, que claramente visava o "alargamento da exploração mineira" (op. cit., p. 151).

nia. E, para completar, a zona quilombola de Palmares experimenta uma clara situação de extraterritorialidade.

Em suma, naquele momento, a integridade do atual território brasileiro não está dada. Sua concretização será obra das décadas seguintes, isto é, da segunda metade do século XVII.

Capítulo 12

A CONSOLIDAÇÃO DA SOBERANIA PORTUGUESA NO BRASIL

Em 1640, quando Portugal retoma autonomia política, está encerrando-se o "longo" século XVI. O período inicial de estruturação da economia-mundo capitalista, inaugurado pela expansão marítima do final do Quatrocentos, está se concluindo. Os Estados ibéricos, líderes desse primeiro movimento expansivo estão sendo desalojados de seu posto por nações emergentes (Inglaterra e, notadamente nesse momento, Holanda), que desenham uma nova hegemonia na Europa. A própria Restauração portuguesa é parte desse processo de desmembramento do grande império dos Habsburgos, e de migração do poder para o nordeste europeu, que teve na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) seu principal evento.

Depois de um contínuo período de crescimento ininterrupto da economia, o sistema mundial montado pelas metrópoles ibéricas começa a apresentar sinais de esgotamento e crise. Entra-se numa "fase B", de estagnação e depressão econômica, que atua desigualmente em cada parte do sistema, trazendo, contudo, uma tônica geral de retração dos negócios.[1] Na Europa, como visto, a grande inflação obser-

[1] Tal processo já foi abordado nos capítulos iniciais deste livro, porém vale rememorá-lo com a apreciação sintética de Kristof Glamann acerca do crescimento econômico europeu: "Na primeira metade do século XVII o ritmo diminuiu. Os preços começaram a ceder... a tendência evolutiva se inverteu primeiro na Europa

vada na fase anterior foi responsável por ampla migração da riqueza entre setores, regiões, países e classes sociais. A falência de várias casas bancárias, e mesmo das finanças de alguns Estados, bem atesta a situação reinante. Trata-se da primeira crise do protocapitalismo já em seu centro, e que terá desdobramentos tentaculares em todos os quadrantes do globo onde se encontrava instalada a economia-mundo gerada por este modo de produção.

Emerge nessa época um novo padrão de relacionamento com as periferias ultramarinas, de menor ênfase extrativa, mais assentado em estruturas produtivas que envolvem maiores investimentos de capital e maior fixação de valor. A par desse incremento da produção colonial, as colônias — agora mais povoadas de europeus — passam a ser mais avaliadas também como mercado para os produtos metropolitanos, o que estimulou políticas protecionistas que buscam torná-lo mais cativo do comércio da metrópole. Trata-se do "novo colonialismo", de que fala Eric Hobsbawm, o qual responde à reestruturação das economias européias, agora organizadas em moldes mais explicitamente "nacionais".[2]

No que importa mais diretamente ao tema em análise, cabe assinalar que a conjuntura de crise apontada manifesta-se com pleno vigor na desorganização dos fluxos do comércio atlântico. A crise mostra, claramente, o esgotamento do monopólio ibérico, implicando o acirramento da concorrência no tráfico com o além-mar. As colônias americanas, como visto, responderam de forma diferenciada ao movimento

meridional. Na Itália setentrional e central ela ocorreu em relação com a grande crise de 1619-22. Na Europa setentrional a mudança teve lugar mais tarde, não manifestando-se em alguns lugares até 1650". Enfim, a expansão freia e em "meados do século XVII deu lugar a um período de contração ou estagnação que durou o resto do século" (*El comercio europeo (1500-1750)*, p. 336). No caso espanhol, a crise se expressa claramente na desvalorização da moeda em 1625, sendo a inflação do *vellón* um indício forte de decadência (Pierre Vilar. *Crecimiento y desarrollo*, p. 333 e 177).

[2] Como visto anteriormente, a manutenção de uma ótica geopolítica imperial, em termos europeus, é apontada como uma das causas fundamentais da derrocada espanhola. Por outro lado, a precoce definição de uma organização econômica em moldes nacionais aparece como um *handicap* das expansões holandesa e inglesa no século XVII. A acentuação de tal característica é mesmo um dos motivos da supremacia inglesa no século seguinte, valendo lembrar que a Lei da Navegação desse país, claramente protecionista, data de 1651 (ver Immanuel Wallerstein. *El moderno sistema mundial*, vol. II — El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750).

recessivo, várias delas crescendo num contrafluxo com a situação metropolitana.[3] Foi o caso da economia brasileira que expande-se no período, apesar do fracionamento do território. Como já dito, durante a união ibérica, o império ultramarino português ocidentalizou-se, centrando-se mais no mundo atlântico. Nesse sentido, o Brasil adquire maior relevo na geopolítica colonial lusitana.

E foi exatamente o perigo de perda da soberania sobre a colônia brasileira um dos motivos alegados para a secessão portuguesa. Na verdade, gradativamente os governos filipinos vão cerceando os privilégios portugueses pactuados nas cortes de Tomar, quando da aclamação do monarca espanhol em 1581, os quais garantiam plena autonomia administrativa ao reino lusitano, notadamente em assuntos coloniais.[4] Todavia, certa centralização madrilena vai impondo-se aos negócios de Portugal, processo que se acentuou no governo do conde de Olivares, de claro perfil absolutista (logo centralizador). De monarquia associada, Portugal foi tornando-se uma província dentro do amplo império espanhol.[5]

E a lógica imperial da geopolítica castelhana movia-se centrada em

[3] Ver Ruggiero Romano. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. Wallerstein argumenta que, na América, a fase "b" não significou necessariamente involução econômica, qualificando-se mais como uma redefinição de funções das economias regionais (op. cit., p. 231-2). Em suas palavras: "nas periferias, uma depressão na economia-mundo produz, ao mesmo tempo, involução e evolução" (p. 179). Tome-se, por exemplo, a própria economia brasileira que cresceu em meio à estagnação do século XVII (Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, p. 75).

[4] Filipe II havia prometido "conservar a soberania plena da nação na forma de uma monarquia dual". Para tanto, constitui o Conselho de Portugal com a responsabilidade de administração de todos os negócios do reino (excetuando a política externa européia), o qual seria formado exclusivamente por portugueses ou por membros diretos da Casa Real. Também autorizou os portugueses a transitar pelo império espanhol e aboliu as alfândegas terrestres entre os dois reinos. Contudo, com a morte desse monarca em 1598, "a política de Madri tendia a centralizar a administração, reduzindo pouco a pouco a autonomia das várias unidades políticas que formavam a monarquia espanhola" (A. H. de Oliveira Marques. *História de Portugal*, vol. II, p. 155, 158 e 161).

[5] Eduardo D'Oliveira França. *Portugal na época da Restauração*, p. 263. Segundo este autor, não apenas a secessão portuguesa, mas também os levantes da Catalunha e de Nápoles, "eram a expressão da oposição à política de centralização" levada a cabo por Filipe IV (p. 262). Oliveira Marques assinala que "sem a rebelião da Catalunha, as possibilidades de Portugal recuperar a independência teriam sido mínimas" (op. cit., p. 173).

interesses próprios, divididos entre o sonho de um império continental europeu e a defesa das fontes metálicas americanas. Em face dessa orientação básica, o mundo ultramarino português tornava-se secundário, situação agravada pelo fato de o lucro de sua exploração ficar, em grande parte, restrito na órbita da economia lusitana. Pode-se mesmo aventar que as colônias portuguesas transformaram-se em zonas de manobra nas estratégias da diplomacia filipina. Cabe relembrar que o comércio oriental começa a sair do exclusivo domínio lusitano já na última década do século XVI, e, em meados do Seiscentos, os portugueses estavam desalojados de boa parte de suas praças no oceano Índico,[6] sem que ações ou recursos mais expressivos tenham sido mobilizados pela corte de Madri para reverter tal processo.

O progressivo domínio naval holandês sobre o tráfico atlântico, ao longo do século XVII, foi ainda mais sentido pelo comércio e pelas finanças de Portugal, pois desorganizava o fluxo com as áreas coloniais para as quais se voltavam as esperanças de recuperação econômica do reino, ancorada na expansão da produção açucareira.[7] As disputas marítimas afetavam (e encareciam) notadamente o tráfico negreiro, este em si mesmo um dos principais negócios portugueses, além de constituir insumo fundamental para a fabricação do açúcar. Enfim, a insegurança no trafego atlântico envolvia vultoso dano para a economia portuguesa. Isto para não mencionar a perda de domínio sobre territórios coloniais.

Mesmo sem ser a única ou principal motivação, o quadro descrito

[6] Vale lembrar que os holandeses já trafegavam pela rota do Cabo em 1597, e os ingleses navegam no Índico no início do século XVII. Oliveira Marques identifica duas crises na Carreira da Índia: a primeira, no final do XVI, diminui o volume e a lucratividade dos fluxos; a segunda, após 1650, acaba com o império português na Ásia (op. cit., p. 212). Sobre o intervalo intermediário, comenta: "Apesar de todos os concorrentes, Portugal manteve-se, e de longe, a maior potência no oceano Índico até a década de 1640" e "mau grado toda a concorrência por parte de outras nações, Portugal continuou a ser o principal entreposto de especiarias e diamantes para a maior parte da Europa até cerca de 1650" (p. 198 e 213).

[7] Conforme Wallerstein, a hegemonia da Holanda na economia-mundo cobriu o período entre 1625 e 1675, e "na primeira metade do século XVII, a frota holandesa dominou os mares" (op. cit., p. 88 e 52). Wallerstein assinala que, entre 1655 e 1671, nada menos que dezoito cidades espanholas na América foram saqueadas (p. 223). E. D. França comenta que 546 navios foram tomados pelos holandeses no Atlântico entre 1623 e 1636, e conclui: "Escravos e açúcar. Eis o binômio que assegurou o domínio português do Atlântico sul... Esse mecanismo econômico foi abalado pelo impacto da concorrência holandesa" (op. cit., p. 386 e 388).

aparece entre as razões impulsionadoras do movimento de restauração nacional, que instala no trono português a Casa de Bragança.[8] Movimento iniciado com a aclamação de D. João IV em 1641, mas que só se concluiu em 1668 quando o papado reconhece a legitimidade da nova dinastia. Tem-se, portanto, um período de quase três décadas, durante o qual os portugueses tiveram de atuar — no campo militar e diplomático — para consolidar sua soberania nacional. Processo que envolveu grandes esforços e significativos recursos,[9] além de tino político considerável, visto que a emancipação de Portugal era parte de uma conturbada conjuntura continental na época.

A economia brasileira, apesar de seus problemas, emerge nesse quadro como esteio financeiro fundamental para a retomada da autonomia metropolitana. Eram as partidas de açúcar utilizadas como aval dos empréstimos contraídos, assim como era o domínio de certas áreas e produtos que dava a Portugal munição para negociar acordos com as potências européias, os quais invariavelmente envolviam cláusulas de licença de livre-comércio.[10] Como observa Oliveira Marques:

[8] Poder-se-ia lembrar a progressiva tributação, estimulada pela crise da economia espanhola e pelos gastos das campanhas imperiais, como uma motivação importante para o ideal emancipacionista. E também a gritante carência cerealífera na época. Como conclui Oliveira Marques: "Para explicar os tempos difíceis e apaziguar o descontentamento geral, a solução apresentava-se fácil e óbvia: a Espanha, causa de todos os males" (op. cit., p. 172). E. D. França adiciona: "Acreditavam os portugueses que o pactum fora rompido pelos reis espanhóis" pois "afligiram-no com excessivos tributos, não respeitaram foros, privilégios e liberdades, não residiram no reino... chegando a governá-lo um castelhano... contrariando as promessas... Esbanjaram-lhe o patrimônio, tiraram gente do reino para guerras estranhas... descuidaram da preservação das colônias" (op. cit., p. 260-1).

[9] "A guerra da Restauração mobilizou todos os esforços que Portugal podia dispensar e absorveu enormes somas de dinheiro. Pior do que isso, impediu o governo de conceder ajuda às freqüentemente atacadas possessões ultramarinas" (Oliveira Marques. Op. cit., p. 181). Quanto a esse último ponto, o autor adiciona: "É preciso acentuar que o governo de Lisboa fora obrigado a uma escolha decisiva nas décadas de 1640 e 1650, a fim de salvar alguns quinhões fundamentais do Império. A escolha consistira em abandonar a Ásia a favor do Brasil e suas partes complementares africanas" (p. 199).

[10] Vale salientar que a monarquia portuguesa, ainda em processo de afirmação, não conseguiu obter assento na convenção que redigiu o tratado de Vestfália (que põe fim à Guerra dos Trinta Anos em 1648), ficando dependente de acordos bilaterais com as potências signatárias deste, negociados caso a caso. O primeiro, foi assinado com a Inglaterra em 1654, abrindo as colônias portuguesas para o comércio inglês. Em 1661 foi celebrado o acordo com a Holanda, e em 1667 com a França. Final-

"Dos finais do século XVII a 1822, o Brasil constituiu a essência do Império Português. Com algum exagero, até se poderia dizer que constituía a essência do próprio Portugal. Foi o Brasil que, em grande parte, levou à separação da Espanha, em 1640. Foi o Brasil que deu a Portugal os meios de se conservar independente depois".[11]

E o território do Brasil, como posto, encontrava-se fragmentado quando da Restauração portuguesa. E a principal fratura observada na soberania sobre essa colônia, na época, advinha de conflitos originados nas disputas pela hegemonia na Europa, que repercutiam nos espaços coloniais e nos fluxos com a metrópole. Foi observado que a organização filipina do comércio brasileiro implicou a introdução de uma série de normas mais restritivas que tentam adotar nessa colônia a prática hispânica do "exclusivo".[12] Antes do domínio espanhol, como já visto, a presença estrangeira era numerosa e comum em todo o ultramar português, reafirmando uma "longa tradição em Portugal antes que o Brasil fosse conhecido".[13] Tal quadro foi profundamente alterado ao entrarem estas terras para a órbita da geopolítica dos Habsburgos, acostumada (e alimentada) com o monopólio mercantil.

A Holanda, principal economia ascendente em meados do século

mente, em 1668 foi assinada a paz com a Espanha, fechando o ciclo de legitimação da nova dinastia reinante em Portugal.

11 Op. cit., p. 371. E. D. França afirma que a "Companhia do Brasil", criada em 1649, "salvou a delicada situação do império português", e, citando o padre Vieira, considera que ela "foi trazendo do Brasil o que bastou para sustentar a guerra de Castela, conservar o reino, restaurar Pernambuco" (op. cit., p. 312). Em outra passagem, reafirma: "E do império colonial saíram os recursos com os quais Portugal sustentou a guerra e preservou a independência" (p. 388).

12 Como visto, segundo Adalgiza Vieira do Rosário, as legislações monopolistas se sucedem desde o início do período de dominação hispânica, e até "Filipe IV pôs várias dificuldades para se comerciar com o Brasil" (*O Brasil filipino no período holandês*, p. 39). Tais proibições dificultam o "animado comércio" de barcos estrangeiros na colônia brasileira (p. 105).

13 Bailey W. Diffie. Os privilégios legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil do século XVI, p. 5. Segundo o autor, "a participação estrangeira no novo comércio ultramarino oriental e brasileiro começou de imediato" (p. 12). Avaliando esse texto, Susan Schneider reforça que "o exclusivismo xenófobo não começou entre os portugueses senão na última década do século XVI, após a unificação das Coroas" (Comentário, p. 28). Esta autora lembra que, após a Restauração, os primeiros privilégios quanto ao Brasil são abertos para os ingleses em 1654, e salienta o fato de a Coroa portuguesa não ter adotado na colônia o sistema hispânico de "porto único" (p. 27).

XVII (dona da maior frota mercantil da época), havia sentido o fechamento do rendoso comércio do açúcar brasileiro imposto pelo governo espanhol, no qual como visto possuía relevante presença, sedimentada no período de trégua entre 1609 e 1628.[14] Os ataques ao Brasil e a tomada de Pernambuco inscrevem-se no duplo propósito batavo: de expansão colonial e de combate à Espanha. Nesse contexto, a emancipação de Portugal levava a uma situação geopolítica contraditória: no cenário europeu, os interesses dos dois países aproximavam-se na oposição ao inimigo comum espanhol; no ultramar, contudo, disputavam diretamente a hegemonia em várias zonas coloniais.

Apesar de todo o esforço português por estabelecer um acordo de paz rápido e amplo,[15] a saída do paradoxo deu-se pela assinatura de um armistício válido apenas para o hemisfério norte, pelo qual Portugal e Holanda tornavam-se aliados circunstanciais em solo europeu.[16] Tal postura entregava o Brasil a sua própria sorte, e Maurício de Nassau aproveitou a conjuntura ambígua para expandir ao máximo a área de domínio da Nova Holanda, empreendendo a campanha de conquista do Maranhão em 1641. Nesse mesmo ano, realiza a conquista de Angola, assenhorando-se das principais zonas de abastecimento de escravos da África ocidental.[17] Tal ação aguçou sobremaneira o temor

14 Evaldo Cabral de Mello considera que, em 1621, entre metade e dois terços do tráfico açucareiro era movimentado por capitais holandeses (*Olinda restaurada*, p. 55). E conclui: "As guerras holandesas foram inegavelmente guerras do açúcar" (p. 12).

15 Como observa Oliveira Marques, "A política externa portuguesa visava fazer a paz com a Holanda tão depressa quanto possível e conseguir apoio militar e diplomático dos inimigos da Espanha" (op. cit., p. 178). Herman Watjen pontua bem a difícil situação do monarca português em face da invasão holandesa do Brasil: "Portugal, para a manutenção de sua independência, precisava contar com o apoio da Holanda" (*O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 230).

16 Segundo Charles Boxer, nas discussões do acordo de Münster, o monarca português chega a propor a aceitação da presença holandesa no Brasil nas posições que se encontravam em 1640, proposta recusada pela Holanda (*Os holandeses no Brasil*, p. 269). Sobre a tregua de dez anos, pactuada em 1641, ver ibidem, p. 149 e H. Watjen. Op. cit., p. 191. Sobre a proposta de D. João IV, ver também E. C. Mello. Op. cit., p. 93.

17 Os holandeses haviam tomado a Mina em 1637 e São Tomé também em 1641, dominando as principais fontes escravistas do Atlântico africano (Oliveira Marques. Op. cit., p. 268). Só de Luanda, na época, embarcava-se para o Brasil cerca de 15.000 escravos por ano (C. Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, p. 238). Quanto às pretensões expansionistas da Holanda na América do Sul, vale

dos colonos brasileiros, sendo um estopim de reavivamento da reação local, consciente dos riscos para sua sobrevivência da perda de suas fontes de mão-de-obra.[18]

Vale relembrar que o processo de instalação dos holandeses em terras sul-americanas envolveu um período de trinta anos, do ataque à Bahia em 1624 à rendição do Recife em 1654, sendo mediado pela Restauração lusitana. A etapa hispânica, como visto, encerrou-se com a máxima expansão territorial da Nova Holanda. A nova fase de retomada da soberania portuguesa do Brasil vai ser marcada pelo movimento de expulsão do invasor, campanha levada a cabo fundamentamente pelas forças locais da colônia.[19]

Tal movimento, apesar de algumas oscilações, apresentou tendência geral de progressivo desalojamento dos batavos, que se inicia com a retomada do Maranhão já em 1642, e adquire ímpeto em Pernambuco a partir de 1645.

A tática adotada pelas forças luso-brasileiras, desde o início da ocupação, foi empreender uma "guerra lenta", com objetivo de "manter o impasse militar", com "controle do interior... reduzindo os holandeses à posse das praças fortes".[20] Tal estratégia atingia o inimigo (particularmente a Companhia das Índias Ocidentais, que patrocinava a invasão) por dois flancos: de um lado, desorganizava a produção nas zonas invadidas; por outro, elevava o custo de defesa, tornando o empreendimento holandês extremamente deficitário. Do ponto de vista

lembrar o ataque ao Chile em 1642, e o plano mauricino para a conquista de Buenos Aires (C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 206).

18 Vale recordar que não apenas os estoques africanos estavam em risco, mas também a fonte maranhense-cearense de escravos índios. Como aponta Oliveira Marques, "A expulsão dos holandeses do Norte e do Nordeste assumirá já foros de assunto quase brasileiro... A reconquista de Angola e de São Tomé dependeu sobretudo das iniciativas e dos interesses dos colonos brasileiros que não queriam resignar-se a perder a sua principal fonte de mão-de-obra" (op. cit., p. 399).

19 Tanto que o rei de Portugal se assustou ao receber, em meio ao processo de elaboração do acordo de Münster, a notícia do levante dos colonos, e só deu seu apoio formal ao movimento em 1647, e mesmo assim acossado pelo novo ataque holandês à Bahia (C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 248-9 e 256-7).

20 Evaldo C. de Mello. Op. cit., p. 24. C. Boxer salienta o uso de uma estratégia de guerrilha desde o início da ocupação, fazendo raides para a destruição dos engenhos e queima dos canaviais, numa tática de deixar a terra arrasada, logo inutilizada para a exploração econômica imediata (*Os holandeses...*, p. 131). Ver também H. Watjen. Op. cit., p. 234.

econômico, a construção da Nova Holanda mostrava-se um desastre financeiro.[21] Fato que constituiu a base de sua derrocada.

A partir de 1649, o desfecho dos combates pendia claramente a favor das forças luso-brasileiras, com os holandeses adotando postura cada vez mais defensiva, acabando por ficarem sitiados apenas na área de Recife, onde — como visto — permaneceram até 1654.[22] A capitulação do último baluarte batavo nas terras do Brasil não significou, contudo, o completo término da disputa, tanto que voltam a ocorrer ataques à Bahia em 1656 e 1658. Ao contrário, no contexto europeu, as relações entre Portugal e Holanda haviam-se deteriorado a ponto de uma armada holandesa fazer o bloqueio do estuário do Tejo em 1657.[23] Enfim, o conflito só se encerrou plenamente em 1662, com o pagamento de polpuda indenização à Holanda, a qual não impediu a falência da Companhia das Índias Ocidentais doze anos depois.[24]

Com a retomada do litoral nordestino foi recomposta a soberania portuguesa sobre a fachada atlântica do atual território brasileiro, findando seu fracionamento de maior envergadura. Com a capitulação holandesa restaurou-se a unidade territorial da colônia sul-americana, colônia de uma metrópole também recém-restaurada como um Estado independente. A partir dessa época, o Brasil colonial não conhecerá mais ameaças externas de monta à soberania lusitana, e observa-se no processo descrito a sedimentação mesma de laços de unidade

21 H. Watjen aponta a alta dependência do Brasil holandês para com a metrópole como uma de suas fragilidades (op. cit., p. 442 e 448), e argumenta que a Companhia não vislumbrara que "a conquista da terra açucareira havia de ser tão penosa, tão custosa e causadora de tanta perda de homens e material" (p. 416). Mario Neme considera que a WIC já se encontra insolvente por volta de 1645 (*Fórmulas políticas do Brasil holandês*, p. 57).

22 Evaldo C. de Mello estabelece o período 1645-1654 como o da "guerra da restauração", e salienta a perda do poder naval da Holanda ao longo da década de quarenta (op. cit., p. 13 e 44). O ano de 1649 marca, todavia, o movimento restaurador, pela grande vitória lusitana na segunda batalha de Guararapes (C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 321).

23 Ver C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 354. A progressiva aproximação lusitana da órbita geopolítica da Inglaterra (com os tratados de 1642, 1654 e 1661), sem dúvida acirrou a relação com a Holanda, uma vez que nesta época as duas nações mencionadas disputavam abertamente a hegemonia na Europa, chegando a guerra em 1652 e 1667 (E. Wallerstein. Op. cit., p. 255 e 107).

24 H. Watjen. Op. cit., p. 283. Segundo C. Boxer, a indenização paga foi de 4 milhões de cruzados. Para este autor, a perda de Pernambuco marca o início do declínio da Holanda (*Os holandeses...*, p. 358 e 346).

territorial. Nesse sentido, a vitória sobre os invasores, notadamente em função das circunstâncias locais de sua realização,[25] atuou na solidificação do domínio português sobre as terras brasileiras. O território colonial, apesar da dilapidação de parte substancial do valor acumulado, saiu mais consolidado desse processo.[26]

Foi mencionada, no final do capítulo anterior, outra fratura na soberania lusitana, associada à invasão holandesa, constituída pela extraterritorialidade do quilombo de Palmares, a qual atravessou quase todo o século XVII. Cabe de início assinalar que a fuga de escravos africanos e seu ajuntamento em bandos nômades ou em povoações em áreas semi-isoladas ou de difícil acesso, não constitui fenômeno decorrente da instalação da Nova Holanda. Ao contrário, como já mencionado, trata-se de um componente da colonização americana, que ocorreu por toda parte e durante todo o período em que vigorou a escravidão, apresentando-se portanto como desdobramento da vigência de tal relação de trabalho, que — quando sedentarizou as populações fugidas — resultou num tipo específico de ocupação colonial do solo.[27]

No caso brasileiro, as referências à fuga de negros e à formação de bandos datam já de meados do século XVI, entretanto a menção a agrupamentos mais significativos e estáveis só aparecem no final do século. São conhecidas alusões à existência de *mocambos* nas imediações do Rio de Janeiro, de Ilhéus e de Salvador nas primeiras décadas do Seiscentos.[28] As fugas para o sertão também ocorriam amiúde, sendo a presença negra nessa região em geral pouco enfatizada. Contudo, existem referências sobre a existência de comunidades africanas no vale do São Francisco e mesmo no sul do Maranhão já no período analisado.[29] Não raro são também identificados escravos fugidos imiscuídos nas tropas de índios sublevados. Enfim, o Brasil não foge à regra geral de ter nas comunidades *cimarronas* ou *quilombolas* a contraface da fazenda escravista, relação que se alimenta de forma mútua: quanto maior o número de escravos, maior o número de fugas.[39]

Como dito anteriormente, estes núcleos de povoamento "rebeldes" (na ótica das autoridades coloniais) vão buscar zonas onde a geografia atue como elemento de defesa, isto é, lugares de difícil acessibilidade e de fácil camuflagem, fora das rotas habituais de trânsito dos fluxos coloniais, porém, não tão distantes que impossibilitem o estabelecimento de relações com os colonos.[31] Pode-se dizer que os quilombos tenderam a se localizar em áreas marginais da colonização européia, nos interstícios dos espaços ocupados pelos colonizadores "brancos", nas zonas de fronteira do povoamento por eles consolidado. Hoje é corrente entre os historiadores a crítica ao erro de considerá-los como comunidades isoladas, pois se sabe que entabulavam trocas, notadamente de gêneros de abastecimento.[32]

---

[25] Como enfatiza Oliveira Marques, na expulsão dos holandeses do Nordeste "o esforço principal coube, indubitavelmente, aos colonos locais" (op. cit., p. 236). E. C. Mello adiciona que o custo da restauração foi arcado pela sociedade colonial, assim como o de reconstrução, levado a cabo num "período de retração da economia européia" (op. cit., p. 13).

[26] Evaldo C. de Mello comenta que a capacidade de auto-abastecimento interno frustrou em muito a estatégia holandesa de bloqueio naval da colônia (op. cit., p. 36).

[27] Para uma visão de conjunto da formação de comunidades livres de escravos africanos em várias partes da América, ver Richard Price (comp.). *Sociedades cimarronas*.

[28] Stuart Schwartz assinala a existência dos seguintes mocambos na Bahia: Jaguaripe (1591), Rio Vermelho (1629), Itapicuru (1636), Rio Real (1640) e Cairu (1663). E conclui: "O distrito sulista de Cairu e Camamu foi uma região que teve uma incidência particularmente alta de fugitivos e de formação de quilombos" (El mocambo: resistencia esclava en la Bahia colonial, p. 168 e 169). Clovis Moura comenta, além dos quilombos baianos, os existentes na serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, por volta de 1669 (*Rebeliões da senzala*, p. 106 e 90). Finalmente, Roger Bastide lista o número de lugares ainda hoje denominados de "quilombo" em diferentes partes do país, como indício de sua difusão no passado (Los otros quilombos, p. 152, nota 1). Para uma visão de conjunto, ver J. J. Reis & F. S. Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil.*

[29] Clovis Moura assinala a presença negra no vale do São Francisco, envolvida com a pecuária, e aponta a existência de quilombos em Juazeiro, Jacobina e em Bom Jesus da Lapa (op. cit., p. 228-9). Em suas palavras: "A zona do sertão da Bahia foi um verdadeiro paraíso para os quilombolas. O vale do São Francisco, isolado, era... uma região ideal para aqueles fugitivos" (p. 234). Sobre os quilombos no Piauí e Maranhão, ver p. 238; sobre os de Ilhéus e do sudoeste da Bahia, p. 236.

[30] E vale relembrar, citando os dados de um especialista africano, que o Brasil recebeu meio milhão de escravos negros ao longo do século XVII (Okon Edet Uya. *Historia de la esclavitud negra en las Américas y el Caribe*, p. 125).

[31] Conforme Flavio dos Santos Gomes: "No Brasil e em outras partes da América... a localização geográfica foi um importante fator de sobrevivência e autonomia das comunidades de escravos fugidos", estas buscavam as áreas de difícil acesso, mas não totalmente isoladas, pois "isso funcionava como uma estratégia econômica, uma vez que permitia a realização de trocas mercantis" (Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX, p. 272).

[32] Ver, por exemplo, J. J. Reis & F. S. Gomes. Introdução. Uma história de liberdade, p. 11 e 13. S. Schwartz comenta que, no geral, os mocambos "se encontravam

Porém, uma vez expulsos os holandeses e reorganizada a economia pernambucana, o perigo representado pelo quilombo de Palmares — o inimigo "das portas a dentro" — tornou sua destruição uma prioridade para a geopolítica da colônia brasileira.[40]

O ano de 1670 marca o período da guerra palmarina, que se arrastará por vinte e cinco anos, até a eliminação total do quilombo em 1694. À sua destruição concorrem bandeirantes paulistas, homens da Casa da Torre, e remanescentes das tropas de libertação de Pernambuco, compondo um exército que reproduz em muito o utilizado no extermínio indígena na "Guerra dos Bárbaros".[41] A história do aniquilamento do grande quilombo é conhecida,[42] cabendo apenas ressaltar certos aspectos geográficos do processo.

O primeiro deles diz respeito ao próprio crescimento demográfico do quilombo e às alterações trazidas pelo aumento populacional a sua estrutura interna. Como aponta Clovis Moura, o peso numérico dos quilombolas diminuiu muito sua flexibilidade espacial, impondo a sedentarização e a agricultura. Em termos estratégicos, passou-se de

Henriques. Decio Freitas lista quinze expedições, todas sem êxito, até 1670, e também aponta os contra-ataques palmarinos de 1667 até este último ano (op. cit., p. 69, 71 e 80-1). Destes resultando a união das vilas da região e o propósito de contratar os paulistas para "pacificar" a área (p. 84 e 85). S. Schwartz lembra que, a partir deste momento, às ações punitivas governamentais se somam às iniciativas de particulares (El mocambo..., p. 176).

40 Conforme Silvia Hunold Lara, citando um memorialista da campanha ordenada por D. Pedro de Almeida (Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos, p. 87). A autora também cita o governador de Pernambuco, Fernão da Costa Coutinho, que em 1671 diz que a capitania "não estava menos perigosa... com o atrevimento destes negros do que esteve com os holandeses" (p. 83).

41 O próprio Domingos Jorge Velho, que comanda os derradeiros ataques ao quilombo, encontrava-se antes combatendo o levante indígena no Rio Grande do Norte (C. Moura. Op. cit., p. 195). Tanto que, contratado em 1687 para tal tarefa, só assume o posto em 1693 (Silvia H. Lara. Op. cit., p. 86). Decio Freitas lembra que a crise da economia pernambucana na época anima o alistamento, e conclui: "A perspectiva de caçar negros nos Palmares era tanto mais aliciante quanto que nesse tempo a prostração da economia da capitania não consentia a imediata importação de grandes contingentes de escravos" (op. cit., p. 156 e 68).

42 Entre 1672 e 1694 tem-se um período de "guerra contínua" contra o reduto palmarino (R. K. Kent. Op. cit., p. 140). A expedição de Fernão Carrilho em 1677 julga haver destruído o quilombo, porém isso só ocorre com a conquista de Macaco em 1694, após cerco que durou 22 dias (C. Moura. Op. cit., p. 193 e 195). Nesse ataque são empregados 3.000 homens, entre os quais tropas indígenas, contra 1.000 quilombolas (E. Carneiro. Op. cit., p. 145 e 147). Destes, duzentos são mortos na batalha e cerca de quinhentos capturados.

uma posição ofensiva de grande mobilidade (com uma organização seminômade), para uma postura defensiva consoante com um hábitat fixo.[43] A necessidade contínua de defesa levou, por sua vez, à criação de uma casta militar especializada dentro do quilombo. E foi esse segmento que insurgiu contra o acordo celebrado por Ganga Zumba com a administração colonial em 1678, assumindo o poder em Palmares e transformando sua organização política federativa numa ditadura militar.[44]

Da parte dos portugueses, um conhecimento progressivo do terreno, fruto das sucessivas expedições, atuou como um elemento básico para a vitória final das forças lusitanas. A situação onde "a natureza protegia os palmarinos", foi sendo gradativamente superada pela devassa e visitação cada vez mais intensas da região. A tática empregada de ampla destruição das roças e assentamentos palmarinos em cada entrada punitiva também mostrou sua eficácia a longo prazo.[45] O interesse pela apropriação das férteis terras do quilombo ajudaram a animar sua destruição.[46] E esta, na verdade, ancorou-se muito na progressiva construção de uma estrada, a qual permitiu o acesso da artilharia pesada que derrubou as muralhas da cidadela quilombola.[47]

43 Op. cit., p. 241 e 242.

44 Segundo Decio Freitas, não ocorreu uma "regressão tribal"; ao contrário, Palmares evoluiu para uma forma de organização estatal, constituindo-se no reinado de Ganga Zumba (1670-1687) como uma federação. O golpe impetrado pelos chefes militares, que não aceitam o acordo assinado pelo rei, coloca no poder Zumbi, iniciando um período de governo ditatorial (op. cit., p. 41, 93, 95 e 115). Este autor considera que o modelo político adotado era uma "criação original", na qual há "um claro substrato africano, porém nada autoriza supor que os palmarinos tenham recriado instituições de suas terras nativas" (p. 96). R. K. Kent afirma que o "sistema político não derivou de um modelo particular da África Central, mas de vários" (op. cit., p. 149).

45 Edison Carneiro. Op. cit., p. 38 e 45. Ver também Clovis Moura. Op. cit., p. 242.

46 Nas palavras de E. Carneiro: "A partir de 1677 porém, a campanha tomou o caráter de luta pela posse da terra dos Palmares", o que se expressa em sua doação aos combatentes (op. cit., p. 19, 167 e 170). Kent lembra que as terras foram divididas logo após a assinatura do acordo com Ganga Zumba em 1678, e que Fernão Carrilho foi contemplado com uma grande sesmaria (op. cit.,p. 146).

47 Conforme D. Freitas. Op. cit., p. 163-4. Este autor assinala que o quilombo repeliu mais de quarenta expedições ao longo de sua existência, e lembra que Zumbi ainda chegou a saquear Penedo em 1695, mas é capturado e morto em seguida (p. 173 e 167). C. Moura assinala que os fugitivos de Palmares se espalham, e o restante de seu exército divide-se em pequenos grupos guerrilheiros, muitos fugindo para o sertão (op. cit., p. 243, 234 e 237).

Enfim, ao findar o século XVII repõe-se a soberania portuguesa na região, com o aniquilamento do território rebelde que durante quase sete décadas manteve perigoso Estado africano encravado no nordeste brasileiro; experiência singular que não conheceu outra manifestação na história da colônia.[48]

Expulsos os holandeses e subjugados os negros, restava controlar os levantes dos índios para consolidar o pleno domínio português sobre esta vasta porção do território colonial: o nordeste oriental.

A rebelião indígena nesta zona também pode ser entendida como desdobramento do processo de expulsão dos batavos, pois uma das "preocupações constantes da política dos invasores holandeses do Brasil Oriental foi, sem dúvida, a aliança das tribos indígenas do país, aliança que procuraram angariar e manter por todos os meios".[49] Seja pelo aldeamento dos tupis, que viviam nos entornos dos núcleos coloniais, seja no estabelecimento de relações amigáveis com os tapuias mais distantes (que permaneciam em suas terras, e eram usados como tropas auxiliares em campanhas), a organização da Nova Holanda incorporou os índios de forma oposta à prática habitual do colonizador lusitano.[50] Portanto, não é estranho que as tribos guerreiras aliciadas

[48] Apesar da existência de outros quilombos, Palmares "foi o que mais tempo durou, o que ocupou — e ocupou de fato — a maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado" (C. Moura. Op. cit., p. 185). E Kent completa: "Não obstante as centenas de mocambos que se juntaram, Palmares nunca foi reproduzido em território brasileiro" (op. cit., p. 149). Segundo R. Vainfas a *Angola Janga* foi "a grande rebeldia africana do Brasil colonial", pois "resistiu por cerca de cem anos às expedições repressivas, promoveu assaltos aos engenhos e povoações coloniais e estimulou fugas em massa de escravos da capitania" (op. cit., p. 62 e 63).

[49] Alfredo de Carvalho. Apud: J. A. Gonçalves de Mello. Op. cit., p. 197. Este autor cita ainda Maurício de Nassau, que diz: "da amizade dos índios dependem em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil" (p. 200). Nesse sentido os holandeses proclamam a plena liberdade das populações autóctones, proibindo sua escravização em qualquer circunstância. Enfim, conclui Mello: "a política da Companhia foi a de manter a todo custo a amizade dos índios" (p. 200).

[50] B. G. Dantas, J. A. Sampaio e M. P. Carvalho, resaltando a grande variedade de grupos indígenas do nordeste (citam K. Nimuendajú que identificou oitenta diferentes etnôminos no sertão nordestino), argumentam que os ataques de Martim Moreno animam vários grupos a estabelecer alianças com os holandeses (Os povos indígenas do Nordeste brasileiro. Um esboço histórico, p. 432 e 439). Gonçalves de Mello fala da dupla estratégia batava com relação aos índios, comentando as expedições ao sertão para contatar os tapuias, e apresentando um recenseamento de 1639 listando 21 aldeamentos tupis na Nova Holanda (op. cit., p. 203-04 e 216).

pelos holandeses tenham reagido ao desalojamento de seus aliados, insurgindo contra o inimigo comum.

Como visto, a presença holandesa havia afetado bastante a organização da economia brasileira. O ataque de 1624 à Bahia já havia causado confusão nos núcleos coloniais do Recôncavo, com a destruição de engenhos, a fuga de escravos e — no que importa diretamente ao tema tratado — a desorganização dos aldeamentos indígenas, como mencionado, de grande importância no funcionamento da vida local.[51] A guerra de restauração de Pernambuco, por sua vez, canalizara todas as energias e recursos da colônia no objetivo central de expulsar os batavos, adiando a adoção de medidas de reordenamento da relação com os índios. E, do mesmo modo que os quilombos, os espaços rebeldes indígenas vão constituir objeto de expedições punitivas quando se completou o processo de reafirmação da soberania portuguesa na região.

Com o afastamento do perigo da ameaça externa, a ação colonial volta-se para a consolidação do domínio interno, atuando nos lugares onde o relaxamento do controle havia possibilitado a insurreição das populações autóctones. A primeira dessas áreas circunscrevia o entorno imediato da região de ocupação baiana, isto é, seu espaço de expansão contíguo. O disciplinamento dessa área inaugurou o ciclo de extermínio das tribos nordestinas, conhecido como a Guerra dos Bárbaros.[52] A primeira etapa do conflito, entre 1657 e 1659, envolveu o sertão de Orobó e marca a introdução de tropas paulistas no processo de repressão às tribos "rebeldes". A segunda etapa, conhecida como Guerra do Aporá, vai de 1669 a 1673, tendo sido motivada pelos ataques indígenas na zona de Juquiriça e de Jacobina e pela invasão da vila de Cairu.[53]

[51] Thales de Azevedo menciona a demanda baiana de índios para o Rio de Janeiro na época, ocasionada pela desagregação dos aldeamentos locais. Este autor aponta, além da ação holandesa, os saques praticados pela guarnição de mil soldados castelhanos estacionados na Bahia (*Povoamento da cidade do Salvador*, p. 163).

[52] "Desde as primeiras décadas do século XVII, os índios bravos do sertão resistiam ao avanço da fronteira pastoril, causando problemas aos moradores das freguesias do Recôncavo Baiano" (P. Puntoni. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 73). Segundo Puntoni, já em 1627 ocorreram ataques de "tapuias" nas zonas do Jaguaribe e do Paraguaçu, porém foi em 1651 que se registrou um levante de maior porte no sul do Recôncavo (p. 77).

[53] O terço paulista "pacifica" a região, fazendo cerca de 3.500 escravos, parte dos quais foi enviada para São Vicente (P. Puntoni. Op. cit., p. 92). Vale mencionar que

A Guerra do Açu, entre 1687 e 1704, também se inscreve nesse intuito de restaurar o controle territorial português, submetendo as tribos que atuaram como explícitos aliados dos holandeses. Como aponta Pedro Puntoni, uma de suas características principais "era que várias das nações tarairiús, janduís, icós, paiacus etc. tinham grande parte dos seus guerreiros adestrada para as técnicas ocidentais de guerra e, notadamente, possuíam armas de fogo e habilidade para utilizá-las".[54] O epicentro do conflito era o interior do Rio Grande do Norte e a zona do Ceará-Mirim, porém as tropas indígenas mostravam grande mobilidade espacial, homiziando-se na serra de Ibiapaba quando acuadas.[55] Tal fato ensejou uma estratégia repressiva com uma força também móvel, inicialmente estruturada em três colunas que fariam uma varredura do sertão, e depois unificadas num único poderoso exército de extermínio.[56]

Esse conflito bem exemplifica uma nova orientação adotada pelos colonizadores em face das populações autóctones: não mais a escravização ou a tentativa de integração como meta, mas a eliminação como objetivo explícito das ações.[57] O móvel básico das expedições

as terras "liberadas" foram doadas aos conquistadores, que trazem colonos vicentinos para ocupá-las (p. 95).

54 Op. cit., p. 214. Conforme o autor, uma das justificativas da ação empreendida era exatamente desarmar os índios. Para se ter uma idéia, apenas os janduís possuíam um exercito de 5.000 homens, utilizados pelos holandeses como força auxiliar (p. 129). Ainda de acordo com Puntoni, "este sertão seria palco das mais sangrentas batalhas e atrocidades cometidas ao longo das guerras dos bárbaros" (p. 102).

55 Tal serra constituía a divisa entre o Maranhão e o Brasil, acolhendo populações tupis e tapuias, entre elas várias tribos fugidas de Pernambuco quando da expulsão dos holandeses (P. Puntoni. Op. cit., p. 107-08). Na época do grande levante de 1687, refazem em sentido inverso o itinerário da fuga, chegando às portas de Natal (p. 110).

56 P. Puntoni. Op. cit., p. 114 e 127. Este autor revela que o objetivo português, explicitamente exposto por Lopes Ulhoa em 1688, era o da "guerra total" e "o recurso aos paulistas... restabelecia a solução encontrada na Bahia" (p. 119 e 120). O terço paulista foi comandado inicialmente por Domingos Jorge Velho (desviado de Palmares, para socorrer o Rio Grande do Norte), substituído por Matias Cardoso em 1690, e por Manuel de Morais Navarro em 1698 (p. 111, 121 e 190). Este último foi o responsável pelo massacre no Jaguaribe, em 1699, onde foram mortos quatrocentos índios paiacus e escravizados trezentos (p. 192-3).

57 Depois de salientar que a Guerra dos Bárbaros na verdade constituiu "uma série heterogênea de conflitos", P. Puntoni observa que estes podem ser unificados na ótica do colonizador por "uma nova orientação política do império português, levada a termo pelos seus agentes coloniais, com vistas a produzir o extermínio das

era a liberação da terra, que em sua maior parte foi doada aos próprios expedicionários, fato que gerou conflitos com os pioneiros colonos assentados na orla nordestina, que as tinham como sua área de expansão imediata.[58] De todo modo, com o findar da Guerra do Açu, no começo do século XVIII, o "sertão de fora" estava liberado para a ocupação lusitana. Com isso, consolidava-se um vasto espaço contínuo de colonização que abrangia o litoral e a hinterlândia contígua desde a Bahia até o Ceará, conformando a zona *core* do território colonial brasileiro de então.

No entanto, a Guerra dos Bárbaros ultrapassou tal espaço, avançando também na conquista do "sertão de dentro", notadamente na zona do alto São Francisco e na do sertão do Piauí. A Confederação dos Cariris nomeia esse ciclo de levantamento das tribos da caatinga contra a ocupação lusitana de seus territórios.[59] Aqui, a orientação de extermínio e devassa acima mencionada fez-se presente com toda ênfase, dando certa unidade ao movimento enfocado, obviamente na perspectiva do colonizador. Nessas zonas, a atividade pastoril animou a interiorização, estimulando um ritmo veloz de adentramento da frente pioneira, a qual demandava a liberação das terras e a manutenção da segurança dos itinerários percorridos pelas boiadas.[60] Não por ou-

nações indígenas do sertão norte... Estas guerras objetivaram o extermínio total e não a integração ou submissão" (op. cit., p. 5 e 8).

58 P. Puntoni salienta o conflito entre os colonos e o terço dos paulistas pelo controle da terra e dos índios, e conclui que esta disputa antecipa o tipo de conflito da Guerra dos Emboabas, contudo no caso do Rio Grande "os emboabas [os de fora] eram os paulistas" (ibidem, p. 172, 197 e 202).

59 Cariri é a denominação genérica dada aos diferentes povos "tapuias" da caatinga, em geral expulsos da orla litorânea pelo avanço dos tupis, que guerreavam entre si e vendiam os cativos aos brancos (B. G. Dantas et alii. Op. cit., p. 433 e 437). Tal diversidade traz dificuldade para nomear os distintos levantes ocorridos no sertão nordestino. Os autores citados, por exemplo, consideram o "Levante Tapuia", a "Guerra dos Bárbaros" e a "Confederação dos Cariris" como o mesmo movimento (p. 442). Aqui, optou-se por manter a última denominação para o processo que interessou o devassamento das áreas mais interiorizadas do "sertão de dentro". Um caráter mais expansivo parece nuançar esse movimento, na comparação com certa tônica defensiva que marca as expedições punitivas nas áreas mais próximas à costa.

60 Capitrano de Abreu considera que o terreno da caatinga facilitou a penetração da pecuária, que teve por eixo as várzeas dos rios, notadamente o São Francisco e o Parnaíba (*Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, p. 270 a 273). Para análise detalhada do avanço dos rebanhos baianos, consultar Pedro Calmon. *História da*

tra razão algumas das principais ações punitivas na região foram realizadas por Francisco Dias D'Ávila, o maior pecuarista baiano da época.[61]

Com a repressão à Confederação dos Cariris abriu-se ampla área para a expansão da colonização, que será objeto de ocupação ao longo do século XVIII. O eixo desse processo ocorreu com a abertura do "caminho do Brasil" ligando a Bahia ao Maranhão através de uma rota interior de circulação, que do sertão baiano demandava o Piauí. O roteiro do Maranhão perenizou a ocupação de certos lugares nesse itinerário e contribuiu para o assentamento de fazendas, estabelecidas por membros das tropas de extermínio do gentio, agregadas ao amplo circuito comandado pela Casa da Torre.[62] Tal processo de fixação, como acentuou Capistrano de Abreu, transformou os itinerantes paulistas de "despovoadores" em agentes de povoamento.[63]

Vale fazer uma pausa na exposição da matéria tratada, para salientar a importância desse encontro de paulistas e baianos no sertão do São Francisco para o processo de conformação territorial do Brasil. Trata-se da articulação terrestre de dois fluxos de expansão, que con-

Casa da Torre. Este autor aponta o avanço no sertão do Piauí na década de 1670, relacionando-o com a Confederação do Cariris (p. 76, 80, 81 e 84).

[61] Pedro Puntoni destaca a entrada de Dias D'Ávila nas guerras do São Francisco, entre 1674 e 1679, que parte de Rio Real com 120 homens a cavalo e dizima os anaios, e conclui: "A guerra deixara de ameaçar o sistema produtivo do Recôncavo e passava a mover-se pelo interesse consolidado na captura, comércio e utilização da mão-de-obra indígena" (op. cit., p. 99). Ver também B. G. Dantas et alii. Op. cit., p. 441, e P. Calmon. Op. cit., p. 80.

[62] Conforme Luiz R. B. Mott, o devassamento do Piauí, atipicamente efetuado do interior para o litoral, inicia-se por volta de 1674, com as entradas de Domingos Afonso Sertão, o Mafrense, e Domingos Jorge Velho, ambos agregados da Casa da Torre. "Desde o início... a forma de ocupação do solo piauiense se faz através das fazendas de gado", num padrão disperso de grandes propriedades onde se praticava — com o uso majoritário de escravos índios ou negros — uma pecuária extensiva, voltada para o abastecimento da Bahia e do Maranhão. Em 1697 já somam 129 fazendas na região, número que se eleva para quatrocentas em 1730 (*Piauí colonial*, p. 45, 49, 52 e 57).

[63] De acordo com o autor, as bandeiras "concorreram antes para despovoar que para po-voar nossa terra", pois os bandeirantes "não se fixavam nunca nos territórios percor-ridos" (op. cit., p. 264); porém, no sertão do São Francisco, os paulistas "de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores formando estabelecimentos fixos" (*Capítulos de história colonial*, p. 128). Cabe ilustrar com Domingos A. Sertão que em testamento deixa para os jesuítas trinta fazendas e um rebanho com mais de 50.000 cabeças de gado (Luiz R. B. Mott. Op. cit., p. 50 e 64).

solidam o domínio da *heartland* do território colonial brasileiro ao efetivar a conquista dessa zona com seu povoamento, envolvendo pela hinterlândia toda a área de ocupação nordestina, e ao abrir a possibilidade de relação estável com o Estado do Maranhão associando-o à órbita da colonização portuguesa.[64] Tal juízo, se verdadeiro, acrescenta elementos à interpretação de ter sido a segunda metade do século XVII um período de *consolidação* da ocupação lusitana na América do Sul.[65]

A presença dos paulistas nestas paragens, por sua vez, decorre em muito das vicissitudes por eles vividas, na primeira metade do Seiscentos, no avanço da fronteira de ocupação meridional da colônia. Esta, como visto no capítulo anterior, defrontava-se com os territórios missionários, onde os jesuítas instalaram grandes aldeamentos semi-isolados dotados de estrutura econômica bastante autarquizada. Tratava-se, como já posto, de outra área de extraterritorialidade da colônia, onde a soberania portuguesa era sombreada pela geopolítica do Vaticano. As missões jesuíticas adensavam-se num arco sul-sudoeste-oeste que conformava a vizinhança imediata dos colonos de São Paulo nessas direções, que passaram a tê-las como os reservatórios de mão-de-obra da florescente triticultura planaltina.[66]

A historiografia mais recente rejeita a tese de que foi a pobreza

[64] "Uma das dificuldades para a ligação destas capitanias do norte com a Bahia eram as correntes marítimas que arrastavam os barcos na direção das Antilhas. Era mais fácil ir do Maranhão às Antilhas, daí a Lisboa, e de lá à Bahia, do que do Maranhão à Bahia. Isto explica a importância que teve na história nordestina o caminho pelo sertão de Pernambuco e da Bahia ao Piauí. Tentava-se por terra, a ligação que o mar não permitia" (José Oscar Beozzo. *Leis e regimentos das missões*, p. 26). Também C. Boxer: "as comunicações entre Maranhão-Pará e Portugal eram mais fáceis de que as que se estabeleciam entre a costa leste-oeste e a costa norte-sul da América portuguesa" (*Os holandeses...*, p. 239).

[65] Nesse sentido o Brasil acompanharia a tendência americana, apontada por Ruggiero Romano, de escapar da crise do século XVII, basicamente por um dinamismo interno que sustenta a colonização quando da retração do comércio atlântico (op. cit.). C. Boxer conclui que este século foi para o Brasil "uma era de consolidação e progresso" (*Salvador...*, p. 403).

[66] Diz John Manuel Monteiro: "Ao longo do século XVII, colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios"; portanto, a expansão efetuada teve seu "motivo básico: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas" (*Negros da terra*, p. 57).

que impulsionou o avanço territorial dos paulistas em busca dos metais preciosos, ao contrário, credita ao desenvolvimento de uma agricultura comercial de abastecimento o móvel de uma expansão que visava a captura de escravos para uma lavoura que, em meados do XVII, já extrapolava a bacia paulistana, adentrando-se pelos vales circunvizinhos.[67] Tal processo, que teve o trigo como produto básico,[68] fundamentava-se no duplo espólio da conquista: a liberação de terras e a aquisição de braços. A história da formação de São Paulo pode ser vista como um movimento expansivo que avança em círculos concêntricos tendo por estímulo os objetivos expostos, como conclui John Manuel Monteiro: "a expansão territorial na capitania, portanto, deu-se em função do acesso pleno a terras e mão-de-obra abundantes".[69]

As expedições regulares de apresamento indígena começam na década de 1580, envolvendo as áreas contíguas aos campos de Piratininga. No final do século XVI, a maior parte dos territórios tupiniquim e guaianá já estava conquistada, e os paulistas avançavam para

[67] A expansão paulista irradiou-se no interior como uma mancha de óleo em todas as direções, criando vilas a oeste, no vale do Tietê (Santana de Parnaíba em 1625, Itu em 1656), a leste no vale do Paraíba (Moji das Cruzes em 1611, Taubaté em 1643, Guaratinguetá em 1651, Jacareí em 1653), ao norte no caminho das Minas (Jundiaí em 1655), e mesmo ao sul, colonizando a zona de Curitiba, fundada pelos paulistas em 1693. A área da bacia paulistana, incluindo seus rebordos, estão densamente ocupadas já no final do século XVII (Ver Pasquale Petrone. *Aldeamentos paulistas*). Sobre a motivação desse processo, diz John M. Monteiro: "o surgimento de uma agricultura comercial no planalto, sobretudo com a produção de trigo, pode explicar muito da constituição da sociedade colonial na região" (op. cit., p. 99).

[68] J. M. Monteiro aponta que este produto era vendido para o Rio, Bahia, Pernambuco e mesmo para Angola, e afirma que "a idade do ouro da produção de trigo na região de São Paulo abrangeu os anos 1630 a 1680" (op. cit., p. 113). Sérgio Buarque de Holanda lembra que em 1616 já havia vários moinhos em operação na vila paulistana. Segundo este autor, além da triticultura (atividade principal), também a produção do algodão (e da fiação doméstica) aparece com certo relevo na capitania, e ainda a criação ovina e a fabricação de chapéus (*Caminhos e fronteiras*, p. 208, 255, 266 e 277-8).

[69] Op. cit., p. 189. Em outra passagem, Monteiro reforça: "Ao longo do século XVII, as atividades econômicas dos colonos da região de São Paulo assentaram-se numa ampla e sólida base de escravos índios, aprisionados nas freqüentes expedições dos paulistas no sertão... Essa relação essencial entre mão-de-obra abundante e agricultura comercial definiu os contornos da sociedade paulista no século XVII e, concomitantemente, integrou São Paulo aos quadros da economia colonial" (p. 209).

o vale do Paranapanema, centrando as expedições num sentido meridional que demandava os sertões dos carijós (Paraná) e dos patos (Santa Catarina), sendo os cativos da última zona enviados de navio para São Vicente.[70] Foi nesse transito que as bandeiras defrontaram-se com as populosas áreas missionárias distribuídas ao longo da bacia do Prata, que apresentavam na alta densidade demográfica o grande atrativo na ótica do conquistador.[71]

As reduções jesuíticas se haviam instalado na região a partir de 1608, tendo por centro difusor o colégio de Assunção, que comandava o trabalho da ordem na província eclesiástica do Paraguai.[72] Vale assinalar que as missões adensaram-se nas áreas a leste dos rios Paraná e Uruguai, exatamente para se afastarem dos núcleos de colonização espanhola, que cobiçavam os braços indígenas.[73] Por essa função protetora, os empreendimentos missionários atraíram rapidamente significativo contingente populacional distribuído numa rede articulada de reduções, todas construídas dentro do mesmo padrão de ocupação do espaço.[74] Para se ter idéia do ritmo desse processo, só a zona do

[70] Para o rastreamento desse movimento, ver John M. Monteiro. Op. cit., p. 54 a 64. Para síntese cronológica das principais expedições, ver Alfredo Ellis Jr. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*.

[71] Como diz Sérgio B. de Holanda: "Durante a maior parte do século XVII, as terras a oeste do rio Paraná foram consideradas grandes reservatórios de índios domesticados ou brabos que os paulistas iam prear para suas lavouras" (*Caminhos...*, p. 165). O comentário é válido também as áreas a leste deste rio.

[72] Esta foi desmembrada em 1607 da província do Peru. A Companhia de Jesus se havia instalado no Paraguai em 1587, fundando o colégio de Assunção em 1594. Desde o início de sua presença na área, os jesuítas criticam a escravização e o trabalho pessoal dos índios, pregando abertamente contra a prática das *encomiendas* (ver Clovis Lugon. *A república "comunista" cristã dos guaranis, 1610-1768*, p. 29). Daí a elaboração do projeto das missões, o qual "pelo isolamento, pretendia-se proteger, com a moralidade, a liberdade das tribos ainda não submetidas" (p. 30).

[73] Assunção agregava em seu entorno em 1555 cerca de quatrocentos encomendeiros, que submetiam um contingente de cem mil índios (J. M. Monteiro. Os Guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI-XVII, p. 484). Segundo este autor, a ida para as missões aparece como um "acordo político" dos índios, pois "dentro do contexto cada vez mais restritivo da encomienda paraguaia e das expedições de apresamento dos paulistas, as reduções tornaram-se espaços para a liberdade, talvez o lugar mais adequado para a rearticulação da identidade guarani" (p. 490). Ver também C. Lugon. Op. cit., p. 36).

[74] As reduções jesuíticas da bacia do Prata foram estruturadas para serem unidades produtivas auto-suficientes, por isso praticavam uma policultura de abastecimento (vendendo os excedentes), fiavam seus tecidos, criavam gado bovino e eqüino,

Guairá (no atual estado do Paraná) contava, em 1623, com treze reduções, número que se eleva para 26 em 1630, congregando uma população estimada entre 70.000 e 100.000 habitantes.[75]

O ataque de Raposo Tavares às missões do Guairá em 1628 inaugurou um novo ciclo de apresamento dos paulistas, marcado pelo aumento significativo na escala da população aprisionada, estimada no caso entre 33.000 e 55.000 índios escravizados.[76] O butim obtido animou a atividade de apresamento em São Paulo, estimulando a especialização dos paulistas que armam verdadeiros exércitos mamelucos para tal finalidade. Em 1632, foram devastadas as missões do Itatim, na borda pantaneira.[77] Na seqüência, entre 1635 e 1641, são atacadas as missões do Tape, no atual estado do Rio Grande do Sul.[78] Nessas paragens, as tropas escravagistas defrontaram-se com um elemento novo no processo: a resistência indígena. Diante do quadro de extermínio praticado no Guairá, os jesuítas elaboram uma estratégia defensiva, fazendo até mesmo gestões para municiar os índios com armas de fogo.[79]

desenvolviam o artesanato e os diversos ofícios necessários, e chegaram mesmo a produzir em ferro. Todas seguiam um plano urbanístico comum (ver C. Lugon. Op. cit., p. 73 e 3.ª Parte).

75 Conforme Lugon. Op. cit., p. 40. Segundo o autor, na zona do Tape em 1620 havia cerca de doze reduções em instalação, e no Paraná em 1625 mais quatro unidades missionárias (p. 41). J. M. Monteiro fala em 35.000 índios no Guairá em 1628, e outros 50.000 no Tape na mesma data (Os Guarani..., p. 492).

76 Ver J. M. Monteiro. *Negros...*, p. 74.

77 Estas missões, no atual estado do Mato Grosso do Sul, se haviam adensado nessa época pelo translado de várias reduções fugidas do Guairá. Atacadas em 1632, são reconstruídas e novamente atacadas em 1647, pela bandeira de Raposo Tavares. Na época congregavam cerca de 7.500 índios (ver Regina M. A. F. Gadelha. *As missões jesuíticas do Itatim*, p. 241, 269 e 289). Após o segundo ataque, essa região passou a ser dominada pelos guaicurus, que chegam a atacar Assunção em várias ocasiões (p. 172). Ver também: S. B. de Holanda. *O extremo oeste*, p. 61 e 70.

78 Ver Walter F. Piazza. *Santa Catarina: sua história*, p. 104. Guilhermino Cesar lista dezoito reduções fundadas na região entre 1626 e 1638 (*História do Rio Grande do Sul. Período colonial*, p. 61-2).

79 Foi esse o objetivo básico da viagem do padre Montoya a Madri em 1639, de convencimento do rei que os guaranis das reduções poderiam constituir uma poderosa tropa auxiliar na contenção do avanço dos paulistas, com as missões sendo uma barreira à expansão "portuguesa" (Clovis Lugon. Op. cit., p. 60-1). De toda forma, os jesuítas no Tape haviam organizado milícias nas reduções, que rapidamente possibilitavam o agrupamento de um exercito numericamente significativo (de mais de 2.000 homens).

A primeira derrota paulista ocorreu em Caaçapaguaçu, no vale do Ijuí, em 1639. Uma expedição punitiva, sob comando de Jerônimo de Barros, é armada para revidar esse revés, sendo contudo também derrotada na grande batalha de Mbororé, nas margens do rio Uruguai.[80] Após essa expressiva vitória, os jesuítas decidiram resguardar-se em terras espanholas, transferindo as missões para a zona de Entre Ríos, saindo do espaço que posteriormente se definiria como território brasileiro, fronteira que de certo modo estavam a construir nesse processo.[81]

A permissão real para o armamento dos índios das reduções, contrariando um princípio básico da ação colonizadora, só pode ser entendida no marco da geopolítica subjacente ao processo da Restauração portuguesa.[82] Jaime Cortesão salienta o fato de Raposo Tavares ser um preposto do conde de Monsanto, donatário das capitanias meridionais (São Vicente e Sant'Ana), o qual desempenhou relevante papel no movimento que levou ao trono a Casa de Bragança, tendo mesmo sido o representante lusitano na assinatura do Acordo de Münster.[83] Mesmo sem se concordar *in totum* com a interpretação

80 Clovis Lugon fala de uma tropa de oitocentos paulistas acompanhados de seis mil tupis, contra um exército guarani de quatro mil índios. Segundo o autor, os paulistas perdem 1.200 homens na batalha (op. cit., p. 61-2). G. Cesar fala de quatrocentos paulistas com 2.500 a 3.000 tupis (op. cit., p. 70) Walter Piazza estima o terço bandeirante em quarenta portugueses e entre 2.500 e 3.000 mil índios, concordando com o número de defensores guaranis, e adicionando que estes contavam com trezentos escopeteiros (op. cit., p. 105).

81 Segundo Lugon, esta transferência já havia começado antes, com uma primeira onda emigratória saindo do Guaíra em 1631, e o deslocamento do Tape começando em 1639 (op. cit., p. 56 e 59). Diz o autor: "Após as grandes migrações, depois de ter sido obrigada a abandonar os estabelecimentos do Guairá e do Tape, a República Guarani ocupa o seu território definitivo nas margens do Paraná e Uruguai" (p. 69). Ele ainda lembra que algumas reduções foram instaladas no extremo-oeste do atual Rio Grande do sul em 1707 (p. 70). Para a história das reduções em território paraguaio, ver J. C. Garavaglia. *Mercado interno y economía colonial.*

82 A autorização do rei entra em vigor em 1644, portanto já no quadro de separação das Coroas ibéricas, fato que sem dúvida reforçou a proposta de Montoya. Nessa altura, todavia, os índios já estavam armados. Sobre este processo, consultar Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, p. 150 e 153. Sobre a proibição do armamento dos índios, ver P. Puntoni. Op. cit., p. 212.

83 Ver Op. cit., p. 100 a 105. Segundo Cortesão, os "campos gerais" constituíam uma "vasta terra de ninguém, cuja soberania à luz do convênio de Tordesilhas não era fácil de traçar com precisão" (p. 131). O autor lembra que uma cédula real de 1638 condena os ataques paulistas, decretando a prisão de Raposo Tavares, ordem aliás nunca cumprida (p. 249 e 254).

finalística deste autor, não há como negar o papel da afirmação de soberania e da definição de limites como pano de fundo dos embates entre paulistas e jesuítas na zona platina.[84] Os próprios ataques também efetuados sobre povoações espanholas na área corrobora tal entendimento.[85]

Para os colonos de São Paulo, além do acesso aos Campos Gerais, o sertão dos Patos e a área do Tape constituíam preciosos anexos complementares a sua economia, onde, a partir de bases litorâneas,[86] praticavam ativo escambo de escravos índios mediante peculiar "colonização" efetuada por seus aliados tupis.[87] Por isso, a interdição dessa zona (e desse tráfico) pela instalação das reduções, também estimulava o sentido meridional das expedições paulistas, contemplando um componente geopolítico na atividade de apresamento indígena. Nesse sentido, o revés sofrido pelos bandeirantes na batalha de Mbororé, e a decisão jesuítica de transferir as missões para a margem esquerda do rio Uruguai, combinaram-se na definição da fronteira oeste-sudoeste entre as colonizações hispânica e a portuguesa na América do Sul.[88]

[84] A visão teleológica da história e o aguerrido nacionalismo do autor não devem enturvar as fortes evidências de sua interpretação, que ressalta os aspectos geopolíticos do processo em tela. Tal cuidado é necessário para não se cair no erro inverso de desconsiderar completamente tal componente, acatando teorizações unicausais. Afinal Cortesão é claro ao afirmar: "que razões geopolíticas fossem as causas únicas das bandeiras — nada mais longe do nosso pensamento"; e reforça: "que a maior parte dos bandeirantes fosse induzida por estritas razões econômicas, as da caça do índio... temos por certo" (op. cit., p. 133 e 180).

[85] Ciudad Real, fundada na foz do Piqueri em 1557, "procurava barrar a audaciosa avançada dos portugueses num lugar eminentemente estratégico, o ponto crucial das estradas que da costa levavam ao Paraná, no caminho mais rápido para Assunção" (J. Cortesão. Op. cit., p. 123). No rio Ivaí os espanhóis fundam Vila Rica do Guairá, e no alto Paraguai instalam Santiago de Xerez. As três povoações foram destruídas pelos paulistas nos raides de 1631-1632. Vila Rica e Santiago são reconstruídas e novamente atacadas em 1676 e 1678 (ver R. Gadelha. Op. cit., p. 167 e 171, e C. Lugon. Op. cit., p. 51 e 102).

[86] A perenização desse comércio no período tratado pode ser bem observada na seqüência de criação de núcleos de colonização na costa meridional: Paranaguá foi fundada em 1649, São Francisco do Sul em 1658, Nossa Senhora do Desterro em 1662 e Laguna em 1684 (W. Piazza. Op. cit., p. 111 a 118).

[87] Segundo Jaime Cortesão, os laços de parentesco — através dos *mus* (cunhados) — jogavam um papel básico nesse comércio, no qual os paulistas negociavam os escravos carijós com os tupis vindos ou aparentados com os de São Paulo (ver *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*, p. 4).

[88] Uma análise específica da definição das áreas de ocupação portuguesa e espanhola nesta vasta região, pode ser obtida em Uacury R.de Assis Bastos. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. Este autor observa que, no início do século XVIII, o domínio guaicuru na zona cria um território tampão entre as duas colonizações (p. 148 a 150).

Quanto à fronteira meridional, o intento lusitano foi assentar esse limite na barranca do rio da Prata, postura sancionada pela bula papal *Romani Pontificis*, de 1676, que definia a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até esta latitude.[89] Vale lembrar a tentativa de estabelecer a extrema posição austral do Brasil no estuário platino, com a fundação da colônia do Sacramento em 1680, uma "porta avançada da soberania portuguesa".[90] Além das razões estratégicas evidentes, também animou tal empresa a exploração dos rebanhos *cimarrones* da chamada "vacaria do mar".[91] Cabe ainda assinalar o uso das tropas guaranis, oriundas das missões, nas tentativas de desalojamento dos portugueses dessa praça, defrontante com Buenos Aires.[92] Enfim, o espaço

[89] Ver José Honório Rodrigues. Apresentação. In: J. Cortesão. *Bandeirantes e jesuítas no Guairá*. A doação do espaço entre Laguna e o rio da Prata — separando-o da capitania de Santana — para o visconde de Asseca (neto de Salvador Correia de Sá), também em 1676, bem reforça tal intuito, pois, como interpreta G. Cesar, "o motivo determinante daquela concessão haja sido eminentemente político, visando antes de mais nada a corrigir a primeira divisão em capitanias hereditárias para considerar um fato novo, gerado pela expansão das bandeiras ao tempo dos Filipes" (op. cit., p. 49).

[90] G. Cesar. Op. cit., p. 80. Segundo este autor, essa "praça fortificada" conheceu um cerco espanhol logo após sua instalação, contudo o acordo de Badajoz, em 1681, reconheceu — com grande grita dos colonizadores portenhos — o direito português sobre este assentamento (p. 79). Contudo, o tratado de 1701 revoga tal reconhecimento, sendo a colônia de novo sitiada em 1704 (p. 83). Nesse ínterim, sua população ultrapassa a casa dos mil habitantes (p. 81). Cabe salientar que a proposta de criação de Sacramento foi apresentada ao Conselho Ultramarino por Salvador Correia de Sá, no bojo de um plano que propunha a tomada de Buenos Aires (J. Cortesão. *Raposo Tavares...*, p. 302).

[91] Segundo Corsino Medeiros dos Santos, "o gado selvagem surgiu após as incursões dos bandeirantes, que obrigaram os jesuítas a abandoná-los em diversas paragens. A vacaria do mar, que ocupava o território que se estende do litoral atlântico até o rio Uruguai, foi formada pela dispersão do primeiro gado abandonado pelos jesuítas em 1637"; e complementa: "Desde o final do século XVII, com a fundação da Colônia do Sacramento, o couro dos pampas sulinos começou a ter importância" (*Economia e sociedade do Rio Grande do Sul, século XVIII*, p. 61 e 71). Ver também G. Cesar. Op. cit., p. 76-7.

[92] Um exército guarani composto de 3.000 homens participou do primeiro cerco da Colônia do Sacramento em 1680, e outro tanto no sítio de 1704. Conforme C. Lugon, o rei enviou quinhentas armas para os índios na ocasião (op. cit., p. 99). Diz

pampiano vai experimentar nos séculos seguintes a situação de zona de disputa de soberania,[93] constituindo a mais ativa "fronteira viva" da formação territorial brasileira.[94]

Voltando o foco da análise para o núcleo difusor do bandeirismo, cabe assinalar as mudanças decorrentes do fim do ciclo de apresamento dos índios missioneiros,[95] entre estas se destaca a multiplicação das rotas do expansionismo paulista na segunda metade do século XVII, que passam a demandar também as terras a oeste e ao norte do centro paulistano. Tais paragens, que já eram trafegadas desde o início do século, tornam-se nesse período as direções predominantes das expedições de captura de escravos índios. Para o norte e o noroeste, as bandeiras avançam para os sertões dos atuais estados de Goiás e de Minas Gerais, nesse último chegando às cabeceiras do Rio São Francisco, em cujo vale adentram no sentido inverso da frente de expansão baiana.[96]

No que tange aos caminhos do ocidente, não pode deixar de ser mencionado o périplo de Raposo Tavares que, entre 1648 e 1651, circunda o que seria posteriormente a fronteira centro-oeste do Brasil.[97]

este autor: "Os dois cercos de Sacramento foram as intervenções mais importantes dos guaranis ao serviço da Coroa de Espanha" (p. 113).

93 C. R. Boxer diz que "a região entre o rio Uruguai e o mar... era, na prática, Terra de Ninguém", e que "Sacramento era o paraíso dos contrabandistas, contando em 1735 com 3 mil habitantes e uma guarnição de novecentos homens" (*A idade do ouro do Brasil*, p. 211, 217 e 218). Este autor adiciona que a colonização dos pampas ocorreu a partir de 1715, tendo Laguna e Curitiba como focos difusores (p. 212). G. Cesar também aponta que os "campos de vacaria" ou "vacaria dos pinhais" só foram explorados no século XVIII, concluindo que na época enfocada "o Rio Grande de São Pedro continuava a ser uma terra de ninguém, isto é, não existia como unidade administrativa, senão como vago apêndice da capitania de Santana" (op. cit., p. 76-7 e 80).

94 Tal região vai ser o objeto por excelência da discussão geopolítica entre Brasil e Argentina (ver Leonel Itaussu de Melo. *A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata*). Para uma ótica uruguaia, ver José Carlos Williman & Carlos Panizza Pons. *La Banda Oriental en la lucha de los imperios, 1503-1810*.

95 Como afirma John Manuel Monteiro, a derrota paulista em Mbororé marcou "o fim de uma época", com as expedições organizadas após 1641 sendo de menor porte e "mais dispersas em termos geográficos" (*Negros...*, p. 76 e 79).

96 S. B. de Holanda, citando Capistrano de Abreu, afirma que é possível bem diferençar o padrão de ocupação paulista, buscando os fundos de vale, da instalação baiana que valoriza os locais de topografia mais elevada. E adiciona que se pode também fazer tal diferenciação pela predominância das roças de mandioca nos hábitats baianos, e do milho na dieta paulista (*Caminhos...*, p. 45 e 226).

97 Alguns autores falam que a expedição era composta de quatrocentos paulistas e

Partindo de São Paulo, sua expedição atingiu o sopé andino, transitando nas imediações de Santa Cruz de la Sierra, em seguida atravessando o interflúvio dos Parecis, penetrou na região amazônica, atingindo Belém, pela rota dos rios Marmoré, Madeira e Amazonas. Tal itinerário deu ciência da proximidade (e da não-comunicação) das duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas, pondo por terra o mito cartográfico da ilha Brasil.[98] Trata-se da primeira efetiva exploração portuguesa no piemonte oriental dos Andes, no extremo-oeste do atual território do Brasil.

Concluindo esse tópico, cabe salientar dois fatos atinentes à atuação dos paulistas de grande importância no processo de formação territorial do Brasil. O primeiro, já bem assinalado, é a especialização na atividade que os punha em marcha: a guerra ao gentio e a devassa de espaços. Nesse sentido, os paulistas atuaram — como visto — em diferentes regiões da colônia, destruindo quilombos, submetendo indígenas, e mesmo atacando assentamentos "estrangeiros" (de holandeses e espanhóis), sendo correta a qualificação efetuada por Decio Freitas: "Os bandeirantes foram, pois, uma tropa de choque a serviço do colonialismo português".[99]

O segundo fato diz respeito à descoberta, no quadro da movimentação espacial realizada pelos paulistas, dos metais preciosos na última década do século XVII, cuja exploração comandará a economia (e a formação territorial) brasileira ao longo de todo o século seguinte. Antes, algum ouro de aluvião já havia sido lavrado nos arredores de São Paulo, em Iguape, e, em maior volume, na zona de Paranaguá.[100]

mil índios, outros dão os números de 120 paulistas e 1.200 tupis (ver J. Cortesão. *Raposo...*, p. 336). De todo modo, apenas 59 bandeirantes chegam em Belém no fim da jornada (p. 386), após percorrerem um itinerário de doze mil quilômetros (p. 400).

98 Nas palavras de J. Cortesão: "pela primeira vez se adquiria a noção relativamente exata da profundidade em longitude da América do Sul" (ibidem, p. 395). Sobre a Ilha Brasil, diz este autor: "é um mito expansionista, em que se antecipa a solução ao problema e ao conflito de soberania, declarado ou latente, entre Portugal e Castela na América meridional" (p. 43).

99 Op. cit., p. 141. Vale reforçar, com J. M. Monteiro, essa profissionalização dos paulistas que são contratados para expedições punitivas na Bahia já em 1658 (*Negros...*, p. 92).

100 Ver Lucy Maffei & Arlinda Nogueira. O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. C. R. Boxer afirma que o ouro foi descoberto em Paranaguá por volta de 1572 (*A idade...*, p. 46). Virgílio Noya Pinto aponta uma intensificação da exploração na área, com a descoberta de jazidas também em Curitiba, na déca-

No entanto, foi na década mencionada que se descobriram os riquíssimos depósitos auríferos das Alterosas, nas regiões do rio das Velhas, do rio das Mortes, e, posteriormente, do rio Doce.[101] Como em todas as outras partes onde aflorou em solo americano, a exploração do ouro ocasionou forte fluxo imigratório, tornando-se em pouco tempo o setor dominante da economia da colônia, e fazendo da região mineira o pólo de dinamização de toda a vida colonial brasileira.[102] Um novo padrão de ocupação — mais urbanizador — aí se instalou,[103] com maiores fluxos e formas mais intensas de articulação entre as regiões,[104] e mesmo uma nova estrutura administrativa emergiu com este processo,[105] mas estes são elementos que escapam ao período abarcado pelo presente estudo.

da de 1680, lembrando que em 1697 foi instalada uma casa de fundição em Paranaguá, que funcionou até 1735 (*O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 49 e 50).

101 Diz C. R. Boxer: "o ouro foi encontrado quase simultaneamente em regiões diversas da zona que hoje é Minas Gerais e por diferentes pessoas ou diferentes grupos de paulistas, nos anos entre 1693 e 1695. Lembrando o estímulo da Coroa à busca das minas, o autor afirma que esta zona havia sido explorada pelas bandeiras de Fernão Pais e Rodrigo de Castel-Branco, nas décadas anteriores, e aponta a expedição de Borba Gato como uma das responsáveis pelo feito (*A idade...*, p. 49). V. Noya Pinto salienta que no final do século já existiam dezessete pontos de lavra em diferentes localidades (op. cit., p. 52).

102 O rápido povoamento levou a uma grande alta dos preços, como comenta Noya Pinto: "a excessiva procura na região mineira desequilibrou a economia interna da Colônia, acelerando a crise comercial nas áreas açucareiras, enquanto nas áreas mineiras a demanda polarizava os interesses comerciais excitando-os febrilmente... de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra"; e conclui: "O fluxo demográfico e a polarização do comércio, em poucos anos, transformaram as Gerais na região mais importante do Brasil" (op. cit., p. 55 e 58).

103 A urbanização foi, também, um expediente da Coroa para maior controle da região mineradora, tanto que em 1711, logo após a pacificação da Guerra dos Emboabas, são fundadas as vilas de Ribeirão do Carmo (futura Mariana), Sabará e Vila Rica de Ouro Preto, em 1713 foi fundada São João del-Rei, no ano seguinte Caeté e Serro, em 1715 Pitangui e em 1718 São José del-Rei (ver Rodrigo Bentes Monteiro. *O rei no espelho*, p. 259). Nas palavras de Boxer: "a eclosão, em 1709, da guerra civil entre os pioneiros paulistas e os recém-chegados... deu oportunidade aos representantes da Coroa, no ano seguinte, de firmar sua autoridade" (*A idade...*, p. 55).

104 Dois itinerários fixaram-se na demanda da região mineira. Um, partindo de São Paulo pelo vale do Paraíba, atravessava a Mantiqueira (pelo passo de Lorena), e pelo vale do rio Grande ia atingir a zona do rio das Velhas ou do rio Doce. Uma bifurcação inicial desta rota, demandava Parati, de onde por mar se chegava ao Rio de Janeiro. Outro caminho, através do vale do São Francisco, ligava as Gerais à Bahia (C. R. Boxer. *A idade...*, p. 52-3). Sem sucesso, a administração colonial tentou várias vezes acabar com esse segundo fluxo.

Restaria comentar a expansão realizada ao norte na época enfocada, no Estado do Maranhão, a qual conformou as fronteiras setentrionais da colônia. Em primeiro lugar cabe relembrar que tal unidade administrativa havia sido instituída em 1623, gozando de total autonomia em relação à colônia brasileira. Vale também rememorar o efêmero domínio holandês de sua capital, São Luís, retomada pelos portugueses em 1644.[106] Posto isso, pode-se genericamente avaliar que a segunda metade do século XVII foi, também no setentrião brasileiro, um período de consolidação e expansão, obviamente marcado por nuanças conjunturais e sub-regionais.

Um ponto a ser assinalado, de início, é o total controle lusitano dessa colônia quando da separação das Coroas ibéricas. Mais ainda, às vésperas desse evento, ocorreu a mais dilatada das expedições exploradoras que, saindo da costa atlântica, vai trafegar todo o vale amazônico atingindo a cidade de Quito na cordilheira andina.[107] Trata-se da bandeira de Pedro Teixeira em 1637, organizada sob os auspícios do governador Jácome de Noronha,[108] que tomou posse do alto Amazo-

105 Já em 1700 foi promulgado um Regimento das Minas, e em 1710 era criada a capitania de São Paulo e Minas Gerais, com sede no núcleo paulistano (C. R. Boxer. *A idade...*, p. 62 e 87).

106 São Luís havia caído em mãos dos batavos em 1641, sendo estes desalojados por uma expedição restauradora composta de duas tropas: uma vinda de Belém, com 130 portugueses e mil índios; e outra pernambucana com 770 soldados e duzentos índios (Carlos de Lima. *História do Maranhão*, p. 63 a 65).

107 O caminho inverso já havia sido trilhado desde os primórdios da ocupação hispânica na América do Sul, bastando lembrar as pioneiras expedições de Francisco de Orellana e de Pedro de Ursúa. Contudo, em meados dos Quinhentos tais deslocamentos cessaram, caindo esta região em certo esquecimento até meados do século XVII (Antônio Porro. História indígena do alto e médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII, p. 179). Segundo este autor, em 1636, Domingos de Brieva e Antônio de Toledo haviam chegado em Belém, vindos de Quito (p. 180).

108 Segundo Jaime Cortesão, Jácome de Noronha pertencia a uma importante família, que teve destacado papel no processo da Restauração lusitana (*Raposo...*, p. 238). Para este autor, "essa primeira tentativa de fixação dos limites da soberania portuguesa no Amazonas revela, da parte do governador do Maranhão, uma lúcida visão geopolítica das vantagens da posição-chave de Belém do Pará", devendo ser analisada como "parte fundamental e consciente da Revolução de 1640" (p. 247 e 226). Sem uma ênfase nessa intencionalidade, Lia O. Machado também credita à Noronha a "primeira visão geopolítica da região" (*Mitos y realidades de la Amazonia brasileña en el contexto geopolítico internacional*, p. 31).

nas para os portugueses, fincando os limites do Maranhão na foz do rio Japurá.[109] A essa iniciativa seguiu-se uma ação sistemática de exploração da bacia, com a tentativa de desalojamento dos núcleos estrangeiros defrontados e a instalação de bases portuguesas no vale dos principais rios amazônicos.[110]

As duas principais áreas da colônia do Maranhão e Grão-Pará, as povoações de São Luís e Belém, conheceram nas décadas seguintes um surto consolidador da ocupação, possuindo a primeira vila cerca de mil vizinhos em 1685, e a capital paraense metade desse número.[111] Surto efêmero, pois ao final do século sua atividade regredira ao estágio de quase uma economia natural,[112] mas o suficiente para assentar as bases de uma fixação territorial perene. Nesse processo, dois tipos de assentamentos jogaram papel crucial para a manutenção do domínio português da região: as fortificações militares e as missões religiosas. Ambas, como visto, sendo "instituições de fronteira".[113]

[109] J. Cortesão. *Raposo...*, p. 242. De acordo com esse autor, o Conselho de Portugal aplaudiu o feito em Lisboa, ao passo que o Conselho das Índias censurou em Madri a realização da viagem (p. 241) tendo Pedro Teixeira quase sido preso na capital equatoriana, sendo salvo pela iminência da "ameaça holandesa no Amazonas" (p. 245).

[110] Conforme L. O. Machado: "Entre 1640 e 1670, quatorze expedições partem de Belém com intuito de expulsar franceses e espanhóis e reconhecer o alto curso dos principais afluentes do Amazonas" (op. cit., p. 39). Segundo a autora, entre esta última data e o final do século, registram-se outras oito expedições (p. 40). J. Cortesão destaca a bandeira de Bartolomeu Barreiro, que em 1647 explora toda a zona do rio Araguaia (*Raposo...*, p. 344).

[111] R. Simonsen. *História econômica do Brasil*, p. 310. Carlos de Lima afirma que São Luís possuía 2.000 "habitantes" em 1677, e seiscentas "famílias" em 1699, estimando para toda a colônia nessa data uma população de dez mil habitantes (op. cit., p. 75 e 88). Este autor lembra a vinda de colonos açorianos para a região, em 1676, e elenca como produtos da terra, o sal, o cacau, o anil, o cravo, o tabaco, a baunilha e o algodão (p. 74-5). L. O. Machado fala que no Estado do Maranhão viviam setecentos portugueses em 1660, Belém contando com oitenta "vizinhos" e uma guarnição de cinqüenta soldados (op. cit., p. 34).

[112] L. O. Machado assinala a pobreza da economia local na época, comentando que "não circulavam moedas e o comércio interno era ínfimo" (op. cit., p. 36). C. de Lima exemplifica com o fato de nenhum navio ter entrado no porto de São Luís em 1694 (op. cit., p. 87).

[113] Nas palavras de J. O. Beozzo: "expandir fronteira e assegurar limites em regiões tão inviáveis só poderia ser tarefa do militar aí enviado por dever de ofício ou do missionário por ideal de evangelização. Missionários e militares cruzam continuamente seus caminhos nos rios da Amazônia, uns estabelecendo aldeamentos indígenas e outros levantando fortalezas" (op. cit., p. 28).

A construção de praças-fortes, em localizações estratégicas para o domínio da bacia hidrográfica, bem ilustra a visão geopolítica que presidiu a efetivação da conquista lusitana da Amazônia.[114] Vale assinalar a presença de ingleses, holandeses e, notadamente, franceses, na região ao longo de todo o século XVII, lembrando que os últimos fundam Caiena em 1626, como base avançada de domínio na área da foz do Amazonas.[115] Os estabelecimentos militares na época eram, na verdade, acampamentos fortificados, pois as fortificações de pedra nessa zona datam do século seguinte, demarcando os limites definidos no Tratado de Utrech de 1713.[116] De todo modo, mesmo que paliçadas, "as muralhas das fortificações brasileiras imprimiram aqui o seu valor simbólico de fronteira".[117]

Quanto à instalação das missões na região, cabe assinalar que, em toda a América portuguesa, foi nessa área que tal instituição melhor desempenhou papel congênere ao realizado na colonização hispânica do Novo Mundo, isto é, atuando numa função de elemento básico de

[114] Pedro O. Carneiro da Cunha aponta a existência na segunda metade do século XVII dos fortes de Macapá, Gurupá e Araguari, comentando que em 1684 teriam sido construídas mais quatro fortificações na região (Política e administração de 1640 a 1763, p. 21). Roberto Simonsen data a construção do forte de São José do Rio Negro em 1669 (op. cit., p. 330). Posição reiterada por Lia O. Machado, que adiciona terem sido construídas fortificações em Óbidos, Tapajós e Almerim em 1697 (op. cit., p. 40).

[115] Nas palavras de J. O. Beozzo: "Desde 1596 ingleses e holandeses construíam pequenos fortes e feitorias na entrada do rio", fazendo com que "o Maranhão se perfile para a Coroa portuguesa como um problema militar" (op. cit., p. 28-7). Sobre a fundação de Caiena, ver Oliveira Marques. *História de Portugal*, vol. II, p. 235. Este autor salienta que o forte de Macapá foi tomado pelos franceses, tendo sido retomado pelos portugueses em 1697 (p. 399).

[116] Arthur Cezar Ferreira Reis lista tais fortificações, destacando o forte de São José do Rio Negro que teria sido edificado em alvenaria já em 1669, tendo recebido melhorias em 1697 (Roteiro histórico das fortificações no Amazonas, p. 125). Fernanda F. da Silva, revisando a bibliografia sobre o tema, indica o ano de 1714 como o de construção em pedra do forte de São Luís do Maranhão, 1764 como o do levantamento do de Macapá, e 1776 como o da edificação do forte do Príncipe da Beira, em Rondônia (*Fortificações brasileiras. Máquinas de guerra e memória*).

[117] Fernanda F. da Silva. Op. cit., p. 237. Diz Arthur C. F. Reis: "A empresa da incorporação da Amazônia ao império lusitano foi levada a termo mediante um esforço que exigiu... um equipamento militar que se materializou principalmente no levantamento de estabelecimentos militares pelo litoral, pela hinterlândia e pelos trechos de fronteira com os domínios coloniais franceses e espanhóis... foram fortes ou simples acampamentos" (op. cit., p. 119).

ocupação e de afirmação de soberania.[118] Trata-se da única porção do território brasileiro onde a Coroa lusitana deu mostra de centrar sua estratégia colonial na atividade missionária, o que se expressou em maior apoio à atuação das ordens religiosas e numa legislação mais afirmativa desse trabalho. A visão dos aldeamentos missionários como necessários à segurança da colônia remonta ao período filipino, com claros estímulos à instalação destes já em 1638.[119]

Todavia, também aqui o índio representava a principal riqueza da terra para os colonos, o que tornava as relações entre estes e os jesuítas tão conflituosas quanto em São Paulo.[120] A possibilidade de uma lavoura comercial nos núcleos coloniais da capitania, assim como a coleta itinerante das "drogas-do-sertão", demandavam a mão-de-obra indígena, a qual era preada nos moldes habituais da colonização portuguesa, tendo por área principal de apresamento as populosas várzeas do Amazonas.[121] As expedições de captura, e os conflitos com os missionários, se sucedem[122] até 1686, quando a promulgação do "Regimento das Missões do Maranhão" "torna inquestionável o papel predominante dos religiosos" na região.[123]

Observa-se também nas extremidades setentrionais do território colonial brasileiro certa consolidação das áreas de domínio, mesmo que na condição de fundos territoriais não efetivamente incorporados, sujeitos a uma soberania virtual, mantida em grande parte (assim como nos extremos sul e oeste) pela submissão do gentio local. Cabe reforçar o papel das relações terrestres destes enclaves amazônicos com a "área-*core*" da América portuguesa, base da futura unidade, e que se encontravam no período em tela já estabelecidas.[124] Enfim, igualmente nestas paragens o Seiscentos termina como uma época de reafirmação da colonização portuguesa na América.

Concluindo o presente capítulo, pode-se dizer que no final do século XVII as bases da formação territorial do Brasil estavam dadas, isto é, a soberania lusitana estava reafirmada sobre uma vasta porção do oriente sul-americano, abarcando conjuntos regionais extensos, núcleos de colonização, enclaves, e uma vasta zona de trânsito e visitação na hinterlândia englobada na designação de "sertão".[125] Enfim,

[118] Comentando a reação paulista à bula papal de 1639, que condenava a escravidão indígena, diz J. O. Beozzo: "Neste momento, porém, o eixo da problemática indígena já estava se deslocando para o norte e é no contexto do recém-criado Estado do Maranhão que podemos examinar a profunda conexão entre legislação indigenista e exercício da missão. Ali os regimentos de missão tornam-se não só o regulamento fundamental da legislação indigenista, mas a própria lei de funcionamento do Estado" (op. cit., p. 26). Em outra passagem, reafirma: "a política indigenista é a chave da política do Estado para a região amazônica. E o instrumento privilegiado desta política será o missionário" (p. 29).

[119] L. O. Machado. Op. cit., p. 30-1. J. O. Beozzo considera todos os agentes da colonização "dependendo do elemento indígena" e salienta que "enquanto a empresa de conquista é militar, a sorte das armas dependia da capacidade de ganhar o apoio indígena" (op. cit., p. 28 e 30). R. Simonsen assinala a existência de 54 aldeias jesuíticas no Maranhão em 1655 (op. cit., p. 316).

[120] Os jesuítas são expulsos de São Luís em 1661 e novamente em 1684 (C. Boxer. *A idade...*, p. 243).

[121] Antônio Porro fala do processo de "despovoamento maciço e repovoamento parcial" dessa zona, com "o desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e sua substituição por novos contingentes indígenas que foram *descidos* dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização" (op. cit., p. 175). Segundo este autor, tal situação já era visível no baixo Amazonas em meados do século XVII, vigorando também no alto Amazonas no século seguinte (p. 176). Ver também L. O. Machado. Op. cit., p. 42.

[122] O padre Vieira fala de dois milhões de índios exterminados entre 1615 e 1652, na região entre São Luís e Gurupá (E. Hoornaert. *A igreja no Brasil-colônia 1550-1800*, p. 59). J. O. Beozzo comenta a expedição de Bento Maciel Parente que, em 1618-1619, "devastou Belém e os arredores", sendo acusada pelos jesuítas de matar cerca de 30.000 índios (op. cit., p. 31). A. Porro acrescenta que, por volta de 1639, o suprimento de tribos próximas a Belém já estava esgotado, exigindo apresamento mais distante (op. cit., p. 189). L. O. Machado fala de 1.800 índios aprisionados no baixo Amazonas em 1655-1656, e aponta duas expedições ao rio Negro, em 1658, que retornam com seiscentos a setecentos cativos cada (op. cit., p. 42).

[123] L. O. Machado. Op. cit., p. 44. A autora aponta a grande expansão dos aldeamentos missionários após esta data, e conclui: "O território do vale do Amazonas foi aberto aos índios das missões e fechado aos moradores" (p. 50). R. Simonsen data nesse período a estruturação do sistema regular de exploração das drogas-do-sertão (op. cit., p. 323 a 325). J. O. Beozzo completa que, com tal estrutura, as ordens tornavam-se "as principais organizações econômicas do Maranhão e Grão Pará" (op. cit., p. 47).

[124] Conforme Carlos de Lima. Op. cit., p. 87. Vale relembrar a expansão dos prepostos da Casa da Torre no sul do Maranhão entre 1692 e 1695, cuja ação motivou queixas dos padres capuchinhos quanto à ferocidade dos ataques aos índios (P. Calmon. Op. cit., p. 100 e 85).

[125] Conforme argumenta Rodrigo B. Monteiro: "Segundo a lógica colonizatória, a *região* aparecia como oposta ao *sertão*, espaço do vazio no imaginário das sociedades coloniais, indomado e selvagem, terra dos índios bravos e do medo", já "a cidade seria o espaço privilegiado de atuação do elemento colonizador"; e completa: "a região era *regida* através da cidade colonial pelo princípio colonizador" (op. cit., p. 199 e 200). O Brasil do final dos Seiscentos agrupava algumas regiões e vasto sertão.

o território colonial brasileiro havia sido recomposto, *pari passu* ao próprio processo de restauração e afirmação política do Reino.

Os invasores holandeses haviam sido expulsos, com a reintegração da região pernambucana, que se expandiu ao norte e a oeste, anexando as terras do sertão de fora na Guerra dos Bárbaros. O Estado afro-brasileiro de Palmares fora destruído, e as terras de Alagoas colonizadas, gerando uma zona de ocupação contínua entre Pernambuco e a região baiana. A pecuária expandiu-se pelo sertão de dentro, definindo caminhos perenes que, da Bahia, demandavam as Gerais e o Maranhão. Este, pelos fluxos terrestres, integrava-se cada vez mais com o Brasil. As reduções dos jesuítas espanhóis haviam sido desalojadas, migrando para além do rio Uruguai, abrindo os campos gerais e as vacarias do sul para a exploração portuguesa. No extremo-oeste, as bandeiras paulistas atingiram o piemonte dos Andes. A fragmentação experimentada no fim do período filipino, aludida no capítulo anterior, havia sido plenamente ultrapassada.

Enfim, a conformação básica do futuro território brasileiro estava posta, o que não significa que estivesse consolidado o domínio de todo o espaço que o compõe, como parecem supor as visões teleológicas desse processo.[126] O que se consolidava no final do Seiscentos era o controle pleno de uma superfície já considerável, composta de núcleos de ocupação, alguns (como a Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro) já podendo ser considerados na escala de regiões, visto agruparem uma rede de povoações inter-relacionadas, objetivando um espaço de povoamento contínuo.[127] Tais núcleos atuaram como centros de difusão constante dos movimentos que acabam por conformar o território em foco. Ao par das instalações, cabe salientar a perenização de certos fluxos e das relações entre diferentes lugares da colonização, já visível na época considerada. A mobilidade dos

[126] Tome-se por exemplo os discursos de exaltação da epopéia bandeirante ou os estudos de corte geopolítico tradicionais. Alfredo Ellis Jr. e Jaime Cortesão poderiam bem ilustrar tais concepções finalísticas.

[127] Rodrigo B. Monteiro, depois de salientar a variedade de estruturas coexistentes no império português, também utiliza tal conceito para caracterizar estes arranjos singulares; diz ele: "a região colonial é entendida aqui segundo um sentimento de identidade comum de seus habitantes, de pertencimento a um determinado espaço marcado por relações próprias de colonização — os monopólios, as propriedades —, espaço este não necessariamente coincidente com os limites administrativos de uma capitania... Cada região assim comportava uma sociedade colonial que lhe era, por assim dizer, peculiar" (op. cit., p. 197-8).

paulistas, mas também dos baianos (como mostra a expansão das casas da Torre e da Ponte) ou dos cariocas (expressa nos negócios da família Sá), bem ilustra o afirmado.[128] A colônia já se integra como um todo político e econômico, entabulando trocas e realizando ações comuns (como na defesa da soberania).

Em termos populacionais, o Brasil conheceu significativo surto povoador ao longo do século XVII, quando triplica seu contingente demográfico, passando de 100.000 habitantes em 1600 para 184.000 em 1660, chegando a 300.000 em 1690.[129] A este crescimento da população correspondeu uma dilatação das zonas de ocupação produtiva e também aumento do número de povoações. Vale lembrar que até 1650 haviam sido fundadas 31 vilas e seis cidades em todo o território brasileiro (incluindo o Estado do Maranhão), e deste ano até 1720 foram estabelecidas outras 35 vilas.[130] Cabe salientar que, além do crescimento numérico, os núcleos urbanos da colônia conheceram no período em tela uma série de mudanças de qualidade em suas funções,

[128] Fernando Novais afirma que "a intensa mobilidade aparece, portanto, como a mais geral característica da população no mundo colonial", qualificando-a como "móbil, instável e mais ainda dispersa" (Condições da privacidade na colônia, p. 20-1). Segundo o autor, a sociedade era mais estável nas regiões com economia voltada para fora, como no Nordeste açucareiro, e mais móvel nos lugares com vida econômica mais autocentrada, como em São Paulo (p. 25).

[129] Ver Mircea Buescu & Vicente Tapajós. *História do desenvolvimento econômico do Brasil*, p. 63-4. Em 1600, a população branca da colônia somava 40.000 habitantes, número que passa a 74.000 em 1660. No final do século XVII, o Brasil teria uma área de 110.000 km², e uma população de 350.000 habitantes, apresentando densidade demográfica de três habitantes por km² (p. 52). No que toca à população de origem africana, Oliveira Marques estima que entraram na colônia cerca de 200.000 negros na primeira metade do século, e mais 150.000 entre 1650 e 1670 (op. cit., p. 243). Segundo o autor, na década de 1670, o Brasil conheceu uma média anual de cerca de 7,5 mil escravos africanos desembarcados (p. 427).

[130] Nestor Goulart Reis Filho. *Contribuição para o estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, p. 80-1. As vilas fundadas no século XVII são as seguintes: Cairu e Angra dos Reis (1608), Moji das Cruzes (1611), São Luís (1612), Cabo Frio (1615), Belém (1616), Santana de Parnaíba (1625), Serinhaém (1627), Bragança (1634), Cametá (1635), Porto Calvo, Penedo, Alagoas e São Sebastião (1636), Ubatuba e Alcântara (1637), Taubaté (1645), Paranaguá (1649), Guaratinguetá (1651), Jacareí (1653), Jundiaí (1655), Itu (1657), São Francisco do Sul e Parati (1660), Sorocaba (1661), Itabaiana (1665), São João da Barra e Campos dos Goitacás (1677), Guarapari (1689), Curitiba, São Francisco do Conde, Cachoeira, Jaguaripe e Camamu-BA (1693), Camanu-ES e Santo Amaro das Brotas (1697). Ver p. 86-7.

ocasionadas tanto por condições locais quanto pelas novas orientações da política metropolitana.

No que importa à vida citadina e às funções urbanas, cabe assinalar que no período enfocado as cidades começaram a adquirir maior importância no processo de ocupação e gestão do território brasileiro, fato que adveio da própria consolidação operada, mas sobretudo da maior presença metropolitana em solo colonial, ocasionada pelo destaque assumido pelo Brasil na conformação do próprio império português após a Restauração.[131] E os órgãos e cargos da administração reinol na colônia alocavam-se nos meios urbanos, e a hierarquia entre os núcleos se estabelecia em muito pela competência das instituições que abrigavam.[132] Tal situação, por outro lado, diminuiu o âmbito de exercício do poder local também assentado nas cidades, alocado nas câmaras municipais, até então os mais efetivos aparelhos de gestão da colônia.[133] Estas haviam-se fortalecido pela prerrogativa da doação de terras, e conheciam já no período algumas modificações em suas composições iniciais.[134]

[131] Oliveira Marques enfatiza que, no final do XVII, "a força e a riqueza de Portugal estavam algures, na imensa colônia americana. O Brasil era o império, e todo o resto nada mais do que parcelas secundárias, com diminuto interesse quando encaradas em si mesmas" (op. cit., p. 419). Roberta Marx Delson destaca a "motivação geopolítica" da urbanização na colônia, que se acentua no período analisado; em suas palavras: "Seguindo os garimpeiros e caçadores de tesouros, a Coroa portuguesa ia estabelecendo a sua autoridade por meio de um sistema de comunidades criteriosamente planejadas construídas em regiões remotas... um sistema racional de distribuição de terras combinado com a construção supervisionada de vilas, constituiu o processo pelo qual o interior podia ser protegido contra um crescimento independente e descontrolado" (*Novas vilas para o Brasil-colônia*, p. 4).

[132] Como observa Nestor G. Reis Filho: "A posição desses centros havia sido até então a de bases para orientar a colonização; daí por diante será de bases para o controle de todas as atividades" (op. cit., p. 105). Roberta M. Delson, falando da intensificação da urbanização no início dos Setecentos, adiciona: "as novas vilas funcionavam como ponto de irradiação dos serviços de supervisão governamentais" (op. cit., p. 29).

[133] Oliveira Marques está entre os autores que salientam a força e o papel das câmaras, "neste país de fronteira, longe da metrópole" (op. cit., p. 252). Rodolfo Garcia também enfatiza o maior poder destas instituições no Brasil em relação a suas congêneres em Portugal (*História política e administrativa do Brasil*, p. 95). Para aferir tal poder, basta lembrar as reações das câmaras de São Paulo e São Luís em face da legislação de 1680, que proibia a escravidão indígena (ver J. O. Beozzo. Op. cit., p. 41-2).

[134] Sobre a doação de terras pela Câmara de São Paulo, por exemplo, ver J. M. Monteiro. *Negros...*, 101. No que tange às cidades nordestinas, Nestor G. Reis Filho aponta que a progressiva crise do setor açucareiro levou a um avanço dos comerciantes na hegemonia local, que se expressou no gradativo controle das câmaras municipais (op. cit., p. 103-04). Roberta M. Delson lembra que, no século XVIII, as câmaras perdem a atribuição de distribuir terras (op. cit., p. 6).

Quando se diferencia o período de *instalação* lusitana na América do Sul do estágio posterior de *dilatação* territorial, a segunda metade do século XVII emerge bem demarcada como o intervalo de mudança dos padrões de comportamento da ação colonizadora.[135] Quanto à orientação metropolitana, uma tendência mais estatista revela bem essa modificação no agir dos governos pós-Restauração, com maior esforço na montagem de um aparato administrativo mais efetivo na colônia. A criação do Conselho Ultramarino logo em 1642, e a centralização nele de toda a política colonial para o Brasil,[136] inscreve-se nessa lógica, que parece revelar alguma influência hispânica na forma de governar o ultramar.

Em termos gerais, apesar de toda a dificuldade vivida pelo próprio reino na afirmação de sua autodeterminação nesse período, anunciava-se como meta da metrópole um maior controle da vida brasileira, tendo em vista uma maior vigência do exclusivo colonial, sendo a abertura seletiva desse (mediante acordos bilaterais) a principal moeda de troca portuguesa no jogo diplomático europeu.[137] Nesse sentido, avan-

[135] Eduardo D'Oliveira França, depois de assinalar ser este "um século mal estudado" e de considerar que "para o Brasil não foi negativa a época filipina", salienta ter sido este o período em que a conquista se converteu em efetiva ocupação (op. cit., p. 4, 154 e 158). Em suas palavras: "O século XVII é o século da colonização. Não mais conquista e depredação. Organizar um mundo para a produção sistemática"; e adiciona: "Então perdido o exclusivo do mundo líquido, rompidas em mil pontos as malhas da rede monopolista, as feitorias que vigiavam as águas deviam mudar-se em trampolins para os saltos pelos sertões adentro. Essa inversão do movimento colonial..." (p. 154). F. Novais aponta o "esforço metropolitano no sentido de expandir o território de dominação colonial para além das possibilidades da exploração econômica" (op. cit., p. 21).

[136] Como afirma C. Boxer: "tanto as questões de alta política como as de mera rotina burocrática estavam no âmbito do Conselho Ultramarino" (*Salvador...*, p. 179). Para a história específica dessa instituição, consultar Marcelo Caetano. *O Conselho Ultramarino. Esboço de sua história.*

[137] Sobre o principal acordo bilateral, ver Nelson Werneck Sodré. *O Tratado de Methuen.* I. Wallerstein comenta que, após sua celebração, Portugal torna-se "uma espécie de colônia da Inglaterra", representando na primeira metade do século XVIII o terceiro consumidor das exportações inglesas" (*El moderno sistema mundial*, vol. 2, p. 267 e 265). Ver também Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, cap. 1.

çaram na época tratada as restrições de comércio e ampliaram-se os monopólios, assim como se expandiram as proibições na esfera da produção,[138] o que ocasionou até mesmo variados conflitos com os colonos no início do Setecentos.[139] As tentativas (malogradas) de instalação de "companhias de comércio" bem ilustram os desígnios da política metropolitana no período.[140] E tal política pressupunha certo grau de enraizamento já alcançado pelo movimento colonizador. Em outras palavras: que a fase de instalação colonial estivesse concluída, e que as bases do processo de formação territorial estivessem constituídas.[141]

Finalizando, vale assinalar que a avaliação do período em foco permite bem matizar a distinção entre a dimensão *geográfica* e a estritamente *econômica* na interpretação de uma formação social, pois a época enfocada qualifica-se como de afirmação territorial, ao mesmo

[138] M. Buescu & V. Tapajós salientam o lucro da Coroa com os monopólios do tabaco e do sal, instituídos em 1642 e 1658 respectivamente (op. cit., p. 37). C. Boxer assinala as restrições à posse da terra e as limitações das sesmarias com as legislações da última década do Seiscentos (*A idade...*, p. 203). R. Garcia comenta as progressivas dificuldades na entrada de estrangeiros na colônia a partir de 1667 (op. cit., p. 157). Enfim, no final do século XVII, conforme o juízo de P. O. Carneiro da Cunha, "estendia-se e apurava-se a rede judiciária e administrativa" (op. cit., p. 26).

[139] A Guerra dos Mascates, em Pernambuco, talvez seja o movimento que exprima melhor este conflito (consultar Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*). Todavia, também a revolta contra a família Sá no Rio de Janeiro em 1660, ou a Revolta de Beckman no Maranhão em 1680, ou mesmo a Guerra dos Emboabas em Minas Gerais, podem ser tomadas como reações ao processo em curso. Uma interessante discussão das motivações presentes nesses movimentos pode ser encontrada na obra citada de Rodrigo Bentes Monteiro.

[140] A "Companhia do Brasil" foi fundada em 1649, com jurisdição do Rio Grande do Norte a São Vicente, tendo o privilégio do estanco do vinho, farinha, azeite e bacalhau, para a colônia (C. Boxer. *Os holandeses...*, p. 294; e R. Garcia. Op. cit., p. 217). A grande novidade introduzida com a Companhia foi o estabelecimento do sistema de comboio para levar o açúcar ao reino; este, no ano da fundação, era constituído de 66 navios cargueiros e dezoito de guerra (Boxer. Ibidem, p. 317). S. Schwartz avalia que tal sistema fechou bastante a economia brasileira (*Segredos...*, p. 160). E Vera L. A. Ferlini considera que aí se desenha a prática do exclusivo colonial (op. cit., p. 70). A "Companhia do Maranhão" foi criada em 1682, com mais amplo monopólio, e com vida bem mais efêmera (R. Garcia. Op. cit., p. 218-9). Ver também: José Ribeiro Jr. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro*, p. 18 a 23.

[141] Como sintetiza P. O. Carneiro da Cunha: "Esboçada no século anterior pela ocupação de quase todo o litoral, pelo devassamento dos sertões, e pela afirmação portuguesa nos extremos norte-oeste-sul, veremos a integração do território nacional praticamente concluída na primeira metade do século XVIII" (op. cit., p. 27).

tempo que registra grande retração no que importa ao desempenho da economia colonial.[142] A ótica da geografia é essencialmente interna-lista no caso, vendo o desenvolvimento como apropriação de espaço, como fixação de valor, como perenização de relações internas, como diversificação das instalações e atividades.[143] E, nesse sentido, o balanço da segunda metade do século XVII é francamente positivo no que tange à consolidação do domínio territorial colonial.

[142] Nas palavras de Rodolfo Garcia: "Nas duas últimas décadas do século XVII manifestou-se no Brasil a maior crise por que ele passou em todo o período colonial" (op. cit., p. 243). Vera Lúcia do Amaral Ferlini diz que o preço do açucar cai a partir de 1660, sendo que na década seguinte já se registram encalhes do produto, e completa: "A década de 1680 representou, para Portugal e suas colônias, o ponto mais baixo de depressão econômica" (*Terra, trabalho e poder*, p. 79). Stuart Schwartz comenta que, em 1630, cerca de oitenta por cento do açúcar vendido em Londres vinha do Brasil, número que cai para dez por cento em 1690 (*Segredos internos*, p. 162).

[143] Quanto às atividades econômicas, o Brasil no final do XVII apresenta uma pauta de produções já diversificada. Além do açúcar, o tabaco adquire certo relevo como produto exportável, a pecuária supre a demanda da colônia em carne e couro, as culturas do trigo e do arroz desenvolvem-se regionalmente, assim como as do cacau e do algodão. Salinas são exploradas em alguns locais, e a mineração também avança (não só na lavra de metais preciosos, mas também do ferro e do salitre). Algumas especiarias asiáticas, como o cravo e o gengibre, são introduzidas, e a construção naval já é praticada em estaleiros da Bahia, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro (sobre estas últimas atividades, ver José Roberto do Amaral Lapa. *Economía colonial*).

UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

A história da formação colonial brasileira, quando interpretada numa perspectiva que observa o devido realce à dimensão geográfica, geralmente o faz associando a tal ótica posturas valorativas que veiculam ideologias de cunho nacionalista.[1] Ora é a mitologização dos bandeirantes que comanda o raciocínio, ora é a tese geopolítica do "destino manifesto" que orienta a argumentação. Não poucas vezes, uma intencionalidade total é atribuída às ações de expansão espacial. Em função de tal viés de origem, muitos acontecimentos essenciais para bem compreender a conformação territorial do Brasil lhe escapam à análise. Talvez a mais significativa dessas perdas seja a minimização do papel desempenhado pela unificação das Coroas ibéricas neste processo.[2] Em verdade, o período filipino quase desaparece numa historiografia preocupada basicamente com a afirmação de uma identidade nacional.

---

[1] Ver Antonio Carlos Robert Moraes. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil* e Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil.

[2] Todavia, não se trata da única questão perdida pelo viés mencionado. Paradoxalmente, as motivações geopolíticas específicas presentes no movimento colonizador, por ex. na adoção do sistema de capitanias hereditárias, esvanecem-se em interpretações que vêem toda a colonização como obra exclusivamente geopolítica.

Por outro lado, a crítica da postura mencionada acaba por levar à perda da ótica geográfica em vários trabalhos da historiografia dedicada aos estudos de história econômica. Com isso, uma dimensão fundamental para explicar a formação social brasileira é desconsiderada em perspectivas em que a economia se descola totalmente de sua base espacial, tornando-se a causa onipresente de toda a motivação do processo colonial. Vale repisar aqui o velho ditado: jogou-se a criança com a água suja do banho. Tal fato não seria tão preocupante, não fosse a conquista do território um elemento muitas vezes estruturante de um sentido das ações em uma formação social construída num claro movimento de apropriação e domínio de espaços.

Já a situação colonial, em si, justifica esse entendimento, pois a colonização é um processo de expansão imperial, movido por claras motivações geopolíticas metropolitanas, como visto alimentadas pela própria territorialidade intrínseca à formação do Estado português. A colônia é um resultado da instalação lusitana nas novas terras, cujo desenvolvimento se dá com a incorporação constante de novos espaços, com a conquista e exploração de novos lugares. O território colonial é, portanto, um anexo no espaço imperial da metrópole. Um móvel expansionista comanda, de berço, a sua estruturação, dando razoável densidade explicativa à geografia na interpretação do processo colonizador.[3] E por geografia não se deve entender apenas a configuração dos elementos do quadro físico-natural.[4]

O Brasil como entidade geográfica (logo, como uma formação social, política e econômica espacializada) emerge como um resultado da instalação portuguesa na América do Sul. Foi a colonização lusitana que inventou e gerou o "Brasil", na apropriação das terras "desconhecidas" dessa porção do Novo Mundo, na submissão das populações nativas defrontadas, na ocupação perene de certos lugares. Não há nenhum elemento de identidade (política, étnica, lingüística, ou natural) pré-colonial que agregue esta porção do planeta num conjunto unitário, que lhe dê alguma feição individualizadora ou identitária. Não existe um

[3] Como visto, Fernando Novais, ao analisar a "estrutura e dinâmica" do sistema colonial, começa sua argumentação remetendo a uma obra clássica do geógrafo Max Sorre, *Les migrations des peuples* (ver *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, p. 38).

[4] Ver Milton Santos. *Por uma geografia nova*. Sobre a relação sociedade/espaço como objeto geográfico, consultar também Antonio Carlos Robert Moraes & Wanderley Messias da Costa. *Geografia crítica. A valorização do espaço*.

passado comum nem demarcações naturais que minimamente delimitem e articulem o espaço onde se constrói a colônia.[5]

Enfim, o território brasileiro configura-se pela presença reiterada do colonizador, que afirma o domínio da metrópole sobre os lugares de seu assentamento, criando uma nova situação na relação sociedade/espaço praticada nestas paragens. É a ocupação efetiva que qualifica a colônia, que a objetiva como espaço subordinado. Portanto, o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial: trata-se da construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade sociais. Por isso, a dimensão espacial será uma das determinações fortes em sua formação histórica.

E uma das primeiras constatações evidentes na leitura geográfica da história brasileira reside, exatamente, na dificuldade em se trabalhar o "período colonial" como uma etapa dotada de certa homogeneidade em nossa formação histórica, isto é, como intervalo temporal submetido à mesma dinâmica e apresentando padrões similares na manifestação dos fenômenos considerados. A condição "colonial" comum não basta, na ótica da geografia, para caracterizar uma "época" com individualidade própria, dada a ampla variedade dos ritmos e processos observados na formação territorial do Brasil em seus trezentos anos iniciais. A perspectiva geográfica demanda, assim, uma periodização interna à história colonial da América portuguesa.[6]

A seguir, vamos ensaiar uma resposta preliminar a tal demanda, apresentando um exercício de periodização ancorado na concepção

[5] Do ponto de vista natural, mesmo na macroescala dos "biomas", o atual território brasileiro aparece como mosaico variado de unidades, variedade que se acentua na consideração dos domínios e ecossistemas. No que pese à população autóctone, foi vista a ampla variedade de "nações", etnias e famílias lingüísticas que habitavam o espaço em tela quando da chegada do colonizador. O mito cartográfico da "Ilha Brasil" aparece como tentativa de forjar tal singularidade, que a natureza e a demografia recusavam a fornecer: uma imagem simbólica da colônia, com suas fronteiras bem individualizadas. Sobre este mito, ver Demetrio Magnoli. *O corpo da pátria*.

[6] É interessante mencionar que, não raro, o adjetivo *colonial* é tomado como categoria taxonômica, travestindo-se como um *tipo* de sociedade, de estrutura produtiva, de literatura etc. Nessa operação, sua variedade histórica se esvai na própria construção de suas *características gerais*. E pior, não é difícil identificar teorizações que tomam, como traços genéricos do "período colonial", elementos singulares de processos setecentistas, dando-lhes uma vigência inexistente nos séculos anteriores. O "exclusivo colonial" por exemplo, como visto, foi um mecanismo que não vigorou continuamente ao longo de toda a formação do Brasil colônia.

que vê a espacialidade como dimensão particularizadora da história, ou, posta noutros termos, uma tentativa de praticar uma interpretação angular da formação brasileira, que ressalta certos movimentos e mediações particulares, ao analisar a colonização portuguesa na América do Sul como um processo de relação entre a sociedade e o espaço. Em síntese, uma periodização que flui de uma leitura geográfica da história colonial do Brasil, com maior embasamento para o período que foi objeto de análise do presente estudo, e com certa ênfase nas determinações da geografia política.

Um período inicial recorta as três primeiras décadas após o descobrimento, no qual as terras brasileiras são apenas um pouso na Carreira da Índia, vivendo um quase esquecimento na geopolítica metropolitana, só quebrado pela ação exploratória, circunscrita aos acidentes geográficos da zona costeira, que vão sendo nomeados e cartografados. Trata-se, assim, de uma época ainda de *descoberta* e *exploração* das bordas litorâneas da colônia. Este retardamento de uma efetiva ocupação ancorava-se no fato de que não havia, nestas terras, grandes atrativos para a empresa colonial. E as viagens na rota do Cabo, a mais rica e lucrativa no momento, atraíam toda a atenção da Coroa de Portugal.

Ao contrário do colonizador hispânico, os portugueses não defrontaram no Brasil sociedades populosas com estruturas produtivas complexas como a do império inca ou do asteca.[7] As populações nômades que o habitavam não apresentavam riquezas entesouradas que animassem (e financiassem) o processo colonizador. Também não são encontrados, de imediato, recursos naturais cuja exploração atuasse para estimular o povoamento. Em função disso, não há nesse período conquista territorial alguma nas terras brasileiras, e as feitorias efêmeras instaladas não reproduzem aqui sequer o padrão filiforme e pontual de ocupação próprio — como visto — do império talassocrático português. Enfim, nessa fase inicial não se objetiva uma efetiva colonização.

Um segundo período inaugura-se, a partir da década de 1530, com uma mudança de postura da Coroa lusitana em face dessas terras, ocasionada por razões que dizem respeito à manutenção do domínio deste espaço, logo a uma motivação essencialmente geopolítica. A presença, cada vez mais intensa, de franceses fazendo escambo com os

[7] Basta pensar na diferença em densidade demográfica, que, como visto, vai de cerca de cinqüenta habitantes por km² no altiplano mexicano ou de 35 habitantes nas zonas adensadas dos Andes, para menos de dois habitantes por km² nas áreas florestadas do Brasil.

nativos na costa brasileira, emerge como um dos motivos da alteração de postura mencionada. O outro refere-se à descoberta da prata no cerro de Potosí, no Peru, o qual ninguém sabia ao certo, no momento, a que distância estava da costa do Brasil. Por isso, manter a soberania sobre as possessões americanas, definidas em Tordesilhas, tornava-se uma diretriz da ação metropolitana.

A criação de uma armada para policiar águas costeiras do Brasil, a adoção do sistema de capitanias hereditárias com doação de sesmarias, e, por fim, a instituição do governo-geral em 1549, pontuam a aludida mudança de orientação, que ocasiona o primeiro surto povoador da colônia, definindo assim uma etapa de *instalação* efetiva. Cabe salientar que a motivação desse movimento era de controle territorial, logo com clara índole geopolítica. Não se tratava da apropriação de riqueza existente, ao contrário, o colonizador deveria montar um empreendimento produtivo, aplicando capitais na colônia para retorno futuro. A obra de colonização das terras brasileiras necessitava ser financiada, sendo investimento de relativo risco. Daí o sistema de capitanias adotado, que buscava atrair capitais privados para a empresa colonial.[8]

O período delineado vai desdobrando-se gradativamente, quando um fator político básico se altera na metrópole, repercutindo forte no processo de formação territorial do Brasil: a unificação das Coroas ibéricas e a perda de soberania de Portugal em 1580. Tal situação inaugura novo período, o do Brasil *hispânico*, que cobrirá um intervalo de sessenta anos, isto é, atravessando integralmente a vida de mais de uma geração. As modificações ensejadas pela nova soberania são variadas, a principal delas incidindo na perda de sentido da linha demarcatória de Tordesilhas, agora dividindo possessões pertencentes ao mesmo rei, isto é, submetidas ao domínio dinástico da mesma Casa Real.[9]

O "período filipino" trouxe uma nova situação onde sobressaem duas conseqüências geopolíticas básicas no processo de formação territorial do Brasil. A primeira circunscreve o início da significativa expansão espacial praticada no século XVII, que desenha a configuração do atual território do Brasil, definindo-lhe eixos de ocupação e

[8] Como visto, a montagem de uma estrutura de produção açucareira (o produto antevisto para a colônia) era bastante cara, computando-se o custo do engenho, das plantações, e dos escravos. Por isso, metade dos donatários iniciais jamais tomaram posse de suas capitanias. Daí também a liberalidade com a entrada de capitais estrangeiros no setor, ao longo desse período.

[9] A separação formal, negociada nas Cortes de Tomar, entre os governos (e as admi-

atingindo limites (que constituirão muitas das suas fronteiras contemporâneas). O movimento ocorre em várias direções e oriundo de diferentes focos de difusão, extravasando a demarcação pactuada em 1494. No sentido meridional, adentra pelo território colonial hispânico sul-americano, construindo uma rede luso-brasileira a partir de Buenos Aires. A oeste, atinge o piemonte da cordilheira andina. No setentrião, centra as bases de controle da vasta bacia do Amazonas. Enfim, na época da Restauração portuguesa, a área do Brasil ocupado e, sobretudo do transitado, era bem mais dilatada que a do final do século XVI.

A segunda conseqüência da nova situação expressa, de certo modo, um conteúdo antípoda ao processo comentado. Trata-se da fragmentação da soberania sobre o território brasileiro observada no período, que também é — como visto — resultante direta da unificação das Coroas ibéricas. O espaço da colônia desintegra-se em diferentes dominações, apresentando-se sem unidade política em meados do século XVII. O projeto missionário da Igreja Católica, articulado numa geopolítica do Vaticano que tem por centro a *Propaganda Fides*, representa uma primeira fratura, que ganha relevo nas bordas meridionais do território colonial. A organização autônoma do Estado do Maranhão também pode ser creditada como outro elemento de fragmentação. A existência do enclave soberano de Palmares durante todo o século XVII exprime, sem dúvida, outra situação de extraterritorialidade.

Contudo, é a longa invasão holandesa na mais rica região da colônia que emerge como principal evidência do processo apontado. A presença batava no Nordeste, por mais de três décadas, representou possivelmente a maior ameaça geopolítica experimentada pela colonização portuguesa na América do Sul, pois tinha por contendor o país emergente no centro da economia-mundo capitalista. Na verdade, a ocupação de Pernambuco pela Holanda configura-se como um episódio da Guerra dos Trinta Anos e da luta pela hegemonia na Europa. Assim, só numa visão que articule o "interno" e o "externo" é possível compreender esse importante fato que produziu — como visto — significativos desdobramentos no processo de construção do Brasil,

nistrações coloniais) de Portugal e Espanha, não amenizava o fato de a estratégia imperial passar a ser comandada por Madri, isto é, seguindo os interesses dos governos dos Filipes. A centralização crescente do Estado hispânico levou à progressiva provincianização portuguesa, como já analisado, acentuando a subordinação apontada. Tal fato pode ser mesmo assinalado pela presença de espanhóis na administração da colônia brasileira.

gerando até mesmo certa cooperação entre os núcleos coloniais na defesa da área "invadida".

Portanto, do ponto de vista da formação territorial, no período hispânico, a colônia conheceu grande expansão espacial nas bordas de seu território ocupado, ao mesmo tempo que experimentou fragmentações na sua área-*core* de assentamento mais consolidado. A retomada da soberania destes espaços, em consonância com a própria restauração política da individualidade do reino, vai identificar um quarto período que recobre a segunda metade do século XVII. Trata-se de uma época de *consolidação* do domínio territorial e de *integração* da América portuguesa, que se completa antes do início do Setecentos.

O desalojamento dos holandeses do nordeste, os ataques às missões jesuíticas no sul, a destruição de Palmares, a guerra ao gentio devassando novas terras, a articulação terrestre com o Maranhão, a ampliação das zonas de visitação em todos os quadrantes, estes acontecimentos confluem na reafirmação da unidade da colônia, na consolidação de sua identidade, na conformação de seu território. O estabelecimento de relações entre os distintos núcleos pioneiros, com o emergir de certa complementaridade produtiva (atrelada a uma diversificação da produção) e de certa solidariedade política (visível nas campanhas militares), aparece como indicador forte do juízo emitido. Pode-se aventar que a sinergia entre Portugal e Brasil alimentou a restauração da metrópole e da colônia.

A descoberta das minas, a partir da última década do Seiscentos, vem fornecer a esse conjunto territorial já consolidado um setor econômico dominante, que polarizará as economias regionais já assentadas, animando-as com seu dinamismo e compelindo-as à expansão. A colônia como um todo, e a região das minas em particular, tornam-se foco de atração imigratória, que traz como novidade um padrão de povoamento mais urbanizador. Consoante com o aumento demográfico, observa-se esforço de instituir maior controle administrativo metropolitano, com maior presença e complexidade do governo colonial. Estabelece-se novo período, marcado por um ritmo e por processos peculiares. Tem-se o *apogeu* da exploração econômica do Brasil, na perspectiva da metrópole que aufere os maiores benefícios de tal situação.

A datação exata do final desse período é matéria difícil, no universo do complexo século XVIII brasileiro. Seu marco poderia ser a assinatura do Tratado de Madri em 1750, que sacramenta os limites fronteiriços do território colonial. Mas poderia ser também a data do início do governo pombalino, que formula uma geopolítica explícita e

densa para as terras brasileiras. Poder-se-ia ainda trabalhar com as taxas anuais da extração de ouro em busca de um indicador quantitativamente sólido. De qualquer modo, a segunda metade do Setecentos apresenta indícios de um novo período, agora de *crise* (econômica e/ou política, dependendo da interpretação tomada) do Antigo Sistema Colonial, este já bem estudado pela historiografia brasileira.

Enfim, a análise geográfica da formação territorial do Brasil sugere a periodização apresentada, no trato da época colonial de nossa história. Esta conforma integralmente as bases do atual território nacional, num processo que — como visto — avança de núcleos de difusão litorâneos que, ao realizarem ocupação dos espaços contíguos de seus entornos, acabam por constituir regiões coloniais que em suas interrelações definem uma divisão espacial do trabalho que, por meio de seus círculos de cooperação, consolidam uma estrutura territorial individualizada. Esta expressa o resultado da instalação portuguesa nas terras sul-americanas, atuando como suporte das atividades econômicas entabuladas e base da sociabilidade praticada pelo colonizador.

O território colonial é, assim, a expressão espacial da formação social criada pela colonização. Suas determinações particularizam a via colonial de desenvolvimento do capitalismo, com suas singularidades e exotismos, entre estas o uso majoritário do trabalho compulsório, ressaltando-se a escravidão africana e a indígena. A lógica capitalista deste arranjo de relações de produção emerge exatamente na combinação das desigualdades entre os diferentes núcleos e conjuntos regionais, que são postos a trabalhar pela realização do capital (no caso, majoritariamente mercantil). A colonização gera, portanto, uma especialização produtiva integrada dos lugares sob sua órbita, que são explorados segundo suas potencialidades em face da tecnologia disponível.

A via colonial de formação histórica induz à condição periférica, postos o papel subordinado e a função complementar na estrutura da economia-mundo capitalista, experimentada desde a origem. É própria da condição periférica, dada sua situação estrutural de zona de ajustes, a convivência de relações sociais díspares e de contrastes bem mais acentuados do que os existentes nas sociedades centrais. Um relacionamento todo específico para com o espaço também parece marcá-la. No caso latino-americano, a expansão territorial e a conquista de espaços ocupam lugar central na explicação dos processos sociais, fazendo da história da formação de seus territórios um campo importante no desvendamento das particularidades desse singular capítulo da constituição do modo de produção capitalista.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Abellan, José Luis. *La idea de América. Origen y evolución*. Madri: Istmo, 1972.

Acot, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

Albuquerque, Luís de. *Introdução à história dos descobrimentos portugueses*. 3.ª ed. Lisboa: Europa-América, s.d.

Allies, Paul. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

Almeida, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins-Edusp, 1981.

Anderson, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

———. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Lisboa: Afrontamento, 1980.

Andrade, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

———. *A economia pernambucana no século XVI*. 2.ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

———. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: Hucitec-Ipespe, 1995.

Arnold, David. *A época dos descobrimentos (1400/1600)*. Lisboa: Gradiva, 1983.

Assadourian, Carlos Semplat. *El sistema de la economía colonial. El mercado interior. Regiones y espacio económico*. México: Nueva Imagen, 1983.

———. Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*. 2.ª ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.

———. La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial. In: Enrique Florescano (comp.). *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

Aston, T. H. & Philpin, C. H. (eds.). *El debate Brenner. Estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1988.

Azevedo, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial*. Boletim da FFLCLH/USP, São Paulo, 1956.
Azevedo, João Lucio de. *Épocas de Portugal econômico*. 3.ª ed. Lisboa: Clássica, 1978.
Azevedo, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. 3.ª ed. Salvador: Itapuã, 1969.
Barreto, Luís Filipe. *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
———. *Os Descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1985.
Bastide, Roger. Los otros quilombos. In: Richard Price (comp.). *Sociedades cimarronas*. México: Siglo Veintiuno, 1981.
Bastos, Uacuri R. de Assis. *A expansão territorial do Brasil colonial no vale do rio Paraguai (1767-1801)*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1972.
Bauzon, Leslie E. Amplia perspectiva: relaciones intercoloniales mexicano-filipinas. In: Ernesto de la Torre Villar (comp.). *La expansión hispanoamericana en Asia. Siglos XVI y XVII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
Bennassar, Bartolomé. *La América española y la América portuguesa, siglos XVI-XVIII*. Barcelona: Akal, 1980.
Beozzo, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
Bessa, Vagner de Carvalho. *Território e desenvolvimentismo. As ideologias geográficas no governo JK*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1994.
Bobbio, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.
Bois, Guy. Contra la ortodoxia neomalthusiana. In: T. H. Aston & C. H. Philpin (eds.). *El debate Brenner*, op. cit.
Borda, Orlando Fals. *Mompox y Loba. Historia doble de la costa*. Bogotá: Valencia, 1980.
Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
Boxer, Charles Ralph. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: 70, 1977.
———. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Nacional-Edusp, 1973.
———. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Nacional, 1961.
———. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: 70, 1981.
———. *A idade do ouro no Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. São Paulo: Nacional, 1963.
———. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Nova York: s.ed., 1965.
Bowser, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial, 1524-1650*. México: Siglo Veintiuno, 1977.
Braudel, Fernand. Qu'est-ce que c'est le XVIe siècle?. *Annales ESC VIII-1*, Paris, 1953.
———. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
Brenner, Robert. Estructura de clase agraria y desarrollo económico en la Europa pre-industrial. In: T. H. Aston & C. H. Philpin (eds.). *El debate Brenner*, op. cit.
———. Las raíces agrarias del capitalismo europeo. In: T. H. Aston & C. H. Philpin (eds.). *El debate Brenner*, op. cit.
Buescu, Mircea & Tapajós, Vicente. *História do desenvolvimento econômico do Brasil*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1969.
Caetano, Marcelo. *O Conselho Ultramarino. Esboço de sua história*. Rio: s.ed., 1969.
Calmon, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
Canabrava, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1984.

Capela, José. *Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 1978.
Cardoso, Ciro Flamarion Santana. Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
———. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
———. El modo de producción esclavista colonial en América. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
———. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
———. As concepções acerca do *Sistema Econômico Mundial* e do *Antigo Sistema Colonial*: a preocupação obsessiva com a *Extração de Excedente*. In: José Roberto do Amaral Lapa. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
———. *A Afro-América. A escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
———. *Escravo ou camponês? o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
———. *O trabalho na América Latina colonial*. 2.ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
Carmagnani, Marcello. Elementos característicos del sistema económico latinoamericano. Siglos XVI-XVIII. In: Enrique Florescano (comp.). *Ensayos sobre el desarrollo de México y América Latina*, op. cit.
——— (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
Carneiro, Edison. *O quilombo dos Palmares, 1630-1695*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
Carvalho, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico*. Lisboa: Horizonte, 1974.
———. O descobrimento do Brasil através dos textos. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH/USP, 1971.
———. *À la recherche de la specificité de la renaissance portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983.
Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília: Ed. UNB, 1981.
———. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo-Rio de Janeiro: Vértice-Iuperj, 1988.
Castro, Antonio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: José Roberto do Amaral Lapa. *Modos de produção e realidade brasileira*, op. cit.
———. As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial. In: Paulo Sérgio Pinheiro. *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
Castro, Armando. *A evolução econômica de Portugal dos séculos XII ao XV*. Vol. 9. Lisboa: Portugália, 1970.
———. *Estudos de história sócio-econômica de Portugal*. Porto: Inova, 1971.
———. *Lições de história de Portugal. As classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Caminho, 1983.
———. *Camões e a sociedade do seu tempo*. Lisboa: Caminho, 1980.
Castronuovo, Valerio. *La revolución industrial*. Barcelona: Nova Terra, 1975.
Cesar, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período colonial*. 2.ª ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 1979.
Chasin, José. *O integralismo de Plínio Salgado. Um caso de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.

Chaunu, Pierre. *A expansão européia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.
———. *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo: Pioneira-Edusp, 1984.
———. *Sevilha e a América, nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980.
Chaverri, Carlos Meléndez. Las conquistas frustradas: el caso de la América Central. In: Francisco Solano (coord.). *Proceso histórico al conquistador*. Madri: Alianza, 1988.
Chevalier, François. *La formación de los latifundios en México*. 2.ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
Chiaramonte, José Carlos. *Formas de sociedad y economía en Hispanoamérica*. México: Grijalbo, 1984.
Ciafardini, Horacio. Capital, comércio y capitalismo: a propósito del llamado *capitalismo comercial*. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
Coelho, António Borges. *A revolução de 1583*. Lisboa: Caminho, 1981.
Colmenares, German. *Sociedad y economía en el Valle del Cauca, Cali: terratenientes, mineros y comerciantes. Siglo XVIII*. Cali: Banco Popular, 1978.
———. La economía y la sociedad coloniales, 1550-1800. In: AAVV. *Manual de historia de Colombia*. Tomo I. 4.ª ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.
Conrad, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1985.
Cooper, J. P. En busca del capitalismo agrario. In: T. H. Aston & C. H. Philpin (eds.). *El debate Brenner*, op. ci.
Cortesão, Jaime. *A expansão dos portugueses na história da civilização*. Lisboa: Horizonte, 1983.
———. *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1984.
———. *Os descobrimentos portugueses*. 4.ª ed. Lisboa: Horizonte, 1985.
———. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.
——— (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Tape*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953.
Costa, Wanderley Messias da. *Os novos papéis do Estado e sua importância para a geografia*. São Paulo, mimeo, 1984.
———. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
———. *Geografia política e geopolítica. Discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1992.
Coutinho, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.
Cunha, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp/SMC, 1992.
Cunha, Pedro O. Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: *História geral da civilização brasileira*. Vol. II. 5.ª ed. São Paulo: Difel, 1976.
Dantas, B. G.; Sampaio, J. A. L. & Carvalho, M. R. G. Os povos indígenas no Nordeste: um esboço histórico. In: Manuela C. Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, op. cit.
Dean, Warren. *A ferro e fogo. História e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
Deler, J. P. & Saint-Geours, Y. (comps.). *Estados y naciones en los Andes. Hacia una historia comparativa: Bolivia-Colombia-Ecuador-Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1986.
Delson, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia. Planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva, 1997.

Deyon, Pierre. *O mercantilismo*. 2.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.
Dias, Demósthenes de Oliveira. *Formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: s.ed., 1956.
Dias, Manuel Nunes. *O capitalismo monárquico português*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963.
Diffie, Bailey. Os privilégios legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil do século XVI. In: Henry Keith & S. F. Edwards. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira. Ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
Dinis Filho, Luís Lopes. *Território e destino nacional. Políticas territoriais e ideologias geográficas no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1993.
Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
———. Uma réplica. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
Donghi, Tulio Halperin. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Ceal, 1992.
Elliot, J. H. *La España imperial, 1469-1716*. 5.ª ed. Barcelona: Vicens-Vives, 1986.
———. *O Velho Mundo e o Novo, 1492-1650*. Lisboa: Querco, 1984.
Ellis Junior, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Nacional, 1936.
Ellis, Miriam. As Bandeiras e a expansão geográfica do Brasil. In: *História geral da civilização brasileira*. Vol. I, op. cit.
Engels, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. S. Paulo: Ciências Humanas, 1978.
Escolar, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
Falcon, Francisco J. C. *Mercantilismo e transição*. 8.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
Faoro, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 4.ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
Fausto, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: Manuela C. Cunha. *História dos índios no Brasil*, op. cit.
Ferlini, Vera Lúcia do Amaral. *A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
———. *Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
Fernandes, Fernando Lourenço. *A primeira feitoria portuguesa no Brasil*. Lisboa: Academia da Marinha, 1996.
Fernandes, Florestan. Os tupis e a reação tribal à conquista. In: *História geral da civilização vrasileira*. Vol. I, obra citada.
———. A sociedade escravista no Brasil. In: *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976.
———. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2.ª ed. São Paulo: Pioneira-Edusp, 1970.
Ferreira, Antonio Fonseca. *A acumulação capitalista em Portugal. Das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX*. Porto: Afrontamento, 1977.
Florescano, Enrique. Colonización, ocupación del suelo y *frontera* en el norte de Nueva España, 1521-1750. In: Álvaro Jara (org). *Tierras nuevas. Expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*. México: El Colegio de México, 1969.
———. (org.). *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*. México: Siglo Ventiuno, 1975.

Foucault, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
Fraginals, Manuel Moreno. *O engenho. Complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: Hucitec, 1988.
Fragoso, João L. Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
Fragoso, João & Florentino, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
França, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFCL/USP, 1951.
França, Ary de Toledo. *A frente pioneira e a marcha do café*. Guia de excursão/XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1960.
Franco Junior, Hilário. *Idade Média. O nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
———. A organização social do trabalho no período colonial. In: Paulo Sergio Pinheiro. *Trabalho escravo, economia e sociedade*, op. cit.
Frank, Andre Gunder. *Acumulação mundial, 1492-1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
Freire, Felisberto. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes, 1977.
Freitas, Decio. *Palmares. A guerra dos escravos*. 5.ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
Friede, Juan. *Los Welser en la conquista de Venezuela*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1961.
———. La conquista del territorio y el poblamiento. In: *Manual de historia de Colombia*. Vol. 1, op. cit.
Funari, Pedro P. Arqueologia de Palmares. In: João José Reis & Flavio dos Santos Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7.ª ed. São Paulo: Nacional, 1967.
Gadelha, Regina M. A. F. *As missões jesuíticas do Itatim. Estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
Gama, Rui. *Engenho e tecnologia: contribuição à história da técnica no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1978.
Garavaglia, Juan Carlos. Introducción. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
——— Un modo de producción subsidiario: la organización de las comunidades guaranís durante los siglos XVI-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
———. *Mercado interno y economía colonial*. México: Gijalbo, 1983.
Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
Genovese, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
———. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
George, Pierre. Problemas, doutrina e método. In: AAVV. *A geografia ativa*. 2.ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
Giannotti, José Arthur. Notas sobre a categoria *modo de produção* para uso e abuso dos sociólogos. In: *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Girão, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. 4.ª ed. Fortaleza: UFC, 1984.

Giucci, Guilhermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
Glamann, Kristof. El comercio europeo (1500-1750). In: Carlo M. Cipolla (ed.). *Historia económica da Europa, siglos XVI y XVII*. Barcelona: Ariel, 1981.
Godelier, Maurice. Conceito de formação econômica e social: o exemplo dos incas. In: Théo Santiago (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
———. Da não correspondência entre formas e conteúdos das relações sociais: nova reflexão sobre o exemplo dos incas. In: Théo Santiago (org.). *América colonial*, op. cit.
Godinho, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa. Problema das origens e da linha de evolução*. Lisboa: Contemporânea, 1944.
———. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962.
———. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcadia, 1971.
———. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 4 vols. 2.ª ed. Lisboa: Presença, 1984.
Gomes, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: João J. Reis & Flavio S. Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio*, op. cit.
Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
———. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: José R. do Amaral Lapa. *Modos de produção e realidade brasileira*, op. cit.
Gottmann, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
Green, V. H. H. *Renascimento e Reforma. A Europa entre 1450 e 1660*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
Grijalva, Manuel Miño. *La protoindustria colonial hispanoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
Hamilton, Earl J. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España, 1501-1650*. Barcelona: Ariel, 1983.
Harvey, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
Hill, Christopher. Um comentário. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
Hirano, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo. A formação do Brasil colonial*. Tese de doutorado. São Paulo: DS/FFLCH/USP, 1986.
Hilton, Rodney. Introdução. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
———. Capitalismo. o que representa esta palavra? In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
———. Una crisis en el feudalismo. In: T. H. Aston & C. H. Philpin (eds.). *El debate Brenner*, op. cit.
Hobsbawm, Eric. A crise geral da economia européia no século XVII. In: Theo Santiago (org.). *Capitalismo. Transição*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.
———. Do feudalismo para o capitalismo. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
———. *Orígenes de la Revolución Industrial*. México: Siglo Veintiuno, 1977.
Holanda, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
———. *Monções*. 2.ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
———. *Caminhos e fronteiras*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
———. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4.ª ed. São Paulo: Nacional, 1985.

———. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
———. As primeiras expedições. In: *História geral da civilização brasileira*. Vol. I, op. cit.
———. A instituição do Governo Geral. In: *História geral da civilização brasileira*. Vol. I, op. cit.
Holanda, Sergio Buarque & Pantaleão, Olga. Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista. In: *História geral da civilização brasileira*. Vol. I, op. cit.
Hoornaert, Eduardo. *A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)*. 2.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
Hurtado, Osvaldo. *O poder político no Equador*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
Ianni, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
———. Aspectos da formação social escravista. In: José R. do Amaral Lapa. *Modos de produção e realidade brasileira*, op. cit.
———. *A luta pela terra*. 2.ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
Indovina, Francesco & Calabi, Donatella. *Sobre o uso capitalista do território*. Apostila. Campinas: IFCH/Unicamp, 1978.
Jancsó, István. *Na Bahia, contra o império. História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo-Salvador: Hucitec-Edufba, 1996.
Jara, Álvaro. Introducción: ocupación de la tierra, poblamiento y frontera (elementos de interpretación). In: *Tierras nuevas. Expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI-XIX)*, op. cit.
———. *Guerre et société au Chili*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1961.
Jeannin, Pierre. *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986.
Julliard, Etienne. A região: tentativa de definição. *Boletim Geográfico, 185*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.
Kay, Cristóbal. *El sistema señorial europeo y la hacienda latinoamericana*. México: Era, 1980.
Kalmanovitz, Salomón. *El desarrollo tardío del capitalismo. Un enfoque crítico de la teoría de la dependencia*. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1986.
———. *Economía y nación. Una breve historia de Colombia*. 3.ª ed. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1988.
Kautsky, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
Kent, R. K. Palmares: un Estado africano en Brasil. In: Richard Price (comp.). *Sociedades cimarronas*, op. cit.
Klein, Herbert S. *A escravidão africana. América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
Konetzke, Richard. *América Latina. La época colonial*. 18.ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1986.
Kriedte, Peter. *Feudalismo tardío y capital mercantil*. 5.ª ed. Barcelona: Crítica, 1987.
Kriedte, P.; Medick, H. & Schlumbohm, J. *Industrialización antes de la industrialización*. Barcelona: Crítica, 1986.
LaBlache, Paul Vidal de. *Princípios de geografia humana*. 2.ª ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
Laclau, Ernesto. Feudalismo y capitalismo en América Latina. In: AAVV. *Modos de producción en América Latina*, op. cit.
Lacoste, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas, 1977.
Lafaye, Jacques. *Los conquistadores*. 6.ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1987.

Lapa, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Nacional-Edusp, 1968.
———. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
———. Introdução ao redicionamento do debate. In: *Modos de produção e realidade brasileira*, op. cit.
———. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
Lara, Silvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos. In: João J. Reis & Flavio S. Gomes (orgs.) *A liberdade por um fio*, op. cit.
Lima, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 1981.
Lima, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil (período colonial)*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
Little, Paul Elliott. *Cosmografias superpostas, territórios fractais: disputas territoriais nas fronteiras regionais amazônicas*. Tese de doutorado. Brasília: Ceppac-UNB, 1996.
Lobo, Eulália M. L. Conflito e continuidade na história brasileira. In: H. H. Keith & S. F. Edwards. *Conflito e continuidade na história brasileira. Ensaios*, op. cit.
Lopes, Fernão. *Crônica de D. João I*. Porto: Civilização, 1945.
Losada, Mariano Useche. *El proceso colonial en el Alto Orinoco-Río Negro (siglos XVI a XVIII)*. Bogotá: Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, 1987.
Lugon, Clovis. *A república comunista e cristã dos guaranis, 1610-1768*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
Lukács, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
———. *El asalto a la razón*. Barcelona: Grijalbo, 1976.
MacFarlane, Alan. *Família, propriedade e transição social (a origem do individualismo inglês)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
———. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
Machado, Lia Osório. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Tese de doutorado. Barcelona: Departamento de Geografía Humana-Universitat de Barcelona, 1989.
Maffei, Lucy A. & Nogueira, Arlinda R. O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. In: *Anais do Museu Paulista, t. XX* (separata), São Paulo, 1966.
Magalhaes, Basílio de. *A expansão geográfica do Brasil colonial*. 4.ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.
Magnoli, Demétrio. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política exterior no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna-Unesp, 1997.
Mahn-Lot, Marianne. *A descoberta da América*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
Mannix, Daniel P. & Cowley, M. *Historia de la trata de negros*. 2.ª ed. Madri: Alianza, 1970.
Marchant, Alexander. *Do escambo à escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.
Marcílio, Maria Luiza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: Iraci del Nero Costa. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1986.
Marques, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Vol. 1. 12.ª ed., 1985 e vol. 29.ª ed., 1983 Lisboa: Palas.
———. *Portugal quinhentista (ensaios)*. Lisboa: Quetzal, 1987.
Marques, Alfredo Pinheiro. *Guia de história dos descobrimentos e expansão portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

Marx, Karl. *O capital (crítica da economia política)*. Vol. I. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
———. Introdução à crítica da economia do direito de Hegel. In: *Temas de Ciências Humanas, 2*. São Paulo, 1977.
———. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
Mata, Hector Malavé. Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano. In: Théo Santiago. *América colonial*, op. cit.
Martin, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
———. *As fronteiras internas e a "questão regional" no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1993.
Martins, José de Sousa. *O cativeiro da terra*. 4.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
Mattos, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema. A formação do Estado imperial*. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
Mattoso, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Mauro, Frédéric. *Do Brasil à América*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
———. *Origens da desigualdade entre os povos da América*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Melatti, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. 5.ª ed. São Paulo-Brasília: Hucitec-UNB, 1986.
Mellafe, Rolando. *La esclavitud en Hispano-América*. 4.ª ed. Buenos Aires: Universitaria, 1987.
———. *Frontera agraria: el caso del Virreinato peruano en el Siglo XVI*. In: *Tierras nuevas*, op. cit.
Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654*. São Paulo: Forense-Edusp, São Paulo, 1975.
———. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Mello, José Antonio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos*. 2.ª ed. Recife: Banco do Nordeste, 1979.
Melo, Leonel Itaussu de. *A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DS/FCH/PUC-SP, 1987.
Merrington, John. A cidade e o campo na transição para o capitalismo. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
Miskimin, Harry A. *A economia do renascimento europeu, 1300/1600*. Lisboa: Estampa, 1984.
Moisés, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: Manuela C. Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, op. cit.
Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Pólis, 1984.
Monteiro, John Manuel. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: AAVV. *Índios no estado de São Paulo*. São Paulo: Yankatu, 1984.
———. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
———. Os guarani e a história do Brasil meridional. In: Manuela C. Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, op. cit.
Monteiro, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1998.
Moore Junior, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos-Martins Fontes, 1975.

Moraes, Antonio Carlos Robert. *Geografia, captalismo e meio ambiente*. São Paulo: Edição do autor, 1999.
_____. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Annablume, 1994.
_____. Fixação de valor e capital fixo. *Boletim Paulista de Geografia 72*. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1994.
_____. *Fderalismo, políticas e planejamento da educação no Brasil. Elementos para um diagnóstico geoeducacional*. Brasília: Ministério da Educação, 1992.
_____. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: Luiz Yanes & Anamaria Liberalli (eds.). *Aportes para el estudio del espacio socioeconômico III*. Buenos Aires: El Coloquio, 1991.
_____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos 8*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
_____. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: A. C. R. Moraes (org.) *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
_____. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1989.
_____. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.
_____. Michel Foucault e a geografia. In: Italo Tronca (org.) *Faucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987.
_____. Historicidade, consciência e construção do espaço. In: AAVV. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
_____. *Geografia. Pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2006
Moraes, Antonio C. R. & Costa, Walderley M. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1984.
_____. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: Milton Santos (org.) *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
_____. Espaço, valor e a questão do método. *Temas de Ciências Humanas 5*. São paulo: Ciências Humanas, 1978.
Moraes, Antonio C. R. & Escolar, Marcelo. Pierre George: compromiso político, fragilidad teórica y temática regional. In: *Metodología de la investigacion geográfica*.
Montevidéu: II Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1989.
Morales, Salvador. *Conquista y colonización de Cuba. Siglo XVI*. Havana: Ciencias Sociales, 1984.
Mota, Carlos Guilherme. *Ideia de revolução no Brasil (1789-1801)*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
Mott, Luiz R. de Barros. *Piauí colonial. População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
Moura, Clovis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
Navas, José Ignacio Avellaneda. San Juan de los Llanos, Primera ciudad de los Llanos Orientales. In: AAVV. *Los Llanos: una história sin fronteras*. Academia de História, Meta, 1986.
Neme, Mario. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão Européia do Livro-Edusp, 1971.
Neves, Luis Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. Colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
Novais, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

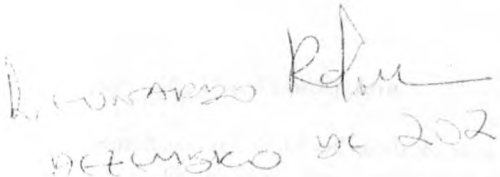
———. Considerações sobre o sentido da colonização. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP 6*. São Paulo, 1969.
———. *Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica*. São Paulo: 4.º Encontro de Professores Universitários de História, 1967.
———. Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento. *Estudos Históricos 9*. Marília, 1973.
———. Condições da privacidade na colônia. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
O'Gorman, Edmundo. *La invención de América. Investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1986.
Oliveira, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república. São Paulo:* Brasiliense, 1990.
Oliveira, Roberto M. *A cartografia da Amazônia e a definição de suas fronteiras*. Dissertação de mestrado. Rio Claro: Instituto de Geociências/Unesp, 1984.
Paiva, José Maria de. *Colonização e catequese, 1549-1600*. São Paulo: Cortez, 1982.
Parain, Charles. A evolução do sistema feudal europeu. In: Théo Santiago (org.). *Capitalismo. Transição*, op. cit.
Paraiso, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: Manuela C. Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, obra citada.
Parsons, James. *La colonización antioqueña en el ocidente de Colombia*. Cali: Banco Popular, 1987.
Passos, Maria Lucia P. de Faro. *Lisboa. Personagem de Fernão Lopes*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1982.
Passos Sobrinho, Josué M. dos. *História econômica de Sergipe*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1983.
Peña, Orlando. *Estados y territorios en América Latina y el Caribe*. México: Era, 1989.
Peres, Damião. *A história dos descobrimentos portugueses*. Porto: Vertente, 1982.
———. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Antecedentes e intencionalidade*. Porto: Portucalense, 1949.
Petrone, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. 2.ª ed. São Paulo: Edusp, 1995.
Piazza, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.
Pinto, Orlando da Rocha. *Cronologia da construção do Brasil, 1500-1889*. Lisboa: Horizonte, 1987.
Pinto, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979.
Pommer, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Porro, Antônio. História indígena do alto e médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII. In: Manuela C. Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, op. cit.
Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
———. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
Prado, J. F. de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil, 1500-1530*. 2.ª ed. São Paulo: Nacional, 1970.

———. O regime das capitanias. In: *História geral da civilização brasileira*. Vol. I, op. cit.
Price, Richard (comp.). *Sociedades cimarronas*. México: Siglo Veintiuno, 1981.
Procacci, Giuliano. Uma sinopse do debate. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
Puntoni, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1998.
Quintero, Silvina Palacios. *Geografía y educación pública en los orígenes del territorio y la nación (Argentina, 1863-1980)*. Tesis de licenciatura. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras/UBA, 1982.
Quirino, Tarcízio dos Reis. *Os habitantes do Brasil no fim do século XVI*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966.
Ramírez, A. René Barbosa. *La estructura económica de la Nueva España (1519-1810)*. 9.ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1985.
Ratts, Alessandro J. Prudencio. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1996.
Ratzel, Friedrich. Evolução dos conceitos relativos à influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. In: Antonio C. R. Moraes (org.). *Ratzel*, op. cit.
———. *O solo, a sociedade e o Estado*. [Apostila.] Campinas: IFCH/Unicamp, 1979.
Rau, Virginia & Macedo, Jorge B. *O açúcar na Madeira nos fins do século XV*. Lisboa, 1962.
Recalde, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Madri: Siglo Veintiuno, 1982.
Reis, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das fortificações no Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
Reis, João J. & Gomes, Flavio S. (orgs.). *Liberdade por um fio. A história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
Reis Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira-Edusp, 1968.
Ribeiro, Berta. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global, 1985.
Ribeiro Júnior, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 1976.
Romano, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
———. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
Rodrigues, José Honório. Introdução. In: J. Cortesão (org.). *Bandeirantes e jesuítas no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
Romano, Ruggiero & Tenenti, Alberto. *Los fundamentos del mundo moderno. Edad Media tardía, Reforma, Renacimiento*. 3.ª ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1972.
Romero, José Luiz. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1976.
Roosevelt, Anna C. Arqueologia amazônica. In: Manuela C. Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, op. cit.
Rosario, Adalgiza M. Vieira do. *O Brasil filipino no período holandês*. São Paulo: Moderna, 1980.
Rueda, José Eduardo. El desarrollo geopolítico de la Compañía de Jesus en los llanos orientales de Colombia. In: AAVV. *Los Llanos: una historia sin fronteras*, obra citada.
Said, Edward. *Orientalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Salas, Alberto M. & Vázquez, Andres R. (orgs.). *Relación varia de hechos, hombres y cosas de estas Indias meridionales. Textos del siglo XVI*. Buenos Aires: Losada, 1963.
Salgado, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-INL, 1985.
Santos, Corsino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul. Século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1984.
Santos, Milton de Almeida. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.
———. *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis: Vozes, 1979.
———. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
———. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
———. Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido. In: *Seleção de Textos 1*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976.
Schneider, Susan. Comentário. In: H. Keith & S. F. Edwards (orgs.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*, obra citada.
Schwartz, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
———. El mocambo: resistencia esclava en la Bahia colonial. In: Richard Price (comp.). *Sociedades cimarronas*, obra citada.
Sergio, António. *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*. 5.ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
———. *Breve interpretação da história de Portugal*. 7.ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
Serrão, Joel. *Cronologia geral da história de Portugal*. 4.ª ed. Lisboa: Horizonte, 1980.
Serrão, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. S. Paulo: Nacional, 1968.
———. *O Rio de Janeiro do século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional de Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
Silva, Fernanda Fernandes da. *Fortificações brasileiras: máquinas de guerra e de memória*. Tese de doutorado. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 1991.
Silva, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984.
Simonsen, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 3.ª ed. São Paulo: Nacional, 1957.
Silva, Armando Corrêa. *O litoral norte do estado de São Paulo (formação de uma região periférica)*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1975.
Soares, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
Sodré, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
———. *Introdução à geografia. Geografia e ideologia*. 2.ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
———. *O Tratado de Methuen*. Rio de Janeiro: Iseb-MEC, 1957.
Soja, Edward. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: Bertha Becker (org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983.
Sorre, Maximilien. *Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion, 1955.
Souboul, Albert. Contribuição a propósito da Revolução Francesa. In: Théo Santiago (org.). *Capitalismo. Transição*, op. cit.
Souza, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

———. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 1, op. cit.
Souza, Candice Vidal e. *A pátria geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.
Sweezy, Paul. Uma crítica. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
Takahashi, Kohachiro. Uma contribuição para o debate. In: AAVV. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, op. cit.
Temer, Michel. *Território federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Revista dos Tribunais-Educ, 1976.
Thomas, George. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500/1640*. São Paulo: Loyola, 1985.
Tigar, Michel E. & Levy, Madeleine R. *O direito e a ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
Todorov, Tzvetan. *La conquista de América. La cuestión del otro*. México: Siglo Veintiuno, 1987.
Trevor-Roper, H. R. A crise geral do século XVII. In: Théo Santiago (org.). *Capitalismo. Transição*, op. cit.
Uya, Okon Edet. *Historia de la esclavitud negra en las Américas y el Caribe*. Buenos Aires: Claridad, 1987.
Vainfas, Ronaldo. *Economia e sociedade na América espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
———. Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas. In: J. J. Reis & F. S. Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio*, op. cit.
Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
———. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
Véliz, Claudio. *La tradición centralista de América Latina*. Barcelona: Ariel, 1984.
Vianna, Helio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
Vilar, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
———. A transição do feudalismo para o capitalismo. In: Théo Santiago (org.). *Capitalismo. Transição*, op. cit.
———. *Crecimiento y desarrollo. Economía y historia*. Barcelona: Crítica, 1974.
Villar, Ernesto de la Torre (comp.). *La expansión hispanoamericana en Asia. Siglos XVI y XVII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
Xirau, Ramón (org.). *Idea y querela de la Nueva España*. Madri: Alianza, 1973.
Wallerstein, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo Veintiuno. Vol. 1, 4.ª ed., 1987. Vol. 2, 2.ª ed., 1984.
———. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Watjen, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII*. São Paulo: Nacional, 1938.
Williams, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.
Williman, José C. & Pons, Carlos P. *La Banda Oriental en la lucha de los imperios*. Montevidéu: Banda Oriental, 1993.

Leonardo Rolim
dezembro de 2020



Antonio Carlos Robert Moraes é bacharel em Geografia (1977) e em Ciências Sociais (1979), e mestre (1983), doutor (1991) e livre-docente (2000) em Geografia Humana. Atualmente é professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde coordena o Laboratório de Geografia Política (GEOPO-USP). Ministrou cursos em várias universidades do país e do exterior e publicou mais de uma dezena de livros e quase uma centena de artigos e capítulos de livros. Foi consultor de vários projetos de organismos da ONU (no país e no exterior) e do governo brasileiro (principalmente no Ministério do Meio Ambiente). É presidente da banca de geografia do concurso de ingresso na carreira diplomática do Instituto Rio Branco-Ministério das Relações Exteriores. É também o atual coordenador da área de geografia humana da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e assessor científico do CNPQ e da CAPES.